Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História

Nationalökonomie nos trópicos

pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945)

(versão corrigida)

Luiz Felipe Bruzzi Curi

São Paulo
2018

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História

Nationalökonomie nos trópicos

pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945)

(versão corrigida)

Luiz Felipe Bruzzi Curi

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Alexandre Macchione Saes

De acordo, 20/03/2017

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C975n

Curi, Luiz Felipe Bruzzi
Nationalökonomie nos trópicos: pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945) / Luiz Felipe Bruzzi Curi ; orientador Alexandre Macchione Saes. - São Paulo, 2018.
373 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Pensamento econômico brasileiro. 2. Pensamento econômico alemão. 3. Disseminação internacional das ideias econômicas. 4. História do Brasil República. 5. História Econômica. I. Saes, Alexandre Macchione, orient. II. Título.

Tese de Doutorado

Aluno: Luiz Felipe Bruzzi Curi

Título: "*Nationalökonomie* nos trópicos: pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945)"

Defendida em: 19 de fevereiro de 2018

Banca Examinadora

Prof. Alexandre Macchione Saes – Orientador
Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH/USP
FEA/USP

Prof. Alexandre Mendes Cunha
Cedeplar/UFMG

Profª. Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi
FEA/USP

Prof. Thiago Fontelas Rosado Gambi
ICSA/Unifal-MG

Prof. Mauricio Chalfin Coutinho
IE/Unicamp

Para meus pais, Thereza Christina e Antônio Celso

Für Erich Siebert (*in memoriam*)

RESUMO

Esta tese versa sobre assimilações, no Brasil, de linhagens germânicas de pensamento econômico, entre 1889 e 1945. A Parte I discute questões teóricas e historiográficas que orientaram a pesquisa. Situa-se a história do pensamento econômico no âmbito de alguns marcos teóricos e, dentro dessa área, esboçam-se algumas reflexões sobre a temática da difusão internacional como campo de pesquisa histórica. Na Parte II, aborda-se o pensamento econômico alemão: a formação da *Nationalökonomie*, as correntes oitocentistas mais influentes no Brasil e, por fim, três trajetórias pessoais – de Friedrich List, Adolph Wagner e Carl Landauer – que dão corpo à história de ideias feita inicialmente. A Parte III volta o olhar para os trópicos e examina as apropriações germânicas de Rui Barbosa, dos industrialistas na transição republicana, do gaúcho Francisco Simch e de Roberto Simonsen. A principal conclusão do trabalho é que houve apropriação efetiva do pensamento econômico alemão no Brasil, embora os temas não tenham sido incorporados de maneira uniforme.

ABSTRACT

This thesis deals with Brazilian assimilations of German lineages of economic thought, between 1889 and 1945. In Part I I discuss the theoretical and historiographic issues involved in the research. The study of history of economic thought is placed into a theoretical framework and, within this area, I sketch some considerations on the nature of the international diffusion as a field of historical research. In Part II I approach German nineteenth-century economic thought: the formation of *Nationalökonomie*, the lineages most influent in Brazil and, finally, three personal cases – Friedrich List, Adolph Wagner and Carl Landauer – which give concrete substance to the history of ideas presented before. Part III focuses on the tropics and examines German influences on: Rui Barbosa, the industrialists of the beginning of the Brazilian Republic, Francisco Simch and Roberto Simonsen. The main conclusion of this study is that there was an effective appropriation of German economic thought in Brazil, although topics were not incorporated in a uniform manner.

SUMÁRIO

Apresentação e agradecimentos **7**

Introdução **10**

PARTE I: Teoria e historiografia

Capítulo 1
História do pensamento econômico: questões teórico-metodológicas **18**
1.1. Os economistas: entre a ciência pura e os "humores do tempo" 22
1.2. A sociologia do conhecimento ou "todo conhecimento é ideológico" 28
1.3. Conceitos entre passado e futuro – a *Begriffsgeschichte* 31
1.4. A arqueologia de M. Foucault: os limites do discurso 35

Capítulo 2
Difusão internacional das ideias econômicas: um campo de pesquisa histórica **42**
2.1. Ideias em trânsito: suas apropriações e seu lugar 43
2.2. Balizas historiográficas para Alemanha e Brasil 55

PARTE II: Ideias econômicas na Alemanha

Capítulo 3
A formação da economia política na Alemanha oitocentista **70**
3.1. A Alemanha no longo século XIX: marcos históricos e historiográficos 70
3.2. A formação e a transmissão da *Nationalökonomie* 88

Capítulo 4
Historicismo e socialismo de Estado **102**
4.1. A linhagem historicista 103
4.2. Respostas à "questão social": o socialismo de Estado 123

Capítulo 5
Algumas trajetórias pessoais **144**
5.1. Friedrich List: relativizando a ciência e a política econômica 145
5.2. Adolph Wagner: *Finanzwissenschaft*, economia nacional e moeda 159
5.3. Carl Landauer: economia de mercado, planejamento e democracia 176

PARTE III: As ideias chegam ao Brasil

Capítulo 6
Rui Barbosa e as influências alemãs **194**
6.1. Antecedentes: os anos de formação intelectual 196
6.2. Política econômica, ideias econômicas e influências alemãs 202
6.3. Apropriações 227

Capítulo 7
Industrialismo na transição republicana: agenda listiana, moeda e finanças públicas **232**
7.1. Amaro Cavalcanti: política econômica e *Finanzwissenschaft* 233

7.2. Vieira Souto: entre a engenharia e a economia monetária 246
7.3. Serzedelo Correia e a agenda listiana para o "problema econômico"..... 259

Capítulo 8
Francisco Simch: um "economista prático" germanófilo no Sul do Brasil..... 270
8.1. Modernização econômica e institucional no RS: Primeira República 271
8.2. Simch: um "economista prático"..... 284
8.3. O *Programa de economia social*: integrando teoria e política econômica..... 290

Capítulo 9
Roberto Simonsen: *Volkswirtschaft*, protecionismo e planejamento 312
9.1. Roberto Simonsen: um personagem "entre história e economia"..... 314
9.2. O debate comercial: socialismo de Estado e "economia nacional"..... 323
9.3. Gustav Schmoller e a *História econômica do Brasil* (1937)..... 330
9.4. Carl Landauer e o "planejamento democrático"..... 337

Conclusão 346

REFERÊNCIAS 356

Apresentação e agradecimentos

Este trabalho foi resultado do meu doutorado em História Econômica, realizado na Universidade de São Paulo, entre o início de 2014 e o final de 2017, com bolsa CNPq durante os 10 meses iniciais e bolsa FAPESP (projeto 2014/23505-3), na modalidade Doutorado, durante a maior parte do período de pesquisa. Durante 12 meses, entre o final de 2016 e o início de 2017, realizei o Estágio de Pesquisa no Exterior, pela FAPESP (projeto 2015/18901-0), na Universität Hohenheim, em Stuttgart, Alemanha. Registro aqui meu agradecimento a essas agências públicas de fomento, em especial à FAPESP, que possibilitou a realização dessa pesquisa que, sediada na Universidade de São Paulo, me levou a consultar arquivos no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e na Alemanha. O período sanduíche em Stuttgart foi fundamental para que a tese trouxesse uma contribuição que abarcasse de fato os dois "lados" do processo de disseminação internacional de ideias que se queria examinar.

A história desse projeto de estudar as influências do pensamento econômico germânico no Brasil teve início em minha pesquisa de mestrado, no âmbito da qual pude identificar assimilações dessas linhagens alemãs nas elaborações de Roberto Simonsen, nos anos 1930 e 1940. Algumas sugestões da historiografia apontavam para apropriações germânicas, por exemplo, em Rui Barbosa. Constatada essa sintonia em Rui, surgiu o projeto de efetivamente analisar essas influências, entre o início da República e o período Vargas, a partir de um entendimento mais profundo do que foi o pensamento econômico alemão no "longo século XIX". Nessa empreitada de quatro anos, contei com a efetiva colaboração, direta e indireta, de muitas pessoas, a quem me cabe agora agradecer. Como é de praxe, lembro que as eventuais incorreções e imprecisões presentes neste trabalho são de minha inteira responsabilidade.

Gostaria de registrar um agradecimento especial ao Alexandre Saes, pela parceria, amizade e paciência de seis anos. Para além da orientação acadêmica, competente e generosa, foi fundamental para minha formação poder crescer, intelectual e pessoalmente, no ambiente de pesquisa liderado pelo Xixo na FEA/USP. A liberdade de pensamento e o espírito de companheirismo, reinantes nesse grupo de estudos, animaram-me diante dos vários desafios que surgiram ao longo desses quatro anos. Estendo, portanto, meu agradecimento aos colegas do "Brancaleone", por discutirem comigo pontos importantes da tese e me permitirem compartilhar inquietações e curiosidades.

A realização desse projeto "teuto-brasileiro" não teria sido possível sem o incentivo e apoio do Alexandre Cunha, que, desde a graduação na FACE/UFMG, tem sido uma referência fundamental em minha trajetória acadêmica entre a economia e a história.

Agradeço ao Alexandre a colaboração intelectual, bem como as várias oportunidades de compartilhar ideias e cultivar a amizade. Na Alemanha, contei com a supervisão do Harald Hagemann, que gentilmente me acolheu em Stuttgart/Hohenheim e teve a generosidade de compartilhar comigo seu espaço de trabalho e sua enorme erudição em história do pensamento econômico. No exame de qualificação, tive o prazer de contar com a leitura cuidadosa e segura da Ana Maria Bianchi e do Thiago Gambi, cujas observações foram de grande valia no processo de finalização da pesquisa e escrita da tese. Em cursos de pós-graduação, congressos, escolas de verão e seminários, beneficiei-me de comentários, indicações bibliográficas, conselhos e palavras de apoio. A Flávio Saes, Mauricio Coutinho, Carlos Suprinyak, Rebeca Gomez, José Luís Cardoso, Joseph Love, Keith Tribe, Ivan Salomão, Patricio Tierno, André Roncaglia, Guilherme Grandi e Hugo Cerqueira, deixo aqui um muito obrigado, pela atenção e generosidade.

Nesses quatro anos, minha trajetória se cruzou com a de vários amigos e amigas, que de alguma maneira contribuíram para a feitura deste trabalho. Durante o dia-a-dia do doutorado, foi fundamental a companhia do Pedro Hoeper, cuja verve loquaz animou minhas tardes de trabalho e me fez pensar e repensar vários assuntos. Contei, em vários momentos, com o indispensável apoio – moral, intelectual, habitacional, místico, etc. – do Victor Bertocchi, companheiro de tantas horas e lugares diferentes. O André Diniz (o Tenn) continuou sendo um ponto de referência essencial, como amigo e pesquisador: sempre disposto a escutar, a dialogar e a entender meus pontos de vista. A Camilinha trouxe sua alegria irrequieta para próximo de mim, nesses últimos anos, tornando a vida na metrópole paulistana mais cheia e divertida. A Bela não desistiu dos encontros, mesmo que a "Galosampa" não tenha sido mais um motivo viável. O Danilo Barolo me incentivou a mais uma empreitada acadêmica que, a partir das pesquisas individuais, resultou em algo novo: oxalá venham outras. O Gian, com seu jeito irreverente de pensar, continuou me intrigando (e me divertindo). O Victor Bluhu me instigou, com seu humor ácido, a não levar tão a sério a pesquisa e suas complicações. O Ian Almeida e o Thiago Oliveira, antídotos contra os excessos de sisudez do mundo acadêmico, foram interlocutores e companheiros agradáveis em eventos vários. O Bruno Betat me ajudou com suas excelentes revisões de inglês – e me divertiu com sua ironia. O Vadim, a Annarita, a Martyna e o Paul formaram o grupo multinacional que me acolheu em Stuttgart/Hohenheim, fazendo da minha estadia uma época leve e divertida, que passou, mas deixou boas lembranças. A Paula, minha prima e amiga, continuou a me contagiar com sua sensibilidade afetuosa e perspicaz, mesmo "*de loin*". O Dart, o Lucão, o Bernardo Salles, o Daniel Rennó, o Bruno Santos – me visitaram, me receberam, me

acolheram e compartilharam comigo momentos que tornaram esses anos de doutorado bem mais interessantes.

Devo aqui um recohecimento às instituições que me permitiram realizar este trabalho. À Universidade de São Paulo, como um todo, sou grato pelas muitas oportunidades oferecidas: dos serviços estudantis às disciplinas ofertadas em diversas unidades. Ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH, que me proporcionou o vínculo institucional indispensável à condução da pesquisa, agradeço a acolhida desde o mestrado e desejo que os próximos anos tragam uma necessária e benfazeja renovação. Na Alemanha, agradeço à Cadeira de Teoria Econômica (*Lehrstuhl für Wirtschaftstheorie*), do Instituto de Economia da Universität Hohenheim, o espaço cedido, bem como o apoio logístico e institucional. Registro meu muito obrigado aos funcionários e funcionárias das bibliotecas e arquivos que consultei: Biblioteca da FEA/USP; Fundação Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro); CPDOC (Rio de Janeiro); Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre); Biblioteca da Faculdade de Direito da UFRGS – Seção de Obras Raras (Porto Alegre); Württembergische Landesbibliothek (Stuttgart, Alemanha); Wirtschaftsarchiv Baden-Württemberg (Stuttgart, Alemanha); Bereichsbibliothek Universität Hohenheim (Stuttgart/Hohenheim, Alemanha).

Agradeço ainda aos meus pais, a quem dedico este trabalho, por estarem sempre prontos a me compreender e por apoiarem minhas escolhas profissionais e pessoais, das quais esta tese é um resultado. À minha irmã, cunhado e sobrinhos, sou grato pelo incentivo constante. Ao Erich Siebert, saudoso amigo e companheiro de inolvidáveis passeios por Berlim, por ter me mostrado, com afeto, como “a história” pode morar em cada esquina. À Katrin e ao Stefan, minha “família emprestada” na Alemanha desde o primeiro intercâmbio, por me fazerem me sentir em casa, mesmo tão longe do meu país. Por fim, agradeço ao Takuji, por ter aparecido na minha vida e por me fazer feliz, com seu jeito carinhoso de ser.

Introdução

> *Os demais retratos eram de compositores clássicos, Cimarosa, Mozart, Beethoven, Gluck, Bach, Schumann, e ainda uns três, alguns gravados, outros litografados, todos mal encaixilhados e de diferente tamanho, mas postos ali como santos de uma igreja. O piano era o altar; o evangelho da noite lá estava aberto: era uma sonata de Beethoven. (...)*
>
> *Às vezes, como que ia surgir das profundezas do inconsciente uma aurora de idéia; ele corria ao piano, para aventá-la inteira, traduzi-la em sons, mas era em vão; a idéia esvaía-se. Outras vezes, sentado ao piano, deixava os dedos correrem, à aventura, a ver se as fantasias brotavam deles, como dos de Mozart; mas nada, nada, a inspiração não vinha, a imaginação deixava-se estar dormindo. Se acaso uma idéia aparecia, definida e bela, era eco apenas de alguma peça alheia, que a memória repetia, e que ele supunha inventar. (...)*
>
> *Correu à sala dos retratos, abriu o piano, sentou-se e espalmou as mãos no teclado. Começou a tocar alguma coisa própria, uma inspiração real e pronta, uma polca, uma polca buliçosa, como dizem os anúncios. Nenhuma repulsa da parte do compositor; os dedos iam arrancando as notas, ligando-as, meneando-as; dir-se-ia que a musa compunha e bailava a um tempo. Pestana esquecera as discípulas, esquecera o preto, que o esperava com a bengala e o guarda-chuva, esquecera até os retratos que pendiam gravemente da parede. (...)*
>
> (trechos selecionados de "O Homem Célebre", conto de Machado de Assis publicado na coletânea *Várias Histórias*, de 1896)

Publicado em 1896, o conto "O Homem Célebre", de Machado de Assis, é um bom ponto de partida para um trabalho que reflete sobre as apropriações brasileiras de ideias alemãs. Com exceção de Cimarosa, todos os compositores arrolados pelo narrador são de origem germânica, se se tem em conta que a Áustria de Mozart e Gluck era parte da "Europa central" de língua alemã. É significativo que uma sonata de Beethoven fornecesse o "evangelho noturno" de Pestana, o frustrado músico erudito – e exímio compositor de "polcas buliçosas" – do Rio de Janeiro do Segundo Reinado. A imagem fornecida por Machado ilustra parte da história narrada aqui: a vontade de produzir, nos trópicos, algo que refletisse esses doutos modelos teutônicos acabou gerando uma "música" distinta. Vale lembrar que a polca também foi um ritmo popular "importado", oriundo da região da Boêmia, no Leste europeu dominado pelos Habsburgo: neste estilo musical, o protagonista Pestana se sentia à vontade para compor. O que se quer enfatizar aqui é essa tensão, muito bem captada por Machado, entre os modelos externos europeus, sobretudo aqueles cercados de uma aura de legitimidade e autoridade intelectual, e os processos de criação intelectual levados a cabo do lado de cá do Atlântico.

Esse "espírito de Pestana", não seria exagero dizer, ronda a economia política produzida no Brasil desde que esse discurso ganhou condições de possibilidade na Europa e para cá se disseminou. Entre os retratos sobre o piano – ou entre os volumes na biblioteca – figuraram os mentores britânicos, franceses, alemães, italianos. Desde o início do século XIX, com José da Silva Lisboa e sua adesão "incondicional" ao credo de Adam Smith, têm os intelectuais brasileiros se entregado à criação de discursos adaptados aos ouvidos locais. Nesse ato de produção de novas ideias, é comum esquecerem, como Pestana, o "preto, que o esperava com uma bengala" e mesmo os modelos "inspiradores" – no caso, os retratos que pendiam da parede. Numa palavra, cria-se algo a partir da interação com o estrangeiro, que, de tão local, é às vezes capaz de esquecer certas mazelas que estão ali, bastante próximas ao contexto de criação das novas ideias. Isso não significa que esses ritmos tropicalizados não sejam, em vários sentidos, muito mais "interessantes", porque frutos desse processo "buliçoso" e inquieto de apropriação, do que uma sonata de Beethoven. Trata-se de perceber que os grossos e eruditos volumes germânicos sobre a moeda, por exemplo, com suas doutas revisões da literatura e extensas notas de rodapé redigidas em letras góticas, deviam soar monocórdicos diante da loquacidade com que eram invocados para defender certos pontos de vista no Brasil. A história que se conta aqui é sobre essa tensão entre um tipo de abordagem em economia, produzido para ouvidos germânicos, e suas reverberações no Brasil.

Antes de mais nada, deve-se ao leitor algumas palavras sobre o título que, intencionalmente, carrega signos gráficos de estranhamento, como o *Umlaut* (trema, como em ö) e o "k", bastante frequentes em alemão. Mas a escolha pelo termo *Nationalökonomie* também não foi a mais germânica possível, pois seu correlato com radicais alemães – *Volkswirtschaftslehre*[1] – é ainda mais distante de nosso universo lexical. O primeiro termo já é, em si, um fruto da disseminação internacional de ideias, pois é uma germanização dos vocábulos "economia" e "nação", de raízes greco-latinas. Para além de sinalizar esse estranhamento envolvido na apropriação de ideias alemãs no Brasil, o título cumpre uma outra função, mais relacionada com o conteúdo do trabalho. O par conceitual *Nationalökonomie-Volkswirtschaft* de alguma maneira sintetiza o tipo de pensamento econômico cuja difusão se tematiza neste trabalho.

No início do século XIX, formou-se uma linhagem de pensamento econômico singular na Europa de língua alemã, herdeira do cameralismo setecentista e também influenciada pelo estudo da "riqueza das nações" por Adam Smith, que se tornou

[1] Literalmente: ciência (*Lehre*), da economia (*Wirtschaft*) do povo, nação (*Volk*).

conhecida como *Nationalökonomie*. Era um discurso econômico que reconhecia a existência do indivíduo e pensava-o como ente distinto do Estado, numa perspectiva que já dava conta da existência de uma sociedade civil em vias de autonomização. Porém, era um pensamento produzido para uma audiência de administradores públicos, portanto bastante voltado para questões da esfera ampla da "política econômica" e para preocupações ligadas ao ordenamento da esfera pública. Isso tornava esse tipo de conhecimento econômico mais flexível, mais aberto, por exemplo, à relativização de certos princípios "teóricos". Nesse sentido, a *Nationalökonomie* foi sobretudo uma forma de organização do conhecimento em economia, expressa em livros-texto lidos em boa parte do mundo ocidental, incluso o Brasil, até o início do século XX. A *Nationalökonomie* não tinha uma agenda necessariamente anti-clássica, mas a partir dela puderam surgir movimentos críticos à economia política clássica, de diferentes orientações metodológicas, como o historicismo e a escola germânica do valor subjetivo, também chamada de "proto-marginalismo".

Se nesse início de século XIX a *Nationalökonomie* não foi necessariamente comprometida com o nacionalismo, esse mesmo termo foi preenchido de uma conotação propriamente nacional com a obra de Friedrich List, que buscou restituir à nação uma centralidade na forma de pensar a ciência econômica e, sobretudo, de formular a política econômica. Em finais do século, no contexto da unificação alemã, a jovem escola histórica e o socialismo de Estado também dotariam essa ideia de significados propriamente nacionalistas, utilizando-se sobretudo da forma germânica *Volkswirtschaft(lehre)*, que poderia ser traduzida, nesse contexto específico, não como economia, ou economia política, mas efetivamente como "economia nacional". Em conjuntura a ser examinada adiante, Rui Barbosa optou pela curiosa tradução de "economia social" para essa designação. A conotação nacionalista original se prestou à assimilação brasileira, por exemplo, para defender "a economia nacional" de interesses estrangeiros ligados ao livre-cambismo. No pós-Segunda Guerra, esse sentido nacionalista, ligado à abordagem organicista popular no século XIX, perderia força e, hoje, esse par conceitual *Nationalökonomie-Volkswirtschaftlehre* é utilizado em alemão para designar simplesmente a "ciência econômica". Em poucas palavras, pode-se dizer que o tema deste trabalho é a disseminação, no Brasil, dessa *Nationalökonomie* que comportou diversos significados e conteúdos, entre o final do século XIX e o início do XX.

A respeito da periodização, convém começar pelo fim. Com a derrota alemã na Segunda Guerra, as condições de possibilidade de um discurso econômico que se

identificasse como especificamente alemão eram inexistentes. No pós-Guerra, a ciência econômica sofreu um intenso processo de "americanização" que se refletiu, inclusive, na própria maneira de se narrar a história da disciplina: o prestígio internacional, no final do século XIX, de *scholars* de perfil mais nacionalista como, por exemplo, Adolph Wagner e Gustav Schmoller contrasta com sua quase ausência da narrativa-padrão sobre a história do pensamento econômico veiculada hoje. Não por acaso, a perspectiva "escolhida" para orientar essa história é a teoria do valor, campo que, de fato, não foi aquele no qual os intelectuais alemães oitocentistas mais se destacaram. Seria difícil, contudo, contar a mesma "HPE" baseada no eixo "Smith-Ricardo-Marx-Keynes" se o eixo condutor fosse "economia do setor público" ou "o lugar da empiria". O ponto de chegada da tese, portanto, é o momento em que já estava em curso o processo de emigração de economistas alemães em decorrência do Nazismo, contribuindo para que os Estados Unidos se confirmassem como centro irradiador da ciência econômica nas décadas subsequentes.

Quanto ao ponto de partida – a proclamação da República e a gestão de Rui Barbosa à frente da Fazenda – a justificativa principal é a importância da obra do próprio Rui e de sua biblioteca, rica em volumes germânicos. Não se encontraram, em manuais de economia política produzidos no século XIX, por exemplo nas Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, indícios fortes de apropriações germânicas – com exceção talvez da obra de Clovis Bevilaqua, já na virada do século. Vale lembrar que a Faculdade do Recife foi um centro de disseminação de ideias jurídicas de origem alemã, motivo pelo qual parece haver potencial para traçar caminhos de difusão de ideias econômicas alemãs nesse contexto institucional. Isso demandaria, no entanto, um estudo da história do direito que foge ao escopo desta tese. Na Coleção Tobias Barreto, hoje abrigada na Universidade Federal de Pernambuco, não foi possível encontrar obras de economistas alemães oitocentistas, como foi possível consultar, por exemplo, na Biblioteca de Rui Barbosa e na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Dessa forma, o ponto de partida também reflete o recorte da tese, centrada em apropriações brasileiras de um pensamento reconhecido, nos termos da época, como econômico. Também faz parte desse recorte a escolha de "indivíduos brasileiros" como unidades de análise do processo de apropriação: é possível que outros estudos cheguem a constatações enriquecedoras a respeito da difusão internacional de ideias estudando, por exemplo, instituições, como faculdades e institutos históricos.

O trabalho reflete apropriações alemãs de personagens brasileiros atuantes na Primeira República e na Era Vargas. Rui Barbosa e o trio de industrialistas – a saber: Amaro Cavalcanti, Vieira Souto e Serzedelo Correia – estavam pensando num registro

em que preponderavam as questões monetárias e o auxílio à "atividade produtiva nacional". Já as elaborações intelectuais de Francisco Simch e de Roberto Simonsen refletiram as transições políticas e econômicas da primeira metade do século XX: com a Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão e a crise do liberalismo, esses dois pensadores foram incorporando a suas agendas questões como o planejamento econômico e o socialismo soviético. Se houve essa diferenciação temática, houve também assuntos longevos: a questão comercial, ou o debate em torno das vantagens do protecionismo, permeou as elaborações desses vários personagens, de final do século XIX a meados do século XX. As assimilações de autores alemães estiveram, em cada caso, relacionadas com os respectivos contextos de atuação dos "leitores" brasileiros. Isso não exclui, é claro, apropriações mais "acadêmicas" ou pedagógicas, afinal, examinam-se aqui dois livros-texto de clara inspiração germânica, não tão imediatamente associados a uma agenda de política econômica.

A tese propõe-se, portanto, também como uma reflexão acerca dos processos históricos envolvidos na formação de um pensamento econômico brasileiro. A produção de industrialistas como Roberto Simonsen, por exemplo, abriu caminhos, por meio de apropriações do legado de Friedrich List, para que um tipo de análise da questão comercial efetivamente passasse a informar linhagens não liberais pertencentes ao que hoje se reconhece como "pensamento econômico brasileiro". O mesmo não se pode dizer das propostas pedagógicas, de clara inspiração germânica, consubstanciadas nos livros-texto de Francisco Simch, que não se tornaram um elemento identificado com linhagens ligadas a uma tradição "nacional" de pensamento econômico. Nesse sentido, o prisma das assimilações germânicas permite, também, colocar questões a respeito do processo de formação de linhagens de pensamento econômicas identificadas como "brasileiras". Esse processo envolveu escolhas e caminhos não trilhados que as apropriações alemãs ajudam a divisar.

Sobre as opções formais de estruturação e exposição do trabalho, vale lembrar que, assim como no caso dos personagens estudados, a escrita desta tese envolveu um esforço de apropriação e tradução, ainda que fragmentária, de diversos textos em alemão. Escolheu-se, para tornar a leitura mais ágil e confortável, traduzir e/ou parafrasear todos os trechos relevantes referidos ou citados, fazendo observações a respeito das eventuais ambiguidades e dificuldades envolvidas na tradução, quando é o caso. Optou-se por não reproduzir os trechos originais em alemão, para não carregar demais o texto. As indicações ao longo do texto vão em notas de rodapé e, no final, há uma lista de referências, separadas entre fontes e bibliografia, de modo que o leitor possa buscar os

textos originais, se for de seu interesse, e inteirar-se da bibliografia utilizada.

A tese se organiza em três partes. A Parte I discute questões teóricas e historiográficas que orientaram a pesquisa. Busca-se situar o campo da história do pensamento econômico no âmbito de alguns marcos teóricos e, dentro desse campo, esboçam-se algumas reflexões sobre a temática da difusão internacional como campo de pesquisa histórica. Na Parte II, o assunto é o pensamento econômico alemão: a formação da *Nationalökonomie*, as correntes oitocentistas mais influentes no Brasil e, por fim, três trajetórias pessoais que dão corpo à história de ideias feita inicialmente, além de incluir a figura de Carl Landauer, cuja trajetória de emigração para os EUA pode ser vista como um ponto de chegada do pensamento econômico alemão de que se trata aqui. A Parte III volta o olhar para os trópicos e examina as influências germânicas de Rui Barbosa, dos referidos industrialistas da Primeira República, do gaúcho Francisco Simch e de Roberto Simonsen. Destaca-se o processo de apropriação, com sua dimensões de criatividade, mas também de tensão, no sentido do "espírito de Pestana". O desfecho dessa última Parte é a apropriação simonseniana do pensamento de um Landauer que, embora tivesse uma formação germânica, já escrevia em inglês e atuava nos Estados Unidos.

PARTE I

Teoria e historiografia

Capítulo 1

História do pensamento econômico: questões teórico-metodológicas

Grau, teurer Freund, ist alle Theorie
Und grün des Lebens goldner Baum.
Cinzenta, caro amigo, é toda teoria
E verde, a árvore áurea da vida.

Mefistófeles, em *Fausto* (Parte I), de J. W. Goethe

Quando se pensa em história do pensamento econômico, vêm à tona pelo menos dois campos do conhecimento, que se tornaram relativamente distantes um do outro, ao menos nos últimos tempos: a história e a economia. São áreas distintas do saber, devido, sobretudo, às finalidades diferentes que apresentam, na atual disposição das áreas do conhecimento: a história, de modo geral, se debruça sobre as mudanças, as vicissitudes, sobre aquilo que é sensível ao tempo – de acordo com Marc Bloch, seria a "ciência dos homens no tempo". Em outras palavras, seria a ciência daquilo que nos homens é sensível ao tempo.[1] Para Edward Carr, num outro exemplo, a história seria "um processo contínuo entre o historiador e seus fatos, um interminável diálogo entre o presente e o passado".[2]

Já a economia – a ciência econômica – teria como fim primordial o reconhecimento e descrição de regularidades ligadas à vida material: não é à toa que o núcleo vitorioso desta disciplina, em seu figurino americanizado do pós-guerra, é a "teoria econômica". Para Marx, por exemplo, a economia política (clássica) é um produto ideológico, destinado a formular as relações de produção burguesas em categorias, em leis, mostrando a superioridade dessas categorias em relação às suas antecessoras.[3] Lionel Robbins, mais em linha com o que viria a se tornar o atual *mainstream* da economia, postulou que a economia seria "a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que possuem fins alternativos".[4]

Não é a pretensão aqui estabelecer ou julgar definições de história e de economia, mas tão somente instigar à discussão sobre os desafios teórico-metodológicos que se apresentam à história do pensamento econômico, dados os atuais critérios de delimitação entre os campos do saber.[5] As definições da finalidade da história, por mais distintas que

---

[1] BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. 2. ed. Cahier des Annales, 3. Paris: Librairie Armand Colin, 1952. p. 4.
[2] CARR, Edward Hallet. *What is history?* London: MacMillan, 1961, p. 24.
[3] MARX, Karl. *Misère de la philosophie* (1ª edição 1847). Paris: Éditions Sociales, 1961.
[4] ROBBINS, Lionel. *An essay on the nature and significance of economic science*. London: MacMillan, 1932, p. 15.
[5] Não se pretende, tampouco, traçar "fronteiras" artificiais entre dois campos do conhecimento cujas articulações, do ponto de vista intelectual e institucional, são evidentes e podem ser profícuas. O objetivo do contraste enfatizado é apenas

possam ser, incluem em alguma medida: o passar do tempo; as relações entre passado, presente e futuro; as articulações dos fatos em processos: numa palavra, a razão de ser da história é mais a reconstituição, a narrativa, do que a teorização. É claro que os historiadores se apoiam em teorias para produzir e orientar suas narrativas, mas isso é bastante distinto de ter na formulação de teorias a finalidade de seu discurso.

Já com a economia tem ocorrido o oposto. Seja para legitimar o *status quo* burguês, seja com vistas à alocação eficiente de recursos escassos, o propósito dessa ciência é a formulação de categorias, de leis, isto é, a teorização. Se na definição de Marx esse objetivo fica claro, na de Robbins não é evidente, mas pode ser facilmente percebido: se estuda "o comportamento humano", a economia pressupõe que este é passível de ser descrito em termos teóricos, em termos de categorias gerais. Não se quer aqui "naturalizar" essa definição de economia, pelo contrário. Apenas constata-se que é a que prevalece hoje em dia, a despeito de existirem linhagens de pensamento econômico, algumas das quais estudadas nesta tese, que dão peso considerável à história e à empiria em suas elaborações e chegam a propor a impossibilidade da formulação de leis gerais em economia.

O historicismo alemão, por exemplo, a despeito da diversidade de abordagens que comportou, teve um denominador comum na relativização da ideia de que as regularidades econômicas são de validade geral. Mesmo o estruturalismo latino-americano, em sua versão furtadiana, tem nos aportes da história econômica um ponto de partida indissociável da elaboração de uma teorização que dê conta de problemas específicos do terceiro mundo. Para além da questão da história, a ciência econômica nem sempre foi um discurso que se propôs distante das questões práticas ou administrativas. Conforme se desdobra na Parte II deste trabalho, a economia política produzida na Alemanha setecentista foi um campo de conhecimento cuja finalidade era intimamente ligada aos objetivos do Estado. Na Alemanha do século XIX – e não só neste país – a formação em economia ainda incluía dimensões – eminentemente práticas – da política econômica e da economia das finanças públicas. A chamada controvérsia dos métodos foi, nesse sentido, um debate não só sobre as possibilidades metodológicas do indutivismo e do dedutivismo, mas sobre a admissibilidade de certos campos mais "práticos" do saber como parte da ciência econômica. De toda maneira, as tendências que veem a economia como "teoria geral" venceram esse debate, tornando-se produtivo, para os propósitos deste trabalho, explorar as tensões entre essa proposição de um discurso teórico e a

motivar a discussão sobre o lugar da história do pensamento econômico num entrecruzamento de campos diversos (e inter-relacionados) do saber.

inclinação, inerente à história, à reconstituição narrativa.

Essa comparação encontra apoio no argumento de Fernando Novais, que, ao analisar a relação da história com as ciências sociais atuais, entre as quais se inclui a economia, parte dos objetos abordados por esses dois domínios. Para Novais, a história responde à necessidade de criação da memória social e seu objeto é o "acontecer humano em qualquer tempo e espaço"; por natureza, é um campo indelimitável. Nesse sentido, é tarefa do historiador recortar, para produzir uma "história de" algo. Já no caso das ciências sociais, o objeto é delimitado *a priori*: essas ciências seccionam a realidade, veem certos ângulos. E essa secção acontece para que se possa conceitualizar, teorizar. No caso da economia, o que a constitui é a delimitação de uma esfera da existência ligada à produção e consumo de bens econômicos. O fato de, a partir do século XIX, os historiadores se utilizarem de conceitos oriundos das ciências sociais em suas pesquisas implica que a história não apenas reconstitua a memória, mas a reconstitua com o uso de explicações teóricas. O fazer do historiador, porém, não muda em sua essência. Em suma, diz Novais: "O cientista social faz reconstituição para chegar à explicação; o historiador usa a análise para fazer a reconstituição".[6]

Nessa constelação atual, a situação da história do pensamento econômico é singular e carrega em si um considerável potencial crítico, pois é um momento em que a história toma por objeto essa ciência econômica que se auto-reconhece como teórica. Sua tarefa é identificar aquilo que é "sensível ao tempo" num discurso que se quer infenso a essa suscetibilidade. É procurar diálogos entre presente e passado num corpo de fontes ligadas a um saber teorizante, é buscar momentos, talvez convenientemente esquecidos, em que a própria ciência econômica esteve "em dúvida" sobre seus próprios pressupostos. É esse conflito entre perspectivas distintas que motiva a discussão feita neste capítulo: o ponto de partida é a convicção de que tal tensão pode ser enriquecedora, no sentido da construção de uma narrativa histórica atenta à temporalidade, sem perder de vista as especificidades do discurso econômico.

Ricardo Tolipan formulou o desafio colocado à história do pensamento econômico em termos da superação do discurso científico, que se propõe como resultado e não como processo. Segundo Tolipan, esse discurso teleológico escamoteia seu passado por meio de uma dupla manobra. De um lado, relata-se o passado da ciência depois de esta apresentar-se como verdade: este passado deixa de ter, portanto, qualquer função lógica ativa na formação da ciência, para servir apenas como contraponto inverídico de uma

[6] NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, pp. 379-380.

verdade presente. A ciência se constitui, portanto, como relato conclusivo de "erros passados". Ganha sentido, então, a segunda estratégia: o passado do conhecimento científico se torna o enfrentamento entre "erro-sacrifício" e "gênio-revelação": "Um conjunto de intuições geniais supera, aos poucos, o erro, base sobre a qual se constrói a verdade".[7] Os resultados dessa dupla manobra teriam um sentido apologético, de legitimação e elogio do discurso científico. No limite, o resultado é a dogmatização do conhecimento, cuja expressão é a dicotomia entre o manual científico (que contém a "verdade") e o manual de história da ciência.

Como possibilidade de subverter essa tendência, Tolipan propõe que se entenda a construção do saber como um jogo de convencimento, baseado em persuasão e dissuasão. A verdade como resultado necessário seria, nesse sentido, apenas o paroxismo da vontade de persuasão – sua forma histérica. Contra isso, o antídoto estaria no ceticismo radical, na insistência sobre o caráter lúdico da verdade, "movimentando o jogo para não permitir sua estagnação pela manobra dogmática e pela alocução autoritária". A história do pensamento econômico deveria ser, então, o lugar do combate "irônico" contra esses princípios do discurso científico. Na prática, isso resultaria numa crítica ao modo específico de construção da ciência econômica e na insinuação do caráter mistificador de sua pretensão à verdade.[8]

Dentro do desafio de tornar produtiva a tensão inerente à tarefa de narrar a história da economia como disciplina, propõe-se justamente a busca de propostas teórico-metodológicas que possam fornecer instrumentos para enfrentar esse desafio. Trata-se, de apresentar pontos de vista distintos, mas em alguma medida relacionados, sobre a natureza da história das ideias econômicas. É uma seleção de perspectivas articulada em torno da ideia de que é, no mínimo, insuficiente a proposição de que a história da ciência econômica pode ser contada em termos de uma sofisticação analítica progressiva, rumo à verdade. Ao lado das aproximações de economistas que legaram pontos de vista marcantes sobre a natureza da história de seu campo do conhecimento, como Marx, Schumpeter e Mark Blaug, são discutidos outros ângulos de visão sobre o assunto, no entrecruzamento com outras disciplinas, com vistas a ampliar o entendimento do processo de desenvolvimento do pensamento econômico no tempo. Os *insights* apresentados provêm da sociologia do conhecimento, da história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) e da proposta foucaultiana de uma "arqueologia do saber".

---

[7] TOLIPAN, Ricardo. *A ironia na história do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1990, pp. 8-9.
[8] TOLIPAN, 1990, pp. 12-13. O conceito de ironia adotado por Tolipan provém de Jankélévitch.

1.1. Os economistas: entre a ciência pura e os "humores do tempo"

Desde há muito, os economistas têm-se preocupado com o passado ou as origens de sua ciência. A própria narrativa de fundação da economia, a partir da publicação de *A riqueza das nações* por Adam Smith em 1776, baseia-se na superação de um passado caricato, isto é, na construção de uma narrativa de "história do pensamento" que instituiu um marco, a partir do qual certo tipo de saber deveria ser considerado superado. Ao discutir e deslegitimar o *mercantile system* no livro IV de seu tratado mais conhecido, Smith foi enfático ao afirmar que se tratava de um conjunto de proposições auto-interessadas, cujos arquitetos teriam sido certos mercadores e manufatores. Como resultado, os interesses de consumidores e outros grupos de mercadores seriam lesados. Ademais, os expedientes "mesquinhos e malignos" do sistema mercantil levariam ao monopólio e à consequente diminuição geral da "indústria" (*industry*) tanto em países colonizados quanto nos colonizadores.[9] Smith não estava interessado em narrar uma história do pensamento econômico nos termos atuais, mas seu procedimento de conjurar um corpo de noções anteriores a serem combatidas e substituídas pela economia política smithiana teve impacto duradouro, como atesta a longevidade e importância da categoria mercantilismo na história da ciência econômica.[10]

Karl Marx foi outro economista que se debruçou sobre o evolver das ideias econômicas que o precederam. Mesmo antes de seus detalhados estudos sobre a história da teoria econômica nos anos 1860, publicados por Karl Kautsky como *Teorias da Mais-Valia* (o quarto volume de *O Capital*), Marx fez várias referências às ideias de Smith e Ricardo como "economia burguesa", com o objetivo de singularizar sua contribuição como uma efetiva crítica à economia política e de mostrar seu comprometimento com as causas do proletariado.[11] Em *A miséria da filosofia*, Marx deixou clara essa maneira crítica de encarar a economia política que o precedera: "As categorias econômicas são somente expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção".[12] Assim, segundo Marx, seriam os interesses da burguesia em ascensão econômica e em luta por poder político que informariam as elaborações dos economistas clássicos e mesmo de questionadores como Proudhon, considerados ingênuos e, no fundo, comprometidos com

---

[9] SMITH, Adam. *An inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Glasgow Edition. Oxford: Oxford University Press, 1980, p. 610.

[10] Sobre Adam Smith, o sistema mercantil e a categoria mercantilismo, ver SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Moeda, mercadoria e crise mercantil: os debates econômicos na Inglaterra na década de 1620*. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 2010. Tese de Doutorado, pp. 3-18; e MAGNUSSON, Lars. "Introduction", in: MAGNUSSON, Lars. (ed.). *Mercantilist economics*. New York: Springer, 1993.

[11] Sobre o texto que resultou na publicação de *Teorias da Mais-Valia*, ver o Prefácio à edição alemã: "Vorwort", in: MARX, Karl. *Theorien über den Mehrwert*. MEW 26. Berlin: Dietz, 1965.

[12] MARX, 1961, p. 118.

o capitalismo. Na interpretação marxiana, portanto, a história das ideias econômicas é um retrato fiel da materialidade social contemporânea, refletindo os enfrentamentos de classe, traduzidos em embates ideológico-intelectuais.

Se Smith e Marx historiaram teorias precedentes no intuito de viabilizar seus próprios sistemas teóricos, o mesmo não pode ser dito de J. A. Schumpeter, cuja extensa *História da análise econômica* é uma empreitada intelectual que constitui um fim em si mesmo. Na parte introdutória desta obra, Schumpeter definiu três categorias básicas, que ajudam a balizar a discussão sobre a natureza da história da ciência econômica: história da análise econômica, história dos sistemas de economia política e história do pensamento econômico. A história da análise econômica, que é o projeto de Schumpeter em seu livro, seria a história da teoria econômica em si, dos conceitos e instrumentos científicos (do ponto de vista da ciência empírica) usados pelos economistas para compreender a realidade. É uma categoria não muito clara, que se define por oposição às outras.[13]

Os sistemas de economia política seriam "o amplo conjunto de políticas econômicas que seu autor sustenta tendo por fundamento determinados princípios unificadores". Já o pensamento econômico seria a "soma total de todas as opiniões e desejos referentes a assuntos econômicos, especialmente relativos à política governamental que, em determinados tempos e lugares, pertencem ao espírito público". A história da análise econômica seria, portanto, aquilo que "sobra", ao se retirar a política econômica, as opiniões e desejos pessoais que acompanham o evolver da economia ao longo do tempo – em suma, haveria que se separar os "humores do tempo" da análise econômica pura. Embora pretenda fazer uma história da análise econômica, Schumpeter produziu uma obra que extrapolou esses limites estreitos colocados no projeto inicial.[14]

Num momento posterior, Mark Blaug propôs duas novas categorias, emprestadas à filosofia, relacionadas em alguma medida com aquilo que Schumpeter já havia discutido sobre a natureza da história do conhecimento econômico. Para Blaug, haveria duas formas básicas de se fazer história do pensamento econômico: abordagem absolutista ou reconstrução racional e abordagem relativista ou reconstrução histórica. As categorias schumpeterianas "história do pensamento econômico" e "história dos sistemas de economia política" se fundem na abordagem relativista. O relativista considera as teorias formuladas no passado como um reflexo, mais ou menos fiel, das condições

[13] Sobre a concepção schumpeteriana de história do pensamento econômico e alguns desdobramentos, ver BRUZZI CURI, Luiz Felipe. *Entre a história e a economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsern*. São Paulo: Alameda, 2015, pp. 29-31.

[14] SCHUMPETER, Joseph. *History of economic analysis*. New York: Oxford University Press, 1954, pp. 35-40.

contemporâneas, de modo que cada teoria se justifica, em princípio, em seu próprio contexto; o absolutista só enxerga o desenvolvimento estritamente intelectual do tema, considerado como uma progressão incessante do erro até a verdade.[15]

Essas categorias – absolutismo e relativismo – podem ser desdobradas em outras. Screpanti e Zamagni veem dois tipos de abordagem, dentro do âmbito mais geral das formas absolutistas de se entender a história do pensamento econômico.[16] A primeira seria a visão "incrementalista", segundo a qual a ciência econômica progride pouco a pouco, sendo que cada teoria beneficia-se da anterior, num processo de acúmulo de saber similar a uma bola de neve que, ao rolar, torna-se mais robusta à medida que junta o que encontra pela frente. Não há espaço para as crises, para as mudanças abruptas de orientação. A segunda perspectiva seria a "catastrofista", representada pela aplicação do modelo de revoluções científicas de Thomas Kuhn à ciência econômica: o conhecimento, neste caso, evolui por meio de revoluções, ocasionadas pelo acúmulo de anomalias no paradigma dominante. À diferença da visão "incrementalista", a kuhniana percebe a ciência como progredindo de forma descontínua, mas ambas se situam no âmbito absolutista, isto é, atentam para aquilo que Schumpeter chamou de análise econômica, sem preocupar-se com os fatores sociais ou culturais que afetam a produção de ideias econômicas.

George J. Stigler é um exemplo de economista que enxergava a ciência econômica numa perspectiva absolutista e incrementalista: para ele, não haveria influência significativa dos eventos contemporâneos sobre a produção de ideias econômicas. Seu argumento principal é que a influência dominante sobre o trabalho de economistas teóricos provém do conjunto de valores internos e pressões da disciplina. Como contraexemplo, cita a revolução industrial: num momento em que avanços tecnológicos se acumulavam de forma rápida, a principal tradição da economia clássica via o estado "das artes" ou da técnica como um dado. Nessa linha, menciona também a revolução nos meios de transporte, que teve lugar no século XIX, sem que o tema dos transportes granjeasse um lugar explícito no âmbito da teoria econômica.[17]

Um percurso digno de nota, nesse tema, é o de Mark Blaug. Em seu manual *Economic theory in retrospect* (1962), apresentou uma reconstrução racional da teoria econômica, interpretando ideias do passado à luz de suas supostas contribuições para o "progresso" da teoria rumo às suas formas mais atuais. Em artigo mais recente, contudo,

---

[15] BLAUG, Mark. *Teoría económica en retropección*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2001. pp. 17-18.

[16] SCREPANTI, Ernesto e ZAMAGNI, Stefano. *An outline of the history of economic thought.* 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2005. pp. 1-15.

[17] STIGLER, George J. "The Influence of Events and Policies on Economic Theory", in: *The American Economic Review*, Vol. 50, No. 2, 1960.

Blaug fez uma defesa enfática da reconstrução histórica, reconhecendo os limites de seu esforço intelectual anterior, assinalando que só um prisma mais relativista seria capaz de evitar distorções das ideias de economistas do passado, advindas da interpretação de suas obras informadas apenas por concepções contemporâneas. Ademais, Blaug é enfático ao afirmar que a história do pensamento econômico é parte integrante da ciência econômica: mais do que um ramo da história das ideias, seria um campo da economia.[18]

Na linhagem relativista, há diversas formas de produzir história do pensamento econômico, de acordo com o tipo de fator histórico que se privilegia como influência mais forte sobre a produção de ideias econômicas. Eric Roll, por exemplo, baseou sua abordagem na "convicção de que a estrutura econômica de cada época e as mudanças que sofre são as principais influências atuantes sobre o pensamento econômico". A economia smithiana representaria, nessa perspectiva, a situação em que a ordem capitalista estava em condições de equilíbrio, sendo este equilíbrio baseado na pequena fábrica não-mecanizada e numa economia de troca desenvolvida no âmbito de um mercado nacional, no qual a mão invisível era capaz de integrar produção agrícola e industrial. Já o sistema walrasiano representava uma ordem econômica em que a competição era quase perfeita, nos mercados de bens e de trabalho, ao menos nos países mais industrializados. Outros fatores podem ser eleitos como determinantes da produção das ideias econômicas: o político, o geracional e mesmo o cultural.[19] Outro exemplo de manual que se inclina para uma reconstituição relativista é o de Screpanti e Zamagni: embora não elejam um fator histórico específico como guia para o evolver da ciência econômica, o contexto econômico, político e ideológico é apresentado como parte constituinte desse processo.[20]

Embora não se proponha exatamente como uma história do pensamento econômico, o livro do historiador econômico Josep Fontana sobre a história da historiografia pode ser visto como um exercício bem-sucedido de reconstrução relativista do conhecimento histórico e econômico. Justamente por trabalhar no entrecruzamento desses dois campos, Fontana propõe um modelo que relaciona a maneira como os economistas e filósofos teorizam o mundo com a forma como eles mesmos – ou seus colegas historiadoriores, a depender do caso – o reconstituem. Sua proposição é que a descrição do presente e do passado se completa com aquilo que chama de uma "economia política", isto é, uma explicação do sistema de relações que existem entre os homens, que serve para justifica-

[18] BLAUG, Mark. "No history of ideas, please, we're economists", in: *Journal of Economic Perspectives*, vol. 15, n. 1, 2001.
[19] ROLL, Eric. *Historia de las doctrinas económicas*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1971. p. 14.
[20] SCREPANTI e ZAMAGNI, 2005.

las e racionalizá-las. A partir dessa racionalização da evolução do passado ao presente, mediada pelo flitro da "economia política", obtém-se uma projeção para o futuro, ou um projeto social. Nesse sentido, seriam indissociáveis, na perspectiva de Fontana, a história, a "economia política" e o projeto social.[21]

Um exemplo de aplicação de sua abordagem seria o estudo das ideias de Adam Smith. Conforme Fontana, não se deve considerar Smith somente um economista, sendo sua visão da história indissociável de suas ideias econômicas. Haveria, dessa forma, em Smith, a combinação entre três dimensões: uma visão da história como ascenso do homem da situação de barbárie rumo ao capitalismo, um programa para o desenvolvimento deste sistema, e a antecipação de um futuro de prosperidade para todos. Smith teria, segundo Fontana, entendido o capitalismo, que, em seu contexto, já apontava para a industrialização. Formulou uma visão de história coerente com a economia política desse sistema, e portanto, no dizer de Fontana, "conservadora". Se o progresso econômico explica por si só o ascenso do homem da barbárie à civilização e riqueza, basta esperar a plena culminação desse progresso para que a prosperidade se estenda a todos, inclusive às camadas mais baixas do povo.[22]

Ao envolver-se no debate a respeito do caráter retórico da ciência econômica, Pérsio Arida propõe uma espécie de síntese entre as perspectivas absolutista e relativista a respeito da história do pensamento econômico, embora seu registro conceitual seja distinto. Em sua terminologia, haveria, basicamente, dois modelos de encarar a ciência econômica. No modelo *hard science*, no qual é central a ideia de fronteira da ciência, a história do pensamento econômico não teria relevância do ponto de vista da construção do conhecimento, já que as verdades do passado teriam sido incorporadas à teoria vigente na contemporaneidade. O modelo *soft science*, por sua vez, desconstrói a ideia de fronteira e vê na história do pensamento não uma sucessão de erros, mas uma fonte importante seja de inspiração, seja de respostas efetivamente teóricas para as questões da economia. Conforme Arida, esse modelo peca por desmerecer o estudo atual da teoria, pois parte da ideia de que as controvérsias do passado foram superadas sempre em sentido predominanentemende negativo, isto é, sem qualquer sentido de "avanço" na compreensão de fenômenos.[23]

Como "terceira via" entre esse dois modelos extremos, Arida propõe que se estude a

---

[21] FONTANA, Josep. *Historia: análisis del pasado y proyecto social*. Barcelona: Austral, 2013, p. 10.
[22] FONTANA, 2013, pp. 90-94.
[23] ARIDA, Pérsio. "A história do pensamento econômico como teoria e retórica", in: REGO, José Marcio (org.). *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34,1996, pp. 22-34.

economia a partir de um jogo de regras retóricas. Sem detalhar essa lista de procedimentos retóricos, vale destacar como exemplo o da "generalidade", utilizado por Marx e Keynes, dentre outros. A regra da generalidade consiste em tornar o sistema dos interlocutores apenas um caso particular do seu próprio, normalmente por meio de uma desconstrução conveniente do pensamento alheio.[24] Essa abordagem poderia, segundo Arida, manter a riqueza de uma perspectiva de história das ideias, que leve em conta o contexto ao examinar a história do pensamento econômico, sem perder a dimensão da auto-reflexão sobre a disciplina. Nesse sentido, em vez de assumir que as controvérsias em economia se resolvem pelo recurso à evidência empírica, ou que não se resolvem, propõe-se a explicitação dos procedimentos retóricos que levaram certas teses a prevalecer sobre outras. Esse enfoque nos "critérios retóricos de seleção" forneceria um caminho do meio entre os modelos *hard* e *soft*, descritos no início.[25]

Essa recapitulação até aqui mostra que há, entre os praticantes da economia em sentido amplo, alguma variedade de perspectivas sobre a história desse campo do saber. O principal corte entre essas abordagens parece ser, de fato, o peso dado ao contexto histórico, aos fatores "externos" à ciência econômica "analítica", no sentido schumpeteriano: é com base nesse critério que se definem as linhagens absolutista e relativista. Vale lembrar que essa divisão tem, também, sua própria história: a Smith e Marx talvez não fosse possível conceber uma atividade teorizante totalmente separada do ato de historiar a própria ciência. Para economistas como Wilhelm Roscher, da primeira geração da escola histórica alemã, decerto essa separação não era possível, tendo em vista que seu objetivo era justamente questionar a validade das leis econômicas, mostrando sua relatividade (no tempo, inclusive). Em Schumpeter, a história da análise econômica já aparece como projeto intelectual mais autônomo em relação à sua produção teórica.

A separação desses dois ramos pode ser relacionada com a especialização no campo da economia, que teve lugar, sobretudo, ao longo do século XX. A "derrota" do historicismo e a americanização da economia no pós-guerra, com a consequente vitória do modelo *hard science*, também são fatores associados a esse processo. De toda maneira, nos anos mais recentes, por mais que existam estudos relativistas sobre a história do pensamento econômico e tentativas de "terceira via", como o projeto de se estudar a história da economia por meio da retórica, tem prevalecido, no conjunto da disciplina, a divisão do trabalho criticada por Tolipan. Alguns (poucos) profissionais dedicam-se a historiar a ciência, ao passo que o núcleo da área volta-se para fazê-la "avançar" do ponto

[24] ARIDA, 1996, pp. 39-41.
[25] ARIDA, 1996, pp. 44-45..

de vista teórico. É com intuito de colocar em questão essa clivagem – e de buscar outros prismas de observação – que passamos, a seguir, a algumas abordagens oriundas do campo mais amplo da história e das ciências sociais.

1.2. A sociologia do conhecimento ou "todo conhecimento é ideológico"

De antemão, vale dizer que o problema central da sociologia do conhecimento, da forma como definiu Karl Mannheim, é a relação entre o conhecimento, de forma geral, e a existência humana. Embora o termo sociologia do conhecimento ou sociologia do saber (*Soziologie des Wissens*) tenha sido introduzido por Max Scheler, em 1924, foi o livro de Karl Mannheim *Ideologia e Utopia*, publicado em 1929 e traduzido para o inglês sete anos mais tarde, que popularizou este campo da sociologia.[26] Embora trate do saber de forma bastante genérica, a sociologia do conhecimento levanta questões teóricas que vêm ao encontro das inquietações associadas ao fazer do historiador do pensamento econômico.

De alguma forma, a origem intelectual desse ramo da sociologia também pode ser buscada em Marx, com sua crítica das concepções teóricas da economia política clássica, tachadas de burguesas e ideológicas. No âmbito do marxismo, essa preocupação com a história das ideias ou, para usar o jargão, com a superestrutura ideológica da sociedade capitalista, foi desdobrada, por exemplo, por Antonio Gramsci, que teorizou sobre o papel político dos intelectuais. A categoria de intelectual orgânico tem, para Gramsci, um sentido que não se prende exatamente à pessoa, mas à sua função: ser intelectual é exercer uma função organizativa no processo de construção de hegemonia de uma dada classe. Para ser mais preciso, o momento crítico do estabelecimento da hegemonia de uma classe social sobre as demais é quando seus interesses específicos se tornam os interesses da sociedade como um todo e passam a orientar o governo: para que isso seja atingido, faz-se necessária a atuação de intelectuais que representem os interesses de classe, legitimando-os e defendendo-os até que se tornem hegemônicos. De alguma maneira, ao insistir na importância da ação política do intelectual orgânico ligado ao partido comunista, Gramsci permitiu que o "ideólogo" desempenhasse um papel não necessariamente ligado ao ocultamento do real, presente no sentido marxiano original de ideologia. A atividade intelectual poderia, então, não estar comprometida apenas com a manutenção da ordem (capitalista), mas também, e principalmente, com sua

[26] MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. (Tradução da edição inglesa de 1960, publicada pela primeira vez, em alemão, em 1936).

transformação.[27]

A sociologia do conhecimento se apoia numa definição mais robusta do conceito de ideologia, consolidando a ideia de que qualquer conhecimento produzido é permeado pelos interesses do sujeito cognoscente. Mannheim distingue entre as concepções particular e total de ideologia. A primeira refere-se a afirmativas específicas, que podem ser consideradas dissimulações, falsificações ou mentiras, sem que atinjam a "estrutura mental total" do sujeito que as enuncia. A falsidade dessas afirmativas deve-se à ilusão de si mesmo ou de outros, intencional ou não, consciente, semiconsciente ou inconsciente. A concepção total de ideologia, por seu turno, associa-se à estrutura mental em sua totalidade. Essa noção tem origem, segundo Mannheim, na filosofia iluminista (sobretudo kantiana) da consciência, que postulava a existência de uma unidade subjetiva, de uma "consciência em si", que não era concreta, mas ainda assim rompia com o dogmatismo ontológico medieval que encarava o mundo como existindo independente de nós. O próximo passo é a transformação dessa "consciência em si", fictícia e atemporal, em algo historicamente diferenciável: o "espírito do povo", ou "espírito nacional", *Volksgeist*, que Hegel integrou num "espírito do mundo". Por fim, no âmbito do marxismo, a classe substituiu o *Volk*, abrindo espaço para a noção de que a estrutura da sociedade e suas formas intelectuais variam de acordo com as relações entre as classes sociais.[28]

Do ponto de vista analítico, essa passagem da concepção particular à total de ideologia se efetiva plenamente quando o sujeito passa a considerar não só as posições do outro como ideológicas, mas submete seu próprio pensamento a uma análise sociológica. Mannheim concede que foi no âmbito do marxismo que se permitiu uma fusão inicial das concepções particular e total de ideologia, ultrapassando o nível psicológico de análise do problema: a posição e os interesses de classe (burgueses, no caso) têm papel determinante na constituição do pensamento dominante na sociedade capitalista, podendo levar à formação do que ficou conhecido como "falsa consciência". No entanto, o procedimento de referir o pensamento adversário aos fundamentos ideológicos não se manteve por muito tempo um privilégio dos marxistas: seria uma arma por demais poderosa para se tornar monopólio de uma das partes, qualquer que seja. Nesse sentido, o próprio marxismo poderia ser visto como produto ideológico, porém de outro espectro político. É esse passo analítico que permite uma formulação genérica da concepção total de ideologia, marcando a passagem de uma teoria simples da ideologia

[27] GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel*. Tomo II. Caderno 4. 2. ed. México, D.F.: Ediciones Era, 1999, pp. 168-170 e p. 188.
[28] MANNHEIM, 1976, pp. 90-96.

para a sociologia do conhecimento.[29]

Esse ramo da sociologia teria, portanto, a percepção de que todo saber é produto, em alguma medida, da experiência humana, não havendo implicação negativa na constatação desse fato. Ao procurar demonstrar que mesmo a moralidade e a ética são condicionadas por certas situações sociais, que conceitos fundamentais como dever, transgressão e pecado não existiram sempre, surgindo em correlação com situações sociais específicas, a sociologia do conhecimento se afasta da conotação negativa de ideologia para enfatizar as "perspectivas" do pensador. Mannheim chega a propor que, no âmbito da sociologia do conhecimento, se fale em perspectiva, e não em ideologia, para evitar a conotação moral deste último termo.

Esse raciocínio leva à indagação sobre a relação da sociologia do conhecimento com a questão da objetividade e da veracidade das afirmações. No prefácio à edição inglesa de *Ideologia e Utopia*, Louis Wirth comenta que a ciência social do século XIX era pródiga em advertências contra as influências distorcivas da paixão, do interesse político, do nacionalismo, do sentimento de classe – chegava a fazer ao cientista exortações de "autopurificação". Enquanto essa forma anterior de encarar a objetividade era marcada pela busca de eliminação da subjetividade pessoal, a abordagem moderna, consubstanciada na sociologia do conhecimento, acentuaria a importância cognitiva positiva de tal subjetividade, a íntima relação entre o objeto e o sujeito que o percebe. Nessa última abordagem, a verdade não é mais uma mera questão de correspondência entre pensamento e existência, mas passa a ser permeada pelo interesse, pelo ponto de vista, pelas valorações do investigador. Segundo Wirth, essa noção de objetividade não implica, todavia, a impossibilidade de se dizer algo sobre a verdade de uma afirmação.[30]

Mannheim trata dessa questão por meio da ideia de particularização. Procura escapar de dois extremos, segundo os quais a constatação da relação de uma afirmação com a situação social de seu formulador ou anularia sua validade, ou não teria nenhuma implicação nesse aspecto. Como caminho intermediário, propõe que a sociologia do conhecimento particularize o alcance da afirmação e a extensão de sua validade. Nesse sentido, a abordagem deveria implicar sempre a suspeita de que uma dada afirmação representa apenas uma visão parcial. Sobre esse ponto, Mannheim dá um exemplo elucidativo. Um filho de camponês que cresceu dentro dos estreitos limites da vila em que nasceu tomará o modo de falar e pensar característico desta aldeia como natural. Se, entretanto, vai para a cidade e adapta-se à nova vida, o modo rural de viver não lhe parece

[29] MANNHEIM, 1976, pp. 101-109
[30] WIRTH, Louis. "Prefácio", 1936, in: MANNHEIM, 1976, pp. 9-28.

mais um dado. Ao conquistar esse desligamento do contexto original, pode distinguir, talvez conscientemente, entre os modos "rural" e "urbano" de pensar. Essa distinção contém os indícios daquilo que a sociologia do conhecimento pretende desenvolver: o que dentro de um dado grupo se aceita como absoluto aparece, numa perspectiva mais "desligada", como condicionado pela situação do grupo, sendo reconhecido como parcial.

Indo um pouco além dessa ideia de um pensamento condicionado – ou mesmo determinado – pela situação social do pensador, Ana Maria Bianchi propõe, com fundamento nos achados da sociologia do conhecimento de Peter Berger e Thomas Luckmann, uma relação dialética entre a produção intelectual e sua base social. Nessa abordagem, o conhecimento é, simultaneamente, um produto social e um fator de transformação da sociedade. A dialética entre o saber produzido em determinada época e o contexto que o enseja pressupõe um universo compartilhado de significados. Assim, o conhecimento objetiva o mundo por meio da linguagem e formula os canais pelos quais se produz a ordem social, correspondente com a sociedade que a gerou. A autonomia relativa do conhecimento, nesse sentido, dependeria de uma série de fatores, tais como: a maior ou menor urgência dos interesses sociais em jogo, a utilidade prática desse conhecimento, da capacidade de reação dos que se sentem atingidos ou prejudicados por sua disseminação. No limite, essa dialética implica que não existe o fenômeno econômico (ou político) em si: existem leituras econômicas (ou políticas) de cada fenômeno.[31] Essa visão de que ideias são não apenas consequências da estrutura social, mas, também, meios de produção da ordem social e instrumentos de luta política é enfatizada na seção seguinte.

1.3. Conceitos entre passado e futuro – a *Begriffsgeschichte*

A história dos conceitos é um campo de pesquisa fértil no mundo germânico, que tem enriquecido o estudo da história intelectual, a partir das contribuições de Reinhart Koselleck iniciadas no final dos anos 1960. Uma das principais características da história dos conceitos é fazer com que o estudo das unidades conceituais no tempo ilumine a história social, legal e administrativa. Nesse sentido, assume-se que os conceitos tanto registram quanto afetam as transformações das estruturas governamentais, sociais e econômicas. As mudanças em tais estruturas são percebidas, conceitualizadas e colocadas num horizonte histórico a partir das lutas entre os grupos sociais em torno do significado dessas mudanças.

[31] BIANCHI, Ana Maria. *A pré-história da economia*. São Paulo: Hucitec, 1987, pp. 35-40.

O projeto original dessa abordagem, consubstanciado no ambicioso léxico *Geschichtliche Grundbegriffe* ("conceitos históricos básicos"), coordenado por Reinhart Koselleck, Otto Brunner e Werner Conze, é o de conectar o estudo das mudanças conceituais, num plano analítico, com mudanças nas estruturas políticas, sociais e econômicas da Europa de língua alemã. Esse estudo da evolução histórica dos conceitos se dá por meio da incorporação de um corpo de fontes que envolve obras pertencentes às áreas de filosofia, teoria política e social, teoria econômica, jurisprudência, teologia e, ainda que com menos frequência, literatura. Informações sobre o uso dos conceitos por diversos grupos sociais são obtidas por meio de jornais, diários, panfletos, discursos, documentos da burocracia legal e governamental, além de memórias e correspondências.[32]

Segundo Keith Tribe, as influências filosóficas mais importantes sobre o trabalho de Koselleck seriam Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer. Heidegger, com quem o jovem Koselleck teve contato em Heidelberg nos anos 1940 e 1950, teria fornecido, em seu livro *Ser e Tempo*, as bases para uma compreensão das pessoas com respeito a suas possibilidades e futuros, de modo que o tema da história torna-se não apenas a facticidade passada, mas as possibilidades, as perspectivas e os prospectos de futuro: numa palavra, os futuros passados. Influenciado por essa concepção, Koselleck teria desenvolvido a ideia de que cronologia e tempo vivido convergem, mas também divergem. A primeira é um dado, a partir do qual a temporalidade pode ser registrada, mas essa temporalidade mesma seria um resultado da estrutura que atribuímos aos eventos vividos.[33]

Tribe assinala, na obra de Koselleck, uma presença ainda mais marcante da hermenêutica de Hans-Georg Gadamer, que liderava os seminários de Heidelberg, nos quais Koselleck teria travado conhecimento com Heidegger. Gadamer propôs uma experiência estética baseada na ideia de *Erlebnis* (experiência, no sentido do contato vivo). Essa estética, em alguma medida uma resposta ao racionalismo de matriz iluminista, está centrada na ideia de que uma obra de arte manifesta sua "verdade" por meio da experiência do sujeito. Gadamer se pergunta, então: que tipo de conhecimento é produzido a partir dessa experiência? Koselleck aborda o lado histórico dessa questão. A

---

[32] Ver a obra-chave da história dos conceitos: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner e KOSELLECK, Reinhart. *Geschichtliche Grundbegriffe: historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1984. Para uma avaliação geral da perspectiva da história dos conceitos, numa comparação com a "escola de Cambridge", ver: RICHTER, Melvin. "Reconstructing the History of Political Languages: Pocock, Skinner, and the *Geschichtliche Grundbegriffe*". In: *History and theory*, vol. 29, n. 1. 1990.

[33] TRIBE, Keith. "Translator's Introduction", in: KOSELLECK, Reinhart. *Futures past. On the semantics of historical time*. Tradução de Keith Tribe. New York: Columbia University Press, 2004, pp. vii-xx. Ver, também, CARR, David. "Review of Futures Past", in: *History and Theory*, vol. 26, n. 2, 1987.

partir da descontinuidade entre a tradição clássica e a filosofia moderna, relacionada à tomada de consciência por parte da filosofia de sua própria historicidade, Koselleck indaga: que tipo de experiência abre-se com a modernidade? Essa experiência – marcada pela existência de um tempo histórico – poderia ser descrita pelo par conceitual "horizonte de expectativa" e "espaço de experiência".

Para derivar essas categorias, no ensaio final de seu livro clássico *Futuro passado*, Koselleck parte da ideia, fundamentada nas bases filosóficas referidas, de que as condições de possibilidade da história "real" são as mesmas que tornam possível o seu conhecimento ou sua cognição. A lembrança e a esperança – ou, de forma mais geral, a experiência (*Erfahrung*) e a expectativa (*Erwartung*) – constituem a história e, ao mesmo tempo, seu conhecimento. E os constituem a ambos porque registram e produzem uma relação entre passado e futuro, ou entre ontem, hoje e amanhã. São categorias que se entrelaçam com o passado e o futuro, trazendo à tona o tempo histórico. No entanto, não são apenas categorias teóricas ou meta-históricas, pois, se preenchidas com conteúdo, podem guiar agências concretas, no curso do movimento político e social. Koselleck dá um exemplo esclarecedor nesse ponto, referindo-se às advertências feitas por Turgot a Luís XVI, às vésperas da Revolução Francesa, de que reformas seriam necessárias, se o rei quisesse evitar destino semelhante ao de Carlos I da Inglaterra, executado havia mais de um século. Esses conselhos de Turgot revelam seu horizonte de expectativa, calcado num dado espaço de experiência. A história concreta se forja, nessa perspectiva, por meio de experiências e expectativas determinadas.[34]

A metáfora do horizonte de expectativa, com seu componente espacial, torna mais precisa essa ideia. O horizonte é a linha além da qual um possível novo espaço de experiência se abre, sem que possa ser visto. A dedutibilidade do futuro esbarra em limites absolutos, pois ele ainda não pode ser objeto de experiência. Uma piada sobre a política soviética é usada por Koselleck para reforçar o argumento. Num discurso, Nikita Kruchev teria dito que o comunismo "está no horizonte". Perguntaram-lhe, em seguida, o que seria "horizonte"; ao que respondeu, dizendo que seu camarada deveria procurar a palavra no dicionário. A definição encontrada dizia o seguinte: uma linha imaginária, separando o céu e a terra, que se distancia, à medida que dela nos aproximamos. É particular ao tempo histórico que convivam essas dimensões temporais heterogêneas: Koselleck chamou essa coexistência de contemporaneidade do não-contemporâneo.[35]

---

[34] KOSELLECK, Reinhart. *Vergangene Zufkunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt: Suhrkamp, 1979, pp. 349-354.
[35] KOSELLECK, 1979, pp. 356-357.

No ensaio "História dos conceitos e história social", também integrante de *Futuro passado*, Koselleck procura definir a especificidade metodológica da história dos conceitos, uma forma de fazer história que reflete suas convicções teóricas. A partir de uma crítica feita em 1807 por Hardenberg[36] ao ordenamento estatal prussiano, condenando a divisão das pessoas em estamentos (*Stände*) e propondo uma divisão em classes, Koselleck identifica relações como o enraizamento na tradição (implícito no conceito de estamento) e as perspectivas futuras de reforma do Estado, isto é, as expectivas contidas na crítica de Hardenberg. Por meio deste exemplo, mostra-se que o foco em conceitos político-sociais como objetos de estudo pode, no âmbito de um procedimento de exegese textual, adquirir status de história social. No caso da situação histórica descrita, discutir *estamento* e *classe* na Prússia do início do século XIX pressupõe uma análise criteriosa das estruturas sociais que davam densidade semântica a esses conceitos, bem como de sua formação e de suas possibilidades de transformação. A história dos conceitos registra, em seus traços linguísticos e semânticos, momentos de duração, mudança e "futuridade", contidos em situações históricas específicas, tematizando assim condições sociais mais gerais.[37]

Keith Tribe tem mostrado que os procedimentos de leitura e exegese inspirados pela história dos conceitos podem ser bastante enriquecedores para o estudo da história das ideias econômicas. Um exemplo nesse sentido é a recepção de *A riqueza das nações*. Tribe argumenta que se lermos, nos dias de hoje, a edição publicada em 1776, faremos uma leitura bastante distinta da que fariam os contemporâneos de Smith. Nossa apropriação será mediada, ou filtrada, por dois séculos e meio de leituras, reedições e comentários. O texto não é visto como entidade estável e verificável, mas, sim, como sujeito às transformações inerentes ao processo de recepção. Da mesma forma, a obra smithiana se torna um fator ativo de transformação da experiência de seus leitores, sendo por eles reproduzida como um texto de economia política. O leitor é colocado, então, nessa junção de ordens diacrônicas e sincrônicas de percepção: a elaboração smithiana é um dado do passado, de uma época pretérita na história do pensamento, mas também constitui uma experiência de leitura presente. Tal experiência é moldada pelo próprio leitor e, por sua vez, o transforma. A contemporaneidade do não-contemporâneo aparece, aí, a serviço do estudo da recepção de uma obra clássica do pensamento econômico.[38]

---

[36] Trata-se de Karl August von Hardenberg (1750-1822), político prussiano. Foi chanceler de Estado da Prússia entre 1810 e 1822.
[37] KOSELLECK, 1979, p. 109-114.
[38] TRIBE, 2004, pp. xviii-xix.

Para concluir, vale ressaltar a importância dos estudos de Keith Tribe, tradutor de Koselleck e um dos principais divulgadores da história dos conceitos fora da Alemanha, para que esta forma de pensar o tempo histórico e de fazer pesquisa em história rendesse frutos para o estudo específico da história das ideias econômicas. Sua apropriação da *Begriffsgeschichte* para os estudos em história das ideias baseia-se na concepção de que esta abordagem é mais um procedimento do que um método definido. Não deveria ser um fim em si mesmo, mas um meio para se enfatizar a importância da análise linguística e semântica para a prática da história econômica e social. O próprio Tribe reconhece que esse foco, proposto por Koselleck, só se viabilizou na esteira de contribuições contemporâneas, que partilhavam da preocupação de relacionar a história com questões discursivas e conceituais. Certamente, uma contribuição marcante foi a de M. Foucault, tema da próxima seção.

1.4. A arqueologia de M. Foucault: os limites do discurso

A obra de Michel Foucault é bastante vasta, e várias de suas análises e sugestões, enriquecedoras para a história do pensamento econômico, estão inseridas em reflexões mais amplas, como é o caso de seus cursos, dos anos 1970, sobre o poder e a gênese do Estado moderno, publicados sob o título de *Segurança, território e população*. O enfoque aqui é numa parte específica do projeto intelectual de Foucault, qual seja, sua proposição de uma "arqueologia do saber", como método de investigação histórica. Foucault formulou essa técnica historiográfica no decurso da elaboração das seguintes obras: *História da loucura na Idade Clássica* (1961), *O nascimento da clínica* (1963) e, principalmente, *As palavras e as coisas* (1966). Em 1969, publicou *A arqueologia do saber*, livro em que busca uma generalização teórico-metodológica das estratégias de pesquisa empregadas até então. Foucault dedica parte de *As palavras e as coisas* ao domínio específico da ciência das riquezas, motivo pelo qual é desta obra – e da seguinte, mais voltada para o método – que esboçamos aqui alguns delineamentos para incorporar essa arqueologia ao estudo da história das ideias econômicas, ainda que Foucault "recuse" essa aproximação.

Vale começar com essa "recusa", com o distanciamento que Foucault procura estabelecer entre sua arqueologia e a história das ideias, da forma como a percebia nos anos 1960. A arqueologia deveria operar, no âmbito da história do conhecimento humano, as mudanças epistemológicas ocorridas, em meados do século XX, no âmbito da história *tout court*. Essa "história nova" seria caracterizada por um reposicionamento da descontinuidade. De obstáculo, o descontínuo passa à prática. Não desempenha, no

discurso do historiador, o papel de fatalidade exterior que deve ser minimizada, mas, sim, de conceito operatório, a ser utilizado. Há uma inversão de signos, graças à qual a descontinuidade não é mais o negativo da leitura histórica (seu inverso, o limite de seu poder), mas o elemento positivo que determina seu objeto e valida sua análise. Foucault vê essa viragem no campo metodológico da história como uma liberação com relação às questões colocadas pela filosofia da história do século XIX, isto é, com relação à racionalidade ou à teleologia do devir, à possibilidade de conferir um sentido à inércia do passado e à totalidade inacabada do presente.[39]

Essa mutação epistemológica, todavia, estaria inacabada. Foucault considera que o terreno dessa "história que os homens retraçam de suas próprias ideias e de seus próprios conhecimentos" ainda permaneceria infenso ao desafio de levar em conta a descontinuidade, os cortes, as dispersões. Trata-se de um domínio no qual estamos habituados a buscar origens, a remontar indefinidamente linhas de antecedentes, reconstituir tradições, reconstruir curvas evolutivas; um domínio no qual temos repugnância a pensar a diferença, a descrever desvios e dispersões, a fragmentar "a forma reconfortante do idêntico". Dessa maneira, a história do pensamento – como lugar das continuidades ininterruptas – torna-se abrigo privilegiado para a soberania da consciência. A ideia de que "a história continua" é o correlato indispensável da função fundadora do sujeito, a garantia de que tudo aquilo que lhe escapou em sua fragmentação poderá ser-lhe restituído.[40] A função da arqueologia seria, então, contrapor-se a essa história de continuidades, propondo uma problematização dos métodos e objetos da história das ideias. Assim, a abordagem arqueológica não tem como objeto buscar linhas de coerência e, com isso, superar as diferenças, mas, sim, analisá-las, dizer em que consistem, "diferenciar as diferenças".

Nessa linha, Foucault questiona as unidades clássicas de análise da história das ideias – tais como o livro, a obra de um autor, a escola de pensamento – e propõe que se analisem conjuntos de enunciados ou formações discursivas. Tais conjuntos devem ser descritos em sua positividade, isto é: não como a totalidade fechada e pletórica de uma significação, mas como figura lacunar e fragmentada; não com referência a uma intenção, pensamento ou assunto interior, mas de acordo com a dispersão de uma exterioridade; não para encontrar os traços de origem, mas para buscar as formas específicas de uma combinação. Analisar uma formação discursiva é, então, tratar um conjunto de *performances* verbais no nível do enunciado e da positividade que as caracteriza. A positividade de um discurso

[39] FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969, p. 18
[40] FOUCAULT, 1969, pp. 22-23.

é aquilo que caracteriza sua unidade ao longo do tempo, para além de obras individuais, de livros e de textos.

Essa unidade não permite fazer afirmações sobre qual pensador dizia a verdade, nem tampouco sobre qual obra formulou da maneira mais radical ou consistente o projeto geral de uma ciência. O que ela pode tornar aparente, no exemplo de Foucault, é que Turgot e Quesnay falavam "da mesma coisa", colocando-se "no mesmo nível", empregando "o mesmo campo conceitual" ou "opondo-se no mesmo campo de batalha". Por outro lado, a positividade pode mostrar que não se pode dizer, num outro exemplo, que Jevons responde aos fisiocratas. Trata-se de definir um espaço limitado de comunicação: espaço restrito, pois que não tem a amplitude de uma ciência tomada em seu devir histórico desde sua suposta origem; mas espaço mais estendido do que o delimitado pelas influências de um autor sobre outro, ou pelas polêmicas explícitas.[41]

Analisar positividades é, nesse sentido, encontrar as regras segundo as quais uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjuntos de enunciados, jogos de conceitos. Para Foucault, o "saber" é, sobretudo, um conjunto de elementos organizados de forma regular por uma prática discursiva.[42] Essas regularidades ou regras não são exatamente as mesmas que regem uma língua, mas pode-se dizer que permitem o funcionamento de uma linguagem específica, de um espaço de comunicação e de entendimento delimitado.

Foucault operacionalizou esse tipo de análise em seu projeto de elaborar uma arqueologia das ciências humanas, descrevendo duas grandes descontinuidades na episteme ocidental: a que inaugura a idade clássica (em torno dos meados do século XVII) e a que define o alvorecer de nossa modernidade (começo do século XIX). Foucault buscou delimitar essas rupturas no âmbito de três domínios do saber: a gramática geral (por oposição à moderna análise filológica e linguística), a história natural (em contraste com a biologia) e a análise das riquezas ("antecedente" da economia). Procurou mostrar, por exemplo, que, na época clássica, não teria havido uma "economia política", pois a noção de produção não existia no âmbito do saber. O domínio que abrigava as noções de valor, de preço, de comércio, de circulação, de renda era governado pela ideia de "riqueza." Seria inútil, portanto, colocar, a esse domínio do saber, questões oriundas de uma economia organizada em torno da produção ou do trabalho.[43]

Articulando, em torno da ideia de representação, os três territórios arqueológicos

---

[41] FOUCAULT, 1969, p. 172.
[42] FOUCAULT, 1969, p. 246.
[43] FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966, p. 177.

tratados, Foucault explica a atribuição, ao mercantilismo, de uma suposta confusão entre moeda e riqueza. Essa associação entre moeda e riqueza se deve ao fato de que, no âmbito do pensamento que se constituía na idade clássica, a moeda tinha poder de representar toda riqueza possível, porque era o instrumento universal de análise e de representação. Toda riqueza era monetizável, e é assim que entrava em circulação. Da mesma forma, todo ser natural era caracterizável e podia entrar numa taxonomia. Pelo mesmo raciocínio, todo indivíduo era nomeável, podendo entrar numa linguagem articulada, no âmbito da gramática geral que se estruturava. Toda representação era significável e portanto podia entrar, para ser conhecida, num sistema de identidades e diferenças. No âmbito da análise das riquezas, não fazia sentido, para esse pensamento, o dilema entre moeda-signo e moeda-mercadoria. A riqueza só era riqueza (trocável, como mercadoria) a partir do momento que pudesse ser "significada", pela moeda: sem a moeda, a riqueza ficava imóvel, inútil, silenciosa.[44] A confusão, portanto, não existia, seria apenas uma construção anacrônica.

Fica claro, a partir desse exemplo, que o método de Foucault permite estabelecer linhas delimitadoras. Uma dada formação discursiva se estrutura a partir de uma positividade específica, de regras de funcionamento que, muitas vezes, não respeitam as usuais fronteiras estabelecidas *a posteriori*. No caso da economia política, encontrar traços de continuidade entre o saber articulado entre os séculos XVII e XVIII e noções contemporâneas de economia seria pouco produtivo. Em vez dessa busca pela origem, deve-se preferir uma busca por rupturas e afinidades, sem um sentido necessário de continuidade. No caso da análise das riquezas na época clássica, seus entrecruzamentos com a história natural e a análise gramatical que se estruturavam ficam claros, bem como suas diferenças com relação ao discurso econômico da modernidade posterior.

***

Essa breve recuperação de pontos de vista teórico-metodológicos, longe de ser exaustiva, carrega escolhas e inclinações que, de alguma maneira, orientam as reflexões acerca da disseminação do pensamento econômico alemão no Brasil, que constituem o objeto desta tese. Essas opções se expressam na própria seleção de abordagens e na ênfase dada, ao tratar de cada uma delas. Sem aderir, de forma exclusiva, a uma dessas maneiras específicas de encarar a história do pensamento econômico, vale sintetizar as principais razões que levaram à sua inclusão como pontos de balizamento teórico deste estudo.

[44] FOUCAULT, 1966, p. 189.

De antemão, convém deixar claro que esta tese se distancia de abordagens "absolutistas", ao gosto de alguns economistas e historiadores da ciência. Interessa muito pouco reconstruir os núcleos analíticos, seja da *Nationalökonomie* entre os séculos XIX e XX, seja da economia política ensinada e produzida no Brasil desse mesmo período. Tampouco importa aqui aferir em que medida os elementos de origem germânica, assimilados no Brasil, teriam contribuído para a formulação de uma política econômica mais ou menos "exitosa": essas avaliações fogem ao escopo do trabalho. Adota-se uma abordagem de reconstrução histórica, assumindo que os "humores do tempo", dos quais Schumpeter tentou afastar-se sem muito sucesso, são parte indissociável desse fragmento de história que constitui o objeto deste estudo.

Levar em conta "o contexto" ao fazer história das ideias econômicas é um procedimento tão necessário quanto desafiador, pois o emaranhado de fatos e processos entrelaçados com a produção de ideias econômicas é inapreensível em sua totalidade. É nesse sentido que as abordagens tratadas fornecem balizas de trabalho importantes: ao estudar essa história, quais relações buscar? Da sociologia do conhecimento, é essencial reter a noção de que o pensamento tem um enraizamento social, provém de um lugar social. Não necessariamente é expressão direta de uma classe, num arcabouço dualista que opõe servos e senhores, burgueses e proletários. Mas não há como dissociar, por exemplo, o pensamento de Roberto Simonsen, que buscou apoiar-se em Friedrich List para defender o protecionismo, do processo de ascensão da burguesia industrial no Brasil. Dessa forma, o reconhecimento de que não há saber neutro e a indagação sobre as afinidades entre os argumentos econômicos e as perspectivas e interesses de determinados grupos sociais é uma das linhas de força a conduzir esta tese.

Para além desses vínculos sociais amplos das ideias, é necessário prestar atenção à sua estruturação, ao seu encadeamento num sistema conceitual particular, isto é, numa linguagem específica. A história dos conceitos possui um olhar clínico nesse aspecto. Um conceito pode ser desdobrado em suas várias dimensões semânticas, que são mutáveis, no tempo e no espaço. Essa visão mais minuciosa, atenta a modificações nos sentidos de um termo específico, é bastante operacional quando o assunto é difusão de ideias. Quais as mudanças de significado que um termo sofre ao "migrar" de um contexto nacional para o outro? E mais: por que há essa alteração de sentido? Seu papel no país "receptor" é similar ao original ou haveria aí diferença e desajuste? Em síntese, estudam-se aqui não apenas textos de homens que pensaram questões econômicas, mas também os sentidos atribuídos às suas palavras e os sentidos que essas palavras ajudaram a construir.

De forma articulada a isso, a arqueologia de Foucault alerta para que não se tome

pelo valor de face a unidade que os textos podem eventualmente sugerir. Sobretudo, coloca em questão uma história de origens, de mitos de fundação, que acabam por não ter outra função senão legitimar elaborações presentes. Ao destituir os diversos ramos do saber de grandes princípios unificadores e focalizar as descontinuidades, Foucault abre a possibilidade para que se compreenda a economia, e várias outras "ciências", como formações discursivas, como conjunto de enunciados, como produção verbal destituída da aura sacralizante de haver sido enunciada por um economista, médico ou físico. Essas formações discursivas se estruturam, sim, de acordo com regras específicas, mas essas regularidades não são percebidas na generalização de "grandes correntes" de pensamento, mas, sim, na diferença.

As opções adotadas aqui se orientam, em larga medida, pelo tipo de fonte com que esta tese lida. A fragmentação é um dado do objeto de estudo. O pensamento econômico alemão se difundiu no Brasil por canais diversos, em contextos distintos. Os indícios de disseminação são variados: artigos publicados em jornal, grifos em livros, discursos parlamentares, traduções de textos e de conceitos, referências explícitas em livros publicados, dentre outros. Além disso, estuda-se aqui um processo de difusão de ideias econômicas, em vários sentidos, periférico. Embora fosse, no recorte temporal estudado, um país em fase de rápido enriquecimento e dotado de universidades de grande prestígio, a Alemanha produziu linhagens de pensamento econômico – o historicismo é a mais representativa – que, no decorrer do século XX e sobretudo no pós-Segunda Guerra, foram relegadas ao lugar de "heterodoxia" pelo cânone da ciência econômica. Desse contexto germânico, ideias econômicas foram apropriadas por pensadores brasileiros: estes, por sua vez, personagens certamente ausentes dos manuais tradicionais de história do pensamento econômico. Por tudo isso, faria pouco sentido propor uma história de grandes ideias, de escolas bem delimitadas, ou mesmo uma história que busque como seu principal objeto os traços especificamente analíticos, no sentido formalista do termo, da teoria econômica.

Voltemos à epígrafe mefistofélica do capítulo, informada por uma postura filosófica que questionava o racionalismo, o intelectualismo e o cientificismo. Para além das justificativas analíticas e derivadas das especificidades do objeto de estudo, as escolhas teórico-metodológicas deste trabalho são informadas por uma suspeita *a priori*, talvez não passível de demonstração definitiva, de que "a teoria" é uma construção humana como tantas outras. Ao ser reverenciada como verdade em si e colocada num patamar etéreo, "superior" a outros tipos de discurso, torna-se "cinzenta", opaca, e obscurece, mais do que ilumina, a narrativa histórica. Por isso, é historiada aqui como fenômeno integrante

da experiência histórica humana.

Capítulo 2

Difusão internacional das ideias econômicas: um campo de pesquisa histórica

A transmissão de ideias econômicas entre contextos regionais e nacionais diferentes é fenômeno recorrente, cuja existência é reconhecida pelos historiadores do pensamento econômico em geral. Sendo a economia, na forma que a conhecemos hoje, um campo saber que se desenvolveu de forma relativamente autônoma no Ocidente a partir dos séculos XVII e XVIII, com os mercantilistas, fisiocratas, cameralistas e economistas clássicos, um fruto da modernidade, sua difusão passou, desde o início, pelo material impresso. Ainda que as exposições orais tenham decerto cumprido papel importante na disseminação das ideias econômicas, sobretudo na tradição alemã e que boa parte dos livros nada mais eram do que programas de aula, as fontes que chegaram até a atualidade são sobretudo as impressas. E os vários textos que tratavam de temas econômicos – panfletos, cartas, artigos e, sobretudo, livros editados – circularam entre regiões e entre países. Se nas últimas décadas a disseminação desse conhecimento ampliou-se significativamente devido aos recursos eletrônicos, um exercício simples de imaginação leva a supor que, no período em questão nesta tese – o final do século XIX e as primeiras décadas do XX –, a difusão se dava, sobretudo, por meio da leitura de textos impressos produzidos em outros contextos. Em alguns casos, as viagens acadêmicas desempenharam papel relevante, mas a difusão impressa certamente teve abrangência maior.

Várias circunstâncias podem influenciar a difusão impressa das ideias: idioma de produção de um texto e de seus receptores, existência de traduções, conjuntura política no local produtor e no receptor – numa palavra, o contexto, tanto de produção quanto de recepção de um conjunto de ideias, pode ser entendido como determinante do processo de sua disseminação. Em certa medida, isso é extrapolar, para a disseminação internacional, o argumento, desdobrado no capítulo 1, de que as ideias têm uma relação importante com seu contexto. Nesta seção o objetivo é justamente fazer essa extrapolação e discutir a relação entre a disseminação de ideias econômicas e a produção de "novos" discursos, em outro contexto. Ora, se o contexto sócio-político importa na formação do conceito – e o conceito importa na criação do contexto sócio-político –, o processo de difusão internacional de ideias seria um momento privilegiado de análise dessas relações entre pensamento e realidade sócio-política. Mais especificamente, coloca-se a pergunta: qual o potencial, não mais do conceito em geral, mas do conceito trasladado de outro lugar, muitas vezes formulado em outra língua e para responder a outras problemáticas, de interação com seu contexto de chegada? Se se assume que há uma dupla determinação

entre ideias e contexto, seria de se esperar que um conceito "trasladado" carregue em si as possibilidades tanto de modificar esse novo contexto – ensejando novos discursos e criando condições para alterar a paisagem sócio-política –, quanto de se tornar algo distinto, de ser remoldado pelas condições locais. Todavia, as possibilidades criativas envolvidas nesse encontro entre ideias "vindas de fora" e um outro contexto não excluem elementos de tensão ou – por que não dizer – de mal-estar, associados a processos de difusão que têm um claro sentido centro-periferia. Para captar essas dimensões, colocam-se duas perspectivas conceituais que, com seus pontos de divergência, ajudam a orientar as reflexões feitas neste trabalho. Em seguida, faz-se um balanço de estudos que se debruçaram sobre a difusão internacional das ideias, envolvendo os contextos germânico e brasileiro.

2.1. Ideias em trânsito: suas apropriações e seu lugar

A primeira linha de abordagem para as ideias em disseminação, tributária de estudos em história da cultura produzidos a partir da década de 1980, parte da desconstrução da ideia de que um texto encerra, em si mesmo, todas as suas possibilidades de significado e de leitura.[1] Vale frisar que o tema da difusão internacional das ideias econômicas já frequentava a historiografia muito antes de se problematizar a teoria da leitura nesses termos da história cultural. Em seu estudo de 1874 sobre a história do pensamento econômico na Alemanha, Roscher já dedicava um capítulo à "Absorção de Adam Smith na Alemanha".[2] O que se propõe de novo na abordagem da história cultural é que não haveria um "Adam Smith" pronto e acabado, a ser "absorvido" na Alemanha: o processo de difusão institui algo relevante, que não se deveria separar, nesse caso, do Adam Smith "original". Inicialmente voltada para a literatura, essa perspectiva culturalista pressupõe, segundo Roger Chartier, uma teoria da leitura que seja capaz de compreender a apropriação dos discursos. O foco desloca-se, portanto, do texto para sua leitura, isto é, para a maneira como afeta o leitor e o conduz a uma nova forma de compreensão de si próprio e do mundo.

Chartier busca bases para pensar esses processos de leitura em Paul Ricoeur, cujo objetivo, ao construir essa teoria da leitura é duplo. De um lado, faz-se necessário pensar a efetivação do texto em sua leitura como condição para que se revelem suas

[1] Esta abordagem certamente se beneficiou das contribuições de Michel Foucault, examinadas no capítulo anterior, e não está distante da história dos conceitos. A escolha de enfatizar as considerações de Chartier refere-se à centralidade dada ao conceito de apropriação, caro à história da difusão internacional do pensamento econômico.

[2] No original: "Die Aufnahme Ad. Smith's in Deutschland". Ver: ROSCHER, Wilhelm. *Geschichte der National-Oeokonomik in Deutschland*. München: Oldenbourg, 1874.

possibilidades semânticas e se opere o trabalho de refiguração da experiência. Por outro, há que compreender a apropriação do texto como mediação necessária à constituição e à compreensão de si mesmo. Nesse sentido, a busca por entender como as configurações inscritas nos textos construíram representações, aceitas ou impostas, significa colocar a questão das modalidades de recepção dos diversos textos. Trata-se, portanto, de perceber as limitações das abordagens que tratam o ato de ler como relação transparente entre "texto" – apresentado em abstrato, como se existisse fora dos objetos que o oferecem à decifração – e o "leitor", também abstrato, como se as práticas por meio das quais se apropria dos textos não fossem histórica e socialmente variáveis. Nas palavras de Chartier: "Os textos não são depositados nos objetos, manuscritos ou impressos, que os suportam como em receptáculos, e não se inscrevem no leitor como o fariam em cera mole".[3] Essa forma de pensar a relação entre texto e leitor abre um espaço de investigação que situa a produção do sentido, a "aplicação" do texto ao leitor, como relação móvel e diferenciada, dependente da modalidade de sua leitura.

É evidente o deslocamento operado por Ricoeur e Chartier do texto "em si" para seu leitor: no limite, o ato de produção de ideias só se realizaria de fato no consumo, ou na apropriação. Dada a centralidade deste conceito, Chartier busca uma definição que seja operativa dentro dessa perspectiva. A definição de apropriação, nesse contexto, distancia-se daquela dada por Michel Foucault, ao se referir à "apropriação social dos discursos": processo pelo qual os discursos eram confiscados e colocados fora do alcance daqueles cuja competência ou posição impedia o acesso aos mesmos. Também seria um sentido distinto daquele dado pela hermenêutica à ideia de apropriação, como momento de refiguração da experiência fenomenológica universal, a partir de configurações textuais particulares. Em síntese, dirá Chartier, a apropriação, tal como entendida pela história cultural, "tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem".[4]

Essa desconstrução da aura que envolve a produção dos textos e a proposição de que os mesmos só se efetivam na leitura, na recepção e na apropriação tem grande potencial, se levada para o campo da história da difusão internacional do pensamento econômico. Embora não tenha necessariamente percorrido a mesma senda da história cultural francesa, José Luís Cardoso tem feito o trabalho de trazer esse tipo de reflexão teórica para o campo específico da história das ideias econômicas. Em texto recente, Cardoso

---

[3] CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988, p. 25.
[4] CHARTIER, 1988, p. 26.

reconhece a importância do campo dos estudos culturais para renovar o entendimento dos processos de disseminação internacional no campo da ciência econômica. Dessa forma, perde sentido a preocupação com a "fidelidade aos autores originais" ou com o estudo das influências numa moldura estática, sendo mais relevante o estudo da apropriação de palavras e argumentos que ganham novo significado. Ganham importância subcampos de pesquisa como a história das traduções e da circulação de livros. Aqui, Cardoso defende a terminologia da apropriação, que supera as noções menos adequadas de transmissão, difusão e adaptação, por sublinhar o papel ativo, a estratégia e os projetos daqueles diretamente envolvidos no processo de importação e assimilação de ideias.[5]

Em outro estudo dedicado ao mesmo tema, Cardoso operacionaliza essa abordagem centrada na apropriação para a história do pensamento econômico, ao afirmar que o estudo da difusão internacional das ideias de um determinado autor

> permite prolongar e enriquecer o conhecimento disponível sobre os próprios autores que são objeto de apropriação. Quer isso dizer que a leitura seletiva e parcial da obra de um autor consagrado, o recurso que a ele se faz como símbolo de autoridade que cauciona a validade de determinados fundamentos teóricos ou receitas práticas, também constitui um acréscimo no conhecimento disponível sobre esse mesmo autor.[6]

Em linha com essa ideia, Cardoso elenca ainda duas possibilidades contidas no estudo da difusão internacional. Esse tipo de pesquisa permite rever ou esclarecer melhor a relação entre precursores e antecipadores, relativizando auras de pioneiros ou inventores e permitindo que se identifiquem ambientes favoráveis a que certas ideias vicejem. Por último, esse tipo de investigação abriria a possibilidade de melhor aquilatar a importância e o impacto de escolas heterodoxas no país receptor, relativizando esquemas, por vezes muito rígidos, de arrumação e classificação de autores. Todos esses atributos da abordagem de difusão das ideias podem ser entendidos como meios de se construir uma história nacional do pensamento econômico.[7]

Nesse mesmo estudo, Cardoso apresenta um exemplo interessante das possibilidades abertas pelo estudo da difusão internacional do pensamento econômico, nessa perspectiva do receptor criativo. Trata-se do impacto das teses do pensamento cepalino, representado por Celso Furtado, no Brasil, e Raúl Prebisch, na Argentina, nos países ibéricos, marcando um caso atípico de fluxo de ideias econômicas da periferia para a semiperiferia do capitalismo. São conhecidas as teses cepalinas, a respeito das relações desiguais e

---

[5] CARDOSO, José Luís. "Circulating economic ideas: adaptation, appropriation, translation", in: CUNHA, Alexandre Mendes and SUPRINYAK, Carlos Eduardo (Eds.). *The political economy of Latin American independence*. London: Routledge, 2017. p. 36.

[6] CARDOSO, José Luís. "Reflexões periféricas sobre a difusão internacional", in: *Nova Economia*, 19 (2), 2009, p. 262.

[7] CARDOSO, 2009, pp. 262-263.

assimétricas entre o centro, detentor de alta tecnologia e exportador de produtos industrializados, e a periferia, fornecedora de matérias-primas para esse centro. Essas relações seriam mediadas por uma relação de constante deterioração dos termos de troca, que favoreceriam o centro. O resultado seria, no longo prazo, a manutenção do subdesenvolvimento na periferia. Durante o período das ditaduras de Salazar e Franco na península ibérica, essa proposta de teorização foi utilizada para entender os estrangulamentos ao crescimento econômico. Na opinião de Cardoso, a relevância colhida pelo estruturalismo latino-americano na Espanha e em Portugal gerou "uma situação em que o centro é representado por países ou regiões aos quais está usualmente reservada a classificação de periféricos".[8]

As razões dessa "inversão" estariam, para José Luís Cardoso, relacionadas com o contexto. Haveria, no período anterior e imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, elementos de proximidade entre as estruturas econômicas dos países latino-americanos e ibéricos. De modo geral, houve, nos anos 1930 e 1940, um ambiente propício à proposição de estratégias de protecionismo e condicionamento industrial, de modo como maneiras de promover a convergência entre as economias ibéricas e seus parceiros europeus mais ricos. Essas propostas de política econômica tornaram-se populares em particular entre os engenheiros, detentores de cargos relevantes, relacionados com o abastecimento energético, a modernização de vias de comunicação e a organização da atividade industrial. Embora esse discurso se apoiasse mais no pragmatismo do que no estudo formal da teoria econômica, é inegável, para Cardoso, "que a ânsia produtivista, industrialista e tecnocrática criou um ambiente favorável à adoção de algumas das ideias e técnicas de análise características da corrente estruturalista latino-americana".[9]

Em sintonia com essa ideia, há estudos que tratam, também, da disseminação de ideias econômicas em sentido "sul-sul". Um exemplo interessante são os trabalhos de Eduardo Devés-Valdés que procura mapear a assimilação de ideias latino-americanas na África. Desde os inconfidentes mineiros deportados para Moçambique até o "cepalismo-dependentismo" da segunda metade do século XX, houve, segundo a descrição de Devés-Valdés, importante fluxo de ideias no sentido América Latina-África. No domínio específico das ideias econômicas, merece destaque o clima favorável, existente na África pós-descolonização, à recepção das teorias latino-americanas sobre desenvolvimento e dependência, tendo em vista que a superação do "colonialismo intelectual" era uma

[8] CARDOSO, 2009, p. 261.
[9] CARDOSO, 2009, p. 261.

questão relevante nesse momento. Em estudo específico sobre a Tanzânia, Devés-Valdés assinala que esse país foi o contexto nacional no qual houve maior impacto de ideias econômicas geradas na América Latina – no escritório chileno da CEPAL, em particular –, com presença significativa de autores como Prebisch e Furtado. Nesse sentido, Devés-Valdés estabelece paralelos entre o "ecossistema intelectual" da Tanzânia até 1970 e o do Chile pré-militarista.[10]

Essa ideia de que a periferia poderia ser, também, irradiadora de ideias econômicas para regiões semiperiféricas, ou ainda mais atrasadas em relação aos países mais ricos, é uma constatação instigante dessa abordagem que procura recolocar a ideia de que existe um polo difusor e outro ao qual caberia apenas a função receptor passivo. Nesse caso, a América Latina assimila uma série de ideias – keynesianas, marxistas, listianas, ligadas à nascente economia do desenvolvimento – processa-as, constrói um corpo de pensamento econômico ligado à problemática do atraso, que é por sua vez assimilado na África e mesmo nas ex-metrópoles coloniais. Numa palavra, há uma espécie de recentramento da periferia, ao menos num contexto específico da difusão internacional de ideias. Essa constatação, contudo, suscita reflexões ligadas a um outro campo teórico, as quais, longe de negar os achados dessa abordagem, ajudam a evitar que se faça uma leitura ingênua dos mesmos.

Ao se enfatizar em demasia a apropriação e seus potenciais, corre-se o risco de obliterar o caráter não necessariamente "livre" ou "intelectual" dessas apropriações, isto é, pode-se esquecer que, embora teoricamente destituídas da aura de originalidade, as ideias podem ser apropriadas com um sentido que reforça o *status quo*, reiterando hierarquias internacionais e desigualdades internas. Em outras palavras, trata-se de pensar a disseminação internacional não só como procedimento produtivo, do ponto de vista da criação de um novo discurso – o que ela é, sem dúvida – mas de vê-la, também, como problema, na medida em que emissor e emissário nem sempre estão em posição de igualdade. A recapitulação de algumas discussões dos anos 1970 e 1980, influenciadas pelo marxismo e dependentismo latino-americanos, ajudam a desenvolver esse ponto.

Em texto dos anos 1980, Roberto Schwarz procura responder aos desafios colocados pela abordagem teórico-metodológica do problema da disseminação internacional de ideias que se propõe a superar a dicotomia cópia-imitação. Embora as preocupações de

[10] Ver: DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. "La circulación de ideas en el mundo periférico: algunas presencias, influencias e reelaboraciones del pensamiento latinoamericano em África", in: *Anos 90*, n. 2003, pp. 93-97; DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. "Recepción y reelaboración del pensamiento económico-social chileno y latinoamericano en Tanzania, 1965-1985: su proceso de africanización", in: *Atenea*, n. 491, II semestre, 2005.

Schwarz sejam mais diretamente relacionadas ao campo da crítica literária, seus argumentos tocam questões caras à difusão internacional das ideias em geral e do conhecimento econômico em particular. Em sua opinião, ao negar que o anterior prima sobre o posterior, o modelo sobre a imitação, o central sobre o periférico, a infraestrutura econômica sobre a vida cultural, a perspectiva filosófica da apropriação propõe uma sequência infinita de transformações, sem início nem fim, sem primeiro ou segundo, sem pior ou melhor – e isso teria um efeito "anestesiante". Nas palavras de Schwarz: "Salta à vista o alívio proporcionado ao amor-próprio e também à inquietação do mundo subdesenvolvido, tributário, como diz o nome, dos países centrais".[11]

"De atrasados passaríamos a adiantados", diz Schwarz, "de desvio a paradigma, de inferiores a superiores". Nesse sentido, o problema da "cultura reflexa" deixa de ser relevante e, de alguma maneira, em vez da um dia desejada europeização ou americanização da América Latina, assistiríamos à latino-americanização das culturas centrais. O cerne da crítica de Schwarz poderia se resumir na seguinte interpelação: "Resta ver se o rompimento conceitual com o primado da origem leva a equacionar ou combater relações de subordinação efetiva. Será que as inovações do mundo avançado se tornam dispensáveis uma vez desvestidas do prestígio da originalidade?".[12] A quebra desse deslumbramento cultural associado à noção de que a cópia (periférica) é necessariamente inferior ao original (central) não afeta o fundamento da situação (de subordinação e reflexividade), que é prático. Em síntese, desde o século XIX existe, segundo Schwarz, o sentimento, entre as pessoas instruídas do Brasil, de viverem entre instituições e ideias copiadas do estrangeiro, as quais não refletem a realidade local. Porém, não bastaria renunciar teoricamente ao empréstimo para viver e pensar de forma mais autêntica. Mais ainda, a destruição filosófica da noção de cópia não faz desaparecer o problema.[13]

Esse artigo mais combativo de Schwarz é, na verdade, uma retomada e defesa de argumentos já expostos em seu famoso ensaio de 1972, "As ideias fora do lugar". Nesse texto, o objeto principal era o liberalismo brasileiro e seu caráter postiço. Em linhas bem gerais, Schwarz sustentava que a colonização brasileira produzira três classes de população: os latifundiários, o escravo e o "homem livre", na verdade dependente. A relação entre os dois primeiros era regulada pelo instituto escravocrata. No caso dos

---

[11] SCHWARZ, Roberto. "Nacional por subtração" (1986), in: SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2014. p. 88.
[12] SCHWARZ, 1986 [2014], pp. 88-89.
[13] SCHWARZ, 1986 [2014], pp. 91-92.

homens livres, seu acesso à vida social e a bens materiais estava mediado pelo *favor*, direto ou indireto. O favor, cuja representação caricatural é a figura do agregado, seria, portanto, um mecanismo de reprodução social que regeria, também, a vida ideológica da nação. Ora, a assimilação das ideias liberais, nesse contexto, não poderia ser trivial. Nas palavras de Schwarz: "O escravismo desmente as ideias liberais; mais insidiosamente o favor, tão incompatível com elas quanto o primeiro, as absorve e desloca, originando um padrão particular".[14]

Em seu processo de afirmação histórica na Europa, a civilização burguesa postulara a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho, sempre contra as prerrogativas do Antigo Regime. O favor, ao contrário, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, a remuneração e os serviços pessoais. A posição relativa em que se encontrava o Brasil implicava que ninguém fosse, por aqui, "um Kant do favor" para bater-se contra as ideias importadas. Assim, no plano dos argumentos, eram adotados sofregamente os que a burguesia europeia elaborara contra o arbítrio e a servidão; enquanto, na prática, o favor reafirmava os sentimentos e as noções por ele implicadas. É nesse sentido que, conforme Schwarz, o liberalismo "apropriado" no Brasil tornava-se "ideologia de segundo grau". Se, na Europa, era ideologia – engano involuntário bem fundado nas aparências – no Brasil passava a "penhor intencional duma variedade de prestígios com que nada tem a ver".[15] A ideologia de segundo grau não tem intenção cognitiva ou sistêmica – deriva somente da inevitável "superioridade europeia". São ideias que, a despeito de sua origem na Ilustração, servem apenas de "lustre" a uma elite que as utiliza como justificação para o momento de arbítrio que é o favor. No plano das instituições, por exemplo, prevalecia o clientelismo, mas proclamavam-se as formas e teorias do moderno Estado burguês.

> Em suma, se insistimos no viés que escravismo e favor introduziram nas ideias do tempo, não foi para descartar, mas para descrevê-las enquanto enviesadas – fora de centro em relação à exigência que elas mesmas propunham, reconhecivelmente nossas, nessa mesma qualidade.[16]

Ao afirmar que as ideias estavam fora do lugar, Schwarz não pretendia afirmar sua "falsidade", mas, sim, acompanhar seu movimento. Nesse sentido, em linha com os estudos que se afirmariam posteriormente enfatizando a "recepção criativa", Schwarz já reconhecia que as ideias liberais foram apropriadas e ressignificadas, gerando algo novo: "foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema

[14] SCHWARZ, Roberto. "As ideias fora do lugar" (1972), in SCHWARZ, 2014, p. 51.
[15] SCHWARZ, 1971 [2014], p. 51.
[16] SCHWARZ, 1971 [2014], pp. 55-56.

e não deixaria de afetá-las". A diferença aqui é no caráter que Schwarz atribui a essa apropriação, ligada à manutenção de um *status quo* arcaico, contra o qual, em outro contexto, tais ideias haviam servido como uma espécie de contestação. O foco de Schwarz é, na expressão de Mário de Andrade, o caráter "arlequinal" da assimilação de ideias: o desajuste, "o desacordo entre a representação [que se faz da ideia apropriada] e o que, pensando bem, sabemos ser o seu contexto".[17]

A visão de Schwarz não teve recepção unânime nos anos 1970, tendo sido criticada por Maria Silvia Carvalho Franco, em ensaio-entrevista cujo título é sugestivo: "as ideias estão no lugar". Nesse texto, Carvalho Franco exorta a considerar colônia e metrópole como situações particulares que se determinam no processo interno de diferenciação do sistema capitalista mundial. Dessa forma, centro e periferia seriam desenvolvimentos particulares, partes do sistema capitalista, mas ambas carregam o conteúdo essencial do sistema – a busca do lucro – em suas determinações. Mais ainda, Carvalho Franco afirmará que o conceito de igualdade que alicerçou as práticas do favor não se opunha à ideologia burguesa da igualdade abstrata. Ao contrário, poderia absorvê-la sem dificuldades, já que ambos cumpriam as mesmas tarefas. Em síntese, a autora postula que o ideário liberal burguês "não entra no Brasil, seja lá como for, mas aparece no processo de constituição das relações de mercado, às quais é inerente".[18]

Em texto recente sobre a controvérsia acerca do lugar das ideias, Bernardo Ricupero aponta que o alvo de Carvalho Franco nessa crítica a Schwarz é mais o modelo centro-periferia e a teoria da dependência em particular, na formulação de Fernando Henrique Cardoso, do que o próprio Schwarz. Ricupero lembra também, com razão, que essas divergências não são novas na ciência social brasileira: essa avaliação crítica do "lugar das ideias importadas" no Brasil já fora desenvolvida por autores oitocentistas, como Paulino José Soares de Souza, e do início do século XX, como Silvio Romero e Oliveira Vianna.[19] Por falta de espaço, não é possível recuperar todo esse pensamento acerca da "adequação das ideias", mas convém reter, dessa polêmica teórica dos anos 1970, algumas noções que o vocabulário da apropriação criativa, utilizado, por exemplo, por Roger Chartier, parece não veicular.

Em particular, vale lembrar que as ideias assimiladas em sentido centro-periferia podem estar associadas a um desajuste, no sentido de desempenhar funções distintas

[17] SCHWARZ, 1971 [2014], pp. 58-59.
[18] CARVALHO FRANCO, Maria Silvia. "As ideias estão no lugar", in: *Cadernos de Debate*, 1, 1976, pp. 61-64.
[19] RICUPERO, Bernardo. "O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus crítico", in: *Sociologia e Antropologia*, vol. 3, n. 6, 2013, pp. 528-532.

daquelas que desempenharam em outro contexto, associadas mais a seu prestígio na hierarquia ideológica do que a uma criatividade do processo de recepção. Ademais, sua função pode ser a de legitimar uma ordem "atrasada", quer se entenda esse atraso como peculiaridade do subdesenvolvimento, ou como manifestação necessária do capitalismo incipiente, como pretende Carvalho Franco. Para voltar ao terreno mais específico da difusão internacional da ciência econômica, vale examinar uma contribuição recente, ligada à sociologia da economia, nessa linha teórica que enfatiza as relações de dominação, cultural e material.

Em ensaio de 2006, Marion Fourcade parte da concepção marxista de que, em sua expansão, o capitalismo necessita modificar, de maneira contínua, as estruturas, tecnologias e ideias antiquadas. Sua intenção é construir uma sociologia da transnacionalização da ciência econômica, levando em conta questões como a forma específica de profissionalização nesse campo e seus impactos sobre as respectivas realidades econômicas. Fourcade adverte que não pretende negar a validade da literatura que enfatiza as transferências intelectuais entre nações, no campo da economia, mas que é necessário ir além, em particular se o objeto de análise é o século XX. Ao longo desse século, houve, segundo Fourcade, uma legitimação da ciência econômica que lhe permitiu fornecer não apenas um discurso sobre o mundo, mas estratégias sistemáticas e instrumentos sofisticados, que transformam e constroem esse mundo. Em poucas palavras, "é necessário ir além do conceito de difusão para mostrar como a ciência econômica (como o capitalismo) se constrói e se reconstrói ao expandir sua influência mundo afora".[20]

Essa perspectiva não implica considerar as ideias econômicas apenas como aspecto superestrutural, pelo contrário: trata-se de vê-las como parte constituinte de processos mais amplos de criação institucional e de reforma social. Uma dinâmica importante, focalizada por Fourcade, é a reconstituição das sociedades como "economias": ao longo do século XX, as nações se tornaram instituições cada vez mais regidas por uma lógica econômica. Isso envolveu, por exemplo, a criação de bancos centrais no mundo periférico. Nesse processo, os chamados *money doctors*, com treinamento em economia em universidades norte-americanas ou europeias ocidentais, tiveram papel preponderante, em especial no período entreguerras, levando aos países latino-americanos não só suas ideias, mas um perfil específico de institucionalidade econômica. O exemplo típico é Edwin Kemmerer, *PhD* da Universidade de Princeton, apelidado por observadores mais

[20] FOURCADE, Marion. "The Construction of a Global Profession: The Transnacionalization of Economics", in: *American Journal of Sociology*, vol. 112, n. 1, 2006, p. 164 e p. 178.

recentes de "FMI em pessoa" de seu tempo.[21]

Um processo semelhante ocorreria com as ideias relacionadas à economia do desenvolvimento, já na segunda metade do século. As instituições de ajuda internacional norte-americanas teriam o papel de financiar pesquisas e estudantes latino-americanos, como parte de um projeto político de contenção de influências socialistas. Havia a crença de que o treinamento de pesquisadores do terceiro mundo nas normas da ciência social ocidental poderia garantir que esses indivíduos perseguissem trajetórias intelectuais que, no mínimo, não fossem antagônicas aos interesses americanos. Nesse sentido, os países centrais teriam contribuído para a consolidação de comunidades científicas em contextos como a América Latina, sendo a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), fundada em 1948, um exemplo desse esforço. Ironicamente, a Comissão acabaria por galvanizar, nos anos 1950 e 1960, pensadores alinhados com o questionamento às doutrinas que informaram a criação do órgão. Ainda assim, dadas as tensões ideológicas da época, o vicejar de ideais desenvolvimentistas era, sem dúvida, "melhor", do ponto de vista dos interesses norte-americanos, do que eventuais alinhamentos com a URSS, como ocorria em Cuba.[22]

Um argumento utilizado por Fourcade sobretudo para as décadas mais recentes, mas aplicável também a outros contextos, refere-se ao prestígio de certas universidades do mundo central e a forma como influenciam a profissionalização da economia em contextos periféricos. Em linhas gerais, um segmento específico entre os profissionais de economia, formado quase exclusivamente nos Estados Unidos e no Reino Unido, se estabelece nos países do terceiro mundo com base no discurso da competitividade do ambiente intelectual interno. Porém, ao ocupar determinadas posições, esses segmentos tornam o ambiente menos competitivo, ao instituir barreiras à entrada e novos padrões de estratificação, baseados no modelo estadunidense. Em outras palavras, é como se essas instituições estrangeiras servissem de "órgão licenciador", fornecendo a autorização para atuação do economista em certos ramos específicos.[23]

As duas linhas teórico-metodológicas discutidas até aqui são essenciais como balizas a orientar a investigação feita neste trabalho. É difícil exagerar a importância, para esta

---

[21] A denominação *money doctor* refere-se, habitualmente, aos "conselheiros de finanças" que prescreviam um receituário de política econômica aos países subdesenvolvidos, no início do século XX. O perfil de pensamento econômico dos *money doctors* tem sido associado à finança internacional, isto é, a grupos bancários ingleses ou americanos que, geralmente, recomendavam aos países periféricos políticas de austeridade monetária e fiscal, priorizando o serviço de seus compromissos externos. Sobre esse tema, ver: FLANDREAU, Marc. *Money doctors: the experience of international financial advising 1850-2000*. New York: Routledge, 2003.

[22] FOURCADE, 2006, p. 170.

[23] FOURCADE, 2006, p. 152.

pesquisa, dos novos paradigmas, que focalizam a recepção e a leitura de um texto, mais do que sua "autoria". Ademais, o esforço de incorporar esses novos pontos de vista à história do pensamento econômico, evidente nas contribuições de José Luís Cardoso, é importante não só do ponto de vista teórico-metodológico, mas também no sentido de estabelecer a história da disseminação internacional das ideias econômicas como um campo de pesquisa. Sem aprofundar temáticas que são desenvolvidas nos capítulos seguintes, vale dizer, a título de exemplo, que a proposta de historicizar as traduções ajudou a iluminar ângulos do processo de difusão internacional que, certamente, não estariam no escopo de uma abordagem voltada para disseminação das ideias como propagação de ideologia. Quando Rui Barbosa traduziu o conceito alemão de *Volkswirtschaft* para o português como "economia social" – e não "economia nacional", como recomendariam os dicionários – isso não foi apenas uma tentativa malsucedida de cópia. Mais ainda, seria empobrecedor indagar sobre o suposto caráter "errôneo" dessa versão: é muito mais proveitoso se perguntar por que Rui traduziu o conceito dessa forma, ao passo que Roberto Simonsen, cerca de quatro décadas depois, manteria o termo como "economia nacional".

Em alguns outros casos, porém, é indispensável, ao lado dessa sensibilidade para as ressignificações, uma perspectiva que permita divisar o desajuste e o caráter arlequinal assumido pela *Nationalökonomie* nos trópicos. É o caso por exemplo de Rui Barbosa, que justifica sua política econômica expansionista como Ministro da Fazenda a partir da "lei de Wagner" – proposição, ligada ao socialismo de Estado, de que o aumento dos gastos públicos tem um sentido civilizacional, pois carrega em si a possibilidade do aumento de bem-estar social dos trabalhadores (assalariados). Rui associava esse sentido civilizatório do expansionismo fiscal ao regime republicano recém-instituído, que sua política econômica procurara defender. O ano era 1890, e a associação de Rui parece ecoar os versos do hino à República, de Medeiros e Albuquerque: "Nós nem cremos que escravos outrora / Tenha havido em tão nobre país!". Ora, se, para o regime, outrora era menos de dois anos atrás, era possível legitimar a política econômica com benefícios "civilizatórios" quase inexistentes a uma classe (trabalhadora, em sentido capitalista) bastante diminuta. Investigar a fundo os caminhos que levaram à incorporação de uma conceituação especificamente germânica às formulações ruianas – e captá-la como singularidade "criativa" de um discurso econômico tropicalizado – não significa deixar de enxergar o caráter desajustado dessa apropriação.

É certo que o esquema de pensamento de Schwarz e mesmo o de Fourcade foram estruturados para lidar com a disseminação de correntes de ideias associadas a "núcleos

imperialistas". Forjados no centro do capitalismo, o liberalismo oitocentista e a ciência econômica "*mic-mac-metrics*" das universidades americanas são entendidos como ideologias divulgadas pelas potências hegemônicas do momento, cuja penetração em contexto brasileiro não poderia deixar de carregar tensões ou problemas. O que dizer, então, da penetração de ideias de origem germânica, muitas das quais foram moldadas no questionamento e na relativização das ideias do "liberalismo de Manchester"?

Quando Vieira Souto se utiliza de um pensador como Adolph Wagner, influenciado por Thomas Tooke e cético a respeito do quantitativismo monetário, para opor-se ao arrocho econômico de Joaquim Murtinho, também há uma tentativa de legitimação de seus argumentos pela via do prestígio conferido pela "importação europeia". As ideias utilizadas por um membro da elite brasileira associado à causa industrialista, para questionar concepções ligadas ao liberalismo hegemônico também estão, em alguma medida, "fora do lugar". O recurso a personagens sancionados por algum tipo de prestígio acadêmico no estrangeiro – ainda que referido a um espectro teórico ou político distinto – é indício de que até o questionamento às ideologias hegemônicas passava, ele também, pela *necessidade* de apropriação do discurso de autoridades intelectuais estrangeiras, oriundas de um país ocidental que obtivera êxitos significativos em seu processo de desenvolvimento econômico: a Alemanha. Ademais, nesse período que medeia entre a fundação do Reich de Bismarck e a Primeira Guerra, as universidades alemãs gozaram, na média, de prestígio internacional similar ao das inglesas, e certamente maior que o das norte-americanas.

A ideia de *necessidade* é importante aqui: por mais que as ideias econômicas alemãs tenham tido uma apropriação por vezes fomentadora do questionamento às ideologias hegemônicas ocidentais (anglo-francesas), esse questionamento mesmo reiterava, de alguma maneira, certos interesses de frações da elite e repunha, com outras cores, o caráter reflexo do discurso produzido por aqui. E não estava no horizonte dos letrados brasileiros de finais século XIX e início do século XX que se pudesse fazer de outra maneira. O fato de List ter nascido na Alemanha e circulado pelos Estados Unidos e pela França no início do século XIX faz dele um candidato muito mais apto a servir como fundamentador de projetos protecionistas mundo afora do que, por exemplo, Serzedelo Correia. É por isso que não se deve naturalizar, nem neutralizar, o fato de que vários "protecionismos" ao redor do mundo (na Europa, América e Japão) nesse momento têm um cariz "listiano-alemão", e não "serzedeliano-brasileiro".

Isso não significa que o discurso produzido aqui pelos leitores dos pensadores alemães seja menos relevante ou fascinante – ele sem dúvida contém inesgotáveis

possibilidades de análise. Para além de revelar aspectos instigantes da história intelectual e da formação econômico-social do Brasil, o estudo dessas apropriações certamente coloca novas questões à historiografia que trata das linhagens de pensamento econômico alemão "em si". Trata-se aqui, tão somente, de reconhecer que a investigação histórica não impõe, como o fazem as ciências duras, que novas abordagens teórico-metodológicas excluam outras, de origem mais recuada no tempo. Esse reconhecimento leva a conduzir esta pesquisa a partir das novas perspectivas de análise da recepção, leitura e apropriação de textos, sem, contudo, esquecer velhas lições, como a que nos legou o debate sobre as ideias fora de lugar. No fundo, convém levar, para o exame desse universo de ideias em trânsito, uma advertência de Caio Prado Júnior que, aliás, reverbera certas apropriações brasileiras da *Nationalökomie*: "Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional".[24]

2.2. Balizas historiográficas para Alemanha e Brasil

O pensamento econômico alemão oitocentista teve considerável difusão internacional, em especial nas sociedades que, assim como a Alemanha, fizeram, nas décadas finais do século XIX, seu processo de superação do atraso industrial. Nos Estados Unidos pós-Guerra de Secessão e no Japão da Era Meiji, as ideias econômicas de corte historicista e socialista de Estado – numa palavra, alternativas germânicas à economia política clássica – tiveram recepção intelectual favorável. Sobre a difusão do pensamento econômico alemão nesses dois outros países já se produziu número significativo de estudos, que conformam o primeiro objeto desta revisão historiográfica. A recapitulação inclui também algumas pesquisas sobre a difusão do pensamento econômico alemão nos âmbitos europeu e latino-americano. Mudando a perspectiva, abordam-se, num segundo momento, estudos que adotam o ponto de vista do Brasil como contexto receptor de ideias econômicas, com especial ênfase nos momentos em que tais trabalhos abordaram, ainda que de passagem, temas relacionados à assimilação de ideias germânicas no Brasil. Vale advertir que esse balanço não se pretende exaustivo, conformando, tão somente, um guia para o leitor interessado nos processos de disseminação de ideias econômicas que envolvem os contextos alemão e brasileiro.

Um ponto de partida para o estudo do fluxo de ideias Alemanha-Estados Unidos é o estudo de Joseph Dorfman, dos anos 1950. Neste ensaio, Dorfman recapitula brevemente as influências que ideias de origem alemã, agrupadas de forma geral como "escola

[24] PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo* (1ª edição 1942). São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 10.

histórica alemã", exerceram sobre pensadores norte-americanos de final do século XIX e início do XX, como Edwin R. A. Seligman, Henry Carter Adams, Richard T. Ely, dentre outros. O argumento geral é que as ideias da escola histórica tornaram-se parte integrante do pensamento econômico americano, estabelecendo domínios de interesse como finanças públicas, ferrovias, agricultura, trabalho, história da tecnologia e das leis. Nas palavras de Dorfman, "Ficou difícil, daí em diante, discutir mesmo as doutrinas mais abstratas sem referência à estatística, à história, ao contexto".[25] No entanto, os americanos adaptaram as atitudes da escola histórica às suas próprias tradições, separando método e filosofia política. Nos Estados Unidos – marcados por uma profusão de autoridades estaduais e locais – não havia lugar para associação entre caráter orgânico da sociedade e uma autoridade estatal centralizada. Daí a distinção, argumenta Dorfman, entre escola histórica "nativa" e seus herdeiros americanos.

A questão do indutivismo e da empiria é retomada por Earlene Craver e Axel Leijonhufvud, em texto de 1987, como legado importante das linhagens alemãs para a economia que se desenvolveu nos EUA. O argumento é que a preocupação com a empiria e a observação dos fatos concretos teria sido absorvida por americanos na transição do século XX e reexportada, a partir dos anos 1920 e em especial no pós-guerra, sob a forma "americanizada" de econometria e inferência estatística. A trajetória de Edwin Gay, aluno de Schmoller, decano fundador da Harvard Business School e presidente do National Bureau of Economic Research (NBER) entre 1920 e 1933 exemplifica o argumento.[26] Nessa mesma linha, Benny Carlson retoma, em 1999, uma pesquisa conduzida por Henry Farnam (1853-1933) em 1908 sobre as eventuais influências alemãs na formação de seus colegas economistas.[27] O objetivo de Carlson é avaliar a influência de Adolph Wagner nos Estados Unidos. Entre os 116 pesquisadores que responderam a enquete de Farnam, Carlson relata, 45 declararam ter algum contato direto com a obra de Wagner, seja por meio de estudo na Alemanha, seja por meio da leitura sistemática de seus escritos. Entre os "apóstolos de Wagner", para usar o termo de Carlson, pode-se destacar Richard T. Ely e Henry Carter Adams. Ely é considerado um dos antecipadores das reformas sociais ocorridas na Era Progressista e no New Deal. Adams foi estatístico-chefe da Comissão Interestadual de Comércio e, como tal, um dos formuladores da regulação pública nos

[25] DORFMAN, Joseph. "The role of the German Historical School in American economic thought", in: *The American Economic Review*, v. 45, n. 2, 1955, p. 28.

[26] CRAVER, Earlene and LEIJONHUFVUD, Axel. "Economics in America: the continental influence", in: *History of political economy*, v. 19, n. 2, 1987.

[27] CARLSON, Benny. "Wagner's legacy in America: re-opening Farnam's inquiry", in: *Journal of the History of Economic Thought*, vol. 21, n. 3, 1999.

EUA.

Nos anos 1990, foi concretizado na Alemanha o projeto de estudar um processo de difusão específico: a emigração (sobretudo rumo aos Estados Unidos), motivada pelas perseguições ideológicas do período nazista e pela Segunda Guerra. A empreitada, coordenada por Harald Hagemann e Claus-Dieter Krohn, resultou num léxico bastante extenso, que conta com um ensaio introdutório sobre o tema da emigração de economistas alemães e com verbetes individuais sobre cada indivíduo envolvido.[28] Embora a maioria dos pensadores assimilados no Brasil no momento em questão já não atuassem mais no momento da ascensão do nacional-socialismo, Carl Landauer constitui um ponto de contato importante entre esta tese e a literatura sobre a emigração acadêmica dos anos 1930, pois sua obra foi utilizada por Roberto Simonsen nos anos 1940. Formado ainda nas tradições alemã e austríaca do pré-Primeira Guerra, Landauer atuou na Alemanha de Weimar e, posteriormente, nos Estados Unidos, conforme descrito no informativo verbete redigido por Heinz Rieter e Regina Schlüter-Ahrens.

Ainda nesse campo da difusão para os Estados Unidos, o trabalho de Jan Pieter-Schulz, sobre a disseminação da ciência das finanças públicas alemã e austríaca é um marco importante. Mais que um estudo da disseminação, trata-se de uma recapitulação extensa da produção intelectual germanófona na área da *Finanzwissenschaft*, utilizada na Parte II desta tese, para auxiliar na delimitação do campo do "socialismo de Estado" e no exame da obra de Adolph Wagner. No tocante à transmissão internacional, o principal achado de Schulz é que houve disseminação significativa, no sentido Europa-Estados Unidos, em todos os subcampos da economia do setor público.[29] A difusão, porém, não foi uniforme. De acordo com Schulz, os americanos que estudaram na Alemanha (ou que assimilaram ideias alemãs por meio de fontes impressas) inclinaram-se a absorver ideias vindas dos "clássicos alemães" (sobretudo de Karl H. Rau e Carl Dietzel), de Lorenz von Stein, dos socialistas de Estado e do programa de pesquisa historicista. A escola austríaca teve, nesse sentido, impacto menos significativo. Tiveram papel destacado como professores dos norte-americanos: Adolph Wagner, Johannes Conrad e Karl Knies, que orientaram vários alunos americanos durante suas estadias na Alemanha. No tocante à disseminação impressa, Schulz ressalta a importância da Gustav Cohn, cujo manual de finanças públicas foi traduzido para o inglês por Thorstein Veblen em 1895. Essa tradução

[28] HAGEMANN, Harald e KROHN, Carl-Dieter (Hrsg.). *Biographisches Handbuch der deutschsprachigen wirtschaftswissenschaflichen Emigration nach 1933*. München: Saur, 1999.

[29] SCHULZ, Jan Pieter. *Finanzwissenschaft im deutschprachigen Raum und in den Vereinigten Staaten, 1865-1917*. Ursrpung, Inhalt und Wissenschaftstransfer. Marburg: Metropolis-Verlag, 2013.

e as assimilações de Cohn feitas por Veblen são o tema de um artigo de Charles Camic, de 2010, que faz uma discussão do papel desse processo de apropriação pela via da tradução para a formação do pensamento institucionalista de Veblen.[30]

A disseminação de conhecimento econômico da Alemanha para o Japão, na Era Meiji e no período entreguerras, é conhecida, porém as barreiras de idioma e de nossa formação ocidental fazem com que, infelizmente, esse caso de disseminação internacional não seja tão acessível como parâmetro de comparação. Como referência, utilizam-se aqui dois estudos recentes, publicados em língua inglesa em 2009, em coletânea sobre a escola histórica alemã organizada por Yuchi Shionoya. A extensa produção de Shionoya a respeito do historicismo alemão e das obras de Schmoller e Schumpter, em conjunto com os artigos de vários autores que contribuem para o volume de 2009, dão mostra da qualidade da pesquisa em história do pensamento econômico alemão realizada no Japão.

Tamotsu Nishizawa aponta para a recepção da escola histórica como evento que mudou a paisagem intelectual nipônica, no campo das ciências econômicas. Conforme Nishizawa, do fim dos anos 1880 a meados de 1890 houve uma transição, e a economia política produzida no Japão moveu-se da esfera de influência britânica liberal, representada pelo economista Ukichi Taguchi (1855-1905), uma espécie de "discípulo japonês da escola de Manchester", para a esfera de influência da escola histórica alemã e da "escola da política social". Destacam-se os economistas Tokuzo Fukuda (1874-1930), Hajime Seki (1873-1935) e Noboru Kanai (1865-1933), que estudaram na Alemanha e retornaram ao Japão, como fizeram os norte-americanos. A segunda metade do período Meiji (1898-1912) foi, então, de acordo com Nishizawa, o momento de auge da influência dessas linhagens alemãs de pensamento econômico, sendo a Guerra Russo-Japonesa (1904-05) um fator catalisador importante para a ascensão do historicismo e descrédito do liberalismo.[31]

Haveria, no entanto, diferentes apropriações, assim como no Brasil e em outros contextos. O grupo em torno de Noboru Kanai, organizado na Faculdade de Direito da Universidade Imperial de Tóquio se identificaria com os "socialistas de cátedra", ou socialistas de Estado, à maneira de Adolph Wagner. Já o grupo de Fukuda, que incluía Seki e outros seguidores, atuaria na Escola Superior de Comércio de Tóquio (a atual Universidade Hitotsubashi) e seria simpático a um reformismo social de corte mais liberal

[30] CAMIC, Charles. "Veblen's Apprenticeship: On the Translation of Gustav Cohn's System der *Finanzwissenschaf*", in: *History of political economy*, v. 42, n. 4, 2010.

[31] NISHIZAWA, Tamotsu. "Lujo Brentano, Alfred Marshall, and Tokuzo Fukuda: the reception and transformation of the German Historical School in Japan", in: SHIONOYA, Yiuichi (ed.). *The Geman historical school: the historical and ethical approach to economics*. London and New York: Routledge, 2001, p. 159.

e próximo da economia política britânica. Tokuzo Fukuda, como descreve Nishizawa em detalhes, era discípulo do historicista alemão e reformista moderado Lujo Brentano e de Alfred Marshall. Na visão de Fukuda, Marshall aceitara a pesquisa recente dos estudiosos alemães, sem, no entanto, negligenciar a investigação "puramente teórica" dos acadêmicos ingleses.[32]

Focalizando a recepção de ideias germânicas no Japão num período posterior, Osamu Yanagisawa enfatiza as controvérsias travadas entre acadêmicos a respeito de temas como o capitalismo japonês e a organização da economia numa era de declínio do liberalismo e de tendência à cartelização. Dois fatores ligados à conjuntura política e social foram determinantes para esse processo de absorção de ideias: o enfrentamento da crise mundial, por meio de ações estatais, como o Ato Regulatório das Indústrias Importantes (1931); e o expansionismo militar, que demandava uma organização da economia nacional para a guerra, sobretudo a partir de 1937 com o início guerra sino-japonesa. A principal influência teria sido, conforme Yanagisawa, as elaborações de Werner Sombart sobre o planejamento em *O futuro do capitalismo* (1932). Na discussão a respeito da cartelização da economia japonesa, Carl Landauer também teria sido referência importante, utilizada por Hiromi Arisawa em estudo de 1937, motivado plo Ato Regulatório de 1931, sobre a regulação das indústrias no Japão.[33]

A difusão das ideias alemãs em âmbito europeu foi marcada por diferenças com relação aos casos dos Estados Unidos e do Japão. O ambiente universitário mais bem estabelecido favorecia traduções, viagens acadêmicas e resenhas. A proximidade geográfica e a integração econômica tornavam mais fáceis esses processos e agilizavam o intercâmbio de material impresso. Mesmo o cameralismo alemão e austríaco do século XVIII, antes tido como um movimento essencialmente germanófono, tem sido visto como fenômeno intelectual amplo, de abrangência europeia. O entendimento da disseminação dessa linhagem de pensamento econômico no continente europeu – e em contexto ibérico em particular – deve-se muito aos trabalhos de Ernest Lluch.[34] Em linha com essa perspectiva, Alexandre Cunha mostrou, em texto mais recente, que, na Suíça setecentista, houve pontos de contato importantes que fizeram com que essa produção cameralista de

[32] NISHIZAWA, 2001, p. 160 e p. 163.

[33] YANAGISAWA, Osamu. "The impact of German economic thought on Japanese economists before World War II", in: SHIONOYA, Yiuichi (ed.). *The Geman historical school: the historical and ethical approach to economics*. London and New York: Routledge, 2001, pp. 174-177 e p. 183.

[34] Lluch escreveu vários textos sobre a história do pensamento econômico na Espanha e, em especial, na Catalunha. Sobre a disseminação do pensamento cameralista de matriz germânica em contexto ibérico, destaca-se aqui um texto dos mais recentes: LLUCH, Ernest. "El cameralismo más allá del mundo germánico", in: *Revista de Economía Aplicada*, n. 10, vol. IV, 1996.

matriz germânica se disseminasse de forma a penetrar círculos culturais francófonos.[35]

Para o século XIX, o destaque é a escola histórica alemã, que se tornou quase o *mainstream* alemão nesse contexto e foi objeto de diversas apropriações, no continente e nas Ilhas Britânicas. Para não tornar fastidiosa esta exposição com vários casos nacionais, é conveniente referir a coletânea organizada por José Luís Cardoso e Michalis Psalidopoulus, de 2016, a partir da qual se pode ter uma ideia do estado da arte da pesquisa nesse campo.[36] Em linhas gerais, constata-se, a partir desse conjunto de trabalhos, que a difusão do pensamento econômico alemão não foi uniforme na Europa, muito embora as ideias tenham circulado em praticamente todo o continente. A França, por exemplo, é um caso nacional no qual houve várias traduções, mas uma assimilação bastante crítica, de tendência liberal, das ideias econômicas ligadas à escola histórica. Argumento semelhante valeria, no geral, para os Países Baixos e para a Bélgica, com a ressalva de nesses países houve casos, ainda que não muitos, de indivíduos que efetivamente se identificaram com o pensamento econômico alemão. Em outros contextos, mais ao sul da Europa, houve apropriações mais associadas à política social, ao ordenamento das finanças públicas e à superação do atraso econômico por meio da ação estatal e do protecionismo: os casos de Espanha, Portugal e Grécia exemplificam esse tipo de tendência. Os casos da Rússia e da Bulgária assomam como exemplos interessantes de colocação em prática do projeto historicista fora da Alemanha, pois, para além das assimilações ligadas aos projetos de política econômica, houve produção de monografias históricas por parte de economistas. Para as preocupações deste trabalho, destaca-se, em particular, o texto de Vitantonio Gioia, a partir do qual foi possível estabelecer "filiações germânicas" de pensadores italianos referidos no Brasil.

Ainda entre os trabalhos que lidam com a difusão a partir da Alemanha como centro irradiador, vale mencionar as contribuições, ainda não muito numerosas, que tratam da recepção na América Latina e no Brasil em particular. Nesse sentido, é significativa a contribuição de Mauro Boianovksy, de 2013, cujo argumento central é a ideia de que a apropriação das ideias de Friedrich List na periferia latino-americana – Brasil, Chile e Argentina – foi bastante seletiva. Em particular, Boianovsky mostra como foi convenientemente esquecida a divisão "climática" que List fazia entre as zonas temperadas, favoráveis à industrialização e portanto aptas a adotar o protecionismo, e as

[35] CUNHA, Alexandre Mendes. "A Previously Unnoticed Swiss Connection in the Dissemination of Cameralist Ideas during the Second Half of the Eighteenth Century", in: *History of political economy*, vol. 49, .n. 3, 2017.

[36] CARDOSO, José Luís e PSALIDOPOULOS, Michalis (eds.). *The German Historical School and European economic thought*. London and New York: Routledge, 2016.

tórridas, cuja melhor opção era manter-se como economias agrário-exportadoras.[37] Por fim, uma contribuição minha de 2017 busca historicizar o conceito alemão de economia nacional e demonstrar suas diferentes apropriações brasileiras, expressas em duas traduções distintas. Esse artigo serviu como ponto de partida para algumas reflexões feitas nesta tese, desdobradas com mais detalhe nos capítulos 6 e 9.[38]

No campo da historiografia que parte do Brasil como receptor de ideias estrangeiras, um ponto de partida importante são os estudos que lidam com a assimilação da economia política, sobretudo clássica, ainda na transição do século XVIII para o XIX. A figura de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, tem gerado uma produção considerável. Partindo de uma perspectiva nacional-industrialista, seu nome é vinculado à ideia da reprodução da ideologia liberal de matriz britânica e à subserviência aos Bragança. Do ponto de vista da disseminação da economia política, seu legado é reconhecido como contribuição importante para tornar a economia política emergente conhecida no mundo luso-brasileiro.[39] Em estudo recente sobre o tema, Mauricio Coutinho destaca as particularidades do liberalismo num país colonial, mostrando a convivência, em Silva Lisboa, de uma fidelidade irrestrita aos ensinamentos de Adam Smith – livre comércio, livre indústria e valor-trabalho – com uma "desconcertante" distância com relação à questão da escravidão e do tráfico negreiro.[40]

Diversificando essa paisagem historiográfica dominada pela disseminação da economia política clássica, Alexandre Cunha e José Luís Cardoso mostram como os princípios do cameralismo, de matriz alemã e austríaca, também tiveram penetração no mundo português, no contexto amplo do reformismo esclarecido do Marquês de Pombal e de Dom Rodrigo de Souza Coutinho. Em particular, Cunha e Cardoso mostram que essas ideias ligadas à ciência da polícia (*Polizeiwissenschaft*), que haviam se mostrado úteis durante as experiências portuguesas de modernização ilustrada, não foram esquecidas no novo contexto – mais liberal e menos mercantilista – de início do século XIX. A forte necessidade de reformas administrativas, tanto na instalação da Corte no

---

[37] BOIANOVSKY, Mauro. "Friedrich List and the fate of tropical countires", in: *History of political economy*, vol. 45, n. 4, 2013.

[38] BRUZZI CURI, Luiz Felipe. "From 'social economy' to 'national political economy': German economic ideas in Brazil", in: CUNHA, Alexandre Mendes and SUPRINYAK, Carlos Eduardo (eds.). *The political economy of Latin American independence*. London: Routledge, 2017.

[39] Uma recuperação das interpretações a respeito do legado de Silva Lisboa pode ser encontrada em: KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 7-13.

[40] Ver COUTINHO, Mauricio. "Silva Lisboa on free trade and slave labor: the fate of liberalism in a colonial country", in: CUNHA, Alexandre Mendes and SUPRINYAK, Carlos Eduardo (eds.). *The political economy of Latin American independence*. London: Routledge, 2017.

Rio de Janeiro, quanto na preparação de uma estrutura estatal para o novo país a partir de 1822, ensejou a utilização de instrumentos técnicos e de uma linguagem ligados às ciências do Estado e da polícia de matriz germânica. Nesse sentido, não é de se estranhar que se tenha traduzido, em 1823, no Brasil, uma adaptação da principal obra de Jakob Friedrich von Bielfeld, pensador alemão próximo da tradição cameralista.[41]

Para o período monárquico brasileiro, em especial o Segundo Reinado, têm sido enfatizadas as origens britânicas dos argumentos utilizados nas controvérsias sobre a política monetária travadas, sobretudo, no Parlamento do Império. Como introdução a este tema, vale mencionar o artigo de Pedro Dutra Fonseca e Maria de Lourdes Mollo, de 2012, em que se retomam alguns pontos dos debates travados na Inglaterra para mostrar, de forma convincente, as origens "heterodoxas" do papelismo brasileiro, associadas à *banking school*. Fonseca e Mollo chegam a sugerir uma proximidade da "heterodoxia precoce" brasileira, representada pelo Barão de Mauá, com a Escola Histórica Alemã. Embora industrialistas brasileiros de finais do século XIX e da Primeira República tenham se utilizado à sobeja de argumentos de List (e, em alguns casos, de outros autores alemães), a associação de Fonseca e Mollo parece um pouco forçada, pois o trecho apresentado como evidência contém uma observação geral sobre a necessidade de se testar as leis econômicas em vários contextos, para que sejam universalmente válidas. Ora, esse reconhecimento de que a universalidade pode ser atingida por meio de testes sucessivos, sem menção a autores, escolas e à importância dos estudos históricos para validar esses testes, não parece suficiente para atestar alinhamento com a escola histórica alemã, nem mesmo em sua primeira geração, menos "radical".[42]

Dois importantes centros de produção e disseminação mais formal do conhecimento econômico no Brasil oitocentista eram as faculdades de direito, de São Paulo e do Recife, nas quais havia cadeiras de economia política. Paul Hugon, em texto da década de 1950, chama a atenção para a apropriação das ideias de Henry Dunning MacLeod na Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo. Hugon sugere que a obra de MacLeod teria sido influenciada por economistas da escola histórica alemã, prestando-se, por isso, à apropriação num país novo como o Brasil. Essa sugestão, pouco defensável à luz da pesquisa primária, é retomada no capítulo 6.[43]

---

[41] CUNHA, Alexande Mendes e CARDOSO, José Luís. "Enlightened Reforms and Economic Discourse in the Portuguese-Brazilian Empire (1750–1808)", in: *History of political economy*, vol. 44, n. 4, 2012.

[42] FONSECA, Pedro C. D. e MOLLO, Maria de Lourdes. "Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas", in: *Nova Economia*, 22 (2). Belo Horizonte, 2012.

[43] HUGON, Paul. "A economia política no Brasil", in: AZEVEDO, Fernando. *As ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

Grosso modo, pode-se estabelecer, com base em literatura sobre a história das ideias jurídicas no Brasil, que havia, em Pernambuco, uma tendência à influência germânica, por meio dos ensinamentos da Escola Histórica Alemã de Jurisprudência, representada pela figura do germanófilo Tobias Barreto (1839-1889).[44] Uma contribuição recente sobre as ideias econômicas de Clovis Bevilaqua, de Pedro H. Dacanal e Alexandre Saes, dá pistas importantes sobre a penetração de ideias "jurídico-econômicas" alemãs nesse ambiente intelectual. Em particular, Dacanal e Saes destacam as apropriações feitas por Bevilaqua do historicismo de Rudolf von Jhering e Friedrich Carl von Savigny, juristas que haviam inspirado o "manifesto" de Roscher (1843) em favor de uma economia que utilizasse o método histórico.[45]

Abarcando não só o século XIX mas também o início do século XX, Luiz Nogueira de Paula publicou em 1942 um texto, útil ainda hoje, no qual traça um panorama do ensino de economia no Brasil, descrevendo, brevemente, o perfil da economia política veiculada em diversas instituições brasileiras, entre as quais as faculdades de direito. Esse texto é talvez o primeiro em que se faz menção, ainda que breve, à figura de Francisco Simch e a sua orientação teórico-pedagógica germanófila.[46] É no mesmo recorte cronológico que se insere o trabalho mais recente de Amaury Gremaud Jr. sobre as controvérsias da política econômica no Segundo Reinado e na República Velha. Gremaud indica, também de passagem, que havia influência de Adolph Wagner nas elaborações de Rui Barbosa sobre política bancária e que, no Rio Grande do Sul, Francisco Simch se utilizara de diversos autores alemães em suas aulas de economia política.[47]

Com foco na Primeira República, a tese de Ivan Salomão constitui contribuição importante sobre o industrialismo das primeiras décadas republicanas. O eixo do trabalho é o pensamento econômico de Serzedelo Correia, Amaro Cavalcanti e Rui Barbosa. Sua pesquisa contribui para o entendimento das assimilações germânicas no Brasil, na medida em que destaca, ao lado do "sistema americano" de Alexander Hamilton, o "sistema nacional" de Friedrich List como uma das influências estrangeiras formadoras das

---

[44] Ver, por exemplo, MACHADO NETO, A. L. *História das ideias jurídicas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1969.

[45] DACANAL, Pedro Hoeper e SAES, Alexandre Macchione. "As ideias jurídico-econômicas de Clovis Bevilaqua", in: *XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresa/ABPHE*, 2017, pp. 12-13.

[46] PAULA, Luiz Nogueira de. *Síntese da evolução do pensamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1942. Trata-se de um conjunto de conferências, proferidas entre setembro e outubro de 1940 na Universidade de Montevidéu (Uruguai), nas quais Luiz Nogueira de Paula procura, com forte tempero nacionalista, divulgar o pensamento econômico produzido no Brasil a um público de economistas uruguaios.

[47] GREMAUD JR., Amaury Patrick. *Das Controvérsias Teóricas à Política Econômica: Pensamento Econômico e Economia Brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)*. São Paulo: FEA/USP, 1997, p. 57 e p. 111.

correntes industrialistas.[48] A historiografia, relativamente abundante, sobre a obra de Rui Barbosa e sobre o industrialismo nas primeiras décadas do século XX é examinada ao longo da Parte III deste trabalho. Por ora, pode-se dizer que, se a influência de uma "agenda listiana" entre os industrialistas da Primeira República é algo relativamente estabelecido para os estudiosos, as eventuais apropriações do historicismo ou do socialismo de Estado são apenas sugeridas, sem desdobramento mais aprofundado. No caso específico de Rui Barbosa, há estudos, como o de Ivan Salomão e Pedro Dutra Fonseca, que o caracterizam como uma espécie de desenvolvimentista *avant la lettre*, mas não se explora sua recepção de ideias de economistas germânicos cujos livros, vale adiantar, foram adquiridos e lidos por Rui.[49]

Para as décadas de 1930 e 1940, a situação não é muito distinta. Uma obra de referência a respeito do pensamento econômico brasileiro neste momento é o livro de Ricardo Bielschowsky, mas não há uma preocupação específica com os aportes estrangeiros para a formação do chamado "ciclo ideológico do desenvolvimentismo". No campo das influências alemãs, menciona-se apenas Friedrich List e a metáfora da indústria infante como influência na obra de Roberto Simonsen.[50] Em estudo mais sensível à questão da transmissão internacional de ideias, Joseph Love investiga a formação de teorias do subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia. Love reitera a importância de List como fonte de legitimação teórica para o protecionismo latino-americano, sobretudo antes da apropriação do "protecionismo científico" e do corporativismo de Mihail Manoilescu pelos industriais dos anos 1930. Assinala, também, a importância de Werner Sombart para as reflexões a respeito do capitalismo na América Latina, mas num registro cronológico posterior (1950-60).[51]

Roberto Simonsen foi, nesse contexto, uma figura-chave. O pensamento econômico de Simonsen foi o objeto de minha dissertação de mestrado, publicada como livro em 2015. Nesse trabalho, identifiquei em Simonsen uma pluralidade de apropriações estrangeiras, incluindo aportes de pensadores alemães: não apenas List, mas Rodbertus, Wagner e Landauer foram destacados como referências para Simonsen.[52] Em particular,

---

[48] SALOMÃO, Ivan Colangelo. *O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

[49] SALOMÃO, Ivan Colangelo e FONSECA, Pedro Cezar Dutra e. "Heterodoxia e industrialização no pensamento econômico de Rui Barbosa". Texto para Discussão nº 07/2013. Porto Alegre: UFRGS/FCE/DERI, 2013.

[50] BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 87.

[51] LOVE, Joseph. *Crafting the third world: theorizing underdevelopment in Rumania and Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1996.

[52] BRUZZI CURI, Luiz Felipe. *Entre a história e a economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen*. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2015.

a assimilação simonseniana de ideias oriundas do socialismo de Estado alemão, nos debates sobre o Tratado Comercial Brasil-Estados Unidos de 1935, foi tema de artigo que publiquei em coautoria com Danilo Lima.[53] Essas reflexões sobre as influências alemãs de Simonsen são retomadas no capítulo 9 desta tese, acrescidas de uma discussão sobre a presença de ideias de Schmoller em *História econômica do Brasil* e de uma recolocação das apropriações que Simonsen fez de Landauer, ensejada pelo estudo mais adensado de sua atuação na Alemanha de Weimar. As sintonias estrangeiras de Roberto Simonsen, convém frisar, não se restringiram ao pensamento germânico, por mais que este tenha sido importante em suas elaborações. Marco Cavalieri e Marcelo Curado enfatizam, por exemplo, as influências norte-americanas na obra de Simonsen, em artigo recente.[54]

Por fim, há ampla literatura sobre o pensamento econômico cepalino, formulado a partir da década de 1950.[55] Estudos mais recentes têm focalizado a transmissão de ideias, destacando as várias apropriações teóricas internacionais, por exemplo, de Celso Furtado.[56] Embora a formação do pensamento da CEPAL nos anos 1950 e 1960 se situe fora do escopo temporal deste trabalho, vale mencionar o artigo de Pedro Dutra Fonseca, de 2000, a respeito das "vertentes formadoras" do pensamento cepalino. Seriam elas, para Fonseca: o "liberalismo de exceção" (aberto à possibilidade de intervenção estatal em certos campos da economia); o positivismo, em particular em sua versão castilhista; e o pensamento de Friedrich List. Fonseca já assinalava que a leitura de List feita no Brasil fora seletiva ao ignorar o fato de que List pensara os países "tórridos" como ineptos para o desenvolvimento manufatureiro e, por conseguinte, para o protecionismo.[57]

Esta tese propõe-se, portanto, como contribuição a esses dois eixos historiográficos analisados até aqui. De um lado, a Parte II adota o ponto de vista do centro irradiador de ideias – a Alemanha no "longo século XIX" – e busca refletir sobre as particularidades do pensamento alemão assimilado no Brasil. Se a bibliografia é abundante nesse campo, as traduções nem tanto, de modo que esses três capítulos procuram fornecer ao leitor

---

[53] BRUZZI CURI, Luiz Felipe e LIMA, Danilo Barolo Martins de. "Roberto Simonsen and the Brazil-U.S. Trade Agreement of 1935: economic ideas and political action", in: *Nova Economia*, vol. 25, n. 3, 2015.

[54] CAVALIERI, Marco A. R. e CURADO, Marcelo L. "As influências norte-americanas de Roberto Simonsen: controle social, institucionalismo e planejamento", in: *Estudos Econômicos*, vol. 46, n. 2, 2016.

[55] Um exemplo de trabalho que recapitula as principais características do pensamento cepalino é BIELSCHOWSKY, Ricardo. "Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha", in: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

[56] Como exemplos desses estudos sobre Celso Furtado, ver: BOIANOVSKY, Mauro. "A view from the tropics: Celso Furtado and the theory of economic development in the 1950s", in: *History of political economy*, vol. 42, n. 2, 2010; CUNHA, Alexandre Mendes e BRITTO, Gustavo. "When development meets culture: the contribution of Celso Furtado in the 1970s", in: *Cambridge Journal of Economics*, advanced online, 2017.

[57] FONSECA, Pedro Dutra. "As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino", in: *Revista Brasileira de Economia*, vol. 54, n. 3, 2000.

brasileiro algumas bases para a compreensão do tipo de pensamento econômico alemão que circulou por aqui, entre o início da República e os anos 1940. Por outro lado, a Parte III amplia o escopo dos estudos sobre a disseminação de ideias econômicas no Brasil ao aprofundar algumas dimensões das influências alemãs. Com base em sugestões extraídas da historiografia e, sobretudo, a partir dos textos primários, foi possível examinar vários casos de apropriações germânicas. Se são válidas as considerações sobre a importância da leitura e da apropriação como procedimentos indispensáveis à efetivação do discurso econômico como algo portador de sentido, não seria impróprio dizer que esses capítulos da Parte III não se referem somente ao pensamento econômico brasileiro, mas propõem reflexões instigantes sobre o legado de pensadores germânicos como, por exemplo, Friedrich List, Adolph Wagner e Carl Landauer. Tomando-se essas apropriações também como parte de um processo de busca, por definição desajustada, porque (pós-)colonial, de referenciais europeus para se pensar uma realidade "tupiniquim", o estudo da *Nationalökonomie* nos trópicos se torna, também, uma reflexão sobre as múltiplas tensões presentes em nossa formação nacional.

PARTE II

Ideias econômicas na Alemanha

Capítulo 3

A formação da economia política na Alemanha oitocentista

Embora o foco desta tese seja um processo de apropriação ocorrido no Brasil da transição do século XIX para o XX, as raízes formativas das linhagens de pensamento econômico alemão que foram assimiladas nesse contexto estão numa transição ocorrida um século antes, no contexto das rupturas políticas do tempo da Revolução Francesa. Esse processo da história ocidental, que de alguma maneira abre as portas para uma experiência temporal moderna, envolveu mudanças conceituais significativas, com consequências sobre o discurso econômico alemão, em particular. Surgiu, nesse momento, a *Nationalökonomie*, fruto da apropriação, em solo germânico, da economia política nascente e de sua incorporação à tradição setecentista do cameralismo, um discurso feito por e para um público preocupado com as questões da administração e organização do Estado. O estudo desse discurso econômico do início do século XIX é fundamental para se entender a disseminação do pensamento econômico alemão no Brasil, pois as linhagens de pensadores que se difundiram por aqui eram, de alguma forma, tributárias dessa "reforma" do pensamento econômico ocorrida entre as décadas de 1780 e 1830.

Uma questão central, que norteia a discussão, refere-se ao caráter "excepcional" da trajetória alemã, do ponto de vista do desenvolvimento sócio-político e no campo da história do pensamento econômico, em particular. É a tese do *Sonderweg*[1] que, em sua vertente negativa, dominou a forma de se encarar a história alemã no pós-Segunda Guerra. Os traços distintivos de uma "identidade nacional alemã", fosse no campo das práticas sociais, fosse no campo das ideias econômicas, tenderam a ser vistos como fatores a influenciar um processo de tensionamento que culminaria com os traumas do fascismo radical dos anos 1930 e 1940. O que se quer nesse capítulo é, sem pretender obliterar os resultados dessas pesquisas, apresentar uma visão renovada, que focaliza as especificidades da formação do pensamento econômico alemão oitocentista.

3.1. A Alemanha no longo século XIX: marcos históricos e historiográficos

Utilizando a noção, cara a Eric Hobsbawm, de um século XIX que começa com a eclosão da Revolução Francesa em 1789 e termina com a Primeira Guerra Mundial em 1914, pode-se dizer que o pensamento econômico alemão de que se trata neste trabalho foi, em sua essência, oitocentista, por mais que sua apropriação no Brasil tenha ocorrido

[1] Em tradução literal, "caminho específico" ou "caminho particular". Utiliza-se o termo em alemão por ser frequente na discussão sobre a especificidade da trajetória histórica alemã.

ao longo das primeiras décadas do século XX. O pensamento econômico de Carl Landauer, cujas reflexões assimiladas no Brasil foram produzidas entre os anos 1930 e o início dos 1940, representa talvez um ponto de inflexão, já inserido num quadro de discussões mais típico do século XX. Porém, mesmo a formação intelectual de Landauer pode ser inserida num contexto de passagem entre a Alemanha oitocentista e a nova realidade, alemã e mundial, que se moldaria no seio da "era da catástrofe", entre 1914 e 1945. Doutor em 1913, Landauer pode ser considerado um personagem dessa transição. De toda forma, se Landauer representa um marco final, o ponto de referência inicial seria a economia política produzida nos anos 1840 e 1850, sendo que os personagens dessa fase inicial, como por exemplo, Wilhelm Roscher, formaram-se ainda nas primeiras décadas do Oitocentos. Os indícios não apontam para uma apropriação, no Brasil dos anos 1889 a 1945, de pensadores ligados ao cameralismo do século XVIII, por mais que o discurso alemão do século seguinte possuísse traços significativos enraizados nessa tradição setecentista. Por tudo isso, faz sentido afirmar que um pensamento forjado na Alemanha oitocentista foi apropriado no Brasil, no período em questão nesta tese.

Esse longo século XIX alemão foi um período de aceleração das transformações históricas que resultaram na configuração social e territorial da Alemanha contemporânea. Para pensar as peculiaridades do discurso econômico produzido no mundo germânico neste recorte temporal, é necessário compreender as linhas-mestras desse processo histórico em curso, tendo em vista que a produção de um saber econômico foi uma das dimensões integrantes desse processo. Em uma palavra, conforme os apontamentos historiográficos e metodológicos dos capítulos anteriores, a história das ideias econômicas que se propõe aqui passa necessariamente pela compreensão do contexto, por mais que esse procedimento envolva a incursão por temas cuja amplitude demanda do pesquisador uma reconstituição bastante seletiva. Nesse sentido, a opção feita neste capítulo é por organizar essa reconstrução do contexto histórico germânico oitocentista a partir de uma questão historiográfica, qual seja, a pergunta sobre a existência de uma "excepcionalidade alemã", em relação às outras nações desenvolvidas, no que tange ao caminho que as levou ao capitalismo maduro. Trata-se de discutir, em linhas gerais, a chamada "tese do *Sonderweg*", buscando elementos dessa discussão que podem auxiliar no balizamento das narrativas mais ligadas à história do pensamento econômico. Antes, contudo, de apresentar argumentos que suportam e questionam a existência de uma "via alemã" de desenvolvimento econômico e social, convém recapitular uma cronologia de eventos históricos, a partir da qual será possível pensar as possibilidades mais gerais de interpretação.

Uma primeira constatação é que a parte germânica da Europa central chegou à transição do século XVIII para o século XIX ainda fragmentada, do ponto de vista político e também econômico. Na miríade de pequenas e médias unidades territoriais articuladas sob a égide do Sacro-Império Romano-Germânico, duas estruturas estatais maiores se formaram: a Prússia e a Áustria, sendo que o predomínio dinástico-político era dos Habsburgos austríacos. O despotismo esclarecido setecentista, que orientou as reformas de Frederico II da Prússia e de José II da Áustria, decerto contribuiu para que essas duas unidades emergissem como potências no concerto político da Europa central do início do século XIX. Os eventos desencadeados a partir de 1789, tendo como epicentro a França, repercutiram de forma decisiva também nos Estados alemães. A ocupação napoleônica trouxe consigo a dissolução do Sacro-Império e uma série de reformas de cunho modernizante, que efetivamente solidificaram o aparato estatal prussiano, abrangendo os campos administrativo, educacional e militar. O ímpeto desse reformismo, no entanto, foi contido pela Restauração que se seguiu ao Congresso de Viena, em 1815. O arranjo político estabelecido nesse contexto foi a Confederação Germânica, em que outra vez havia predomínio político austríaco. A rigor, esse arranjo político durou de 1815 a 1866, com breve interrupção no contexto das Revoluções frustradas de 1848-49. Do ponto de vista político, portanto, a Confederação Germânica foi enterrada somente com as "três guerras de Bismarck" – contra a Dinamarca, a Áustria e a França –, e a formação de um Reich alemão sem a Áustria, em 1871.[2]

O processo de integração econômica, por sua vez, teve outros marcos, e a fundação do Reich em 1871 representou, em certo sentido, a continuidade de uma articulação que se iniciara com as movimentações que marcaram o início do "longo século XIX" a partir dos efeitos da Revolução Francesa. Uma consequência importante do domínio napoleônico nos Estados germânicos foi a expansão territorial da Prússia. Na esteira das negociações levadas a efeito no Congresso de Viena (1815), a monarquia dos Hohenzollern absorveu partes significativas das regiões da Renânia e da Vestfália, que vieram a ser províncias do Reino da Prússia. Essa ampliação geográfica fez dobrar a

[2] Há vasta bibliografia de qualidade sobre a história social da Alemanha nesse período. Os principais trabalhos utilizados na elaboração dos próximos parágrafos vão listados a seguir. Para uma visão de conjunto, com riqueza de dados e sínteses muito informativas sobre cada período político, a obra enciclopédica de Hans-Ulrich Wehler é incontornável: WEHLER, Hans-Ulrich. *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*. München: C. H. Beck, 2008. (Vol. 2: 1815-45/49 e Vol. 3: 1849-1914). Sobre a unificação política da Alemanha e seus antecedentes na Era Moderna, ver: ANDERSON, Perry. *Lineages of the Absolutist State*. London: Verso, 2013. A respeito da história econômica da Alemanha oitocentista, ver: KEMP, Tom. *Industrialization in nineteenth-century Europe*. London: Longman, 1985; BRAGA, José Carlos de Souza. "Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado", in: FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999; e SAES, Flávio Azevedo Marques de e SAES, Alexandre Macchione. *História econômica geral*. São Paulo: Saraiva, 2013.

população desse reino e colocou uma das regiões mais avançadas do oeste da Alemanha sob controle prussiano. As relações sociais no vale do Reno eram bem menos arcaicas do que no leste, dominado pelos proprietários *junker*. A área era formada por várias cidades prósperas, como Colônia, com longa tradição de autonomia municipal e de atividades manufatureiras. Ademais, a região era rica em ferro e carvão, recursos cujo potencial econômico a impulsionaria, no final do século, ao posto de maior zona industrial da Europa. Nesse sentido, pode-se afirmar, seguindo Perry Anderson, que as aquisições territoriais do Estado prussiano no início do século XIX fizeram com que este incorporasse o coração natural do capitalismo alemão.[3]

O próximo marco econômico nesse processo foi o *Zollverein* ou união aduaneira alemã, cuja implementação deu-se por meio de várias medidas, entre 1818 e 1834. Alargado o território prussiano, coube à burocracia estatal unificar o capitalismo agrário em ascensão no leste com a revolução industrial já em curso nas províncias ocidentais. Foi um processo de convencimento dos Estados menores, vizinhos à Prússia, à adesão ao sistema do *Zollverein*: para além da ideia, cara a Friedrich List, de implantar uma política econômica visando à integração do espaço econômico "nacional" alemão, a formação do *Zollverein* foi um projeto guiado também por questões político-administrativas. As consequências, contudo, foram amplas e duradouras. Do ponto de vista político, a zona de livre comércio de 1834 efetivamente excluiu a Áustria do processo de unificação econômica alemã, preparando o terreno para a chamada "solução alemã-pequena" ou *kleindeutsche Lösung*, sem a Áustria. Vale lembrar que a exclusão do Império Austríaco da união econômica não significou a retirada do projeto de "solução alemã ampla" da mesa de discussão. No âmbito da curta assembleia nacional de Franfkurt, formada a partir da Revolução de Março de 1848, o arranjo político que incluía a Áustria foi cogitado, defendido sobretudo por políticos de inclinação liberal oriundos dos Estados germânicos meridionais, como Baden, Württemberg, Baviera e a própria Áustria. O liberalismo alemão, nesse contexto, tinha inclinações nacionalistas, de oposição ao poder da nobreza particularista das pequenas unidades territoriais.

No âmbito dessa união aduaneira internamente estruturada em moldes liberais, o desenvolvimento econômico, puxado pelas ferrovias, foi significativo, sobretudo a partir dos anos 1840. O crescimento ferroviário impulsionou também o setor metalúrgico que, apoiado na disponibilidade de carvão e de ferro, deu sustentação à expansão das estradas de ferro, marcando o início da revolução industrial na Europa germânica. Embora

[3] ANDERSON, 2013, pp. 272-273.

assimétrico do ponto de vista regional, esse primeiro impulso da revolução industrial alemã fez com que a malha ferroviária dos territórios alemães fosse o dobro da francesa nos anos 1850. O desenvolvimento por saltos, concentrado nos setores da mineração (carvão e ferro), metalurgia e ferrovia não teria sido possível sem o apoio das sociedades anônimas bancárias, que forneceram crédito de longo prazo para a indústria. Se o início da industrialização alemã foi marcado por esses setores-chave, houve, a partir dos anos 1870, uma diversificação que alçou a economia alemã a um patamar de liderança na segunda fase da revolução industrial, destacando-se os ramos químico e elétrico. Dois grandes conglomerados industriais – ou *Konzerne* – desses setores simbolizam o êxito do capitalismo alemão nesse momento e ao longo do século XX: a Badische Anilin & Soda Fabrik (BASF) e a Siemens AG.

Se os primeiros passos da integração econômica se deram com base numa ideologia liberal-nacionalista, o mesmo não pode ser dito do processo de consolidação do Estado nacional alemão, nos anos 1870, marcado por medidas de cunho "intervencionista". Essas políticas que promoveram as unificações nacionais "tardias" da Alemanha e da Itália deram origem à ideia gramsciana de "revolução passiva", isto é, um processo de transformação social organizado de cima para baixo, ditado pelas autoridades estatais. A contrapartida rural desse processo foi categorizada no âmbito do marxismo como "via prussiana". Lênin utilizou esse termo para se referir à evolução, relativamente lenta, da economia senhorial feudal para uma economia burguesa, mantendo os camponeses em formas de trabalho baseadas na coerção, sob o domínio de uma minoria de *Grossbauern* ou grandes proprietários rurais. Haveria, portanto, uma transição não revolucionária da exploração feudal para a exploração capitalista. Sem discutir em detalhes essa interpretação esquemática da evolução do capitalismo agrário alemão, vale frisar a importância do conceito de "via prussiana" para que se firmasse, na historiografia do século XX, a tese da excepcionalidade do desenvolvimento econômico alemão.[4]

Feita a "revolução passiva" com a fundação do Reich em 1871, duas medidas de política monetária consolidaram a unificação do espaço econômico alemão: a lei monetária de 1873, que instituiu o marco atrelado ao padrão-ouro, e a formação do Reichsbank em 1875. Fundado a partir do Banco da Prússia, o Reichsbank funcionou como banco central, consolidando suas reservas a partir das indenizações de guerra pagas pela França. No campo da política comercial, a era de Bismarck ficou conhecida pela guinada protecionista de 1879, expressa na tarifa alfandegária que contemplou os

[4] COUTINHO, Carlos Nelson. "Uma via 'não clássica' para o capitalismo", in: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *História e ideal: ensaios sobra Caio Prado Júnior*. São Paulo: UNESP, 1989.

interesses tanto da indústria pesada, premida pela concorrência britânica, quanto dos grandes proprietários rurais, ameaçados pelos efeitos baixistas da importação de cereais russos e americanos. Nesse sentido, foi uma política de proteção do "carvão e do aço" e também do "trigo e centeio", que selou o apoio da elite econômica alemã à administração bismarckiana. Nesse mesmo contexto, houve uma política de construção do Estado de bem-estar social e paralela neutralização da oposição política mais ligada ao movimento socialista radical. É expressiva, nesse sentido, a simultaneidade entre a interdição do Partido Social-Democrata (SPD, na sigla alemã) que vigorou entre 1878 e 1890, e a aprovação das leis sociais: Lei de Seguro-Saúde (1883), Lei de Seguro-Acidente (1884) e Lei de Pensões (1889).

Nos anos 1890, a consolidação interna do Império Alemão, associada ao papel preponderante de Otto von Bismarck, estava cimentada e o novo imperador, Guilherme II, passou a investir numa política externa mais agressiva. Essa nova rota, a *Weltpolitik* ou "política mundial", buscava a transformação da Alemanha em poder global, por meio do colonialismo e do desenvolvimento de uma indústria bélica pujante. Esse espírito foi expresso na afirmação famosa do ministro do exterior (e depois chanceler) Berhnard von Bülow: como potência até então em desvantagem, a Alemanha deveria concretizar suas ambições de conquistar um "lugar ao sol". [5] Muito embora o imperialismo alemão do final do século XIX não tenha tido o mesmo impacto global do expansionismo inglês e francês, o Reich não ficou excluído da "partilha da África", definida pelas potências europeias na Conferência de Berlim, em 1884. As principais possessões alemãs, perdidas ao longo da Primeira Guerra Mundial, foram o Camarões Alemão, o Sudoeste Africano Alemão (atual Namíbia) e a África Oriental Alemã (correspondente, com poucas alterações, ao atual território da Tanzânia).

Com o estourar da Primeira Guerra, em que uma Alemanha unificada e industrialmente poderosa enfrentou as potências ocidentais num conflito que só seria definitivamente "resolvido" três décadas depois, encerra-se o processo histórico de que se trata aqui. No período entreguerras, a Alemanha unificada esteve pela primeira vez organizada como República, mas o arranjo político da República de Weimar não chegou a durar duas décadas. Nos anos 1930, a crise econômica e a ascensão do Partido Nacional-Socialista ao poder trouxeram consigo o distanciamento cada vez maior do modelo liberal-democrático de organização política e social. A nova constelação alemã e global abriu caminho para o autoritarismo e para os conflitos que marcaram profundamente a

[5] MITCHELL, Nancy. *The Danger of Dreams: German and American Imperialism in Latin America*. Chapell Hill: The University of North Carolina Press, 1999. pp. 23-26.

história e a historiografia ocidentais, com consequências importantes, inclusive, no campo da história das ideias econômicas. Essa recapitulação, bastante sumária, decerto não dá conta da complexidade dessas transformações históricas, mas serve como introdução à questão mais específica da "especificidade" ou da "excepcionalidade" da trajetória de desenvolvimento da Alemanha.

Grosso modo, pode-se afirmar que até 1945, prevaleceu, nos meios intelectuais de língua alemã, a ideia de que houve um *Sonderweg* no desenvolvimento alemão com relação às outras sociedades ocidentais – e que essa via especial tinha um caráter "positivo". Após a derrota na Segunda Guerra, ganhou força a interpretação negativa do *Sonderweg*, a partir da qual buscou-se uma explicação para a pergunta: por que teria sido a Alemanha a única sociedade ocidental desenvolvida a praticar um fascismo radical a ponto de levar o mundo a cinco anos de guerra total? Nessa perspectiva do pós-guerra, esse "caminho especial" desembocava necessariamente na catástrofe e na política de extermínio. Paradoxalmente, porém, abria caminho para uma segunda tentativa liberal-democrática de organização do Estado alemão, a partir de 1949. Essa visão crítica da "via alemã" vigorou de maneira hegemônica não só entre os historiadores, mas também no campo amplo das humanidades, chegando a fazer parte do consenso básico de valores que têm orientado os posicionamentos e ações oficiais da República Federal da Alemanha nas últimas décadas.

Em síntese, não seria exagero dizer que, na segunda metade do século XX, a opinião de que as especificidades nacionais e/ou culturais germânicas são, em si, "condenáveis" cristalizou-se como ideologia oficial. Isso não significou, no entanto, que as teses do *Sonderweg* negativo tenham se tornado verdade científica e não tenham gerado polêmicas intelectuais. A partir dos anos 1980, novas experiências políticas e geracionais, bem como questionamentos políticos e metodológicos mais refinados começaram a ganhar espaço, contribuindo para uma relativização de várias dessas teses. Seguindo o roteiro estabelecido por Hans-Ulrich Wehler, recupera-se em linhas gerais esse movimento historiográfico nos próximos parágrafos, fechando-se esta seção com alguns apontamentos mais específicos sobre a historiografia do pensamento econômico alemão.[6]

Desde ao menos o período da Reforma, havia, nas regiões protestantes do Sacro Império, a ideia de que, nessa transformação rumo uma nova era no campo da religião, dera-se um grande salto à frente, de valor positivo. Havia também, entre os defensores do despotismo esclarecido na Alemanha, cujo símbolo foi Frederico, o Grande, da Prússia,

[6] WEHLER, 2008 (v. 3), pp. 462ss.

a ideia de que os reinos alemães eram mais avançados do que grandes monarquias absolutistas e incapazes de reformas, como a russa. A "fase radical" da Revolução Francesa confirmou essa convicção dos entusiastas do caminho alemão, afinal, por meio da "revolução por cima", evitara-se o caminho sangrento das escaramuças havidas na França e o resultado, em termos institucionais, teria sido equivalente ou ainda mais salutar. Afinal, o "espírito alemão" não ficara restrito à utopia a-histórica e fria da razão, à qual opôs a o historicismo e o romantismo, revalorizando a alma humana, os sentimentos e a fantasia. Desde que as revoluções de 1848-49 foram brutalmente solapadas, evitando-se os perigos do "governo da plebe" e da "república vermelha", os Estados fortes permaneceram, a autoridade dominante, que proporcionava ordem e, nessa visão pró-*Sonderweg*, alguma medida de liberdade, a despeito da política repressiva da "segunda Restauração". A burguesia instruída ligada à administração pública, influente na intelectualidade alemã deste período, acreditava na capacidade deste Estado de reformar-se e adaptar-se à modernidade.

Foi, contudo, no último terço do Oitocentos, com a fundação do Reich, que o entendimento positivo a respeito do *Sonderweg* ganhou contornos mais claros. As comparações eram frequentes, com países a leste e a oeste. A avaliação a respeito da "autocracia russa" e do Império Habsburgo, dilacerado por conflitos entre distintos povos, tendia a ser depreciativa. É certo que houve alguma admiração pelo parlamentarismo inglês, pela cultura francesa e mesmo pelo empreendedorismo americano, mas isso não impedia que a maioria da *intelligentsia* alemã, num espectro que ia da direita liberal à esquerda conservadora, tendesse a crer na superioridade da via germânica de acesso à modernidade. No cômputo geral, a forte monarquia alemã, com sua administração incorruptível e eficaz, era vista como bastante superior à corrupta democracia francesa e à monarquia inglesa, com sua economia aristocrática e exclusivista. Sobretudo, considerava-se o sistema acadêmico e educacional alemão como indício inegável de êxito, num mundo cada vez mais baseado na inovação científica e no progresso técnico. No limite, o "espírito alemão", marcado por instrução e religiosidade, ordem e disciplina, estaria, nessa perspectiva, em posição de superioridade com relação à superficialidade francesa e ao pragmatismo inglês. Essa combinação de ideias variou, teve diversos matizes, foi refinada e, em alguns casos, ganhou ares de arrogância nacionalista. Contudo, provou-se capaz de formar um consenso entre os intelectuais alemães. Isso fica claro quando se leva em conta em que medida as principais cabeças pensantes no campo das humanidades na Alemanha oitocentista partilhavam dessa tese de um *Sonderweg* positivo. As figuras de Max Weber, Gustav Schmoller, Friedrich Meinecke, Ernst

Troeltsch evidenciam esse "consenso", apesar das muitas diferenças existentes e da postura crítica em alguns casos.

Com o estouro da Primeira Guerra, contudo, iniciou-se um longo processo de radicalização dessas ideias positivas a respeito da via alemã. Ao longo dos anos de conflito, ganharam força as "ideias de 1914", que se opunham aos valores universalistas da Revolução Francesa. A ideologia beligerante postulava que a "liberdade alemã" deveria triunfar sobre os direitos liberais dos regimes democráticos ocidentais. A tendência combativa forjada nos anos de guerra total manteve-se e até aprofundou-se depois de 1918, na esteira de três eventos: a derrota na guerra, a derrocada da monarquia – não apenas do *Kaiser*, mas de todas as casas reinantes regionais – e a Revolução de Novembro (1918-19). Essa conjuntura traumática, ao invés de levar a uma autocrítica, acabou por desencadear uma reação compensatória, que dogmatizou e glorificou o *Sonderweg*, postulando que a Alemanha somente reencontraria o caminho da grandeza, se se ativesse às suas fontes mais primevas e puras. O nacional-socialismo, que foi alçado ao poder no início dos anos 1930, não somente tomou para si essas ideias, boa parte das quais se haviam tornado a essa altura clichê intelectual, mas perverteu-as como uma missão a ser perseguida por um império racial germânico. Esse Terceiro Reich, deveria, a partir de seu domínio sobre uma Europa central livre de judeus, exercer um papel protetor das demais nações do mundo.

Essa visão "caricatural" acerca do *Sonderweg* foi definitivamente superada a partir de 1945. Já no final dos anos 1930, mas sobretudo a partir da década de 1940, intelectuais alemães no exílio e pensadores de outras nacionalidades começaram a examinar a história da Alemanha, em busca de traços específicos e tensões que possibilitaram a ditadura hitlerista e a Segunda Guerra Mundial. Embora o termo *Sonderweg* não se tenha utilizado nesse momento, a problemática básica que se estabeleceu a partir daí foi a da identificação do desvio fatal alemão, com relação às sociedades ocidentais que, apesar da guerra e da crise econômica, não passaram por experiências tão radicais de fascismo. De forma direta ou indireta, atribuiu-se ao caminho ocidental (britânico, francês e americano), a dignidade de um caminho "normal" de evolução rumo à modernidade. O resultado foi o estabelecimento de um parâmetro, em parte baseado na investigação histórica, em parte idealizado, que permitiu identificar claramente os desvios inerentes ao *Sonderweg* alemão.

Dessa forma, não é de admirar que elementos possivelmente positivos, levados em conta pela antiga tese da excepcionalidade, não tenham sido contemplados por essa nova vertente de análise. Na lógica dessa interpretação, a ideologia alemã relacionada à

consciência de uma excepcionalidade, que buscava distanciar-se voluntariamente do Ocidente, distinguia-se por sua inclinação iliberal, antipluralista, anti-iluminista e estatista. Tal ideologia teria nutrido seu senso de submissão e sua crença na autoridade a partir de uma doutrina luterana vulgarizada, da metafísica estatal hegeliana, do romantismo politizado e do pessimismo cultural. Dado que não houvera, na história da Alemanha, uma revolução burguesa de fato, como supostamente ocorrera na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, a burguesia jamais teria logrado triunfar sobre os estados principescos. O liberalismo, visto como braço natural da burguesia no campo da ideologia política, perdeu, então, sua chance de exercer hegemonia sobre o Estado e a sociedade. Foram determinantes para esse desfecho a Revolução frustrada de 1848-49 e a fundação do Reich "de cima para baixo" em 1871.

O Estado nacional atrasado, que não foi, nessa narrativa, um produto do movimento nacionalista-liberal, mas, sim, um êxito do Estado militarista prussiano, teria deixado profundas "feridas" na autoestima alemã, que foram compensadas por meio de um hipernacionalismo apaixonado e irracional. Sem dúvida, essa abordagem reconhece a avassaladora modernização trazida pelo capitalismo industrial, mas a política defensiva das velhas autoridades teria gerado, no Estado e na sociedade, um congestionamento de problemas extremamente tensionador. Não se conseguiu superar, por meio de um sistema político efetivamente burguês e parlamentar, a situação de "incongruência" entre avanço econômico e arcaísmo político. Em vez disso, teria havido, ao longo do século XIX, uma "feudalização" da burguesia. Em síntese, essa interpretação negativa do *Sonderweg* era dominada por uma maneira de pensar que pressupunha como regra o processo de desenvolvimento anglo-francês, durante o qual, em cada caso, ocorrera um tipo de fusão entre as tradições e a modernização social. Porém, no caso da Alemanha, as tradições mostraram-se extremamente longevas e poderosas, resultando numa modernização apenas parcial, que deu margem à sobrevida de influências mentais e culturais obsoletas. Por isso, pôde surgir a mistura explosiva entre velho e novo que culminou, ao fim e ao cabo, na criação das condições para o nazismo, com sua política de violência interna e externa.

A crítica a essa interpretação negativa da excepcionalidade alemã, a partir das últimas décadas do século XX dirigiu-se não só aos pontos fracos da argumentação em si, mas ao caráter de ortodoxia adquirido por essa vertente. No que tange aos pontos de ruptura, 1933 passa a não ser mais o único marco possível e legítimo, pelo contrário: as pré-condições da República de Weimar tornam-se igualmente relevantes. E antes do início da história "exitosa" da República Federal, o período nacional-socialista figura, não mais como uma

viragem errática, mas como inflexão decisiva, a ser submetida à análise histórica, em meio a várias linhas de continuidade. Do ponto de vista dos fundamentos, o principal questionamento referia-se à conceituação do "caminho excepcional", que pressupunha, histórica e normativamente, um "caminho normal". A história de alguns países – em particular, da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França – teria sido idealizada, mal compreendida ou mesmo "ajustada" para que fossem constatados os "desvios" alemães. Se essa idealização da história ocidental não resiste à pesquisa histórica mais realista, desfaz-se também sua contraparte: a ideia de excepcionalidade.

Diante desse apelo mais recente ao pluralismo e ao questionamento dos paradigmas "ortodoxos" – que aliás não é restrito à historiografia da Alemanha oitocentista, mas difuso no campo dos estudos históricos em geral – Hans-Ulrich Wehler adverte contra o perigo de um "neo-rankeanismo elegante". Embora reconheça a importância das críticas à tese do *Sonderweg* negativo, Wehler atenta para esse "neo-historicismo" que vê todas as épocas históricas como "iguais perante a Deus" e pretende entendê-las somente a partir de suas próprias condições, negando e desautorizando as preocupações contemporâneas que guiam a busca pelo conhecimento histórico. A alternativa encontrada por Wehler é reconhecer que houve, sim, uma excepcionalidade alemã, porém não necessariamente negativa. O marco principal proposto, a partir do qual uma via específica se torna cada vez mais clara, seria a segunda metade do século XIX.

A questão das universidades alemãs, relevante para os propósitos deste trabalho, é ilustrativa dessa interpretação. Impulsionada pelo ideal neo-humanista de educação e pela burguesia ilustrada, a universidade alemã conquistou posição de liderança no cenário europeu e mundial do século XIX: por mais de um século, as instituições alemãs de ensino superior serviram como modelo de desempenho científico e de erudição acadêmica. As várias viagens de acadêmicos estadunidenses e japoneses, no campo da economia política, para a Alemanha, com o objetivo de aprofundarem seus estudos, foram emblemáticas desse prestígio da universidade alemã oitocentista. Dessa forma, o sistema educacional alemão pode ser tomado como *Sonderweg* no sentido positivo: as faces negativas desse sistema por muito tempo foram algo menor, se comparadas a seus evidentes êxitos. Somente uma pesquisa histórica bastante crítica e aprofundada poderia, de acordo com Wehler, elucidar melhor como, a partir do último terço do século XIX, o contraste entre "instruídos" e "não-instruídos" apareceu de forma mais gritante, com todos seus efeitos, e as universidades tornaram-se focos de antissemitismo e iliberalidade, ao mesmo tempo que, no plano acadêmico, continuavam a ser instituições de reconhecida excelência. O lado "negativo" da especificidade germânica nesse caso estaria justamente

nessa distância entre uma elite instruída e os leigos, entre os "mandarins" intelectuais, para usar o termo weberiano, e o restante da sociedade.

No campo mais específico da historiografia do pensamento econômico da segunda metade do século XX, identifica-se movimento semelhante. Sendo impossível fazer uma análise historiográfica exaustiva dos trabalhos que se dedicaram a essa temática, apresentam-se alguns estudos mais gerais que refletem as duas vertentes interpretativas. Em primeiro lugar, aborda-se aquela mais marcada pelo contexto da desnazificação no pós-guerra, que vê nas especificidades do pensamento econômico alemão pouco mais do que um caso desviante no sentido negativo: a ênfase é no estatismo, na falta de estudo aprofundado da teoria econômica de matriz britânica e nos efeitos "deturpadores" da história política sobre o evolver do pensamento econômico. Em segundo lugar, examinam-se alguns trabalhos que procuram identificar linhas de continuidade e restituir às singularidades do pensamento econômico alemão oitocentista um lugar de destaque na história da ciência econômica.

Vale ressaltar que, nesta tese, endossa-se a ideia de que houve uma especificidade do pensamento econômico alemão e que certas vertentes intelectuais, não só no âmbito da economia, foram instrumentalizadas para servirem a um projeto político autoritário como o nacional-socialismo. Porém, o foco aqui é a apropriação dessas ideias num contexto externo à Alemanha – e a natureza do processo de assimilação e adaptação trazem questões particulares, específicas à disseminação internacional, que foram tratadas no capítulo 2. Dessa forma, interessam aqui os traços específicos do pensamento alemão, sobretudo com relação à ciência econômica de matriz britânica, e seus desdobramentos no Brasil. É esse o ângulo da abordagem, de forma que é pouco relevante o julgamento dessas linhagens de pensamento a partir do parâmetro dado pelos eventuais "vínculos" com os acontecimentos traumáticos do período 1914-1945.

O distanciamento do argumento subjacente aos trabalhos do pós-guerra não significa que não tenham sido utilizados neste trabalho, nem que suas sejam desimportantes. É o caso, por exemplo, do estudo clássico de 1956, de Gottfried Eisermann: *As bases do historicismo na* Nationalökonomie *alemã*. A ideia norteadora do estudo é que a razão principal para o sucesso do paradigma historicista na Alemanha seria a falha das Revoluções de 1848-49. Esse movimento político teria sido uma revolução liberal-burguesa frustrada, que acabou por coroar a vitória da contrarrevolução e do conservadorismo.[7] O movimento teria sido incapaz de dar solução simultânea às duas

[7] EISERMANN, Gottfried. *Die Grundlagen des Historismus in der deutschen Nationalökonomie*. Stuttgart: Enke, 1956, p. 32.

principais questões da ordem do dia: a questão social e a questão nacional. Na interpretação de Eisermann, esse insucesso político resultou na derrota, também no plano intelectual, do método e da ideia relacionados às revoluções liberais. Dessa forma, validou-se um contraste da realidade política alemã com a teoria social liberal em geral, e com a economia política clássica em particular, levando à tendência de recuperar a herança filosófica e histórica do passado. À geração seguinte transmitiu-se pouco mais que uma "fachada "da teoria clássica, impedindo o caminho para uma compreensão mais aprofundada de sua estrutura.[8]

O livro traz uma contribuição importante, ao ressaltar que o principal diferencial da velha geração da escola histórica alemã não seria a proposição de um novo paradigma teórico, mas, sim, a relativização da teoria econômica, o questionamento da ideia de que a teoria seria válida em todo tempo e lugar. Essa constatação, no entanto, não é feita em sentido tão "positivo", mas com intuito de mostrar que, de forma pouco criativa, a base teórica desses autores de meados do século XIX – de Wilhelm Roscher inclusive – era a própria teoria clássica, de origem britânica. Ademais, do ponto de vista político, dois dos representantes dessa primeira geração da escola histórica – Bruno Hildebrandt e Karl Knies – eram de orientação liberal e haviam pertencido ao lado perdedor do movimento político de 1848-49. Em síntese, o estudo não é um libelo contra o historicismo: o exame aprofundado e erudito das ideias de Roscher, Hildebrandt e Knies tornam a obra relevante ainda hoje. Porém, Eisermann também não identifica traços, nessa linhagem historicista de pensamento econômico, de algo "positivo" ligado às "heranças alemãs": a ênfase é mais na elucidação dessa especificidade alemã, vista como pouco inovadora do ponto de vista teórico, e ligada diretamente à frustração da revolução burguesa de 1848-49. É como se houvesse algum potencial para que autores como Hildebrandt e Knies produzissem algo efetivamente interessante, mas esse ímpeto teria sido castrado pela Restauração pós-1848.

Outro trabalho emblemático dessa tradição é o livro de Avraham Barkai, *O sistema econômico do nacional-socialismo* (1977), traduzido para o inglês como *Nazi Economics*. O foco deste estudo é a conjuntura crítica dos anos 1930, na qual se travaram acirrados debates de ideias e de política econômica cujo desfecho foi a captura, pelo nacional-socialismo, do discurso econômico que propunha medidas "proto-keynesianas" como a criação de postos de trabalho – ou *Arbeitsbeschaffung* – como estratégia, no final das

[8] EISERMANN, 1956, pp. 38-39.

contas exitosa, de combate à crise econômica.[9] A pesquisa sobre a circulação de ideias entre vários grupos e instituições da sociedade alemã imediatamente anterior à ascensão de Hitler é bastante consistente. Uma contribuição importante é deixar claro que essas ideias circularam entre atores sociais originalmente não ligados ao nazismo, como os chamados "reformadores" ligados ao meio sindical, mas sua colocação em prática na agenda da política econômica, antes de 1933, falhou por vários motivos.

O capítulo "A tradição nacionalista-estatista no pensamento econômico alemão", contudo, é, como o título indica, bastante marcado pela preocupação em estabelecer um vínculo entre a história das ideias econômicas, partindo de Adam Müller e Friedrich List, e o desenrolar dos acontecimentos durante a ditadura nazista.[10] Por mais que Barkai advirta em vários momentos que sua intenção não é dar voz a qualquer abordagem monocausal de história das ideias, sua convicção é firme ao afirmar que a industrialização tardia e as condições sociais e políticas da Alemanha ensejaram o desenvolvimento de uma tradição nacionalista e estatista de pensamento econômico, que se afirmou não só como corrente acadêmica, mas, também, na política econômica, como visão defendida pela burocracia ministerial tradicional e por interesses empresariais. Numa situação econômica e política crítica, como foram os anos 1930, essa tradição teria desempenhado papel relevante. Segundo Barkai, ainda antes da tomada do poder pelos nazistas, ela teria permitido a integração da concepção econômica nacional-socialista e de propostas modernas de reforma, ligadas ao fomento da demanda, num programa econômico propagandístico e "eficaz".[11] Para além dos "fundadores" Müller e List, formam parte desse "estatismo nacionalista" os autores ligados à escola histórica, os membros do *Verein für Sozialpolitik* no final do século XIX e pensadores "herdeiros" dessa tradição já no século XX, como Werner Sombart.

Eckart Teichert focalizou, em outro estudo nessa linha, o pensamento econômico alemão no campo específico da economia internacional, entre a crise dos anos 1930 e a Segunda Guerra. O trabalho, de 1984, intitula-se *Autarquia e economia de espaço amplo na Alemanha (1930-1939): concepções de política econômica internacional entre a crise econômica e a guerra*. O eixo da argumentação está em consonância com a visão de Barkai: a política econômica externa levada a cabo pelo nacional-socialismo se desviou da crença no comércio internacional livre como fonte de mútuos benefícios para as partes

---

[9] BARKAI, Avraham. *Das Wirtschaftssystem des Nationalsozialismus. Der historische und ideologische Hintergrund*: 1933-1936. Köln: Verlag für Wissenschaft und Politik, 1977.
[10] BARKAI, 1977, pp. 59-86.
[11] BARKAI, 1977, p. 176.

envolvidas, para adotar o postulado da "autarquia" e relacionar-se com outros países, não com vistas a uma parceria comercial entre iguais, mas visando à expansão do "espaço vital" alemão, por meio do estabelecimento de zonas de influência e de acordos bilaterais. De novo, uma das "fontes" para essa política seria uma doutrina nacional-racista (*völkisch*) no campo da economia internacional. Segundo Teichert, no contexto da crise econômica dos anos 1930, voltou-se, na Alemanha, a teóricos ligados à "economia do Estado", como Müller e List e até a "representantes de um nacionalismo extremo como Adolf Wagner e Karl Oldenberg".[12]

A pesquisa ligada à história dos conceitos deu contribuição relevante para essa discussão, com uma preocupação distinta da que orientou os trabalhos mais voltados para a explicação de um *Sonderweg* alemão negativo, no campo da história das ideias econômicas. Numa perspectiva mais sintonizada com o "giro linguístico" ocorrido na filosofia ocidental a partir dos anos 1960, esse tipo de investigação focalizou os conceitos político-sociais e sua historicidade. O verbete *Wirtschaft* do léxico *Geschichtliche Grundbegriffe*, redigido em sua maior parte por Johannes Burkhardt, reconstitui o evolver do conceito de "economia" desde a Antiguidade até o século XX, com ênfase nos significados e formulações que essa ideia ganhou no mundo germânico.[13] Grosso modo, o argumento é que a especificidade da ideia alemã de economia estaria no papel da esfera da administração estatal para que se efetivasse a conexão, nos séculos XVII e XVIII, entre a terminologia econômica (no sentido original grego do "*oikos*") e a comercial-mercantil, ligada aos preços, juros e moedas. A vertente de economia política que foi se constituindo no mundo germânico foi, então, conceitualizada como *Staatswirtschaft*, em tradução literal "economia do Estado".

Essa designação *Staatswirtschaft* foi longeva na tradição alemã: mesmo a recepção de Smith, em torno de 1800, teria ocorrido com a utilização dessa nomenclatura. A partir da difusão da obra de Smith sobre a riqueza das nações, no entanto, a designação *Staatswirtschaft* perderia força, na Alemanha, em favor dos termos *Nationalökonomie* e *Volkswirtschaft*, ambos com o significado literal de "economia da nação". Desde a fundação do Reich nos anos 1870, superada a tensão entre Estado e nação, a expressão *Nationalökonomie* tornou-se um termo de integração, abrangendo não só abordagens econômicas voltadas para grandes unidades políticas, mas tornando-se um termo técnico,

---

[12] TEICHERT, Eckhart. *Autarkie und Großraumwirtschaft in Deutschland 1930-1939: außenwirtschaftspolitische Konzeptionen und Zweiter Weltkrieg*. München: Oldenbourg, 1984, p. 92.

[13] BURKHARDT, Johannes. "Wirtschaft". In: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart. (eds.) *Geschichtliche Grundbegriffe*. Bd.. 7. Stuttgart: Klett-Cotta, 1992.

designador de qualquer abordagem econômica. À medida que se aproximava o século XX, a preferência foi tendendo cada vez mais para a forma germânica *Volkswirtschaft*, pois ela acomodava as necessidades interpretativas histórico-holísticas da jovem escola histórica.

No pós-guerra, essa conotação nacionalista, relacionada à ideia de uma economia "nacional" e não a uma economia como outra qualquer, perdeu força, como era de se esperar, tendo em vista a crise do nacionalismo alemão que se seguiu à derrota na guerra. Por mais acentuado que tenha sido esse declínio da conotação nacionalista, Burkhardt observa que, ao se levar em conta a totalidade da construção histórico-genética do conceito de *Nationalökonomie*, tal conotação revela-se como restrita a um contexto específico. Percebe-se no texto de Burkhardt uma clara mudança de perspectiva em relação aos trabalhos do pós-guerra. A especificidade da conceituação alemã de economia não é mais vista como um dos fatores "explicativos" dos traumas de um processo social – no caso, o nazismo – mas, sim, como o objeto a ser examinado. Seu caráter "nacionalista" é historicizado, ganhando relevo limitação temporal dessa conotação nacionalista a uma conjuntura histórica bastante específica.

Ainda nos anos 1980, o trabalho de Keith Tribe, sobre a formação do discurso econômico alemão no século XIX, segue uma linha semelhante. Os argumentos de Tribe serão retomados mais adiante, bastando aqui salientar que sua preocupação é similar à da história dos conceitos. Para explicar os traços definidores do discurso econômico alemão, Tribe retorna ao cameralismo setecentista e às décadas iniciais do século XIX, fazendo também um claro recuo cronológico. A especificidade alemã não estaria somente nas vertentes mais "nacionalistas" ou "protecionistas" de finais do século, mas, sobretudo, na constelação intelectual e institucional específica que deu origem ao campo da *Nationalökonomie* e a uma "ortodoxia" baseada numa tradição pedagógica, cuja principal expressão seria o livro-texto de Karl Heinrich Rau, dos anos 1820.[14]

No final dos anos 1990, um debate ocorrido nas páginas da revista *History of political economy* trouxe a questão da especificidade do pensamento econômico alemão à baila de novo: no caso, estava em pauta a pertinência da categoria "escola histórica alemã". Em linhas gerais, a crítica de Heath Pearson é à ideia de que a economia produzida por autores como Wilhelm Roscher seria "histórica", sendo preferíveis caracterizações como "cultural" ou "institucional". Ademais, esse tipo de abordagem não seria apanágio dos pensadores germânicos, havendo exemplos de formas semelhantes de pensar a economia

[14] TRIBE, Keith. *Governing economy: the reformation of German economic discourse 1750-1840*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

entre os franceses e mesmo nos círculos anglófonos. Por último, a ampla diversidade existente entre, por exemplo, Roscher, Knies, Schmoller e Sombart desabonaria a ideia de que esse grupo de economistas teria formado uma "escola".[15] A resposta a Pearson veio num texto de Bruce Caldwell, cujo principal argumento, endossado nesta tese, é que, se o termo "escola histórica alemã" de fato escamoteia diferenças geracionais, teóricas e metodológicas, seu emprego não é em si prejudicial à pesquisa em história das ideias econômicas.[16] Mais do que substituir a designação por outra qualquer, o desafio é avançar na compreensão daquilo que se costuma chamar de escola histórica alemã, revelando as diferenças entre gerações e perspectivas, mas sem perder de vista os denominadores comuns entre os representantes do projeto historicista, que aliás não foi restrito ao domínio da ciência econômica.

Nas décadas mais recentes, com o fortalecimento das associações de pesquisadores em história do pensamento econômico e o crescente interesse pelos estudos em difusão internacional das ideias, as linhagens econômicas germânicas têm sido tópicos frequentemente visitados pela análise histórica. Não apenas as correntes oitocentistas mais "excepcionais" da Alemanha, como a escola histórica e o socialismo de Estado, mas também o cameralismo setecentista e o ordoliberalismo de meados do século XX, por exemplo, têm sido alvo de investigações abrangentes e específicas. Entre esses estudos, vale mencionar alguns.

O trabalho de Geoffrey Hodgson, de 2001, a respeito do problema da historicidade na economia é digno de menção por fazer, em alguma medida, um movimento contrário aos estudos do imediato pós-guerra.[17] A investigação é motivada pela negligência com a qual o *mainstream* da economia tem tratado a questão da especificidade histórica, dado o caráter "universalista" das teorias mais populares entre os economistas (de matriz neoclássica e também keynesiana), e do instrumental metodológico utilizado pela ciência econômica atual. Dessa forma, a questão da historicidade torna-se o eixo condutor do trabalho, que procura mostrar o caráter pretensioso do suposto universalismo da teoria econômica, propondo maneiras de torná-la mais sensível aos desdobramentos da história. Nessa construção, um passo importante é recuperar, sem isentar de críticas, as contribuições das gerações de economistas identificados com a escola histórica alemã e

[15] PEARSON. Heath. "Was there really a German Historical School of Economics?"., in: *History of Political Economy*, vol. 31, n. 3, 1999.

[16] CALDWELL, Bruce. "There Really *Was* a German Historical School of Economics: A Comment on Heath Pearson". In: *History of political economy*, vol. 33, n. 3, 2001.

[17] HODGSON, Geoffrey. *How economics forgot history: the problems of historical specificity in social science*. London and New York: Routledge, 2001.

os argumentos debatidos no *Methodenstreit*. Tendo em vista a ideia de uma ciência econômica historicamente consciente, Hodgson argumenta que a abordagem de pensadores como Roscher, Schmoller, Sombart e Weber teria sido mais enriquecedora do que os "avanços teóricos" alcançados pelo marginalismo e mesmo pela economia keynesiana.

Hodgson não põe em xeque esses desenvolvimentos teóricos em si, mas salienta o fato de que, após 1945, o direito de escrever a história, inclusive da ciência econômica, coube aos vencedores – e a história do pensamento econômico tornou-se uma narrativa quase exclusivamente anglófona. Os economistas clássicos, junto com Marx (sobretudo sua teoria do valor) e Marshall, marcam a "era britânica"; Keynes preenche a lacuna do entreguerras e, a partir de 1945, a história do pensamento econômico tem nos Estados Unidos seu centro inquestionável. A crítica de Hodgson é à negligência, por parte dessa história enviesada de pouco mais de dois séculos da ciência econômica, com relação à vasta literatura de língua alemã do século XIX e início do XX.[18]

Nos trabalhos mais recentes sobre a disseminação internacional das ideias econômicas, a interpretação negativista a respeito da via alemã tem sido, senão superada, ao menos profundamente ressignificada. O já referido trabalho de Jan-Pieter Schulz sobre a difusão da *Finanzwissenschaft* alemã nos Estados Unidos é enfático ao ressaltar os atrativos intelectuais e institucionais do meio universitário alemão para as elites letradas norte-americanas de final do século XIX e início do século XX. Ademais, o pensamento alemão sobre a economia do setor público é apresentado em detalhes e valorizado em suas especificidades, por mais que críticas e comparações sejam trazidas à discussão. Por fim, a recente coletânea organizada por José Luís Cardoso e Michalis Psalidopoulus sobre a disseminação da escola histórica alemã em outros países europeus apresenta um quadro bastante diverso e multifacetado da apropriação dessas ideias em outros contextos nacionais. Nas considerações finais ao livro, Harald Hagemann observa, com propriedade, que esse conjunto de estudos é mais um indicador de "certo ressurgimento do interesse" pela escola histórica e pelas "influências alemãs" de forma geral. Esse interesse renovado advém, para Hagemann, de um crescente mal-estar com relação ao desenvolvimento de um *mainstream* preocupado em imitar as ciências naturais, por mais que a validade dos modelos econômicos seja restrita no tempo e no espaço.[19]

---

[18] HODGSON, 2001, p. 175.

[19] HAGEMANN, Harald. "Concluding remarks", in: CARDOSO, José Luís e PSALIDOPOULOS, Michalis (eds.). *The German Historical School and European economic thought*. London and New York: Routledge, 2016, pp. 223-224.

Se a especificidade intelectual alemã foi reconhecida e por vezes "celebrada" pelas principais correntes intelectuais alemãs do século XIX, inclusive no campo da economia, com o advento da "era da catástrofe" no início do século XX houve uma viragem. A defesa do caminho "genuinamente alemão" tornou-se cada vez mais propagandística, facilitando a tarefa do revisionismo subsequente. Como descrito acima, o imediato pós-guerra foi marcado pela cristalização de uma interpretação negativista do *Sonderweg*, com reflexos sobre a forma como as correntes alemãs de pensamento econômico se integravam na narrativa histórica e sobre o campo mais específico da história do pensamento econômico. A partir dos anos 1980, contudo, ganham destaque estudos sobre as ideias econômicas cujas preocupações são dissociadas da problemática do nazismo e do ultranacionalismo.

Mais recentemente, pode-se dizer que o estudo do pensamento econômico alemão oitocentista tem fomentado questionamentos das teorias econômicas canônicas. Se, no imediato pós-guerra, o pensamento "germânico" era visto como cânone empedernido, impregnado de dogmatismo, a ser desconstruído pelas teorias mais modernas e cosmopolitas da síntese neoclássica, na atualidade a situação parece ter-se alterado um pouco. É o *mainstream*, com seus modelos universalistas e resistentes à reflexão sobre as interações entre teoria econômica e contexto histórico, que parece estar a demandar novos ares, sobretudo no pós-2008. O estudo das linhagens alemãs de pensamento econômico pode, decerto, trazer contribuições a esse eventual *aggiornamento*, justamente por seu pendor pelo relativismo e pelas interações entre a economia e outras áreas do que hoje se entende como campo das ciências sociais.

3.2. A formação e a transmissão da *Nationalökonomie*

No plano da história dos conceitos, o período de transição entre o século XVIII e o século XIX representa um ponto de inflexão importante. Nos termos de Reinhart Koselleck, este é o período visto como *Sattelzeit*, ou "tempo de sela". A metáfora da sela, ou curva, se refere a um momento de transição, de passagem para um tempo que, no dizer de Koselleck, é a modernidade (*Moderne*). Essa transição pode ser entendida a partir de uma nova experiência do tempo histórico, no âmbito da qual o desenvolvimento da história ganha caráter de movimento, de mudança constante. Nesse processo, o significado de certos conceitos-chave, no campo da política e do pensamento social, sofreria também alterações. Em vez de conteúdos atemporais e estáticos, tais conceitos passariam a abarcar uma dimensão antecipatória e voltada para o futuro. Um exemplo típico desse movimento é o conceito de crise, estudado detidamente por Koselleck. Se,

antes dessa conjuntura crítica do *Sattelzeit*, seu significado referia-se, sobretudo, à medicina, à ideia de estágio agudo de uma doença, houve, entre o final do século XVIII e o início do XIX, houve uma ampliação do campo semântico do conceito. "Crise" passou a veicular um significado relacionado a desvios da trajetória considerada normal não só no âmbito biológico, mas, sobretudo, nos âmbitos político e econômico. Nessa modernidade, situações percebidas e conceitualizadas como "crises" passam a fazer parte da experiência temporal das pessoas, fazendo com que o tema das crises se tornasse central, por exemplo, no discurso econômico.[20]

No âmbito específico da economia política de língua alemã, esse período de transição no campo do pensamento social mais geral pode ser associado com a delimitação da *Nationalökonomie* a partir do confronto da antiga tradição de pensamento econômico na Europa de língua alemã, o cameralismo, com a economia política clássica nascente. As primeiras cátedras de cameralismo foram criadas por Frederico Guilherme I, da Prússia, cujo governo foi caracterizado pela expansão do exército, pela unificação das finanças do reino e pelo suporte ao desenvolvimento econômico. As exportações, sobretudo de têxteis, foram fomentadas, no âmbito de uma política alcunhada por Perry Anderson de "mercantilismo real".[21] A constituição do cameralismo foi, dessa forma, associada à expansão e à centralização do Estado prussiano. No plano intelectual, as ciências cameralísticas (*Kameralwissenschaften*) estruturaram-se a partir da conexão entre a concepção mais "doméstica" de economia, ligada à concepção grega original e à administração de propriedades feudais (*Hausväterliteratur*), e a esfera do comércio e das transações mercantis. Na Alemanha, a conexão entre essas duas esferas, antes dissociadas, deu-se no âmbito da administração estatal.

A maior fluidez da terminologia, sob o abrigo do Estado, tornou tênue a fronteira entre linguagem econômica e pensamento mercantil. As cátedras de cameralística foram determinantes nesse processo, pois seu principal propósito era proporcionar aos funcionários públicos prussianos uma instrução adequada em matérias econômicas.[22] Por meio da obra de Johann Gottlob von Justi (1717-1771) – e de seu livro *Staatswirthschaft* ou *Economia do Estado* – essa perspectiva cameralista foi sistematizada, ligando de forma completa o ramo comercial com o "econômico". A imagem do um grande *Haushalt* estatal (um grande *household*, ou esfera doméstica), produtivo economicamente e

[20] KOSELLECK, Reinhart. "Krise", in: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart. (eds.) *Geschichtliche Grundbegriffe*. Bd.. 3. Stuttgart: Klett-Cotta, 1992, pp. 620-634.
[21] Ver ANDERSON, 2013, p. 245-246.
[22] Ver, sobre isso, BURKHARDT, 1992, pp. 566-570.

vigilante sobre seus súditos, contribuiu para que se fizesse abstração rumo a um conceito geral de economia e à formação de um sistema de pensamento econômico.[23] De acordo com Justi, provavelmente o representante mais destacado do cameralismo setecentista alemão, o objetivo de seu sistema de pensamento era a satisfação ou felicidade geral da nação. Esse bem-estar comum envolvia a conciliação dos interesses do indivíduo com os do Estado. Em outras palavras, os interesses individuais não eram vistos como autônomos, mas, sim, como parte de uma totalidade cujo ordenamento era uma atribuição estatal.[24]

Numa análise detalhada do livro de Justi, *Staatswirthschaft*, Alexandre Cunha observa que a obra foi pensada como o plano de um curso para funcionários públicos, integrando as dimensões da teoria política, da política interna e das finanças públicas em um único programa de ensino. Embora reconheça a fortuna editorial da edição de 1755 de *Staatswirthschaft*, que esgotou rapidamente, Cunha questiona a primazia da ideia de "economia do Estado", isto é, a versão germânica da economia política, como eixo organizador do pensamento de Justi como um todo. Em seu argumento, o núcleo da contribuição intelectual de Justi poderia ser encontrado no âmbito da "ciência da polícia" (*Polizeiwissenschaft*).[25] Grosso modo, esse campo da "polícia" era relacionado à política econômica, porém nos termos amplos do cameralismo do século XVIII, incluindo, áreas como instrução pública, saúde, manufaturas e ofícios, mineração, silvicultura, dentre outras. Essa observação sobre a centralidade da ciência da polícia para o cameralismo germânico é relevante para este trabalho, porque foi justamente esse traço "aplicado" ligado à administração pública, esse pendor por aspectos econômicos concretos e, portanto, menos passíveis de uma teorização absolutizante que, reconfigurado ao longo do século XIX, orientou boa parte das apropriações brasileiras do pensamento alemão.

A reconfiguração ocorrida na transição do século XVIII para o XIX foi expressa, pela ascensão dos termos mais ou menos equivalentes *Nationalökonomie* e *Volkswirtschaft*, que se estabeleceram como a designação da "ciência econômica" na Alemanha oitocentista, no lugar de *Staatswirtschaft*. Keith Tribe vê a emergência da *Nationalökonomie* nos anos 1790 como modificação importante na estrutura discursiva da economia política produzida na Alemanha. Seu argumento é que o cameralismo pressupunha um sujeito cujo bem-estar poderia ser identificado com a felicidade do

[23] BURKHARDT, 1992, p. 572.
[24] CUNHA, Alexandre Mendes. "Johann Heinrich Gottlob von Justi (1717-1771) e o pensamento econômico cameralista", in: *41º Encontro Nacional de Economia.*/ANPEC, Foz do Iguaçu, 2013, p. 7.
[25] CUNHA, 2013, p. 9.

Estado e cujas necessidades poderiam ser prescritas pelo governo. A *Nationalökonomie*, por sua vez, tenderia a ver, na busca dos sujeitos individuais pela satisfação de suas necessidades materiais, a mola mestra da atividade econômica.[26]

Essa mudança significativa no discurso econômico de origem alemã esteve associada ao *Sattelzeit* referido por Koselleck, que teve como pano de fundo a separação das esferas do Estado e da sociedade civil, abrindo caminho para uma redefinição da vida social e para uma série de mudanças conceituais. No plano filosófico, teve importância a viragem introduzida pela análise kantiana da razão e do entendimento humanos, segundo a qual localizam-se no indivíduo as condições para o conhecimento. Em vez de diferenciar os sujeitos por fatores externos, como nascimento e pertença a um estamento (*Stand*), Kant atribuiu aos indivíduos propriedades inerentes a todo ser humano. Sendo as novas ciências baseadas em deduções esse princípio, a propriedade relevante, na esfera econômica, era a necessidade individual. Kant deslocou, assim, a razão, do âmbito da atividade ordenadora governamental para o sujeito humano, detentor de necessidades. A condição para o exercício dessa razão seria a liberdade. Em síntese, a filosofia kantiana foi uma expressão, no mundo germânico, da tendência iluminista de libertar a razão individual das várias limitações que a constrangiam.

Um exemplo dessa postura filosófica é o texto clássico de Immanuel Kant "*Was ist Aufklärung?*" ou "O que é o iluminismo?". Nesse ensaio, publicado em 1784, Kant exortava o leitor, logo de início, a ter coragem para "servir-se do próprio entendimento", liberando-se da "minoridade" em que boa parte dos homens se encontravam. Tal minoridade se referia à inabilidade de utilizar-se do próprio entendimento sem a direção de um outro. Para o exercício dessa faculdade, Kant seguia argumentando, bastava conceder ao sujeito uma liberdade relativamente "inofensiva", qual seja, a de fazer uso público de sua própria razão.[27] Vale dizer que o uso público e livre da razão não implicava, para Kant, a negação de qualquer princípio de obediência. Pelo contrário, em vários casos era necessário, para o bom funcionamento da sociedade, não exercer a faculdade da razão, isto é, não raciocinar, mas acreditar, no caso do sacerdote, e obedecer, no do oficial militar. No entanto, essas restrições não deveriam impedir que um ou outro se manifestasse em público livremente como homens versados (*Gelehrte*) nos respectivos assuntos, apontando, por exemplo, discordâncias com o credo religioso ou imperfeições no serviço militar.[28]

---

[26] TRIBE, 1988, p. 156.
[27] Ver: KANT, Immanuel. "Was ist Aufklärung?" (1784), in: *UTOPIE kreativ*, H. 159. Januar, 2004, p. 8
[28] KANT, 1784 [2004], p. 9.

Keith Tribe documenta o impacto da doutrina filosófica kantiana sobre o cameralismo de finais do século XVIII, cruzando essa análise com o exame da produção dos professores alemães responsáveis pela disseminação de uma "nova economia", influenciada sobretudo pela recepção de *A riqueza das nações*, no início do Oitocentos. Sua conclusão geral é de que, no início dos anos 1820, havia uma situação que poderia ser resumida na ideia de "coexistência" do velho com o novo, no que se refere ao discurso econômico veiculado na Alemanha. Se os planos de ensino se mantiveram estáveis, com professores ministrando cursos em "agricultura" e "tecnologia" ano sim, ano não, havia cursos obrigatórios que incorporavam os princípios da "nova economia", de matriz smithiana, os quais eram ensinados em paralelo aos conteúdos antigos. Como as novas ideias não eram exatamente uma continuação da tradição cameralista, não havia por que reformular cursos de "silvicultura", por exemplo. A *Nationalökomie* podia coexistir com as "ciências auxiliares", pois cada subdisciplina tinha seu conteúdo específico. Tratando-se de um corpo de conhecimentos voltados, sobretudo, para a administração estatal – e essa situação não se alterou na Alemanha – essa coexistência não significava incoerência, nem mesmo ecletismo exagerado, como poderia parecer, se se tomassem por base as perspectivas vigentes na França ou na Inglaterra nesse momento.[29]

Para ilustrar essa transição, são examinados dois casos que se destacam entre os professores que atuaram nesse momento de apropriação de novas linhagens de pensamento e de formação da *Nationalökomie* na Alemanha: Ludwig Heinrich von Jakob (1759-1827) e Georg Sartorius (1765-1828).[30] Jakob lecionou na Universidade de Halle nas primeiras décadas do Oitocentos, com breve interrupção no período em que a instituição esteve fechada devido às invasões napoleônicas (1807-1816): nesse *intermezzo*, Jakob foi professor na Universidade de Carcóvia, no Império Russo.[31] Sua atuação no campo da disseminação internacional do pensamento econômico foi significativa, tendo traduzido, do inglês, o *Tratado da natureza humana*, de David Hume, e a obra *Enquiry into the Nature and Effects of the Paper Credit in Great Britain*, de

[29] TRIBE, 1988, p. 182.

[30] O limitado escopo deste trabalho impede uma análise mais detida das trajetórias dos economistas que protagonizaram esse momento de formação da *Nationalökonomie*. Além de Jakob e Sartorius, esse grupo de economistas "smithianos" alemães incluía, entre outros: Christian Jacob Kraus (1753-1807); Friedrich Julius Heinrich von Soden (1754-1831); Gottlieb Hufeland (1760-1817); Heinrich von Thünen (1783-1850) e Friedrich Benedikt Wilhelm von Hermann (1795-1868). Sobre esses personagens, ver: SCHULZ, 2013, pp. 98-108; HAGEMANN, Harald e RÖSCH, Matthias. "Economic textbooks in the German language area", in: AUGELLO, Massimo M. e GUIDI, Marco E. L. *The economic reader: textbooks, manuals and the dissemination of the economic sciences during the nineteenth and early twentieth century*. London & New York: Routledge, 2012, pp. 97-98.

[31] A cidade de Carcóvia (Kharkiv, em ucraniano, ou Kharkov, em russo) atualmente se localiza no nordeste da Ucrânia, sendo a capital de uma região administrativa homônima.

Henry Thornton. Do francês, Jakob verteu para o alemão o *Traité d'économie politique*, de Jean-Baptiste Say, orginalmente publicado em 1803. O título da tradução alemã de 1807, *Ausfürliche Darstellung der Nartionalökonomie oder der Staatswirthschaft* (*Apresentação detalhada da* Nationalökonomie *ou da economia do Estado*), ilustra bem a coexistência da nova forma de conceitualizar a economia, inspirada na tradição clássica, com a forma tradicional alemã de vê-la, como ciência do Estado.

No que tange à própria obra, Jakob foi talvez o principal reformador da ciência econômica alemã, na direção do "smithianismo". Seu livro-texto, *Grundsätze der National-Oekonomie oder National-Wirthschaftslehre* (*Fundamentos da* National-Oekonomie *ou da ciência econômica nacional*), publicado em Halle em 1805, pode ser considerado o ponto de partida da *Nationalökonomie*. Além de ser o primeiro manual que, em seu título, contém a nova denominação da disciplina, a obra propôs uma redefinição do que é ciência econômica, além de uma nova forma de apresentar os conteúdos, sendo uma clara inovação com relação ao cameralismo setecentista. Nesse sentido, é fundamental a distinção conceitual, feita logo no início do livro-texto, entre *Staatswirthschaftslehre* (economia do Estado), o âmbito da *Policey* (ou polícia) e a *Nationalökonomie*. De acordo com o esquema de definições apresentadas, a economia do Estado (que, no esquema de Jakob equivalia à ciência das finanças públicas ou *Finanzwissenschaft*) referia-se à especificação dos meios pelos quais a propriedade pública deve ser obtida e utilizada para fins públicos. Já a legislação de polícia deveria zelar pela segurança de direitos e promover o bem comum, por meio da determinação de certas ações da criação de instituições públicas. A *Nationalökonomie*, por sua vez, investigaria: os meios pelos quais o povo, sob a proteção do governo, atinge seus fins, quais sejam, a aquisição, aumento e fruição de sua propriedade; o modo pelo qual a riqueza nacional surge, é distribuída, é consumida e é novamente criada, ou mantida; e as influências que todas as circunstâncias e eventos no âmbito do Estado têm sobre isso.[32]

A separação entre "economia do Estado" e economia no geral ou economia nacional era clara. Ainda que a *Nationalökonomie* estivesse relacionada com os assuntos públicos, sendo fundamental para o campo da legislação de *Polizei* e para a economia do Estado (ou finanças públicas), sua existência, sobretudo como campo de pesquisa, deveria ser autônoma. Além disso, o modo de apresentar os conteúdos no âmbito da *Nationalökonomie* trazia a divisão entre três partes principais: "Sobre o surgimento e aumento da riqueza nacional"; "Sobre os princípios da distribuição da renda nacional" e

[32] JAKOB, Ludwig Heinrich von. *Grundsätze der National-Oekonomie oder National-Wirthschaftslehre*. Halle: Ruff, 1805, pp. 1-4.

“Sobre o consumo”. De forma distinta do que às vezes se assume, não foi a segunda edição do *Traité* de Say, de 1814, que trouxe pela primeiras a divisão “produção-distribuição-consumo” na economia política, mas sim, o manual de Jakob. Nesse mesmo livro-texto, Jakob posicionou a obra de Adam Smith como divisor de águas na história do pensamento econômico, afirmando que Stewart, Rousseau, os enciclopedistas franceses e os fisiocratas haviam procurado mostrar como o Estado deveria proceder, de modo a assegurar-se de suas fontes de renda, no âmbito da riqueza expandida do povo. Já Adam Smith teria sido o primeiro a apresentar sistematicamente a doutrina da natureza e da causa da riqueza nacional, fundando-a como ciência autônoma.[33]

Georg Sartorius foi, por sua vez, professor na Universidade de Göttingen e tornou-se conhecido por sua obra no campo da história. Sua contribuição de fôlego nesse sentido foi a *História da Liga Hanseática*, publicada entre 1802 e 1808, em três volumes. Para além disso, Sartorius foi um importante popularizador da obra de Adam Smith na Alemanha, na medida em que publicou resumos de *A riqueza das nações*, como material didático para suas aulas de política em Göttingen.[34] Em alguma medida, essa produção pedagógica vinha em resposta a comentadores alemães de Smith, que reclamavam da estrutura muito discursiva – e pouco sistemática – do texto smithiano. Ao tornar a absorção de Smith mais palatável ao estudioso alemão, Sartorius teria buscado, no dizer de Tribe, uma “acomodação discursiva” entre o texto literal de Smith e as tendências prevalecentes na Alemanha. De fato, no *Handbuch* publicado em 1796 e republicado em 1806, Sartorius fez uma adaptação de Smith para o leitor alemão: incluiu comentários em algumas seções e omitindo outras, mas, no geral, o tom era de que Smith havia chegado próximo da verdade, sendo necessário difundir seus escritos na Alemanha.[35]

Em seus *Abhandlungen* (*Ensaios*) publicados em 1806, entretanto, Sartorius foi mais crítico de Smith, apresentando pontos de vista relativistas que seriam caros a List e ao historicismo de décadas posteriores. No primeiro dos ensaios, em que polemizou com a teoria do valor de Smith, Sartorius advertiu, logo de início, que a doutrina smithiana era, nesse quesito, em parte obscura, em parte deficiente. O problema era assumir que o trabalho seria a medida invariável do valor, não estando sujeito às mudanças inerentes ao tempo e ao espaço. Segundo Sartorius, o valor de uma coisa seria determinado, em primeiro lugar, pelo uso que dela se faz, pela necessidade que satisfaz e pelo prazer que

---

[33] JAKOB, 1805, p. 8.
[34] SARTORIUS, Georg. *Handbuch der Staatswirthschaft: zum Gebrauche bey akad. Vorlesungen nach Adam Smith's Grundsätzen ausgearbeitet*. Berlin: Unger, 1796.
[35] TRIBE, 1988, p. 165.

proporciona. Numa segunda dimensão, o valor também poderia ser determinado pelos custos de produção. Por fim, numa terceira perspectiva, haveria a dimensão do valor como troca, medido na quantidade de uma outra coisa que alguém está disposto a intercambiar por determinado bem. No entanto, e aqui residia o ponto de discordância principal, todos esses possíveis candidatos a "medidas do valor" seriam tão variáveis que, no dizer de Sartorius, "determinar algo que não esteja submetido a essa mudança parece um esforço totalmente infrutífero".[36] Nesse intento, argumentava Sartorius, Smith teria elevado o trabalho humano, cuja natureza variável conhecia tão bem, ao questionável posto de medida invariável do valor.

Essa postura com relação à teoria do valor, que questionava doutrina do valor-trabalho e propunha um valor "subjetivo", que levasse em conta a satisfação proporcionada pelo bem em questão, e não somente seu valor intrínseco foi relativamente difundida na *Nationalökonomie* das primeiras décadas do Oitocentos. É nesse sentido que a historiografia tem identificado "traços marginalistas" nesse contexto da ciência econômica alemã. Erich Streissler chega a falar de uma "inovadora tradição proto-neoclássica" em meados do século XIX na Alemanha, cujos principais protagonistas seriam Karl Heinrich Rau, Friedrich Benedikt Wilhelm Hermann e Wilhelm Roscher.[37] O tratamento mais subjetivista, focado no valor como satisfação de necessidades, não deve ser confundido com a formalização típica da economia após a revolução marginalista, afinal, esse trio de pensadores produziu manuais descritivos, direcionados à formação de burocratas e homens de negócio. E era justamente essa herança intelectual ligada aos problemas concretos, a uma certa empiria, que tornava esses pensadores alemães céticos com relação à teoria clássica do valor, mais voltada para a busca de uma medida uniforme e invariável. É assim que se compreende que Roscher seja visto tanto como personagem dessa linhagem "proto-neoclássica", quanto como iniciador da escola histórica, em sua primeira geração. Nesse sentido, foi um ambiente marcado sobretudo pela coexistência de tradições. A sistematização disso pode ser encontrada, de alguma forma, na obra de Karl H. Rau, cujo livro-texto influenciou o ensino de economia na Alemanha até meados do século XX. Rau é, dessa forma, o ponto de chegada deste capítulo, pois, a partir dessa convivência de tradições intelectuais, campos bastante distintos se consolidariam na segunda metade do século XIX.

---

[36] SARTORIUS, Georg. *Abhandlungen die Elemente des National-Reichtums und die Staatswirthschaft betreffend*. Göttingen: Röwer, 1806, 15-16

[37] Ver: STREISSLER, Erich "Rau, Hermann and Roscher: contributions of German economics around the middle of the nineteenth century", in: *The European Journal of the History of Economic Thought*, vol. 8, issue 3, 2001.

Karl H. Rau (1792-1870) foi nomeado professor da Universidade de Heidelberg em 1822, onde lecionou até seu falecimento, em 1870. Sem dúvida, a maior influência de Rau foi como pedagogo, como autor de um livro-texto que sistematizou o estado da arte da economia política na Alemanha do início do século XIX. Seu *Lehrbuch der politischen Oekonomie (Manual de economia política)*, publicado em três volumes entre 1826 e 1837, tornou-se um sucesso editorial, com cinco edições até 1865, sendo que o primeiro volume recebeu três edições adicionais até 1868. Cada volume de Rau era dedicado a uma das subdisciplinas que, no todo, formavam o campo da economia: *Volkswirtschaftslehre* (teoria econômica); *Volkswirtschaftspflege* (posteriormente *Volkswirtschaftspolitik* ou política econômica) e *Finanzwissenschaft* (ciência das finanças públicas). Para Hagemann e Rösch, Essa divisão tripartite pode ser considerada, em certo sentido, uma retomada da partição cameralista entre economia "do Estado" (*Staatswirtschaft*), ciência da polícia (*Polizeiwissenschaft*) e finanças públicas (*Finanzwissenschaft*), porém com um conteúdo alterado, sobretudo na parte inicial (*Volkswirtschaftslehre*), que sob nova denominação, tinha tônica mais liberal e mais teórico-abstrata, isto é, próxima da tradição da economia política clássica.[38] Tal forma de organização das subdisciplinas econômicas tem estado presente na organização dos cursos de economia na Alemanha até os dias mais recentes, por mais que os conteúdos respectivos se tenham alterado, adaptando-se às tendências internacionais.

O volume I, relativo à teoria econômica, dedicava-se à natureza da riqueza e da renda, inovando com relação à divisão de Jakob e de Say entre produção, distribuição e consumo. Rau dividiu a matéria em cinco grandes seções ou livros: "I. Natureza da riqueza popular; II. Surgimento das partes componentes da riqueza popular; III. Distribuição da riqueza; IV. Consumo das partes componentes da riqueza e V. As indústrias produtivas".[39] Erich Streissler considera que Rau foi um pensador no limiar entre a teoria clássica e a neoclássica: se o livro II, sobre a produção, é smithiano, o livro III, sempre do volume I, já apresentava traços do que seria mais tarde o paradigma neoclássico. A principal característica nesse sentido, segundo Streissler, seria a postura bem mais subjetivista no tocante ao valor: valor era, para Rau, valor de uso. O processo de aferição do valor dependeria, para Rau, de critérios pessoais, por natureza divergentes entre os indivíduos. Nesse sentido, a riqueza de uma nação, por exemplo, nunca poderia ser expressa em um número, por mais que os estatísticos façam esse tipo de procedimento,

[38] HAGEMANN e RÖSCH, 2012, p. 100.

[39] Para a primeira edição do volume I do manual de Rau, ver: RAU, Karl Heinrich. *Lehrbuch der politischen Ökonomie*. Vol 1: *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*. Heildelberg: C.F. Winter, 1826.

por meio dos preços.[40]

O mais extenso dos livros componentes do volume I era o terceiro, sobre a distribuição, que incluía também a teorização sobre a troca e a formação dos preços. Streissler vê nisso uma abordagem que estaria no "limiar", entre a economia clássica e a neoclássica, pois há uma teorização comum a respeito da distribuição e do preço, ao contrário da tradição clássica, em que se determina, de início, a distribuição (a remuneração dos fatores), para então chegar-se ao preço. Tribe recomenda, todavia, cautela com relação a essa interpretação: a despeito da intenção teorizante de Rau, o texto não ia muito além de uma listagem descritiva de objetos econômicos, sem uma exploração das interconexões teóricas entre eles. No geral, a interpretação de Tribe é que o livro de Rau incorporava elementos da economia clássica, mas subordinando-os a um tratamento mais descritivo do que analítico.[41]

O volume I foi publicado pela primeira vez em 1826 e reeditado sete vezes durante a vida de Rau: a oitava edição, de 1868, saiu em dois tomos. O livro foi traduzido para oito idiomas europeus, incluindo o francês e o italiano. A nona edição, publicada postumamente em 1876, já apontava para os novos caminhos que o legado de Rau pavimentaria, tendo sido organizada e adaptada por Adolph Wagner e Erwin Nasse. A partir dessa adaptação de Rau, Wagner publicaria, já nos anos 1890, seu próprio livro-texto de economia política. É interessante notar que, numa resenha dos *Principles* de Marshall, publicada em 1891 – no geral, bastante favorável –, Wagner sugeriu que a abordagem adotada por Rau para a ciência econômica estava a merecer maior atenção naquele contexto de finais do século XIX. Essa maneira de tratar a disciplina seria, para Wagner, uma via intermediária entre a economia política "somente prática" ou empírica, conforme propugnava a jovem escola histórica, influente no final do Oitocentos, e a economia "somente teórica", à maneira inglesa. Wagner se referia aos volumes II e III da obra de Rau, que, em conjunto com o primeiro, mais teórico, conformavam o campo da economia política.[42]

O volume II, publicado originalmente em 1828, trazia um tratamento sistemático de temas de política econômica, em sentido amplo. A primeira edição era intitulada *Grundsätze der Volkswirtschaftspflege* (*Princípios de "manutenção" econômica*)[43] e o

---

[40] STREISSLER, 2001, p. 318.
[41] TRIBE, 1988, p. 197.
[42] Ver: WAGNER, Adolph. "Marshall's Principles of economics", in: *Quarterly Journal of Economics*, volume 5, 1891.
[43] A palavra alemã "*Pflege*", pouco usada hoje em dia para se referir a matérias econômicas, significa "cuidado, manutenção, preservação", usada mais em contexto "médico" ou "fisiológico": cuidado com a saúde, cuidado com o corpo.

subtítulo: “com consideração extensa a respeito das instituições públicas existentes”. A partir da segunda edição, o título foi alterado para sua forma mais consagrada de *Volkswirthschaftspolitik*. O livro foi dividido em três grandes partes, relativas ao “fomento das atividades diretamente produtivas”; ao “fomento da distribuição dos bens produzidos” e a “medidas relativas ao consumo de bens”. Os eixos organizadores da primeira parte eram mineração, agricultura e ofícios manufatureiros; na segunda, Rau abordou o comércio em si e a circulação (incluindo o tema dos transportes); a terceira parte, bem mais sucinta, abordava o consumo dos cidadãos e dos governos.[44] Apesar da estrutura cameralista da obra, que de alguma forma retoma o domínio da *Polizei*, com uma extensa lista de tarefas a serem executadas pelo Estado com a fim de promover o bem-estar, Tribe adverte que, em Rau, o ímpeto da economia surge do desejo do indivíduo de melhorar suas próprias condições. Nesse sentido, a atividade do Estado fomenta o bem-estar individual, mas não é constitutiva dele.[45]

Por fim, o volume III do *Lehrbuch* de Rau, *Grundsätze der Finanzwissenschaft* (*Princípios da ciência das finanças públicas*) foi publicado em dois tomos, em 1832 e 1837. Sua divisão era em quatro “livros” que abordavam, respectivamente: o orçamento público do ponto de vista do gasto; o lado da receita pública; a relação entre receitas e despesas; as instituições do sistema de finanças públicas.[46] Se Wagner foi um seguidor de Rau no que diz respeito à organização dos temas econômicos, inclusive no campo da *Finanzwissenschaft*, o mesmo não pode ser dito da abordagem específica do conteúdo da ciência das finanças públicas. Em contraste com o papel “ativo” e “social” que as finanças públicas assumiriam no âmbito do socialismo de Estado defendido por Wagner e outros algumas décadas mais tarde, Jan-Pieter Schulz ressalta o ceticismo de Rau a respeito dos dispêndios estatais que fossem além das “necessidades da economia”.[47]

Embora bastante influente na Alemanha oitocentista, Karl H. Rau não goza de uma posição privilegiada no cânone da história do pensamento econômico. Ainda que não tenham excelente reputação como “teóricos” no sentido estrito, seus compatriotas ligados ao historicismo, em suas várias vertentes, têm bem mais espaço do que Rau nos debates sobre a história da disciplina, sobretudo no capítulo da “controvérsia dos métodos”. As breves linhas que Schumpeter dedica a Rau na *História da análise econômica* ajudam a

---

[44] Para a primeira edição do volume II do livro-texto de Rau, ver: RAU, Karl Heinrich. *Lehrbuch der politischen Ökonomie*. Vol 2: *Grundsätze der Volkswirtschaftspflege*. Heildelberg: C.F. Winter, 1828.
[45] TRIBE, 1988, pp. 197-198.
[46] Ver: RAU, Karl Heinrich. *Lehrbuch der politischen Ökonomie*. Vol 3: *Grundsätze der Finanzwissenschaft*. Heildelberg: C.F. Winter, 1832-37.
[47] SCHULZ, 2013, p. 102.

compreender esse "esquecimento" do pensamento de Rau. Para Schumpeter, Rau foi um bom professor, mas pouco se poderia dizer de positivo em favor de seu livro, além do fato de dispor de maneira agradável um rico acervo de fatos e de ser exatamente o que o futuro advogado ou funcionário público estava apto e disposto a absorver.[48]

Keith Tribe parte dessa crítica de Schumpeter para ressaltar um aspecto importante da atuação de Rau. Em contraste com os dois representantes mais destacados da economia política clássica – Adam Smith e David Ricardo – Karl H. Rau foi um professor de economia numa grande universidade alemã, cuja principal tarefa era instruir futuros administradores, advogados e professores nos princípios básicos da vida econômica. No âmbito dessa atividade, era mais relevante transmitir alguma noção da diversidade das formas econômicas e das regularidades básicas que elas refletem, do que apresentar um argumento teórico consistente. Vistos desse ângulo, os achados teóricos de um Smith ou de um Ricardo resultam menos significativos do que a história convencional do pensamento econômico faz parecer. Esses teóricos podem ser até admirados pela elegância com que, utilizando seus princípios, construíram argumentos sistemáticos, passíveis de ser utilizados, por exemplo, na tomada de posições legislativas: o caso de Ricardo com as leis dos cereais é emblemático. Suas elaborações não possuíam, entretanto, o caráter concreto e descritivo do tratamento dado por Rau às questões da vida econômica. Por tudo isso, Tribe propõe que se avalie o legado de Rau a partir do objetivo que ele mesmo se propôs e no qual foi bem-sucedido: a produção de um livro-texto moderno e que pudesse ser de uso generalizado, por parte de alunos e homens de negócio.[49]

Essas observações apontam para o ponto de chegada deste capítulo, já sinalizando as duas linhagens de pensamento econômico alemão mais relevantes, do ponto de vista das apropriações brasileiras no período em questão: o historicismo e o socialismo de Estado. Economistas que se identificaram com essas linhagens, como, respectivamente, Gustav Schmoller e Adolph Wagner, por exemplo, formaram-se nessa tradição da *Nationalökonomie* cujo sistematizador foi Karl Heinrich Rau. Mesmo os austríacos, que se oporiam ao historicismo no contexto da controvérsia do método, foram influenciados por essa tradição gestada nas primeiras décadas do século XIX. Streissler lembra que Rau era, ao menos até os anos 1870, leitura básica para os economistas ligados à escola austríaca e que Menger, admirador de Roscher, via em seu próprio projeto intelectual muito mais uma reforma dos conteúdos convencionais herdados do que uma ruptura

[48] SCHUMPETER, 1954, p. 503.
[49] TRIBE, 1988, p. 199.

radical com a "economia política alemã", como não raro se depreende do *Methodenstreit*. Como ficará claro no próximo capítulo, é bastante questionável a conexão imediata entre "a primeira geração" de historicistas, cujo pioneiro foi Roscher, e a jovem escola histórica de Schmoller.

Voltando ao tema inicial do capítulo – a tese da excepcionalidade alemã –, convém assinalar que, por tudo o que foi dito até aqui, é difícil escapar à ideia de que houve, sim, uma especificidade da trajetória alemã, ao menos no que se refere à história das ideias econômicas. E a raiz desse *Sonderweg* remonta ao século XVIII, isto é, ao momento de constituição de um discurso econômico mais unificado, no sentido de enfeixar os ramos econômico-doméstico e mercantil num mesmo sistema de pensamento. Nas tradições francesa e britânica – no âmbito da fisiocracia e da economia política clássica – esse processo ocorreu, em comparação com o caso das regiões germânicas, sem a mediação de um discurso orientado para a esfera estatal.

Para a fisiocracia, o ponto de partida era a noção de que o resultado final de um plantio (as plantas crescidas) representa um ganho, uma criação, sobre aquilo que originalmente foi semeado. Essa ideia, antes entendida no âmbito da bênção divina, tornava-se agora ponto de partida para uma concepção geral do mundo material. A partir dessa noção de criação, podia-se conceber um modelo de sociedade voltado para a "produção". A centralidade da produção se tornaria fundamental para o senso comum não só do discurso econômico, mas da própria ordem econômica capitalista em formação. Smith e os clássicos deram um passo decisivo ao estender ao trabalho humano essa capacidade de "criação". A formação de algo novo a partir de um dado inicial, antes restrita ao plantar, à agricultura, agora podia ser operada também pela atividade laboral humana. Nesse sentido, a distribuição das tarefas "criadoras-produtivas" entre as várias atividades do mundo do trabalho passa a ser instrumento de elevação da produtividade. Isso permitiria a inclusão do comércio e das atividades mercantis no sistema econômico-produtivo, já que as atividades produtivas poderiam estar dispersas no espaço. Somente o comércio poderia permitir que a divisão do trabalho operasse em nível realmente integrativo e amplo, isto é, internacional.[50]

Na Alemanha, conforme foi exposto acima, a esfera estatal teve um papel preponderante no processo que resultou na formação de um discurso econômico coeso, que abarcasse tanto a esfera "doméstica" da produção quanto os temas mercantis como comércio, preço e juro. O resultado disso foi o cameralismo que, na passagem para o

[50] Para essa comparação entre a tradição alemã e a anglo-francesa, ver: BURKHARDT, 1992, p. 574.

século XIX, com a formação de uma sociedade civil autônoma com relação ao Estado e a recepção da obra de Smith, deu origem à *Nationalökonomie*, um corpo discursivo bastante distinto do cameralismo inicial, mas ainda assim pedagógico, voltado para a formação de burocratas estatais e com forte pendor pela descrição e pela relativização de conclusões teóricas.

Sem dúvida, a trajetória alemã foi específica, mas isso não significa que, como queriam certas leituras muito influenciadas pelo revisionismo do pós-Segunda Guerra, tenha sido, desde o início, nacionalista. Mais ainda, se o relativismo, derivado em alguma medida da prática de descrever a realidade econômica com fins didáticos, informou a constituição de uma tradição historicista, também motivou certo ceticismo com relação à teoria clássica que resultou numa tendência "proto-neoclássica". Nesse sentido, entender a excepcionalidade alemã somente como sinônimo de "nacional-estatismo" ou "recusa à teorização" é anacrônico e não ajuda na compreensão do processo de difusão internacional do pensamento econômico produzido na Europa de língua alemã. A partir dessas bases construídas nas primeiras décadas do século XIX, os próximos dois capítulos buscam recortar mais precisamente linhagens de pensamento e indivíduos, cujas ideias efetivamente se difundiram em contexto brasileiro.

Capítulo 4

Historicismo e socialismo de Estado

Se não trilhou exclusivamente um *Sonderweg*, um caminho particular, uma "via prussiana" das ideias econômicas como apressadamente se pode pensar ao generalizar o nacionalismo da jovem escola histórica para um conjunto diverso de pensadores, o pensamento econômico produzido nos Estados germânicos durante o "longo século XIX", em alguma medida tributário da *Nationalökomie*, teve traços decisivos de especificidade. Não ficou isolado dos ventos e "fantasmas" – como o que Marx sinalizou no início do *Manifesto Comunista* de 1848 – que rondavam a Europa nesse período, pois foi influenciado pelo liberalismo britânico e pelo socialismo francês, para citar apenas dois exemplos, mas estruturou-se num ambiente intelectual, político e social peculiar.

Um dos principais desafios que se colocam a quem deseja dizer algo sobre as ideias econômicas na Alemanha oitocentista é justamente relacionado com a questão que acabou "contaminando" todas as demais nesse período da história germânica: o que é ser alemão? Seria a mescla de tradições que resultou na *Nationalökonomie* a expressão de um pensamento especificamente "alemão"? A pergunta é de difícil resposta, mas vale expor algumas intuições nortedoras deste capítulo, que busca situar linhagens de pensamento alemãs, apropriadas no Brasil, no contexto de sua formação e desenvolvimento. O traço efetivamente particular desses discursos de origem germânica que circularam no Brasil – e em outras partes do mundo, como os Estados Unidos e o Japão – parece ser o caráter mais "indiferenciado" com que se tratava "a teoria". Por vários motivos, discutidos neste capítulo e ao longo da tese, o discurso econômico produzido na Alemanha pós-Karl H. Rau manteve, sob o abrigo amplo das ciências do Estado – ou *Staatswissenschaften* –, um espaço em que o núcleo teorizante da economia, com suas afirmações sobre valor, preço, população e salários não se autonomizou da mesma maneira que na Grã-Bretanha, por exemplo, com relação a discussões mais práticas, históricas e relativas ao ordenamento estatal, ao menos até o início do século XX.

A pensadores brasileiros, como Rui Barbosa, Amaro Cavalcanti, Vieira Souto e Roberto Simonsen, por exemplo, interessava, em certos momentos da elaboração de seus textos, essa ideia de fundo, que permitia tornar maleáveis certas concepções teóricas cuja rigidez era por vezes um obstáculo a suas pretensões intelectuais e, por que não dizer, políticas. O caso da aproximação de Rui Barbosa com autores alemães da linhagem do socialismo de Estado, num momento em que procurava dar sentido e legitimidade à sua política econômica como Ministro da Fazenda, em meio a críticas da opinião pública, é ilustrativa desse tipo de movimento. É com o objetivo de fornecer algumas pistas sobre

essas especificidades das ideias alemãs difundidas no Brasil que este capítulo trata de duas linhagens de pensamento econômico: o historicismo e o socialismo de Estado.

4.1. A linhagem historicista

Para Schumpeter, o principal traço distintivo da escola histórica alemã de economia política era a crença metodológica de que o economista, como pesquisador, deveria ser sobretudo um historiador econômico. Deveria dominar a técnica de pesquisa histórica e investigar padrões e processos particulares, em seus detalhes locais e temporais. Nessa abordagem historicista, o único tipo de conhecimento válido no âmbito das ciências sociais deveria surgir lentamente, como resultado gradual da pesquisa histórica monográfica.[1] O advento dessa linhagem de pensamento econômico está ligada aos processos histórico-sociais e, também, ao contexto intelectual particular à Alemanha. Assim, o surgimento de uma escola histórica de pensamento econômico pode ser entendido como manifestação particular de um fenômeno intelectual mais amplo, qual seja, o historicismo, que deu o tom de parte considerável da produção intelectual humanística alemã ao longo do século XIX e mesmo nas primeiras décadas do Novecentos. As raízes do historicismo, por sua vez, remontam ao fim do século XVIII, com os questionamentos ao Esclarecimento – ou à *Auflklärung*, como ficou conhecido esse movimento no mundo germânico –, muito embora haja traços de continuidade entre a Ilustração e o paradigma historicista. Nesta seção, examinam-se as origens da escola histórica alemã de economia política, do ponto de vista desses desenvolvimentos intelectuais.

Numa perspectiva crítica, Josep Fontana associa o historicismo, como fenômeno intelectual geral, presente não apenas no campo da economia política, mas, sobretudo, no domínio da produção acadêmica em história, à reação conservadora operada nos Estados alemães, a partir do final das guerras napoleônicas. Um fator importante nessa abordagem é a grande diversidade regional com a qual a Europa de língua alemã chegou ao século XIX, sintetizada no dualismo entre o Oeste banhado pelo Reno, economicamente mais dinâmico, e o Leste, atrasado e dominado pela grande propriedade rural. Nesse sentido, as reformas ilustradas promovidas na Prússia por Karl Freiherr von Stein e Karl August Hardenberg, sob o domínio napoleônico, foram rapidamente desvirtuadas pelos *Junkers* prussianos após a derrota de Naopoleão, no intento de preservar o máximo possível a ordem social e política pré-1789. O historicismo seria, então, para Fontana, a ideologia

[1] SCHUMPETER, Joseph. *History of economic analysis*. New York: Oxford University Press, 1954. pp. 807-808.

por meio da qual essas disparidades alemãs seriam equacionadas, de forma a buscar a unidade nacional e afastar as ameaças revolucionárias.

Essa tentativa de criar um consenso que desse coesão à sociedade materializou-se com a reforma educacional de Humboldt (1810), que garantiu o apoio estatal a escolas básicas e universidades. A universidade prussiana foi, neste contexto, importante meio de formação de uma cultura acadêmica autocentrada e tutelada pelo Estado. Os intelectuais universitários tenderiam então a abandonar as funções de críticos do Estado, desempenhadas pelos pensadores iluministas da tradição francesa, para assumir uma postura de reverência ao aparato estatal, ao qual proporcionavam uma espécie de "sanção espiritual", nos termos de Fontana. Dessa forma, o historicismo teria partido dos traços conservadores da Ilustração e de uma leitura parcial da mesma, para negar suas possíveis consequências. O questionamento à concepção hegeliana de história, por exemplo, não se deveu somente ao caráter de "filosofia da história" do sistema de Hegel, mas, sobretudo, à possibilidade de sua transformação em interpretação revolucionária.[2]

Ligado aos historiadores de Göttingen, Leopold von Ranke (1795-1886) foi talvez o principal expoente desse historicismo alemão no campo da ciência histórica. Ranke foi uma espécie de contraponto a Hegel e a suas construções teleológicas identificadas com a filosofia da história, embora partilhasse com o filósofo a atitude religiosa-cristã que absorve a história como algo no mundo das ideias e, por intermédio dessa absorção, deriva, a partir de pressupostos específicos, a maneira de abordar a realidade. De alguma forma, pode-se dizer que Ranke colocou Deus no lugar da noção ilustrada de progresso, bastante presente na concepção hegeliana de que a história do mundo é o desenvolvimento da consciência do espírito de sua própria liberdade e da realização dessa consciência.[3]

Em 1824, Ranke publicou seu livro inaugural, *Histórias dos povos românicos e germânicos*, que já lhe conferiu algum destaque. É desta obra a frase acerca da "isenção" do historiador, que se tornou famosa como expressão das ambições metodológicas de Ranke e do historicismo de forma geral. No prefácio à primeira edição, afirmou, a título de modéstia, que, embora já outros tenham atribuído à história o papel de julgar o passado e de dar lições ao mundo presente, seu estudo pretendia apenas "retratar as coisas como de fato aconteceram".[4] Na interpretação de Fontana, seria um equívoco associar essa

---

[2] FONTANA, 2013. p. 129.

[3] A afirmação sobre Deus se encontra na "Carta a Otto Ranke" de 25.05.1873, publicada em volume que contém a obra epistolar de Ranke:. RANKE, Leopold von. *Das Briefwerk*. Hamburg: Hoffman und Campe, 1949. Hegel desenvolve essa ideia em seu texto *A razão na história*, ver: HEGEL, Georg Friedrich Wilhelm. *Die Vernunft in der Geschichte*. (1ª edição 1837). Leipzig: Meiner, 1930, p. 148

[4] RANKE, Leopold von. *Geschichten der romanischen und germanischen Völker* (1ª edição 1824). Leipzig: Dunkler und Huumblot, 1885, p. vii.

recusa ao julgamento valorativo à busca, por parte de Ranke, da isenção na produção do conhecimento histórico. O argumento é que Leopold von Ranke foi um "funcionário ideológico" do Estado prussiano e, ao produzir uma história articulada em torno das ideias de povo e nação, serviu ao propósito de construir um novo consenso social conservador. Rompida a velha ordem feudal, restava aos Estados germânicos apoiar-se na identidade nacional dos súditos, que deveriam ser educados em uma nova história, voltada não mais para ideias de sociedade, progresso ou modos de subsistência, mas, sim, para os povos, unidades interclassistas sustentadas pela identidade nacional.

Mais preocupado com as contribuições do historicismo de Ranke para a formação da velha geração da escola histórica alemã de economia política, Gottfried Eisermann tem uma visão mais moderada acerca dessa busca constante por uma objetividade "desapaixonada e serena" na produção da narrativa histórica. A ambição metodológica de Ranke pode ser atribuída, para Eisermann, a um tipo de visão de mundo caracterizada pela inatividade política, em meio a uma conjuntura política de realinhamento conservador pós-Guerras napoleônicas, expresso pela Santa Aliança. No contexto de uma Confederação Germânica politicamente repressora, coordenada politicamente pela Áustria de Metternich, essa inação significava boa dose de conivência com o reacionarismo político vigente. Segundo Eisermann, não é somente no sentido cronológico que é verdadeira a afirmação corrente de que Ranke foi o "maior historiador da Restauração". Embora seja questionável a classificação de Ranke como "funcionário ideológico" do Estado prussiano, como quer Fontana, seu historicismo despolitizante atraiu outros seguidores e efetivamente conformou-se em campo fértil para uma refundação da ciência histórica em bases conservadoras, que não foi interrompida pelos movimentos liberais de 1848-49.[5]

A historiografia costuma apontar o *Plano (Grundriss) para Aulas de Economia do Estado. De acordo com o método histórico*,[6] publicado por Wilhelm Roscher em 1843 como marco fundador da escola histórica alemã de economia.[7] Todavia, o percurso formativo de Roscher, considerado o fundador da primeira geração da escola histórica, relativiza esse papel inaugural do livro de 1843 e revela entrecruzamentos importantes entre o historicismo representado por Ranke, como proposta metodológica no campo da história, e o surgimento e viabilização, na Alemanha oitocentista, do movimento que

[5] EISERMANN, 1956. p. 93.

[6] Ver ROSCHER, Wilhelm. *Grundriss zu Vorlesungen über die Staatswirthschaft: Nach geschichtlicher Methode*. Göttingen: Dieterich, 1843.

[7] Para trabalhos que se referem a esse "marco inicial" da escola histórica alemã, ver: PEARSON, 1999; SCREPANTI e ZAMAGNI, 2005, p. 110.

passou à historiografia do pensamento econômico como escola histórica alemã. Roscher iniciou seus estudos universitários em Göttingen, doutorando-se com uma dissertação sobre a doutrina dos sofistas, em 1838. Em seguida, frequentou o seminário de história de Ranke, em Berlim, e prosseguiu sua carreira na Universidade de Göttingen, alcançando a habilitação[8] em 1840 e tornando-se professor extra-ordinário em 1843 e ordinário em 1844. Embora formado em história, dedicou-se cada vez mais ao campo das ciências do Estado (*Staatswissenschaften*), tendo ministrado cursos de *Nationalökonomie*, história das teorias políticas, estatística e finanças. Roscher transferiu-se em 1848 para a Universidade de Leipzig, cidade onde lecionou e viveu até sua morte, em 1894.[9]

Na Universidade de Göttingen, Roscher teve contato com Friedrich Christoph Dahlmann (1785-1860) e Georg Friedrich Gervinus (1805-1871). Professores nessa Universidade, que desde o século XVIII tinha tradição na produção de estudos históricos e veiculava um conhecimento das ciências do Estado considerado renovador, Dahlmann e Gervinus foram parte dos chamados "Sete de Göttingen". Esse agrupamento de docentes, entre os quais estavam os irmãos filólogos Jakob und Wilhelm Grimm, protestou em 1837 contra o ato, considerado autoritário, do rei Ernesto Augusto, que suspendeu a constituição liberal do Reino de Hanôver. Intelectualmente, unia esses dois pensadores a inclinação para o método de passar dos fatos históricos dados pela empiria a leis históricas mais gerais.

O contato de Roscher com Leopold von Ranke certamente teve origem no seminário ministrado por Ranke em Berlim: o livro inaugural de Roscher *Vida, Obra e Época de Tucídides*, de 1842, foi dedicado a Ranke. Esta obra, anterior ao *Grundriss* de 1843, pode ser considerada em certo sentido o "texto-programa" pioneiro da primeira geração da escola histórica.[10] Nos "Prolegômenos" ao livro, Roscher expôs as bases de sua teoria do conhecimento, ou seja, diretrizes metodológicas e programáticas que guiariam sua produção intelectual e influenciariam o campo da economia política na Alemanha, na segunda metade do século XIX. Grosso modo, Roscher procurou delimitar o campo específico da história, comparando-o com os da poesia e da filosofia. O argumento era que história e filosofia diferenciam-se pela forma, mais do que pelo conteúdo: se ambas tratam do "mundo real", a filosofia almeja a definição, construindo sistemas conceituais,

[8] Tradução de *Habilitation*, título concedido pelas universidades alemãs até os dias de hoje, posterior ao doutorado, muitas vezes necessário para a ascensão ao cargo de *Professor*. No Brasil, seu equivalente seria a livre-docência, concedida pelas universidades estaduais paulistas.

[9] EISERMANN, 1956, p. 124.

[10] ROSCHER, Wilhelm. *Leben, Werk und Zeitalter des Thukydides*. Göttingen: Vandenhoek und Ruprecht, 1842. Ver, também, EISERMANN, 1956, p. 126.

enquanto toda história é descrição, buscando retratar a realidade. Já história e arte poética se diferenciariam mais pelo conteúdo do que pela forma: se ambas têm dimensão narrativa, o texto produzido pelo historiador têm de ser "congruente com a realidade". Nesse sentido, a ideia rankeana de uma história "simples e objetiva" vinha à tona.[11]

Um atributo da "verdade histórica", destacado por Roscher, seria sua capacidade de relativizar, por exemplo, as afirmações filosóficas. Seu argumento básico era que os filósofos, que buscam afirmações necessariamente válidas, eram, na verdade, eles também parte do povo: suas especulações intelectuais tinham, portanto, uma "imagem prática" na realidade presente ou no futuro próximo. Quando dois filósofos elaboram sistemas a partir do conjunto crenças políticas, estéticas ou jurídicas de diferentes grupos, seus sistemas não se contradizem, pois cada um possui "verdade subjetiva, ou filosófica".[12] Nesse sentido, a verdade histórica seria mais geral, mais válida, que a filosófica e a poética, pois permitiria mostrar justamente essas relações de correspondência e/ou tensão entre a realidade e as ideias produzidas no âmbito dessa realidade, abrindo caminho para um ceticismo com relação às definições mais gerais. Para o leitor, a história seria, portanto, um "antídoto contra a unilateralidade". Em suas palavras:

> Ela [a história] protege contra a sacralização ideológica dos sistemas de estudo, na medida em que nos apresenta centenas deles, com iguais pretensões explicativas e igual efemeridade; mas ela protege também do desprezo idiótico dos mesmos, haja vista que põe à mostra sua necessidade temporal e sua incalculável influência prática.[13]

Para além da influência de historiadores como Ranke, a escola histórica alemã de direito também foi importante fonte de inspiração e de legitimação para Roscher e outros economistas ligados à tradição historicista. Na Introdução ao *Grundriss* de 1843, Roscher procurou associar o programa intelectual que estava construindo à já prestigiosa escola histórica de jurisprudência. Em suas palavras: "Esse método [histórico] busca atingir, para a *Staatswirtschaft* (economia do Estado, economia política) aquilo que o método de Savigny e Eichhorn atingiram para o direito".[14] A essência do método histórico no âmbito da economia política, segundo a descrição de Roscher algumas páginas depois, consistiria em investigar o "instinto político" dos homens, o qual só poderia ser examinado a partir de uma comparação de todos os povos conhecidos.[15]

---

[11] ROSCHER, 1842, pp. 27-31.
[12] ROSCHER, 1842, pp. 37-38.
[13] ROSCHER, 1842, p. 42.
[14] ROSCHER, 1843, p. v.
[15] ROSCHER, 1843, p. 2. Para uma crítica à ideia de que Roscher buscou, de fato, aplicar o método da escola histórica de direito à economia política, ver PEARSON, 1999, pp. 548 ss.; e TRIBE, Keith. *Strategies of Economic Order. German*

Friedrich Carl von Savigny (1779-1861) e Karl Friedrich Eichhorn (1781-1854) eram ambos juristas e historiadores. Em 1815, fundaram, em colaboração com Johann Friedrich Ludwig Göschen, a *Revista de Ciência Jurídica Histórica (Zeitschrift für geschichtliche Rechtswissenschaft)*, que divulgou a produção intelectual dessa corrente de juristas até 1850. O principal traço definidor da escola histórica de direito era sua reação ao universalismo jurídico, ao direito racional e natural ligado ao pensamento da Ilustração. De acordo com Savigny, em *Da vocação da nossa época para a legislação e a jurisprudência*, texto de 1814 que se tornou célebre por polemizar com o jurista jusnaturalista Anton Thibaut, o direito emanava do espírito do povo (*Volksgeist*), não podendo, portanto, ser criado racionalmente pelos legisladores.[16] Na prática, essas regras particulares a cada povo se mostrariam no direito consuetudinário praticado. Este deveria ser a fonte para a fixação de leis, e não uma legislação externa ao contexto nacional, deduzida de princípios naturais gerais, como era o Código Civil napoleônico, alvo concreto da polêmica de Savigny neste momento.[17]

Por fim, dois aportes importantes para a formação da escola histórica alemã foram de alguma maneira externos a esse movimento intelectual identificado como historicismo. Trata-se das contribuições de Adam Müller e Friedrich List. O papel desses ditos "precursores" do historicismo na economia política – Adam Müller com seu *Elementos da arte de governar* (1809) e Friedrich List com seus *Outlines of American political economy* (1827) e *Sistema nacional de economia política* (1841 e depois 1844) – estaria relacionado com a construção da ideia de que a teoria econômica é relativa, sendo sua validade circunscrita a circunstâncias específicas. No caso de Müller, o engajamento era contra a absolutização do econômico: a economia estaria inserida no âmbito do Estado e só poderia ser abordada desse ponto de vista. Para reforçar a concepção de que a teoria econômica não era válida igualmente para todas as nações, a primeira geração da escola histórica se inspiraria no argumento de Müller de que a teoria clássica não se aplicava, por exemplo, à vida feudal. Müller, no entanto, era visto como um representante do passado: sua crítica à economia política clássica se estruturava a partir de um ponto de vista romântico, que idealizava o mundo medieval e queixava-se da dissolução da ordem

---

economic discourse 1750-1960. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 69. Não está no escopo deste trabalho uma análise profunda da influência da escola histórica de direito sobre o historicismo econômico na Alemanha, mas convém lembrar que o fato de Roscher invocar Savigny e Eichhorn como autoridades a legitimarem sua proposta de método aponta para uma afinidade ideológico-política que não se torna menos "relevante" pela não-adoção, em suas elaborações no campo da economia, de todos os preceitos, por exemplo, da doutrina do *Volksgeist*.

[16] A primeira edição deste livro é: SAVIGNY, Friedrich Carl von. *Vom Beruf unsrer Zeit für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft*. Heidelberg: Mohr und Zimmer, 1814.

[17] KANTOROWICZ, Hermann. "Volksgeist und historische Rechtsschule", in: *Historische Zeitschrift*, Bd. 108, München und Berlin, 1912, p. 312.

feudal.[18] De acordo com Bruno Hildebrand, em 1848, tanto Müller quanto List haviam protestado contra o princípio abstrato da liberdade, mas seus interesses eram bastante distintos:

> (...) List almeja o que Müller descarta. Ele censura a Alemanha por estar muito apegada ao velho e por ainda não ter progredido mais energicamente na direção da fabricação [industrial]. Müller, ao contrário, porque o país já destruiu o velho e caminha rápido na direção da indústria inglesa.[19]

No caso da apropriação de List, era relevante para a primeira geração do historicismo a ideia de desenvolvimento histórico em estágios e de progresso econômico nacional. Na concepção listiana, a economia política deveria promover a "educação nacional", ensinando como cada país poderia ser elevado ao nível de desenvolvimento que lhe permitiria a aproximação – econômica, comercial – proveitosa com outras nações. Dessa forma, a partir das constantes mudanças nas constelações de política econômica no correr da história, List estabelecera o princípio da relatividade dos meios de política econômica. A tarifa aduaneira seria, então, o instrumento temporário, a serviço da causa alemã, para que se atingissem esses desejados estágios elevados de "expansão das forças produtivas". Assim, os pontos de contato de List com o futuro historicismo em economia política estariam menos em uma metodologia voltada para a pesquisa em história econômica ou para a empiria, mas, sim, na relativização do instrumental de política econômica e na redução do espectro de validade da teoria à constelação histórico-sociológica que lhe deu origem.[20]

Essa crítica à absolutização das leis da economia clássica, isto é, a relativização, no tempo e no espaço, da validade da teoria econômica, talvez tenha sido o principal legado do trio de economistas que compõem a velha escola histórica alemã: Wilhelm Roscher, Karl Knies e Bruno Hildebrand. Quando se compara o *Grundriss* de Roscher com sua produção intelectual em economia, o método histórico é mais uma proposta em termos programáticos do que uma diretriz seguida. Isso fica claro em sua principal obra, cuja publicação, em cinco volumes e várias reedições, iniciou-se em 1854: o *Sistema da economia política (System der Volkswirtschaftslehre*), um manual muito exitoso do ponto de vista editorial, cujo cerne teórico refletia as ideias dos economistas clássicos.[21] Embora

---

[18] Essa visão negativa sobre o legado de Müller é persistente na historiografia, embora Barkai, por exemplo, ressalte aspectos inovadores de sua teoria do dinheiro, relacionados à moeda fiduciária e aos institutos emissores (bancos nacionais). Sobre Müller e o historicismo, ver EISERMANN, 1956, pp. 102-103; RIETER, Heinz. "Historische Schulen", in: ISSING, Otmar. *Geschichte der Nationalökonomie*. 4. Auflage. München: Vahlen, 2002, pp. 138-139; BARKAI, 1977, pp. 62-64.

[19] HILDEBRAND, Bruno. *Nationalökonomie der Gegenwart und Zukunft*. Frankfurt am Main: J. Rütten, 1848, p. 62.

[20] Ver: EISERMANN, 1956, pp. 114-116 e RIETER, 2002, p. 141.

[21] Ver: ROSCHER, Wilhelm. *System der Volkswirtschaftslehre*. Erster Band. *Die Grundlagen der Nationalökonomie*. 5. verm. und verb. Auflage. Stuttgart: Cotta, 1864. O projeto do sistema de economia política de Roscher se inscreve na

suplementasse suas análises com longos excursos históricos, Roscher adotou a teoria clássica em assuntos como população e teoria da renda, nos quais seguiu, respectivamente, Malthus e Ricardo. No campo da teoria do valor, embora derivasse o valor de troca de uma mercadoria a partir do custo de produção, Roscher fez, sob influência de seu "mestre" Karl H. Rau, considerações importantes sobre utilidade e demanda, numa linha de argumentação conhecida como "valor subjetivo" ou tradição "proto-neoclássica". Dessa forma, Roscher não foi contrário às ideias da economia política clássica, tendo influenciado Marshall e, sobretudo, Carl Menger, que dedicou seus *Princípios* (*Grundsätze*) a Roscher.[22]

O mesmo tipo de argumento valeria para Bruno Hildebrand, cujo principal texto *Economia política do presente e do futuro* (*Nationalökonomie der Gegenwart und Zukunft*), de 1848, foi um tratado de história das ideias econômicas de Smith a Proudhon. O sistema de Smith foi atacado por se pretender a uma generalidade que não possuía: a escola smithiana era repreendida por tomar as leis econômicas como imunes ao espaço e ao tempo. Essa corrente esquecia-se, no dizer de Hildebrand, de que o homem é "um produto da história, e que suas necessidades, sua formação e sua relação com as coisas e com outros homens nunca permanecem as mesmas"[23]. Adam Müller, por sua vez, era acusado de apego a um conjunto de valores antiquado, de resistência ao progresso trazido pela indústria.[24] Como o próprio Hildebrand expôs no Prefácio, essa revisão crítica das doutrinas deveria ser a primeira parte de um projeto amplo de reforma, de introdução do método histórico na economia, transformando-a na ciência das leis econômicas de desenvolvimento dos povos.[25] De toda forma, essa etapa posterior do projeto não foi cumprida e o que permaneceu foi a relativização das teorias presentes até então.[26]

No caso de Karl Knies, esse relativismo histórico foi levado ainda mais adiante. Seu principal livro *Economia política do ponto de vista do método histórico* (*Die politische Ökonomie vom Standpunkte der geschichtlichen Methode*, de 1853) foi um tratado bastante distinto dos manuais de economia da Alemanha oitocentista, como, por exemplo, o *Lehrbuch* de Rau e o *Sistema* de Roscher. Sem discutir preços ou salários, Knies apresentou um tratado focado nas influências da história e da geografia sobre a formação

tradição alemã de livros-texto que tratavam dos três domínios da ciência econômica, na linha inaugurada por Karl H. Rau. A obra foi sendo acrescida de vários volumes, para além do de 1854: vol. II, "A economia do cultivo da terra e outras produções primárias" (1859); vol. III, "A economia do comércio e do empenho nos ofícios" (1881); vol. IV, "Sistema das finanças públicas" (1886); e vol. V, "Sistema da assistência aos pobres e política para os pobres" (1894).

[22] TRIBE, 1995, pp. 70-71; HAGEMANN e RÖSCH, 2012, p. 104.

[23] HILDEBRAND, 1848, p. 29.

[24] HILDEBRAND, 1848, p. 62.

[25] HILDEBRAND, 1848, "Vorrrede".

[26] TRIBE, 1995, p. 72.

dos povos e de suas respectivas economias, argumentando que isso certamente se refletiria na produção de ideias econômicas distintas para cada contexto nacional.[27] Na seção intitulada "A ciência da economia política em movimento histórico e em conexão com o período de seu surgimento", Knies estabeleceu relações entre doutrinas e contextos que, embora a expressão soe anacrônica, poderiam ser vistas como uma espécie de "sociologia precoce" da ciência econômica.[28] Knies recusava assim, de forma mais enfática que Roscher, por exemplo, qualquer lei econômica geral, rejeitando o raciocínio abstrato-dedutivo de Ricardo. Do ponto de vista teórico, todavia, sua principal contribuição (reconhecida, por exemplo, por Schumpeter) foi no campo da moeda e do crédito, e, nesse campo, Knies seguiu os preceitos metodológicos clássicos convencionais.[29]

Essa ausência de um programa teórico efetivamente alternativo e do estabelecimento de "leis históricas", como prometiam certas declarações programáticas dos três primeiros economistas que se identificaram com o historicismo, tem sido lida de maneira negativa pela historiografia, que costuma ressaltar, não sem razão, a "frustração" do projeto historicista. É o tom adotado, por exemplo, por Schumpeter, ao argumentar que o principal livro de Knies enfatiza a relatividade de políticas e doutrinas, "e deve à sua boa recepção, por parte de economistas históricos genuínos, uma prominência que de fato não merece".[30] Keith Tribe toma posição semelhante ao argumentar, com propriedade, que as elaborações de Roscher e Hildebrand pouco destoavam da tradição teórico-pedagógica da *Nationalökonomie* alemã da forma como se estabelecera em finais do século XVIII. Em suas palavras, um "abismo" separava os objetivos do projeto historicista dos escritos concretos de seus entusiastas mais destacados.[31]

A conclusão do trabalho clássico de Gottfried Eisermann, sobre as bases do historicismo na economia política alemã, é menos negativa. Para Eisermann, o "método histórico" significou, para os representantes da velha escola histórica, a defesa de um ponto de vista, isto é, de um relativismo na forma de encarar a teoria econômica: tratava-se de abalar a confiança na validade universal dedutível da teoria. No entanto, esses economistas não se recusaram à teorização – e a teoria sobre a qual trabalharam e que

---

[27] SCHEFOLD, Bertram. "Knies, Karl Gustav Adolf (1821-1898)", in: *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Second Edition, 2008.

[28] KNIES, *Die politische Ökonomie vom Standpunkte der geschichtlichen Methode*. Braunschweig: Schwetschke, 1853, pp. 168-206.

[29] Ver: SCHEFOLD, 2008. Schumpeter reconhece Knies como o mais "proeminente" dos economistas da chamada velha geração da escola histórica, deixando sua marca como teórico da moeda e do crédito, mas diz que "sua única conexão com o historicismo consiste num livro programático". Ver SCHUMPETER, 1954, pp. 808-809.

[30] SCHUMPETER, 1954, p. 809.

[31] TRIBE, 1995, p. 72.

ensinaram foi, nos mais das vezes, de origem clássica.[32] A partir dessa ênfase na relativização das doutrinas econômicas, é possível mudar um pouco o foco e escapar de uma avaliação do legado intelectual da velha escola histórica somente pela métrica de seus próprios escritos programáticos. Esse procedimento toma pelo valor de face as "promessas" assumidas pelos pensadores em seus escritos, sem insertá-las num contexto em que "propor uma reforma historicizante do método da economia" significava uma busca por alinhamentos e legitimações discursivas que não necessariamente tinham de desembocar na proposição de um novo paradigma teórico. A busca por uma identificação com a escola histórica de direito é exemplar, nesse sentido.

Ora, invertendo a questão e perguntando sobre as consequências, do ponto de vista do legado intelectual, dessa constatação do caráter relativo das leis econômicas, pode-se formar uma imagem menos "frustrada" desse momento de consolidação do historicismo na economia política alemã. Em síntese, essa postura relativista permitiu um primeiro ímpeto de historicização da teoria econômica no mundo germânico, de reflexão sobre sua natureza e sobre sua sensibilidade à mudança temporal e espacial. Heinz Rieter menciona, ainda que de passagem em texto mais geral, que um dos feitos mais "permanentes" dessa geração foi, pela primeira vez na Alemanha, ocupar-se com o passado da própria disciplina. Para além do livro de Hildebrand de 1848, elenca o estudo de Julius Kautz, *O desenvolvimento histórico da economia política e sua literatura (Die geschichtliche Entwickelung der National-Oekonomik und ihrer Literatur)*, de 1860, e o livro de Roscher *História da economia política na Alemanha (Geschichte der National-Oeokonomik in Deutschland)*, de 1874. Embora não tenha sido escrito como um tratado de história das doutrinas econômicas, o livro de Knies de 1853 poderia ser incluído nessa lista, pois inclui efetivamente uma história do pensamento econômico do mercantilismo ao socialismo, que desempenha função importante na construção do argumento favorável à relativização.[33]

Dentre esses tratados de história das ideias, o de Roscher tem sido destacado pelo pioneirismo e abrangência. Trata-se de uma obra orientada pela ideia da relatividade do conhecimento, não só econômico, mas humano em geral. Já no prefácio à obra, Roscher procurou dar esse tom ao texto: "Somente um cérebro muito míope, ou muito arrogante, em todo caso completamente a-histórico, faria a história de sua disciplina começar onde aparecem os sistemas similares àqueles aceitos por esse mesmo cérebro".[34] Segundo

[32] EISERMANN, 1956, pp. 237-238.
[33] RIETER, 2002, p. 144.
[34] ROSCHER, 1874, p. VI.

Bertram Schefold, a força da síntese de história das ideias produzida por Roscher estaria no tipo de ordenamento das noções econômicas, o qual as relaciona com os desenvolvimentos da economia concreta e com isso sinaliza possíveis desdobramentos posteriores do pensar econômico. Nesse sentido, Roscher iria além do procedimento relativizador, fazendo dele um meio de entrar em discussões teóricas.[35] Pode ser enriquecedor, portanto, ver essa geração inicial do historicismo no âmbito da *Nationalökonomie* não só como uma fase de promessas teóricas não cumpridas, mas como um momento de tomada de consciência da historicidade da teoria econômica e de uma efetiva produção de estudos que marcaram o surgimento, no contexto alemão, da história das ideias econômicas como campo sistemático de discussão. Essa proposição não afronta, mas complementa, as várias ponderações da historiografia das últimas décadas, que tem buscado desmistificar a noção de uma escola histórica alemã unitária, idealizada e "antagonista" com relação à economia política clássica.

Nessa linha, convém estabelecer algumas balizas importantes para diferenciar a "velha" escola histórica da segunda geração ou "jovem" escola histórica alemã. Em linhas gerais, é possível endossar a observação de Schumpeter, repisada por estudos subsequentes, de que a "velha geração" não constituiu uma escola, no sentido de um "fenômeno sociológico".[36] Não cabe aqui aprofundar a discussão do mérito mais geral da expressão "escola histórica alemã". Afinal, as tentativas de substituí-lo por outras categorias (como "economia cultural" ou "evolucionária") se revelaram pouco producentes, até porque propõem novas hegemonizações, bastante extemporâneas ao contexto que deu origem essa linhagem de pensamento.[37] Ainda assim, vale extrair dessa discussão o cuidado com o uso da categoria "escola histórica alemã". Numa palavra, é preciso frisar que essa linhagem de pensamento econômico comportou diferenças significativas entre as "gerações" e os indivíduos que abarcou, tanto no que se refere ao conteúdo do material produzido, quanto no que tange à articulação e ao posicionamento político-institucional.

É preciso, portanto, escapar à generalização que atribui à escola histórica como um

---

[35] Para uma análise dessa obra de Roscher, ver: SCHEFOLD, Bertram. "Wilhelm Roschers '*Geschichte der National-Oekonomik in Deutschland*'", in: _____. *Beiträge zur ökonomischen Dogmengeschichte*. Düsseldorf: Verlag Wirtschaft und Finanzen, 2004, pp. 424-425.

[36] SCHUMPETER, 1954, p. 808. Outros estudos que endossam essa posição: LINDENFELD, David F. "The myth of the older historical school of economics", in: *Central European History*, vol. 26, n. 26, 1993; RIETER, 2002, p. 142; SCHULZ, 2013, p. 194.

[37] CALDWELL, 2001, pp. 650-651. Os comentários de Knut Borchardt sobre o artigo de Heath Pearson (1999) corroboram as críticas de Caldwell. Ver: BORCHARDT, Knut. "Comments", in NAU, Heino e SCHEFOLD, Bertram (eds.). *The historicity of economics: continuities and discontinuities in economics in the 19th and 20th economics*. Berlin: Springer, 2002. pp. 44-48.

todo uma característica que foi limitada a alguns membros da segunda geração: a posição política nacionalista-conservadora e o compromisso com uma política econômica de cariz protecionista. Se, no caso de Roscher, a relação com o liberalismo foi ambígua, e a proximidade com o historicismo de Leopold von Ranke expressa certo pendor pelo academicismo conservador, no caso de Hildebrand e Knies o envolvimento com o movimento liberal e nacionalista de 1848 nos Estados alemães foi claro. Bruno Hildebrand participou da Assembleia Nacional de Frankfurt, como representante da "esquerda democrática" e fez parte da comissão econômica. Nos anos imediatamente posteriores, atuou politicamente no âmbito do Parlamento do Eleitorado de Hessen, posicionando-se contra o gabinete conservador-legitimista de Ludwig Hassenpflug.[38] Karl Knies também atuou neste campo liberal-progressista dos embates políticos em Hessen, aliando-se ao "ministério de março", estabelecido após a revolução de março de 1848. Seus planos envolviam reformas educacionais e a criação de um Instituto Politécnico na cidade de Kassel, onde deveria lecionar, mas esse ímpeto reformador frustrou-se com a queda do "governo de março" e a ascensão de Hassenpflug.[39]

Vale dizer que o nacionalismo liberal desse contexto tinha um teor de combate ao particularismo das pequenas unidades estatais germânicas, cuja elite política era constituída, em boa parte, por uma nobreza ciosa de seus privilégios aristocráticos. Embora o combate ao liberalismo "de Manchester" tenha feito parte da construção argumentativa de ambas as gerações da escola histórica, esse movimento teve origem nesse liberalismo nacionalista alemão do século XIX. A conjuntura política da época de formação dos "pais fundadores" da escola histórica era, portanto, bastante distinta daquela que levou Gustav Schmoller a defender posições nacional-protecionistas, em apoio a Bismarck, no final do século.[40]

A agenda política e institucional da jovem escola histórica alemã esteve bastante associada com o *Verein für Sozialpolitik* (Associação para a Política Social), fundado numa conferência em Eisenach, em 1873. Esse evento foi precedido por um encontro organizado em 1872 em torno da "questão social" ("*die soziale Frage*"), na mesma cidade de Eisenach, onde o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores da Alemanha (SDAP, na sigla original, um dos embriões do futuro SPD) fora fundado alguns anos antes, em

---

[38] LINDENLAUB, Dieter. "Hildebrand, Bruno", in: *Neue Deutsche Biographie*, 9, 1972, p. 121.

[39] Os "governos de março" ou "gabinetes de março" – em alemão, *Märzregierungen* – são uma denominação referente aos governos de inclinação liberal, instalados por vários príncipes regionais da Confederação Germânica, em resposta às reivindicações expressas nos movimentos revolucionários iniciados em março de 1848. Essees governos foram efêmeros, sendo substituídos por gabinetes conservadores no final de 1848 e ao longo de 1849. Sobre a trajetória de Karl Knies, ver: BRAEUER, Walter. "Knies, Karl", in: *Neue Deutsche Biographie*, 12, 1979, pp. 182-183.

[40] EISERMANN, 1956, p. 235.

1869. Os fundadores do *Verein* eram um grupo dominado por professores universitários, que, do ponto de vista da política econômica, questionavam tanto o chamado "manchesterismo" (o liberalismo à maneira britânica), quanto ideias socialistas revolucionárias. Vale notar que a Associação foi fundada num momento de fortalecimento liberal na Alemanha, no campo da política econômica e também do pensamento econômico. O movimento livre-cambista alemão, bastante influenciado por Smith, Ricardo e Bastiat, teve sua expressão institucional no Congresso de Economistas Alemães, fundado em 1858. A relação inicial entre essas duas reuniões de economistas – o Congresso e o *Verein* – era de alguma cooperação, muito embora houvesse animosidades e discordâncias.[41]

A defesa do protecionismo, que associava tarifas elevadas às necessidades da indústria alemã, só se tornaria predominante no âmbito do *Verein für Socialpolitik* em 1879. A guinada de Bismarck rumo a uma política comercial protecionista neste mesmo ano ensejou o apoio de Schmoller à elevação de tarifas, no encontro de 1879 do *Verein*. Seu argumento era que políticas de proteção não eram uma questão de princípio, mas uma necessidade das nações. No caso da Alemanha, cuja indústria se recuperava da crise do início dos anos 1870, a proteção seria a política correta a adotar. No período posterior a 1879, a liderança ideológica e intelectual da Associação foi exercida sobretudo por economistas prussianos, como Schmoller e Adolph Wagner, refletindo o clima iliberal dessa conjuntura. Políticas comerciais protecionistas conviviam com um Estado alemão mais forte e mais centralizado, sob a influência do chanceler Otto von Bismarck. Marcos importantes dessa conjuntura política foram as leis antissocialistas (1878-1890) e a implantação das bases legais do Estado de bem-estar social. Entre 1883 e 1889, introduziram-se as leis que regulavam o seguro-saúde, o seguro por acidentes e o seguro (aposentadoria) por idade e invalidez.[42]

No contexto das disputas imperialistas que se acentuaram no final do século XIX, sob o reinado do novo imperador Guilherme II e governo do chanceler Bernhard von Bülow, o Império Alemão, já unificado politicamente, adotou uma política externa mais

---

[41] Estiveram envolvidos na formação do Congresso de Economistas Alemães pensadores liberais como Hermann Schulze-Delitzsch (1808-1883), John Prince-Smith (1809-1874) e Heinrich Bernhard Oppenheim (1819-1880). Para um exame detalhado das origens do *Verein* e de sua história institucional, ver: HAGEMANN, Harald. "The Verein für Sozialpolitik from its Foundation until World War I", in: AUGELLO, M.; GUIDI, M. (eds.). *The Spread of Political Economy and the Professionalisation of Economists. Economic Societies in Europe, America and Japan in the Nineteenth Century*. London & New York: Routledge, 2001. Hagemann lembra que os professores universitários nunca compuseram a maioria dos membros da Associação, mas eram o grupo mais influente no "Comitê Permanente", no âmbito do qual as atividades científicas eram realizadas.

[42] Ver histórico da legislação social implantada por Bismarck, disponível na página do Ministério do Trabalho da Alemanha. Ver BISMARCKS Sozialgesetzgebung. Berlin: Bundesministerium für Arbeit und Soziales, 2010.

agressiva e colonialista, a chamada *Weltpolitik* ou "política para o mundo". Em alguma medida, Schmoller esteve em sintonia com esse projeto, ao propor, por exemplo, lidar com o problema da eventual escassez de bens agrícolas por meio do desenvolvimento de uma frota naval – que deveria concorrer com a inglesa – e da conquista de colônias. Sua defesa da expansão da frota alemã era baseada na ideia de que, se a população continuasse a crescer pelas próximas décadas, o país teria de buscar novas fontes de alimentos, senão se veria ameaçado pela proletarização e pelo consequente declínio dos salários. A fim de escapar do dilema entre "Estado agrário" e "Estado industrial", a Alemanha não deveria abandonar sua agricultura, como fizera a Inglaterra, mas deveria ampliar as possibilidades de produção e comércio, o que incluía a eventual conquista de terras para a agricultura e a quebra de monopólios comerciais controlados pelas potências coloniais estabelecidas. Para Schmoller, isso só seria possível por meio de uma marinha forte e competitiva, capaz de escoltar os mercadores alemães. A sintonia com um projeto de influência mundial alemã era clara, visto que Schmoller destacava a importância de uma força naval de longa distância para o comércio global de grãos, que se faria necessária, por exemplo, caso a Rússia parasse de abastecer o mercado germânico.[43]

Gustav Schmoller, líder do *Verein für Sozialpolitik* entre 1890 e 1917, foi decerto o economista mais conhecido da Alemanha nesse período. Embora suas ideias não tenham tido, no Brasil, uma recepção tão ampla como as de Adolph Wagner, por exemplo, Schmoller foi um ator importante não só como intelectual, mas, também, do ponto de vista institucional. Schmoller foi bastante próximo do influente burocrata prussiano Friedrich Althoff (1838-1908), responsável por uma profunda reforma da universidade prussiana entre o final do século XIX e início do XX. Em linhas gerais, Altohff buscou, a partir de seus cargos na administração educacional, expandir e centralizar o sistema universitário, criando bibliotecas, construindo novas instalações e instituindo um processo de nomeação de professores baseado em "avaliação por pares". Para viabilizar essa seleção, Althoff contava com uma ampla rede de conselheiros para as diversas áreas, dentre os quais Gustav Schmoller, que, vale frisar, não era o único a fornecer pareceres no domínio da economia: o estatístico-economista Wilhelm Lexis e o próprio Adolph Wagner também fizeram parte do círculo de conselheiros de Althoff. Embora criticado por seu caráter personalista, o "sistema Althoff" decerto moldou a universidade prussiana nesse contexto, estabelecendo parâmetros para o conjunto do Reich. No campo da ciência econômica, Gustav Schmoller foi um dos agentes da implantação desse projeto

[43] SCHMOLLER, Gustav. "Die wirtschaftliche Zukunft Deutschlands und die Flottenvorlage", in: SCHMOLLER, Gustav (Hrsg.). *Handels- und Machtpolitik*. Bd. 1. Stuttgart: Cotta, 1900, pp 12-20 e pp. 33-34.

universitário.[44]

Schmoller estudara ciências do Estado na Universidade de Tübingen (1857-1861), tendo ensinado em Halle (1864-1872), Estrasburgo (1872-1882) e, finalmente, Berlim (1882-1913), onde ocupou posição influente, do ponto de vista acadêmico e político. Sua obra de maior circulação foi o livro-texto *Princípios de economia política geral* (*Grundriss der allgemeinen Volkswirtschaftslehre*, v.1 em 1900 e v. 2 em 1904), que recebeu nova edição, revisada, em 1923, já após a morte do autor. A publicação do livro em francês, em 1905, foi exitosa e, em 1908, Schmoller se mostraria satisfeito por ter 6000 exemplares de seu livro circulando pelo mundo – inclusive no Brasil – por meio dessa tradução publicada pela editora parisiense Giard & Brière. Vale lembrar que, nesse momento, o francês era língua de divulgação científica internacional e acessível para a maior parte das elites intelectuais europeias, estadunidenses e latino-americanas. Para além deste livro e de dezenas de artigos e panfletos, Schmoller produziu uma série de monografias sobre temas históricos, como, por exemplo: os pequenos negócios na Alemanha oitocentista (1870); a guilda de tecelões de Estrasburgo, entre os séculos XIII e XVII (1879); e a história econômica e administrativa da Prússia, nos séculos XVII e XVIII (1898).[45]

De fato, embora seu principal livro tenha sido um tratado teórico-pedagógico, Schmoller se tornou conhecido até os dias de hoje por sua participação na controvérsia do método (ou *Methodenstreit*) com Carl Menger. Esse episódio, ocorrido na década de 1880, tem sido utilizado para delimitar, de forma por vezes muito esquemática, o "método histórico" ou "indutivo" e o "método dedutivo" em economia. Nas décadas seguintes, entre capítulos de livros, ensaios e artigos, muito se escreveu sobre o tema.[46] Mesmo manuais de história do pensamento econômico costumam trazer alguma referência a essa discussão e, a partir daí, caracterizam os traços gerais da economia política produzida na Alemanha no século XIX, levando por vezes a uma identificação um pouco apressada entre a economia produzida na Alemanha e o pendor historicista que, no caso da jovem

---

[44] Sobre o "sistema Althoff", ver SCHULZ, 2013, pp. 72-77.

[45] Sobre a disseminação internacional do *Grundriss* de Schmoller, ver BACKHAUS, Jürgen. "Schmollers Grundriss der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre – ein aktueller Klassiker", in: BACKHAUS, Jürgen; SCHEFOLD, Bertram; SHIONOYA, Yuichi. *Gustav von Schmollers Lebenswerk – eine kritische Analyse aus moderner Sicht.* Düsseldorf: Verlag Wirtschaft und Finanzen, 1989.

[46] Ver, como exemplo: SCHUMPETER, 1954, pp. 814-815; RIHA, Thomas. "German Political Economy: The History of an Alternative Economics", in *International Journal of Social Sciences*, vol. 12, issues 3/4/5, 1985, pp. 82-85; TRIBE, 1995, pp. 72-80; RUSFELD, Daniel R. "Methodenstreit", in: *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Second Edition, 2008. Em alemão: RITZEL, Gerhard. *Schmoller versus Menger*. Offenbach: Bollwerk-Verlag, 1959; WITTKAU, Annette. *Historismus. Zur Geschichte des Begriffs und des Problems.* 2. Auflage. Göttingen: Vandenhoek & Ruprecht, 1994, pp. 61-80. Essa lista está longe de ser exaustiva e pretende tão-somente fornecer ao leitor um guia de leitura sobre a contenda intelectual entre Schmoller e Menger.

escola histórica, é ainda mais forte que no caso da velha geração.[47] Isso motivou, aliás, a escolha pelo tratamento do "socialismo de Estado" em separado da escola histórica neste capítulo, muito embora haja pontos de contato entre esses programas intelectuais. Por ser um episódio de debate acirrado, o *Methodenstreit*, além de tornar visíveis as cisões entre economistas, permite iluminar certos aspectos desse discurso econômico, produzido nos países de língua alemã, que se mostrariam relevantes para o processo de apropriação no Brasil.

A controvérsia em si iniciou-se com a publicação do livro *Investigações sobre o método das ciências sociais* (1883), de Carl Menger. Seguiu-se a esse texto a resenha que Gustav Schmoller redigiu para o livro de Menger: "Sobre a metodologia das ciências sociais e do Estado", publicada em 1883. No ano seguinte, foi a vez de Menger revidar com *Os erros do historicismo na Nationalökonomie alemã*, um conjunto de "cartas" destinadas a responder diretamente as críticas de Schmoller. Em linhas gerais, Menger concebia a economia a partir de suposições teóricas formais, que descrevem o comportamento econômico do indivíduo de forma ideal-típica. Tratava-se de, por meio de uma teoria do valor baseada nas necessidades do indivíduo em cada caso, desenvolver um sistema que permitisse não só explicar, mas também prognosticar a realidade empírica. Essa abordagem, que mais tarde se cristalizaria como teoria da utilidade marginal, foi duramente criticada por Schmoller, que acusava Menger de reduzir toda a ação individual humana à "pulsão de aquisição" ou aos motivos puramente econômicos. Nesse sentido, para Schmoller, a metodologia austríaca negava a história e virava as costas para a realidade.[48]

Numa interpretação dos aspectos filosófico-metodológicos da controvérsia, Annete Wittkau argumenta que a divergência fundamental referia-se à noção de "lei econômica". O entendimento de Gustav Schmoller sobre "conhecimento científico" estaria baseado no pensamento kantiano de que só é possível atingir o saber nos ramos do conhecimento em que às suposições do pensamento sobre a realidade pode-se confrontar uma percepção sensorial da realidade. Dessa forma, a "ciência descritiva" (história) forneceria o "trabalho inicial", ou seja, os pré-requisitos à teoria geral. Schmoller reconhecia que o conhecimento histórico e a teorização, ou a constatação de cadeias causais que se repetem, seriam dois procedimentos inter-relacionados, mas de qualidade epistemológica distinta.

---

[47] Ver, como exemplo, SCREPANTI e ZAMAGNI, 2005, pp. 189-192.

[48] Como panorama geral, ver: ABELSHAUSER, Werner. "L'école historique et les problèmes d'aujourd'hui", in: BRUHNS, Hinnerk (org.). *Histoire et économie politique en Allemagne de Gustav Schmoller à Max Weber*. Paris: Maison des sciences de l'homme. 2004.

Porém – e aqui reside o ponto crucial da controvérsia, na intepretação de Wittkau – o conhecimento resultante do procedimento generalizador schmolleriano teria caráter de probabilidade, mas jamais de lei. Em outras palavras, mesmo que todas as investigações históricas anteriores tenham mostrado o fato B como decorrência de A, do fato A *pode* decorrer C, em determinada constelação.[49] O uso da palavra lei, ou "lei exata", como queria Menger, serviria, conforme Schmoller, para conferir um "manto de necessidade" a afirmações que não possuem caráter necessário.[50]

E, de fato, para Menger, as "leis exatas" eram construtos mentais, que não poderiam ser referidos à realidade perceptível pelos sentidos. A essas leis se chegaria por meio da investigação dos elementos simples (abstratos, e não empíricos) do mundo real que, isolados de influências externas, produziriam fenômenos complexos.[51] Nesse sentido, a pesquisa exata mengeriana seria puramente apriorística. Ao conferir *status* de "lei científica" aos resultados dessa investigação dedutiva, Menger propôs algo conceitualmente incompatível com a proposição de Schmoller de que não haveria conhecimento sem referência ao empírico. É por isso que, de acordo com Wittkau, do ponto de vista epistemológico, não há um real "debate" entre os dos pensadores.[52]

No entanto, numa perspectiva relacionada à vida prática, ou à relação entre conhecimento econômico e política econômica, a crítica de Menger faria sentido ao apontar o descaso "operacional" pela teorização ou, em outros termos, o não-aproveitamento prático do conhecimento histórico produzido. Schmoller reconhecia que o trabalho descritivo-histórico fornece ao economista o material para o procedimento teorizador, por mais que este não chegue a leis definitivas. Enfatizava que adotar um procedimento histórico "temporariamente" não significaria desprezo pela teorização.[53] E aqui há de fato uma controvérsia e uma crítica contundente, na interpretação de Wittkau, pois a dificuldade seria a de estabelecer um ponto a partir do qual o procedimento histórico cessa, por mais que não se tenha explorado todo seu potencial (inesgotável), e passa-se à elaboração e à aplicação de teorias. Nesse sentido, a designação pejorativa de *Historismus* servia, para Menger, para qualificar um conhecimento econômico-histórico sem relevância para a vida prática.[54]

---

[49] WITTKAU, 1994, p. 66

[50] Ver: SCHMOLLER, Gustav. "Volkswirtschaft, Volkswirtschaftslehre und -methode", in: *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*. Bd. 7. Jena: Fischer, 1901, p. 575.

[51] Ver: MENGER, Carl. *Untersuchungen über die Methode der Socialwissenschaften*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1883, p. 41.

[52] WITTKAU, 1994, p. 67 e pp. 70-71.

[53] SCHMOLLER, Gustav. "Zur Methodologie der staats- und sozialwissenschaften", in*: Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im Deutschen Reich*, vol. 7. Leipzig: Duncker & Humblot, 1883, p. 242.

[54] WITTKAU, 1994, p. 77.

A interpretação de Keith Tribe do *Methodenstreit* enfatiza aspectos relacionados à delimitação do campo da economia política na Alemanha e o suposto "fracasso" de Schmoller. Repisando que o projeto da escola histórica, posto desde Roscher, de reformar a teoria econômica com base no estudo histórico não se concretizara, Tribe postula que a argumentação de Schmoller foi muito mais baseada em presunção acadêmica do que em substância teórica.[55] Na linha do argumento de que as várias "escolas" de economia política na Alemanha oitocentista baseavam-se num grupo estável de "axiomas básicos", relativos às necessidades humanas e à vida econômica, Tribe enfatiza a tentativa de Menger de definir de forma mais precisa o campo da economia teórica no mundo germânico.[56]

De fato, o ponto de partida da crítica de Menger em seu livro que abre a controvérsia dos métodos era relativo à definição do campo da ciência econômica. Menger propôs uma divisão geral da pesquisa científica em duas direções: a busca pelo individual, concreto, e a busca pelo geral, típico. No campo específico da economia, essa divisão do trabalho científico se refletiria na distinção entre as ciências históricas relacionadas com o núcleo da economia (história e estatística) e a economia teórica em si (*theoretische Nationalökonomie*). Além desses dois grandes campos, haveria as ciências práticas da economia (ou *Kunstlehren*), que deveriam fornecer elementos sobre "como agir" com diligência em certos domínios particulares da atividade econômica. As duas principais ciências práticas seriam a política econômica e a ciência das finanças públicas (*Finanzwissenschaft*). A "economia política", por sua vez, se compunha da economia teórica e das ciências práticas.[57] Para Menger – e Tribe endossa essa reivindicação – tratava-se de evitar uma superposição pouco precisa dessas áreas, que levasse, por exemplo, ao esmorecimento da teorização. Para Tribe, Schmoller se recusara a compreender essa divisão do trabalho e sua participação na controvérsia dos métodos revelara sua "falta de conhecimento" e sua "falta de capacidade intelectual".[58]

A busca pela "teoria" como produto necessário do discurso pode acabar levando a julgamentos drásticos e impedindo que se preste atenção a detalhes reveladores. A utilização, por Menger, do termo *Kunstlehre* para se referir às ciências práticas no primeiro texto da polêmica, em 1883, não foi trivial. Esta palavra, que pode significar tanto "estética", quanto "técnica ou tecnologia de negócios", ganhou destaque nos debates

[55] TRIBE, 1995, p. 94.
[56] TRIBE, 1995, pp. 75-77
[57] MENGER, 1883, pp. 3-7.
[58] TRIBE, 1995, p. 94.

ocorridos nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX, por ocasião da fundação das escolas de comércio na Alemanha. Essas instituições veiculavam um conhecimento econômico mais prático, ligado à esfera privada da economia: no contexto alemão, são consideradas as primeiras escolas do que hoje se chama "administração de empresas" ou "*business economics*" na tradição anglo-saxã.[59] O uso mais marcante do termo se deu num artigo, que se tornou famoso, do economista-administrador alemão Eugen Schmalenbach (1911), "A ciência da economia privada como tecnologia de negócios" ("*Die Privatwirtschaftslehre als Kunstlehre*"). Nesse texto, Schmalenbach postulava que o objetivo de sua área deveria ser o desenvolvimento de uma tecnologia de negócios, e não o avanço da economia teórica.

Em sua resenha de 1883, feita a discussão metodológica mais geral, Schmoller dedicou algumas palavras à refutação da ideia de que a política econômica e a ciência das finanças públicas seriam "apenas *Kunstlehren*". Defendeu as obras de autores como Wilhelm Roscher, Adolph Wagner e Lorenz von Stein no campo das finanças públicas, argumentando que representavam "tentativas exitosas de elevar essas ciências ao grau de ciências teóricas".[60] A classificação proposta por Menger tinha, portanto, claro caráter depreciativo dessas ciências práticas: a ideia de *Kunstlehre* não implicava somente uma divisão do trabalho, mas, também, nesse contexto, uma hierarquização. Prestando atenção à retórica utilizada pelos contendores, é sintomático que Menger, na réplica de 1884 a Schmoller, tenha utilizado três cartas-capítulos para negar que houvesse tido a intenção de rebaixar as "ciências práticas", com relação à economia teórica. E não insistiu na utilização do termo *Kunstlehre*, porém citou-o em frases de Schmoller, procurando insinuar que este empregava uma linguagem pedante. A frase de Schmoller, citada repetidas vezes por Menger com o propósito de insinuar pedantismo, foi:

> As ciências práticas da economia política podem certamente despir-se do manto de *Kunstlehren*, na medida em que mostrem, em nível individual, o especial desenvolvimento das economias alemã e anglo-francesa nos últimos séculos, na perspectiva da política agrária, manufatureira e comercial.[61]

A metáfora pouco científica de Schmoller – "despir-se do manto" – foi utilizada por Menger para ocultar sua utilização original do termo *Kunstlehre*, que implicava uma "hierarquização" a qual Menger posteriormente esquivou-se de ter insinuado. Com efeito,

---

[59] Sobre esse ponto, ver: SCHNEIDER, Dieter. "Institutional Economics, Management Science and the Historical School", in: KOSLOWSKI, Peter (ed.). *The Theory of Ethical Economy in the Historical School*. Berlin/Heidelberg: Springer, 1995.

[60] SCHMOLLER, 1883, p. 245.

[61] SCHMOLLER, 1883, pp. 245-246, retomado em MENGER, Carl. *Die Irrthümer des Historismus in der Nationalökonomie*. Wien: Höldler, 1884, p. 60ss (a palavra é repetida por Menger sucessivas vezes nas páginas seguintes)

se do ponto de vista do avanço de uma teoria econômica mais abstrata, os economistas historicistas e socialistas de Estado pudessem não ter atingido os resultados cobrados por Menger, o mesmo não pode ser dito de seu trabalho no campo das ditas *Kunstlehren*: o domínio das finanças públicas foi um exemplo. Convém lembrar que o livro-texto mais influente na Alemanha nesse momento ainda era o de Karl H. Rau, que delimitava as três áreas da economia, sem uma necessária hierarquização: *Volkswirtschaftslehre* (teoria econômica), *Finanzwissenschaft* (finanças públicas) e *Volkwirtschaftspolitik* (política econômica). Adolph Wagner formularia, justamente no campo das finanças públicas, sua "lei" da expansão dos gastos estatais, que foi devidamente integrada em seu livro-texto de economia, e não só nos volumes dedicados especialmente à *Finanzwissenschaft*, mas, também, na parte referente ao "Estado" do volume dedicado a questões teóricas mais gerais, cuja edição definitiva se deu entre 1893 e 1894.

O debate de métodos parece ter sido, nesse sentido, não somente uma polêmica sobre método em economia, mas também uma disputa política – e Tribe assinala corretamente a posição defensiva de Schmoller na política acadêmica – em torno do tipo de partição do objeto de estudo que deveria prevalecer na ciência econômica. Mais ainda, seria uma batalha por espaço no "campo da economia" – um campo, a um só tempo, político, intelectual e semântico. Estavam em jogo, em síntese, duas alternativas. A primeira era o modelo alemão, que tratava as finanças públicas e política econômica como parte integrante, constitutiva, da economia a ser estudada e transmitida como campo do conhecimento. Essa abordagem era coerente com o propósito, herdado da antiga tradição cameralista, de proporcionar uma formação consistente para homens atuantes no serviço público e na burocracia de forma geral. Caracterizava essa definição a propensão à historicização das ideias ou, mais precisamente, à relativização de certas categorias. A segunda alternativa representava uma tendência ao primado da teoria, em que certas áreas "não-teóricas", ainda que entendidas como relacionadas com a economia, eram conceitualizadas como *Kunstlehren*, servindo como campos de aplicação e verificação de relações teóricas fundamentais, deduzidas abstratamente. O economista nesse último sentido, portanto, não tinha de comprometer sua atividade teorizante com finalidades públicas e/ou pedagógicas.

Essa face do debate, que não é nova, mas fica pouco evidente ao se tratar dele em termos de indutivismo e dedutivismo, tem relevância para a difusão do pensamento econômico alemão no Brasil. Foi comum a boa parte das apropriações brasileiras do pensamento econômico alemão essa afinidade com alguns traços dessa vertente, de alguma maneira representada por Schmoller na controvérsia dos métodos. Embora não

possam ser reduzidos ao historicismo – isso ficará claro na próxima sessão –, os vários elementos de pensamento alemão difundidos no Brasil tinham afinidade com a ideia de relatividade das leis econômicas. No caso dos debates monetários por exemplo, mais do que uma refutação cabal do quantitativismo, ou uma recusa veemente da teoria monetária de origem inglesa, o aporte de autores como Wagner serviu para legitimar e flexibilizar a noção de que um sem número de males teriam como causa única a política monetária expansionista. Para além disso, as áreas de finanças públicas e política econômica foram integradas, de forma entusiasmada, em textos produzidos no Brasil. No caso de Rui Barbosa, a lei da expansão econômica do Estado serviu para embasar e justificar a política fiscal; no caso de Francisco Simch, a própria delimitação temática de seu livro-programa foi guiada por um opúsculo dedicado à *Volkswirtschaftspolitik*, publicado por Richard van der Borght, na mais típica tradição pedagógica alemã. Em Amaro Cavalcanti, a *Finanzwissenschaft* forneceu a linha ideológica e o modelo de organização para um manual brasileiro de finanças públicas. Esses e outros exemplos, ao serem tratados com mais zelo na Parte III, revelarão com mais precisão essas afinidades.

4.2. Respostas à "questão social": o socialismo de Estado

O desenvolvimento do capitalismo no mundo germânico trouxe consigo transformações que não podiam ser ignoradas pelos pensadores que refletiram sobre a economia política, sobretudo a partir dos anos 1840. Se o historicismo teve suas origens no liberalismo ligado aos anseios de unificação nacional e, depois, esteve vinculado à ideologia nacionalista de cariz mais imperialista, pode-se dizer que houve, ao longo da segunda metade do século, uma preocupação crescente com a "questão social", isto é, com a situação da população camponesa e urbana diante das mudanças associadas com a industrialização capitalista acelerada. No intuito de contextualizar o socialismo de Estado, convém mencionar ao menos duas outras linhagens de resposta intelectual a essas questões: o associativismo e a socialdemocracia. Dentre essas três linhagens, a mais relacionada com as discussões no âmbito da economia como disciplina acadêmica – e que teve difusão relativamente duradoura no Brasil – foi o socialismo de Estado. Por isso, após breve exame do debate entre Hermann Schulze e Ferdinand Lassalle, que opôs o associativismo liberal à socialdemocracia nascente nos anos 1860, o foco dos parágrafos posteriores será a corrente socialista de Estado.

Um ponto de partida importante para o associativismo é a situação de pauperismo no *Vormärz*, isto é, o período do "pré-março" entre a fundação da Confederação Germânica (1815) e as Revoluções de Março de 1848. As guerras napoleônicas trouxeram

interrupções dos fluxos de matérias-primas, bem como na demanda por produtos oriundos dos Estados germânicos, sobretudo dos ramos têxtil e metalúrgico. Essa estagnação econômica significou expressiva redução do nível de vida. À situação de dificuldades, somou-se uma crise agrícola em 1816, causada por inesperadas alterações meteorológicas que resultaram em más colheitas, fazendo disparar o preço dos cereais. Nesse contexto crítico, formaram-se associações para a compra de grãos, para prevenir-se contra possíveis crises vindouras e/ou para moer o grão mais rapidamente, fornecendo pão aos pobres a preços baixos ou mesmo como doação. Essas associações, em sua maioria fundadas por cidadãos filantropos, diversificaram-se nos anos 1830, com o surgimento das associações para obtenção de carvão, batatas e para a distribuição de comida. Essas ideias associativistas ganharam impulso principalmente na Renânia, onde personalidades como Ludwig Gall e Friedrich Harkort defenderam associações para a educação popular (*Volksschulen*), bem como para abrigar desvalidos e pobres. Também foram concebidas cooperativas de depósito e de saúde.[62]

É importante frisar que o associativismo encontrou adeptos entre várias correntes do espectro político, dos socialistas aos liberais. Haja vista que tais instituições permitiam também aos fracos, por meio da união conjunta, concorrer com os fortes de forma exitosa na vida econômica, suas qualidades eram vistas como confirmadores das opiniões tanto de liberais, quanto de socialistas, estes mais preocupados com organização e planejamento. Johannes Fallati seria um exemplo nesse sentido: pensador conservador, via nas associações uma forma de disciplinar e regrar os trabalhadores, tendo em vista a decadência da velha ordem estamental. Já Karl Biedermann via a as associações como principal alavanca das reivindicações socialistas.

Ficaria claro, no entanto, que essas associações só teriam influência limitada sobre certas condições do cálculo mercantil e sobre a concorrência capitalista, sendo incapazes de deter o crescente poder do capital sobre o trabalho vivo. Vale lembrar que, na economia do artesanato, questões relativas aos meios de produção e aos bens produzidos eram tratadas no âmbito da justiça e da manutenção de uma certa ordem. A questão social ou questão do trabalho era, portanto, uma questão coletiva, um problema social e moral entre os artesãos. O imperativo da concorrência mercantil não se coadunava com a orientação

[62] O breve histórico do associativismo alemão se baseia na introdução Hans-Jörg Zerwas à reedição do texto de Ferdinand Lassalle que polemiza com o associativismo liberal de Hermann Schulze-Delitzsch. Ver ZERWAS, Hans-Jörg. "Assoziation, Verein und Genossenschaft. Bemerkungen zum Schicksal eines demokratischen Ideal", in: LASSALLE, Ferdinand. *Herr Bastiat-Schulze von Delitzsch oder der ökonomische Julian*. Neudruck. Frankfurt: Keip, 1990. pp. VI-XIV.

coletivista herdada, assim como a pauperização e a proletarização ameaçavam a manutenção da ordem social. A reivindicação política era, nesse sentido, por "organização do trabalho", por um movimento contrário à desintegração social. No fundo, argumenta Hans-Jörg Zerwas, o associativismo significou, para os artesãos, uma tentativa de determinação de seu novo lugar no mundo, tendo em vista que a dinâmica da troca econômica mercantil não mais se prestava à explicação baseada na visão de mundo estamental.

Durante a Revolução de 1848/49, foi fundada a Fraternidade (*Arbeiterverbrüderung*) Geral dos Trabalhadores Alemães, porém, mesmo com a recém-superada fome de 1846/47 e com a pauperização acompanhada de desemprego, as reivindicações dos trabalhadores e artesãos qualificados não era pelo "direito ao ganho integral dos retornos do trabalho". É importante lembrar que o cotidiano e a experiência de vida não eram marcados, a essa altura, pela onipresença da mercadoria, nem pela troca de equivalentes, de maneira que uma crítica ao trabalho assalariado com base na ideia da não-equivalência da troca entre capital e trabalho não poderia ser embasada nem tampouco justificada. O que as associações reivindicavam nesse momento era muito mais o controle sobre a própria capacidade de trabalho e a socialização da produção pelos próprios trabalhadores. A Fraternidade tinha como objetivo programático a reorganização da produção por meio de associações produtivas. O Estado democrático-constitucional projetado pela Assembleia Nacional de 1848/49 deveria, na visão associativista, subvencionar e auxiliar as associações, e não diretamente os empresários. Mas isso não significava envolvimento direto do Estado na produção.

Um dos principais representantes do associativismo, responsável pela concepção e viabilização das cooperativas de crédito na Alemanha oitocentista foi Hermann Schulze-Delitzsch, cujas ideias sobre crédito cooperativo foram difundidas no Brasil, por industrialistas como Serzedelo Correia e por formuladores de política econômica preocupados em organizar o crédito à produção, sobretudo de café. Hermann Schulze-Delitzsch nasceu em 1808, e estudou direito em Leipzig e Halle. Suas iniciativas, ainda na cidade natal de Delitzsch (Saxônia), podem ser vistas como parte das primeiras reações concretas aos efeitos iniciais do capitalismo ligado à máquina e à concentração financeira. Sua convicção econômica fundamental se enraizava no liberalismo, sem que isso significasse a prevalência exclusiva do indivíduo econômico. Seu liberalismo abarcava também algum tipo de contrapeso feito pela solidariedade e pela responsabilidade individual mútua, sem a interveniência do Estado.

A polêmica ocorrida entre Schulze e Lassalle ajuda a realçar alguns dos temas em

debate, nesse contexto de ascensão do capitalismo industrial e de organização do movimento trabalhista na Alemanha. O primeiro marco dessa discussão foi o livro *Capítulos de um catecismo alemão para trabalhadores*, publicado por Schulze-Delitzsch em 1863. O volume compõe-se de seis discursos que Delitzsch ministrou no intuito de "preparar" os trabalhadores de Berlim para o Congresso de Trabalhadores Alemães, a ser realizado no mesmo ano. O próprio nome indica que se trata de uma tentativa de "educar" os trabalhadores alemães, de acordo com a perspectiva de Schulze. O livro é dividido em três palestras iniciais, mais teóricas (abordando os temas: trabalho, capital e troca/concorrência) e três finais, mais voltadas para a discussão do crédito cooperativo e para o debate com Ferdinand Lassalle.[63]

O conceito-chave utilizado por Schulze para lidar com a questão trabalhista é *Selbsthilfe*, em português "auto-ajuda", que se refere à procura, por parte do trabalhador, com base em sua livre e espontânea iniciativa, de meios para melhorar de vida. Sua ideia de trabalho se baseava na integração entre necessidade, esforço e satisfação. É por sentir necessidades (inclusive vitais) que o ser humano se esforçaria, obtendo, assim, a satisfação, ao menos parcial, das necessidades iniciais. O processo, porém, era contínuo, pois o próprio esforço para buscar atender uma carência inicial geraria novas necessidades de consumo, de forma que a integração entre essas três dimensões era permanente, e o trabalho, algo realizado pelo ser humano de forma regular.[64] A ideia era que essa articulação entre necessidade e esforço só se poderia concretizar no nível do indivíduo. Os exemplos se referiam às necessidades "naturais". Se uma pessoa tinha sede, só esta pessoa podia matar a sede, não haveria como alguém sanar, por ela, essa falta d'água; do mesmo modo, com o cansaço: se se estava com sono, não há como alguém dormir "pelo outro".[65]

No caso das necessidades "sociais", ou econômicas, dos homens, havia espaço para a divisão do trabalho, que Schulze exaltava, ao modo da tradição clássica-smithiana, mas a unidade importante continua sendo o trabalho individual – a riqueza social era produto da diversidade de trabalhos distintos que cada um, em sua individualidade, podia desempenhar. No fundo, a grande crítica de Schulze era a qualquer tipo de assistência ao trabalhador promovida pelo Estado, sendo o socialismo o paroxismo dessa intervenção ou intromissão do Estado. O trabalhador deve buscar melhorar sua situação a partir da

---

[63] A edição original do livro é SCHULZE-DELITZSCH, Hermann. *Kapitel zu einem deutschen Arbeiterkatechismus*. Leipzig: Keil, 1863.
[64] SCHULZE-DELITZSCH, 1863, pp. 4-8.
[65] SCHULZE-DELITZSCH, 1863, pp. 12-13.

reunião em associações (*Genossenschaften*), nas quais o compartilhamento de riscos e de responsabilidades poderia melhorar a situação de cada indivíduo.

Sua crítica à atuação do Estado passava pelas ideias de cerceamento da liberdade e de monopólio. Ao regular atividades e proteger alguns produtores, o Estado estaria apenas piorando a vida de todos, coletivamente. Sua visão nesse caso refletia concepções clássicas, como o ajuste automático dos preços e a máxima de que a "oferta gera sua demanda". As políticas estatais de subvenção e de restrição de mercados teriam, segundo Schulze, efeito nulo para a coletividade. Esse tipo de intervenção "separa os homens em duas classes, em produtores e consumidores, e os confronta uns com os outros". Conforme Schulze-Delitzsch, isso seria um erro, pois todo produtor é também consumidor e, se seu setor recebe algum tipo de incentivo estatal que favoreça seus preços e portanto sua renda, esse excedente será perdido via ajuste de preços. Ao ser transmitida às outras mercadorias, a alta de preços acabaria por corroer o ganho inicial do produtor, pois este é também consumidor, isto é, adquire vários gêneros no mercado.[66] Nesse ponto, a crítica feita por Schmoller a Schulze algumas décadas depois de fato se aplica, pois Schulze parecia enxergar o "produtor" mais como um artesão, que não apenas depende do salário (como o empregado de fábrica), mas consegue, de alguma maneira, determinar o preço dos gêneros que vende no mercado.[67]

Schulze também era cético com relação a medidas distributivistas: sua visão, de cunho utilitarista, era que não fazia sentido aproximar as rendas, ou as condições econômicas dos agentes, se essa igualdade implicasse perdas para alguns. O argumento era resumido assim: "Uma pessoa está bem e a outra, mal. A última gostaria de estar como da primeira, em situação de igualdade. Mas ajuda-se a segunda pessoa a conseguir seu objetivo ao se fazer com que a primeira também esteja em situação ruim?".[68] Nesse sentido, uma das reivindicações gerais de Schulze é o constante aumento da riqueza da nação como um todo, da "massa de bens" produzidos. Esse aumento geral da produção seria, por sua vez, causado pela elevação da capacidade de desempenho de cada indivíduo (produtividade do trabalho) e pelo crescimento dos estoques privados de capital.[69]

Na concepção de Schulze-Delitzsch, o salário era proporcional ao desempenho de cada trabalhador: para buscar melhorar seu desempenho e, portanto, sua posição salarial, o trabalhador deveria instruir-se, educar-se. Essa é uma das únicas reivindicações de

---

[66] SCHULZE-DELITZSCH, 1863, pp. 103-105.
[67] SCHMOLLER, Gustav von. "Hermann Schulze-Deliztsch und Eduard Lasker", in: *Zur Sozial- und Gewerbepolitik der Gegenwart*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1890.
[68] SCHULZE-DELITZSCH, 1863, p. 109.
[69] SCHULZE-DELITZSCH, 1863, p. 113.

Schulze ao Estado, baseada num argumento semelhante ao da indústria infante. O Estado teria o dever de educar os ainda "imaturos": "exigimos sua entrada nesse campo, sua proteção para aqueles que, consoante o ritmo da natureza, ainda não são autônomos nem o podem ser, especialmente por meio da educação para a autonomia". Essa melhor instrução se refletiria em maior capacidade de trabalho (ou produtividade), em melhores salários e teria o potencial de ajudar na melhoria da situação dos trabalhadores em geral.[70]

A outra fonte principal de melhorias da situação trabalhista era o aumento dos capitais privados. O capital era visto como por Schulze como necessário ao trabalho: capital e trabalho eram partes complementares. Sua concepção nesse quesito era ligada à doutrina do fundo de salários, segundo a qual os salários pagos eram deduções de um fundo disponível, do qual os empregadores deduziriam os salários.[71] Em última instância, os salários seriam deduções do capital acumulado ou do produto do trabalho prévio acumulado. Desse modo, seria pela via do aumento do estoque de capitais que os trabalhadores conseguiriam melhores salários. Nas palavras de Schulze:

> O que necessariamente eleva o número de empresários, a demanda por trabalhadores e, assim, melhora a posição dos trabalhadores é o crescimento dos capitais e o progresso do esforço produtivo.[72]

O contra-ataque socialdemocrata à argumentação de Schulze veio no ano seguinte, com o livro de Ferdinand Lassalle *O Sr. Bastiat-Schulze Delitzsch: o Juliano econômico ou 'Capital e Trabalho'*.[73] Lassalle estudara filosofia e história na Universidade de Breslau, sua cidade natal, e depois em Berlim, onde teve contato com as ideias dos "jovens hegelianos" e dos socialistas franceses. Durante os movimentos revolucionários de 1848/49, Lassalle esteve próximo de Marx, mas as convergências políticas entre os dois pensadores socialistas não duraram muito tempo. A divergência poderia ser resumida com a ideia de gradualismo: se Marx advogava a revolução como caminho para passar do capitalismo ao socialismo, Lassalle propunha uma rota mais evolucionista ou reformista. Suas principais propostas, nesse sentido, eram o sufrágio universal e o desenvolvimento de cooperativas de trabalhadores, organizadas pelo Estado, que levariam à socialização gradual da economia. A discordância com Schulze neste ponto

---

[70] SCHULZE-DELITZSCH, 1863, pp. 116-117.

[71] A doutrina do fundo de salários foi um importante elemento na teorização do mercado de trabalho feita pela economia política clássica britânica. Elementos dessa doutrina já estavam presentes em Adam Smith, mas sua versão mais rígida se firmaria com Malthus e McCulloch. Essa abordagem foi popularizada em debates políticos para argumentar, por exemplo, que greves seriam iniciativas fúteis, tendo em vista que o capital adicional, do qual possíveis aumentos salariais seriam deduzidos, era inexistente. Ver VINT, John. "Wages fund", in: *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Second Edition, 2008.

[72] SCHULZE-DELITZSCH, 1863, pp. 151-152.

[73] O título original é: LASSALLE, Ferdinand. *Herr Bastiat-Schulze von Delitzsch der ökonomische Julian oder: Kapital und Arbeit.* (1ª edição de 1864). Neue durchgesehene Auflage. Berlin: Vorwärts, 1912.

era clara: Lassalle confiava na ação do Estado, que deveria promover uma transição do sistema salarial para a produção autônoma dos trabalhadores.[74]

No livro de 1864, muitas foram as críticas dirigidas ao catecismo de Schulze. Seu eixo central era o ataque à ideia de que o indivíduo deveria determinar a análise da economia e o tipo de política econômica e social a ser adotada. Para Lassalle, a produção capitalista tinha caráter claramente social: na sociedade moderna, não existiria o indivíduo isolado do tipo "Robinson Crusoé" que poderia, com suas próprias forças, satisfazer suas necessidades.[75] Não faria sentido, portanto, falar num trabalhador individual que "troca apenas seu excedente" no mercado: afinal o trabalho produz, nesse sistema em que a produção é diretamente social, apenas valores de troca – e não de uso. No processo de produção de um gênero – Lassalle usou o exemplo de Smith com os alfinetes – haveria várias formas de trabalho distintas envolvidas, elevando, sim, a produtividade, mas sem que, ao final do processo, cada trabalhador tivesse um produto que pudesse levar ao mercado para trocar.[76]

Nesse tom geral de crítica ao individualismo de Schulze (à "obrigação de cuidar de si mesmo" ou "*Pflicht der Selbstsorge*"), Lassalle também enfatizou a diferença entre responsabilidade jurídica pelos próprios atos e responsabilidade no campo econômico. Na esfera jurídica, de fato, cada indivíduo seria responsável pelo que faz, mas mesmo nesse ponto Lassalle fez uma ressalva, baseada nas ideias de Savigny, da escola histórica de jurisprudência. Afirmou que, embora houvesse campo para a livre iniciativa, o direito em si não emanava de indivíduos "sendo cada um confiado a si mesmo", mas sim da coletividade do *Volksgeist*. No campo da economia, igualar responsabilidade jurídica e "autonomia econômica", como fizera Schulze ao propor suas cooperativas baseadas na solidariedade entre indivíduos autônomos, seria ainda mais absurdo, pois o indivíduo seria, na esfera econômica, "responsável pelo que não faz".[77] Lassalle argumentava que o trabalhador dependia de colheitas, por exemplo, e de fluxos e preços sobre os quais não tinha nenhum controle: "A ação individual, que no âmbito jurídico é produto da livre iniciativa, encontra sua especificidade, no campo econômico, somente através das inter-relações sociais".[78]

Lassalle defendia, assim, cooperativas que não deveriam ser baseadas na livre

---

[74] Para um panorama geral e resumido das ideias econômicas de Lassalle, ver BOTTOMORE, Tom. "Lassalle, Ferdinand (1825–1864)", in: *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Second Edition, 2008.
[75] LASSALLE, 1864 [1912], p. 31.
[76] LASSALLE, 1864 [1912], pp. 73-76.
[77] LASSALLE, 1864 [1912], pp. 34-37.
[78] LASSALLE, 1864 [1912], p. 40.

iniciativa dos indivíduos autônomos, mas, sim, organizadas pelo Estado, sob o "controle do povo trabalhador". Essa proposta seria incluída no Programa de Gotha (1875), elaborado sob influência das teses de Lassalle, pelo movimento socialdemocrata alemão. A proposta era que as sociedades cooperativas de produtores deveriam ser organizadas tanto na indústria quanto na agricultura, com ajuda do Estado, em ampla escala, de modo a permitir que a produção socialista emergisse dessas associações. Marx formularia duras críticas a essa proposta, enfatizando que a organização socialista do trabalho jamais poderia ser promovida "com a ajuda do Estado", devendo ser construída por meio do processo revolucionário mais geral, de transformação da sociedade.[79]

Lassalle fez também observações sobre a questão salarial, baseadas na ideia da "lei de ferro dos salários", teoria que colidia com a doutrina do fundo de salários, secundada por Schulze. Segundo essa perspectiva, numa conjuntura geral positiva, uma eventual alta dos salários tenderia a elevar a demanda por trabalho por parte dos operários, sobretudo devido ao aumento das famílias proletárias, o que anularia o ganho de renda inicial e poderia, inclusive, levar a salários mais baixos, num cenário posterior de baixa cíclica, com população expandida. Os salários da economia capitalista tenderiam, então, a manter-se sempre no nível de subsistência, se não houvesse nenhuma medida estatal a contrarrestar essa tendência.[80] A principal medida nessa direção seria, para Lassalle, a formação de associações produtivas de trabalhadores, com apoio estatal. Para garantir o respaldo público para suas pretensões, os trabalhadores teriam, portanto, de influenciar os rumos do Estado. Era esse um dos principais argumentos mobilizados por Lassalle na defesa do sufrágio universal. Embora o horizonte de ação política dos socialistas de Estado fosse distinto, o "fundador" do movimento, Karl Rodbertus, adotaria abordagem semelhante sobre os salários, manifestando pronunciado ceticismo quanto à possibilidade de estes se elevarem simplesmente como consequência do desenvolvimento capitalista em si.

Os debates, no âmbito do movimento socialista alemão, continuaram ao longo das décadas seguintes. Um marco importante do distanciamento de Marx com relação à socialdemocracia e às ideias lassalianas foi sua *Crítica ao Programa de Gotha*, de 1875, direcionada ao programa elaborado por ocasião da fusão de partidos que deu origem ao Partido Socialista dos Trabalhadores da Alemanha (SAPD, na sigla em alemão), neste mesmo ano. Em 1891, o partido, já rebatizado com seu nome atual de Partido

[79] As propostas do Programa de Gotha e suas respectivas contestações encontram-se em: MARX, Karl. "Kritik des Gothaer Programms" (1875), in: MARX, Karl und ENGELS, Friedrich. *Werke*. Berlin: Dietz, 1962, pp. 26-27.
[80] LASSALLE, 1864 [1912], pp. 44-45.

Socialdemocrata da Alemanha (SPD), adotaria proposições teóricas de cunho mais radical e marxista, sob a liderança intelectual de Karl Kautsky e Eduard Bernstein. Esse movimento de radicalização socialista, ocorrido logo após a suspensão da "lei dos socialistas" de Bismarck, que colocara o partido na ilegalidade entre 1878 e 1890, expressou-se no Programa de Erfurt, de 1891. Embora adotasse balizas teóricas que se distanciavam bastante do reformismo lassalliano, o texto de Erfurt continha propostas para a ação política prática que se coadunavam com o ideário de Lassalle, como sufrágio universal, jornada de trabalho de oito horas e proteção ao trabalhador. Deve-se entender o socialismo de Estado nesse contexto de vivas discussões sobre os rumos da classe trabalhadora alemã, em que se defrontaram visões de mundo de cuja variedade o debate Schulze-Lassalle foi apenas um exemplo.

A delimitação do movimento intelectual conhecido como "socialismo de Estado" pela historiografia não é das mais seguras. Há, de um lado, motivos para que se entenda esse fenômeno como parte integrante da linhagem historicista de pensamento econômico, lançando dúvidas sobre a necessidade dessa categoria adicional do "socialismo de Estado". Essas razões se relacionam com a diversidade dos seguidores da linha historicista e com o fato de que alguns representantes dessa proposta foram chamados de "socialistas" ou, mais precisamente, de "socialistas de cátedra" – *Kathedersozialisten*. Essa denominação, de forte conotação pejorativa, foi utilizada pelo pensador liberal Heinrich Bernhard Oppenheim para enfatizar a necessidade de se defender o pensamento liberal com origem na economia política clássica inglesa contra a "fundamentação ética" proposta por alguns economistas de língua alemã. Ademais, pensadores historicistas e socialistas de Estado estiveram juntos na fundação do *Verein für Sozialpolitik* compuseram, juntos, a maioria dos membros dessa associação.[81]

Existem outros motivos, todavia, que favorecem uma delimitação específica do socialismo de Estado. Um deles é que esses pensadores sociais não necessariamente se utilizavam do método histórico de pesquisa. Além disso, atribuíam ao Estado um protagonismo econômico que economistas historicistas, sobretudo da primeira geração, não necessariamente advogavam. Waldemar Koch corrobora essa ideia de uma diferenciação entre *Staatssozialismus* e outras linhagens. Em sua definição, trata-se de uma corrente no campo da política social, no século XIX e início do século XX, que

[81] Para uma discussão do significado dos termos "socialismo de cátedra" e "socialimos de Estado", ver: SCHULZ, 2013, p. 128. Para abordagens que tratam o socialismo de Estado como parte do movimento historicista ver: ASCHER, Abraham. "Professors as propagandists: The politics of the Kathedersozialisten", in: *Journal of Central European Affairs*, 23, n. 3, 1963, pp. 282-302; e também: RIHA, 1985, pp. 80-85; RIETER, 2002, pp. 148-152.

pretendia resolver os problemas sociais com medidas especificamente socialistas, tais como a estatização e a comunalização, desejando, porém, que essas soluções se dessem no âmbito do Estado vigente, em sua forma de monarquia constitucional. Para Koch, os principais representantes dessa linhagem seriam Karl Rodbertus e Adolph Wagner.[82]

Martin Heilmann também confere ao socialismo de Estado o caráter de linhagem específica de pensamento econômico e social: estudioso da obra de Adolph Wagner, Heilmann recusa os debates em torno do significado mais geral do socialismo de Estado, postulando a necessidade de revelar os conteúdos concretos designados com o conceito. E procede a uma descrição das definições dadas por Wagner para a corrente socialista de Estado, com a qual se identificava. A conceituação mais sintética dada por Wagner, em seu livro-texto de 1892, era de que o *Staatssozialismus* cumpria um papel de intermediação, na teoria e na práxis da economia, entre o individualismo e o socialismo. Do ponto de vista dos princípios, a doutrina e a política econômica estatal-socialistas estavam mais próximas do socialismo, pois consideravam desejáveis e realizáveis as demandas socialistas relacionadas ao reordenamento da propriedade, porém reconheciam a justeza e necessidade de uma medida de individualismo, salutar para os interesses da comunidade.[83] Heilmann identifica um elemento "idealista e ficcional" nessa conceituação, por pressupor um nível de decisão estatal, acima dos antagonismos sociais, capaz de definir a dosimetria "correta" entre o individual e o comum.[84]

Mais interessado na história das ideias relativas à economia do setor público, Jan-Pieter Schulz destaca, por exemplo, a especificidade da ciência das finanças públicas (*Finanzwissenschaft*) sustentada pelos socialistas de Estado, que questionava a ordem social vigente de forma enfática, propondo medidas redistributivas e uma ampliação geral, em escopo e extensão, das atividades do setor público. No geral, Schulz aceita a definição dada por Wagner de que o socialismo de Estado seria uma espécie de "elo" entre individualismo e socialismo, sugerindo, entretanto, que os ataques à ordem liberal não devem obscurecer a distância desses socialistas com relação ao socialismo "científico" de Marx e à prática política da socialdemocracia alemã. Se defendiam o fim do direito de herança, a tributação progressiva e a abolição da renda fundiária urbana, por exemplo, recusavam experimentos políticos e ideias utópicas ou revolucionárias. De

---

[82] Ver: KOCH, Waldemar. "Staatssozialismus", in: *Handwörterbuch der Wirtschaftswissenschaften*. Zugleich Neuauflage des Handwörterbuchs der Sozialwissenschaften. Band 3, 1977, pp. 212-234.

[83] WAGNER, Adolph. *Grundlegung der politischen Ökonomie*. 3. wesentlich um- teilweise ganz neu bearbeitete und stark erweiterte Auflage. Leipzig: Winter, 1892, p. 58.

[84] Ver: HEILMANN, Martin. *Adolph Wagner – ein deutscher Nationalökonom im Urteil der Zeit*. Probleme seiner theoriegeschichtlichen Würdigung im Lichte neuer Quellen. Frankfurt/New York: Campus Verlag, 1980, pp. 22-23.

forma mais atenuada, as concepções do socialismo de Estado poderiam ser, para Schulz, associadas a uma orientação da economia por princípios morais. Nessa perspectiva, outros autores poderiam ser incluídos nessa linhagem, para além de Rodbertus e Wagner, como Albert Schäffle e Gustav Cohn.[85]

Esses quatro pensadores tiveram alguma disseminação no Brasil, motivo pelo qual merecem destaque nos próximos parágrafos. Essa definição mais ampla comportaria, entretanto, outros intelectuais ligados às finanças públicas e às reflexões sobre política social, como: Wilhelm Volcke (1820-1906); Heinrich Herkner (1863-1932) e Gerhardt von Schulze-Gävernitz (1864-1943). Um economista como Schmoller, por exemplo, também poderia ser visto, em alguma medida, como socialista de Estado, mas seus escritos históricos, seu papel institucional e sua participação na controvérsia dos métodos fazem-no, precipuamente, um representante do historicismo. Nesse sentido, não é demais lembrar que esses esquemas de arrumação de pensadores devem ser vistos com ceticismo, entendidos como recursos explicativos que facilitam a compreensão do movimento das ideias econômicas no tempo, e não como delimitações rígidas. Pela difusão relativamente ampla da obra de Adolph Wagner no Brasil, sua trajetória intelectual é tema de uma seção especial no próximo capítulo.

Johann Karl Rodbertus (1805-1875), o mais velho deste grupo, tem sido considerado o fundador dessa linhagem estatal-socialista, conhecido por suas posições progressistas do ponto de vista da política social, à primeira vista incompatíveis com sua deferência ao Estado monárquico prussiano. Suas principais contribuições no campo da economia foram relacionadas à teoria da renda fundiária, ao tema da pobreza e à teoria das crises.[86] Rodbertus nasceu em Greifswald, na Pomerânia Sueca, onde seu pai era professor de direito romano e Conselheiro de Justiça. Convém lembrar que esta parte do atual norte da Alemanha esteve sob o domínio feudal do rei da Suécia, do fim da Guerra dos Trinta Anos (1648) ao período napoleônico. Seu avô, Johann August Schlettwein (1731-1802), considerado o principal receptor da fisiocracia na Alemanha, foi professor de estatística e ciências cameralísticas na Universidade de Gießen, entre 1777 e 1785. Rodbertus estudou direito em Göttingen (1823-1825) e em Berlim (1825-1826).[87]

Após alguns anos trabalhando no serviço público prussiano, Rodbertus dedicou-se, a partir de 1832, em Heidelberg e Dresden, a estudos no campo da economia, tendo

---

[85] SCHULZ, 2013, p. 131.

[86] Sobre Rodbertus, ver BRUZZI CURI, 2015, pp. 224-234; e BRUZZI CURI e LIMA, 2015, pp. 484-489. Parte dessa recapitulação a respeito da vida e obra de Rodbertus baseia-se nesses trabalhos anteriores.

[87] WENDT, Siegfried. "Rodbertus, Karl", in: BECKERATH, Erwin (Hrsg.). *Handwörterbuch der Sozialwissenschaften*. Band 9. Stuttgart: Fisher, 1956, p. 21.

complementado seu aprendizado com viagens à Suíça, França e Holanda. Nesses anos, tomou contato com os problemas que o ocupariam ao longo da vida, relacionados às tensões sociais associadas ao desenvolvimento econômico capitalista. Em 1835, adquiriu a propriedade rural "Jagetzow" nas proximidades de sua cidade natal, motivo pelo qual ficou conhecido pelo sobrenome Rodbertus-Jagetzow. Entre envolvimentos pontuais com a política e reflexões acadêmicas, Rodbertus permaneceu o restante de sua vida como produtor rural, obtendo relativo êxito na atividade.

Foram duas as incursões de Rodbertus na vida política alemã. A primeira se deu no bojo das Revoluções de 1848/49 na Confederação Germânica, quando, na qualidade de líder do "centro de esquerda" no âmbito do Parlamento de Frankurt, foi ministro da educação e cultura (*Kultusminister*) do gabinete Auerswald-Hansemann, mas desligou-se do cargo após 14 dias, em decorrência de discordâncias a respeito da questão da unificação alemã. Segundo Carl Dietzel, em sua biografia de Rodbertus, o motivo para a demissão teriam sido as condições impostas pelo governo prussiano para aceitar a nomeação do arquiduque Johann de Habsburgo-Lorena (Áustria) como chefe (*Reichsverweser*) da autoridade central, eleita pelo parlamento. Na prática, as condições minavam a autoridade da assembleia reunida em Frankfurt e impossibilitavam a unidade "alemã ampla" (com inclusão da Áustria), que se estava buscando articular naquele momento.[88] A segunda incursão política de Rodbertus, na esteira da fundação do Império Alemão nos anos 1870, foi ainda mais indireta, limitando-se a conversações em torno da fundação de um partido com o lema "monarquista, nacional, social" e da possibilidade de assumir um mandato pelo Partido Social-Democrata (SPD), muito embora Rodbertus apoiasse com entusiasmo o desempenho de Bismarck como estadista.

Do ponto de vista da produção intelectual, Wendt propõe uma divisão da obra de Rodbertus em três grupos principais: trabalhos de crítica social, sobre a situação dos trabalhadores na economia capitalista; pesquisas de história econômica, nas quais procurou embasar historicamente suas reflexões teóricas; e estudos sobre política agrícola.[89] Rodbertus tornou-se conhecido como fundador da corrente do *Staatssozialismus* sobretudo por seus escritos do primeiro grupo, que teriam inaugurado, nas palavras de Dietzel, uma "nova fase" da história das ideias sociais na Alemanha. Seria um pensamento socialista menos dependente do "fourierismo" e menos influenciado pelo radicalismo político, tendo, portanto, alguma originalidade analítica e metodológica.[90] No

[88] DIETZEL, H. *Rodbertus: Darstellung seines Lebens*. Jena: Fischer, 1886, p. 37.
[89] WENDT, 1956, p. 22.
[90] DIETZEL, 1886, p. 2.

Brasil, circularam esses escritos mais econômicos – e Rodbertus foi referido por Roberto Simonsen como "economista socialista", ao lado de Wagner, e não como pensador de questões agrícolas. Enfatiza-se aqui, por isso, essa produção de crítica social, voltada para a compreensão dos desequilíbrios do sistema econômico capitalista.

Schumpeter vê em Rodbertus um ricardiano, do ponto de vista da teoria do valor, mas destaca que proposições "modernas" puderam surgir a partir de um diagnóstico teórico pouco original. A ideia de que o trabalho é privado de "seu" produto devido a certos padrões institucionais do sistema capitalista levaria à proposta de se alterar esses padrões, por meio, por exemplo, da tributação. Foi uma das poucas propostas, surgidas no mundo predominantemente liberal da época, de se utilizar a tributação para uma finalidade redistributiva, diferente do provimento de receitas para o Estado. No geral, entretanto, Schumpeter é bastante crítico das elaborações teóricas de Rodbertus, sobretudo as relativas ao salário e às crises de subconsumo, e apoia Engels na recusa à ideia, difundida por alguns autores socialistas, de que suas ideias teriam sido "tomadas de empréstimo" por Marx. No máximo, Marx poderia ter aprendido com Rodbertus como evitar os erros mais crassos, ao lidar com a teoria ricardiana.[91]

Ainda assim, Schumpeter lista três obras de Rodbertus, consideradas as mais importantes. *Zur Erklärung unserer staatswirtschaftlicher Zustände* (*Explicação das nossas circunstâncias econômico-estatais*, 1842), *Sociale Briefe an von Kirchmann* (*Cartas sociais a von Kirchmann*, 1850-51, traduzido para o inglês em 1898 sob o título *Overproduction and crises*) e *Zur Erklärung und Abhülfe der heutigen Creditnoth des Grundbesitzes* (*Para explicação e solução do atual problema de crédito da propriedade fundiária*, 1868-69). Desse conjunto de escritos, as cartas a Kirchmann são especialmente relevantes para a questão da disseminação internacional, pois circularam no Brasil no início do século XX, mas em tradução diferente da inglesa, mencionada por Schumpeter. Em 1899, Adolph Wagner e Teophil Kozak publicaram, em Berlim, uma edição separada da quarta carta a Kirchmann, com o título *Das Kapital*. Essa edição, por sua vez, foi traduzida para o francês e republicada em 1904 pela editora parisiense Giard & Brière, no âmbito de seu catálogo de economia política. Tal tradução chegou ao Brasil, como atesta sua presença numa biblioteca especializada, como a da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo.[92]

---

[91] SCHUMPETER, 1954, pp. 506-507 e, sobre essa possível influência de Rodbertus nas formulações marxianas, ver: COLE, Douglas Howard. *Historia del pensamiento socialista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1957, pp. 31-32.

[92] A versão original alemã deste texto é RODBERTUS, Karl. "Das Kapital. Vierter sozialer Brief an von Kirchmann"(1854), in: RODBERTUS, Karl. *Gesammelte Werke und Briefe*. Abteilung I, Band 2. Osnabrück: Otto

A teoria das crises elaborada por Rodbertus em sua discussão com Kirchmann é um ponto central desta obra. Rodbertus atribuía a Kirchmann a ideia de que crises de superprodução – baixa do consumo, paralela à acumulação de estoques – seriam consequência da avareza dos empregadores, que, ao pagarem salários muito baixos, não dividiam os "retornos do capital" de forma equânime. Essa ideia foi, então, contestada por Rodbertus, que explicava essas crises por meio de uma tendência disruptiva da economia de livre mercado. As crises comerciais (*Handelskrisen*) não seriam "culpa" de uma classe social, mas um problema intrínseco à uma "circulação econômica" deixada à sua própria sorte: "a produtividade pode crescer a qualquer taxa, ao passo que a participação do salário no produto geral tende a decrescer".[93] Isso tornaria as massas de trabalhadores incapazes de consumir o produto de seu próprio trabalho, levando a uma situação de superprodução e subconsumo, seguida da acumulação de estoques invendáveis.

> Nas condições atuais, isto é, dada a expansão do princípio da livre circulação para a determinação dos salários e dado que a produtividade está crescendo, é estável a participação do salário na renda?[94]

O fato de a participação salarial não acompanhar o crescimento da produtividade era imputado por Rodbertus à extensão do princípio do livre mercado à negociação salarial. Em outras palavras, num mercado de trabalho desregulado, os capitalistas tenderiam a pagar o salário mais baixo possível. A solução para esse problema incluiria medidas positivas a serem tomadas pelo Estado, tendo como horizonte, no limite, a abolição da propriedade privada do solo e do capital. Esse objetivo, entretanto, só seria alcançado no longo prazo. O Estado deveria, como política mais imediata, influenciar diretamente os salários pagos, aferindo a exata participação de cada tipo de trabalho no produto final e determinando a remuneração correspondente.[95]

A obra de Rodbertus foi reavivada nas últimas décadas do século XIX devido ao entusiasmo de Adolph Wagner, que via em Rodbertus um antecessor importante. De fato, em 1878, três anos depois da morte de Rodbertus, Wagner publicou um artigo em que atribuiu à obra de Rodbertus papel importante no desenvolvimento das ideias econômicas na Alemanha, situando-o não só ao lado, mas "acima" de Lassalle, Marx e Engels. Ademais, em seu principal livro-texto, Wagner citou Rodbertus diversas vezes, fazendo-

---

Zeller, 1971. Esta edição das obras completas de Rodbertus contém um fac-símile da reimpressão de 1899 da "quarta carta". Para a tradução francesa, ver RODBERTUS, Karl. *Le capital*. Paris: V. Giard & E. Brière, 1904.

[93] RODBERTUS, 1854 [1971], p. 63.

[94] RODBERTUS, 1854 [1971], p. 58.

[95] WENDT, 1956, pp. 22-23.

lhe várias referências favoráveis, ao tratar de temas centrais para sua economia política, como a ideia de "economia nacional" (*Volkswirtschaft*). Wagner teve, no Brasil e em outros contextos externos à Alemanha, como os Estados Unidos, difusão bastante ampla, motivo pelo qual sua obra será tratada em separado, em seção do capítulo seguinte.

O próximo personagem ligado ao socialismo de Estado, Albert Schäffle (1831-1903), enseja uma viagem norte-sul: da Pomerânia de Rodbertus para o reino de Württemberg, no Sudoeste da Alemanha, mais urbano e economicamente pujante nesses meados do século XIX. Schäffle nasceu na cidade de Nürtingen, nas proximidades da capital de Württemberg, Stuttgart. Iniciou seus estudos no campo da teologia na cidade universitária de Tübingen, desligando-se do instituto no verão de 1849 por apoiar o levante ocorrido no reino vizinho de Baden, no contexto dos movimentos revolucionários de 1848-49. Segundo Fritz K. Mann, a vida de Albert Schäffle poderia ser dividida em duas metades: na primeira, Schäffle galgou, rapidamente, posições elevadas. Autodidata em economia e direito público, prestou o exame para a carreira administrativa pública em 1855 e doutorou-se no ano seguinte. Entre 1860 e 1868, lecionou, como professor ordinário, economia, ciência de polícia (*Polizeiwissenschaft*) e ciências do Estado na Universidade de Tübingen. Em paralelo, manteve constante atividade jornalística. Após uma primeira recusa em 1863, aceitou, em 1868, a oferta da Universidade de Viena, onde atuou nos círculos governamentais austríacos, chegando a ministro do comércio e agricultura do gabinete Hohenwart, entre 1871 e 1872.

Sua vida pública encerrou-se com a queda deste governo e, a partir daí, teria início a "segunda metade" da trajetória biográfica de Schäffle, mais marcada pela distância da vida acadêmica, motivada, entre outros, por discordâncias com o historicismo vigente. Ainda assim, manifestou sua opinião sobre diversos assuntos conjunturais, beneficiando-se de sua posição de editor da *Revista para as ciências gerais do Estado* (*Zeitschrift für die gesamten Staatswissenschaften*), editada em Tübingen. Seu livro *A quintessência do socialismo* (1875) atingiu relativa popularidade e chegou a ser proibido pelo governo prussiano. Não obteve sucesso ao pleitear, por meio de Bismarck, um posto influente na administração pública, confirmando-se sua distância dos assuntos políticos. Até sua morte, em 1903, em Stuttgart, atuou por conta própria como intelectual e professor nesta cidade.[96]

Schäffle foi um escritor prolífico, tendo escrito alentados volumes, sobre uma

[96] Para informações biográficas sobre Schäffle, ver: MANN, Fritz-Karl. "Schäffle, Albert" in: BECKERATH, Erwin (Hrsg.). *Handwörterbuch der Sozialwissenschaften*. Band 9. Stuttgart: Fisher, 1956, p. 103; KAESLER, Dirk. "Schäffle, Albert", in: *Neue Deutsche Biographie*, 22, 2005.

diversidade de assuntos. Sua maior influência, de acordo com a historiografia produzida até os anos 1950, teria sido nos campos da teoria social e das finanças públicas. As referências feitas por Rui Barbosa a Schäffle nos anos 1890 inserem-se no âmbito de uma discussão de política fiscal e, portanto, podem ser vistas como parte da apropriação da tradição estatal-socialista da *Finanzwissenschaft* alemã da segunda metade do Oitocentos. Nesse sentido, une esses autores – Rodbertus, Wagner e Schäffle – a ideia de que as finanças do Estado não podiam ser isoladas dos problemas econômicos e estatais mais gerais.

Schäffle, em especial, enfatizava o caráter político das finanças públicas. Esse momento político se expressaria na própria elaboração do orçamento: o principal desafio científico seria, nesse sentido, arquitetar formas de financiamento para os gastos decorrentes de decisões estatais. Do ponto de vista da organização geral da matéria proposta por Schäffle, no âmbito mais geral da "economia estatal" (*Staatswirtschaft*), haveria o subcampo da "economia das finanças" (*Finanzwirtschaft*), à qual caberia a determinação das necessidades materiais do Estado, postas por governo e parlamento. Nesse sentido, a ênfase da ciência das finanças públicas para Schäffle recaía sobre o lado da arrecadação, mais do que sobre os gastos, marcando uma diferença com relação à concepção de Adolph Wagner, por exemplo, que sublinhava a expansão dos gastos estatais como eixo de uma teoria das finanças públicas.[97]

Para Schäffle, ao investigar a ação estatal seria necessário levar em conta várias determinações concorrentes: econômicas, políticas e financeiras, relativas ao erário. Por meio do orçamento público, o Estado estaria numa interação íntima com o "processo de alimentação do corpo social".[98] Nesse raciocínio biológico, o Estado era visto como organismo de poder a serviço do direito, não lhe sendo bastante definir uma esfera individual e protegê-la. Seria necessário, para além de garantir segurança interna e externa, perseguir objetivos éticos de bem-estar social: para isso, o Estado deveria definir-se como esfera específica, distinta dos outros setores da economia. Schäffle foi, ainda, um dos primeiros pensadores alemães a relacionar essa concepção de Estado com a ideia de autarquia, que seria mobilizada em diversas ocasiões entre o final do século XIX e os anos 1930 para embasar políticas econômicas protecionistas e nacionalistas. Schäffle referia-se ao povo (*Volk*), por exemplo, como uma "comunidade viva autárquica, isto é, autossuficiente, de massas humanas coerentes interna e externamente". A forma mais

[97] SCHULZ, 2013, pp. 141-142.
[98] SCHÄFFLE, Albert. *Die Grundsätze der Steuerpolitik und die schwebenden Finanzfragen Deutschlands und Österreichs*. Tübingen: Laupp, 1880, p. 11.

sofisticada dessa comunidade seria o Estado-nação europeu em sua forma moderna.[99]

Embora a teoria do valor e do crescimento não seja o aspecto mais relevante da apropriação de Schäffle no Brasil, convém mencionar os questionamentos à ideia de que sua importância se teria restringido a alguns escritos políticos e ao campo da sociologia do Estado.[100] Knut Borchardt chama a atenção, em estudo dos anos 1960, para aspectos inovadores da teoria da concorrência monopolística formulada por Schäffle no livro *Teoria econômica das relações de oferta exclusiva* (*Die nationalökonomische Theorie der abschliessenden Absatzverhältnisse*, 1867). Distanciando-se de intepretações estáticas ligadas à justiça na remuneração de fatores, Schäffle concebia a renda de monopólio como "prêmio pelo progresso", colocando-a no centro do mecanismo de desenvolvimento econômico.[101] O progresso econômico tomaria seu rumo, portanto, a partir do estímulo a inovar fornecido pela renda monopolística e se estenderia para o conjunto da sociedade por meio do incentivo a copiar, à medida que a renda do pioneiro fosse "democratizada". Nas palavras de Schäffle, a renda (monopolística) seria "um pequeno preço que a sociedade paga por um maior benefício comum".[102]

Os paralelos dessas formulações com a teoria do desenvolvimento econômico formulada décadas depois por Joseph Schumpeter são claros e, nesse sentido, é de se notar que Schumpeter tenha sido um dos autores que contribuíram para a consolidação da ideia de que Schäffle foi pouco relevante do ponto de vista da teoria econômica.[103] Hagemann retoma essa discussão em 2008 e aponta para outros elementos da economia política de Schäffle, relacionados com essa ideia de inovação, que têm relevância ainda hoje: um exemplo é a questão do grau "ótimo" de proteção às patentes.[104] Mais do que buscar eventuais razões por trás desse "ocultamento" da influência de Albert Schäffle em Schumpeter, interessa aqui enfatizar que as ideias "teóricas" de Schäffle sobre a dinâmica do desenvolvimento econômico, das quais Schumpeter decerto tomou conhecimento, não eram tratadas de maneira isolada ou autônoma. Essas ideias não constituíam "a teoria",

---

[99] SCHÄFFLE, Albert. *Bau und Leben des sozialen Körpers*. 2. Aufl. 2. Band ("Specielle Sociologie"). Tübingen: Laupp, 1896, pp. 593-594.

[100] As biografias aqui citadas, de KAESLER, 2005, e de MANN, 1956, corroboram esta opinião.

[101] Para um panorama geral das contribuições "econômicas" de Schäffle, ver: BORCHARDT, Knut. "Albert Schäffle als Wirtschaftstheoretiker", in: *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, Bd. 117, Heft 1, 1961, p. 611 e pp. 624-625.

[102] SCHÄFFLE, Albert. *Die nationalökonomische Theorie der ausschliessenden Absatzverhältnisse, insbesondere des literarisch-artistischen Urheberrechtes, des Patent-, Muster- und Firmenschutzes nebst Beiträgen zur Grundrentenlehre*. Tübingen: Laupp, 1867, p. 29; ver também p. 22, pp. 42-47 e p. 268.

[103] As observações de Schumpeter em *História da análise econômica* são vagas e apontam para a irrelevância de Schäffle para a "análise econômica". Ver SCHUMPETER, 1954, p. 850.

[104] HAGEMANN, Harald. "Schumpeters Konjuktur- und Wachstumstheorie", in NECK, Reinhard (Hrsg.). *Die Österreichische Schule der Nationalökonomie*. Frankfurt am Main: Internationaler Verlag der Wissenschaften, 2008, p. 158.

que deveria ser "complementada" por observações acerca do Estado ou da política econômica. Tais proposições eram parte de um conjunto diversificado de contribuições ao campo amplo da ciência econômica alemã oitocentista, que incluía a área de finanças públicas e questões hoje vistas como relativas à sociologia do Estado. Mesmo o livro sobre a *Teoria das relações exclusivas de oferta* é um compêndio de recomendações práticas, em boa parte jurídicas, para a formulação de uma política de patentes e de proteção ao direito autoral.

O quarto pensador socialista de Estado assimilado no Brasil, que fecha a análise feita neste capítulo, é Gustav Cohn (1840-1919), referido por Rui Barbosa no âmbito das discussões de política fiscal pós-Proclamação da República. Cohn graduou-se em Leipzig (1866) e fez sua habilitação em Heidelberg (1869). Em seguida, lecionou na Escola Politécnica Báltica, em Riga, tendo participado, em 1872, da fundação do *Verein für Sozialpolitik*. Foi professor no Instituto Politécnico Federal de Zurique de 1875 a 1884, quando foi para Göttingen como professor ordinário. De acordo com seu biógrafo W. Braeuer, Cohn recusava a hipótese de que a utilidade individual seria o único impulso na vida econômica, posicionando-se ao lado da linhagem de Schäffle e Wagner, que pensavam a economia – e as finanças públicas em particular – em termos mais sociais. Gustav Cohn cuidou de demarcar certa distância do projeto historicista, ao afirmar, em obituário a Roscher, que o projeto da escola histórica era muito mais presente nas declarações programáticas do que nas obras produzidas de fato pelos economistas identificados com essa linhagem. Nesse sentido, Cohn se enquadrava bem na categorização de socialista de Estado.[105]

Seu livro-texto, *Sistema da economia política* (*System der Nationalökonomie*), cuja publicação iniciou-se em 1885, teve amplo alcance: os três volumes componentes desse *Sistema* – economia teórica, política econômica e ciência das finanças públicas – vieram a integrar o acervo da Faculdade de Direito de Porto Alegre, no início do século XX, como será examinado no capítulo 8. Ademais, o volume do *Sistema* relativo à *Finanzwissenschaft* foi traduzido para o inglês, pelo institucionalista norte-americano Thornstein Veblen. Em estudo aprofundado dessa tradução, Charles Camic aponta para o papel formativo que a tradução texto de Cohn teve na economia política Veblen, ajudando a moldar, por exemplo, sua proposta de uma reforma da ciência econômica que perseguisse uma via intermediária entre historicismo e raciocínio abstrato.[106] As apropriações norte-americana e brasileira apontam para uma centralidade das finanças

[105] COHN, Gustav. "Obituary. William Roscher", in: *Economic Journal*, vol. 4, No. 15, 1894, p. 559.
[106] Ver, sobre a tradução de Veblen: CAMIC, 2010, pp. 698-706.

públicas na obra de Cohn. Jan-Pieter Schulz, contudo, vê a maior relevância e originalidade de Cohn em seus trabalhos sobre a economia dos transportes. Exemplo nesse sentido seriam os dois volumes sobre a política ferroviária inglesa (1874 e 1875) publicados como resultado de pesquisa realizada por Cohn na Grã-Bretanha.

***

À guisa de conclusão para este capítulo, convém enfatizar que houve diversos pontos de contato entre a escola histórica alemã, em suas duas gerações, e o socialismo de Estado. No entanto, houve também distanciamento e certas especificidades. Grosso modo, é possível afirmar que o historicismo enfatizou mais o método, por mais que o resultado tenha sido não tanto a produção de uma ciência econômica lastreada na história, mas uma relativização da própria teoria econômica, uma tomada de consciência de sua historicidade. Os socialistas de Estado não se preocupavam tanto com a defesa e aplicação desse método, produzindo elementos de "uma sociologia econômica do Estado", sobretudo por meio de um enfoque social-reformista sobre as finanças públicas. Os discursos econômicos produzidos por essas duas linhagens nem sempre negaram a tradição da economia política clássica inglesa, nem mesmo o liberalismo. O nacionalismo de um Hildebrand e de um Knies era liberal, contrário à ideologia conservadora ligada à nobreza particularista.

Um denominador comum a esses sujeitos que pensaram o econômico na Alemanha oitocentista, cujas ideias foram, parcial e seletivamente, apropriadas no Brasil, parece ser a ideia de que "a teoria econômica" é parte de um discurso mais amplo e mais maleável. Era um campo de conhecimento menos específico, que englobava outros temas, para além da teorização sobre temas como valor, distribuição e consumo. Na primeira linhagem abordada, o discurso produzido alojava-se próximo da história; no caso da segunda, posicionava-se lado a lado a um conjunto de proposições sobre o Estado e a economia do setor público. A existência dessa especificidade decerto está ligada às origens intelectuais e pedagógicas cameralistas do discurso econômico produzido na Alemanha oitocentista, mais especificamente à importância dada, no âmbito amplo da economia, ao campo da administração pública e da política econômica, ambos de alguma forma herdeiros da velha ciência da polícia (*Polizeiwissenschaft*). Para terminar, algumas palavras, sobre esse estado de coisas escritas em 1841 por Friedrich List, personagem central na difusão Alemanha-Brasil, cuja trajetória será abordada no próximo capítulo:

> Os alemães, aqui diferentes de todas as nações, tratam as matérias da economia política em duas disciplinas separadamente. Sob a denominação de economia nacional, economia política, economia do Estado, ensinam a teoria do sistema cosmopolita de acordo com Smith e Say. No âmbito da ciência da polícia,

investigam em que medida a autoridade estatal tem por vocação atuar sobre a produção, distribuição e consumo de bens materiais.[107]

[107] LIST, Friedrich. *Das Nationale System der politischen Ökonomie*. (1ª edição de 1841). Basel/Tübingen: Kyklos/Mohr, 1959. Edição baseada no exemplar de List da reimpressão da obra, feita em 1844.

Capítulo 5

Algumas trajetórias pessoais

As três trajetórias apresentadas aqui – de Friedrich List, de Adolph Wagner e de Carl Landauer – foram escolhidas pela importância da difusão de suas ideias no Brasil. List foi um personagem central na defesa de estratégias protecionistas de desenvolvimento, sendo, dentre os personagens analisados aqui, o mais citado na historiografia como influência intelectual no Brasil e na América Latina de forma geral. Wagner foi um intelectual de grande prestígio internacional, explicitamente referido por todos os pensadores brasileiros estudados aqui, com exceção, até onde foi possível investigar, de Serzedelo Correia. Landauer, por sua vez, forneceu as bases teóricas para o lado "pró-planejamento" do debate, emblemático na história das ideias econômicas no Brasil, entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. A ausência de Gustav Schmoller neste capítulo pode causar alguma estranheza, já que é um dos economistas alemães mais conhecidos internacionalmente. Porém, vale frisar aqui que, a despeito de sua importância como representante de um dos lados na controvérsia dos métodos, as ideias de Schmoller não tiveram, no recorte temporal deste trabalho, a mesma disseminação dos pensadores focalizados aqui.

Para além desse motivo relacionado à disseminação internacional, esses três economistas representam perfis bastante distintos, por meio dos quais se pode, também, contar uma parte da história da economia política na Alemanha do longo século XIX. List nasceu no simbólico ano de 1789, e representou um perfil particular de pensador e ativista "anti-acadêmico" no século XIX, engajando-se pela causa da unidade alemã, das ferrovias e de uma agenda de política econômica que envolvia o fomento e a proteção às manufaturas. Seu tratado de economia – o *Sistema nacional* (1841) –, profundamente influenciado pelas discussões de política econômica norte-americanas, foi um manifesto de questionamento à "escola cosmopolita" de Adam Smith, que forneceu bases para uma postura relativizadora com relação aos princípios da economia política, assimilada por pensadores na Alemanha e fora dela.

Adolph Wagner representou um perfil bem descrito pela caracterização de Fritz Ringer dos "mandarins alemães".[1] Esses homens teriam sido intelectuais, em sua maioria professores universitários, detentores de um prestígio diferenciado numa sociedade em transição, na qual a posse fundiária já não atribuía *status* e a riqueza econômica ainda não era dotada da legitimidade que teria no capitalismo industrial maduro. No argumento de

[1] Sobre esse ponto, ver: RINGER, Fritz. *O declínio dos mandarins alemães*. (1ª edição 1969). São Paulo: Edusp, 2000.

Ringer, Wagner teria integrado esse grupo de eruditos, bastante influentes na Alemanha oitocentista, que derivavam seu prestígio das virtudes da ilustração e da sabedoria. Diante das transformações sociais em curso, esses mandarins tenderam a assumir posições conservadoras e defensivas, como foi, em parte, o caso de Wagner. Seu socialismo de Estado, no campo da economia do setor público, pode ser visto, portanto, como uma tentativa de conciliação entre um certo conservadorismo mandarim e a percepção da necessidade de reforma social. No campo da teoria monetária, Wagner foi bastante aberto à assimilação de ideias de origem britânica, numa postura que contrastaria com seu nacionalismo anti-inglês do contexto pré-Primeira Guerra. Em suma, Wagner representou o auge da tradição alemã oitocentista que, herdeira da *Nationalökonomie* de início do século, gozou de prestígio na Europa, nos Estados Unidos, no Japão – e no Brasil.

Carl Landauer, por sua vez, esteve associado ao processo de declínio da influência intelectual alemã no mundo, sendo, ele mesmo, um exemplo de economista *émigré*, no sentido trabalhado por Hagemann e Krohn. Formado ainda na tradição oitocentista alemã, Landauer era influenciado pela escola austríaca e pelas teorias do ciclo econômico em voga na Europa germânica. Teve participação importante, como jornalista de economia, nos debates de política econômica da República de Weimar, posicionando-se contra as propostas "proto-keynesianas". Enfatiza-se aqui a importância que Landauer atribuía ao planejamento e ao Estado, não no sentido dos mandarins, de "moldar" a esfera econômica a certos princípios éticos e legais, mas, sim, como meio de se atingir o "ótimo alocativo", em sentido neoclássico.

5.1. Friedrich List: relativizando a ciência e a política econômica

List é talvez, depois de Karl Marx, o economista de origem germânica cujas ideias mais se disseminaram para outros contextos nacionais. No Brasil e na América Latina em especial, seu nome foi presença constante em debates envolvendo comércio internacional e protecionismo. Sua metáfora da indústria infante, que propunha a proteção para certos setores manufatureiros até atingirem plenas condições de competição com as indústrias similares no estrangeiro, foi amplamente utilizada para defender aumentos de tarifas comercias e para atacar acordos de livre comércio. Para além dessa difusão bastante ampla, a obra de List apresenta especificidades que justificam seu estudo à parte. Em primeiro lugar, as elaborações listianas são, em si, um exemplo de difusão internacional do pensamento econômico, uma vez que as viagens de List – e sua estadia nos Estados Unidos em particular – proporcionaram-lhe o contato com ideias e questões que o levariam à elaboração de seu "sistema nacional". Em segundo, sua obra não se encaixa

exatamente em nenhuma das tradições de pensamento econômico alemão que lhe foram contemporâneas, muito embora ao longo da segunda metade do século XIX, List tenha sido referido como autoridade, sobretudo por sua crítica e relativização dos achados da economia clássica, por historicistas e socialistas de Estado. Em suma, teve uma trajetória intelectual e biográfica bastante peculiar.

Friedrich List nasceu nos anos finais do século XVIII. Embora sua data exata de nascimento seja desconhecida, foi batizado no dia 6 de agosto de 1789, tendo passado os primeiros anos de sua infância em Reutlingen, na região histórica da Suábia, situada no sudoeste do atual território alemão. List teve uma vida marcada pela instabilidade: longe de ser um *scholar* estabelecido como, por exemplo, Adolph Wagner, List foi funcionário governamental, preso político, professor universitário, homem de negócios, editor, lobista, emigrante e diplomata. Acima de tudo, List foi um viajante: fugindo de condenações político-judiciais, passou períodos curtos na França, em 1824. Em seguida, emigrou para os Estados Unidos em 1825, também como forma de assegurar sua liberdade. O período americano durou até 1830, quando voltou à Europa como cônsul dos EUA em Hamburgo. Sua indicação, todavia, não foi confirmada pelo Senado americano e List retornou aos Estados Unidos no mesmo ano. O retorno definitivo à Europa se deu em 1833, como cônsul americano em Leipzig. De 1837 a 1840, período em que escreveu o *Sistema nacional de economia política*, List foi jornalista em Paris. Passou seus últimos anos na Alemanha, entre o jornalismo e a defesa da elevação da tarifa externa comum do *Zollverein*. Sofrendo de depressão severa (causada, entre outros fatores, por intermináveis dificuldades financeiras) e de um complexo de perseguição, List cometeu suicídio em 1846, em Kufstein, na região do Tirol, durante uma viagem de convalescença.

A vida de List esteve diretamente relacionada com seu projeto intelectual: a construção de sua noção de nacionalismo econômico foi um produto de suas lutas pelo estabelecimento da união aduaneira alemã e pelo desenvolvimento ferroviário dos estados germânicos. Sua viagem aos Estados Unidos teve, nesse sentido, papel definidor do que seria sua abordagem das relações entre comércio internacional e desenvolvimento econômico. Durante sua estadia na Pensilvânia, escreveu as cartas que resultaram na publicação de *Outlines of American political economy*, em 1827, obra que lança as bases para sua interpretação da questão do protecionismo. Na interpretação de Keith Tribe, a teorização de List originou-se em debates norte-americanos, mais do que nos alemães. De fato, os textos listianos não apresentam semelhança com os tratados produzidos no âmbito da *Nationalökonomie* alemã do início do século XIX. Comparada com esses escritos, a

obra de List tinha caráter jornalístico: as referências acadêmicas eram escassas e a sistematização não seguia os esquemas pedagógicos habituais em tratados como os de Rau, Roscher e Wagner. List tampouco produziu estudos históricos-monográficos significativos, conforme a proposta historicista. De forma a captar essa tensão entre influência norte-americana e nacionalismo alemão, o exame da obra de List, nos próximos parágrafos, passará por uma análise de seu período americano e, em seguida, do *Sistema nacional*, desembocando em considerações sobre as possibilidades de apropriação de seu pensamento econômico e de sua agenda política.

List e o "sistema americano"

Os motivos para a emigração de List para a América foram relacionados à sua atuação política na Alemanha. Nos anos anteriores à partida para o outro lado do Atlântico, List trabalhou na burocracia pública de Württemberg, haja vista que sua cidade natal, antes autônoma no Sacro Império, tornou-se parte do Reino de Württemberg após as invasões napoleônicas. A partir de sua atuação no Ministério do Interior, como diretor de finanças, List desenvolveu preocupações relacionadas à reforma universitária e defendeu a melhoria do treinamento de funcionários públicos. Mesmo não possuindo grau acadêmico, foi convocado em 1818 pelo ministro da educação do reino, Karl-August von Wangenheim, para lecionar administração pública na tradicional Universidade de Tübingen, cidade próxima da capital, Stuttgart. Com a queda de Wangenheim, List perdeu a posição acadêmica em maio de 1819, pois os outros professores não o consideravam qualificado para o cargo. Nesse contexto, também foi dispensado de suas funções como funcionário público, devido a suas atividades políticas "no estrangeiro", isto é, em outros Estados alemães. Nesses anos, List manifestou-se politicamente na imprensa, por meio de artigos que propunham reformas na Confederação Germânica. Em 1819, entrou na cena política mais diretamente, ao tornar-se um dos fundadores, em Frankfurt, da União dos Mercadores e Manufatores Alemães, tendo sido eleito secretário e consultor da associação. Esse trabalho se deu em paralelo com a atividade parlamentar: em 1820, List foi eleito deputado, representando sua cidade de Reutlingen na assembleia de Württemberg. Suas propostas políticas eram radicais para o momento, enfatizando a unidade alemã como objetivo maior e a liberdade de expressão como pré-condição para o sistema constitucional e a liberdade civil. Seus inimigos políticos, secundados pelo rei, acusaram-no de subversão, levando a sua expulsão do parlamento e à condenação a dez anos de prisão. List fugiu, então, para Estrasburgo em 1822 e morou em vários Estados

alemães e na Suíça até tentar retornar para Württemberg em 1824.[2]

Esse período de errância forçada se mostraria importante na vida posterior de List, pois nesses anos teve contato com o Marquês de Lafayette, que lhe propôs a viagem aos Estados Unidos. Em seu retorno a Württemberg em 1824, frustraram-se as esperanças que depositava num pedido de clemência: acabou preso, porém foi solto após cumprir parte da sentença, com a condição de que deixasse o reino. A partida para Nova York se deu em junho de 1825, atendendo o convite do General Lafayette, que neste momento fazia seu "*grand tour*" pelos Estados Unidos. List teve contato com Lafayette e sua comitiva, conhecendo personagens importantes na cena política norte-americana, como o próprio presidente John Quincy Adams. Após curto período como fazendeiro, List estabeleceu-se na cidade de Reading, na Pensilvânia, onde tornou-se editor de um jornal de língua alemã o *Readinger Adler*. Aproximou-se com sucesso dos círculos empresariais de Filadélfia, que se tornaram entusiastas de seus escritos.

Esses homens de negócio reuniam-se em torno da Sociedade da Pensilvânia para Promoção das Manufaturas e das Artes Mecânicas, como parte do processo de diferenciação de interesses em curso nos Estados Unidos. Em linhas gerais, o norte em vias de industrialização opunha-se ao sul, agrário e escravista. Essa divisão, porém, era mais complexa, pois o antigo noroeste americano[3] também estava se desenvolvendo em bases sobretudo agrárias. Ademais, as elites mercantis da Nova Inglaterra, articuladas em Boston, estavam mais interessadas na navegação e no comércio de importação e exportação. De acordo com Margaret Hirst, o "norte protecionista" compunha-se dos estados considerados do meio-oeste setentrional, na geografia norte-americana daquele momento: Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia, Kentucky e Ohio. Nesse processo de diferenciação de grupos de interesse, com enraizamento econômico e geográfico, um *lobby* protecionista começou a ganhar força nos anos 1820. Foi nesse contexto que List escreveu, em 1827, suas cartas ao vice-presidente da Sociedade da Pensilvânia para Promoção das Manufaturas, Charles Ingersoll, as quais apareceram em jornais e depois foram reunidas e publicadas sob o título de *Outlines of American Political Economy*. As cartas tiveram boa recepção, contribuindo para que List se tornasse figura conhecida nos meios industrialistas americanos: no mesmo ano de 1827, List foi convidado de honra em

[2] Os dados biográficos de List foram retirados de duas fontes principais: HIRST, Margaret. *The life of Fredrick List and selections from his writings*. London: Smith, 1909; HENDERSON, William. *List: economist and visonary 1789-1846*. London: Frank Cass, 1983.

[3] A área correspondente ao Território do Noroeste, que foi se desdobrando em estados incorporados à união norte-americana ao longo da primeira metade do século XI, corresponde, aproximadamente, aos atuais estados de Ohio, Indiana, Illinois, Michigan e Wisconsin.

solenidade da Sociedade para Proteção das Manufaturas. Essa instituição, ademais, encomendou a List um tratado de economia política no qual deveria desenvolver seus argumentos teóricos em favor do protecionismo e da causa manufatureira. O projeto, no entanto, não chegou a ser concluído e os *Outlines* ficaram como o principal legado intelectual do período de List nos Estados Unidos.[4]

Segundo Keith Tribe, as principais influências de List nesse conjunto de textos foram Alexander Hamilton e Daniel Raymond. A Sociedade para Proteção das Manufaturas reimprimiu o famoso *Report on Manufactures* (1791), de Hamilton, em 1824 e 1827 e, conforme Tribe observa, existem reproduções fiéis de trechos desta reedição do *Report* num texto que List publicou em 1828. Para Hamilton, a única maneira de os Estados Unidos atingirem o objetivo de desenvolver agricultura e manufatura de forma combinada e virtuosa, no contexto pós-Independência, seria a adoção um sistema de tarifas. Essa seria uma forma de proteger a jovem indústria norte-americana das vantagens usufruídas por suas congêneres europeias, mais maduras. Hamilton reconhecia que, no "sistema da liberdade perfeita", não haveria problema no fato de os EUA se especializarem em produtos agrícolas. Esse sistema, muito embora fosse desejável, não prevalecia na realidade, já que os Estados Unidos não conseguiam intercambiar seus produtos com a Europa em condições de igualdade. List assimilaria essa raciocínio em seus escritos posteriores: a diferença entre os níveis de desenvolvimento manufatureiro de duas nações impedia que estas praticassem o comércio em igualdade de condições e demandava, portanto, medidas de proteção que evitassem a especialização indesejada.[5]

List teria assimilado de Daniel Raymond a distinção entre riqueza nacional e riqueza individual. Se a riqueza individual consistia nas posses que permitiam a cada um obter certa quantidade de necessidades básicas e confortos, a riqueza nacional seria definida em termos da capacidade para adquirir tais itens. No raciocínio de Raymond, a falha em perceber essa distinção fundamental levara Smith a entender o processo de acumulação como resultado da frugalidade – e não como desenvolvimento de recursos em nível nacional. Assim, economia privada e economia pública eram vistas como distintas, sendo esta última diferente de um agregado de entidades individuais. Por isso, a nação deveria ser objeto de uma política nacional, não podendo ser guiada por uma eventual resultante virtuosa de múltiplos interesses divergentes.[6]

Essa argumentação se refletiria na conceituação listiana da nação como entidade

[4] HENDERSON, 1983, pp. 70-71; HIRST, 1909, pp. 38-45.
[5] TRIBE, 1995, p. 50.
[6] TRIBE, 1995, p. 53.

específica a demandar uma política econômica adaptada às suas circunstâncias. Ademais, Daniel Raymond era uma espécie representante intelectual dos interesses econômicos aos quais List havia se associado em seus contatos na Pensilvânia com a Sociedade para Proteção das Manufaturas. De alguma maneira, o conflito norte-sul se reproduzia no plano das ideias econômicas. As duas principais correntes no final dos anos 1820, formadas em oposição ao clericalismo dominante nos *colleges*, eram o pensamento do sul, representado pela reação a Jefferson em seguida à sua morte, cujo porta-voz era Thomas Cooper, e o pensamento protecionista mais ligado ao norte, também referido como escola do "sistema americano", centrado em torno da figura de Matthew Carey, a cujas ideias Raymond aderia. Em 1826, os membros da Sociedade encomendaram a List uma resenha crítica para um livro de Cooper: dessa forma, era natural que List se baseasse em Raymond para estruturar seus escritos americanos.

Entre as cartas que compõem os *Outlines* publicados por List em 1827, destacam-se aqui três, que contêm argumentos depois incorporados ao *Sistema nacional*, publicado em 1841, já na Alemanha. Ademais, as cartas contêm ideias que teriam papel fundamental na recepção da obra de List, dentro e fora da Alemanha. Na primeira carta a Ingersoll, datada de 10 de julho de 1827, List estabeleceu a distinção teórico-metodológica, frequente em sua elaboração daí em diante, entre três campos do conhecimento econômico: economia individual, economia nacional e economia da humanidade. De acordo com List, Adam Smith teria se preocupado apenas com o primeiro e o terceiro aspectos da economia, ignorando a "economia nacional". Embora reconhecesse o mérito científico do sistema smithiano, List salientava que Smith pressupunha um mundo sem nações: nesse sentido, o sistema se aplicaria para o estudo das interações entre a economia individual e a economia da humanidade em geral.[7]

De fato, se o mundo fosse constituído de nações unidas segundo o modelo dos estados norte-americanos, o livre comércio, por exemplo, seria benéfico para todos – e não haveria necessidade de se preocupar com a economia nacional. No entanto, essa não era a situação do mundo: este se encontrava, sim, dividido em nações, fazendo-se necessário o estudo da "economia nacional". Nas palavras de List, caberia à "economia nacional" ensinar os meios pelos quais uma nação "em sua particular situação, pode dirigir e regular as economias individuais e restringir a economia da humanidade, com vistas a evitar as restrições externas ou a incrementar suas próprias forças produtivas".[8] Essa proposta listiana de um conhecimento econômico adaptado à realidade espaço-temporal específica

[7] LIST, Friedrich. *Outlines of American Political Economy* (1827), in: HIRST, 1909, p. 153.
[8] LIST, 1827 [1909], p. 155.

de uma nação tornaria o pensamento de List atraente para a jovem escola histórica alemã e para pensadores e ativistas ao redor do globo, interessados no questionamento dos princípios "generalizantes" da teoria econômica clássica.

Esse argumento foi desenvolvido na quinta carta, em cuja abertura List afirmava que "cada nação tem sua própria economia política". Isso significa que, no âmbito da economia nacional, o efeito das medidas e dos eventos é diferente, de acordo com as circunstâncias nas quais as distintas nações existem. A única observação geral que se poderia fazer, segundo List, era que, se promovem as forças produtivas da nação, as medidas e eventos são benéficos.[9] Nessa carta, a proposta listiana ganhava contornos mais concretos, a partir da proposição de perguntas sobre a política econômica, cuja resposta era variável, conforme o país ou região em questão. Por exemplo: o crescimento populacional ajuda a perseguir o objetivo da economia política? Nos Estados Unidos, certamente, mas não na China ou no Hindustão. Em países onde alimentos eram escassos e o trabalho, superabundante, a emigração deveria ser vista como "bênção".[10] Sobre as restrições comerciais: eram igualmente efetivas e aconselháveis em todos os países? Não, respondia List: no México e nas repúblicas meridionais americanas, seria insensato não importar mercadorias estrangeiras em troca de seus metais preciosos e matérias-primas. Sua população, ainda indolente e ignorante, deveria, num primeiro passo, ser conduzida à fruição de hábitos mais laboriosos e à melhoria de suas condições sociais e intelectuais. Argumentos similares se aplicavam à Rússia, onde os czares deveriam dar mais liberdade às cidades, e à Espanha, que deveria livrar-se da superstição, do absolutismo e dos mosteiros. Em poucas palavras, para fomentar manufaturas, era necessário haver "um certo estoque de liberdade, de segurança, de instrução". Nos Estados Unidos, List insistia, esses recursos estavam disponíveis à sobeja.[11]

Porém, mesmo no caso americano, perguntava em seguida, deveriam todos os tipos de manufatura ser fomentados com o mesmo cuidado? Definitivamente, a resposta era não. O incremento das forças produtivas só poderia ser induzido em resposta às condições específicas em que se encontrava cada país. No caso dos EUA, as manufaturas a serem fomentadas seriam aquelas que empregassem muitos trabalhadores e consumissem grandes quantidades de produtos agrícolas e matérias-primas naturais. Além disso, deveriam apoiar-se no uso da maquinaria e em significativo consumo interno. Como exemplos, List citava os seguintes ramos: produtos químicos, beneficiamento de lã e

[9] LIST, 1827 [1909], p. 203.
[10] LIST, 1827 [1909], p. 204.
[11] LIST, 1827 [1909], p. 206.

algodão, ferro, cerâmica, ferramentas e utensílios metálicos. No caso de artigos finos e de luxo, por outro lado, a proteção não deveria ser encorajada nesse estágio de desenvolvimento dos Estados Unidos, pois sua importação, a um custo baixo se comparado ao do similar nacional, poderia tornar esses produtos mais difundidos, estimulando as forças produtivas nacionais a, no futuro próximo, produzi-los a custos atraentes.

Em seguida, List examinou outros fatores, para além da proteção tarifária, que poderiam ser benéficos para a consecução de seu objetivo de incrementar as forças produtivas nacionais. De novo, as diferenças entre países teriam papel determinante. A parcimônia, por exemplo, era vista como benfazeja no caso do país novo. O fazendeiro que economiza toda sua renda para reinvesti-la na melhoria de sua propriedade e no aumento de seu capital, andando descalço e confeccionando a própria roupa, estaria contribuindo para o incremento das forças produtivas, pois, no país novo, essa seria a única via para o aperfeiçoamento da terra. Já no país ocupado, caso da Inglaterra, tal nível de parcimônia reduziria as forças produtivas, pois, nas palavras de List, não seria possível ao chapeleiro e ao sapateiro ganhar seu pão num país em que fazendeiros não vestem chapéus e sapatos.[12] Um raciocínio similar foi aplicado ao caso do "desenvolvimento intelectual", quando List fez a pergunta: seriam os advogados, físicos, juristas, sacerdotes, literatos, etc., tomados em seu conjunto, benéficos para o crescimento das forças produtivas? Na Espanha, por exemplo, serviam apenas para rebaixar o povo, nutrir a indolência e tornar o ócio mais agradável ao ocioso. Já nos Estados Unidos teriam o potencial de aumentar muito as forças produtivas, ao melhorar a mente e a moralidade do povo e proporcionar recreação aos que necessitam de adquirir forças para novas atividades.[13] Nesta quinta carta a Ingersoll, as propostas listianas tornavam-se o esboço de um programa de política econômica, baseado, sobretudo, na concepção de que as medidas de política econômica com vistas ao incremento das forças produtivas deveriam ser responsivas às circunstâncias espaciais e sociais em que eram aplicadas. Isso pressupunha uma análise econômica também relativa a cada caso. A proteção alfandegária teria papel preponderante nesse esquema, mas não em todos casos.

Na oitava carta, List apresentou um embasamento mais teórico para proteção às manufaturas nacionais: em linhas gerais, o argumento pode ser dividido em duas justificativas principais. A primeira era relativa à escala. Nas palavras de List, qualquer homem de negócio sabia que um empreendimento manufatureiro dependeria de vendas

[12] LIST, 1827 [1909], p. 208.
[13] LIST, 1827 [1909], p. 209.

suficientes e rápidas, de forma a cobrir os juros do capital adiantado, os custos de produção e os ganhos do empreendedor. Nesse sentido, a garantia do mercado interno às manufaturas nacionais poderia permitir a certos setores produtivos atingir este "ponto" a partir do qual a quantidade produzida era suficiente para manter o negócio.[14] Ademais, era importante que essa demanda doméstica fosse não somente ampla, mas também estável, pois essa estabilidade permitiria, ao longo do tempo, elevar a lucratividade dos negócios, além de melhorar o método de produção e o nível de acabamento dos produtos. Uma "tarifa judiciosa" seria o melhor meio de assegurar essa estabilidade, pois permitiria uma medida salutar de isolamento, de proteção, com relação às vicissitudes dos mercados externos.[15]

A segunda linha argumentativa era uma resposta ao argumento livre-cambista de que se deva adquirir um bem no estrangeiro sempre que o custo fosse menor do que o da manufatura nacional. List contrapunha: a importação reduziria os custos no curto prazo, porém por anos a fio a não instalação de certos setores acarretaria custos elevados, a serem sentidos sobretudo em períodos de tensão, como as guerras. Ademais, a capacidade de consumo de um bem importado ficaria sempre restrita pela disposição do mercado internacional a absorver certos produtos domésticos. As importações americanas de tecidos ingleses, por exemplo, estariam sempre condicionadas à propensão britânica a adquirir "provisões e matérias-primas" norte-americanas.[16] O restante do texto de List, no panfleto formado pelas cartas a Ingersoll, dedicava-se principalmente à crítica das políticas comerciais britânicas e à reafirmação, em particular na última carta, de que a política econômica a ser promovida pelo "sistema americano", consubstanciada na tarifa aduaneira, não seria benéfica apenas para os setores manufatureiros, mas, sim, para o todo da sociedade estadunidense.

O sistema nacional de economia política

List permaneceu ainda alguns anos nos EUA, bastante envolvido em questões políticas e em controvérsias intelectuais com seus adversários livre-cambistas. Chegou a participar na campanha eleitoral de 1828, que opôs John Quincy Adams e Andrew Jackson, sendo este vitorioso. Em suas colunas no *Readinger Adler*, List apoiou Jackson. Em 1830, seus interesses em retornar à Europa se renovaram, baseados em sua convicção de que o regime recém-instalado em Paris após as Jornadas de Julho, com ascensão do

[14] LIST, 1827 [1909], p. 231.
[15] LIST, 1827 [1909], pp. 236-238.
[16] LIST, 1827 [1909], p. 234.

“rei burguês” Luís Filipe, estaria disposto a fomentar o crescimento econômico por meio da construção de ferrovias. Ademais, nutria esperanças de obter encomendas de antracito na França e na Alemanha, de modo a incrementar os retornos de seus investimentos em minas da Pensilvânia. Por isso, planejou ir primeiro à França para depois seguir à Alemanha. Naturalizado cidadão americano, List obteve de Jackson, em 1830, a nomeação para cônsul americano em Hamburgo. Sua indicação, no entanto, não foi referendada pelo Senado, de forma que, mesmo tendo partido para a Alemanha, List não assumiu seu posto em Hamburgo. Retornou aos EUA em 1831, depois de ver frustradas suas expectativas quanto aos negócios na França, para buscar sua família, retornando à Europa em 1832, em definitivo.[17]

Em 1833 List estabeleceu-se em Leipzig, onde assumiu o posto de cônsul dos Estados Unidos no ano seguinte, embora não se tenha dedicado de forma prioritária à função. Como jornalista e escritor, voltou-se para a promoção das causas da unidade alemã e do transporte ferroviário. Fundou e editou o *Eisenbahn Journal und National Magazin*, dedicado à promoção da construção de ferrovias, vistas como pré-condição para o êxito da unidade alemã. Para além da defesa político-ideológica, seu engajamento como membro do “comitê de planejamento” foi decisivo para a construção da primeira ferrovia regular dos estados germânicos, ligando as duas principais cidades da Saxônia, Leipzig e Dresden, estabelecida em 1837.[18] Este ano marcou também mais um ponto de viragem na vida de List. Sua candidatura para administrador da recém-fundada linha férrea foi recusada, assim como se frustraram suas esperanças de obter algum posto no ramo ferroviário em algum estado alemão. Ademais, seus negócios iniciados nos Estados Unidos faliram de forma irreversível – e List perdeu seu capital. Seguiu-se então, nova estadia na França, de 1837 a 1840, período em que List produziu duas sistematizações de seu pensamento.[19]

A primeira dessas obras de síntese foi o *Sistema natural de economia política*, enviado a um concurso promovido pela Academia Francesa de Ciências Morais e Políticas, em 1837, que oferecia um prêmio ao autor de um ensaio que encontrasse uma maneira de conciliar os interesses de produtores e consumidores, mantendo, ao mesmo tempo, o livre comércio. Embora não tenha havido vencedor na competição, o texto de List foi incluído no grupo de três “obras notáveis”. Segundo Henderson, o principal

[17] HENDERSON, 1983, pp. 72-75.
[18] HENDERSON, 1983, pp. 78-80; SZPORLUK, Roman. *Communism and Nationalism: Karl Marx versus Friedrich List*. Oxford: Oxford University Press, 1988, p. 111.
[19] HENDERSON, 1983, p. 81; SZPORLUK, 1988, pp. 113.

objetivo do texto era explicar como, por meio do estímulo às suas forças produtivas, um país poderia desenvolver novas indústrias e elevar o padrão de vida de seu povo.[20] Para além disso, seguindo a leitura de Keith Tribe, List já avançava nesse texto seu esquema de interpretação da história econômica, baseado nos estágios de desenvolvimento.[21] O ensaio só foi publicado em 1927, por ocasião da edição das obras completas de List, de forma que seu papel como instrumento de difusão do pensamento listiano foi relativamente menor, se comparado com as cartas americanas e com o *Sistema nacional de economia política*, escrito alguns anos depois, ainda em Paris.

O livro foi escrito em 1839 e 1840, em alemão, e publicado em abril de 1841, em Stuttgart, pelo editor Johann von Cotta, amigo de Friedrich List. O sucesso de vendas foi imediato: a primeira edição esgotou rapidamente; houve uma reedição (1844) e várias reimpressões antes da morte de List, em 1846. O *Sistema nacional* foi sua obra mais abrangente, abarcando, além da teorização econômica, sua interpretação da história, da sociedade e das relações internacionais. O volume foi organizado em quatro partes (ou "livros"), que abarcaram, nesta ordem, a trajetória histórica de nações em particular, a teorização de princípios básicos, a comparação entre "sistemas econômicos" e um esboço de algumas estratégias de política econômica.

Já na introdução, List desenvolveu o esquema que orientaria sua interpretação de cada história nacional particular, no livro I. Sua teoria da "educação econômica das nações"[22] se desdobrava nos seguintes estágios: selvagem, pastoril, agrícola, agrícola-manufatureiro e agrícola-manufatureiro-comercial. Este último estágio, referente à nação capaz de importar somente as matérias-primas e exportar manufaturados, seria representado somente pela Grã-Bretanha. Generalizando o argumento presente já nos *Outlines*, List deixava claro que as primeiras transições – para o estágios pastoril e agrícola – se beneficiariam do comércio livre com as nações "civilizadas", isto é, pertencentes aos últimos estágios na escala evolutiva. A passagem, porém, do estágio agrícola para o agro-manufatureiro e deste para o final, só aconteceria espontaneamente se as nações vocacionadas à constituição de um sistema manufatureiro tivessem seguido trajetórias sincrônicas de "educação econômica", ou seja, se o desenvolvimento de cada nação se desse como processo independente dos demais. Em outras palavras, List argumentava que guerras e sistemas aduaneiros já constituídos, por exemplo, colocavam

[20] HENDERSON, 1983, p. 83.
[21] TRIBE, 1995, pp. 58-59.
[22] Tradução literal para "nationalökonomische Ausbildung": embora não se use a construção em português, ela é expressiva da forma como List enxergava o processo que em termos contemporâneos costuma-se chamar de "desenvolvimento econômico".

obstáculos às transições "superiores" na escala, demandando respostas de cada nação a esses desafios.[23] Os exemplos descritivos do livro I, que incluem além, dos países europeus, os Estados Unidos e a Liga Hanseática, foram orientados em torno desse esquema que colocava como *telos* o estágio atingido pela Inglaterra.[24]

No livro II, o mais extenso dos quatro, List expôs o cerne de suas elaborações mais teorizantes, retornando a temas tratados no período norte-americano e sistematizando suas ideias. O primeiro passo era a definição do que seria a "escola cosmopolita", uma espécie de espantalho contra o qual List dirigia diversas críticas, no intuito de construir seu próprio sistema.[25] Baseados na ideia de que os mercadores de todas as nações conformam uma única república comercial, os fisiocratas seriam os iniciadores da escola, cujo principal corolário de política econômica era o livre comércio. Adam Smith também não se teria afastado dessa "economia cosmopolita" (e não política, como o nome falsamente prometia), que não tratava das políticas a serem seguidas por uma nação que almejasse o progresso econômico, a partir de suas condições.[26] A seguir, List apresentava, em contraste com a teoria clássica do valor, sua teoria das forças produtivas. O grande problema da teoria clássica seria tratar da riqueza em si, e não das causas da riqueza: "A força para gerar riqueza é infinitamente mais importante do que a riqueza em si".[27] Na visão de List, a escola cosmopolita associava riqueza com acumulação material de capital, sem envolver outros fatores "imateriais", como as capacidades intelectuais, técnicas e morais. Em outras palavras, a "economia cosmopolita" teria atentado demais para o trabalho em si, sem enfatizar a produtividade do trabalho. Nesse sentido, List considerava importante a teorização smithiana da divisão do trabalho, porém fazia a ressalva de que a teoria do valor de Smith teria se "desencaminhado" ao apresentar o trabalho em si como "fundo", muito embora o próprio Smith reconhecesse que a produtividade do trabalho "dependia sobretudo do grau de talento e diligência com o que o trabalho é levado à sua aplicação".[28] Em outras palavras, a questão-chave era o nível de produtividade geral da nação ou seu estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Estabelecido esse ponto, a cadeia argumentativa poderia ser resumida da seguinte forma: a manufatura elevaria as forças produtivas da nação, mesmo que não redundasse

---

[23] LIST, 1844 [1959], pp. 39-40.
[24] Segundo Keith Tribe, este conteúdo histórico já estava no *Sistema natural*, de 1837. Ver TRIBE, 1995, p. 60.
[25] Vários comentários da obra de List, desde seu contemporâneo Wilhelm Roscher, passando por autores recentes como Roman Szorluk e Keith Tribe são relativamente unânimes ao reconhecer que a crítica listiana à "escola" se baseia mais em distorções funcionais ao discurso listiano do que na análise detida de seu pensamento. Sobre isso, ver: ROSCHER, 1874, p. 972; SZPORLUK, 1988, p. 135; TRIBE, 1995, p. 35.
[26] LIST, 1844 [1959], p. 133.
[27] LIST, 1844 [1959], p. 144.
[28] LIST, 1844 [1959], p. 144.

imediatamente em maior acúmulo material de capital. Por isso, deveria ser fomentada, em países que tivessem condição e vocação para instalá-la. Esse fomento envolvia os esboços do que anacronicamente se poderia chamar de uma "agenda de desenvolvimento".[29] Essa agenda incluía, para além da proteção aduaneira à produção manufatureira, o uso dos recursos do presente com a educação das gerações futuras, com a promoção da justiça, com a defesa nacional. Tudo isso redundaria na "promoção e alimentação" das forças produtivas. Essa agenda partia do reconhecimento listiano geral de que a economia política não era universal e, portanto, só seria aplicável em circunstâncias específicas. Dessa forma, essa agenda de medidas de fomento não se aplicava, por exemplo, às "zonas tórridas" do globo, nem tampouco as nações "pequenas", como as da Europa oriental.[30]

Tendo em vista que os livros III e IV do *Sistema nacional* consistiam basicamente em aplicações e desdobramentos das ideias-chave apresentadas até aqui, é interessante destacar algumas características da recepção e disseminação do pensamento listiano. Em seu livro enciclopédico sobre história do pensamento econômico na Alemanha, Wilhelm Roscher não considerava List como um par, enfatizando que fora, sobretudo, um "agitador". Reconhecia, contudo, sua importância como tal, pois List ativara debates e influenciara o desenvolvimento econômico e institucional alemão, sem ter cargo governamental ou parlamentar. Sua luta se dera por meio da atividade intelectual e jornalística, contribuindo para a criação de partidos de opinião no debate econômico alemão. Roscher registrava que List cometera, do ponto de vista científico, uma série de erros, a começar por seu "sistema", que não tinha forma sistemática. Ademais, as polêmicas com outros autores, em especial Adam Smith e a "escola cosmopolita" eram injustificadas e eivadas de exageros. Roscher reconhecia, entretanto, que List possuíra um senso histórico apurado, e descreveu sua teoria dos estágios do desenvolvimento. Embora essa abordagem e seus corolários protecionistas em certas fases fossem, segundo Roscher, baseados em vários exageros e omissões, permaneciam dois feitos notáveis, da parte de List. O primeiro seria um resgate da doutrina da balança comercial em outros termos: se para os mercantilistas importava o superávit "monetário" de uma nação, List enfatizava o saldo, em termos de "civilização econômica" que uma nação poderia possuir com relação a outras. A segunda contribuição seria a explicação dos vários sistemas de política comercial em sua validade relativa, condicional às várias fases principais do desenvolvimento de uma economia. Essas teorizações teriam ainda, na opinião de

[29] Sobre essa ideia de uma "agenda listiana" para o desenvolvimento econômico, ver SZPORLUK, 1988, p. 140.
[30] LIST, 1844 [1959], pp. 177-178.

Roscher, um significado prático para a constituição do *Zollverein* alemão.[31]

Pouco tempo depois da morte de List (1846), o nacionalismo experimentou uma ascensão irreversível na Europa, evidente nas revoluções de 1848 e nos movimentos que levaram às unificações tardias da Alemanha e da Itália, na segunda metade do século. O movimento, no entanto, foi mais amplo: houve um florescimento geral do nacionalismo – em particular do nacionalismo econômico – com tchecos, húngaros, romenos, catalães, russos, japoneses aspirando à construção de suas respectivas nações como entidades culturais e econômicas relativamente autônomas. A revolução industrial tornara questões econômicas indissociáveis da tarefa de construção da nação, ao passo que a ideologia nacionalista passava também a determinar a forma de se encarar questões econômicas. Nas palavras de Ronan Szporluk, houve na segunda metade do século XIX, em particular nos países da Europa oriental, uma "ideologização das questões econômicas".[32]

No caso desses povos do Leste, é curioso notar que não eram tidos por List como dotados das condições necessárias para adotar seu programa baseado no fomento às forças produtivas, do qual a proteção alfandegária era instrumento importante. Em seu esquema, o lugar dessas nações era de subordinação aos "alemães", entendidos como o grande vetor econômico e cultural do desenvolvimento da Europa central. No entanto, como Szporluk mostra de maneira convincente, na Hungria e na Romênia houve apropriação consciente desse programa listiano, com vistas à construção de Estados-nação para esses povos, em seu processo de independência em relação ao Império Habsburgo. Nesse sentido, a Hungria foi pioneira nessa apropriação seletiva de List, que data do contexto em que conquistou a autonomia relativa com relação à Áustria, em 1867. No caso da Romênia, a independência foi posterior (1878) e a adoção de uma lei protecionista, em 1887, foi simultânea à publicação da tradução romena do *Sistema nacional*.[33]

Em outra ponta da Europa, na Espanha, houve processo semelhante, por mais que List considerasse originalmente a nacionalidade castelhana como "desenganada" do ponto de vista do desenvolvimento econômico. Conforme relata Pierre Vilar, na Catalunha houve uma tomada de consciência nacional por parte da burguesia industrial de Barcelona. Desejosos, neste momento, de aplicar medidas protecionistas ao mercado espanhol, esses grupos tornaram-se admiradores de List, e também de Carey. Vale frisar que, neste contexto de meados do século XIX, o nacionalismo catalão visava proteger o

[31] ROSCHER, 1874, pp. 971-972.
[32] SZPORLUK, 1988, p. 159.
[33] Sobre essas influências do pensamento listiano sobre o nacionalismo do Leste europeu, ver SZPORLUK, 1988, pp. 160-162.

mercado nacional da Espanha como um todo e assegurar que o aparelho estatal espanhol fosse manejado de acordo com seus interesses. No argumento de Vilar, somente após a falha em assegurar esse controle e em identificar os interesses catalães como "nacionais" em sentido espanhol, o ponto focal da nacionalidade da burguesia barcelonesa se deslocaria para a região da Catalunha como unidade.[34]

Na América Latina, houve recepção entusiasmada, conquanto seletiva em vários casos, da obra de List. Os capítulos seguintes em alguma medida confirmam o argumento do já citado artigo de Mauro Boianovsky, a respeito da "seletividade" latino-americana a respeito da divisão mundial entre zonas naturalmente "aptas" e "inaptas" ao progresso manufatureiro: assim como os nacionalistas da Europa do leste, assimilou-se a "agenda listiana", mas não exatamente todo o aparato ideológico e intelectual que o levara à elaboração dessa agenda.[35] A exceção ficaria por conta do professor sul-rio-grandense Francisco Simch, cujo livro-texto apresenta uma imagem de List muito mais em linha com a veiculada por Roscher do que com a apropriação estratégica, do ponto de vista da política econômica, da ideia de indústria infante, feita pelos industrialistas da Primeira República ou mesmo por Roberto Simonsen nos anos 1930 e 1940. Como denominador comum desses receptores de List, pode-se identificar a ideia da relativização da teoria e, por conseguinte, da agenda de política econômica. A todos interessava, de alguma maneira, a "maleabilidade" introduzida por List ou seu "anti-universalismo". Atraía-os a ideia de que tempo e espaço podem gerar um conhecimento econômico específico, sendo que os personagens mais ligados a causas industriais enfatizaram as possibilidades "práticas" dessa flexibilização teórico-metodológica.

5.2. Adolph Wagner: *Finanzwissenschaft,* economia nacional e moeda

Adolph Wagner foi um dos economistas mais influentes na Alemanha do Segundo Reich: dos anos 1870 até sua morte, durante a Primeira Guerra Mundial (1917), Wagner foi um autor bastante produtivo, tendo escrito textos acadêmicos e políticos. Nascido na cidade de Erlangen, no sul da Alemanha, Wagner obteve seu doutorado na Universidade de Göttingen em 1857. Após breves períodos de atividade como professor nas Escolas de Comércio de Viena e de Hamburgo, avançou na carreira universitária ao assumir um posto na Universidade de Dorpat, cidade báltica sob influência alemã, hoje chamada Tartu (Estônia). Nos anos 1860, com a perspectiva da unificação alemã, Wagner retornou ao

[34] Sobre esse nacionalismo protecionista catalão-espanhol, ver: VILAR, Pierre. "Spain and Catalonia", in: *Review (Fernand Braudel Center)*, vol. 3, n. 4, 1980, pp. 546-567.
[35] Ver BOIANOVSKY, 2013.

que hoje corresponde ao território alemão: após curta estadia em Baden, na Universidade de Freiburg (Breisgau), como titular da cadeira de ciências cameralísticas, estabeleceu-se definitivamente na Universidade de Berlim, em 1870, assumindo uma vaga de professor de ciências do Estado (*Staatswissenschaften*). Na capital do recém-fundado Reich, Wagner juntou-se ao Partido Social-Cristão, de tendência social-conservadora, e ao *Verein für Sozialpolitik*.

O *Verein* era, nesse momento a principal agremiação profissional de economistas alemães. Se, no início de sua existência, a Associação buscou um compromisso entre liberalismo econômico e tendências mais protecionistas, o Encontro de 1879, sob a presidência de Erwin Nasse e influência intelectual de Gustav Schmoller, marcou uma guinada. Após controvérsia acalorada, acabou prevalecendo o apoio ao protecionismo tarifário de Bismarck e iniciou-se uma longa fase de predominância de uma tendência política social-conservadora no âmbito da agremiação.[36] De 1890 a 1917, o *Verein* foi presidido pelo próprio Schmoller, com quem Wagner tinha um alinhamento político e institucional, mas também discordâncias, sobretudo a respeito do método da economia. Em sua resenha dos *Principles* de Alfred Marshall, Wagner censurou seus colegas historicistas da nova geração por serem muito negligentes a respeito dos avanços teóricos trazidos pela economia política produzida na Grã-Bretanha; ademais, a principal fonte de inspiração para seus escritos sobre teoria monetária foi o pensamento inglês.[37] Esse cosmopolitismo teórico distinguia Wagner da chamada jovem escola histórica alemã que, sob a liderança de Schmoller, ficaria associada a uma postura mais fortemente historicista, em decorrência das discussões travadas no âmbito da controvérsia dos métodos, ou *Methodenstreit*.

Essa abordagem "pluralista" do ponto de vista das correntes de pensamento econômico não significava, contudo, que Wagner fosse defensor do liberalismo: suas inclinações não liberais foram expressas em suas contribuições à ciência das finanças públicas e em sua militância política. De fato, Wagner foi o principal pensador pertencente à linhagem do socialismo de Estado, já discutida. Influenciado por Karl Rodbertus, de cujo legado foi defensor convicto, Wagner defendia um Estado centralizado e monárquico, que deveria moldar a economia, de modo a promover o bem-estar da população. A "lei de Wagner" ou lei do gasto estatal crescente é um traço típico desse tipo de pensamento alemão sobre as finanças públicas. O Partido Social-Cristão, ao qual Wagner associou-se, foi fundado pelo capelão da corte prussiana, Adolf Stöcker, em

[36] Ver HAGEMANN, 2001, e o capítulo 4 desta tese.
[37] WAGNER, 1891.

1878 e combinava, em seu programa, ideias progressistas de reforma social, tais como seguridade social e tributação progressiva da renda, com a defesa da monarquia e o antissemtistimo.[38] Embora pluralista do ponto de vista intelectual, Wagner tinha claras inclinações nacionalistas, dirigidas, em especial, contra a Inglaterra, no contexto das disputas imperialistas e navalistas dos anos que antecederam a Primeira Guerra. [39]

Como é de se esperar a partir desse legado polêmico, em que os elementos políticos envolvidos na produção intelectual são muito marcantes, a fortuna crítica de Wagner tem sido bastante diversa. Devido a suas opiniões controvertidas e por vezes ambíguas, Adolph Wagner é um personagem com o qual os projetos ideológicos predominantes na história da Alemanha desde o *Kaiserreich* tiveram de lidar, produzindo resultados distintos. Nesse sentido, Martin Heilmann apresenta um uma descrição bem informada das representações historiográficas de Wagner ao longo dos anos, começando com seus críticos e admiradores, na Alemanha guilhermina e na República de Weimar.[40] Nas primeiras décadas do século XX, Wagner foi acerbamente criticado por liberais, como seu colega na Universidade de Berlim (e rival) Theodor Reinhold (1849-1901), que o acusou de acreditar na ilusão de que a economia é "maleável" pela política. Por outro lado, entre os admiradores de Wagner nesse momento estava o filósofo e sociólogo Ferdinand Tönnies (1855-1936), o qual reconhecia a importância do socialismo de Estado, na forma proposta por Wagner, para o desenvolvimento do povo alemão no longo prazo.

A recepção nacional-socialista de Wagner foi ambígua. É verdade que sua proximidade com relação ao Partido Cristão-Social, conservador e antijudaico, tem sido vista como prova de suas tendências antissemitas e politicamente reacionárias. De fato, tanto Werner Sombart quanto Erich Egner consideravam Wagner, em 1937, como um importante predecessor do "socialismo alemão", que estaria, supostamente, atingindo seu "apogeu" com o nacional-socialismo. A ambiguidade, todavia, vem à tona se se leva em conta que intelectuais nazistas mais engajados viam o socialismo de Estado de Wagner como incapaz de vencer a tensão entre uma visão de mundo burguesa e os verdadeiros sentimentos dos proletários. De acordo com essa perspectiva, Wagner e seus contemporâneos oitocentistas haviam fracassado na busca do novo "estado de consciência", no qual tudo aquilo que separa os homens uns dos outros é superado. Esse

---

[38] Sobre essa ala do movimento politico conservador no período bismarckiano, ver WEHLER, 2008 (v. 3), pp. 921-923.

[39] O panfleto de Wagner intitulado "Contra a Inglaterra!" pode ser considerado a expressão máxima desse nacionalissmo. Ver WAGNER, Adolph. *Gegen England! Warum England den russisch-französischen Krieg gegen das deutsche Reich geschürt hat und ihm beigetreten ist*. Berlin: Boll u. Pickhardt, 1914.

[40] Ver HEILMANN, 1980, pp. 93ss.

"novo estado de consciência" seria, dentro dessa ideologia, um produto exclusivo do nazismo.[41]

Bertram Schefold observa, com acuidade, que a associação entre Wagner e o nazismo tende a ser anacrônica: a ascensão meteórica e depois o esfacelamento do Terceiro Reich, sob uma ideologia autodenominada nacional e "socialista", fizeram a tradição estatal-socialista alemã de final do século XIX e início do XX parecer de alguma maneira comprometida com uma ideologia ultranacionalista e fascista.[42] Porém, o contexto intelectual de Wagner, bem como seu mundo político, era distinto. Se, de uma perspectiva antifascista, as tendências políticas antissemitas e xenófobas de Wagner podem e devem ser condenadas, a associação entre suas inclinações estatal-socialistas e o nazismo dos anos 1930 é bastante questionável. Seja como for, a ligação *a posteriori* de Wagner com a ideologia nacional-socialista foi fortalecida no mundo anglo-saxônico por uma biografia intelectual bastante dura, publicada em plena Segunda Guerra pela historiadora americana Evalyn Clark, para quem Wagner teria guinado de "economista nacional" para "nacional-socialista". [43]

Na segunda metade do século XX, intelectuais de ambos os Estados alemães ocuparam-se com o legado de Wagner. No Leste, a imagem construída tendia a ser negativa, retratando Wagner como personagem politicamente comprometido com o imperialismo alemão e, do ponto de vista teórico, como um defensor do capitalismo sem proletários – ilusão que já fora, segundo essa visão, desmascarada por Marx. Na República Federal, por outro lado, Heilmann destaca a tendência de ver um Wagner democrático, que teria supostamente antecipado o Estado de bem-estar social. Essa convicção levou a interpretações anacrônicas e até mesmo excêntricas. Bernd Bäurle, por exemplo, derivou da lei de Wagner um "limite ótimo" às despesas públicas, a ser atingido quando o tipo e magnitude do gasto permitisse maximizar as "utilidades dos cidadãos individuais".[44] Embora esquemática, essa recapitulação das imagens de Wagner produzidas na Alemanha revela uma diversidade de representações historiográficas que serve como introdução às apropriações brasileiras de seu pensamento.

Os escritos de Adolph Wagner abarcaram desde livros-texto sobre teoria da moeda e dos bancos, ciência das finanças públicas e teoria econômica geral, até panfletos nacionalistas e transcrições de discursos políticos entusiasmados. Do ponto de vista

---

[41] HEILMANN, 1980, p. 97.
[42] Ver SCHEFOLD, Bertram."Adolph Wagners 'Grundlegung'", in: SCHEFOLD, 2004.
[43] CLARK, Evalyn. "Adolf Wagner: from national economist to national socialist", in: *Political Science Quarterly*, vol. 55, n. 3, 1940.
[44] HEILMANN, 1980, p. 102.

cronológico, é possível identificar uma crescente diversificação intelectual da produção de Wagner: se, no início de sua vida acadêmica, o foco era quase exclusivamente em questões teóricas e práticas relacionadas à moeda e aos bancos, com o passar dos anos Wagner tornou-se cada vez mais envolvido com temas políticos, como a "questão social", política comercial e os desafios relacionados ao desenvolvimento econômico do Império Alemão, recentemente unificado. Por isso, é impossível apreender a totalidade desse legado multidimensional neste capítulo. A recapitulação esquemática apresentada aqui refere-se a três temas que foram centrais para Wagner, mas que não representam seu pensamento econômico como um todo. Trata-se de um apanhado das ideias de Wagner sobre finanças públicas, sobre a conceitualização da "economia nacional" e sobre moeda. O guia para a seleção desses temas foram as assimilações brasileiras de Wagner.

A *Finanzwissenschaft*: articulando Estado e economia

Um dos aspectos mais famosos do pensamento econômico wagneriano, ao menos na historiografia alemã, é a chamada " lei dos dispêndios estatais crescentes" ou, de maneira simples, "lei de Wagner". "No caso de povos que progridem, as necessidades do Estado são entendidas como estando em constante expansão" – assim Wagner formulou essa ideia em 1863, muito provavelmente a primeira vez em que a tornou pública, em seu livro sobre questões orçamentárias austríacas.[45] O princípio estabelecia que, à medida que uma sociedade se desenvolve, o gasto público tem da acompanhar esse processo, de preferência financiado por uma tributação progressiva da renda, por impostos sobre o patrimônio, a herança, bens de luxo e ganhos de capital. Dessa forma, a lei pode ser interpretada tanto como proposição normativa, quanto como afirmação empírica, cuja validade já se buscou verificar.[46] Para os propósitos deste trabalho, a lei de Wagner é examinada como construto histórico, parte de sua produção intelectual no campo das finanças públicas, ou *Finanzwissenschaft*.

Na virada do século XX, Max von Heckel introduziu a ideia de um "trio de estrelas" (*Dreigestirn*) das finanças públicas na Alemanha, isto é, pensadores cujas contribuições foram particularmente substantivas, tornando-se "clássicas": Lorenz von Stein (1815-1890), Albert Schäffle (1831-1903) e Adolph Wagner.[47] Dos três membros desse

[45] Essa é a primeira formulação da lei de Wagner, encontrada em seu livro sobre as finanças públicas austríacas.Ver: WAGNER, Adolph. *Die Ordnung des österreichischen Staatshaushaltes, mit besonderer Rücksicht auf den Ausgabe-Etat und die Staatsschuld*. Wien: Gerold, 1863, p. 4.

[46] Ver, por exemplo: TIMM, Herbert. "Das Gesetz der wachsenden Staatsausgaben", in: *Finanzarchiv*. Neue Folge, 21. Heft 2, 1961.

[47] Essa ideia de Heckel, de um "trio clássico" na *Finanzwissenschaft* foi longeva, como atesta sua presença numa história da ciência das finanças públicas na Alemanha escrita na década de 1950. Ver HECKEL, Max v. "Die

triunvirato, Wagner foi talvez o mais renomado internacionalmente, exercendo influência importante sobre os estudiosos de finanças públicas dentro e fora da Alemanha: alguns estudos, mencionados no capítulo 2, documentam essa disseminação internacional do pensamento de Wagner, inclusive no campo específico das finanças públicas. Exemplos nesse sentido foi o economista norte-americano, especializado em setor público, Edwin Seligman (1861-1939), que estudou em Berlim e Heidelberg e era bastante familiarizado com os trabalhos de Wagner. Professor na Universidade de Columbia, foi defensor do imposto de renda progressivo nos Estados Unidos.[48]

De fato, os vários volumes que compõem a *Finanzwissenschaft* de Wagner, cobrindo a teoria das finanças públicas e um amplo apanhado histórico sobre os sistemas tributários, perfaziam um projeto intelectual ambicioso, claramente enraizado na tradição pedagógica alemã de se produzir livros-texto descritivos e abrangentes, que eram reimpressos, aperfeiçoados e suplementados com material adicional ao longo dos anos. Na verdade, a *Finanzwissenschaft* de Wagner era uma reelaboração de um dos blocos componentes do *Lehrbuch* de Karl H. Rau que, conforme visto no capítulo 3, foi bastante influente ao estabelecer a divisão do campo amplo da economia em três subáreas: *Volkswirtschaftslehre* (teoria econômica), *Volkswirtschaftspflege* ou *-politik* (manutenção ou política econômica) e *Finanzwissenschaft*. De 1871-72 em diante, esse último volume foi continuamente reeditado e atualizado por Wagner, que fez o mesmo com o primeiro volume, relativo à teoria econômica geral, a partir de 1875-76. Nesse sentido, pode-se dizer que Wagner apropriou-se da obra principal de Rau, nos campos da teoria econômica geral e da economia do setor público, e foi fazendo do texto original um trabalho próprio.

O projeto como um todo recebeu o nome de *Lehr- und Handbuch der politischen Ökonomie*. A parte referente à *Volkswirtschaft* recebeu uma segunda edição, pouco modificada, em 1879, e uma reedição definitiva em 1893 e 1894, já bem modificada e atualizada com relação ao manual de Rau, com o nome de *Grundlegung der politischen Ökonomie (Fundamento da economia política)*. Esse livro-texto era dividido em dois volumes: *I. Grundlagen der Volkswirtschaft (Bases da economia)* e *Volkswirtschaft und Recht (Economia e direito)*. Esta reedição definitiva do compêndio mais "teórico" pode ser considerada o principal livro-texto de Wagner. Traduzido para o francês e o italiano,

finanzwissenschaftlichen Schriften Adolf Wagners", in: *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*. Dritte Folge. v. 19 (74). No. 6. 1900; BECKERATH, Erwin v. "Die neuere Geschichte der deutschen Finanzwissenschaft (seit 1800)", in: GERLOFF, W. and NEUMARK, F. (orgs.) *Handbuch der Finanzwissenschaft*. 2. Aufl. 1. Bd. Tübingen: Mohr-Siebeck, 1952. Para uma avaliação do lugar de Wagner na historiografia sobre a ciência das finanças, ver HEILMANN, 1980, pp. 190-139.

[48] Ver SCHULZ, 2013, pp. 420-422; HAGEMANN, 2016, pp. 231-232.

o tratado incluía discussões situadas não somente no campo estrito da teoria econômica (como preço, moeda, salário, etc), mas também acerca do Estado e do direito. Nesse sentido, o campo da "política econômica" não estava completamente ausente do projeto pedagógico-intelectual de Wagner, por mais que os manuais efetivamente continuados tenham sido os de *Volkswirtschaft* e de *Finanzwisenschaft*. Este último recebeu uma ampla revisão, publicada em dois volumes: "Organização da economia das finanças públicas. Necessidades financeiras. " (1877) e "Taxas e teoria geral dos impostos" (1880). A partir daí a obra teve mais uma edição (1883) e recebeu suplementos, sendo os últimos publicados em 1910 e 1912, ambos sobre história tributária.

Rau foi um modelo não só para Wagner, mas para a produção de uma série de manuais e de livros de divulgação, os quais refletiam essa tradição descritiva e pedagógica que remontava ao cameralismo. Muito embora o indivíduo e a esfera autônoma da sociedade civil desempenhassem um papel inconteste no campo da *Nationalökonomie*, esses livros-texto refletiam que o ensino de economia na Alemanha ainda dava especial ênfase àquilo que se chamaria, mais tarde "economia do setor público". Basta ver que os campos da política econômica e da ciência das finanças públicas, nos vários manuais publicados, lidavam diretamente com temas relativos à teoria do Estado. E mesmo o tratado de economia teórica – o "volume I" – de Wagner continha partes dedicadas ao direito e ao setor público, onde o autor pôde desenvolver seu argumento relativo à lei da expansão dos gastos.

Buscando caracterizar a especificidade dessa linhagem alemã de pensamento sobre a economia do setor público, da qual Wagner foi um dos principais representantes, Robert Musgrave argumenta que a *Finanzwissenschaft* diferiu da *public finance* britância de forma estrutural, pois tinha fundamentação filosófica distinta. O romantismo alemão – de Fichte, List e Schelling até Hegel – rejeitava o racionalismo do século XVIII e ofereceu uma visão de sociedade mais baseada no "todo" do que em suas partes. Mais ainda, o desenvolvimento histórico da nacionalidade alemã foi também particular. Na Inglaterra, o Estado podia ser tomado como dado e o tema das finanças públicas evoluiu no âmbito da economia clássica, geralmente discutido nos capítulos finais dos tratados mais gerais, tendo como o pano de fundo a teorização sobre preços de produtos e custo de fatores. Na Alemanha, a multiplicidade de jurisdições levou à busca consciente por uma forma de organização do setor público, sobretudo a partir do momento em que o Estado se organiza de fato nos anos 1870. Parece não ser coincidência que a "era de ouro" das finanças públicas na Alemanha corresponda precisamente às três décadas posteriores à fundação do Reich. No argumento de Musgrave, o traço distintivo da abordagem alemã era o fato

de estar baseada numa teoria do Estado e de derivar sua *Wissenschaft* dessa fundamentação.[49]

Conforme Wagner expôs na parte do seu *Grundlegung* dedicada ao "Estado" e suas atividades econômicas, a ciência econômica deveria ser baseada "na ideia do Estado como a forma mais elevada de economia controlada comum (*Zwangsgemeinwirthschaften*), organizado como uma verdadeira economia do povo organizado".[50] Na revisão da literatura a respeito das possíveis opiniões acerca das interações entre Estado e economia, Wagner invocou a autoridade do renomado jurista Rudolf von Jhering (1818-1892), representante da escola histórica de direito, para implicar que "a organização social da força é equivalente ao Estado e à lei".[51] Vale lembrar que as palavras alemãs para "economia" e para "ciência econômica" favoreciam esse tipo de conceitualização "nacionalista" da disciplina econômica, bem como de seu objeto de estudo, a realidade econômica. Criados sem vínculo necessário com a nacionalidade, os termos *Nationalökonomie* e, sobretudo, a forma germanizada *Volkswirtschaft* se prestaram à associação com a ideia de que a economia de um país ou a economia do povo (=*Volk*) constitui algo essencialmente distinto, mais complexo e mais elevado, do que um conjunto de economias privadas. Este período em que Wagner produziu a maior parte de sua obra, entre os anos 1870 e a Primeira Guerra, foi o momento em que essas designações comportaram esse sentido mais "nacionalista".

Tendo em vista que esse conceito específico foi apropriado no Brasil em dois contextos distintos, por Rui Barbosa e por Roberto Simonsen, vale desdobrar esse conceito wagneriano de *Volkswirtschaft*, também fundamental para se compreender a especificidade de seu pensamento sobre as finanças públicas.[52] A ideia de economia nacional, da forma como Wagner a inseriu no livro III de seu *Grundlegung*, fazia parte do percurso didático e argumentativo da obra. O manual se iniciava com uma Introdução, basicamente uma revisão da história do pensamento econômico até então. O livro I examinava "a natureza econômica do homem", detalhando o objeto, as tarefas e o método da economia política. Já o livro II se referia a " conceitos elementares", sendo dividido em três capítulos: "bens", "valor" e "riqueza e capital". O livro III, por sua vez, referia-se ao tema "*Wirtschaft und Volkswirtschaft*": economia e economia nacional (ou do

---

[49] MUSGRAVE, Richard A. "Public Finance and Finanzwissenschaft Traditions Compared", in: *Finanzarchiv*. N.F., vol. 53, 1996, pp. 150-151 and 154.

[50] WAGNER, Adolph. *Lehr- und Handbuch der politischen Ökonomie*. Erste Hauptabtheilung: *Grundlegung der politischen Ökonomie*. Zweiter Halbband. Leipzig: Winter, 1893, p. 877.

[51] WAGNER, 1893, p. 874.

[52] Recuperam-se aqui alguns argumentos já expostos em trabalhos anteriores. Ver: BRUZZI CURI e LIMA, 2015; BRUZZI CURI, 2015, pp. 229-235.

povo).[53] Conforme a definição de Wagner:

> [A economia nacional é] o conjunto, considerado como um todo fechado, das economias individuais independentes unidas pela articulação do trabalho e relacionadas entre si, segundo uma regulação determinada pelo direito econômico (regulação do direito econômico e administrativo), no seio de um povo organizado em Estado (ou em confederação) ou em algum tipo de domínio econômico resultante de regras econômicas estatais ("*Zollverein*"): trata-se de uma combinação orgânica e não somente uma justaposição mecânica de economias individuais.[54]

Em seguida à definição de economia nacional, Wagner esboçou uma tipologia do desenvolvimento dessas economias articuladas, dividida em cinco momentos, não necessariamente sucessivos. Do ponto de vista humano, a formação de uma economia nacional se daria após a comunidade humana ter passado por fases sucessivas de evolução: gênero, clã patriarcal, tribo e, por fim, povo (*Volk*). Nessas fases anteriores, a economia nacional estava em forma embrionária: só começaria a existir de fato quando os outros momentos também se concretizassem. Seriam eles: o natural-geográfico, relacionado ao território e suas bases naturais; o técnico, relacionado à estruturação da produção e de uma rede de comunicação e transportes; e, por fim, o jurídico-político, expresso pelo Estado.[55]

Mais adiante, na conclusão deste seu arrazoado sobre as especificidades da *Volkswirtschaft*, Wagner asseverava que, ao se tratar dos problemas relativos ao desenvolvimento dessas economias, deve-se distinguir entre o ponto de vista nacional e o ponto de vista cosmopolita. Essa diferenciação, que dotava o conceito wagneriano de economia "nacional" de um sentido nacional-protecionista também no âmbito do comércio internacional, seria determinante para sua apropriação por Roberto Simonsen. Temas como protecionismo, livre comércio, militarismo, questão operária, agrária e industrial sempre comportariam diferentes aproximações, dependendo da perspectiva adotada. As soluções seriam decerto diferentes, dependendo do ponto de partida, mas

---

[53] A tradução desse título é complicada, pois, a rigor, as palavras *Wirtschaft* e *Volkswirtschaft* podem ser traduzidas em português como "economia". A primeira se refere à economia como realidade social, como em inglês *economy*. No entanto, seu campo semântico, especialmente quando usada para formar outros vocábulos, é mais vasto. Para ficar em dois exemplos: *Betriebswirtschaft* (literalmente, "economia da empresa") é o termo alemão para o que se conhece em português como administração de empresas; *Landwirtschaft* (ou "economia da terra") significa agricultura. Já me referi à gênese do conceito de *Volkswirstschaft* (ver capítulo 3) a partir da recepção de Smith. Nesse momento, Wagner se distanciava dessa ideia original do início do século, em que *Nationalökonomie* ou *Volkswirtschaftslehre* tornaram-se sinônomos de "ciência da economia política" para atribuir à *Volkswirtschaft* um significado específico e relacionado com a ideia de povo ou nação. Embora literalmente a melhor tradução seja "economia do povo", mantenho a forma mais tradicional, e usada nas traduções francesas, que é "*économie nationale*" ou "economia nacional".

[54] WAGNER, Adolph. *Lehr- und Handbuch der politischen Ökonomie*. Erste Hauptabtheilung: *Grundlegung der politischen Ökonomie*. Erster Halbband. Leipzig: Winter, 1892, p. 353. Para a tradução francesa, ver: WAGNER, Adolph. *Les fondements de l'économie politique*. t. II. Paris: V. Giard & E. Brière, 1909, pp. 14-15.

[55] WAGNER, 1892, p. 357; WAGNER, 1909, p. 20

levando-se em conta a evolução histórica até o momento, o ponto de vista nacional deveria ser colocado em primeiro plano, ao menos por um longo tempo. Nas palavras de Wagner, "a economia fisiocrático-smithiana tende em demasia a uma concepção cosmopolita, já a economia mercantilista-protecionista exagera, às vezes, o ponto de vista nacional. Mas em princípio e no todo este último é o mais correto".[56]

Nessa abordagem mais "nacionalista" da *Volkswirtschaft*, a esfera econômica não podia ser totalmente separada da esfera pública, pois o Estado era um dos "momentos" estruturais na constituição da própria economia: operava-se, de alguma maneira, um "retorno" à tradição cameralista do século XVIII. É certo que em Wagner havia espaço para a discussão do indivíduo como agente econômico e que os termos da teorização incorporavam os achados da economia clássica, mas as reflexões acerca das finanças públicas estavam baseadas nessa ideia de que *Volkswirtschaft* pressupõe um Estado articulador e regulador. Nesse sentido, a esfera econômica como um todo não poderia ser isentada de sua "responsabilidade social" – e a lei de Wagner, relativa aos gastos públicos, pode ser vista, na interpretação de Birger Priddat, como ideia que conecta "crescimento econômico" com "bem-estar social".[57] Na lógica de Wagner, se ocorresse algo prejudicial ao interesse público no âmbito dos princípios competitivos da economia de mercado, esse prejuízo não poderia ser entendido em termos de "falhas de mercado", mas, sim, como uma falha do direito, do aparato regulador e institucional estruturado pelo Estado, pois ele permitiu que essa falha ocorresse. Não fazia sentido, então, a ideia de "intervenção" do Estado na economia, como algo restrito às políticas fiscal e monetária, afinal o Estado participava da própria "moldagem" da esfera econômica por meio da legislação. Wagner designava o Estado como "regulador da distribuição". Dessa forma, pode-se afirmar que Wagner formulou sua teoria das finanças públicas com base na "predeterminação" do mercado pelo Estado, que tinha poder soberano para moldar a vida econômica da sociedade.[58] Em suas palavras:

> Por meio de suas determinações referentes à liberdade pessoal, à propriedade, ao direito de herança, à validade dos direitos adquiridos e dos contratos, o Estado confere ao princípio da competição conteúdo e escopo precisos, interferindo de forma estrutural na distribuição.[59]

No âmbito dessa concepção do setor público como instância de formulação não só

---

[56] WAGNER, 1892, p. 369; WAGNER, 1909, p. 39

[57] PRIDDAT, Birger. "National-Economic extension of the Philosophy of Law – Adolph Wagner's Legal Theory of distribution", in: BACKHAUS, Jürgen (ed.).*Essays on Social Security and Taxation*. Metropolis-Verlag: Marburg, 1997, p. 347.

[58] WAGNER, 1893, p. 879; ver, também, PRIDDAT, 1997, p. 348.

[59] WAGNER, 1893, p. 879..

daquilo que se entende como política econômica, mas também de formatação da própria economia nacional em si, Wagner prescreveu uma série de princípios orçamentários, que deveriam guiar a gestão do Estado. Formulou, também, a lei dos gastos crescentes do Estado. A proposição era que uma gama cada vez maior de necessidades públicas seriam satisfeitas pelo Estado e por seus órgãos. Assim, a lei dos dispêndios crescentes era uma consequência da expansão da atividade pública, não apenas por motivos econômicos, mas devido a razões de cunho ético e social. Assomam da elaboração de Wagner duas justificativas principais para essa expansão do Estado: uma jurídico-política e outra, sociocultural. A primeira motivação incluía áreas de atuação estatal como a polícia, o judiciário, as forças armadas, as repartições administrativas e o corpo diplomático. A segunda referia-se à função do Estado de provedor do necessário suporte para que os cidadãos pudessem realizar seu trabalho e satisfazer seus interesses biológicos, econômicos, morais, espirituais e religiosos, na medida em que refletissem os interesses e preferências da comunidade.[60]

Se sua abordagem no campo da ciência das finanças tornou-se famosa por sua lei, isto é, pela teorização com foco no lado do gasto, Wagner também se preocupou com o lado das receitas. De acordo com Musgrave, uma "grande inovação" trazida por Wagner à análise da tributação é o "*sozialpolitischer Steuerbegriff*" ou conceito sócio-político de tributação. Para além de prover a necessária receita pecuniária para o Estado – propósito "puramente financeiro" da tributação, nos termos de Wagner – havia outro propósito: "A tributação pode tornar-se um fator regulador da distribuição da riqueza nacional, geralmente modificando a distribuição resultante da livre competição".[61] No tocante às fontes para a arrecadação tributária, Wagner admitia três: a renda, a propriedade usada na produção e a propriedade usada no consumo. Entre estas, a renda detinha a primazia.[62]

Ademais, Wagner não partilhava da resistência, encontrada em Smith e em Ricardo, por exemplo, ao endividamento público como forma de obter financiamento para as atividades governamentais. Influenciado pelo economista e téorico do setor público Carl Dietzel, Wagner buscou sistematizar as despesas que poderiam ser financiadas via dívida

---

[60] WAGNER,1893, pp. 896-908. Sobre essa dupla finalidade do orçamento público, ver o verbete "Estado, de um ponto de vista econômico", escrito por Wagner para um léxico do início do século XX: WAGNER, Adolph. "Staat in nationalökonomischer Hinsicht", in: *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*. Jena: Fischer, 1911, p. 732. Ver, também sobre esse ponto: PRIDDAT, 1997, p. 350; LEINEWEBER, Norbert. *Das säkulare Wachstum der Staatsausgaben*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1988, p. 13.

[61] Essa passagem, publicada em 1890, pode ser encontrada no texto "*Three extracts on public finance*", uma tradução seletiva das contribuições de Wagner à ciência das finanças públicas, incluída na coletânea organizada por Richard Musgrave e Alan Peacock. Ver: WAGNER, Adolph. "Three extracts on public finance", in: MUSGRAVE, Richard; PEACOCK, Alan T. *Classics in the history of public finance*.3rd ed. London: Macmillan, 1967, p. 8.

[62] Ver, também, MUSGRAVE, 1996, pp. 175-176, pp. 183-184 e p. 189.

pública e aquelas cujo financiamento preferencial seriam os impostos. A ideia geral era que despesas ordinárias ou correntes deveriam ser cobertas, em sua totalidade, por fontes ordinárias de receita, como os impostos e taxas. Contudo, gastos associados com o melhoramento de instituições públicas ou pela incorporação de novas tarefas, por parte do Estado, como parte do processo de diversificação relacionado à lei do crescimento do gasto, poderiam e deveriam ser financiados por meio da dívida pública.[63]

Esse papel amplo e redistributivo que Wagner atribuía à política fiscal deve ser entendido no contexto do engajamento dos pensadores socialistas de Estado pela "questão social". Pelo menos desde 1871, quando proferiu seu – tão afamado quanto criticado – "Discurso sobre a questão social", Wagner reconhecia a importância da crítica socialista ao capitalismo e defendia que esse sistema econômico deveria ser reformado por meio da ação pública.[64] A urgência da questão social na Alemanha guilhermina estava ligada às transformações pelas quais o país passava, puxadas pela rápida industrialização. Esse processo envolveu, entre outros impactos, um acentuado crescimento das cidades e a consequente escassez – ou encarecimento – da moradia. O fenômeno correlato dos *Schlafgänger* – ou "inquilinos de cama" – pode servir como ilustração dos desequilíbrios sociais do tempo de Wagner. Tratava-se de trabalhadores que, sem conseguir bancar uma moradia estável nas cidades alemãs, viam-se forçados a alugar uma cama na casa de outras pessoas, por apenas algumas horas do dia. Na Berlim de Wagner, o número de *Schlafgänger* elevou-se de 77 962 em 1871 a 104 081 em 1905.[65]

Observando os desafios impostos por sua própria realidade e o crescimento contínuo das instituições estatais, Wagner sugeriu a existência de uma demanda ou interesse comum subjacente à sociedade, ao qual o Estado tinha de responder. Assim, buscou transformar em bens públicos efetivamente coletivos aquilo que os cameralistas haviam visto como algo "prescrito" pelo poder público: da "felicidade concedida pelo Estado" (*Staatsglückseligkeit*) passou-se ao ideal de progresso social e cultural. Se o Estado de polícia do século XVIII prescrevera necessidades e interesses aos cidadãos com base em

---

[63] Wagner resumiu suas opiniões sobre o tema da dívida pública no verbete "Dívida Pública", publicado num léxico alemão de 1867. Ver: WAGNER, Adolph. "Staatsschulden", in: BLUNTSCHLI, Johann C.; BRATER, Karl (Hrgs.). *Deutsches Staats-Wörterbuch*, vol. 10, Stuttgart/Leipzig: Expedition des Staats-Wörterbuchs, 1867, pp. 7-10. Ver, também, HOLTFRERICH, Carl-Ludwig. "Government Debt in Economic Thought of the Long 19th Century". Discussion Paper 2013/4, School of Business and Economics, Economics. Berlin: Freie Universität Berlin, 2013, pp. 19-24.

[64] As críticas de Wagner ao capitalismo não envolviam uma adesão ao socialismo, fosse de matriz marxiana ou lassalliana. Sobrre esse ponto, ver HEILMANN, 1980, pp. 38-39 e pp. 41-43.

[65] Ver: KIRCHGÄSSNER, Bernhard. "Adolph Wagner und die Geschichte der Bismarckschen Sozialversicherung (1870-1889", in: STRÜMPEL, Burkhard (Hrsg.). *Beiträge zur Wirtschaftswissenschaft in Berlin: Geschichte und Gegenwart*. Berlin: Colloquium Verl., 1990, p. 81.

princípios abstratos, no século XIX essas necessidades se identificariam com "objetivos culturais e sociais" mais concretos. Dessa forma, a teorização do setor público produzida por Wagner, e sintetizada em sua "lei", pode ser vista como uma síntese de elementos formadores do pensamento econômico alemão oitocentista, pois combinava a perspectiva "clássica", relacionada ao crescimento e à riqueza econômica, com a concepção "historicista" de evolução ou progresso cultural e moral da nação particular. Não é demais dizer que, com Wagner, o ímpeto cameralista da ciência econômica alemã foi finalmente modernizado, introduzindo-se, num nível oitocentista, o Estado de bem-estar social.[66]

Moeda e câmbio: "mais do que apenas um eco de debates ingleses?"

A indagação acima é o título de um erudito ensaio de Heinz Rieter, cujo objetivo é responder à pergunta: seria a teoria monetária desenvolvida na Alemanha do século XIX apenas um eco de debates ingleses ou haveria um aporte efetivamente alemão e, nesse sentido, original? Para o caso de Wagner, a resposta de Rieter é que sua maior contribuição teria sido trazer para a Alemanha a "fronteira" das discussões britânicas, travadas entre as escolas representadas pelo *banking principle* e pelo *currency principle*. Seria, assim, mais um "eco" do que um conjunto de proposições novas: a adesão muito entusiasmada de Wagner à teorização de Thomas Tooke acabou por torná-lo pouco aberto a outras abordagens possíveis. Ademais, na opinião de Rieter, a força de Wagner estaria mais na interpretação, em termos de política econômica, do conhecimento econômico disponível, do que na análise monetária teórica em si.[67]

De fato, se a abordagem de Wagner para as finanças públicas pode ser vista como parte de um projeto tipicamente alemão, sua teorização monetária estava profundamente enraizada em debates britânicos do século XIX, especialmente nas controvérsias entre a *currency school* e a *banking school*. Nas questões monetárias, os ingleses eram as principais referências e, em alguns casos, as autoridades às quais Wagner recorria. Em termos gerais, é possível dizer que Wagner adotava, até certo ponto, o que poderia ser chamado "teoria creditícia da moeda". A explicação teórica usual para a moeda é, conforme Schumpeter, baseada num estado inicial em que a "moeda" legal é o único meio de pagamento e de empréstimo.[68] Todo o sistema de créditos e débitos, de exigências e

[66] Sobre esse ponto, ver: PRIDDAT, 1997, p. 355.

[67] RIETER, Heinz. "Deutsche Geldtheorie im 19. Jahrhundert – mehr als nur ein Echo englischer Debatten?", in: RIETER, Heinz. *Ökonomische Theoriegeschichte im zeithistorischen Kontext*: Ausgewählte Aufsätze. Marburg: Metropolis, 2014, p. 329.

[68] Sobre essa questão, ver: SCHUMPETER, 1954, p. 719. Essa ideia de moeda legal refere-se à unidade monetária na qual todos os outros ativos são denominados. Mesmo as "definições" da economia monetária convencional refletem essa perspectiva de "teoria monetária do crédito". As descrições de livro-texto dos agregados monetários iniciam-se com

de dívidas é, então, construído passo a passo, introduzindo "direitos a receber" (ou *claims*) denominados em moeda e/ou instrumentos de crédito que atuam como substitutos para a moeda, são dotados de algumas funções, especialmente como meios de pagamento, e interagem com a moeda de várias maneiras. Entretanto, esses substitutos jamais ameaçam a centralidade lógica da unidade monetária básica na construção teórica do sistema financeiro.

Schumpeter atribui essa primazia da moeda definida em sentido estrito ao fato histórico de que, do mundo greco-romano à primeira modernidade, a moeda de ouro, prata ou cobre foram sempre a unidade familiar, do dia-a-dia, ao passo que o nascente sistema de crédito aparecia como objeto mais complexo, a ser analisado em termos dessa unidade básica. Os sistemas jurídicos – e de fato a maioria dos economistas até o início do século XX tinha algum treinamento em direito – também teriam sido responsáveis por assegurar à unidade monetária oficial um papel teórico tão importante. Esses sistemas de leis distinguiam entre a moeda, de um lado, como único meio genuíno e legalmente aceito de pagamento, e os instrumentos de crédito do outro, que são todos nada mais do que um direito de receber, denominado em moeda. Do ponto de vista lógico, todavia, Schumpeter assevera que não é claro se a melhor maneira de fazer esse tipo de teorização é partir da unidade monetária para então proceder às transações creditícias da realidade.[69]

Conforme Schumpeter, em vários casos pode ser mais útil partir das próprias transações creditícias, olhar para a finança capitalista como um sistema que cancela créditos e débitos. Nesse caso, a "moeda" na definição estrita dada, é somente um entre outros meios de pagamento, sem nenhuma preponderância particular. A moeda legal torna-se, então, somente um caso especial num quadro mais geral em que as transações são concebidas como compensações entre agentes, sem nenhuma centralidade lógica atribuída a pagamentos em espécie. Esse tipo de raciocínio sobre moeda e bancos é o núcleo de uma "teoria creditícia da moeda" que poderia, ainda de acordo com Schumpeter, ser preferível, ao menos em alguns casos, às usuais teorias monetárias do crédito.[70] A ideia de teoria creditícia da moeda é, sem dúvida, uma construção *a posteriori* e as ideias de Wagner não podem ser vistas como comprometidas com essa distinção que

---

a moeda emitida pelos bancos centrais, para então passar às definições menos restritas de agregado monetário. Sob o padrão-ouro, é claro, a moeda metálica desempenhava um papel importante como "átomo" básico do qual outros meios de pagamento eram derivados.

[69] SCHUMPETER, 1954, p. 719. A respeito da Schumpeter 1954, 709 and 726.

[70] Arie Arnon explora essa distinção, usada como ponto de referência importane em sua revisão histórica a respeito dos debates monetários britânicos. Arnon deriva as características analíticas gerais de uma "teoria creditícia da moeda", de forma a mostrar como esse sistema de "*clearing*" poderia funcionar. Ver ARNON, Arie. *Monetary theory and policy from Hume and Smith to Wicksell*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, pp. 152-168.

Schumpeter esboçou quase meio século depois da morte de Wagner. Essa distinção analítica pode, no entanto, ajudar a compreender a vinculação intelectual entre Wagner e Thomas Tooke (1774-1858) e as razões pelas quais seu pensamento monetário foi incorporado a discussões de política econômica brasileiras, na virada do século XX.

Tooke defendia que a quantidade de moeda é determinada pelos preços e não o contrário.[71] Os preços, por sua vez, eram vistos como definidos pela renda dos consumidores: a ideia era que mais renda gerava mais transações e portanto mais necessidade de meio circulante apropriado. No alentado trabalho de Tooke, *A history of prices* é possível identificar, na leitura de Arie Arnon, uma mudança na postura com relação às controvérsias monetárias. De uma posição "*bullionist* moderada" nos dois primeiros volumes (publicados em 1838) rumo à posição mais inovadora no quarto (1848) e no quinto e sexto (1857) volumes. Arnon considera o panfleto de Tooke publicado em 1844, *An inquiry into the Currency Principle* como o "manifesto da *banking school*", marcando a ruptura com Lord Overstone, Torrens e Norman, que representavam o "trio da *currency school*". Com efeito, nos trabalhos examinados aqui, Adolph Wagner referiu-se somente aos últimos volumes da história dos preços de Tooke, o que aponta para uma assimilação focada sobretudo no período em que Tooke apresentou uma argumentação tendente à *banking school*. Esse tipo de apropriação esteve presente nos escritos iniciais de Wagner sobre questões monetárias, entre os quais vale destacar o livro *Contribuições à teoria dos bancos (Beiträge zur Lehre von den Banken)*, de 1857, que foi, em certo sentido, a estreia de Wagner como autor de tratados em economia.

Também em Wagner houve mudança de opinião com relação a questões monetárias, porém num sentido oposto daquele presente em Tooke. De forma sucinta, pode-se dizer que Wagner moveu-se de uma posição alinhada com a *banking school* rumo a uma visão mais em sintonia com a *currency school*. Bertram Schefold observa que, nessa fase inicial, o pensamento monetário de Wagner, influenciado por suas convicções sobre o Estado e a esfera pública, estava enraizado numa abordagem em que a política pública (ou monetária, neste caso) é precedida pela administração pública. Daí sua opção, ao menos nessa fase inicial, por uma teoria monetária voltada para as funções socioeconômicas do crédito.[72]

Do ponto de vista analítico, Wagner desdobrou o sentido funcional do crédito como

---

[71] Ver, por exemplo: SKAGGS, Neil T. "Thomas Tooke, Henry Thornton, and the Development of British Monetary Orthodoxy", in: *Journal of the History of Economic Thought*, vol. 25, 2003, p. 192; ARNON, 2011, p. 212. Aron fornece uma extensa revisão da literatura sobre o pensamento monetário de Tooke.

[72] SCHEFOLD, Bertram. "Adolph Wagners 'Grundlegung'", in: SCHEFOLD, 2004, p. 429. Ver, também, ARNON, 2011, pp. 212-213.

meio de pagamento, procurando tratar das possíveis consequências trazidas pela criação de crédito adicional na economia. O cerne da questão era que, independentemente de seu (possível) papel como meio circulante, o crédito representava poder de compra extra, podendo por isso romper o equilíbrio econômico. No esquema de Wagner, bancos podiam contribuir para reduzir os custos numa economia baseada no crédito. Nesse tópico, havia uma convergência de Wagner com o argumento da *banking school*. Se a *currency school* tendia a enfatizar o perigo associado à criação de poder aquisitivo adicional na economia, Wagner estava preocupado com as formas de melhor aproveitar e gerenciar esse capital monetário disponibilizado pelas operações de crédito.[73]

A forma como Wagner concebia o desconto de letras de câmbio, à maneira da "*real bills doctrine*" ilustra esse ponto de vista. Quando o desconto acontece, o empresário já vendeu uma mercadoria contra a letra que está sendo liquidada, de forma que ao efetivar o desconto o portador receberia notas bancárias correspondentes a uma transação realizada *a priori*. Por isso, é possível dizer que a quantidade de notas circulantes era determinada pela quantia de dinheiro necessária para que os negociantes levassem adiante suas atividades mercantis. No caso da letra de câmbio, por exemplo, o negociante poderia tê-la usado para cancelar seus débitos com outro agente de mercado, em vez de tê-la trocado por notas de banco (ou por outro ativo mais líquido). Nas palavras de Wagner:

> Quando notas de banco entram na circulação como crédito, é autoevidente que é por causa de uma demanda por notas que foram emitidas. Elas representam poder de compra, do qual o banco dispõe quando as emite. Mas o banco não as entrega de graça e não pode fazê-lo, pois a própria instituição bancária é comprometida com o banco; então é somente quando uma demanda por poder de compra existe que as notas de banco entram na circulação. E, se esta demanda está lá, haverá, da parte da circulação, a necessidade de notas.[74]

Desse modo, não faz sentido, nessa perspectiva, estabelecer uma conexão direta entre oferta de moeda e o nível de preços, conforme quer a teoria quantitativa, porque a oferta monetária se torna variável endógena. Nessa teoria "creditícia", os instrumentos de crédito, como, por exemplo, a letra de câmbio, podem servir como meios de pagamento e sua criação e uso refletem o "estado da circulação", o "estado dos negócios", o nível de atividade econômica ou de "demanda agregada", para usar um termo mais recente. A "oferta de moeda" (notas de banco e moedas) tornava-se nesse sentido uma variável dependente da interação de fatores como a demanda geral por transações, o tipo de transação a ser realizada (entre capitalistas, por exemplo, o cancelamento de dívidas poderia dispensar o uso do dinheiro em espécie) e o nível de preços. Isso significa uma

[73] SCHEFOLD, 2004, pp. 429-430.
[74] WAGNER, Adolph. *Beiträge zur Lehre von den Banken*. Leipzig: Voss, 1857, p. 122.

inversão da causalidade implicada pela teoria quantitativa: os preços (a demanda) determinam a moeda e não o contrário.[75] Nas palavras de Wagner: "a quantidade de notas é o efeito de uma demanda, e não a causa da outra".[76]

Relacionado com essa endogeneidade da oferta monetária havia outro argumento, repisado por Wagner, que também foi mencionado nos debates brasileiros: a velocidade de circulação da moeda era vista como dependente de fatores temporais, culturais e geográficos. Quanto mais atrasado era um país, do ponto de vista de seu sistema bancário e financeiro, maior seria a quantidade de meios de pagamento físico, isto é, de dinheiro em espécie, necessária para levar a cabo um dado número de transações. O argumento também se aplicava a territórios muito extensos, nos quais era difícil a comunicação, conforme Wagner enfatizava em seu livro sobre moeda e política monetária na Rússia. Essa ideia na verdade reforçava o argumento anterior: a quantidade de moeda e a interação entre moeda e preços eram vistos como funções, não somente das condições econômicas presentes (demanda por transações), mas também do "nível de desenvolvimento" das instituições econômicas de um país.[77]

Em seu livro *Die russische Papierwährung* (*O papel-moeda na Rússia*), publicado em 1868 e citado por Vieira Souto no contexto de sua disputa com Joaquim Murtinho na virada do século XX, Wagner "aplicou" suas ideias monetárias ao caso russo e assumiu uma posição crítica com relação à teoria quantitativa da moeda. Nesse momento, Wagner trabalhava na Universidade de Dorpat, na Livônia, instituição que existe ainda hoje, como Universidade de Tartu, na Estônia. Nessa conjuntura, o Governorado da Livônia era parte do Império Russo, muito embora houvesse, na região, signigicativa influência cultural e econômica alemã. Essa situação perdurou até a Primeira Guerra Mundial: com o Tratado de Brest-Litovsk (1918), a região passaria ao efetivo controle germânico.

Esse volume de Wagner era um pequeno apanhado teórico, seguido de conselhos para a recuperação do valor da moeda russa, utilizando métodos que, todavia, não eram alinhados com a teoria quantitativa da moeda: sua recomendação passava principalmente pela reestruturação da dívida pública russa. A discussão sobre a teoria do valor do papel-moeda era extensa e apontava, sobretudo, para a multiplicidade de fatores que influem sobre este valor. Wagner diferenciou entre dois aspectos distintos envolvidos numa

---

[75] Schefold observa, corretamente, que é possível um paralelo entre essa abordagem de Tooke-Wagner para a teoria da oferta monetária e a chamada escola "pós-keynesiana" do século XX, representada por economistas como Nicholas Kaldor e Hyman Minsky. Ver SCHEFOLD, 2004 pp. 428-430.

[76] WAGNER, 1857, p. 122.

[77] WAGNER, Adolph. *Die russische Papierwährung: eine volkswirtschaftliche und finanzpolitische Studie, nebst Vorschlägen zu Herstellung der Valuta*. Riga: Kymmel, 1868, p. 98. (Título em português: "O papel-moeda russo: um estudo de economia nacional e política financeira, junto a recomendações para recuperação da paridade").

possível desvalorização da moeda impressa: *Entwerthung* (depreciação) e *Werthverminderung* (diminuição de valor).[78] Essa distinção ficará mais clara na análise das apropriações de Vieira Souto, feita no capítulo 6, mas pode-se adiantar aqui que a "depreciação" se referia ao ágio, ou à diferença com relação à paridade-ouro, ao passo que a "diminuição de valor" representava a perda de poder de compra do papel-moeda, isto é, a inflação de preços. O argumento-chave era que haveria relativa independência entre essas grandezas. O câmbio – ou a relação entre os valores do papel-moeda e do metal – não se moveria somente em função da quantidade de moeda-papel em circulação, sendo também determinado pela demanda "por transações" em metal.

Esses eram os principais traços do pensamento monetário de Wagner que foram assimilados no Brasil, na virada do século XX, por Rui Barbosa, por Amaro Cavalcanti e, sobretudo, por Vieira Souto na controvérsia com Murtinho. Ainda sem entrar nos detalhes do processo de disseminação, é possível perceber que essa abordagem "não-quantitativista" da moeda se prestava a ser incorporada a discursos econômicos favoráveis a uma política monetária mais flexível, que pudesse adaptar-se a um contexto econômico periférico, no qual a manutenção da paridade-ouro da moeda era, não raro, difícil de se atingir. Mais ainda, esse objetivo era atrelado a um elevado custo recessivo, devido às políticas monetárias restritivas a ele associadas. Também a perspectiva estatal-socialista sobre as finanças públicas mostrou-se atrativa para justificar, no contexto da transição republicana, a política fiscal expansionista, além de ter embasado a elaboração de um manual brasileiro dessa matéria.

5.3. Carl Landauer: economia de mercado, planejamento e democracia

O pensamento de Carl Landauer, cujo exame encerra este capítulo e também a Parte II desta tese, é, em mais de um sentido, um ponto de chegada. Seu livro, lido no Brasil por Roberto Simonsen nos anos 1940, foi produzido em solo norte-americano e publicado originalmente em inglês. A própria biografia de Landauer, um economista emigrante que encontrou nos EUA um refúgio para a perseguição nacional-socialista, pode ser lida como metonímia da trajetória do pensamento econômico alemão a partir de finais anos 1930. Juntamente com a desmoralização alemã na Segunda Guerra, houve um processo geral de americanização da ciência econômica, que afetou profundamente a maneira como a disciplina tratou as contribuições alemãs oitocentistas e do início do século XX.

Landauer nasceu em 1891, em Munique, tendo iniciado seus estudos de economia

[78] WAGNER, 1868, pp. 80-85.

nesta cidade, sob a supervisão de Lujo Brentano, seguindo depois para Berlim. Na capital, para além dos estudos formais em nível avançado, frequentou os seminários de Werner Sombart na Escola Superior de Comércio. Doutorou-se em Heidelberg sob a orientação de Alfred Weber, com tese sobre a questão do luxo para os mercantilistas e fisiocratas. Para a produção deste trabalho, contou com o apoio de Brentano, de Theodor Vogelstein e de Franz Oppenheimer. Em 1915 assumiu, na cidade de Kiel, um cargo de assistente no Instituto para Tráfego Marítimo e Economia Internacional, que foi forçado a abandonar ao ser recrutado para servir na guerra. Dispensado do serviço militar, trabalhou no Departamento do Reich para Abastecimento de Guerra (*Kriegsernährunsgamt*), depois convertido em Ministério do Reich para Abastecimento (*Reichsernährungsministerium*).[79]

No pós-Primeira Guerra, viveu em sua cidade natal e, posteriormente, em Berlim, dividindo sua atividade profissional entre a pesquisa científica e o trabalho como jornalista de economia. No jornal *Der Deutsche Volkswirt* ("O economista alemão"), tornou-se importante debatedor de temas relativos à política econômica do período final da República de Weimar, ligados sobretudo à Grande Depressão e às suas consequências catastróficas, do ponto de vista do emprego e da renda. Defendeu, em 1929, sua tese de habilitação sobre "os problemas da distribuição funcional do valor econômico", com base em trabalho que fora publicado em 1923 e que já tivera boa aceitação, expressa, por exemplo, na resenha favorável publicada por Schumpeter em 1928.[80] Na Escola Superior de Comércio de Berlim, onde ministrava aulas práticas e seminários desde 1926, chegou a ser nomeado professor extraordinário de economia em 1932, porém só lecionou neste cargo um semestre.

Com a tomada de poder pelos nazistas no início de 1933, Landauer, judeu e socialdemocrata, foi rapidamente destituído de seu cargo acadêmico com base lei do serviço público, de 1º de junho de 1933. Com *Der Deustche Volkswirt* interditado pelo regime, Landauer ficou sem possibilidades profissionais na Alemanha e aceitou uma proposta da Universidade da Califórnia (Berkeley). Devido à intervenção favorável do reitor da Escola Superior de Comércio no ministério, obteve a permissão para deixar o país e emigrou, com sua esposa e três filhos, para os Estados Unidos, em 1933. No Departamento de Economia de Berkeley, iniciou sua carreira como *lecturer*, ascendendo

[79] Para informações biográficas sobre Landauer, ver: RIETER, Heinz e SCHLÜTER-AHRENS, Regina. "Landauer, Carl", in: HAGEMANN e KROHN, 1999, pp. 345-356; GROSSMAN, Gregory; GRETHER, Ewald T.; LETICHE, John. "1985, University of California: in Memoriam." Berkeley: University of California Academic Senate, 1985.
[80] SCHUMPETER, Joseph. "Rezension von: Landauer (1923)", in: *Weltwirtschaftliches Archiv*, Bd. 27, 1928.

a professor efetivo em 1936. Tornou-se professor emérito em 1959, porém continuou lecionando até 1970 e publicou até o fim da vida: Landauer faleceu em Berkeley, em 1983. Durante seu período norte-americano, continuou dedicando-se ao estudo da teoria econômica, com enfoque na questão do planejamento e em seus desdobramentos para o estudo comparativo dos sistemas econômicos. Em alguma medida, Landauer ajudou a estabelecer a subdisciplina econômica "sistemas econômicos comparados", que esteve bastante em voga no período da Guerra Fria. Seu livro *Contemporary economic systems: a comparative study*, publicado em 1964 nos Estados Unidos, foi traduzido em vários países, inclusive no Brasil, e tornou-se obra de referência na referida disciplina.[81]

Conforme se descreveu acima, Landauer foi bastante produtivo em escritos: somente sua atuação na imprensa especializada alemã, de 1928 a 1933, produziu mais de 100 artigos de opinião, além de contribuições não assinadas. Portanto, o recorte apresentado aqui é bastante específico. A análise dos próximos parágrafos focaliza duas obras, que de alguma maneira sintetizam dois contextos distintos – e inter-relacionados. Em primeiro lugar, examina-se o livro *Planwirtschaft und Verkehrswirtschaft* ("Economia planejada e economia de mercado"), publicado em Munique e Leipzig, em 1931, no contexto dos debates sobre o combate à crise econômica na Alemanha. Essa obra é uma espécie de tentativa, da parte de Landauer, de conciliar suas concepções teóricas – mais próximas do marginalismo e da escola austríaca do que do historicismo alemão – com suas críticas às ineficiências do capitalismo de livre mercado, influenciadas por suas inclinações políticas socialdemocratas. Essa busca por uma "terceira via", que não desembocasse nos traumas do fascismo, confirmou-se no início de sua carreira norte-americana, com o livro *Theory of national economic planning* (1944), que constitui o "segundo momento" da investigação feita aqui.

A investigação acerca trajetória de Carl Landauer na Alemanha é motivada pela disseminação desta última obra no Brasil. Trata-se de um momento em que a apropriação de pôde ser constatada, inclusive, por meio de indícios físicos. Conforme discutido no capítulo 9, Roberto Simonsen utilizou-se da obra de Landauer para, no âmbito da controvérsia do planejamento (1944-45), fundamentar sua defesa da planificação como instrumento de política econômica. Diante das críticas feitas por Eugênio Gudin, associando o planejamento com autoritarismo, Simonsen foi buscar em Landauer embasamento para um caminho que permitisse aliar as vantagens da programação

[81] Ver: LANDAUER, Carl. *Contemporary economic systems: a comparative study*. Philadelphia: Lippincot, 1964. Para a tradução brasileira, de Watensir Dutra, ver: LANDAUER, Carl. *Sistemas econômicos contemporâneos: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

econômica à sua exequibilidade no contexto de uma economia não-socialista. Simonsen consultou o livro de 1944, publicado em inglês, e provavelmente não teve acesso à obra do início dos anos 1930. O percurso de Landauer em busca de uma "terceira via", contudo, iniciou-se nos momentos finais da República de Weimar. Nesse contexto, estavam jogo propostas para o enfrentamento da crise econômica: o socialismo soviético e o capitalismo liberal eram dois cenários que polarizavam o debate – e ainda não estava certo que a batalha por uma alternativa política e econômica seria ganha pelo nazismo.

Landauer na Alemanha: jornalismo econômico e a busca de uma "terceira via"

O fim da Primeira Guerra Mundial trouxe Landauer por algum tempo de volta à sua cidade natal, Munique. Engajou-se na luta contra a República Soviética da Baviera, instituída no âmbito do movimento revolucionário de finais de 1918 e derrotada em maio de 1919. Desde 1912, sua militância política foi ligada ao Partido Social-Democrata (SPD), tendo pertencido ao diretório municipal de Munique. Foi no âmbito partidário que teve início a carreira jornalística de Landauer: de 1920 a 1926, foi colaborador do órgão socialdemocrata *Münchener Post*, chegando no final a redator do jornal. A partir de 1925, foi correspondente do jornal econômico *Berliner Börsen-Courier*, cujo redator-chefe era Gustav Stolper, com quem Landauer desenvolveria uma relação de amizade. No verão de 1926, Stolper mudou-se para Berlim para fundar seu próprio jornal, *Der Deutsche Volkswirt*, e levou Landauer como redator, que a partir de 1928 dividiria com Stolper a direção do veículo. Tratava-se de um semanário, de inclinação social-liberal, que se tornou o principal fórum de discussão econômica, no âmbito da imprensa alemã. Landauer contribuiu para *Der Deutsche Volswirt* até a proibição do periódico, tendo escrito seu livro *Planwirtschaft und Verkehrswirtschaft* (1931) em paralelo à intensa produção jornalística. Antes de passar ao exame da obra em si, convém fazer algumas observações sobre esse ambiente político-intelectual, bastante influenciado pelas controvérsias sobre a política econômica.

Num primeiro momento, a crise iniciada em 1929 aparentou, na Alemanha, ser uma flutuação negativa convencional do ciclo econômico. Em 1930, no entanto, fatores complicadores iriam aparecer, com a fuga dos fluxos internacionais de capital, as conquistas do Partido Nacional-Socialista nas eleições parlamentares e a consequente formação de um governo minoritário. Sem recuperar-se de forma espontânea, a economia alemã sofreu, no verão de 1931, um novo golpe, com a crise bancária e cambial: instituiu-se controle de divisas e declarou-se a moratória da dívida externa. Quando a Grã-Bretanha deixou o padrão-ouro, com a desvalorização da libra esterlina em 1931, o governo

alemão, chefiado pelo chanceler Heinrich Brüning, optou por uma política de estabilização do marco, atrelada a cortes de preços e salários, com vistas a elevar a competitividade da economia alemã. Na transição 1931-32, a depressão atingiu seu ponto crítico, com 30% de desemprego – cerca de seis milhões de pessoas – e, em maio de 1932, logo antes da assinatura do Tratado de Lausanne, que revogou as reparações de guerra que oneravam as contas externas alemãs, Brüning foi destituído. Os governos dos chanceleres que se seguiram, Franz von Papen e Kurt von Schleier, adotaram medidas expansionistas moderadas, obtendo relativo êxito sem, contudo, impedir a ascensão definitiva de Adolf Hitler e do NSDAP em 1933.[82]

Nesse contexto crítico, discutiram-se várias medidas de política econômica expansionista, ou "proto-keynesiana", em sua maioria na forma de planos de obras públicas. Em 1931, comissão chefiada pelo deputado e ex-Ministro do Trabalho Heinrich Brauns apresentou um plano de obras públicas a ser financiado por meio de déficit público, na forma de um empréstimo externo de consolidação. A crise cambial inviabilizou a proposta, abrindo caminho para o plano Lautenbach, baseado na ideia de que, dada a restrição no mercado internacional de capitais, programas de recuperação teriam de ser custeados com o apoio do *Reichsbank*, por exemplo, por meio do redesconto de letras utilizadas no financiamento das medidas. Temeroso diante da crise da libra, o banco central recusou-se a participar do esquema.[83]

No início de 1932, no auge da depressão, surgiram dois planos dignos de nota. O primeiro, elaborado no meio sindical, ficou conhecido como WTB (devido às iniciais de seus formuladores Wladimir Woytinsky, Fritz Tarnow e Fritz Baade) e propunha, na mesma linha do plano Lautenbach, financiar obras estatais a partir da emissão de dívida pública. O plano, porém, esbarrou em resistências no âmbito da própria socialdemocracia, sendo rechaçado por lideranças como Rudolph Hilferding.[84] Já o segundo plano recebeu o nome de seu formulador, o então presidente do Escritório Imperial de Estatística, Ernst Wagemann, economista e demógrafo de inclinação historicista. Mais do que um plano de obras públicas, tratava-se de uma proposta de reforma monetária, que permitiria ao *Reichsbank* expandir a oferta de moeda por meio de notas não lastreadas em ouro ou

---

[82] Há literatura abundante sobre o tema da disseminação mundial da crise de 1929 e seus efeitos na Alemanha. Ver, como exemplo: MAZZUCCHELLI, Frederico. *Os Anos de Chumbo: Economia e politica internacional no entreguerras*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, pp. 167-171; GOUREVITCH, Peter. *Politics in hard times*. London: Cornell University, 1986, pp. 127-131.

[83] Sobre o "proto-keynesianismo" alemão nesse contexto, ver: KLAUSINGER, Hansjörg. "German anticipations of the Keynesian revolution: the case of Lautenbach, Neisser e Röpke", in: *The European Journal of the History of Economic Thought*, vol. 6, n. 3, 1999.

[84] A respeito do plano WTB e da participação do economista Wladimir Woytinsky, russo exilado na Alemanha neste momento, ver BRUZZI CURI e SAES, 2015, pp. 145-146.

divisas. Devido a seu conteúdo emissionista, esbarrou em resistência acadêmica e na memória da hiperinflação. Por último, vale mencionar as propostas expansionistas desenvolvidas pela *Studiengesellschaft für Geld- und Kreditwirtschaft* ("Sociedade de Estudos da economia monetária e do crédito"), ligada a Robert Friedländer-Prechtl e Heinirich Dräger. Segundo a análise de Avraham Barkai, essas recomendações de política elaboradas pela *Studiengesellschaft* teriam servido de base para a elaboração do *Sofortprogramm* ("Programa Emergencial") do NSDAP apresentado por Georg Strasser no Parlamento em maio de 1932.[85] Com a queda de Brüning, os governos Papen e Schleicher iniciaram a aplicação de propostas discutidas nos planos anteriores, criando instrumentos que aliviassem a oferta monetária e projetos de obras públicas, em alguma medida, continuados pelo governo nazista.

Grosso modo, podem ser identificadas duas matrizes de interpretação para a política econômica na conjuntura da erosão da República de Weimar. A primeira, cristalizada nos anos de crescimento econômico do pós-guerra, é orientada por uma visão "keynesiana" dos eventos e atribui à política econômica deflacionista do governo do chanceler von Brüning grande parte da responsabilidade pela queda do regime de Weimar. Nessa visão, ainda hoje a narrativa mais "convencional", os vários planos expansionistas deveriam ter sido implantados de forma a "evitar" a ascensão nazista. A segunda abordagem tem origem nos questionamentos que começaram a se colocar, a partir dos anos 1970, a respeito dos limites da política econômica para amenizar as flutuações do ciclo econômico e manter o pleno emprego. Como exemplo mais recente dessa segunda interpretação, pode-se citar a tese de Knut Borchart, segundo a qual haveria sérias limitações a uma eventual política expansionista, no governo Brüning. Essas limitações advinham de desequilíbrios estruturais da economia alemã, das dificuldades envolvidas no financiamento de qualquer déficit fiscal e, sobretudo, da falta de consenso, na opinião pública e nos meios especializados, a respeito da adequação desse tipo de alternativa. O medo da inflação e da depreciação da moeda dificultavam a aceitação de propostas expansionistas.[86]

O jornal *Der Deutsche Volkswirt* pode ser visto, a partir da análise criteriosa de Hansjörg Klausinger, como exemplo a corroborar a tese de Borchardt. Embora fosse um órgão em que opiniões divergentes foram publicadas, seu editor-chefe, Gustav Stolper,

---

[85] Vale lembrar que o ambiente em que se deu essa discussão era complexo: a utilização de ideias dessas pelos nazistas não significava apoio de seus formuladores às posições políticas nacional-socialistas. Para maiores de detalhes, ver BARKAI, 1977, pp. 31-57.

[86] Para uma recapitulação das interpretações sobre essa conjuntura, ver: BORCHARDT, Knut. *Perspectives on modern German economic history and policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, pp. 143-161.

era claramente contra a maior parte das propostas apresentadas nos planos expansionistas sugeridos entre 1931 e 1932.[87] Landauer o acompanhou nesses posicionamentos. Contra o plano Lautenbach, Landauer publicou o artigo "*Ankurbelung oder Inflation*" ("Estímulo ou inflação?").[88] O argumento era que o foco do problema da escassez de crédito alemão era a restrição externa, não podendo ser resolvido por meio de medidas internas de expansão monetário-creditícia. Dessa forma, seria necessário evitar a bancarrota das relações financeiras internacionais da Alemanha – e o foco da política deveria ser a busca de resultados positivos na balança comercial, de modo a atrair divisas e, com isso, permitir o alívio monetário. A expansão interna forçada, ao pressionar as importações, fragilizaria ainda mais a posição externa da economia alemã. O pressuposto de Landauer nesse texto era o padrão-ouro, a emissão monetária lastreada, e a justificativa para o receio era a possibilidade de inflação. Aos defensores da expansão interna de meios de pagamento sem lastro, Landauer perguntava: onde ficariam os limites a esse processo?[89]

Foi especialmente forte a reação de *Der Deustche Volkswirt* contra o plano Wagemann, que suscitou uma campanha contrária da parte do jornal, sendo os artigos a esse respeito publicados posteriormente em separado, num manifesto denominado *Anti-Wagemann*, para o qual contribuíram Landauer, Stolper e Ludwig Albert Hahn.[90] O artigo de Landauer tinha o sugestivo nome de "*Finger weg von der Währung!*" ("Tirem a mão da moeda!"). A proposta de Wagemann era, em linhas gerais, um arranjo que permitisse o alívio monetário a partir da liberação de parte das notas em circulação – sobretudo as pequenas, usadas para transações "desconectadas do mercado internacional" – do lastro em ouro ou em divisas. O percurso argumentativo de Landauer era bastante similar ao da controvérsia anterior, com tom mais enfático, pois o alvo era um alto burocrata que, conforme Landauer, deveria apoiar – e não criticar – as medidas do governo Brüning no sentido de restaurar a ordem do sistema financeiro alemão.

A base teórica de Landauer era eclética: para além dessa visão quantititavista da moeda, havia influências da escola austríaca e da teoria schumpeteriana dos ciclos econômicos. Landauer partilhava da ideia de que ciclos são um fenômeno inerente ao capitalismo moderno: sua interpretação da crise era baseada na ideia de "sobre-investimento", influenciada por Mises e Hayek. Segundo Landauer, a crise presente

---

[87] KLAUSINGER, Hansjörg. "Gustav Stolper, Der deutsche Volkswirt, and the Controversy on Economic Policy at the End of the Weimar Republic", in: *History of political economy*, vol. 33, n. 2, 2001.
[88] LANDAUER, Carl. "Ankurbelung oder Inflation?", in: *Der Deutsche Volkswirt*, Jahrgang 5, Nr. 51, 1931, p. 1707.
[89] LANDAUER, "Ankurbelung", 1931, p. 1709.
[90] LANDAUER, Carl. "Finger weg von der Währung!", in: LANDAUER, Carl; STOLPER, Gustav e HAHN, Ludwig Albert. *Anti-Wagemann*. Berlin: Der Deutsche Volkswirt, 1932, pp. 9-23.

(1931) havia sido causada pela produção anterior excessiva de bens para necessidades futuras – excessiva, no sentido de que não fora precedida da correspondente renúncia dos consumidores ao consumo presente. Não haveria, portanto, prosperidade duradoura na economia capitalista, dada a tendência constante de sobrecarregar as forças econômicas durante a conjuntura ascendente.[91]

Foi nesse sentido que Landauer elaborou sua crítica da economia capitalista de mercado, do ponto de vista da busca pelo arranjo "ótimo", no sentido neoclássico do aproveitamento máximo dos fatores econômicos. Esse ponto de vista foi desdobrado em seu livro *Planwirtschaft und Verkehrswirtschaft*, cujo objetivo era propor uma "economia funcional" ou "economia com propósito" (*zwecksmäßige Wirtschaft*), isto é, uma economia que proporcionasse "a melhor satisfação possível dos desejos de consumo".[92] Em termos mais próximos da linguagem utilizada nos dias de hoje, esse conceito de *zweckmäßig* proposto por Landauer poderia ser traduzido pela ideia de eficiência.[93] O paralelo com a atual economia do bem-estar, no entanto, é limitado, pois Landauer considerava que "na economia planejada e na economia de mercado, com necessidades iguais de consumo e mesma dotação de bens, os mesmos processos são eficientes (*zwecksmäßig*)".[94] Não havia, portanto, uma superioridade da economia de mercado competitivo como meio para atingir o propósito de melhor atender as necessidades de consumo (a eficiência, nesse sentido). Muito pelo contrário: o livro de 1931 foi estruturado em torno da ideia de que, dada uma validade universal das leis econômicas, a busca pela eficiência impõe ações semelhantes na economia de mercado e na economia planificada. Porém, essas ações poderiam ser mais bem executadas numa economia planejada: esse era o argumento para que Landauer defendesse o socialismo, numa versão crítica ao marxismo e ao bolchevismo.

O livro foi estruturado de modo a mostrar como o próprio funcionamento da economia de mercado seria "antieconômico", no sentido da economia funcional-eficiente. Landauer apresentou uma série de argumentos nesse sentido, entre os quais vale destacar alguns. Tinha especial centralidade, em seu raciocínio, a questão da formação de monopólios. Em sua visão, a própria econômica de mercado livre continha, em si, a tendência ao monopólio e à cartelização, causando perdas no sentido do melhor atendimento das necessidades econômicas dos indivíduos. Seria ingenuidade, segundo

[91] Sobre essas influências teóricas em Landauer, ver: RIETER e SCHLÜTER-AHRENS, 1999, p. 347.
[92] LANNDAUER, Carl. *Planwirtschaft und Verkehrswirtschaft*. München & Leipzig: Duncker & Hublot, 1931, p. 7.
[93] Em seu livro publicado em inglês, Landauer já utilizou a palavra "efficiency" para se referir a essa mesma ideia.
[94] LANDAUER, 1931, p. 9

Landauer, imaginar que a liberdade econômica não levaria à formação de cartéis e trustes, num contexto em que a escala de produção era cada vez mais crucial para garantir retorno aos empreendimentos. Em suas palavras, "assume-se que, no livre intercurso entre comprador e vendedor, atinge-se o máximo proveito possível, mas que os acordos entre vendedores ficam impedidos".[95]

O segundo motivo de crítica à economia de mercado, bastante urgente na conjuntura de 1931, era o desemprego, cujos efeitos negativos, econômicos e humanitários, eram sublinhados por Landauer. Do ponto de vista teórico, via o desemprego, na economia livre, como consequência das "alterações de conjuntura" ligadas ao avanço técnico. Utilizou um raciocínio baseado na abordagem do "sobre-investimento", partindo de uma analogia que, segundo seu texto, fora formulada por Wilhelm Roscher (e retomada por Böhm-Bawerk). A analogia dizia respeito a uma "tribo selvagem de pescadores" que desconhecia os instrumentos de pesca e, a partir do contato com o europeu, inicia um movimento de superação do atraso técnico, dedicando-se à fabricação de barcos e redes. Durante esse processo, contudo, a subsistência da tribo teria de ser garantida com os métodos primitivos de pesca, pois o novo instrumental só poderia ser utilizado depois de pronto. O problema ocorreria diante da impossibilidade de aferir, com precisão, o ritmo do processo – e as eventuais mudanças de rota ao longo de sua execução. Conforme Landauer, seria bem possível que os pescadores fizessem uma previsão, equivocada, de 30 dias para a produção do novo equipamento de pesca. Findo esse prazo, estariam diante de barco e redes ainda sem utilização possível e de um estoque reduzidíssimo de víveres. Esse caso representaria a crise, pois haveria duas alternativas: ou reduzir de maneira drástica o consumo de alimento (e ameaçar a própria sobrevivência), ou interromper o processo de fabricação dos novos equipamentos, desperdiçando recursos utilizados.[96]

Outra imperfeição da economia capitalista referia-se à "falha psicológica da economia de mercado", que teria consequências importantes para a questão das negociações salariais. Nos termos de Landauer, "a economia capitalista pretende chegar à cooperação, por meio da ficção de que o que importa é a luta, e não a própria cooperação".[97] Essa incoerência "psicológica" estaria, segundo Landauer, na raiz de uma série de problemas, como, por exemplo, a obsessão pelo aumento das vendas e receitas: do ponto de vista da empresa individual, essa busca faria sentido, mas não significaria nada em termos da estruturação de uma economia mais eficiente em seu conjunto.

[95] LANDAUER, 1931, p. 32.
[96] LANDAUER, 1931, pp. 45-47.
[97] LANDAUER, 1931, p. 69.

Landauer alertava que essa negação da cooperação vinha tendo grande influência sobre as relações entre as nações, numa clara referência à Primeira Guerra Mundial, que, em sua opinião, proporcionara, mesmo aos vencedores, mais perdas econômicas do que ganhos.

Associado a essa questão de fundo ideológico, estava, para Landauer, o problema da determinação salarial numa sociedade em que sindicatos e patrões se enfrentam. Seriam disfuncionais, do ponto de vista da "formação de capital" (*Kapitalbildung*), as reivindicações constantes dos sindicatos, com vistas a salários sempre maiores, nem sempre correspondentes às imposições colocadas pelo desempenho "funcional" da economia como um todo. A pressão sindical não seria, segundo Landauer, calculada, dosada, pois o movimento trabalhista vivia sob constante ameaça da retaliação patronal, devendo sempre pressionar o máximo possível, para obter algum ganho. Em suas palavras esse problema era inerente a um sistema "que quer fazer florescer o interesse comum, por meio da situação em que cada indivíduo afirma seu interesse individual contra o outro".[98]

As partes finais do livro de Landauer foram dedicadas à discussão das possibilidades de se enfrentar essas falhas da economia de mercado. De início, examinou os "órgãos de planejamento na economia de mercado", entre os quais incluía instituições antimonopólio, instâncias reguladoras de salários e os *Notenbanken* ("bancos emissores de notas" ou bancos centrais). Diante desses órgãos, mostrava-se cético: sem negar sua necessidade no âmbito do capitalismo, afirmava: "O capitalismo regulado pelo planejamento só pode representar um sistema de transição, que necessariamente funciona de forma pouco satisfatória e cuja utilidade se desgasta rápido".[99] Sua defesa do socialismo, contudo, era antissoviética: para escamotear suas próprias falhas econômicas, argumentava Landauer, o bolchevismo conferira aos trabalhadores a prerrogartiva de tirar direitos de seus opositores e mesmo de eliminá-los.[100] Propunha como alternativa um Estado socialista governado por partidos num sistema parlamentarista, que respeitasse a vontade democrática do povo, sem o perigo, constante no capitalismo, de que o comando da economia respondesse a interesses políticos.[101]

Ainda que tentasse preservar vários traços políticos das sociedades liberal-democráticas, Landauer fez, nesse texto publicado na Alemanha, a defesa de um arranjo econômico que chamava de socialista. A base teórica era muito mais ligada a uma noção

[98] LANDAUER, 1931, p. 89
[99] LANDAUER, 1931, p. 99.
[100] LANDAUER, 1931, p. 185.
[101] LANDAUER, 1931, p. 153.

neoclássica de aproveitamento ótimo dos recursos econômicos, ou, nos termos de Landauer, "melhor atendimento das necessidades de consumo". O entendimento da conjuntura era baseado numa noção de que a crise era um problema de sobreinvestimento inerente à economia capitalista, e não passível de resolução por meio de políticas contracíclicas, como já pregava o "proto-keynesianismo" de Lautenbach e dos outros formuladores de planos de obras públicas. Para eliminar essas disfunções geradoras de inúmeras ineficiências, o planejamento era limitado, se a organização sistêmica da economia permanecesse inalterada: somente o socialismo, com a propriedade estatal dos meios de produção, permitiria exaurir os ganhos econômicos inerentes à planificação. Esse entusiasmo pela mudança de sistema arrefeceria, conforme se examina a seguir, no período norte-americano de Landauer.

Os EUA, o pós-guerra e a "teoria do planejamento econômico nacional"

Entre o contexto alemão e o americano, alterou-se, sobretudo, a posição de Landauer com relação à necessidade do socialismo para que o planejamento surtisse os efeitos econômicos desejados. Sua proposta passaria a ser de um planejamento econômico nacional, com o objetivo explícito de manter a democracia e de estabilizar a economia. Em *Theory of national economic planning*, publicado em 1944, a principal justificativa para a planificação era a existência do ciclo econômico, em que se alternariam fases de depressão e ascensão. Se, no livro de 1931, o argumento central era a eficiência, em 1944, seria a estabilidade ou "segurança econômica". Certamente, as consequências da Grande Depressão ao longo da década de 1930 e os traumas da Segunda Guerra Mundial, que se encaminhava para o fim no contexto da publicação do livro, tiveram algum impacto nas elaborações de Landauer. Ademais, tratava-se de um imigrante que procurava integrar-se à vida acadêmica numa nação onde a ideia de socialismo tinha menos apelo político do que na Europa. Essa busca por uma linguagem mais americana fica evidente numa referência, feita logo no primeiro capítulo, ao *Report on Manufactures*, de Alexander Hamilton. Nas palavras de Landauer, o relatório representara um esforço de coordenar atividades econômicas com um propósito determinado, mas não constituíra um "plano", pois este seria global e envolveria a elaboração de um "esquema de processos econômicos em termos quantitativos".[102]

Landauer iniciava a argumentação apontando as "imperfeições" da economia de mercado, mas as crises e o desemprego ganharam papel mais central do que tinham no

[102] LANDAUER, Carl. *Theory of national economic planning*. Berkeley: University of California Press,1944, p. 7.

livro de 1931, em que as ineficiências trazidas pela monopolização forneceram o ponto de partida. Haveria, consoante Landauer, muitas diferenças entre a "economia de mercado perfeito", que se ajustava automaticamente, e a economia real. O desemprego seria uma dessas diferenças. As teorias do ciclo eram divididas em dois grandes grupos: a "teoria do subconsumo" (*underconsumption theory*) e a "teoria do sobreinvestimento" (*overinvestment theory*). Conforme a hipótese do subconsumo, que considerava inválida a lei de Say, as depressões teriam como causa uma incompatibilidade entre os investimentos feitos no período de auge e o poder de compra gerado por essas inversões. Consoante a teoria da sobreinversão, para a qual valeria a lei de Say, haveria uma divergência crescente entre os projetos de investimento formulados pelos empresários no período ascensional e a disponibilidade de recursos, resultando em periódicas depressões. Grosso modo, o primeiro grupo atribuiria a causa das flutuações ao lado da demanda e o segundo, ao lado da oferta.[103]

Landauer destacava o fato de que havia, na economia real, um desconhecimento, por parte dos agentes, dos resultados de suas ações. Os empresários não faziam seus projetos de investimento com base nos projetos de seus concorrentes e não sabiam como seriam as condições de mercado no futuro. Só se conhecerão os resultados da ação econômica algum tempo depois de executada. O sistema de preços não conseguia coordenar perfeitamente as atividades econômicas individuais, já que refletia somente as condições atuais do mercado, refletindo diversos fatores acidentais como a especulação. Em ambos os casos teóricos descritos acima, o ciclo poderia ter sido atenuado se houvesse sinais do comportamento dos preços futuros. No caso do subconsumo, se houvesse meios de saber os resultados das operações presentes, a expansão certamente não chegaria a um ponto perigoso, pois os empresários não desejam criar capacidade produtiva destinada a permanecer ociosa. Em se tratando da teorias da sobreinversão, o colapso poderia ser evitado se uma previsão do incremento de preços tivesse prevenido os empresários da iminente deficiência de recursos. A planificação funcionaria, pois, como meio de oferecer aos agentes sinais mais estáveis sobre a economia. Landauer recomendava:

> Deve-se intervir no mecanismo do sistema de preços de modo que os preços presentes reflitam, com uma amplitude suficiente, a situação futura de oferta e demanda; ou se devem calcular antecipadamente os efeitos dos compromissos que os empresários projetam aceitar, e induzi-los a não levar em conta os preços atuais, na medida em que estes os levam a aceitar compromissos que não podem cumprir.[104]

O planejamento tinha, agora, uma justificativa baseada na hipótese de que o sistema

[103] LANDAUER, 1944, p. 7.
[104] LANDAUER, 1944, p. 8.

de preços não era um bom guia para o empresário elaborar seus projetos, que só se concretizam no futuro, levando à ocorrência de depressões. Essa ideia seria compatível, segundo Landauer, com as formulações de Keynes. Landauer defendia, com base em texto de Haberler, que a elaboração de Keynes sobre o ciclo era, na verdade, compatível com as duas abordagens mencionadas acima. Seria apenas uma moldura analítica, dentro do qual caberiam diferentes teorias do ciclo. Landauer observava, numa extensa nota de pé de página, que a causa das depressões era, para Keynes, a queda súbita da eficiência marginal do capital, mas o motivo dessa redução dos retornos esperados do capital permanecia em aberto, havendo espaço para várias explicações.[105] Numa comparação com o período alemão, é digno de nota que Landauer tenha se preocupado em discutir a abordagem de Keynes, mesmo que não aderisse à sua teorização.

Em seguida, Landauer apresentou uma definição de planificação, em linha com o objetivo geral da eficiência. Vale antecipar que, alguns meses depois, Roberto Simonsen traduziria essa definição e a utilizaria, como forma de defender o planejamento econômico, em sua réplica a Eugênio Gudin.

> A planificação pode ser definida como a orientação das atividades econômicas por um organismo da comunidade, valendo-se de um projeto que descreve, em termos qualitativos e quantitativos, os processos de produção que devem ser levados a cabo durante um período determinado do futuro. Para alcançar o propósito principal da planificação, os processos devem ser escolhidos e projetados de modo que assegurem o emprego total dos recursos disponíveis e evitem demandas contraditórias, tornando possível um ritmo estável de progresso.[106]

Se os projetos a serem levados a cabo eram planificados, seria eliminada a causa fundamental do ciclo – e das depressões – que era a impossibilidade de se antecipar as consequências das ações econômicas. Com o plano, o futuro se tornava previsível, não havendo os descompassos entre oferta e demanda, ou entre inversões e disponibilidade de recursos, que caracterizavam as depressões cíclicas.

O plano, no entanto, continuava bastante diferente das políticas de "planejamento parcial". Nesse sentido, Landauer mantinha-se cético com relação à possibilidade de corrigir as disfunções da economia de mercado por meio de bancos centrais e de iniciativas como projetos de obras públicas financiadas pelo orçamento estatal. Do ponto de vista lógico, o planejamento amplo teria função bastante semelhante à que o socialismo desempenhara na argumentação de 1931. Esse sistema recebia, agora, o nome de "planejamento nacional total" (ou "*full national planning*") e se opunha às iniciativas

[105] LANDAUER, 1944, p. 9.
[106] LANDAUER, 1944, p. 13. Este trecho foi sublinhado por Simonsen no livro de Landauer.

isoladas ou parciais de planejamento: "o propósito do planejamento nacional total não é meramente corrigir os males do *laissez faire*, mas também colocar ordem e razão no lugar da confusão e anarquia nas medidas econômicas do governo".[107] E Landauer dava razão aos críticos da intervenção governamental desde a Primeira Guerra Mundial, pois em diversas oportunidades os governos haviam perseguido objetivos políticos particulares, perturbando o funcionamento do sistema de preços e deixando as consequências a cargo dos agentes privados. Isso teria levado a uma resistência da economia privada à intervenção estatal. Essa resistência à planificação estatal poderia, conforme Landauer, preservar o "estado de confusão e falta de planejamento" que caracterizava a política econômica da maioria – senão de todos – os governos.[108]

Esse ceticismo de Landauer com relação à organização econômica baseada na iniciativa privada reaparecia neste livro de 1944, porém amenizada, pois Landauer dava, agora, bastante importância à questão da democracia, e da "estabilidade econômica", no sentido da prevenção contra o autoritarismo. Na perspectiva do funcionamento eficiente da economia, o planejamento total, com meios de produção estatais, continuava mais confiável que a livre competição, mas Landauer mostrava-se mais tolerante com a manutenção de instituições da economia de mercado, como forma de facilitar, do ponto de vista da estabilidade social, a execução do plano. Dessa forma, mostrava-se mais favorável à manutenção de empresas privada numa economia planejada. Essa manutenção poderia gerar inconveniências e atrasos, mas criaria a esperança de uma aceitação mais fácil e de uma fiscalização mais efetiva do plano, além de uma maior consciência da liberdade. Por mais que sua vida não fosse exatamente livre e independente na economia moderna, o cidadão-proprietário sentia-se mais livre, e isso era "um ativo social importante".[109]

Landauer dedicou um capítulo de seu livro à discussão sobre planificação e democracia. O argumento geral, em linha com o livro de 1931, era que a planificação, devia atuar para proporcionar aos consumidores os melhores meios de satisfazerem seus desejos. Essa ideia, contudo, aparecia agora mais vinculada à necessidade de, por meio da segurança econômica proporcionada pela maior eficiência, manter a ordem democrática. Nas palavras de Landauer, entre as contribuições do planejamento para a manutenção do Estado democrático, "a primeira é a segurança econômica, que diminuirá a tentação de aceitar a ditadura e, ao mesmo tempo, ajudará a produzir o tipo de mente sã

[107] LANDAUER, 1944, p. 170.
[108] LANDAUER, 1944, pp. 170-171.
[109] LANDAUER, 1944, p. 81.

que é fundamental para o funcionamento da democracia".[110]

Landauer não tinha uma elaboração que se referisse especificamente aos países atrasados: procurava legitimar o planejamento como categoria geral, como forma de estabilizar economias por natureza instáveis. A preocupação de fundo, que parece orientar Landauer e, de alguma maneira, seu leitor brasileiro Roberto Simonsen, era a ideia de que a ciência econômica deveria refletir sobre as "falhas" da economia de mercado, para que não se repetissem as tragédias vividas pelo mundo ocidental – e por sua Alemanha natal, em particular – nos anos 1930 e 1940. No livro de 1944, ficaria claro que essas falhas deveriam ser resolvidas pela planificação integral, porém sem necessariamente fazer a "transição" para uma forma de socialismo. No Brasil, essa ideia seria funcional no discurso de Roberto Simonsen, defensor do planejamento e representante patronal dos industriais paulistas. O momento em que as ideias de Landauer foram utilizadas – a controvérsia do planejamento – acabou por demarcar campos importantes no debate brasileiro sobre política e teoria econômica. A abordagem de Simonsen tornou-se referência para intelectuais e agentes públicos defensores do planejamento estatal como estratégia, não só para a resolução das imperfeições inerentes à economia de mercado, mas também para a superação do atraso econômico, tema urgente na América Latina de meados do século XX.

***

Fazendo uma leitura dessas três trajetórias biográficas e intelectuais a partir do intercâmbio de conhecimento entre Alemanha e Estados Unidos, pode-se identificar três momentos. Com Friedrich List, os Estados Unidos foram uma espécie de exemplo, propiciando-lhe um ambiente de debate bastante distinto do meio acadêmico alemão de seu tempo. Em discussões de política econômica norte-americana, List formulou as bases para seu "sistema nacional", mas seu objetivo final era influenciar os rumos do desenvolvimento de sua terra natal. Embora seja muito distinto dos tratados acadêmicos de economia política alemães oitocentistas, plasmados a partir da moldura da fixada por Karl H. Rau, o livro de List foi publicado em Stuttgart, em alemão, tendo influenciado economistas acadêmicos na Alemanha e defensores da proteção aduaneira e do nacionalismo econômico mundo afora. Já Adolph Wagner foi um *scholar* da tradição acadêmica germânica, um "mandarim" alemão por excelência, no sentido dado por Fritz Ringer à expressão weberiana. Wagner foi um dos principais professores de economistas americanos que estudaram na Alemanha, no momento em que o sistema universitário

[110] LANDAUER, 1944, pp. 180-181.

germânico, bem como a tradição alemã no campo da economia, gozavam de grande prestígio internacional. Wagner foi, portanto, um agente destacado no processo de difusão de ideias econômicas no sentido Alemanha-Estados Unidos.

O exílio de Landauer, aluno de Sombart e doutor em Heidelberg representa, no âmbito do processo maior de emigração científica descrito por Hagemann e Krohn, a reversão radical dessa dinâmica. O ambiente intelectual alemão, outrora referência para os americanos, cedia seus quadros para as universidades estadunidenses, contribuindo para reforçar o papel preponderante que a ciência econômica produzida nesses centros norte-americanos desempenharia ao longo da segunda metade do século XX. Examinadas essas três trajetórias particulares, que ajudam a dar corpo às correntes do pensamento econômico alemão delineadas anteriormente, é momento de passar à análise das apropriações brasileiras dessas linhagens.

PARTE III

As ideias chegam ao Brasil

Capítulo 6

Rui Barbosa e as influências alemãs

Rui Barbosa (1849-1923) é uma dessas figuras históricas de relevância nacional, cuja memória tem sido reivindicada à sobeja, com os propósitos políticos e intelectuais mais diversos. Exemplo máximo de erudição, "águia de Haia", jurista brilhante, financista perdulário, precursor do desenvolvimentismo e da heterodoxia econômica, político frustrado – essas são apenas algumas das expressões utilizadas para referir-se a Rui Barbosa. De todos os personagens estudados nesta tese, entre homens práticos e intelectuais em sentido estrito, Rui é um dos poucos cuja memória é conservada e estudada por uma instituição pública nacional voltada para esta finalidade: a Fundação Casa de Rui Barbosa, estabelecida ainda na Primeira República, no Rio de Janeiro.[1] Vale notar a expressão utilizada para referir-se a Rui, no Decreto de 1928 do presidente Washington Luís, instituindo o "museu-biblioteca" sob a denominação de Casa de Rui Barbosa: "[o museu] funcionará no prédio, adquirido pelo Governo, onde residiu o grande brasileiro, na capital da Republica".[2] Para o historiador, essa situação é singular no Brasil: por um lado, o material pertencente à biblioteca de Rui e ao seu arquivo pessoal está bem organizado e preservado, tornando a pesquisa documental bastante profícua; por outro lado, é desafiador desbastar o cipoal de significados construídos em torno da figura de Rui por seus contemporâneos, pela instituição encarregada da preservação e veiculação de seu legado e pelo conjunto de estudiosos que já se debruçaram sobre sua vida e sua obra.

O desafio pode tornar-se praticável quando se faz um recorte, buscando jogar luz sobre um ângulo específico do legado ruiano. É esse o objetivo deste capítulo, que versa sobre as influências alemãs sobre as ideias econômicas de Rui Barbosa. É preciso admitir de antemão a relativa marginalidade dos tópicos tratados aqui, quando colocados contra o pano de fundo da obra de Rui Barbosa como um todo. Rui graduou-se em Direito e teve como ofício principal a advocacia: seus conhecimentos sobre questões econômicas eram, do ponto de vista intelectual e profissional, complementares ao cerne jurídico-político de sua formação e de sua atuação prática. Ademais, sua orientação intelectual mais geral não

[1] A Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) começou a articular-se a partir da aquisição, por parte do Governo Federal, da casa em que Rui morou até sua morte, em Botafogo, no Rio de Janeiro. Segundo informações institucionais da FCRB, divulgadas em seu sítio, a o processo de estabelecimento teve início com a autorização para a compra do imóvel, mobiliário, livros e arquivo de Rui, expedida pelo presidente Artur Bernardes em 1924, pouco depois da morte de Rui. Ver BRASIL. Decreto n. 4.729, de 2 janeiro de 1924.

[2] Em 928, foi estabelecido um "Museu-Biblioteca", sob denominação Casa de Rui Barbosa. Ver Ver Decreto n. 5.429, de janeiro de 1928.

era "germanófila": são inequívocas as suas manifestações de admiração pelo pensamento político inglês e pelas instituições sociais e econômicas britânicas e norte-americanas. No dizer de Oliveira Viana, Rui era detentor de uma "mentalidade anglo-saxônica".[3]

Não obstante, o jurista e advogado viu-se, pelas circunstâncias da transição republicana, diante da tarefa de assumir a pasta da Fazenda: nessa ocasião, mobilizou ideias econômicas, sobretudo relativas às finanças públicas à temática "moeda e bancos". Essas reflexões intelectuais ligadas à economia são evidentes nos textos em que Rui discutiu sua política econômica, posta em prática de novembro de 1889 a janeiro de 1891. Esses textos, em sua maioria elaborados *a posteriori*, num momento em que a crise do Encilhamento colocava em descrédito a gestão de Rui à frente da Fazenda, constituem o principal conjunto de fontes para tratar das "ideias econômicas de Rui Barbosa". É importante lê-los levando em conta o fato de que seu autor estava interessado em defender sua atuação como Ministro do Governo Provisório de Deodoro da Fonseca: seus receptores eram membros da elite política da capital federal, e não um público erudito em economia. No "Relatório do Ministro da Fazenda" (1891) e nos vários discursos que se seguiram, em 1891-1892, Rui recorreu a dados sobre as emissões feitas durante sua gestão e, também, a diversos pensadores estrangeiros, citados, o mais das vezes, como autoridades a legitimar suas decisões como formulador de política econômica e suas propostas para a organização das instituições econômicas na recém-proclamada República. Entre os vários autores e manuais estrangeiros que frequentaram esses esclarecimentos de Rui sobre questões monetárias, financeiras e fiscais, estavam economistas ligados às tradições alemãs do historicismo e do socialismo de Estado – ao lado, é claro, de autores ingleses, franceses, italianos e norte-americanos. O exemplo mais significativo é Adolph Wagner, havendo, também, referências a Wilhelm Roscher, Albert Schäffle, Gustav Cohn, dentre outros.

O cruzamento dessas evidências textuais com informações obtidas das fontes presentes na Biblioteca de Rui Barbosa – nomeadamente os livros que Rui possuiu e nos quais deixou marcas de leitura – permitiu recuperar traços dessa influência dos pensadores alemães, no campo de suas ideias econômicas. O Rui "pensador econômico" e leitor dos economistas germânicos não é o mais conhecido: isso por si só torna interessante apresentar essa faceta da produção ruiana. Ademais, a apropriação desses conceitos alemães – o processo por meio do qual foram assimilados, traduzidos e

[3] Oliveira Viana abordou, em tom sarcástico, essa faceta de Rui Barbosa: "Rui era um puro inglês, nutrido do espírito de Oxford, de Cambridge ou de Eton". Ver OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. *Instituições políticas brasileiras*. (1ª edição 1949). Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999, p. 370.

operacionalizados num outro registro discursivo – é reveladora de suas inclinações intelectuais e políticas, bem como de suas tentativas de legitimar-se por meio de conceitos apropriados dos autores estrangeiros. No conjunro, essas revelações ajudam a compreender suas reflexões econômicas como um todo, no contexto específico da crise do Encilhamento.

6.1. Antecedentes: os anos de formação intelectual

Nascido na cidade de Salvador (Bahia), em 1839, Rui Barbosa iniciou seus estudos formais com o professor baiano Antônio Gentil Ibirapitanga, autor de um compêndio ortográfico baseado no método português de Antônio Feliciano de Castilho. Ingressou no Ginásio Baiano no ano de 1861, onde concluiu seus estudos de Humanidades em 1864.[4] Parte da educação de Rui, nos anos 1860, deu-se fora das instituições acadêmicas formais – e foi esse o caso de um aspecto relevante para a temática desenvolvida aqui: o aprendizado do idioma alemão. No prefácio, de teor autobiográfico, ao livro *A queda do Império* (1921),[5] Rui esclareceu que tivera de esperar um ano, entre sua formatura no Ginásio e o ingresso na Faculdade, para que completasse os dezesseis anos requeridos para iniciar os estudos superiores. Por sugestão de seu pai, utilizaria o ano de 1865 para "ficar ganhando no alemão".[6]

Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1866, vindo a concluir seu curso na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, no ano de 1870. Rui esteve matriculado na Faculdade de Direito do Recife entre 1866 e 1868: nessa época, havia dois professores que davam o tom do debate em economia política na faculdade – Pedro Autran da Matta e Albuquerque e Lourenço Trigo de Loureiro. É possível identificar um debate entre esses dois acadêmicos com a publicação em 1854, por Lourenço Trigo de Loureiro, do compêndio *Elementos de Economia Política*, no qual procurou combater as doutrinas presentes no manual oficialmente adotado na cátedra de economia política, de autoria do professor Pedro Autran da Mata e Albuquerque. Segundo

---

[4] MAGALHÃES, Rejane Moreira de A. *Rui Barbosa: cronologia da vida e obra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Minisrtério da Cultura e Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999, pp 20-27.

[5] Muitas das citações aqui se referem às *Obras completas de Rui Barbosa* (doravante *OCRB*), um projeto editorial ambicioso, iniciado ainda nos anos 1940 e em execução até os dias de hoje. O último volume publicado (2011) abarca os discursos que Rui proferiu em 1923. Como interessa aqui sobretudo a data de escrita (ou publicação original) dos textos ruianos, ela é sempre fornecida, seguida da localização precisa do referido material nas *OCRB*: volume, tomo e, quando for o caso página. Ressalte-se ao leitor interessado em fontes para a história intelectual no Brasil que o *corpus* ruiano foi digitalizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, em sua quase totalidade.

[6] Em 1889, Rui escreveu uma série de artigos para o *Diário de Notícias*, os quais vieram a ser publicados em forma de livro em 1921, sob o título *A queda do Império*. Essas informações sobre o aprendizado de alemão antes do ingresso na universidade encontram-se no prefácio a essa reunião de artigos. Ver BARBOSA, Rui. "Prefácio a *Queda do Império*" (1921), in: *ORCB*, vol. XVI, t. I, p. XXIV.

Luiz Nogueira de Paula, Loureiro teria sido atraído pelas ideias de Adam Smith e J.-B. Say.[7] Não se pode aferir com precisão a intensidade com que esses debates entre os lentes pernambucanos repercutiram intelectualmente sobre Rui, até porque, devido à sua transferência para São Paulo, é provável que tenha cursado economia política no Largo de São Francisco. Ainda assim, vale detalhar melhor os termos da discussão, pois é possível que ele tenha tido algum contato com os conteúdos tratados pelos professores. Afinal, a polêmica dizia respeito a livros-texto, utilizados no período em que Rui era estudante.

Pedro Autran da Matta e Albuquerque foi catedrático de economia política entre 1829 e 1870, na Faculdade de Direito de Olinda (a partir de 1854, do Recife). Sua obra teve especial repercussão, segundo Nogueira de Paula, pois, jubilado após 40 anos de magistério, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde lecionou economia política no Instituto Comercial e na Escola Normal. Autran traduziu, em 1832, os *Elementos de Economia Política*, de James Mill, para o português. Essa tradução foi duramente criticada por Lourenço Trigo de Loureiro que, professor de francês, teria procurado erros na versão portuguesa do texto, o que deixou Autran ressentido, fazendo com que surgisse uma animosidade crescente entre os dois lentes.[8] Para além dessa tradução e de compêndios de direito público e privado, Autran publicou um manual – *Elementos de Economia Política* – em 1844, reeditado em 1851, que foi adotado como livro-texto pela Faculdade de Direito de Olinda.[9] No preâmbulo dos seus *Elementos de Economia Política*, publicado em Pernambuco em 1854, Trigo de Loureiro mencionou sua discordância com o manual escrito por seu antecessor:

> porquanto desde então não me foi possivel, sem trahir minha consciencia, e a santidade dos deveres do meu magisterio, deixar de combater (...) algumas doutrinas no compendio approvado, pelo qual, por isso mesmo, me via forçado a explicar os principios geraes da sciencia econômica.[10]

Embora Trigo de Loureiro tenha feito questão de deixar clara sua divergência com Pedro Autran, a organização geral e a orientação teórico-ideológica dos manuais era bastante semelhante. As matérias eram organizadas em torno da moldura introduzida por

---

[7] Sobre a economia política veiculada nas Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, ver as seguintes contribuições historiográficas: PAULA, 194; HUGON, 1955, pp. 307-316; GREMAUD JR., 1997, pp. 31-56; e GREMAUD JR., Amaury. "A penetração da economia política no Brasil e seu ensino durante o período imperial: Cairu, Mata Albuquerque e Lourenço Loureiro". Texto para Discussão, Série Economia. TD-E 13. Ribeirão Preto: FEA/RP-USP, 2000.

[8] PAULA, 1942, pp. 21-23.

[9] ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta. *Elementos de economia politica*. Pernambuco: Typographia de Santos e Companhia, 1844.

[10] LOUREIRO, Lourenço Trigo de. *Elementos de economia politica (colligidos dos melhores autores)*. Recife: Typ. Universal, 1854. p. VI.

Ludwig H. von Jakob e por Jean-Baptiste Say, que apresentava economia política como a ciência da produção, da distribuição e do consumo da riqueza, sendo as três esferas apresentadas nesta ordem. A tônica teórica era dada pela crítica ao mercantilismo e pela valorização da economia clássica, de matriz smithiana-ricardiana, centrada na teoria do valor-trabalho. Pedro Autran chegou a dizer, em sua "Introdução", que Smith e Ricardo tinham "destruído" as falsas teorias (mercantilistas).[11] Loureiro formulou um "Discurso preliminar", bem mais sistemático, em que tratou das doutrinas da economia política em perspectiva histórica, dividindo as abordagens existentes até então em três sistemas: o mercantil, marcado pela doutrina da balança comercial favorável; o agrícola, proposto pelos fisiocratas, representados pelo "Doutor Quesnay, medico do Paço de Luiz XV"; e o industrial, de Adam Smith, que via no trabalho a real fonte de riqueza.[12] Lourenço Loureiro julgava como "falso, porém capcioso" o raciocínio dos mercantilistas: "sendo o commercio externo o ramo da industria em que os individuos se enriquecem mais promptamente, favorecel-o era trabalhar para a riqueza da nação inteira".[13]

Nas questões monetárias, mais relacionadas às reflexões econômicas que Rui Barbosa viria a fazer no final do século, os dois lentes de Pernambuco não pareciam ter grandes divergências, reproduzindo a narrativa comum sobre o uso da moeda como instrumento de troca, fim ao qual os metais tenderiam a se adequar, por suas propriedades físicas. Sobre o manejo das várias formas de moeda fiduciária, não se desviavam dos princípios, usuais para os meados século XIX, relacionados às práticas monetárias: a moeda metálica representava segurança e credibilidade, ao passo que o papel-moeda tinha vantagens como o transporte fácil e a emissão pouco custosa. Ambos se estendiam em considerações sobre as possíveis desvantagens da moeda em papel, mas entendiam que poderia ser utilizada, desde que dentro de limites e sob legislação restritiva. Autran enfatizava a *auri sacra fames* dos bancos emissores como causa de abusos que poderiam levar a emissões desmedidas e à perda de valor do papel emitido. Lourenço Trigo, mais sistemático, elencou três espécies de desvantagens para o uso do papel: os falimentos, ou a falta de cumprimento de deveres contraídos pelos emitentes; as falsificações; e as alterações de curso. No caso das alterações de curso, Loureiro referiu-se a Hume (sem citação precisa, como era frequente em ambos os manuais), para mostrar que ao se alterar o valor da moeda, todos os preços se ajustam, chegando à conclusão de que "nenhum

[11] ALBUQUERQUE, 1844, p. 12.
[12] LOUREIRO, 1854, pp. XIX-XXIII.
[13] LOUREIRO, 1854, p. XXI.

encorajamento pode vir á producção" do aumento do numerário circulante.[14]

No tocante ao comércio externo, os juristas concordavam em preconizar a ampla liberdade, condenando medidas protecionistas com o argumento das vantagens comparativas e dos eventuais custos a serem incorridos pela nação como um todo, ao se oferecer proteção a algum ramo específico da produção nacional. Nas palavras de Pedro Autran: "He pois evidente, que todos os regulamentos, que atacão a liberdade do commercio, ou de outro qualquer ramo de industria, ou são inuteis ou perniciosos."[15] Lourenço Loureiro enfatizava, entre as medidas liberalizantes a serem tomadas pelo governo para fomentar a economia de um país, a abolição da escravidão, tema não abordado por Pedro Autran da Matta Albuquerque.[16] A condenação explícita da escravidão, como regime de trabalho de baixa produtividade, e a linguagem mais sistemática e menos moralista são dois aspectos que diferenciam o manual de Autran do redigido por Loureiro: de resto, os dois compêndios parecem veicular um conteúdo muito semelhante no campo da economia política.

Em 1868, Rui transferiu-se para São Paulo, onde continuaria sua formação jurídica Entre 1860 e 1881, o regente da cátedra de economia política era João da Silva Carrão, que sucedeu Carlos Carneiro Campos, catedrático de 1829 a 1858.[17] A Faculdade paulista foi menos profícua que a de Pernambuco, na produção de manuais próprios de economia política. Pode-se, todavia, constatar claros processos de difusão de ideias, por meio da adoção e tradução de livros estrangeiros como referência na disciplina. Carneiro Campos utilizou como livro-texto o *Catecismo de economia política*, de Jean-Baptiste Say, ao passo que Carrão adotou os *Elementos de economia política*, do economista escocês Henry Dunning MacLeod. Esse livro foi traduzido no Brasil, em 1873, pelo advogado Alberto da Rocha Miranda, que, no prefácio à versão brasileira, afirmou ter vertido o texto para o português para "supprir a uma necessidade palpitante da Faculdade de Direito de S. Paulo" e para corresponder à benevolência de seu mestre, o "Exm. Sr. Conselheiro Carrão", que o teria instigado a tal tarefa.[18]

Essa influência de MacLeod no ensino de economia política na Faculdade de Direito

---

[14] LOUREIRO, 1854, pp. 188-189.

[15] ALBUQUERQUE, 1844, p. 127. Ver, também, LOUREIRO, 1854, p. 144.

[16] LOUREIRO, 1854, pp 83-85.

[17] Entre 1858 e 1859, a cátedra teria sido ocupada, interinamente, por Luís Pereira do Couto Ferraz. Sobre o ensino de economia política na Faculdade de Direito de Sâo Paulo durante o século XIX, ver PAULA, 1942, pp. 26-29 e GREMAUD JR., 1997, pp. 46-56.

[18] Os trechos citados encontram-se no prefácio do tradutor, em MACLEOD, Henry Dunning. *Elementos de economia politica*. Traducção do advogado Alberto da Rocha Miranda. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1873. O original fora publicado em Londres, quinze anos antes: MACLEOD, Henry Dunning. *The elements of political economy*. London: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.

de São Paulo não se limitou ao período em que atuou o Conselheiro Carrão: seus sucessores, Joaquim José Vieira Carvalho (regente da cátedra entre 1881 e 1896) e, sobretudo, José Luís de Almeida Nogueira (catedrático de 1896 a 1914), reforçaram a presença das ideias de MacLeod nos cursos de economia política ministrados na Faculdade. Segundo Amaury Gremaud, a obra de MacLeod se prestava à apropriação no Brasil, devido à sua inclinação pelo método indutivo, às suas posições favoráveis a mecanismos de dinamização do crédito e às suas concepções mais atreladas aos princípios da *banking school*. Paul Hugon chega a mencionar a influência que "o espírito dos economistas da Escola Histórica Alemã – Roscher, Knies e Hilderband" teria exercido sobre a obra de MacLeod, conferindo-lhe certa afinidade com os problemas enfrentados pelos países novos ou em vias de desenvolvimento.[19]

No livro traduzido ao português, todavia, não se encontram apropriações explícitas de pensadores oriundos da tradição historicista alemã. Como Hugon não menciona fontes textuais que mostrem, direta ou indiretamente, a presença de ideias de autores germânicos na obra de MacLeod, parece pouco sustentável a sugestão de uma influência direta, de três autores específicos. Mesmo porque, se Henry Dunning MacLeod era crítico da economia clássica inglesa e, em termos monetários, inclinava-se por uma abordagem que decerto tinha afinidades com os problemas bancários do Brasil, seu contraponto à economia smithiana e ricardiana não se fez a partir do ponto de vista "historicista alemão". Seus questionamentos baseavam-se numa concepção subjetiva de valor, numa crítica "proto-marginalista" à teoria do valor-trabalho, influenciada por autores anti-ricardianos ingleses e pela tradição francesa do valor subjetivo.[20]

A organização dos *Elementos de economia política* é bem distinta da que estava presente nos manuais utilizados em Pernambuco: MacLeod não usou a divisão temática entre "produção, distribuição e consumo" e assumiu, logo de saída, que a economia política é uma ciência das trocas: "A questão das Trocas é, por conseguinte, segundo nós, o limite da sciencia pura da economia politica". Segundo MacLeod, essa concepção era partilhada por outros escritores "eminentes", como o arcebispo Whately, que teria proposto a denominação, para a economia política, de catalática.[21] Nessa abordagem, está

---

[19] Ver HUGON, 1955, p. 315. . Essa sugestão de influência alemã é endossada por Amaury Gremaud, que também não desdobra a questão. GREMAUD JR., 1997, p. 55.

[20] Uma investigação breve, mas bem embasada nos textos originais, acerca das influências teóricas de MacLeod pode ser encontrada em SALERNO, Joseph T. "The Neglect of the French Liberal School in Anglo-American Economics: A Critique of Received Explanations", in: *Review of Austrian Economics*, vol. 2, 1988, pp. 129-132.

[21] MACLEOD, 1873, v. I, p. 22. Trata-se de Richard Whately, professor de economia política em Oxford (1829-31) e arcebispo de Dublin (1831-63). Ver BLACK, R.D. Collison. "Whately, Richard (1787–1863)", in: *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*. First Edition. Palgrave Macmillan, 1987.

presente uma alternativa à ideia de valor-trabalho:

> Vemos que *não é o trabalho que produz o valor, mas o valor que attrahe o trabalho*. Cada individuo vio-se na necessidade de pensar em alguma cousa de que carecessem seus semelhantes, e dedicou seu trabalho em produzil-a. Mas, quer sua producção tivesse ou não valor, dependeu isso puramente da felicidade com que julgou do que elles necessitavam.[22]

Para além dessa concepção mais geral acerca da natureza da economia política, a temática "moeda e bancos" ocupa boa parte do livro-texto de MacLeod. Nesse sentido, o autor fez uma contestação aberta ao *currency principle*, isto é, à política de regras rígidas para a emissão bancária de papel-moeda e favorável uma oferta de notas maleável: os bancos deveriam ter liberdade para emitir à proporção das necessidades do mundo comercial. Na parte final de seus *Elementos*, inteiramente dedicada ao manejo do papel-moeda, MacLeod teceu duras críticas à Lei Bancária de 1844, na Inglaterra – o conhecido *Peel's Act* – que estabelecia limites numéricos para a emissão de notas de banco.[23]

Se, por um lado, a obra de MacLeod não parece exatamente tributária da tradição alemã, por outro, inseria-se num grupo diversificado de anti-ricardianos ingleses, que reunia críticos da economia clássica de perspectiva historicista e pré-marginalista. Esse movimento de crítica teria vicejado na Inglaterra, nas duas décadas que medeiam entre a publicação dos *Princípios* de J. S. Mill (1848) e a revolução marginalista, período que T. W. Hutchison caracteriza como "interregno confuso", em que havia mais certeza sobre a rejeição da teoria ortodoxa (ricardiana) do que sobre o que deveria ser posto em seu lugar.[24] Nesse interregno, houve, decerto, um ambiente de discussão entre economistas alemães e ingleses, o que não significava convergência de pensamento. Em edições tardias de seus *Grundlagen der Nationalökonomie*, Wilhelm Roscher mencionou, em nota à seção sobre crédito, o "vivaz, perspicaz e, na prática, talentoso – mas sofisticamente superficial – MacLeod" e citou os *Elements of political economy*. Nesse ponto da argumentação, Roscher procurava opor-se à ideia de que o crédito "cria novos capitais": MacLeod era tomado como um dos representantes dessa visão "errônea", na visão de Roscher.[25]

A veiculação das ideias de MacLeod pelo Conselheiro Carrão, bem como a tradução e publicação de seu livro, permitem afirmar que uma linhagem de pensamento crítica com

---

[22] MACLEOD, 1873, v. I, p. 40.
[23] MACLEOD, 1873, v. II, p. 459.
[24] HUTCHISON, T. W. "The 'Marginal Revolution': Decline and Fall of English Political Economy", in: *History of Political Economy*, v. 4, n. 2, 1972, p. 451.
[25] ROSCHER, Wilhelm. *Grundlagen der Nationalökonomie* (22ª edição, ampliada). Stuttgart: Cotta, 1897, p. 276. Ver, sobre isso, ainda, BARKAI, Haim. "The Old Historical School: Roscher on money and monetary issues". Em: *History of Political Economy*, v. 21, n. 2, 1989, p. 196.

relação à economia política clássica foi apropriada no Brasil, nos anos em que Rui Barbosa se formou e iniciou sua atuação profissional. As ideias de MacLeod, difundidas por meio da economia política ensinada na Faculdade de Direito de São Paulo, parecem não ter sido indiferentes a Rui: embora pouco citado em suas reflexões econômicas, diversos livros de MacLeod fazem parte de sua biblioteca.[26]

Graduado em 1870, Rui trabalhou como jornalista na Bahia durante a década de 1870. Chegando ao Rio de Janeiro, em 1877, foi-lhe encomendado um trabalho que, embora alheio às discussões sobre temas econômicos, é uma evidência importante de que o universo cultural germânico fez parte de sua formação intelectual. Tratava-se de verter para o português o livro *O papa e o concílio*, de autoria do religioso bávaro Johann Joseph Ignaz Von Döllinger, proeminente teólogo católico que se recusou a aderir à doutrina da infalibilidade papal, decretada pelo Concílio Vaticano Primeiro (1869-1870).[27] Essas ideias anti-ultramontanas de Döllinger estavam em sintonia com as convicções ideológicas que Rui herdara de seu pai, João Barbosa. Para além da afinidade ideológica com as propostas político-teológicas de Döllinger, Luís Vianna Filho sugere que a perspectiva de algum retorno pecuniário foi um fator importante para que Rui aceitasse a tarefa, fazendo a tradução sem demora, pois estava em situação financeira difícil quando de sua mudança para a Corte.[28]

6.2. Política econômica, ideias econômicas e influências alemãs

Proclamada a República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, o Governo Provisório, chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, viu-se diante de uma situação, já sentida nos últimos anos da Monarquia, de escassez de meio circulante no país, sobretudo em sua principal cidade e praça financeira no momento: o Rio de Janeiro. A Abolição, em 1888, atrelada à chegada de expressivo contingente de imigrantes no país (cerca de 200 mil entre 1888 e 1890), bem como saldos favoráveis nas contas externas pressionavam a demanda por numerário. No final do Império as emissões de moeda foram postas a cargo do Banco Nacional do Brasil (BNB), criado por projeto de lei do visconde de Ouro Preto, do visconde do Cruzeiro e do Conselheiro Lafayette, sancionado em 1888, e regulamentado em 1889. Este banco emitia notas conversíveis à paridade cambial de

[26] Estão presentes na biblioteca de Rui Barbosa os principais livros do autor: *The elements of political economy* (1858); *The theory of credit* (1889-91); *Bimetalism* (1894).

[27] O livro original, *Der Papst und das Concil*, foi publicado em Leipzig em 1869, sob o pseudônimo "Janus" e está presente na biblioteca de Rui. Ver JANUS (pseudônimo para Döllinger). *Der Papst und das Concil*. Leipzig: Steinacker, 1869.

[28] VIANNA FILHO, Luís. *A vida de Rui Barbosa*. 11. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. pp. 68-76.

1846, que fora atingida em 1888. Em caso de guerras ou crises financeiras e políticas, o governo procederia da forma como julgasse necessário para providenciar o troco às notas. Quando a República foi proclamada, o câmbio caiu abaixo do par e configurou-se uma situação de exceção. Dessa forma, Rui Barbosa, Ministro do primeiro governo republicano, teve a responsabilidade de implantar uma política monetária que respondesse às necessidades da conjuntura econômica e que, ao mesmo tempo, desse respaldo ao regime o que se instalava. Era preciso atender às pressões políticas federalistas e angariar o apoio das elites.[29]

O marco inicial da política econômica de Rui Barbosa foi o decreto de 17 de janeiro de 1890, que regionalizou os bancos emissores no Brasil, naquilo que pode ser considerado uma tentativa de compromisso entre as doutrinas do "monopólio" e da "pluralidade" de emissão. O decreto dividiu o país em três regiões: Norte, com sede na Bahia, incluindo este estado, e os demais territórios do que hoje se considera o Norte e o Nordeste; Centro, com sede na capital federal, abrangendo os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Santa Catarina; e Sul, compreendendo Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre. As operações bancárias dessas instituições seriam amplas: descontos, empréstimos, hipotecas, penhor agrícola, adiantamentos sobre meios de produção, empréstimos para construção civil e de ferrovias, docas e portos. Logo após o decreto, o governo convidou o Conselheiro Francisco de Paula Mayrink para constituir o banco da região central, que teria papel preponderante no novo arranjo: o Banco dos Estados Unidos do Brasil (BEUB) iniciou operações em fevereiro de 1890.[30]

A emissão dos bancos regionais poderia ser lastreada em ouro ou em títulos da dívida pública. Caso o câmbio caísse abaixo da paridade, a necessidade de se adquirir ouro para garantir o lastro agravaria as circunstâncias do mercado, criando uma nova pressão baixista sobre a taxa cambial. Como solução, as garantias deveriam ser, de preferência, as apólices da dívida pública, num esquema em que uma dívida garantia outra. Ocorreram, contudo, emissões inconversíveis, flexibilizando aquilo que propusera o Decreto de 17 de janeiro e resultando em expansão monetária. No mesmo mês de janeiro, por influência de Campos Sales, criou-se uma nova região emissora, e portanto outro banco emissor, para São Paulo. Em março, Rui Barbosa concedeu ao BNB e ao Banco do

---

[29] Ver: FRANCO, Gustavo. "A Primeira Década Republicana", in: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *Ordem do progresso; cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de janeiro: Elsevier, 1990, pp. 21-22; BORMANN, Oscar. "Prefácio ao Relatório de Ministro da Fazenda" (1947), in: *OCRB*, vol. XVII, t. II, pp. xvii-xix.

[30] Ver BRASIL. Decreto n. 165, de 17 de Janeiro de 1890. Ver também: LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977, pp. 150-151.

Brasil licença para emitir notas inconversíveis à razão do dobro daquilo que depositassem em espécie no Tesouro, com um limite de 25 mil contos.[31] Segundo Gustavo Franco, em setembro de 1890, o papel-moeda emitido já aumentara em 40% com relação ao estoque de 17 de janeiro.

Em paralelo a essas medidas de política monetária, a conjuntura econômica nacional e externa não se mostrou favorável: o câmbio, que já mostrava sinais de desvalorização quando da Proclamação da República, seguiu trajetória de descenso ao longo do ano de 1890, tornando cada vez mais difícil assegurar uma emissão monetária, ao mesmo tempo, adequada à circulação e com garantia de conversibilidade. Ademais, a especulação bursátil na praça do Rio de Janeiro começava a preocupar o governo ao longo do ano de 1890, levando a um decreto que impunha limites à constituição de novas sociedades. O envolvimento dos grandes bancos da capital nos negócios especulativos tornava difícil regular a febre de negócios que se instalara. Uma tentativa de lidar com esse problema foi a consolidação dos bancos, por meio do decreto de 7 de dezembro de 1890,[32] que será um ponto discutido por Rui Barbosa em seus textos de 1892: foi para defender essa medida de centralização bancária que Rui lançou mão das ideias de Adolph Wagner. O decreto previa a fusão do Banco do Estados Unidos do Brasil (BEUB) com o Banco Nacional do Brasil (BNB), criando o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil – BREUB. O banco poderia emitir bilhetes com base em apólices e em ouro, sendo as notas emitidas com lastro metálico conversíveis em espécie, desde que o câmbio se mantivesse ao par ao longo de um ano.[33]

Com o decreto de 7 dezembro criou-se algo parecido com um banco central, nos moldes britânicos: um grande banco de depósitos e descontos com poder regulador sobre o volume de crédito, dotado de faculdade emissora e detentor de posição predominante no mercado de câmbio. Em suma, tratava-se de criar um órgão que centralizasse a política monetária e cambial da República, de forma a conter os excessos do Encilhamento e promover maior estabilidade cambial.[34] De toda forma, a unificação desses dois bancos fluminenses surtiu pouco efeito na contenção da bolha especulativa e da espiral de depreciação cambial agravada, sobretudo, pelo refluxo de capitais externos resultante do colapso casa bancária Baring Brothers, envolvida em negócios na Argentina. Rui Barbosa deixou o Ministério da Fazenda pouco depois do decreto de 7 de dezembro, em 21 de

[31] FRANCO, 1990, pp. 21-22.
[32] Ver BRASIL. Decreto 1154, de 7 de dezembro de 1890.
[33] BORMANN, 1947, p. xlvii.
[34] FRANCO, 1990, pp. 22-23.

janeiro de 1891. Como se sabe, as questões cambiais e monetárias continuaram a ser fonte de instabilidades que só foram resolvidas em 1898, sob o Ministro da Fazenda Joaquim Murtinho, com a adoção do receituário de política econômica imposto pela finança internacional: o governo contraiu um empréstimo de consolidação (*funding loan*), obtendo fôlego financeiro, ao mesmo tempo que implantou políticas fiscais e monetárias recessivas.

Têm sido variadas as interpretações dos fatos elencados acima, encadeando o Encilhamento e a gestão de Rui à frente do Ministério da Fazenda. A proximidade com o cenário de instabilidade dos anos 1890, bem como a vinculação a projetos político-ideológicos posteriores, condicionaram as narrativas produzidas sobre o Encilhamento. Como o foco deste capítulo são as ideias econômicas de Rui, mais do que a história da política econômica e da crise financeira do final do Oitocentos, recuperam-se apenas alguns apontamentos sobre a historiografia referente a esse período, a partir do balanço feito por Adalton Diniz.[35]

Grosso modo, pode-se dizer que a historiografia do Encilhamento era, até os anos 1920, presa aos fatos e às consequências recessivas acarretadas pelo *funding loan* de 1898, dedicando-se, com raras exceções, a condenar os excessos de emissão e a pessoa de Rui Barbosa. O principal exemplo é Pandiá Calógeras, com sua obra *A política monetária do Brasil* (1910). A partir dos anos 1920, houve uma mudança de foco, com análises mais voltadas para as questões estruturais e menos para figura de Rui: ganhava espaço a ideia de que a crise do Encilhamento resultou de um processo de transição, sendo decorrência da Abolição e de pressões políticas e econômicas. Pioneiro nessa linha foi Clodomir Cardoso: *Ruy Barbosa – a sua integridade moral e a unidade de sua obra* (1927). Embora reconhecessem o caráter estrutural da crise dos anos 1890, esses estudos, que incluem obras de Roberto Simonsen e de Caio Prado Júnior, não viam a política de Rui Barbosa como positiva, pelo contrário.[36]

A grande viragem se daria nos finais dos anos 1940, quando ganharam força as interpretações baseadas na ideologia desenvolvimentista. Nessa perspectiva, a política de Rui Barbosa não era mais vista apenas como consequência de um processo maior, mas como conjunto de medidas voltadas deliberadamente a incentivar o desenvolvimento

---

[35] DINIZ, Adalton Franciozo. *As representações do Encilhamento*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

[36] Ver, nesta perspectiva: SIMONSEN, Roberto C. "As consequências econômicas da Abolição". *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XLVII. São Paulo, maio de 1938 e PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

econômico nacional, que, nessa perspectiva ideológica, era sinônimo de industrialização. Merece destaque o estudo de Pinto de Aguiar, *Rui e a economia brasileira*, escrito em 1962, que atribuiu às ações de Rui significados relacionados a bandeiras do ideário desenvolvimentista, tais como: o incentivo à formação do mercado interno, redução da dependência externa, substituição de importações, criação de bancos com papel ativo no processo de desenvolvimento, dentre outras. As partes do trabalho dedicadas à "crítica e defesa" da política ruiana, bem como ao "julgamento da história", fazem uma verdadeira reabilitação de Rui e de seu legado, afirmando que, se cometeu erros como Ministro da Fazenda, o fez pelas circunstâncias em que atuou.[37] Vale lembrar que, em meio a essa predominante tendência a avaliar de forma positiva a política de Rui a partir dos anos 1950, houve estudos questionadores, entre os quais o de Nícia V. Luz.[38]

A historiografia acadêmica a partir dos anos 1980, embora em boa medida já não comprometida com uma agenda desenvolvimentista-industrialista, aceitaria a ideia de que Rui implantou medidas econômicas voltadas para o atendimento das necessidades do país naquele momento, numa política por vezes "mal-compreendida", para usar o termo de Carlos Manuel Peláez.[39] Nessa linha, convém mencionar a dissertação de Gustavo Franco, publicada em 1983, cuja narrativa, fundamentada em análise empírica, é que, de início, a política de Rui teria visado, exclusivamente, à expansão do meio circulante e ao crescimento econômico. Porém, em vista do declínio do câmbio e dos "excessos" monetários – emissão exagerada, crescimento do número de bancos – Rui teria patrocinado, por meio do Decreto de 7 de dezembro de 1890, a centralização bancária. Franco vê essa mudança na legislação como um "progresso", no sentido de dotar o país de um sistema monetário inconversível, porém com alto grau de controle sobre a oferta monetária. Nesse sentido, seriam infundadas as acusações de que a política de Rui fora "irresponsável". As razões para seu insucesso têm a ver, na interpretação de Franco, com o declínio da taxa de câmbio motivado pela interrupção do fluxo de capitais externos, que atingira um pico em 1890. A crise da casa Baring, bem como as instabilidades políticas do Brasil, teriam sido mais determinantes nesse processo do que as políticas iniciais de

---

[37] AGUIAR, Pinto de. *Rui e a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973, em especial pp. 211-255. Também enquadram-se nessa linhagem os seguintes estudos: BASTOS, Humberto. *Rui Barbosa, Ministro da Independência Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1949; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, pp. 187-195; e LIMA, Heitor Ferreira. *Três industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

[38] Ver LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, pp. 169-175.

[39] PELÁEZ, Carlos Manuel. "As consequências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945", in: *Revista Brasileira de Economia*, n. 25 (3), jul/set, 1971, p. 18. Ver, também,: TANNURI, Luiz Antonio. *O Encilhamento*. São Paulo/Campinas: Hucitec, 1981.

Rui.[40]

Nos anos 1990, o trabalho de Adalton Diniz fornece um balanço historiográfico das representações do Encilhamento, enfatizando seu caráter atrelado a projetos políticos e afinidades ideológicas. Para além de fazer recuperação das narrativas sobre Rui, Diniz chamou atenção para a historicidade de certos conceitos, nos quais comentadores se baseiam para atribuir a Rui certas inclinações política e ideológicas que refletem mais suas questões políticas contemporâneas do que o espectro de Rui, na transição republicana. Um exemplo interessanre é o conceito de "indústria", que não dizia respeito àquela época, somente às atividades fabris ou do setor secundário, referindo-se mais ao sentido de "atividade industriosa", como no inglês *industriousness*.[41] Dessa forma, o trabalho de Diniz faz ver com algum ceticismo as derivações mais recentes da perspectiva "nacionalista" sobre Rui e o Encilhamento. Um exemplo é o trabalho de Pedro D. Fonseca e Ivan Salomão, que tende a ver traços "desenvolvimentistas" em Rui Barbosa.[42]

Para estudar as ideias econômicas de Rui Barbosa, que frutificaram nesse controvertido período do Encilhamento, convém iniciar com alguns textos sobre questões econômicas, imediatamente anteriores à gestão ministerial. Em algumas das colunas escritas para o periódico *Diário de Notícias* ao longo de 1889, portanto ao longo da sequência de eventos que precipitaram a proclamação da República, Rui tratou de temas econômicos, na maioria dos casos relacionados à conjuntura do país. É possível apreender, a partir desses textos selecionados, alguns argumentos gerais mobilizados por Rui para discutir economia, meses antes de suas medidas à frente da condução da política econômica.

Em julho, Rui abordou o tema da imigração, baseando-se na leitura do livro do argentino Emílio Couchón, *Apuntes sobre imigración e colonización*, publicado no mesmo ano de 1889. A tese do autor, endossada por Rui, era de que a imigração mais exitosa, mais capaz de promover processos de colonização efetivos em extensões territoriais inexploradas, seria a espontânea – e não a patrocinada pelo Estado. Nas palavras de Rui, "o segredo onipotente da imigração consiste na integridade desse regimen liberal, a que a monarquia, entre nós, comete o erro de resistir".[43] O papel dos

---

[40] FRANCO, Gustavo. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Rio de Janeiro: BNDES, 1983, pp. 138-141.

[41] DINIZ, 1996, pp. 114-126.

[42] Ver SALOMÃO, Ivan Colangelo e FONSECA, Pedro Cezar Dutra e. "Heterodoxia e industrialização no pensamento econômico de Rui Barbosa". Texto para Discussão nº 07/2013. Porto Alegre: UFRGS/FCE/DERI, 2013.

[43] BARBOSA, Rui. "A imigração na República Argentina" (1889), in: *OCRB*, vol. XVI, t. IV, p. 2. A questão da imigração certamente estava na ordem do dia nesse momento: houve incremento significativo no ritmo de chegada de estrangeiros ao país, no final da década de 1880. Sobre as propostas de Rui para a modernização das relações de produção

governos na promoção da imigração deveria restringir-se a melhorias nos transportes – construção de ferrovias – e a reformas liberalizantes, que garantissem liberdade política e religiosa, além de amplo acesso à terra. Para ilustrar esses argumentos, Rui reproduziu dados que atestariam o insucesso da política imigratória do Império brasileiro, na comparação com os resultados obtidos nos Estados Unidos e na Argentina.[44]

Meses depois, em outubro, Rui escreveu sobre a política tarifária relacionada à indústria gráfica: seu comentário referia-se à eliminação dos direitos alfandegários incidentes sobre os livros impressos importados, recém-aprovada pela comissão revisora de tarifas. O tom geral do texto era de aprovação a essa medida de caráter liberalizante, com uma condenação mais geral do protecionismo: "Somos absolutamente infensos a toda a espécie de pretensa proteção à indústria indígena, que se traduza em impostos, para criar artificialmente atrás e à sombra deles uma produção incapaz de vida própria (...)".[45] No entanto, não se pode depreender do texto uma postura depreciativa da indústria nacional, pelo contrário: Rui advogava que a isenção de tarifas para livros fosse acompanhada pela redução dos direitos aduaneiros relativos ao principal insumo estrangeiro para esse produto: o papel de impressão. Liberada a importação de livros e mantidas as altas tarifas sobre o papel, seria estimulada a publicação dos trabalhos literários brasileiros na Europa – e a medida de política comercial se revelaria "ruinosa para a nossa indústria tipográfica".[46] A ideia era que a política de desoneração tarifária deveria ser global, reduzindo os custos para os leitores de livros importados, de um lado, e, de outro, fomentando o eventual desenvolvimento de uma indústria gráfica doméstica.

Alguns dias depois, já às vésperas da Proclamação da República, Rui formulou críticas severas à política financeira do visconde de Ouro Preto, que concedera poder de emissão ao Banco Nacional do Brasil, um banco privado de propriedade do Conde de Figueiredo.[47] Oficialmente, Ouro Preto pretendia, por meio do estabelecimento deste Banco, promover a gradual substituição do papel-moeda circulante por notas bancárias conversíveis em ouro. A política, no entanto, teria sido recebida pelo público como a concessão de um monopólio ou privilégio: essa recepção pouco favorável deu a tônica da crítica de Rui.[48] De acordo com sua argumentação, o curso forçado deveria ser uma

---

no Brasil, ver MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa: pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002. pp. 35-58.

[44] BARBOSA, "A imigração (...)", 1889, pp. 3-4 e p. 8.

[45] BARBOSA, "A tarifa e o livro", 1889, in: *OCRB*, vol. XVI, t. VII, pp. 213-214.

[46] BARBOSA, "A tarifa (...)", 1889, p. 216.

[47] BARBOSA, "Quem é pelo curso forçado?" (1889), in: *OCRB*, vol. XVI, t. VIII, pp. 4-10.

[48] Sobre a política financeira do último gabinete imperial, levada a cabo pelo visconde de Ouro Preto, ver SCHULZ, John. *A crise financeira da Abolição*. São Paulo: Edusp/Instituto Fernand Braudel, 1996. p. 81.

faculdade reservada ao Estado soberano, subordinada ao poder discricionário da autoridade monetária, e não delegada, como privilégio, a um banco privado.[49] Em verdade, Rui procurava se defender da acusação de que era partidário do curso forçado: em resposta, procurou reafirmar sua aversão à inconversibilidade, à qual os governos deveriam recorrer apenas em circunstâncias muito limitadas e, nesses casos, mantendo o controle direto ou indireto das operações emissoras. Nas palavras de Rui:

> Nós, detestando o papel-moeda como os que mais o detestarem, sustentamos apenas, com as opiniões mais autorizadas, como, entre outras, as de Leroy Beaulieu, que o Estado não pode abdicar em absoluto a faculdade de emiti-lo nessas crises de vida e morte, como as grandes guerras (...).[50]

Os argumentos de Rui nesses textos mostram uma adesão a princípios teórico-ideológicos, porém com forte tempero local e conjuntural. As proposições a respeito da imigração eram claramente liberais, devendo o Estado abster-se de subvencioná-la diretamente. No caso da indústria gráfica, o liberalismo comercial foi reafirmado, mas não devia ser totalmente dissociado do fomento à indústria nacional. No caso da política bancária, a necessidade de atacar a política financeira do último gabinete imperial fez com que Rui se manifestasse, com relação ao papel-moeda, com um tom bastante distinto do teor papelista que seria usado durante a crise do Encilhamento, para justificar as emissões autorizadas por ele próprio, como Ministro.

Rui Barbosa ficou conhecido por seu papelismo não só devido à política monetária expansionista posta em prática, mas, também, pela defesa teórica, *a posteriori*, de tais medidas. O conhecido discurso publicado como "O papel e a baixa do câmbio", feito em 3 de novembro de 1891, é uma das principais bases textuais utilizadas para se atribuir a Rui o rótulo de papelista. Nessa peça de convencimento, proferida no Senado, Rui, já tendo deixado a pasta da Fazenda, procurou argumentar que não fora a política monetária implantada durante sua gestão ministerial a principal responsável pela desvalorização cambial registrada em 1890 e 1891.[51]

> Não é, portanto, a circulação metallica que nos ha de de firmar o camhio alto; é, pelo contrario, a estabilidade do cambio ao par, effeito da prosperidade economica da nação, que nos ha de permitir a circulação conversivel. Os metallistas invertem os termos do problema, e por isso suas creações não passam de castellos de cartas.[52]

---

[49] BARBOSA, "Quem é (...)", 1889, pp. 4-5.
[50] BARBOSA, "Quem é (...)", 1889, p. 6.
[51] LEVY, 1977, p. 151.
[52] BARBOSA, Rui. *Finanças e política da Republica – discursos e escriptos*. Rio de Janeiro: Companhia Impressora, 1892, p. 29.

Para embasar essa concepção anti-metalista, Rui lançou mão de uma ideia relacionada à velocidade da circulação da moeda, para reforçar o argumento de que a emissão de papel-moeda não deveria ser apenas condicional a um lastro metálico, mas, sim, adequada às necessidades da circulação. No caso do Brasil, um país com deficiências de transportes, economia atrasada e mecanismos de permuta "rudimentares", haveria pouca facilidade de giro da moeda, baixo poder de circulação do numerário. Nesse sentido, levando em conta as especificidades de uma economia atrasada, na qual haveria uma maior demanda por papel para efetivar as transações no mercado, o papel-moeda deveria ser emitido em maior volume (do que em um país rico), "Ora quanto menos adiantado se acha um paiz, tanto mais lento é o circular da moeda, e tanto maior a somma della, portanto, se requer para o mesmo número de operações".[53]

Nas notas preparadas por Rui para elaborar sua fala no Senado, encontram-se referências à questão da velocidade da moeda, sendo Wilhelm Roscher um dos autores mencionados. "Entre as condições, de cuja cooperação depende a soma de dinheiro necessário a uma circulação regular, menciona Roscher, no seu *System der Volkswirtschaft*, como uma das principais a rapidez da circulação da moeda".[54] Em notas seguintes, Rui registrou a comparação entre Inglaterra e França: a Inglaterra, país mais avançado, teria uma demanda menor por meio circulante do que a França, justamente pela elevada velocidade de circulação da moeda.

Esses argumentos de Roscher fizeram parte da preparação do discurso, sendo mencionados nas notas, mas suas referências não foram levadas ao texto final. De toda maneira, Rui tinha em sua biblioteca a tradução do *System der Volkswirtschaft* para o inglês – *Principles of political economy* – publicada em Nova York, em 1878. Nesse volume, Rui fez marcações na seção CXXIII (livro II, capítulo 3), na qual se discute "A quantidade de moeda de que uma nação necessita", mais especificamente no subitem intitulado "A rapidez da circulação da moeda". O argumento exposto por Roscher no parágrafo era bem parecido com o apresentado por Rui: quanto menos desenvolvidas as condições para a rapidez na circulação da moeda, como a liberdade comercial e a seguridade legal, mais baixa seria a sua velocidade de circulação e, por conseguinte, maior a necessidade de numerário na economia. Roscher chegou a mencionar que, em países "menos civilizados", os possuidores de moeda são levados pelas circunstâncias a

[53] BARBOSA, *Finanças (...)*, 1892, p. 72.
[54] BARBOSA, Rui. "Apontamentos para o discurso sobre a reorganização do Banco da República"(1892), in: *OCRB*, vol. XIX, tomo II, Anexo VI.

enterrar seus tesouros monetários.[55]

Havendo essa possibilidade teórica de que o papel-moeda emitido não participasse integralmente da circulação, havendo essa parcela da moeda que "hiberna, pelas circumstancias especiaes de certos paizes, nas mãos de seus detentores", relaxava-se a necessidade de uma causalidade entre aumento do numerário circulante e depreciação cambial.[56] O movimento da taxa de câmbio teria, nesse caso, determinantes não monetários, como a situação do balanço de pagamentos e a prosperidade dos negócios nacionais. O argumento, elaborado ao longo do discurso proferido em novembro de 1891, permitia que se evitasse uma associação teórica direta entre as medidas tomadas por Rui como Ministro, que haviam aumentado os haveres monetários à disposição do público, e a baixa cambial que fora se agravando durante o ano de 1890.

> A parte [das emissões] que se eclipsa das transacções, – essa parte, por isso mesmo que não funciona, que não se sente, que não se descobre, é um elemento inerte, que não pode influir para a valorização ou desvalorização geral da moeda.[57]

Na concepção do sistema de bancos regionais, Rui Barbosa fora influenciado, conforme Maria Bárbara Levy, pelas ideias de Alexander Hamilton, primeiro Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, que teria sido favorável a uma política de ruptura com o metalismo de tradição inglesa, logo após a Independência americana. Seriam semelhantes as necessidades de circulação monetária e de canalização de recursos para inversões produtivas dos Estados Unidos recém-independentes e do Brasil pós-Proclamação da República.[58] Uma outra comparação com a política monetária norte-americana é possível: o sistema dos *national banks* estruturado no período da Guerra de Secessão e vigente até a formação do Federal Reserve, teria afinidades com o sistema de bancos de emissão implementado por Rui Babosa.[59] Ainda que não mencione a obra de MacLeod em seu texto, parece inegável que Rui foi influenciado por princípios da *banking school*, seja na política implantada, seja no discurso sobre ela: a oferta de papel-moeda deveria adaptar-se às necessidades das praças comerciais brasileiras, mais do que seguir uma proporção fixa em relação ao lastro metálico.[60]

---

[55] ROSCHER, Wilhelm. *Principles of political economy*. Translated by John L. Lalor. New York: Henry Holt & Co., 1878, Section 123.
[56] BARBOSA, *Finanças (...)*, 1892, p. 68.
[57] BARBOSA, *Finanças (...)*, 1892, p. 68.
[58] LEVY, 1977, pp. 148-149.
[59] BORMANN, 1949, p. xxxviii.
[60] A proposição de que as emissões devem adaptar-se às necessidades da circulação pode ser vista como uma justificativa, *a posteriori*, para uma política cujo objetivo havia sido agradar fazendeiros em dificuldade e atender aos interesses e pressões de banqueiros, como Francisco de Paula Mayrink, que era próximo de Rui Barbosa. Ver SCHULZ, 1996, pp. 83-89.

Alguns meses depois de "O papel e a baixa do câmbio", Rui Barbosa fez outro discurso no Senado, publicado em 1892 sob o título "Os bancos emissores – o projeto oficial". O objetivo do discurso, proferido em 12 de janeiro do mesmo ano, era dar continuidade à defesa, perante a opinião pública, da política econômica levada a cabo no período em que Rui fora Ministro da Fazenda, bem como criticar o projeto do então Ministro Rodrigues Alves, em tramitação no Senado, de encampação do papel-moeda emitido pelos bancos, de modo a substituí-lo por papel lastreado em títulos da dívida pública, emitido pelo próprio Tesouro Nacional. O projeto tinha um sentido deflacionista, de enxugar os excessos das emissões do BREUB e do Banco do Brasil.[61]

Rui citou discursos de Bismarck, em livro traduzido para o francês, para legitimar as mudanças em suas orientações de política monetária: "Politicamente eu me envergonharia antes de pertencer á turba de indivíduos, que não conhecem, na sua vida inteira, senão uma idéa só, com a qual nunca se puzeram em contradicção". A frase se referia à mudança no posicionamento do Ministro Rui Barbosa sobre as emissões: se implantara uma política de pluralidade de emissões, por meio do decreto de 17 de janeiro de 1890, agora defendia a centralização das emissões, da forma como estabelecera o decreto de 7 de dezembro de 1890, instaurado já no final de seu período ministerial, que permitira a união dos Banco dos Estados Unidos do Brasil (BEUB) e do Banco Nacional do Brasil (BNB), criando o BREUB (Banco da República dos Estados Unidos do Brasil), numa forma de consolidar um grande banco emissor.[62] Ao longo do discurso, Rui Barbosa procurou justificar, de várias maneiras, a mudança de rumo acarretada pela medida centralizadora representada pelo decreto de 7 de dezembro: buscava argumentos que dessem legitimidade à existência de um grande banco emissor nacional, centralizado.[63] É nesse sentido que foram feitas as referências às ideias monetárias de Adolph Wagner.

Conforme descrito no capítulo 5, a obra mais abrangente e conhecido de Adolph Wagner foi o projeto do *Grundlegung der politischen Ökonomie* (*Fundamento da economia política*), iniciado a partir da adaptação do manual de Karl H. Rau em 1876 e continuado ao longo das três décadas seguintes. Neste momento, entretanto, Rui Barbosa mencionou dois outros livros que continham contribuições de Wagner. O primeiro foi o *Handbuch der politischen Ökonomie* (*Manual de Economia Política*), editado por Gustav von Schönberg e publicado pela primeira vez em Tübingen, em 1882. O primeiro volume deste manual foi dedicado à *Volkswirschaftslehre*. O volume consistia em contribuições

[61] FRANCO, 1990, p. 24.
[62] BARBOSA, *Finanças (...)*, 1892, pp. 156.
[63] BARBOSA, *Finanças (...)*, 1892, pp. 159-160.

de diferentes autores, como Hans von Scheel, Erwin Nasse, Adolph Wagner e o próprio Gustav Schönberg. Wagner redigiu a seção citada por Rui Barbosa, cujo título é: "Der Credit und das Bankwesen" ("O crédito e o sistema bancário"). O segundo texto de Wagner mencionado por Rui foi um prefácio ao livro *As finanças da França após a guerra 1870-71*, escrito por Ludwig von Hirschfeld e publicado em 1875 em Berlim.

Antes de passar a referências textuais feitas por Rui Barbosa a Wagner, vale ressaltar que Rui buscou os traços "não-quantitativistas" da abordagem wagneriana para a questão do papel-moeda. A seção "O crédito e o sistema bancário", de Wagner, foi dividida duas partes: "Crédito" e "Sistema Bancário". Nesta última, que discutia a organização geral dos bancos em uma economia, encontram-se os trechos citados por Rui Barbosa em seu discurso. Uma das ideias avançadas por Wagner sobre o sistema bancário era que o papel-moeda possuía várias vantagens sobre a moeda metálica, entre as quais poupar esforços de transporte e minimizar custos no geral. Para além disso, somente a emissão de notas de banco seria capaz de "adaptar-se ao estado mutável do crédito, isto é, ao estado geral da confiança". Também seria a circulação de notas bancárias a única capaz de ajustar-se, suficientemente bem, "às mudanças temporais e locais na demanda por meios circulantes, de modo a prevenir distúrbios no movimento econômico geral".[64] Rui Barbosa e Wagner reconheciam a importância da circulação não-metálica de moeda, sobretudo como resposta a incrementos inesperados na demanda por numerário.

O primeiro trecho de Wagner citado por Rui, no discurso sobre os bancos emissores, trazia uma comparação histórica entre sistemas centralizados e descentralizados de emissão de papel-moeda bancário. O sistema escocês foi mencionado como aquele que teria, por sua descentralização, capacidade de fazer frente às necessidades, advindas da "economia social", de instrumentos de circulação. Esse sistema, por outro lado, não teria grande vantagem sobre os bancos centralizados cuja rede dispersa de filiais também permite atender às demandas localizadas por meio circulante, de acordo com a necessidade. Os grandes bancos tornavam-se, portanto, mais recomendáveis por conseguirem "resistir à tempestade" em tempos críticos. Wagner refere-se à história de alguns bancos "nacionais" centralizados para reforçar seu argumento. Menciona o Banco da Inglaterra, nas "crises comerciais" de 1825, 1847, 1857, 1866; o Banco da França, nos anos de 1848, 1866, 1870 e 1871; o Banco da Prússia, em 1857, 1866 e 1870; e, por fim, o Banco Austríaco, em 1873.[65]

---

[64] WAGNER, Adolph. "Der Credit und das Bankwesen". Em: SCHÖNBERG, Gustav (org.). *Handbuch der politischen Ökonomie*. Band 1: Volkswirtschaftslehre. 3. Auflage. Tübingen: Laupp, 1889. p. 435.
[65] BARBOSA, *Finanças (...)*, 1892, p. 159 e WAGNER, 1889, p. 436.

O próximo trecho de Wagner referido por Rui reforçava a argumentação com a ideia de que, em ocasiões de crise, as corridas bancárias, para "apresentação de bilhetes ao troco" são muito menos frequentes, se é que ocorrem, quando há grandes bancos. Estes seriam capazes de preencher as lacunas que se descobrem em todo sistema de crédito quando há crises, podendo superá-las, "no verdadeiro interesse da economia social". Esta seria a vantagem máxima, a mais decisiva, para se recomendar a centralização monetária, em detrimento da multiplicidade de emissões. A comparação histórica reforçava o ponto mais uma vez: seriam decisivas, segundo Wagner, as lições da história bancária da Inglaterra, Alemanha e França, comparada com a da Escócia, dos bancos provinciais ingleses, de Hamburgo (1857), dos pequenos bancos alemães (1866) e também dos Estados Unidos. Para concluir, Rui citou Wagner: "Nas grandes catastrophes do Estado, a possibilidade do apoio de um grande banco central, poderoso e bem administrado, constitue um alto interesse publico e economico-social."[66]

Vale notar que a expressão "economia social" e sua forma adjetivada, nas expressões supracitadas, correspondem à tradução dada por Rui Barbosa para o conceito de *Volkswirtschaft*. Rui dominava o idioma alemão e decerto conhecia o significado da palavra *Volk* (povo ou nação), bem como a tradução francesa do conceito de *Volkswirtschaft*. Na introdução do livro de Wagner sobre finanças públicas, *Finanzwissenschaft* ou *Traité de la science des finances* na versão francesa, encontram-se exemplos da tradução do termo como "économie nationale". Rui possuía o *Traité* em sua biblioteca e, como atestam as marcas de leitura, com certeza chegou a consultá-lo. A questão é que Rui optou por uma tradução do conceito alemão que não enfatizava seu aspecto nacional, mas tão-somente o fato de que grandes bancos emissores tenderiam a ser benéficos para a economia como um todo.

Esse procedimento parece relacionado ao questionamento do nacionalismo, que permeou a transição republicana no Brasil: uma das principais bandeiras que levaram ao golpe de 15 de novembro foi o federalismo. Nesse sentido, para o Governo Provisório, do qual Rui Barbosa fez parte, a concessão de poder aos estados estava associada à superação do legado de um nacionalismo que se reconhecia na monarquia centralizada, sobretudo na figura de D. Pedro II. Segundo Emília Viotti da Costa, o ideário federalista ganhou cada vez mais força no Brasil à medida que se aproximava o fim do século XIX. Problemas relacionados à modernização, sobretudo nas cidades, passaram a ser associados com a excessiva centralização do regime monárquico. Ademais, as

[66] BARBOSA, *Finanças (...)*, 1892, p. 160 e WAGNER, 1889, p. 452. Ver, também, GREMAUD JR., 1997, p. 111.

articulações entre política e economia também favoreciam o federalismo: o esquema institucional do regime imperial não permitia uma representação parlamentar proporcional aos novos grupos econômicos poderosos, como os cafeicultores empregadores de mão de obra livre, os negociantes ligados ao comércio exterior e os industriais. Esses grupos eram muito influentes no estado de São Paulo, onde não somente o federalismo, mas também o separatismo foi invocado nesse contexto. O arranjo político da república federativa acabou por prevalecer sobre os arroubos separatistas, tendo em vista que levava em conta interesses regionais, sem quebrar a unidade territorial estabelecida.[67]

De toda maneira, embora Rui Barbosa tenha recorrido às ideias de um autor afiliado a uma linhagem de pensamento econômico conhecida por suas inclinações nacionalistas, o pensamento de Wagner não foi incorporado de forma indiscriminada: foi ajustado ao contexto político contemporâneo. Rui interferiu na formulação de um conceito por meio da tradução, fazendo uma adaptação conveniente, que tornou o conceito mais adequado para ser mobilizado no contexto específico da transição republicana no Brasil. Vale lembrar que, em Wagner, o conceito de *Volkswirtschaft* tinha de fato uma conotação nacionalista-organicista, o que não era o caso em pensadores da época da formação da *Nationalökonomie*, no início do século XIX. Rui parece ter compreendido essa nuance e procurado atenuá-la em seu próprio discurso. Em português, a expressão "economia nacional" dificilmente poderia ser vista como sinônimo de "economia política", de modo que o leitor tenderia a associá-la com uma abordagem específica do problema econômico.

O uso do termo "economia social" em vez da tradução "economia nacional" pode também estar relacionado com o emprego de uma terminologia mais associada a tradições europeias mais ocidentais de pensamento econômico, sobretudo a francesa, representada por Jean-Baptiste Say. Rui Barbosa possuía o opúsculo de Say *Économie politique*, publicado postumamente em 1888. Também tinha em sua biblioteca um livro escrito pelo neto de J.-B. Sat, Léon Say, intitulado *Économie sociale*. Esse livro era um relatório do "Grupo de Economia Social" que integrou a Exposição Universal de 1889, em Paris, trazendo os resultados de um concurso realizado entre delegações de representantes das várias "seções" ou ramos da "economia social", incluindo: higiene pública, habitação, segurança contra acidentes, grande e pequena indústria, entre outras.[68] De alguma forma, a tradução de *Volkswirtschaft* como "economia social" minimizou as possíveis

[67] COSTA, Emília Viotti da. *Da monaraquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977, pp. 309-317.
[68] SAY, Léon. *Économie sociale*. Exposition Universelle de 1889, Groupe de l'Économie sociale, Rapport Général. Paris: Guillaumin, 1891.

implicações nacionalistas do conceito, em favor de outras, mais adequadas ao federalismo e à reivindicação de que grandes bancos emissores são politicamente neutros e benéficos para a sociedade como um todo, sem coloração política ou nacionalista. Algumas décadas depois, Roberto Simonsen mudaria a ênfase da apropriação deste mesmo conceito de *Volkswirschaft*, conferindo-lhe a tradução de "economia nacional".[69]

Rui Barbosa prosseguiu com assimilações germânicas em seu discurso sobre os bancos emissores, fazendo críticas ao projeto oficial de saneamento monetário, em discussão no Congresso, que previa retirar dos bancos a faculdade emissora e emitir notas do próprio Tesouro com lastro na dívida pública. Nos termos de Rui, o projeto pretendia passar da emissão bancária à "emissão governativa". Nesse momento, recorreu ao mesmo Wagner, para argumentar contra esse tipo de emissão que dispensava o papel de um banco privado emissor. As referências nesse momento são o mesmo manual citado anteriormente, designado como o "celebre Manual de Economia Politica de Schönberg",[70] e o prefácio de Wagner para o livro *As finanças da França após a guerra de 1870-71*, de 1875, de Ludwig von Hirschfeld.

Wagner argumentava que, em situações de crise, nas quais se faz necessário emitir papel-moeda, deve-se preferir os bilhetes emitidos por um grande banco e não o papel emitido diretamente pelo Estado.[71] Sob o curso forçado de bilhetes bancários, haveria um fenômeno de regresso regular e periódico de bilhetes ao banco, que operaria em relação a uma parte mais ou menos grande da circulação fiduciária total. Esse princípio, chamado de lei do refluxo, era defendido pelos adeptos da *banking school*: baseando-se nessa ideia, Fullarton e Tooke haviam postulado, na Inglaterra, que a circulação de papel-moeda poderia regular-se sozinha, sem a necessidade da limitação, por parte do Estado, da quantidade de moeda a ser emitida.[72]

A ideia de Rui, em sua crítica ao projeto oficial de reforma financeira, era que a emissão por parte do próprio governo com base somente em títulos do Estado teria menos garantias que o papel dos bancos, justamente porque estes contariam com o lastro dos ativos presentes em seu portfólio, como instituições financeiras. Convém lembrar que, nesse momento de transição do século XIX para o XX, a tônica da política monetária internacional era dada pela adesão ao padrão-ouro: nesse sentido, a conversibilidade – o lastro em ouro ou em alguma divisa forte, conversível no metal – era sinal de credibilidade

---

[69] As influências alemãs de Roberto Simonsen serão desdobradas em capítulo posterior.
[70] BARBOSA, *Finanças (...)*, 1892, p. 204.
[71] BARBOSA, *Finanças (...)*, 1892, p. 204.
[72] Sobre as ideias gerais da *banking* school, ver: SCHWARTZ, Anna J. "Currency School, Banking School, Free Banking School". *The New Palgrave Dictionary of Economics*. Second Edition, 2008.

no mercado. Rui Barbosa utilizou-se desse vocabulário associado ao padrão-ouro na crítica ao plano de reforma monetária do ministro Rodrigues Alves, avançando a ideia de que uma emissão puramente estatal teria menos credibilidade – e recorreu a Adolph Wagner para reforçar esse argumento. Nas palavras de Rui:

> A pedra philosophal estarará descoberta, no dia, em que a responsabilidade núa e simples de um governo endividado representar maior poder de credito do que a garantia dos depositos dos banco, reforçada pelo seu activo; no dia em que as emissões do Thesouro deixarem de constituir uma expressão mais crua e mais pertinaz de inconversibilidade do que as emissões bancarias.[73]

Para dar ênfase ao argumento, Rui recorreu a Wagner, no já referido Manual de Schönberg, para mencionar exemplos históricos. As emissões de moeda por conta do Estado, como no caso de Estados Unidos e Áustria são "*tão perniciosas á circulação monetaria* quanto os emprestimos contrahidos pelo Estado nos bancos de emissão, *si é que não são mais perniciosas*" (grifos de Rui Barbosa).[74] A preocupação, tanto de Rui quanto de Adolph Wagner, era evitar que a emissão por parte do próprio Tesouro levasse a uma situação de desordem monetária, com um excesso meio circulante sem lastro, para além das necessidades da circulação. A ideia dos autores é que se a emissão fosse deixada a cargo de bancos privados, e prevalecesse a lei do refluxo, não haveria excesso de papel-moeda.

A apropriação que Rui Barbosa fez de Adolph Wagner não ficou restrita ao tema moeda e bancos: além desse discurso sobre política financeira, abarcando também o domínio das finanças públicas. No "Relatório do Ministro da Fazenda" (1891), que elaborou ao deixar a pasta, Rui utilizou-se da obra de Wagner para discutir questões relacionadas com o estabelecimento da república federativa, em particular as relacionadas à esfera fiscal. A primeira constituição republicana do Brasil, elaborada ao longo de 1890 e promulgada em fevereiro de 1891, retirava da União a arrecadação dos impostos de exportação, transferindo-a aos estados. A saída de Rui do Ministério se deu em janeiro de 1891, quando veio a público seu Relatório. É nesse contexto que se insere sua preocupação com formas de recompor as finanças federais.

A primeira possibilidade de taxação mencionada por Rui para reforçar as finanças públicas da União era o imposto sobre a renda: uma forma de tributação direta que deveria complementar a arrecadação dos direitos de importação, esteio do erário público federal nesse momento. Questões fundamentais sobre as formas de incidência, cobrança e fiscalização do imposto de renda formaram o tema de uma parte do Relatório de Ministro

[73] BARBOSA, *Finanças (...)*, 1892, p. 203.
[74] BARBOSA, *Finanças (...)*, 1892, p. 204 e WAGNER, 1889, p. 452.

da Fazenda, que foi recheada de referências a autores estrangeiros e a documentos legislativos brasileiros relativos a tentativas malogradas de se instituir um imposto sobre os rendimentos, ainda no período monárquico. Vale lembrar que na perspectiva de Adolph Wagner, um representante da tradição da *Finanzwissenschaft* oitocentista, o imposto de renda era uma forma central de financiar a expansão dos dispêndios estatais.

As referências à ciência das finanças públicas alemã, em especial a sua vertente socialista de Estado, bem como aos contextos históricos prussiano e suíço, foram várias. Ao discutir a diferenciação entre tributação direta e indireta, Rui lançou mão do exemplo suíço para mostrar que deveria ser evitado o radicalismo de se condenar uma dessas formas de taxação, bem como o de se reservar seu produto integralmente ao governo central ou às administrações locais. Mesmo a Suíça, país caracterizado pela descentralização administrativa, argumentava Rui, nos anos 1880 suspendera a proibição aos impostos indiretos federais – e os frutos de algumas taxas desse tipo (como a incidente sobre o fabrico e importação de "bebidas espirituosas") seriam destinados à confederação, que os repartiria entre os cantões, conforme suas populações. O autor usado como referência nessa discussão foi o economista Gustav Cohn.

> Estudando êsses fatos, Güstav Cohn, o célebre economista de Göttingen (*Income and property taxes in Switzerland*, na *Politic. Science Quarterly*, 1889, v. IV, p. 59) divisa em futuro não remoto a época de séria reforma na legislação financeira da Suíça, sob um pensamento de um enlace entre o erário federal e os erários cantonais, reconhecendo-se a confederação como o órgão mais apropriado para suprir ao sistema tributário dos cantões o produto das contribuições indiretas.[75]

A ideia defendida por Cohn e corroborada por Rui era que deveria haver uma articulação entre tributação direta e indireta, entre o orçamento da união e os estaduais. O argumento, de cunho redistributivo, usado para justificar a introdução da taxação direta era que os impostos indiretos, geralmente sobre consumo, incidiam muito mais sobre as classes pobres, "roçando apenas à superfície os maiores cimos da riqueza". Das formas de tributação direta, deveria prevalecer o imposto sobre a renda, por ser mais adequado no cumprimento deste papel compensador. Entre os autores mencionados para subsidiar esta ideia, Rui referiu-se, novamente, a Cohn: entre as contribuições diretas, "a menos imperfeita, a mais eficaz, a mais justa é a do imposto sobre a renda, único instrumento financeiro 'capaz de medir a proporção de encargos públicos, que deve recair sôbre os ombros das classes ricas e abastadas'".[76] A edição do periódico *Political Science*

[75] BARBOSA, Rui. "Relatório do Ministro da Fazenda" (1891), in: *OCRB*, vol. XVIII, t. III, pp. 13-14.
[76] BARBOSA, "Relatório", 1891, p. 18.

Quarterly citada por Rui encontra-se em sua biblioteca: o texto de Cohn traz várias marcas de leitura, que correspondem a argumentos tratados no Relatório.

Outra justificativa para o imposto sobre a renda passava pela ideia de prover uma fonte de financiamento em conjunturas críticas dos Tesouros nacionais, como os momentos de tensão política. Nesse ponto, Rui referiu-se a uma opinião de Adolph Wagner, porém citada pelo economista italiano Giuseppe Ricca Salerno (1849-1912), que fora aluno de Wagner em Berlim.[77] O imposto de renda funcionaria, no raciocínio de Salerno, como um colchão, permitindo aos países acomodar-se financeiramente a situações diversas.

> 'É desse imposto que se tem valido a Inglaterra, em emergências diversas, para acudir a despesas urgentes e extraordinárias, suprir-se prontamente dos meios econômicos reclamados por emprêsas de guerra, e resolver em boa parte um problema financeiro, que Wagner considera séria lacuna da teoria e grave defeito da prática financeira.(...)' (R. Salerno: *L'imposta sull reditto*).[78]

Mais adiante, Rui apontou para um possível problema da tributação direta em grandes democracias. Em decorrência do sufrágio universal, o peso da carga fiscal poderia, em teoria, recair somente sobre as classes proprietárias, na medida em que essas seriam minorias eleitorais. Dessa forma, haveria uma prodigalidade orçamentária sem freio, já que a maioria da população não sentiria o peso dos impostos. "De perigos tais, como os que, com altos intuitos liberais, figura o economista alemão, estamos bem longe, num país, em cujas finanças os impostos indiretos representam em tão larga escala o papel preponderante".[79] O economista alemão era, uma vez mais, Güstav Cohn: neste ponto, Rui mencionou o perigo do descontrole orçamentário devido à restrição da taxação a uma minoria, reforçando que, no Brasil, esse suposto problema não seria uma ameaça.

Um ponto de discussão importante, na implementação do imposto de renda, referia-se às faixas de isenção e à aplicação de diferentes alíquotas segundo origem, durabilidade e montante da renda. Entre os autores mencionados para discutir essa questão estavam MacCulloch e Stuart Mill. Sobre essa questão, Rui utilizou-se de conceitos emprestados a autores alemães, sem fazer citação formal. Argumentou que, para o estabelecimento das alíquotas era necessário distinguir entre as rendas provenientes do trabalho e do capital. Em suas palavras, "a diferença, que se verifica entre os réditos do trabalho e os réditos do capital (*fundirte und unfundirte Einkommen*), diferença especialmente acentuada pelos

---

[77] Embora tenha sido aluno de Wagner, ao longo da vida Salerno afastou-se de seu professor e da perspectiva alemã da *Finanzwissenschaft*. Ver GIOIA, Vitantonio. "The German Historical School in the Italian debate (1870-1890)", in: CARDOSO e PSALIDOPOULOS, 2016, pp. 87-88.

[78] BARBOSA, "Relatório", 1891, pp. 33-34.

[79] BARBOSA, "Relatório", 1891, p. 37.

autores alemães."[80]

Quando abordou a questão da cumulatividade ou não do imposto de renda com outros tributos (por exemplo, os prediais), Rui referiu-se ao economista francês Paul Leroy-Beaulieu, para mencionar o exemplo prussiano. Neste quesito, Rui não assumiu posição clara, deixando aos legisladores a tarefa de determinar se a taxação deveria ser cumulativa ou subdividida.

> 'Forçoso era, pois, ou sobrepor o imposto geral sobre a renda aos outros impostos diretos, ou confundi-los de algum modo com êles. A Prússia oferece-nos exemplo do primeiro sistema: o da superposição. Há, nesse país, um impôsto territorial, um impôsto industrial análogo às patentes, enfim um impôsto sôbre as casas. Contudo, não se hesitou ali em estabelecer um tributo geral sôbre a renda, o qual se divide em duas partes: a *Classensteuer* sôbre as pequenas rendas, menores de 3.750 frs., e a *Einkommensteuer* sôbre as rendas de 3.750 frs. para cima.' (Rui Barbosa citou, entre aspas, "observações de Leroy- Beaulieu", sem indicação da fonte).[81]

Para além dessa citação de Leroy-Beaulieu, Rui utilizou, ao longo da parte do Relatório do Ministro da Fazenda referente ao imposto de renda, expressões em alemão para se referir a conceitos, nem sempre citando autores ou obras específicas. Um exemplo é a questão do limite de isenção do imposto ou do nível mínimo de renda a partir do qual a tributação deveria incidir. O primeiro termo utilizado foi *Existenzminimum* ou "mínimo garantidor da existência".[82] Mais adiante, referindo-se, com outras palavras, à mesma ideia, sugeriu que a renda reservada aos recursos de primeira necessidade ou "a renda livre (*das freie einkommen*), na frase dos economistas germânicos" deveria ser fixada no valor de 800$000.[83]

Sobre as formas de aplicação do imposto sobre a renda, Rui defendeu como ideal uma combinação dos dois sistemas usuais: declaração por parte do contribuinte e verificação por agentes fiscais. Considerando que a matéria exigia ponderação e delicadeza, Rui mencionou os casos da Prússia e da Inglaterra, utilizando, para isso, um *Manual da ciência das finanças*, do economista e sociólogo alemão Lorenz von Stein.

> Por isso na Prússia, como na Inglaterra, no *Einkommenssteuer*, como na *Income-tax*, o lançamento do impôsto se estriba inteiramente nas declarações dos contribuintes, recebidas e averiguadas por comissões locais. E os resultados obtidos merecem aos economistas (L. von Stein: *Lehrbuch der Finanzwissenschaft*, 4 Aufl. Leipz., 1879) assinalados encômios à sabedoria política e à discrição administrativa, que inspiram o sistema estabelecido.[84]

Para além do imposto de renda, Rui discorreu sobre outras possíveis formas de

[80] BARBOSA, "Relatório", 1891, p. 40.
[81] BARBOSA, "Relatório", 1891, p. 53.
[82] BARBOSA, "Relatório", 1891, p. 62.
[83] BARBOSA, "Relatório", 1891, p. 63.
[84] BARBOSA, "Relatório", 1891, p. 65.

tributação que pudessem fazer frente à lacuna que seria deixada no orçamento da União pela perda do imposto sobre exportação. Uma alternativa seria o imposto sobre o fumo: nesse caso, mostrou-se partidário do modelo norte-americano de taxação, após uma comparação dos sistemas de vários países, entre eles a Inglaterra e a Alemanha. O modelo inglês foi descartado por Rui, por basear-se na taxação alfandegária do fumo, cuja produção era proibida no país, onde se fazia apenas o beneficiamento industrial. Rui também considerava pouco aplicável ao Brasil a solução alemã, baseada, até 1880, na taxação sobre a extensão do terreno cultivado e, daí em diante, na quantidade de fumo produzida. Essa forma de cobrança representaria, na opinião de Rui, uma intervenção excessivamente severa da administração pública sobre as operações da lavoura, sujeitando-as a restrições inaceitáveis. Nesse ponto, citou Albert Schäffle para sugerir que esse tipo de restrição seria conducente ao monopólio. O trecho é revelador pois deixa transparecer uma imagem que Rui tinha do modelo alemão de política econômica.

> Semelhante solução, inaclimatável entre nós, poderá sustentar-se apenas como um passo para o monopólio, qual o considera Schäffle (*Die Grundsätze der Steuerpolitik*, pág. 437), no seio de povos, como o alemão, cujas predisposições orgânicas o inclinam talvez instintivamente para êsse resultado, não obstante as reações da consciência liberal, que o dificultam.[85]

Sendo o modelo inglês baseado somente no beneficiamento e o alemão "inaclimatável", a tributação do fumo deveria ser introduzida segundo o esquema norte-americano, baseado na isenção do produtor agrícola e cobrança do imposto sobre o produto fabricado antes de penetrar no consumo.[86]

De forma articulada a essa temática mais geral das finanças públicas, Rui tratou, no Relatório, de política comercial: a discussão girava em torno dos possíveis benefícios para orçamento público decorrentes da cobrança de tarifas alfandegárias. Pode-se dizer que sua argumentação seguia o tom moderado do artigo de 1889 sobre a indústria gráfica. Se partia de uma convicção livre-cambista, não hesitou em apontar vantagens do protecionismo, como forma de recompor as finanças públicas e de fomentar a indústria incipiente.

> Ainda na esfera científica, escritores da maior autoridade e livre-cambistas da mais pura fé nos dogmas dessa crença têm reconhecido o valor inelutável das restrições impostas pela relatividade dos elementos econômicos e financeiros, em cada nação, ao absoluto das grandes teses liberais.[87]

Rui iniciou sua argumentação mais teórica referindo-se a John Stuart Mill, que nos

[85] BARBOSA, "Relatório", 1891, p. 110.
[86] BARBOSA, "Relatório", 1891, p. 110.
[87] BARBOSA, "Relatório", 1891, p. 127.

Princípios de Economia Política teria feito concessões ao protecionismo. No trecho citado, Mill afirmava existirem países que, por terem iniciado seu desenvolvimento industrial posteriormente a outros, deveriam gozar de direitos protetores, mantidos por tempo "razoável", de forma a incorporar processos de produção que em outros contextos já eram tradicionais. A ideia de Rui era estabelecer uma proteção "módica e lenta", aplicada com critério a cada caso especial, com o objetivo de criar um mecanismo de rendas internas, que permitisse ao Brasil depender cada vez menos dos direitos aduaneiros, seja como forma de proteção à indústria, seja como suprimento ao Tesouro. Ademais, reconhecia que a política comercial dos vários Estados não era uma decisão autônoma dos governos, estando sujeita aos interesses políticos e econômicos em disputa nas respectivas nações.[88]

Outro motivo pelo qual deveriam ser relativizados os princípios do livre comércio era ligado às necessidades de financiamento do Estado, nos termos da "lei de Wagner". O peso dos orçamentos e a pressão das despesas públicas deveriam, na opinião de Rui, preponderar sobre os interesses de classe na determinação das tarifas alfandegárias, que teriam um claro sentido fiscal. A ampliação das necessidades dos erários públicos estaria ligada, não somente a prodigalidades nos gastos, mas tinha um sentido progressista, civilizatório, ligado ao processo de formação do Estado moderno. Neste ponto, Rui recorreu novamente a Adolph Wagner: o trecho a seguir foi citado do livro *Finanzwissenschaft*. Embora tenha feito a citação a partir dele, Rui não possuía o original alemão em sua biblioteca, mas, sim, a tradução francesa, na qual deixou marcações no livro IV, relacionado à "teoria das taxas".[89]

> Crescem incessante e enormemente, em todos os países civilizados, os sacrifícios do Tesouro, e isso não só em resultado de causas factícias, anômalas e viciosas, como a hipertrofia das instituições militares e a prodigalidade das maiorias legislativas, como em virtude mesmo da expansão orgânica do Estado moderno, por influxo do desenvolvimento natural da sua vida física, moral e econômica. (Wagner: *Finanzwissenschaft*, v. II, c. VII).[90]

Rui utilizava-se aqui, para justificar a cobrança de uma tarifa aduaneira com sentido fiscal, da ideia wagneriana de que a expansão das competências do Estado, traduzidas em

---

[88] BARBOSA, "Relatório", 1891, pp. 128-131.

[89] WAGNER, Adolph. *Traité de la science des finances*. t. III – "Le crédit public". Paris: Giard & Brière, 1912. A tradução francesa de *Finanzwissenschaft* não foi fiel à publicação original alemã. Foram feitos cortes e acréscimos. O terceiro tomo da edição, onde encontramos as marcações de Rui, é um exemplo: trata-se de uma parte do Dicionário de Economia Política, de Schönberg, referente ao crédito público, que foi traduzida e incorporada à obra. A data de publicação do *Traité* (1912) é posterior à elaboração do Relatório: Rui não poderia ter consultado a tradução francesa. De toda forma, a presença do livro marcado na biblioteca é um indício de que o tema abordado e o autor em questão continuaram fazendo parte do horizonte das reflexões de Rui.

[90] BARBOSA, "Relatório", 1891,, p. 132.

"sacrifícios do Tesouro", tinha um sentido "moral e econômico". Em conjunto com as assimilações de Cohn a respeito do imposto de renda e de Schäffle sobre modelos de taxação essa assimilação da lei de Wagner aponta para uma afinidade com a abordagem alemã para as finanças públicas, bastante prestigiosa nesses anos finais do século XIX. Rui teve contato, nesse sentido, com todo "o trio de estrelas" da *Finanzwissenschaft*. Conforme atestam os trechos analisados até aqui, não só Wagner, mas Albert Schäffle e Lorenz von Stein frequentaram o discurso econômico de Rui, fornecendo argumentos para embasar suas teses, mas também conferindo-lhes mais legitimidade, tendo em vista que eram autoridades reconhecidas nesse campo do saber. No que tange à disseminação concreta dos livros desses pensadores, vale registrar que Rui possuía o manual de finanças públicas de Wagner, em francês e em italiano. Também possuía traduções italianas de textos de Lorenz von Stein sobre "administração pública" e do ensaio sociológico enciclopédico de Albert Schäffle *Estrutura e vida do corpo social*.[91]

Para comprovar a importância dos direitos alfandegários como fontes de receita fiscal, nessa perspectiva de garantir a expansão "civilizacional" do Estado, Rui citou exemplos de vários países: Itália, Alemanha, França, Áustria-Hungria e mesmo a Inglaterra que, em alguns casos específicos como o da tributação do fumo, estaria derrogando "princípios da escola de Manchester". Sobre a Alemanha, lembrou que os estados germânicos haviam estruturado o *Zollverein* sob inspirações liberais, passando por uma reação protecionista em 1842-1865, para então voltar a um regime de "temperança nos direitos de entrada". A partir de 1879, no entanto, o país, já unificado, assumiria francamente o propósito de assegurar o mercado alemão à produção nacional.

Nessa mesma linha de argumentação, a preocupação diretriz por trás da tarifa alemã de 15 de julho de 1879 fora, para Rui, a arrecadação fiscal. Sobre seus resultados, afirmou que a taxação teria ampliado as rendas do Estado, ao mesmo tempo que fomentara a atividade industrial. Mencionou, também, o exemplo dos EUA: embora considerasse o regime tarifário excessivamente protecionista, Rui reconhecia o papel desempenhado pela política comercial restritiva na prosperidade norte-americana, ao longo do século XIX. Às tarifas se devia a acumulação de recursos que permitira ao país superar os

[91] O volume em italiano de Stein era uma compilação de seus trabalhos no campo da economia das finanças públicas, para o "uso do leitor italiano"; ver: STEIN, Lorenz von. *Il compendio del Trattato e del manuale di scienza della pubblica amministrazione ad uso degli italiani*. Torino: Unione tip.-editrice, 1897. O livro de Schäffle fora publicado como parte de uma coleção, organizada por Gerolamo Boccardo, chamada "As mais prestigiosas obras modernas, italianas e estrangeiras, de economia política"; ver: SCHÄFFLE, Albert. *Struttura del corpo sociale*, in: BOCCARDO, Gerolamo (ed.). *Raccolta delle più pregiate opere moderne italiane e straniere di economia politica*. 7º volume. Torino: Unione tip.-editrice, 1842.

compromissos deixados pela Guerra Civil e eliminar rapidamente uma dívida colossal.[92]

Já no final da parte do Relatório referente à política comercial, Rui mencionou a ideia de que, ao se instituírem tarifas alfandegárias, pode-se fazer com que o produtor estrangeiro financie, ao menos em parte e temporariamente, o desenvolvimento nacional. Para ilustrar esse ponto, fez uma longa citação de Bismarck, na qual este comentava sobre a seguinte distinção: caso as tarifas alfandegárias gravem produtos de importação indispensável, o consumidor interno arcará com pelo menos alguma parte desse imposto; se, ao contrário, houver produção local em condição de suprir parte da oferta da mercadoria em questão, o produtor forâneo terá de suportar, em alguma medida, esse encargo.[93]

A postura de Rui no Relatório foi, no geral, pragmática com relação ao debate entre protecionismo e liberalismo comercial. A despeito de seu confesso pendor pelo liberalismo, sua estratégia parecia ser a de encontrar uma combinação que fosse adequada àquilo que considerava serem as necessidades brasileiras. Era preciso, ademais, fortalecer o Tesouro, com uma arrecadação que gravasse, de alguma forma, os produtores estrangeiros que desejassem concorrer pelo mercado brasileiro. A instituição de uma tarifação aduaneira, não excessiva, mas que ainda assim servisse a esses dois objetivos tornava-se, portanto, imperativa. Nesse sentido, o exemplo alemão aparecia de forma recorrente: era um caso presente e bem-sucedido de desenvolvimento econômico auxiliado pelo protecionismo, sobretudo a partir de 1879. Além disso, Rui reconhecia, na perspectiva de Adolph Wagner e da *Finanzwissenschaft* de corte socialista de Estado, que a expansão das despesas públicas, por vezes fonte de desequilíbrios orçamentários e de aumentos de impostos, não era condenável, pelo contrário: fazia parte do processo de expansão orgânica e "moral" do Estado moderno.

Essa postura pragmática de Rui quanto ao comércio exterior, que admitia o protecionismo como possível estratégia para o fortalecimento de certas atividades e para elevar a capacidade financeira do Estado, não deve ser confundida com a defesa clara desse tipo de política alguns anos mais tarde, por Vieira Souto e principalmente por Serzedelo Correia. No caso deste último, é o nome de Friedrich List que introduz, no papel de autoridade teórico-ideológica, a argumentação em prol da política alfandegária. A total ausência de referências a List, pensada ao lado da tradução "desnacionalizante" do termo *Volkswirtschaft*, pode ser sintomática de um posicionamento político, em

[92] BARBOSA, "Relatório", 1891, pp. 135-138.
[93] BARBOSA, "Relatório", 1891, p. 147.

alguma medida, contrário ao dos nacionalistas influenciados pelo positivismo que se articulariam em torno da figura de Floriano Peixoto. A análise do vocabulário utilizado por Serzedelo Correia tornará mais claro esse ponto.

Em parecer de 1892, sobre desapropriações de terrenos urbanos, Rui novamente mencionou Adolph Wagner. Embora Wagner tenha sido mencionado apenas de passagem e em sentido de discordância, vale ressaltar o entrecruzamento de referências presente no documento e contrastá-lo com as assimilações anteriores, relativas à *Finanzwissenschaft* e à lei de Wagner em particular. O texto referia-se a um projeto de lei, cujo primeiro artigo previa a isenção do imposto predial e da taxa de concessão de penas d'água para os proprietários de imóveis do Rio de Janeiro que edificassem, em seus terrenos, casas com as devidas condições higiênicas a serem alugadas por operários, empregados de serviço doméstico e famílias pobres. O segundo artigo do projeto previa que, caso os terrenos não fossem utilizados no prazo de seis meses para a construção de prédios, permanecendo abandonados, seriam desapropriados e vendidos em hasta pública.

Relator do projeto, Rui lavrou parecer simpático ao artigo 1º, porém desfavorável ao artigo 2º. A alegação para rechaçar a desapropriação dos terrenos era que a medida atentaria contra o princípio da propriedade privada, prejudicando os donos dos imóveis e fomentando, nas camadas sociais mais pobres, ideias coletivistas que não contribuiriam para o bom desenvolvimento do espaço urbano. Como de hábito, Rui buscou diversas referências para formular sua argumentação. Após mencionar vários autores, referiu-se àqueles que "como o célebre professor Ad. Wagner, de Berlim, pretendem que o Estado resgate e incorpore à sua fazenda todos os imóveis urbanos, edificados, ou não edificados para os explorar diretamente como locador universal".[94] Essa ideia de Wagner foi recusada por Rui.

Em vez disso, propôs que se adotasse a política de Leroy-Beaulieu, segundo a qual o Estado deveria desapropriar apenas os terrenos localizados às margens de vias de comunicação recém-abertas, que permanecessem abandonados. Rui reputava a proposta de Beaulieu mais razoável do que o projeto de lei apresentado, pois esta punha limites ao arbítrio, ao tornar as desapropriações restritas a terrenos específicos e, portanto, dependentes do tamanho do orçamento municipal em questão. Era uma maneira de condicionar o ritmo das desapropriações ao desenvolvimento geográfico da cidade e à expansão de seus recursos. No geral, Rui adotou no parecer uma postura reformista

[94] BARBOSA, Rui. "Parecer para o Projeto nº 32" (1892), in: *OCRB*, vol. XIX, t. II, p. 250.

moderada, favorável à intervenção do Estado para resolver questões de ordem social, porém preservando intacta a propriedade privada. Vale lembrar que Rui citou no documento o livro *Théorie de la proprieté*, de Proudhon, para dizer que este, no final da vida, convencera-se da importância da propriedade privada. Wagner foi mencionado nesse parecer como mais um autor que sugerira uma forma "inadequada" de lidar com a questão dos terrenos abandonados. Na perspectiva ruiana, essa maneira de desapropriar era muito "socializante", podendo atentar contra a propriedade privada. [95]

Vale notar aqui um contraste – e por que não dizer – um "desajuste" na assimilação feita por Rui das ideias da linhagem socialista de Estado, cujo representante mais conhecido era Adolph Wagner. Conforme enfatizado no capítulo 4, o socialismo de Estado fora justamente uma resposta às tensões relacionadas com o rápido desenvolvimento do capitalismo na Alemanha. A lei de Wagner, em particular, tinha a finalidade clara de vincular o crescimento econômico à expansão do escopo de atuação do Estado, resultando numa série de benefícios para aqueles que, na perspectiva dos socialistas de Estado, poderiam tornar-se presa da social-democracia. Nesse sentido, ao ressaltar o caráter "moral" das expansões fiscais e, ao mesmo tempo, recusar a estratégia proposta por Wagner de estatização de terrenos para construir moradias de baixa renda, Rui fazia uma apropriação seletiva que visava adequar, não apenas os vocábulos de Wagner a seu discurso, como na tradução peculiar de *Volkswirtschaft*, mas as propostas wegnerianas à ordem social e política que se instalava.

Os benefícios sociais implícitos na lei de Wagner – e usados para justificar o "crescimento do Estado" – certamente não foram o principal resultado das políticas expansionistas de Rui, até porque parte considerável da força de trabalho brasileira fora escrava até dois anos anos antes da publicação seu Relatório. Pode-se pensar, todavia, que essa ideia de expansão civilizatória do Estado era, também, um projeto de, por meio do Estado republicano sólido, "civilizar o país" – e a lei de Wagner poderia fazer algum sentido se seu aspecto moral e sociocultural se referisse, por exemplo, a políticas de auxílio à pobreza urbana. No entanto, esse projeto "progressista" entrava em choque com a recusa de Rui com relação a uma proposta mais ousada de construir habitações populares em certos terrenos da capital da República. Dessa forma, a apropriação ruiana

[95] Ao final do parecer, Rui fez o seguinte o seguinte apontamento: "Resgate da propriedade urbana pelo Estado. Ideia de Wagner (Baul. p. 189)". Isso reforça a ideia de que Rui recorria não só a Wagner diretamente, mas, também, a autores que o referiam – nesse caso, Leroy-Beaulieu – o que sugere que sua leitura passava por mediações. Ver BARBOSA, "Parecer", 1892, p. 259.

dos argumentos dos pensadores alemães foram seletivas em vários aspectos. Um deles foi envolver a *Finanzwissenschaft* estatal-socialista num discurso mais alinhado com a ordem sócio-política de uma República elitista em construção, castrando-lhe o sentido mais social-reformista. Numa palavra, se o socialismo de Estado da era bismarckiana se propunha a lidar com a "questão social" por meio da expansão do dispêndio público como meio de amainar tensões sociais, Rui foi o primeiro Ministro da Fazenda de um regime que ficaria conhecido, na memória coletiva, por lidar com a questão social como "caso de polícia".

6.3. Apropriações

A "formação" de Rui Barbosa em economia foi, em algum sentido, plural. Tendo contato com a tradição clássica de cunho liberal da economia política veiculada pelas Faculdades de Direito no Segundo Reinado, Rui teve, por meio da difusão da obra de MacLeod em São Paulo, acesso a uma visão crítica dessa tradição. No que tange ao universo cultural alemão, pode-se dizer que esteve presente em sua formação intelectual. Rui estudou alemão antes de iniciar os estudos universitários e chegou a traduzir para o português um livro escrito neste idioma. Ademais, é possível que tenha tido contato com ideias filosóficas e jurídicas de origem alemã durante sua passagem pela Escola de Direito do Recife, mas, como o foco aqui foi o ensino de economia política, essa afirmação não passa de uma conjectura.

Não se pode atribuir às ideias econômicas de Rui uma orientação intelectual ou programática clara. No caso da política monetária, por exemplo, manifestou-se em 1889 contrário ao privilégio de emissão concedido pelo visconde de Ouro Preto, afirmando "detestar" o papel-moeda, na maioria das circunstâncias. Cerca de um ano depois, após ter lidado com os dilemas inerentes à formulação da política econômica num ambiente crítico como o do Encilhamento, fez uso de um vocabulário alinhado com a *banking school* inglesa, para justificar racionalmente o maior vulto das emissões monetárias numa economia como a brasileira: era uma necessidade de nossa economia, da forma como as transações se perfaziam por aqui. Essas medidas lhe valeram, inclusive, o rótulo de adepto do papelismo, que vertentes historiográficas posteriores desdobraram em industrialismo e desenvolvimentismo. Utilizou-se da obra de Adolph Wagner para justificar outra medida de política econômica: a unificação da emissão monetária em torno do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (BREUB). Nesse sentido, reforçou a ideia de que grandes bancos emissores seriam mais estáveis – e preferiu a emissão privada às notas do

Tesouro. Tais bancos agiriam no interesse da *Volkswirtschaft*, isto é, da economia nacional, ou da "economia social", em tradução conveniente, que eliminava a conotação organicista e nacionalista que esse conceito adquirira na Alemanha de final do século XIX e na obra de Wagner em particular.

No Relatório do Ministro da Fazenda, Rui tratou de várias questões articuladas em torno do eixo principal, que era a recomposição das finanças federais após a perda da arrecadação dos direitos de exportação. Uma das possibilidades discutidas foi o estabelecimento do imposto direto ou imposto de renda: nesse quesito, o principal economista alemão utilizado foi Gustav Cohn, um socialista de Estado que defendera a cobrança do imposto de renda por seu caráter redistributivo. A ideia de que o imposto de renda é uma fonte de recursos mais segura para o Estado, sobretudo em conjunturas críticas como guerras, foi apresentada como uma razão para sua introdução. O argumento era de Adolph Wagner, mas foi incorporado por Rui por meio da obra de um aluno seu, o italiano Giuseppe Ricca Salerno.

De forma articulada com as finanças públicas, Rui tratou também do comércio exterior em seu Relatório. Aliás, sua posição fora parecida em texto sobre a indústria gráfica, e poderia ser descrita como um liberalismo com ressalvas ou um liberalismo que não excluía o desenvolvimento da indústria local. No artigo anterior, publicado pouco antes da Proclamação da República, a preocupação era de não gravar os livros importados, porém garantindo que os insumos à produção doméstica fossem acessíveis. Já no Relatório do Ministro da Fazenda, a preocupação se ampliava: mais do que fomentar as atividades industriais no país, consideradas importantes para a solidificação da República, a tarifação aduaneira deveria servir propósitos políticos e fiscais. Ao lado das referências a autores ingleses, como John Stuart Mill, os exemplos exitosos de protecionismo dos EUA e da Alemanha de Bismarck também frequentaram a argumentação de Rui.

Nessa linha, a lei de Wagner foi trazida à baila, para enfatizar a ideia de que a aplicação de tarifas alfandegárias com vistas à expansão fiscal estava ligada a uma questão de ordem não só econômica, mas também "moral". A construção do Estado moderno, o progresso dos povos estava atrelado a essa maior capacidade para fazer frente aos gastos públicos. Esse progresso, contudo, era de alguma maneira negado por Rui, caracterizando uma apropriação seletiva. Se era válida a ideia de um sentido positivo, civilizatório, da expansão das finanças estatais, Rui deixava clara sua recusa à proposta wagneriana de desapropriação de terrenos urbanos para resolver problemas habitacionais de grupos urbanos pobres. Nesse sentido, a apropriação ruiana das ideias alemãs

envolveu, também, uma atenuação do sentido social-reformista de certas propostas.

A breve recapitulação historiográfica mostrou que muito se tem discutido sobre o caráter "desenvolvimentista" da atuação de Rui Barbosa, como formulador de política econômica e pensador da realidade brasileira. Mais que medir as ideias de Rui por essa régua, procurou-se apresentar aqui um pensador que se beneficiou do processo de difusão de ideias econômicas no Brasil, entre a segunda metade do século XIX e o início do XX. Ideias econômicas de origem alemã certamente fizeram parte desse processo de disseminação intelectual. Um importante indício disso é a presença de diversas obras de pensadores alemães na biblioteca de Rui, diversas delas com marcas de leitura, num momento em que o livro impresso constituía, seguramente, a principal forma de veiculação do conhecimento.

As apropriações dessas ideias foram diversas. Ora deu-se por via indireta, como nos casos em que Wagner foi trazido por meio de Salerno ou Leroy-Beaulieu, ora direta, quando o próprio Rui se encarregou de traduzir trechos do manual alemão de economia política que possuía. Houve incorporação de ideias não associadas originalmente à tradição alemã, por meio de autor germânico, como no caso da lei do refluxo das notas ao banco, cara a economistas da *banking school* como Fullarton e Tooke, desdobrada por Rui a partir de Wagner. Porém houve, também, apropriações de ideias especificamente alemãs, como no caso da ideia de *Volkswirtschaft* traduzida como "economia social", e das propostas de política econômica no campo das finanças públicas, ligadas à tradição alemã da *Finanzwissenschaft*.

Em suma, trata-se de um pensamento econômico que se compreende, em sua riqueza e originalidade, numa perspectiva que parte do contexto: motivado pela conjuntura, Rui buscou operacionalizar referenciais estrangeiros em suas reflexões econômicas, com uma inclinação político-ideológica liberal de fundo, é certo, mas sempre matizando suas formulações com elementos oriundos de diversas searas intelectuais, como a alemã, e dando à sua apropriação um colorido local. Percebe-se, nos discursos sobre política monetária e no Relatório do Ministro da Fazenda, a busca por referenciais intelectuais que norteassem e legitimassem a construção das instituições econômicas de uma República de poucos. Essa busca era entremeada, é claro, por pressões políticas, por interesses em conflito e por inclinações ideológicas às quais Rui Barbosa certamente não estava imune. O que se procurou mostrar neste capítulo é que, sem negar o liberalismo de Rui, nem suas várias outras fontes de inspiração intelectual, houve, em suas reflexões a respeito da estruturação econômica da República, um aporte de ideias alemãs. Nesse

sentido, vale frisar que houve a apropriação de ideias especificamente alemãs que foram determinantes para que Rui construísse uma justificativa que racionalizasse sua política econômica hoje vista como "expansionista". Certamente, Rui não teria encontrado, na tradição anglófona da *public finance*, bases para dizer que havia uma necessidade "orgânica" da expansão do Estado, posta pelo desenvolvimento de sua "vida física, moral e econômica".

Capítulo 7

Industrialismo na transição republicana: agenda listiana, moeda e finanças públicas

Se não alcançaram a notoriedade de Rui Barbosa, nem tampouco têm uma memória construída como a do primeiro Ministro da Fazenda da República, certamente os industrialistas de que se trata aqui foram personalidades cujas ideias balizaram o debate sobre economia brasileira nas primeiras três décadas republicanas. O tema que unifica suas elaborações sobre a economia brasileira era o apoio à "causa industrialista", expresso, sobretudo, pela defesa da proteção tarifária e do "auxílio" às atividades econômicas nacionais. No geral, essa argumentação protecionista se apoiava no legado – adaptado, trazido aos trópicos – de Friedrich List, isto é, no argumento da "indústria infante". List era decerto, à época, o mais conhecido economista a propor abertamente a proteção como estratégia de política econômica para impulsionar o desenvolvimento de uma nação. Houve, no entanto, para além desse apoio na assimilação de List, outros pontos de contato com o pensamento econômico alemão.

Amaro Cavalcanti foi o personagem que mais se apropriou de outros elementos, para além da agenda "listiana-industrialista": se suas intervenções parlamentares foram bastante similares às de Rui, seu livro-texto *Elementos de finanças* trazia aportes significativos da tradição alemã da *Finanzwissenschaft*. Vieira Souto utilizou-se de argumentos do "teórico da moeda" Adolph Wagner em sua controvérsia com Joaquim Murtinho, citando argumentos retirados do livro de Wagner sobre o papel-moeda na Rússia. Se não teve inspiração alemã como o de Cavalcanti, o livro-texto de *Economia política*, de Souto, tinha afinidades com a postura historicista diante do método em economia. Já Serzedelo Correia foi, talvez, o mais "listiano" dos três, abrindo seu principal livro com referências a List e centrando sua proposta de resolução do problema econômico nacional na proteção aduaneira e na eliminação de barreira internas à circulação.

Convém ressaltar aqui que o mesmo argumento do ceticismo com relação à interpretação "desenvolvimentista" do legado de Rui Barbosa vale, com mais força talvez, para o trio de industrialistas apresentado aqui. É certo que se posicionavam a favor de que o Estado auxiliasse as atividades produtivas nacionais e ressaltavam a função da moeda como meio de circulação, mais do que como reserva de valor. É possível agrupá-los todos, portanto, como "papelistas". Isso não significava, porém, a defesa de um projeto autônomo de industrialização, nos termos colocados, por exemplo, por Roberto Simonsen que, nos anos 1930, buscaria argumentos para demonstrar, explicitamente, que a indústria é mais produtiva do que as atividades agrícolas.

7.1. Amaro Cavalcanti: política econômica e *Finanzwissenschaft*

Amaro Cavalcanti (1849-1922) foi, entre o trio de industrialistas da Primeira República estudado aqui, o personagem cuja apropriação de ideias germânicas foi a mais abrangente. Para além da defesa de uma agenda protecionista e da utilização da autoridade de Wagner para sustentar uma postura papelista com relação à moeda, Cavalcanti publicou um livro-texto de finanças públicas, no qual houve apropriação clara da *Finanzwissenschaft* alemã. Cavalcanti nasceu em 1849, na então província do Rio Grande do Norte, comarca do Seridó, numa família relativamente modesta: seu pai era professor primário numa pequena cidade sertaneja. Iniciou seus estudos de humanidades em São Luís do Maranhão, seguindo de lá para Recife, onde se empregou no comércio. Em seguida, prestou concurso para a cadeira de latim no colégio da cidade cearense de Baturité, onde foi professor e também advogado autodidata, provisionado pelo Tribunal da Relação do Ceará. Não podendo fazer o curso presencial de direito em Recife, requereu autorização para fazer apenas os exames, após estudos individuais, o que lhe foi negado. Começou, então, a escrever sobre educação e religião, tendo publicado *A religião* (1874) e *Polêmica religiosa* (1875). Devido a esses textos e a sua atuação como docente, foi enviado pelo presidente da província do Ceará aos Estados Unidos, para realizar estudos a respeito de uma reforma da instrução pública viável para a província.[1]

Graduou-se, então, em direito pela Union University, em Albany, Nova York, na turma de 1880-1881, com tese a respeito da obrigatoriedade legal da educação. Embora não haja, entre as obras consultadas de Cavalcanti, registros das disciplinas que frequentou e dos professores com quem estudou, é possível que esta viagem aos Estados Unidos tenha contribuído para seu contato com tradições germânicas no campo das finanças públicas, tendo em vista que o o fluxo de ideias Alemanha-Estados Unidos no campo da *Finanzwissenschaft* era intenso nesse contexto. Amaro Cavalcanti retornou ao Brasil em 1881, para ser nomeado diretor-geral de Instrução Pública no Ceará. No ano seguinte, transferiu-se para a Corte, a fim de reger a cadeira de latim no Imperial Colégio Dom Pedro II. Em 1884, foi eleito deputado provincial no Ceará, mas não chegou a tomar posse, fixando-se definitivamente no Rio de Janeiro, onde, para além do magistério,

[1] Ver, a respeito da biografia de Amaro Cavalcanti: VIEIRA, Dorival Teixeira. *A obra econômica de Amaro Cavalcanti*. Boletim n. 16. São Paulo: Faculdade de Ciências Ecoômicas e Administrativas/USP, 1960; JUNQUEIRA, Eduardo. "Cavalcanti, Amaro", in:ABREU, Alzira Alves et al (coords.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s/d. Disponível online. Acesso em: novembro de 2017; SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Biografias dos Ministros (República). Ministro: Amaro Cavalcanti. Disponível na página do STF, s/d. Acesso em: novembro de 2017.

exerceu a advocacia e presidiu a Companhia Viação Central do Brasil.

Foi com o advento da República que a carreira de Amaro Cavalcanti teve um impulso significativo. Eleito senador constituinte pelo Rio Grande do Norte em 1890, foi membro da comissão que elaborou o projeto final da primeira constituição republicana. Deixou o Senado em 1893, para assumir o cargo de embaixador plenipotenciário no Paraguai. Retornou ao Brasil para participar do governo de Prudente de Morais, como Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1897-1898). Foi, ainda, consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores de 1905 a 1906. Em julho desse ano, foi empossado como Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Como jurista na suprema corte, teve atuação destacada no campo da doutrina do *habeas corpus*. Aposentou-se do tribunal em 1914, sendo enviado como delegado do Brasil à Conferência Financeira de Washington, em 1915. Em início de 1917, foi nomeado prefeito do Distrito Federal pelo presidente Venceslau Brás, acumulando o posto com um cargo na Corte Internacional de Arbitragem, em Haia. Deixou a prefeitura em novembro de 1918, para exercer, por um curto período de tempo, seu cargo mais importante no campo da economia: Ministro da Fazenda, no governo interino de Delfim Moreira, de 15 de novembro de 1918 a 17 de janeiro de 1919. Amaro Cavalcanti faleceu no Rio de Janeiro, em janeiro de 1922.

Devido ao caráter multidisciplinar de sua atuação, envolvendo estudos aprofundados de temas de economia e de direito, a obra de Cavalcanti é extensa, se comparada, por exemplo, àquela deixada por Vieira Souto e Serzedelo Correia. Além do referido manual de finanças públicas e de vários trabalhos nas áreas de economia e educação, Cavalcanti publicou volumes alentados sobre temas de direito civil e internacional. Assim como em Rui Barbosa, é necessário fazer um recorte mais preciso, enfatizando os escritos econômicos e, nesses, as apropriações alemãs. Com isso se quer dizer que o presente exame das influências alemãs na obra de Cavalcanti não a esgota, pois seria possível abordar os textos, por exemplo, numa perspectiva de história do direito, já que Cavalcanti fez discussões extensas sobre as doutrinas jurídicas de origem alemã.

Em seu período como senador da República, Amaro Cavalcanti participou de diversos debates parlamentares, nos quais foram abordados temas econômicos, como política monetária. Transcrições de discussões parlamentares travadas em 1892 foram publicadas pelo próprio Cavalcanti nesse mesmo ano, num volume intitulado *Política e finanças*, bastante marcado pela conjuntura de agravamento da crise do Encilhamento, iniciada ainda na gestão de Rui. Ainda no governo Deodoro da Fonseca, contribuiu para essa agudização da crise a política monetária emissionista e pouco efetiva dos sucessores de Rui no ministério: Tristão de Alencar Araripe e Henrique Pereira de Lucena. Frustrada

a tentativa de criação de um grande "banco central", ainda na gestão Rui, por meio do decreto de 7 de dezembro de 1890, tornou-se difícil controlar os movimentos de especulação financeira na praça do Rio de Janeiro. A isso se somou a crise da casa bancária Baring, que eclodiu na Argentina em 1890 e contagiou a economia brasileira devido aos efeitos negativos sobre os papéis sul-americanos negociados em Londres.[2]

Não se deve desprezar, contudo, as interações entre as instabilidades econômicas e as tensões políticas associadas ao início do regime republicano. Promulgada a Constiuição 1891, a relação entre o marechal Deodoro da Fonseca e o Congresso foi marcada por contínuas tensões. Um dos pontos de fricção foi a indicação do Barão de Lucena, um político ligado à tradição do Império, para o Ministério da Fazenda, em meio à crise que se agravava. Os atritos se agravaram e culminaram no Golpe de Três de Novembro (1891), em que Deodoro dissolveu o Congresso e prometeu eleições e uma revisão da Constiuição, que traria uma representação mais equânime entre os estados na Câmara, de modo a minar o peso político dos "grandes estados". Esses planos, contudo, esbarraram em oposição vinda da sociedade civil, dos florianistas e de setores influentes da Marinha, que ameaçaram bombardear a cidade do Rio de Janeiro caso Deodoro não renunciasse.

Subiu, então, ao poder o general Floriano Peixoto, que empossou o paulista Rodrigues Alves na pasta da Fazenda. Em termos gerais, pode-se dizer que, em meio a essas tensões políticas, houve um "acordo tácito" entre as elites de São Paulo, representadas pelo PRP, e Floriano Peixoto, que de resto corporificava um projeto político distinto, mais alinhado com o nacionalismo e a ideia de uma "República forte" que liquidasse os resquícios monárquicos. O segundo Ministro da Fazenda de Floriano, Serzedelo Correia, era mais alinhado com essa corrente política, influente nesse anos iniciais da República. Com a morte do "Marechal de Ferro" em 1895, os florianistas se veriam como herdeiros de um projeto mais nacionalista centralizador, o qual só viria a ser efetivamente derrotado com o "pacto saneador" firmado por Campos Sales alguns anos depois.[3] De toda forma, voltando à conjuntura de 1891-92, pode-se afirmar que, com Rodrigues Alves na Fazenda houve uma primeira tentativa, ainda que ineficaz, de contenção dos excessos do Encilhamento.

Era precisamente nesse contexto que se inseria a argumentação de Amaro Cavalcanti

---

[2] Sobre o contágio da crise do Baring, ver FRANCO, 1983, p. 127; e TRINER, Gail e WANDSCHNEIDER, Kirsten. "The Baring Crisis and the Brazilian Encilhamento, 1889–1891: An Early Example of Contagion Among Emerging Capital Markets", in: *Financial History Review*, vol. 12, n. 2, 2005.

[3] Sobre essa conjuntura política, ver: BACKES, Ana Luíza. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto de Campos Sales*. Brasília: Plenarium, 2006, pp. 281ss.

na sessão de 15 de janeiro de 1892, em que fez referência explícita à autoridade de Adolph Wagner em questões de política monetária e financeira. Foi um discurso alinhado com o colega senador Rui Barbosa, que tematizara esse mesmo projeto de Rodrigues Alves em seu discurso sobre os bancos emissores proferido alguns dias antes, em 12 de janeiro de 1892 (e examinado no capítulo 6). A intervenção iniciou-se com uma longa introdução, em que Cavalcanti buscou explicar-se por ter apoiado o novo governo, isto é, a ascensão de Floriano, ao passo que se recusava a subscrever as propostas econômicas da administração recém-empossada. Cavalcanti era contra a proposta de retirar dos bancos emissores sua faculdade de emissão e para isso lançou mão de diversos argumentos de ordem jurídica que poderiam ser resumidos na ideia de que, uma vez concedido um direito, não se pode revogá-lo da maneira como pretendia fazer o Executivo federal. Isso representaria um precedente legal perigoso, para além de fragilizar a posição dos bancos emissores, em especial do Banco da República (o BREUB de Rui Barbosa).[4]

Depois de expor o lado jurídico da questão, Cavalcanti abordou seu lado econômico. O argumento de fundo era que a ideia de encampação das notas de banco circulantes e de sua substituição por notas emitidas pelo Tesouro não seria a melhor alternativa para restaurar o valor do meio circulante nacional, pois contribuiria para minar ainda mais sua credibilidade. Era basicamente a mesma recusa à "emissão governativa" expressa por Rui anteriormente. Se era necessário fazer uso do papel-moeda não conversível em metal, que fosse por meio de bancos emissores, pois haveria a solidez de seus ativos como lastro às notas, para além da garantia de última instância do Tesouro Nacional. Nesse sentido, a função da assimilação de ideias de Wagner era bastante similar à desempenhada por estas no final do discurso de Rui. No curso do arrazoado sobre os problemas da encampação proposta, Cavalcanti dizia que, embora não gostasse de ler citações, pedia licença para ler "a opinião de um autor insuspeito, o Sr. Wagner, economista distinctissimo, respeitado em toda a Allemanha e em toda a Europa". E prosseguiu com a citação:

> Eis suas palavras: «Quando em época de crise, torna-se necessario recorrer ao papel-moeda, *é sempre preferivel não emittir papel do governo, mas servir-se da emissão de um grande banco central e fazer a emissão sob a forma de bilhetes de banco. Embora de curso forçado, a moeda de papel é reputada melhor, por conservar a natureza de bilhetes de banco*».[5] (itálicos de Cavalcanti)

Embora não tenha fornecido a fonte da citação, a similaridade com o tom do discurso de Rui, bem como referências posteriores feitas por Cavalcanti a esta obra, apontam para um possível contato com o manual de economia política de Gustav Schönberg. Em partes

[4] CAVALCANTI, Amaro. *Política e finanças*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, pp. 247-269.
[5] CAVALCANTI, 1892, p. 273.

seguintes de sua fala, Amaro Cavalcanti seguiu essa linha de argumentação, ao enfatizar a importância da credibilidade do portador como fator determinante do valor da moeda. Nesse sentido, a encampação *per se* do papel-moeda emitido pelos bancos não seria uma medida garantidamente efetiva no sentido de valorizar o meio circulante nacional, pelo contrário. Cavalcanti reconhecia que o papel-moeda emitido em circulação já tinha caráter de moeda "de curso forçado", isto é, já não havia a crença de que os bancos pudessem fornecer o troco aos bilhetes emitidos, porém, em sua visão, essa situação não fora causada "pelos bancos", sendo inútil retirar-lhes a faculdade emissora. No fundo, o "mal-estar da nossa situação monetaria" devia-se não aos bancos, mas às "pessimas condições politicas e econômicas do paiz".[6] Numa palavra, Cavalcanti fez uma assimilação das ideias monetárias de Wagner bastante similar à feita por Rui Barbosa, não havendo novidade significativa até aqui.

Nesse mesmo volume de 1892, contudo, foi incluído outro discurso, que posicionaria Amaro Cavalcanti mais próximo de Serzedelo Correia e de Vieira Souto, afastando-o do colega de senado Rui Barbosa. No texto proferido em 25 de julho de 1892, sugestivamente intitulado "Auxílios à Indústria Nacional", Cavalcanti faria uma defesa clara de suas reivindicações protecionistas e industrialistas, ficando bastante clara sua adesão à agenda listiana de política econômica, embora o nome de List não tenha sido mencionado uma única vez no discurso. De saída, o senador Amaro Cavalcanti questionou a ideia de "intervenção" do Estado na economia, exortando a uma discussão em sentido mais lato, que ecoava a ideia, de inspiração estatal-socialista, de que o Estado "molda" a esfera econômica, não só por meio de expedientes de "política econômica" – fiscal, monetária, aduaneira – mas, sim, por meio da legislação e da regulação. Em suas palavras:

> O que são as leis que regulam os contractos e a a sua solução, as permutas e transacções commerciaes, os instrumentos do credito, a moeda, e o seu emprego, a viação em geral, e a tarifa dos transportes sinão outros tantos meios de intervenção do Estado nos misteres do commercio, da circulação e do consumo?[7]

Em seguida, Cavalcanti marcou posição "teórico-metodológica" em favor da relativização dos princípios econômicos, enumerando, num artifício retórico funcional numa exposição parlamentar, três maneiras de abordar as questões econômicas, ou "sistemas econômicos": o socialista, o individualista e o experimental ou positivo. Se o primeiro sacrificava o indivíduo ao Estado, o segundo reduzia "a quase nada" o papel do

[6] CAVALCANTI, 1892, pp. 280-281.
[7] CAVALCANTI, 1892, p. 316.

poder público. O sistema experimental seria, portanto, o "único profícuo", por constuir uma espécie de via intermediária entre os dois outros, absolutos. Seu princípio norteador era que a ação do Estado deveria variar, de acordo com as circunstâncias, com as necessidades.[8] Para descrever a circunstância brasileira do momento, Cavalcanti se utilizou da metáfora da indústria infante, afirmando que "como todo o menor, ella [a indústria] precisa de protecção e amparo"; enquanto não conseguisse "pelo emprego de suas proprias forças, os elementos progressivos da sua existencia", a indústria não poderia prescindir do auxílio público. Em seguida, aplicou essa ideia à crise presente. Em sua narrativa, numerosas indústrias, necessárias à vida nacional, haviam surgido "nos últimos 24 mezes, encetando cada uma os seus trabalhos, conforme ao seu objecto peculiar". [9]

Em suma, esse sistema econômico adaptável às circunstâncias "era a reação historica e experimental que se levantava contra a doutrina impraticavel do *laissez faire, laissez passer*".[10] O próximo procedimento de Cavalcanti foi demonstrar, no espírito desse sistema, que, quando as circunstâncias exigiram, todos os Estados, mesmo os que pregavam o livre-cambismo, haviam se utilizado de expedientes de ação auxiliar ou supletiva dos governos. Dessa forma, convinha comparar o Brasil não com as realidades presentes dos países ricos, mas com o "período inicial" de seus processos de desenvolvimento econômico. E Cavalcanti procedeu a uma revisão de história da política econômica da França, Bélgica, EUA, Reino Unido e Brasil, chamando atenção para o papel do Estado como auxiliador da produção nacional. A menção direta à Alemanha veio como "culminação" dessa lista de exemplos: a tarifa protecionista de 1879 foi vista como meio para se atingir a primazia industrial na Europa. A partir dessa política protecionista, a Alemanha teria conseguido dispensar os produtos ingleses e franceses, tornando-se, na opinião de Cavalcanti, um ator importante na cena política internacional, inclusive como parceiro comercial do Brasil.[11]

Os trechos finais do discurso de Amaro Cavalcanti enfatizavam, com base na argumentação precedente, o caráter urgente das circunstâncias do meio do ano de 1892: em meio à desvalorização da moeda nacional, impunha-se a ação do Estado para "salvar os elementos de uma grande parte do trabalho nacional". Nessa mesma toada, Cavalcanti utilizou-se do tipo de argumentação que se estabeleceria de forma mais definitiva com Roberto Simonsen, algumas décadas depois, associando os interesses da "indústria" com

[8] CAVALCANTI, 1892, pp. 319-321.
[9] CAVALCANTI, 1892, p. 324.
[10] CAVALCANTI, 1892, p. 323
[11] CAVALCANTI, 1892, p. 345.

o de toda a nação: "É bom não esquecer que a sorte das industrias não constitue um interesse singular ou isolado; (...). Proteger a indústria nacional, em nosso caso, é dever de prudente politica".[12] Vale repisar um aspecto, com o qual a historiografia sobre a vida e obra de Amaro Cavalcanti tem sido pouco cuidadosa.[13] A palavra indústria, nesse contexto, significava, em alguns momentos, "atividades produtivas" e, em outros, "produção fabril". Em trecho sobre o papel do governo brasileiro no auxílio aos diversos ramos da indústria nacional, Cavalcanti enumerou as verbas despendidas em immigração e colonização, as subvenções às empresas de estradas de ferro e navegação e os empréstimos à lavoura.[14] De toda forma, havia em Cavalcanti a legitimação do fomento à atividade produtiva, em sentido mais geral, por meio de uma justificativa ligada ao interesse nacional e à prudência política.

A efetiva apropriação, por parte de Amaro Cavalcanti, de um modo de conceber a economia ligado às linhagens germânicas ficaria mais clara em seu livro-texto *Elementos de finanças*, publicado no Rio de Janeiro em 1896.[15] Trata-se de um texto distinto dos discursos parlamentares, de caráter mais acadêmico e menos associado à conjuntura política e econômica do Brasil. O manual de Cavalcanti figura, ao lado do *Programa de economia social* de Francisco Simch, publicado em versão definitiva em 1931, como um dos únicos manuais brasileiros de economia de inspiração claramente alemã, no período estudado aqui. O volume era, basicamente, um tratado de *Finanzwissenschaft* condensado e acrescido de algumas discussões acerca de questões fiscais específicas do Brasil.

Logo no "título primeiro", dedicado às primeiras noções de finanças públicas, Cavalcanti definiu a "economia política" e a "ciência das finanças" como ciências baseadas em princípios idênticos, com "objeto peculiar" distinto. No caso da economia política, o objeto seriam os fatos relativos à produção, repartição, circulação e consumo das riquezas, em vista das necessidades dos indivíduos ou das associações privadas. A "ciência das finanças" trataria desses mesmos atos fatos e regras gerais, tendo em vista "não as *necessidades privadas*, mas as satisfação das necessidades publicas".[16] E logo em seguida a definição de "necessidades do Estado" seria desdobrada, já apontando para o argumento veiculado na lei de Wagner:

---

[12] CAVALCANTI, 1892, p. 350.

[13] Para um trabalho que associa esse discurso em favor do auxílio à indústria nacional à "luta pela industrialização", no sentido da constituição de um setor fabril no Brasil, ver: SILVA, Lígia Osório e FERNANDES, Suzana Cristina. "Amaro Cavalcanti e os caminhos da industrialização brasileira", in: *História Econômica & História de Empresas*, vol. 6, n. 1, 2003. Ver, também, SALOMÃO, 2013, pp. 102-109.

[14] CAVALCANTI, 1892, p. 333.

[15] CAVALCANTI, Amaro. *Elementos de finanças (estudo theorico-pratico)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

[16] CAVALCANTI, 1896, p. 4.

> As necessidades do Estado crescem: *ordinariamente*, à medida do augmento de sua população, e do gráo de de civillisação e de adeantamento geral da mesma; e, *extraordinariamente*, – com o aparecimento accidental de pestes, guerras, faltas de colheita e outras calamidades publicas semelhantes.[17]

.

Nessa parte introdutória, Cavalcanti fez algumas citações imprecisas ao *Handbuch der politischen Ökonomie* de Gustav Schönberg, referindo-se apenas a "Bd. III", isto é, o volume III deste livro-texto, referente à *Finanzwissenschaft*. O único economista citado foi Geffken, autor do texto que abria esse terceiro tomo, intitulado "Essência, tarefas e história da ciência das finanças": embora as referências sejam imprecisas, este foi decerto o texto-base para essas páginas iniciais de Cavalcanti. A apropriação mais estrutural da tradição alemã de finanças públicas, inclusa aí a obra de Wagner por exemplo, seria "confessada" por Amaro Cavalcanti algumas páginas mais adiante, em sua "Notícia histórica sobre finanças".

A "Notícia" era um apanhado de história econômica e de história das doutrinas econômicas. Em linha com os manuais alemães da matéria, o ponto de partida eram as formas de tributação e organização do orçamento público na Antiguidade clássica, grega e romana. Em seguida, descrevia-se a tributação nos reinos da Idade Média e, por fim, no âmbito dos Estados europeus modernos, em especial na Inglaterra e na França. O argumento principal dessa narrativa era que, nos "Estados bárbaros" a principal fonte de recursos para o soberano não provinha dos impostos, mas, sim, das rendas de seus domínios territoriais. Devido a doações (dentro da lógica do feudalismo), ou mesmo devido a perdas por guerras, as rendas dos domínios começaram a tornar-se escassas, se comparadas às necessidades dos reis. Dessa forma, para complementar esses desfalques, as casas reinantes passaram a tributar seus súditos, por meio de impostos. Se, de início, havia nível elevado de arbitrariedade nessas cobranças, a existência de "cidades-livres" e, posteriormente, a constitucionalização dos reinos viriam a impor limites ao poder tributador dos monarcas. O processo foi descrito com algum detalhamento para os casos inglês e francês.[18] Não cabe discutir a precisão histórica dessa narrativa endossada por Cavalcanti em seu capítulo introdutório. Importa reter dela essa anterioridade histórica das rendas "de domínio" com relação aos impostos modernos, para que se entenda a organização das matérias da ciência das finanças públicas nos manuais alemães, reproduzida por Amaro Cavalcanti em seu livro.

A segunda parte da "Notícia histórica" referia-se ao evolver das doutrinas: "Encarando as finanças, como doutrina financeira, isto é, como sciencia *distinctamente*

[17] CAVALCANTI, 1896, p. 4.
[18] CAVALCANTI, 1896, pp. 16-24.

caracterizada, póde-se affirmar que a sua existencia começa apenas no seculo XVIII".[19] O ponto de partida eram os teóricos franceses da matéria, com destaque para os fisiocratas e para Montesquieu, que teria, em seu *Espírito das leis*, conectado pela primeira vez a doutrina das finanças com a própria doutrina do Estado. Cavalcanti destacou que, na perspectiva de Montesquieu, as rendas públicas não se mediam apenas pelo que o povo "pode" dar, mas, sim, pelo que "deve" dar.[20] Entre os ingleses o único pensador reputado como fundamental era Adam Smith, cujos quatro princípios da tributação – igualdade, certeza, conveniência e economia – foram destacados. David Ricardo e John Stuart Mill foram brevemente mecionados, terminando-se a seção sobre a tradição britânica na disciplina das finanças públicas com a afirmação: "ella carece, até agora, é de uma obra de valor scientifico – abrangendo o todo dessa sciencia".[21]

Esse objetivo só fora atingido, no dizer de Cavalcanti, pela ciência das finanças públicas feita na Alemanha, onde "o desevolvimento da sciencia financeira começou muito cedo neste seculo [XIX], e tem sido o mais efficaz em seus resultados".[22] Em seguida, listou os principais pensadores alemães que haviam contribuído para a disciplina. O primeiro foi Karl H. Rau que "traçou o verdadeiro campo da sciencia financeira, com a publicação da sua obra, - «Lehrbuch der politischen Oeknomie», contento: -1ª parte – *Economia politica ou theoria das riquezas*, -2ª parte – *Sciencia administrativa*. 3ª parte – *Sciencia financeira*.". Citou ainda os nomes (sem menção às obras) de: J. G. Hoffman, Lotz, Fulda, Jacob von Prittwitz e Moltke. Em seguida, mencionou mais um grupo de autores de trabalhos sobre finanças públicas, porém no âmbito da ciência política: von Haller, A. Müller, Zacharia, Murhard, Rotteck. Vale chamar atenção para a tradução dada para a "2ª parte" da obra de Rau, cujo título alemão era *Volkswirtschaftspflege* e depois *Volkswirtschaftspolitik*. Cavalcanti parece ter optado por uma versão do termo – "sciencia administrativa" – que enfatizasse seu conteúdo na Alemanha, de fato ligado aos vários ramos da administração estatal, em vez de traduzi-lo como "política econômica", o que poderia transmitir ao público brasileiro uma ideia mais restrita, ligada sobretudo à política monetária.

A bibliografia mais atual naquele momento foi referida logo depois desse grupo de autores mais pioneiros:

> Dentre os escriptores mais modernos: -*A. Wagner*, autor da *Finanzwissenschaft* (3 Partes, de 1884-1890); -L. von Stein, aut. do *Lehrbuch der Finanzwissenschaft*; *Roscher*, aut. do *System der Finanzwissenschaft*

[19] CAVALCANTI, 1896, p. 24.
[20] CAVALCANTI, 1896, p. 26.
[21] CAVALCANTI, 1896, pp. 28-29
[22] CAVALCANTI, 1896, p. 29.

> (parte IV da sua obra – *Handbuch der Volkswirtschaft*); todos os quaes tratam das *finanças*, de uma maneira geral e com methodo, realmente scientifico.[23]

Cavalcanti complementou essa revisão literária com a constatação de que, na Alemanha, haveria duas correntes opostas de ideias, ao encarar os princípios da ordem econômica e financeira. Seriam, por um lado, os liberais individualistas, que pretendiam reduzir, o mais possível, a ação do Estado e, por outro, os socialistas de diversas nuances. Esses últimos, no dizer de Cavalcanti, "reclamam para o Estado attribuições, mais amplas, como auxiliar concreto, que é, do bem commum social". Os exemplos dessa linhagem seriam Schäffle e Schmoller, dos quais Cavalcanti citou obras mais específicas, relativas ao tema da tributação. Concluindo a resenha bibliográfica, Cavalcanti mencionou em nota de pé de página alguns autores italianos e dedicou algumas páginas a estudos brasileiros que abordavam o tema, mesmo que de maneira lateral, como as obras do Visconde de Cairu, dos professores de economia da Faculdade de Direito do Recife e de Henrique Millet.[24] A partir da definição do campo das finanças públicas e da recapitulação doutrinária, é possível reconhecer uma leve preferência de Cavalcanti pela linhagem socialista de Estado. Isso se confirma, contudo, a partir do exame da estrutura de seu livro-texto e da sua abordagem de alguns temas específicos, como as despesas do Estado e a dívida pública.

Embora não faça, no desenvolvimento de cada tópico, referência às fontes listadas na revisão doutrinária inicial, do ponto de vista estrutural, o livro-texto de Amaro Cavalcanti parece de fato inspirado nos manuais alemães mencionados na revisão da literatura. Após apresentar as "primeiras noções" (definições, importância da disciplina e resenha doutrinária), Cavalcanti organizou seu texto na seguinte ordem de "títulos": "despesa pública", "receita pública", "o domínio público nacional", "os impostos", "o crédito público", "a administração financeira" e "a contabilidade financeira". Tomando como referência o livro de Wagner a esse respeito, indicado como a bibliografia moderna no manual de Cavalcanti, constata-se estrutura semelhante, muito embora o desenvolvimento dos tópicos fosse muito mais extenso em Wagner. Abaixo, um resumo do sumário da *Finanzwissenschaft* de Wagner, apenas com os títulos dos "livros":

> Introdução
> Livro 1. Ordenação da economia das finanças públicas
> Livro 2. Necessidades de financiamento
> Livro 3. As receitas ordinárias no geral, especialmente os domínios
> Livro 4. Teoria das taxas
> Livro 5. Teoria dos impostos

[23] CAVALCANTI, 1896, p. 30.
[24] CAVALCANTI, 1896, pp 30-36.

> Livro 6. História, legislação e estatística da tributação em importantes países e contextos[25]

Na divisão de Amaro Cavalcanti, o "título sétimo", relativo à administração financeira, incluía uma recapitulação histórica das reorganizações financeiras do Brasil, cumprindo papel semelhante ao "Livro 6", na organização feita por Adolph Wagner. Não há espaço aqui para uma comparação detalhada de ambos os livros, mesmo porque o manual de Wagner foi publicado em 4 tomos, mas convém salientar essa reprodução de uma estrutura de organização da disciplinas de finanças públicas inspirada na *Finanzwissenschaft* alemã. Em particular, vale ressaltar a ordem de apresentação: em primeiro lugar, as despesas (ou *Finanzbedarf*, traduzido como "necessidades de financiamento") e depois as receitas. No âmbito das receitas, o primeiro tópico era, na tradição alemã, o dos "domínios do Estado", isto é, a renda auferida dos bens móveis e imóveis do Estado. Por mais que essa já não fosse a principal fonte de renda dos Estados nacionais no final do século XIX, seu tratamento antecedia o dos impostos devido à sua precedência histórica.

No campo das despesas públicas, Cavalcanti reiterava, em linha com Wagner, a dupla função do gasto público e a necessidade de sua expansão orgânica. Argumentava que, além dos dispêndios indispensáveis com a própria "conservação e segurança" do Estado, haveria despesas relacionadas ao "desenvolvimento e bem-estar, intelectual, moral e material da nação, as quaes augmentam com o progresso commum nacional".[26] Em dadas circunstâncias, argumentava, essas despesas relativas ao bem-estar se tornavam tão imprescindíveis como as primeiras. Nesse tópico do gasto, Cavalcanti mencionaria mais diretamente a tradição alemã cujas ideias assimilava:

> Não é somente na Allemanha, que o socialismo da cadeira (*Katheder-socialismus*) impulsiona os poderes publicos à adopção de leis e à practica de actos reveladores dessa tendencia predominante, isto é, - a empreender e a executar, directamente, obras e serviços, tendo por fim a satisfação do bem-estar ou o aperfeiçoamento das classes proletarias.[27]

Em outras partes do mundo, dizia Cavalcanti, implantava-se a convicção de que a doutrina do *laissez faire* já não era capaz de dar a solução satisfatória, reclamada pelos "povos livres" em nome da justiça distributiva "dos bens e gozos da vida comum".[28] Após apresentar esses princípios, Cavalcanti procedeu a uma forma de descrever a distribuição da despesa pública também alinhada com a *Finanzwissenschaft* alemã. Wagner

---

[25] Ver, por exemplo: WAGNER, Adolph. *Lehr- und Handbuch der politischen Ökonomie*. Vierte Hauptabteilung: *Finanzwissenschaft*. Erster Theil. Leipzig: Winter, 1883.
[26] CAVALCANTI, 1896, p. 39.
[27] CAVALCANTI, 1896, p. 44.
[28] CAVALCANTI, 1896, p. 44

organizara seu “Livro 3” partindo das despesas com a máquina administrativa, passando pela justiça e pela segurança , para chegar ao *Wohlfahrtszweck* (finalidade de bem-estar) no último item. De forma semelhante, Cavalcanti inciava com a “Alta Administração Central”, passando pela “Administração da Justiça”, pela “Força Pública” (que incluía guarda nacional, polícia, exército e marinha), para no final mencionar a categoria “bem-estar e prosperidade publica”.[29]

Para além dessa conceituação político-social das finanças públicas, um ponto importante de demarcação da tradição alemã de *Finanzwissenschaft* era a forma de lidar com a dívida pública. Conforme descrito no capítulo 5, havia uma aceitação bem maior desse instrumento de financiamento entre os teóricos alemães do que na tradição britânica. Economistas como Lorenz von Stein e Adolph Wagner procuravam especificar as situações nas quais o crédito público poderia e deveria ser utilizado, em vez de pregarem sua redução a todo custo.[30] A visão de Stein poderia ser sintetizada na ideia de que a dívida pública seria um expediente correto, desde que os benefícios resultantes de sua utilização, em termos dos incrementos na produtividade da economia, fossem suficientes para cobrir ao menos o serviço da dívida gerada inicialmente.[31]

Já Wagner, por sua vez, estabelecia uma divisão entre três tipos de despesa pública, para avaliá-las quanto à possibilidade de serem financiadas pela dívida pública. Seriam: 1. Despesas normais (ou gastos correntes, para manter as instituições funcionando); 2. Investimento de capital na economia estatal (melhorias públicas); 3. Despesas extraordinárias (financiamento da guerra seria o principal exemplo). Dispêndios do primeiro tipo não deveriam, em nenhum caso, ser financiados por meio de dívida pública: deveriam ser cobertos por meio da receita corrente de impostos. No caso dos gastos de investimento, se daria o contrário: em analogia com o investimento privado que aumenta o capital fixo, esse tipo de gasto público geraria um benefício apenas no futuro, portanto não deveria ser financiado por meio de receita corrente. Nesses casos, o Estado deveria recorrer a rendas de seus domínios, de aplicações já feitas – ou à dívida pública. Era nessa rubrica que se incluíam os gastos adicionais resultantes da “lei dos gastos crescentes do Estado”, que tinham um sentido de progresso cultural, podendo, também, ser financiados por meio do crédito público. Por fim, as despesas imprevisíveis poderiam ser cobertas via dívida pública, mas Wagner não recomendava sua utilização nesse caso, dando

[29] CAVALCANTI, 1896, pp. 45-46.

[30] Para uma comparação entre abordagens britânicas e alemãs para a dívida pública no século XIX, ver: HOLFRERICH, 2013.

[31] Ver: STEIN, Lorenz von. *Lehrbuch der Finanzwissenschaft,* Zweither Teil: Die Finanzverwaltung Europas, Dritte Abtheilung: Das Staatsschuldenwesen. 5. Auflage, Leipzig: Brockhaus, 1886, pp. 228-231.

preferência ao segundo.[32]

Ao longo do livro, as referências são bastante escassas, e Cavalcanti não citou os teóricos alemães nesse capítulo, mas sua posição era semelhante. Não há indícios aqui de que tenha se utilizado de um manual específico: provavelmente, consultou a bibliografia, inclusive alemã, e elaborou um texto próprio. Em todo caso, Cavalcanti marcou, logo de início, uma distância com relação à linhagem que condenava a dívida pública, afirmando que "o credito não é um *mal*, como pensava Hume, J.B. Say e outros". Em seguida, admitiu que nenhum dos Estados modernos se abstinha de utilizar "os poderosos meios" que o crédito oferecia, sendo que uns Estados deviam ao crédito público sua própria independência e outros grande parte de seus progressos. Cavalcanti elencou então três fins principais dos empréstimos públicos, nesta ordem: 1) despesas de guerra; 2) satisfazer déficits orçamentários; e 3) realizar melhoramentos materiais ou de utilidade pública.[33]

A avaliação de cada uma dessas finalidades da dívida pública era distinta. A primeira, relativa às guerras, deveria ser considerada um mal necessário, na expressão de Cavalcanti, por mais que imprescindível. Os déficits orçamentários do item 2 teriam um caráter imprevisível, sendo, portanto, legítimo utilizar a dívida para financiá-los. A falta de colheita ou uma revolução que motivasse "a paralysação das industrias ou a mingua do trabalho" poderiam dificultar a arrecadação e tornar os déficits inevitáveis. Quanto à terceira finalidade, o governo deveria contrair empréstimos em casos específicos. O principal critério seria que as empresas "sejam, nas circumstancias, inteiramente indispensaveis ao Estado, ou da maxima utilidade para a Nação". Manter empresas que pudessem ser melhor geridas por indivíduos ou associações privadas seria grave erro, mesmo que os recursos públicos a elas destinados proviessem dos saldos disponíveis da receita: o erro seria ainda pior, ao se utilizar a dívida pública. Nas palavras de Cavalcanti: "Em conclusão, pois: o mal não está no uso do credito, mas no seu abuso sómente".[34]

A partir dessa descrição seletiva de algumas assimilações da tradição alemã presentes em *Elementos de finanças*, é possível discernir, em Amaro Cavalcanti, duas linhas de apropriação das linhagens germânicas de pensamento econômico. A primeira, presente nos discursos proferidos no Senado, estava mais ligada à retórica política e à legitimação de um tipo de política monetária mais flexível e de uma política específica de auxílio às

[32] Wagner resumiu suas opiniões sobre o tema da dívida pública no verbete "Dívida Pública", publicado num léxico alemão de 1867. Ver: WAGNER, 1867, pp. 7-10.
[33] CAVALCANTI, 1896, pp. 323-324.
[34] CAVALCANTI, 1896, p. 325.

atividades produtivas. Numa palavra, havia objetivos políticos claros em tela: num caso, minar o projeto de encampação de papel-moeda proposto pelo primeiro Ministro da Fazenda de Floriano Peixoto, Rodrigues Alves; no outro, fazer com que o Estado nacional atuasse em prol do grupo relativamente difuso dos "produtores nacionais". Já no livro-texto de finanças públicas, houve a assimilação de uma tradição acadêmica, o que envolvia aspectos "pedagógicos" – um tipo específico de exposição do conteúdo – e "doutrinários", associados a um pendor pela linhagem estatal-socialista de estudos em finanças públicas.

É claro que os dois tipos de apropriação estavam associados: se Amaro Cavalcanti reclamava o auxílio à indústria no Senado, reiterava, em seu livro, que a dívida pública poderia financiar esse tipo de política de subvenção, desde que fosse essencial aos interesses nacionais. Contudo, é possível discernir em Cavalcanti, talvez mais do que em Rui Barbosa e em seus pares industrialistas, a tentativa de propor uma forma de estruturação do conhecimento, ao menos num subcampo da economia – a ciência das finanças públicas – em moldes alemães. Em contexto brasileiro, esse tipo de sintonia mais acadêmica e pedagógica com a tradição alemã encontraria paralelo no manual publicado por Francisco Simch, em Porto Alegre, algumas décadas depois.

7.2. Vieira Souto: entre a engenharia e a economia monetária

Filho do médico Luiz Honório Vieira Souto, Luiz Rafael Vieira Souto (1849-1922) iniciou seus estudos na Escola Militar, no Rio de Janeiro. Com o fechamento desta, resultante a deflagração da Guerra do Paraguai, transferiu-se para a Escola Central, onde se formou em engenharia em 1871, obtendo também o título de bacharel em ciências físicas e matemáticas. Como traços gerais de sua biografia, Maria Letícia Correia destaca o papel de liderança no movimento industrialista da primeira década do século XX, o envolvimento no processo de modernização urbana da então capital federal, bem como sua atuação como lente de economia política na Escola Politécnica.[35]

Em 1880, ano da criação do Clube de Engenharia, representantes das indústrias se reuniram na Associação Industrial (Rio de Janeiro), sob a direção de Antônio Felício dos Santos, propondo proteção para a indústria brasileira, em nome de certo nacionalismo. Esses mesmos empresários tentaram remodelar a antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) em 1900 e 1902, e o resultado dessas tentativas foi a fundação, em 1904, do Centro Industrial do Brasil (CIB). A iniciativa partiu de Inocêncio Serzedelo

[35] CORREIA, Maria Letícia. "Engenharia, economia política e progresso: a trajetória do engenheiro Luiz Rafael Vieira Souto como estudo de caso (1849-1922)", in: *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 3, n. 2, 2010.

Correia, Luiz Rafael Vieira Souto, J. M. Cunha Vasco e Jorge Street. Os dois primeiros foram, respectivamente, presidente e vice-presidente do CIB até 1912.[36]

Como engenheiro, Souto envolveu-se, desde a década de 1880, com projetos de construção habitacional, com forte conteúdo modernizador e higienista. Foi a partir da transição republicana, todavia, que se abriram canais de atuação mais direta no âmbito do Estado. Associou-se ao futuro prefeito carioca, Carlos Sampaio, na Empresa Melhoramentos Brasil, que firmaria contratos com o Conselho da Intendência Municipal, em 1891, para obras de prolongamento de ruas e construção de um túnel. Organizada a Prefeitura do Distrito Federal, em 1893, Souto foi nomeado diretor de Viação e Obras pelo prefeito Henrique Valadares. No governo presidencial de Rodrigues Alves (1902-1906) participou do amplo projeto de remodelação urbana do Rio de Janeiro, que teve lugar sob o prefeito Pereira Passos. Integrou a comissão administrativa das obras do porto, tendo dirigido também as obras da avenida externa ao cais, cujo projeto lhe é atribuído.

A carreira docente de Vieira Souto teve início com a transformação da Escola Central em Escola Politécnica, em 1874, quando passou a lecionar interinamente a cadeira de máquinas e foi, ao mesmo tempo, professor substituto de economia política. Em 1880, tornou-se lente catedrático de economia política para os cursos de engenharia civil, de minas e artes e de manufaturas, sucedendo o Visconde do Rio Branco, José da Silva Paranhos, ex-ocupante da cadeira. No concurso, derrotou nomes conhecidos da engenharia brasileira como, por exemplo, Aarão Reis. Exerceu o magistério até 1914, tendo publicado, em 1916, o livro *Economia política*, no qual resumiu parte significativa do conteúdo programático que ministrara em seus cursos. Seus textos sobre temas econômicos e financeiros, em sua maioria das décadas de 1900 e 1910, abordaram temas centrais para a economia brasileira no período, tais como: as medidas monetárias decorrentes do *funding loan* (nos artigos de imprensa de 1901), a reforma da tarifa aduaneira (discutida entre 1903 e 1907) e o projeto da Caixa de Conversão de 1906, na esteira da primeira valorização do café.[37]

Durante esses anos, Vieira Souto esteve diretamente envolvido com projetos de articulação dos empresários industriais em associações de classe. Sua vinculação ao CIB, como vice-presidente, não pode ser dissociada das posições que assumiu nos textos que escreveu. Em sua maioria publicados na imprensa carioca, tais escritos estavam inseridos no processo de demarcação do campo político e ideológico para o qual eram importantes

[36] CORREIA, 2010, p. 159. Ver, também, LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e interesses na industrialização brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, pp. 62-65.
[37] CORREIA, 2010, p. 161.

a proteção à indústria, o fomento às atividades produtivas nacionais e a refutação do argumento da indústria artificial. No vocabulário desse campo político em consolidação, as palavras indústria e circulação tinham significado especial. Como em Rui, "indústria" não significava somente atividades fabris, sendo comuns termos como "indústria pastoril": a palavra, de todo modo, era carregada de uma conotação positiva, mais ligada à acepção, até hoje dicionarizada, mas pouco comum, que se refere à ideia de "aptidão, habilidade, atividade" ou, em sentido figurado, "astúcia". Também a ideia de circulação – monetária – era frequente: associada ao movimento mecânico e ao fluxo sanguíneo no organismo vivo, a circulação deveria ser "lubrificada" ou "irrigada" pelo numerário. Se este faltasse, a atividade econômica esmoreceria.

Os ensaios analisados a seguir foram escritos para o *Correio da Manhã* entre novembro e dezembro de 1901. Foram reunidos e publicados no ano seguinte, com o título de *O último Relatorio da Fazenda*, em referência explícita ao relatório de 1901, no qual o Ministro em exercício Joaquim Murtinho fazia considerações sobre a política levada a cabo durante sua gestão até o momento, marcada pela implantação das condições previstas no acordo do *funding loan* de 1898.[38] Na esteira da crise do Encilhamento, os anos de 1890 foram bastante críticos para a economia brasileira, marcados por forte desvalorização cambial e por idas e vindas na política bancária e financeira. Se a conjuntura em que Amaro Cavalcanti se manifestou como senador marcou o início do aprofundamento das instabilidades, a controvérsia Murtinho-Vieira Souto representou o ponto de chegada dessa conjuntura.

A situação das contas externas brasileiras se deteriorou bastante esses anos, agravada pelas supersafras de café em1896 e 1897, que derrubaram o preço do produto. Incapaz de solver seus compromissos externos em 1898, o Tesouro chegou a propor a moratória, evitada por um acordo com a casa Rothschild, que concedeu o *funding loan* em 1898. Em que pese a imprecisão das cifras para o período, alguns dados podem ajudar a dimensionar o aperto monetário desses anos. Até maio de 1903, o papel-moeda destruído somava 113 mil contos: 13% do total existente em 1898, na estimativa de Gustavo Franco. Como medida aproximada da desaceleração econômica, tomem-se as importações, que declinaram de 114,5 milhões de dólares em 1898 para 89,4 em 1901. O número fica mais expressivo quando se tem em mente que houve alguma apreciação cambial no período.

[38] Para a publicação original dos artigos, ver: VIEIRA SOUTO, Luiz Rafael. *O ultimo Relatorio da Fazenda. Colleção de artigos publicados no "Correio da Manhã" em Novembro e Dezembro de 1901*. Rio de Janeiro: Malafaia Junior, 1902. Este texto foi reproduzido em LUZ, Nícia Vilela (org.). *Ideias econômicas de Joaquim Murtinho*. Brasília: Senado Federal, 1980. As citações aqui se referem a esta reprodução.

Houve ainda, nessa conjuntura, um número expressivo de falências bancárias, em especial no ano de 1900.[39]

Neste cenário pouco animador para os negócios, Souto viu a política monetária seguida pelo governo como nociva à indústria e à circulação, tendo mobilizado argumentos teóricos, bem como uma retórica afiada, para contrapor-se à política econômica de Campos Sales-Murtinho. Segundo Nícia Vilela Luz, Souto se apoiara no que havia de mais atualizado em matéria de teoria econômica, particularmente da "escola italiana". De fato, vários autores italianos foram referidos por Souto, que também se apoiou em literatura inglesa, francesa e alemã.[40]

Segundo Vieira Souto, a política posta em prática desde 1898 teria levado o Brasil a uma grave crise de numerário e de crédito. Mereceu especial atenção a afirmação de Murtinho de que a política financeira do Império, seguida pela República, fora a dos "déficits orçamentários cobertos, ora por empréstimos, ora por emissão de papel-moeda". Vieira Souto se opôs a isso, argumentando que Murtinho errara no conceito de déficit orçamentário, ao não distinguir entre despesas ordinárias e especiais. Ademais, afirmava que, se prevalecesse a definição de déficit orçamentário dada por Murtinho, todas as nações civilizadas teriam vivido sob o regime dos grandes déficits. Haveria, conforme Souto, um fato notório na história econômica do mundo civilizado no século XIX: o progressivo aumento das despesas extraordinárias dos Estados, financiadas também por meio de recursos extra-orçamentários, como as emissões de papel-moeda e os empréstimos lançados no interior e no exterior. Como prova disso, mostrou dados que atestavam o vertiginoso crescimento da dívida pública de países como França, Alemanha, Rússia, Suécia, dentre outros, entre 1875 e 1900.[41] Aqui não havia referência a correntes teóricas no âmbito da economia das finanças públicas, mas é possível discernir que Souto adotava uma postura mais favorável à dívida pública e portanto mais próxima à *Finanzwissenschaft* alemã do que à *public finance* de matriz britânica, mais atenta ao equilíbrio orçamentário e cética com relação ao endividamento.[42]

Do ponto de vista doutrinário em economia política, Vieira Souto condenou o Ministro da Fazenda por pretender que a nação restringisse as despesas ao produto dos impostos anualmente arrecadados. Essa opinião, representada por David Hume, Adam Smith e Jean Baptiste-Say, era datada, prevalecente apenas na "infância da economia

[39] FRANCO, 1990, pp. 27-28.
[40] LUZ, 1980, pp. 57-59.
[41] VIEIRA SOUTO, 1902 [1980], pp. 344-345.
[42] Ver MUSGRAVE, 1996, e a seção 5.2. deste trabalho.

política".

> De lá para cá fez ela imensos progressos, e hoje não há economista ou financista que subscreva semelhante doutrina; ao contrário, todos reconhecem o enorme poder adquirido pelo crédito público, o seu uso cada vez mais frequente e mais vasto, a vantagem de preferi-lo à agravação dos impostos, quando eles já são onerosos, como sucede agora no Brasil.[43]

Nesse ponto, Vieira Souto recorreu a Boccardo (*Tratado teorético-prático de economia política*) para argumentar que, quando não bastam os impostos, o Estado tem o direito e, em alguns casos, como fome, seca, guerra, peste e crises econômicas, o dever de recorrer ao crédito. A ideia de Boccardo era que seria legítimo o Estado transferir às gerações futuras parte dos encargos, os quais recairiam sobre estas, ainda mais terríveis, se o governo da geração atual se conservasse na inércia. Além dessas circunstâncias excepcionais, uma causa geral estaria atuando no mesmo sentido: a necessidade de aumentar a força e o poder produtivo do país. Ainda para desenvolver esse tópico, Vieira Souto referiu-se a Leroy Beaulieu (*Traité de la science des finances*), num longo trecho sobre os incrementos da dívida pública em vários países. Beaulieu assinalava que simplesmente lastimar altas dívidas seria dar mostra de tolice: estas dívidas teriam nas grandes obras públicas "um reverso produtivo, um ativo que em importância excede muito ao passivo".[44]

Abordando diretamente o tema da política monetária de Murtinho, Vieira Souto questionou, primeiro do ponto de vista prático, o expediente da incineração de papel-moeda: segundo sua interpretação, isso não era parte integrante do acordo associado ao *funding loan* de 1898. A intenção dos credores, segundo Souto, era assegurar que as sobras decorrentes da isenção do pagamento de juros da dívida externa por três anos (saldos orçamentários) não fossem esbanjadas em gastos correntes. Nesse sentido, poder-se-ia simplesmente ter mostrado aos detentores da dívida brasileira que haveria aplicações rendosas para esses saldos, de modo a evitar no país a crise comercial por escassez de numerário. Nas palavras de Souto: "O próprio instinto de conservação predispõe o credor para desejar promover a prosperidade do devedor".[45]

No fundo, havia uma diferença entre o entendimento de Murtinho e o de Vieira Souto sobre a natureza e as funções da moeda. Murtinho diferenciava entre a circulação metálica e a baseada no papel-moeda: a primeira representava riqueza acumulada, ao passo que a segunda, apenas promessas de pagamento. Ao se reduzir a quantidade desses títulos, portanto, governo poderia elevar seu crédito, reduzindo sua dívida. Souto atacou essa

[43] VIEIRA SOUTO, 1902 [1980], p. 350.
[44] VIEIRA SOUTO, 1902 [1980], pp. 351-352.
[45] VIEIRA SOUTO, 1902 [1980], p. 370.

concepção de forma enfática, apontando para a estreiteza com que Murtinho enxergava a moeda. Em sua visão, a incineração do papel-moeda podia até enriquecer o Tesouro (devedor), mas empobreceria a credora, isto é, a circulação, representada por lavoura, indústria e comércio. Prosseguiu argumentando que a função exercida pela moeda de acumular ou condensar valores era das mais secundárias, relevante somente em casos em que era necessário enviar valores para fora do país: nas transações do dia-a-dia, o papel-moeda deveria ser preferido, por ser um bom instrumento de troca.[46]

Para ilustrar seu argumento, Souto lançou mão de uma analogia da circulação monetária com os meios de transporte: a moeda de uma nação seria como as carruagens de serviço e bondes do Rio de Janeiro. Ora, pouco importava o metal de que eram feitas suas rodas e a madeira de seus balaústres: sua destruição encareceria seu uso e sofreriam os que dependem do tráfego. "A destruição de parte dos bondes prejudicaria a circulação, não pela perda do valor real de seu custo, mas pela insuficiência que determinaria nos meios de transporte". Era uma ideia de que a principal função da moeda era servir como instrumento de troca: sua oferta deveria, portanto, corresponder às necessidades da circulação. "O que depaupera a circulação em tal caso é a insuficiência do agente ou instrumento de troca, qualquer que ele seja, retardando ou paralisando todo o movimento econômico". Vieira Souto lançou mão de vários argumentos de autoridades estrangeiras para sustentar sua posição no debate sobre moeda. Mencionou que mesmo antes de Adam Smith, "o grande filósofo inglês David Hume escrevera que o numerário não é a roda do comércio, porém é o óleo que lubrifica as rodas comerciais". Desse modo, se a lubrificação falhasse, o mecanismo se oxidaria e o movimento emperraria.[47]

Articulado a essa discussão sobre a função primordial da moeda estava o problema da valorização cambial: afinal, um dos objetivos do plano saneador de Murtinho era revalorizar a moeda nacional. Segundo Vieira Souto, Murtinho entendia a relação do numerário circulante com o câmbio da seguinte forma: "De acordo com a fórmula [dada pelo ministro], o papel-moeda é um divisor e a taxa cambial um quociente; diminuindo, pois, continuamente a quantidade de papel, o câmbio se elevará forçosamente até o par". Vieira Souto discordava: ao reduzir cada dia a quantidade de dinheiro, sem reduzir – afinal, não podia fazê-lo – as necessidades que o mercado tinha desse instrumento, a consequência óbvia seria o encarecimento do dinheiro, por sua procura ter-se tornado maior que a oferta, e, em decorrência, uma circulação econômica mais difícil.[48]

---

[46] VIEIRA SOUTO, 1902 [1980], pp. 373-374.
[47] VIEIRA SOUTO, 1902 [1980], pp. 373-374.
[48] VIEIRA SOUTO, 1902 [1980], pp. 378-379.

Para enfatizar os efeitos nefastos da política contracionista sobre o crédito, Souto lançou mão de argumentos apropriados a pensadores franceses, italianos e alemães. Segundo Laveleye (*La monnaie et le bimétallisme*), numa metáfora biológica, a retirada lenta do numerário em circulação seria equivalente a uma anemia e só poderia ser atenuada pelo desenvolvimento do crédito na mesma proporção. Essa compensação, porém, raramente aconteceria: Tullio Martello (*Le crise monetarie*) foi o autor utilizado para salientar o enlace entre a crise monetária e a crise de crédito. Em trecho citado, a ideia de Martello era que as operações de crédito giram em torno da moeda: havendo moeda escassa e uma ação comercial e industrial "prejudicada, perturbada, enervada", dificilmente o crédito viria acudir a necessidade de numerário.[49]

O próximo passo de Souto, para desconstruir as ideias de Murtinho, foi passar da teoria aos "fatos": provar, por meio da história financeira dos povos, os preceitos de economia política defendidos. O primeiro exemplo era o do Brasil. Citando cifras de Cândido Batista, no *Sistema Financial*, Souto afirmou que o governo queimara, entre 1838 e 1840, 14% do papel-moeda em circulação: o câmbio, todavia, mantivera-se estável na taxa média de 30 dinheiros. Asseverou que já tivera a oportunidade de demonstrar que "em todas as épocas e em todos os países onde vigora ou tem vigorado o regímen do curso forçado, nunca a depreciação do papel-moeda obedeceu ao princípio quantitativo". E citou dois autores: "Wagner, o notável economista alemão, na obra *O Papel-Moeda na Rússia*, e Carlo Ferraris, o não menos reputado professor italiano (*Moneta e corso forzoso*) demonstraram esta verdade por todas as formas".[50]

Embora discordasse de que o objetivo primordial da política econômica deva ser a valorização da moeda, Vieira Souto tinha de lidar com o fato de, a partir de 1898, o câmbio se elevara no Brasil. Sua ideia (baseada nas obras de Goschen e Le Touzé), era que o câmbio era dependente da lei da oferta e da procura: nesse sentido, em situações de curso forçado, a quantidade de papel-moeda em circulação seria apenas um dos determinantes da taxa cambial – e nem mesmo o principal deles. O raciocínio era o seguinte: introduzido o papel-moeda e havendo necessidade de ouro para solver compromissos externos, o metal seria afastado da circulação, ficando monopolizado nas mãos de alguns; a persistirem resultados deficitários da balança de pagamentos internacionais, haveria uma elevação rápida no custo do ouro e, na falta dele, no custo do crédito internacional.[51]

---

[49] VIEIRA SOUTO, 1902 [1980], pp. 383.
[50] VIEIRA SOUTO, 1902 [1980], p. 384.
[51] VIEIRA SOUTO, 1902 [1980], p. 414.

A interpretação, portanto, da alta do câmbio a partir de 1898 era resultante de uma menor demanda por cambiais, causada, por sua vez, pelos seguintes fatores principais: concessões feitas no acordo do *funding* (dispensa dos pagamentos de juros e amortizações da dívida externa e dos repasses de juros garantidos às estradas de ferro) e a depressão econômica, que reduzia as importações, o pagamento de fretes e as remessas de numerário. Era um raciocínio similar ao que Rui Barbosa fizera para explicar a baixa cambial do Encilhamento: a situação econômica do país, sua necessidade econômica de numerário, determinou a política de emissões de moeda fiduciária. Não fora esta, em si, a causadora da baixa cambial, mas, sim, a situação dos pagamentos internacionais, que se mostrara continuamente desfavorável ao Brasil. Nesse ponto, Vieira Souto recorreu novamente à autoridade de Adolph Wagner, citado no mesmo parágrafo em que se fez referência ao economista italiano Bonaldo Stringher. Stringher confirmara, em estudo sobre o curso forçado nos Estados Unidos, o ponto de vista de que o papel-moeda em circulação era apenas um dos elementos a determinar a "medida do prêmio do ouro". Para reforçar sua defesa dessa opinião, Vieira Souto acrescentou:

> O douto economista alemão A. Wagner, fazendo idêntico estudo sobre o curso forçado na Rússia, formula positivamente a proposição que 'a medida do ágio, em tempos normais, depende quase exclusivamente da oferta e procura dos valores metálicos (ouro ou cambiais)'. Porque o papel-moeda, em determinados casos, pode influir sobre a taxa cambial, não se conclui que influi forçosamente e sempre.[52]

De fato, em seu livro *Die russische Papierwährung*, publicado em 1868, Adolph Wagner fizera uma defesa enfática desse caráter parcial da teoria quantitativa da moeda. O volume é um pequeno compêndio teórico, ao qual Wagner anexou uma série de recomendações para a recuperação do valor da moeda russa. Nesse momento, Wagner trabalhava na Universidade de Dorpat, na Livônia, região báltica então sob domínio do Império Russo e cuja elite mercantil era de origem predominantemente alemã. Vale lembrar que a década de 1860 foi uma conjuntura crítica para a Rússia imperial. A abolição da servidão, pelo czar Alexandre II em 1861, abriu as portas para lentas transformações econômicas num país vasto e populoso, muito embora e atrasado com relação a Grã-Bretanha, França e Alemanha. Esse início de modernização trouxe, contudo, problemas, como o aumento do endividamento público. O governo adiantou aos senhores as indenizações referentes à libertação dos servos, em operações que pesaram sobre as finanças do Estado. Ademais, a Guerra da Crimeia (1854-56) propiciara uma elevação acentuada da emissão de "rublos-crédito", acompanhada por sua considerável

[52] VIEIRA SOUTO, 1902 [1980], p. 415.

desvalorização. A situação só seria controlada com medidas tomadas entre 1882 e 1903, que atrelaram o rublo ao padrão-ouro, com vistas a facilitar o comércio externo e a tornar a Rússia uma economia mais atraente para o investimento internacional.[53]

Nesse contexto, o livro de Wagner é uma coleção de conselhos visando à estabilização da moeda, utilizando métodos que, todavia, não eram alinhados com a teoria quantitativa da moeda: sua recomendação passava principalmente pela reestruturação da dívida pública russa. Levando em conta que Wagner era um intelectual alemão trabalhando numa região sob influência germânica, num país em situação de pronunciado atraso em relação às potências ocidentais, não seria descabido comparar o tom de seu livro de recomendações de política econômica àquele que seria adotado pelos *money doctors* que vieram à América Latina. Do ponto de vista da teoria monetária, no entanto, as afinidades com o tipo de crítica feita por Vieira Souto eram várias.

Sua discussão sobre a teoria do valor do papel-moeda era extensa e apontava, sobretudo, para a multiplicidade de fatores que influem sobre este valor. Wagner diferenciou entre dois aspectos distintos envolvidos numa desvalorização da moeda impressa. O primeiro é chamado de *Entwerthung* (depreciação) e exprime a disparidade entre papel e metal: o valor dessa diferença é chamado ágio (ou deságio, se o papel vale mais que o metal). A segunda dimensão, designada como *Werthverminderung* (diminuição de valor), refere-se à redução no poder de compra do papel-moeda, em termos de mercadorias concretas: a medida dessa variação poderia ser expressa pelo preço dos produtos na denominação monetária do papel.[54]

Entre esses dois fenômenos, argumentava Wagner, não haveria paralelismo necessário. O principal fator a torná-los distintos seria similar ao que explicava a ausência de correlação necessária entre a política emissionista de Rui Barbosa e a desvalorização cambial do Encilhamento: a especificidade do país, seu tipo de desenvolvimento. Nesse sentido, mudanças no ágio, refletindo a relação do papel com o ouro, não teriam impacto direto e necessário sobre os preços. No caso da Rússia, um país continental, com grandes dificuldades de comunicação, sobretudo entre a parte mais urbanizada e a Sibéria, seria um erro grave pensar que essas duas grandezas correriam em paralelo. Souto trouxe esse raciocínio, para o caso, similar, do Brasil.

Mesmo o ágio em si – o montante em que o valor do metal ultrapassa o do papel –

---

[53] Para um panorama geral da industrialização "retardatária" russa, ver SAES, Alexandre Macchione e SAES, Flávio Azevedo Marques de. *História Econômica Geral*. São Paulo: Saraiva, 2013, pp. 253-258; sobre os aspectos monetários e financeiros da Rússia oitocentista, ver: SPULBER, Nicholas. *Russia's Economic Transitions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp. 67-70 e pp.112-114.

[54] WAGNER, 1868, pp. 80-85.

não dependia, para Wagner, da quantidade de papel-moeda em circulação. De um lado, o ágio dependia da relação entre a oferta e a demanda de moeda impressa ou, dito de outra forma, "da relação entre a quantidade de papel-moeda disponível e o montante necessário para a realização de um dado volume de negócios". Por outro lado, era determinado pela interação entre oferta e demanda de metal precioso, isto é, pelos negócios realizados em metal. A intensidade desses negócios, por sua vez, era consequência da credibilidade do papel-moeda (se baixa, levaria à procura por ouro ou prata) e das necessidades de utilização do metal precioso como capital "concreto", isto é, como matéria-prima para a manufatura e como moeda de transações internacionais.[55] Dessa forma, o câmbio era também influenciado pela "demanda": havendo pouca procura por "negócios em metal", o ágio tenderia a diminuir e, portanto, a moeda impressa local tenderia a retornar à paridade. Isso era justamente o que Vieira Souto queria demonstrar: o câmbio não se valorizara porque o numerário circulante fora incinerado, mas porque a recessão reduzira a demanda por transações metálicas, "valorizando" o mil-réis.

No curso de seu arrazoado sobre a teoria do papel-moeda, Adolph Wagner citou diversas vezes o nome e as ideias de Thomas Tooke. "A ideia, mencionada anteriormente, de que o ágio oscila numa relação inversa à quantidade de papel-moeda já foi refutada por Tooke, de maneira convicente, para o caso inglês".[56] Ao final deste mesmo parágrafo, Wagner refutou o método da "desvalorização" (*Devaluation*), como maneira de recuperar o valor da moeda papel, argumentando que esse método era baseado em princípios da teoria quantitativa e, como esta, era falso. O método consistia em reduzir o valor de denominação da moeda em papel, trazendo-a à paridade e eliminando, assim, o ágio. A política de queimar estoques monetários, para "revalorizar" o câmbio, teria essa mesma função: ao reduzir o valor (em rublos, ou mil-réis) denominado em cada cédula, o efeito é o mesmo de se incinerar uma dada quantidade de cédulas.

No conjunto dos textos de Vieira Souto, nos quais se opunha à política monetária de Murtinho, pode-se perceber certo alinhamento com os autores ligados à *banking school* inglesa, expresso por meio da ideia-força de que os bancos emissores deveriam emitir, não de acordo com uma regra fixa, determinada pela disponibilidade de lastro metálico, mas, sim, em conformidade com as necessidades da circulação. Dois autores ingleses, ligados à *banking school*, foram mencionados: Henry Dunning MacLeod e Thomas Tooke. O trecho citado de MacLeod (*Princípios de economia política*) referia-se à importância do crédito para a realização da atividade comercial. Os comerciantes teriam,

[55] WAGNER, 1868, pp. 86-87.
[56] WAGNER, 1868, p. 85.

segundo o autor, duas formas de liquidar suas obrigações diárias: as mercadorias e as dívidas ou letras. Enquanto o crédito estivesse "firme", com os banqueiros descontando letras, os ciclos de negócios poderiam seguir seu curso normal de compras e vendas. Não havendo o recurso ao crédito, os comerciantes se veriam forçados a vender sua mercadoria "à aventura", para evitar a bancarrota. O resultado desse aperto no crédito seria, então, a deflação.[57]

Tooke foi trazido à discussão para fazer um contraponto à ideia, expressa por Murtinho em seu relatório, de que a circulação brasileira teria "aumentado" em virtude do resgate ou incineração de papel-moeda promovido durante sua gestão. Segundo o Ministro, a circulação não se devia medir pela quantidade de numerário disponível, mas, sim, pelo valor real representado por ele. Vieira Souto opôs-se a essa visão com exemplos de produtos – o saco de açúcar e o fumo Rio Grande – cujos preços tinham variado significativamente em um ano, ao passo que o câmbio se mantivera estável no período. Em seguida, afirmou: "Tooke, o economista inglês que escreveu sobre os preços a monografia conhecida e apreciada em todo o mundo, demonstra luminosamente (*History of prices*, vol. I, parte III, cap. II) que a enorme disparidade entre a depreciação do papel-moeda na Inglaterra, o valor do ouro e os preços das mercadorias comuns proveio de numerosas circunstâncias extrínsecas que influíram sobre estes preços sem influírem sobre o do ouro".[58]

Por fim, Souto utilizou-se do argumento, presente em Wagner e mobilizado por Rui Barbosa, relativo ao grau de desenvolvimento das instituições monetárias e de crédito. Embora desse razão ao ministro Murtinho no tocante às possíveis vantagens da valorização cambial – redução do preço de gêneros importados e, indiretamente, de produtos fabricados no país a partir de insumos estrangeiros – Souto reafirmou ser um erro "indesculpável" relacionar valorização cambial com menor circulação monetária. Esse montante necessário a uma boa circulação não dependeria do valor real ou metálico da moeda, mas, sim, do grau de desenvolvimento das instituições financeiras. "Quanto mais rica, mais produtora e mais adiantada é uma nação, tanto mais numerosas e fortes são as instituições bancárias que nela se encontram e tanto mais aperfeiçoado é o mecanismo do crédito". Nesses países mais adiantados, a mesma cédula ou a mesma peça de moeda serve de intermediário em maior número de trocas do que serviria em contexto atrasado. O recurso à obra de Wagner, sobre a história monetária da Rússia, pode ser entendido no âmbito mais geral dessa crítica a uma política econômica informada pelos

[57] VIEIRA SOUTO, 1902, p. 426.
[58] VIEIRA SOUTO, 1902, p. 434.

princípios quantitativistas, voltada para o controle da oferta monetária, com vistas a sustentar o valor da moeda e sua paridade cambial.[59]

Convém lembrar que, embora faça sentido do ponto de vista lógico, a inserção de Wagner no curso da argumentação de Vieira Souto tem um caráter seletivo. De fato, as considerações teóricas do economista alemão sobre o valor do papel-moeda questionavam os princípios quantitativistas, mas seu objetivo, no livro citado, era propor um plano de recuperação da paridade e da estabilidade do rublo, num contexto difícil para as finanças imperiais russas. A divergência de Wagner com relação à teoria quantitativa da moeda dizia respeito ao método para se atingir a moeda estável (com paridade fixa no metal), mas tal estabilidade não saía do horizonte de suas recomendações de política econômica. O papel-moeda não era visto por Wagner como recurso de política econômica necessariamente positivo: um dos capítulos de seu livro, inclusive, é intitulado "Dinheiro-papel não é adequado como moeda permanente". Nesta parte, Wagner utilizou a relativização espacial e temporal implicada em sua teoria do ágio para explicar a viabilidade (ou não) do papel-moeda. Os locais em que foi possível mantê-lo por algum tempo foram aqueles nos quais o ágio era de pequena monta ou tinha influência moderada ou nenhuma sobre os preços. De resto, nada garantiria que o papel-moeda pudesse ser recomendado como estratégia permanente de política econômica.[60]

No que tange à discussão sobre tarifas alfandegárias, Vieira Souto citou Murtinho, que reiterara, em seu relatório de 1899, a velha acusação de que a indústria brasileira era artificial, mas apresentou um conceito de indústria natural ligeiramente distinto do habitual:

> O que caracteriza uma indústria natural não é o fato de ter sua matéria-prima importada ou não, mas o de ter capacidade de produzir o máximo resultado possível em relação ao capital empregado com o mais baixo preço em um regime de livre concorrência.[61]

Souto retomou esse trecho de Murtinho, opondo-lhe o argumento da indústria infante, de tom listiano. Embora não mencione Friedrich List de forma explícita, a formulação de Souto tinha clara inspiração na agenda listiana de política econômica. Disse, referindo-se à indústria brasileira: "Uma criança não tem o direito de viver, se não nascer com bastante forças e bastantemente aparelhada para lutar com o indivíduo que atingiu a plena virilidade". Em seguida, Souto argumentou que todas as nações, inclusive a Inglaterra, iniciaram sua vida industrial pelo protecionismo, de forma a destinar os

---

[59] VIEIRA SOUTO, 1902, p. 435.
[60] WAGNER, 1868, pp. 37-48.
[61] MURTINHO, Joaquim. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, reproduzido em LUZ, 1980, p. 185.

mercados interiores aos produtos nacionais. "Veio depois uma fase em que a produção industrial começou a exceder as necessidades do consumo interior, e fez-se a propaganda do livre câmbio". Alguns países teriam rejeitado a nova doutrina, como Estados Unidos e Rússia. Outros a aceitaram, como Alemanha, que, no entanto, já a abandonara, tendo voltado à proteção, "que cada dia mais se estende".[62]

Esse teor listiano da argumentação em favor da proteção industrial é mais bem entendido nos termos da apropriação seletiva das ideias de List feita por industrialistas latino-americanos.[63] Ligados à prática e à discussão de política econômica, esses personagens assimilaram o argumento da indústria infante, sem no entanto levar em conta as considerações de List sobre a improvável industrialização das "zonas tórridas" do globo. De toda maneira, essa seletividade na apropriação de argumentos não deve ser entendida como uma apropriação "insuficiente", como se fosse possível estabelecer, hoje, qual seria a assimilação "coerente" que um pensador deveria ter feito de determinado conjunto de ideias de circulação internacional. Em vez disso, pode-se falar numa espécie de "tropicalização" das ideias de Wagner e List.

De alguma maneira, Vieira Souto estava consciente dessa necessidade adaptação da teoria. Ecoando o relativismo das linhagens historicistas, Souto postulava o caráter "condicional" da validade da teoria econômica, dependente de circunstâncias espaciais e temporais específicas. Em seu livro-texto *Economia política*, publicado em 1916, fez uma diferenciação elucidativa, entre "ciência" e "arte". A ciência era o conhecimento das relações necessárias (observadas ou reveladas pela razão) que decorrem da natureza das coisas estudadas; a ciência observa, expõe, explica. A arte, por sua vez, seria um conjunto de preceitos e regras a seguir; a arte aconselha, prescreve, dirige. Seria a economia política, então, uma ciência ou uma arte? Uma e outra coisa, respondia Vieira Souto. A "economia pura" representava a dimensão de ciência da economia, ao passo que a "economia aplicada" era seu aspecto de arte. Segundo Souto, logicamente, a ciência precede a arte; porém, cronologicamente, dava-se o contrário: a arte precedia a ciência. Sendo assim, quando se tratava de aplicações da economia política, não havia princípios absolutos. Em outras palavras, no domínio da política econômica concreta, as circunstâncias locais deveriam ser observadas. Em seus próprios termos:

> Frequentemente se encontra em nosso paiz quem acredite que medidas de ordem economica adoptadas, por exemplo, na Inglaterra ou na Allemanha, devem ser postas em pratica no Brazil, e produzir os mesmos resultados, ahi

[62] VIEIRA SOUTO, 1902, pp. 470-471.
[63] Ver FONSECA, 2000; BOIANOVSKY, 2013 e a seção 5.1. deste trabalho.

> ou em outros paizes que se acham em condições muito differentes d'aquelles. É um erro.[64]

Com efeito, em seus textos de contestação à política de Murtinho, Souto fez adaptações aos propósitos locais, ao menos no que tange às apropriações germânicas. A inserção dessas ideias em seu discurso acabaria por forjar um Adolph Wagner e um Friedrich List distintos daqueles que propuseram, respectivamente, a recuperação do valor do rublo na Rússia dos anos 1860 e a formação do *Zollverein* na Alemanha dos anos 1830. Se o protecionismo de List não deveria estender-se para as regiões tropicais, Wagner era crítico da teoria quantitativa num sentido específico: sua argumentação referia-se, sobretudo, a notas emitidas por bancos dotados de credibilidade. O papel-moeda estatal depreciado era visto como um entrave e deveria ser eliminado da circulação. No texto de Souto, essas distinções não apareciam, pois a prioridade era dar voz aos interesses "dos negócios" da praça do Rio de Janeiro, sublinhando os efeitos colaterais recessivos e a pouca efetividade da política monetária restritiva. Contudo, para efetivar esse propósito de crítica ao quantitativismo de Murtinho, a referência a pensadores ligados a uma "teoria creditícia da moeda", no sentido schumpeteriano da expressão, era, de fato, funcional. Se o receituário seguido pelo ministro era abonado pela ortodoxia financeira, havia que encontrar fontes de legitimação – europeias e prestigiosas, por suposto – para outras propostas: o "douto economista alemão A. Wagner" era, nesse sentido, um bom candidato.

7.3. Serzedelo Correia e a agenda listiana para o "problema econômico"

Inocêncio Serzedelo Correia (1858-1932) nasceu em Belém do Pará, onde, órfão de pai, fez seus estudos básicos no Seminário Menor da Diocese. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1874, onde ingressou na Escola Militar, na qual formou-se engenheiro militar e mestre em Ciências Físicas e Biológicas. Na mesma instituição, Correia chegou a lecionar disciplinas nas áreas de ciências exatas e biológicas. Na Escola Militar, conheceu o general Benjamin Constant, que exerceria influência considerável sobre Serzedelo, transmitindo-lhe convicções positivistas e nacionalistas que informariam sua atuação política. Teve participação ativa no golpe republicano de 15 de novembro de 1889, marchando com Deodoro e outros militares para depor o Visconde de Ouro Preto, destituir a monarquia e instaurar o novo regime.

Como homem público, Serzedelo Correia teve maior destaque durante o governo de

[64] VIEIRA SOUTO, Luiz Rafael e VIANNA, Paulo Domingos. *Economia política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916, pp. 16-17.

Floriano Peixoto, quando ocupou quatro ministérios: Relações Exteriores (02/1892-06/1892), Agricultura e Viação (06/1892-12/1892), Fazenda (08/1892-04/1893) e Justiça e Interior (interino). Durante sua gestão no Ministério da Fazenda, promoveu uma reforma alfandegária e a fusão entre os dois bancos emissores existentes então na praça do Rio de Janeiro: o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (BREUB, o grande banco emissor de Rui Barbosa) e o Banco do Brasil, que deram lugar ao Banco da República do Brasil (BRB). A conjuntura econômica e financeira desse momento era bastante crítica, com instabilidade política e crise cambial. A Revolução Federalista no Sul eclodiu em fevereiro de 1893 e, nesse mesmo ano, o governo enfrentou a Revolta da Armada. Nesse cenário, o novo BRB pouco conseguiu contribuir para a liquidação dos excessos do Encilhamento e acabou tendo sua carteira contaminada pela especulação em bolsa.[65]

Ivan Salomão destaca a orientação protecionista e industrialista da reforma tarifária, que acarretou a elevação em 30% dos direitos sobre bens manufaturados já produzidos no Brasil. A operação de salvamento dos bancos emissores também envolveu uma proposta que Salomão associa ao envolvimento de Serzedelo Correia com a causa industrial: os "auxílios à indústria". Tratava-se de um mecanismo de empréstimo, subsidiado pelo governo, cujo objetivo era socorrer indústrias nacionais com condição de vitalidade, sobreviventes do Encilhamento. Como parlamentar, foi presidente da comissão central de tarifas da Câmara dos Deputados, contribuindo decisivamente para a aprovação da reforma tarifária de 1896, considerada a mais protecionista desde 1879.[66]

As medidas implementadas por Correia em sua gestão na Fazenda tiveram o apoio do presidente Floriano Peixoto, cuja orientação nacionalista, intervencionista e antiliberal marcaria o debate político na primeira década republicana, sobretudo por meio do movimento conhecido como jacobinismo, consolidado em apoio ao seu governo, na esteira da Revolta da Armada (1893). Ana Luíza Backes chega a identificar, nesse florianismo, ao qual Serzedelo Correia era próximo, um projeto político concorrente ao das elites cafeeiras (principalmente paulistas), capitaneado por Campos Sales. Nesse sentido, há uma linha que separa o vocabulário econômico mobilizado pelo industrialismo, representado por Amaro Cavalcanti, Serzedelo Correia e Vieira Souto, do utilizado por Rui Barbosa, embora todos esses personagens sejam considerados "papelistas" em matérias monetárias: sobretudo em Serzedelo, afirmações de nacionalismo e críticas abertas ao liberalismo davam a tônica de um discurso vinculado

[65] FRANCO, 1990, pp. 24-25,
[66] SALOMÃO, 2013, pp. 70-76 e p. 82.

a esse polo jacobinista e positivista do espectro político dos primeiros anos republicanos.[67]

Embora fosse um militar com formação acadêmica – e não um empresário ou profissional diretamente ligado ao setor produtivo – Serzedelo teve atuação destacada em prol da causa industrialista. Foi presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) nos dois últimos anos de sua existência, até 1904, quando participou da articulação que resultou na fundação do CIB, o Centro Industrial do Brasil. Por oito anos, foi presidente deste Centro, ao lado de Luiz Rafael Vieira Souto, que ocupou a vice-presidência.[68]

Em 1903, Serzedelo Correia publicou uma série de artigos no jornal *A Tribuna*, posteriormente reunidos em livro. Convém lembrar que a conjuntura econômica havia melhorado consideravelmente desde que Serzedelo deixara o Ministério da Fazenda: com relação ao momento de retração econômica em que Vieira Souto se manifestara contra a austeridade monetária, a mudança era inegável. O governo Rodrigues Alves (1902-1906) foi marcado por crescimento econômico e pela melhora da posição externa, ligada à exportação da borracha ao *boom* de investimento estrangeiro na periferia que antecedeu a Primeira Guerra. A bonança conjuntural era visível nas obras públicas que caracterizaram a reforma urbana do Rio de Janeiro.[69] Nesse contexto, Serzedelo praticamente não se queixou da conjuntura em si, voltando seus textos para problemas mais crônicos da economia brasileira, como o baixo grau de desenvolvimento das atividades fabris e a desvalorização do principal gênero de exportação nacional, o café.

No prefácio à obra, intitulada *O problema economico no Brazil*, afirmou que seus textos eram meios de agitar questões e indicar providências, com vistas à emancipação econômica do Brasil. Em sua visão, a independência política era uma solução que satisfazia somente o "amor-próprio" nacional: do ponto de vista dos interesses materiais e econômicos, o Brasil ainda se mantinha na condição de colônia. Era a superação dessa condição atrasada que dava a tônica geral do conjunto de textos publicados por Correia.[70] Logo na abertura da coletânea, expõe a perspectiva de fundo que orientará seu estudo:

---

[67] BACKES, Ana Luíza. "Nacionalismo no Congresso brasileiro no início da República", in: *Cadernos ASLEGIS*, n. 44, 2011.

[68] SALOMÃO, 2013, p. 73.

[69] Sobre a conjuntura econômica desse contexto, ver FRITSCH, Winston. "Apogeu e crise na primeira república 1900-1930", pp. 37-41, in: ABREU, 1990. Para uma visão mais estrutural sobre a economia latino-americana no período, como receptora de investimentos europeus e americanos, ver SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do capital*. Bauru: Edusc, 2010, em especial o capítulo 1.

[70] CORREIA, Inocêncio Serzedelo. *O problema econômico no Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. (Reimpresso como: CORREIA, Inocêncio Serzedelo. *O problema econômico no Brazil*.Senado Federal: Brasília, 1980).

> Os povos, com efeito, que não têm a independência econômica não podem jamais constituir o tipo de uma grande nação, que List, o iniciador do *Zollverein*, traçou, quando nos diz que uma nação bem organizada e independente possui ao lado da língua e de uma população desenvolvida, a indústria manufatureira, o comércio e a navegação, harmonicamente desenvolvidos, enquanto as artes, as ciências os meios de cultura geral e de instrução se elevem à altura da produção material.[71]

Os dois principais eixos em torno dos quais se organizaram as proposições de Serzedelo Correia eram, numa tônica bastante listiana, a abolição dos impostos interestaduais e o aumento das tarifas alfandegárias, como meio de fomentar as atividades econômicas nacionais. Convém notar que, embora as atividades manufatureiras ocupassem posição de destaque, Serzedelo dedicava atenção também às atividades agrícolas, utilizando a palavra indústria na acepção mais ampla que o caracterizava nesse momento. O termo "indústria agrícola" para referir-se à produção de fumo, algodão, cana, arroz, milho e "indústria pastoril" para significar o que se entende como pecuária.

No texto referente à temática geral das "Indústrias Nacionais", Correia demarcou distância com relação ao argumento clássico da indústria artificial, segundo o qual só seriam naturais as indústrias cuja matéria-prima existisse em abundância no país. Citou os exemplos da Inglaterra com a produção têxtil, feita a partir de algodão importado, e a França, cujas indústrias de papel e de chocolate eram, ambas, baseadas em insumos importados: no primeiro caso, madeira sueca; no segundo, cacau brasileiro. Nesse sentido, reafirmou seu posicionamento em linha com o argumento listiano da indústria infante, ao dizer que têm razão "os economistas que enxergam um perigo no livre câmbio adotado por uma nação quando ela não está em condição de lutar e quando no *struggle for life* do darwinismo suas indústrias tiverem de sucumbir e desaparecer".[72] A consequência do livre câmbio nesse caso seria, apenas, o deslocamento para fora do país de capitais e homens.

Sobre a integração dos estados, por meio da abolição de tarifas, argumentou que, numa federação, em que os laços econômicos e a comunidade de interesses materiais constituem o elo mais forte para sua manutenção, os estados não poderiam considerar-se "republiquetas" guerreando-se uns contra os outros pela produção econômica. A ideia principal era que os impostos de importação são de competência da União, não podendo ser cobrados ao se transferir uma mercadoria de um estado a outro, por mais que essa mercadoria fosse, em sua origem, importada do estrangeiro. O modelo inspirador eram os EUA, onde, segundo Serzedelo, tais impostos já haviam sido declarados

[71] CORREIA, 1903 [1980], p. 17.
[72] CORREIA, 1903 [1980], p. 129.

inconstitucionais.[73]

O conjunto de temas econômicos abordados por Serzedelo Correia era amplo. No livro, tratou, de forma particularizada, dos seguintes assuntos: melhoramento dos portos, saneamento da capital federal, riquezas minerais, companhias de seguros, lavoura do café, cultivo da cana, indústria pastoril, indústria agrícola (fumo, cereais, arroz, algodão, trigo, milho), cultura da vinha, indústrias metalúrgicas, produção de bebidas alcoólicas, indústrias alimentícias (cerveja, massas, biscoitos), indústria de tecidos (algodão, lã e aniagem), sericultura, indústria de fósforos, fabricação de móveis, indústria de vidros e cerâmicas. Enfim, compôs um panorama amplo e matizado da situação econômica do Brasil, um retrato da economia brasileira no início do século XX.

Para cada um desses temas – a maioria deles relativos a setores ou subsetores da atividade produtiva – Correia levantou os principais desafios a serem enfrentados. Suas propostas para a solução dos problemas levavam em consideração as especificidades de cada ramo de atividade econômica, mas, no geral, apontavam a redução dos impostos estaduais e, sobretudo, a elevação das tarifas aduaneiras como principal estratégia de política econômica a ser seguida. Teve o cuidado de apontar, para cada ramo, os insumos importados cujas tarifas deveriam ser reduzidas, num cálculo nem sempre fácil, pois ao se baratear um insumo importado, corria-se o risco de perder a oportunidade trazida pela possível internacionalização de sua produção. Na opinião de Salomão, o protecionismo de Serzedelo foi a manifestação mais eloquente de seu nacionalismo, sendo a política aduaneira a pedra de toque do processo de "independência econômica" pelo qual o Brasil deveria passar.[74]

O exemplo das indústrias têxteis de lã e de algodão torna claro o sentido geral das propostas de Serzedelo Correia. O setor de cotonifícios já contava, segundo Serzedelo, com insumos fornecidos pela produção de fios nacionais, motivo pelo qual a tarifa que estabelecera uma razão de 30% para os fios deveria ser elevada, de modo a proteger a indústria nacional de fios. No caso das fábricas têxteis de lã, no entanto, a situação era diversa: não havia ainda fiação nacional suficiente para abastecer os estabelecimentos de tecelagem e, sendo assim, "a elevação do fio lhes seria fatal". Serzedelo Correia advogava, então, a manutenção da tarifa e, como medida mais abrangente, recomendava a possível internalização da criação de lanígeros, de modo a permitir a fiação no Brasil. "Se alguma coisa há a fazer é cuidarmos seriamente da criação do carneiro e, feito isso,

[73] CORREIA, 1903 [1980], pp. 31-34.
[74] SALOMÃO, 2013, p. 86.

teremos a lã e nessa indústria deixaremos de ser tributários do Rio da Prata".[75] Esse protecionismo era tido como princípio, como estratégia preferível de política econômica, porém sua aplicação não era indiscriminada: envolvia um cálculo de custos e benefícios. Talvez seja essa apropriação relativamente cuidadosa da "agenda listiana" de política econômica o principal ponto de contato entre Serzedelo Correia e o pensamento econômico de origem germânica. Todavia, não foi o único.

Quando discutiu o problema do café no Brasil, Serzedelo tratou de uma das questões mais prementes, a desvalorização dessa mercadoria no mercado internacional. Seguindo um argumento que dizia ser de Rui Barbosa, afirmou ser a baixa no valor de um determinado produto resultante de causas naturais ou artificiais. Os preços declinariam naturalmente numa situação em que a produção é maior do que o consumo, isto é, na superprodução. Por outro lado, baixas artificiais seriam devidas a conjunturas nas quais, por problemas de funcionamento do mercado ou falta de informação, os mercados produtores entregam o gênero a baixo preço à especulação "que os ilude, figurando notícias falsas". Para a superprodução a solução deveria ser paulatina, com o aumento do consumo em certos mercados (principalmente França, Rússia e Itália) e a eventual eliminação de produtores fracos. No caso dos "vícios do mercado", que tanto espaço davam à especulação, a saída passava pela organização do crédito, de institutos sólidos de crédito agrícola, onde o lavrador pudesse tomar os recursos de que carecia, sem ter de entregar sua produção a preços aviltantes.[76]

O modelo de organização do crédito citado como alternativa é o de "Delitzsch e Raiffeisen" que, segundo Serzedelo, tinha resolvido o problema do crédito na Alemanha com bastante êxito. Havendo uma situação de insuficiência de crédito agrícola, "nasceu a extraordinária obra empreendida por Delitzsch e Raiffesen [sic] e que constituiu em associações cooperativas criadas por pessoas que, tendo necessidade de crédito, procuravam por operações de banco, feitas em comum, os recursos de que careciam". Na descrição de Serzedelo Correia, os recursos pecuniários provinham, nessas sociedades de crédito agrícola, de duas fontes: um fundo social e os depósitos feitos por terceiros. O fundo social, por sua vez, compunha-se do haver social (as contribuições dos associados) e o fundo de reserva, alimentado por uma quota-parte dos lucros líquidos. De maneira a aumentar os recursos do fundo social, a caixa da sociedade recebia depósitos de terceiros, abrindo contas-correntes, como numa caixa econômica. A sugestão era que se fundassem institutos de crédito como esses no Brasil, possibilitando a captação de recursos

[75] CORREIA, 1903 [1980], pp. 240-241.
[76] CORREIA, 1903 [1980], pp. 111-112.

normalmente recolhidos pelas caixas econômicas.[77] Serzedelo mencionou ainda a lei prussiana de 31 julho de 1895 que, ao favorecer o crédito pessoal cooperativo, teria viabilizado a implementação dessas sociedades de crédito agrícola, "coroando" todo o mecanismo descrito. Com a lei, criou-se uma caixa central de cooperação, gozando de personalidade civil e submetida à fiscalização e direção do Estado. Esta caixa central disporia de larga e forte subvenção estatal.[78]

Na transição do século XIX para o século XX, de fato havia, por parte de produtores e políticos brasileiros, preocupação com o suprimento de crédito à lavoura, sobretudo cafeeira. De alguma forma, o Brasil enfrentava um problema semelhante à situação que desafiara as economias agrícolas da Alemanha, França e Itália, que não possuíam um sistema de bancos provinciais e locais que suprissem a demanda por crédito rural, como era o caso da Inglaterra, da Escócia e dos EUA. No estado de São Paulo, em especial, que a essa altura já detinha o eixo dinâmico da economia cafeeira, havia um problema de concentração do sistema bancário na capital, o que dificultava a concessão de crédito à lavoura.[79] Alguns anos antes de Serzedelo Correia, o Ministro da Fazenda Bernardino de Campos defendera, em seu Relatório de 1897, as caixas rurais baseadas nos modelos de Raiffeisen e Schulze-Delitzsch (Alemanha) e dos bancos Luzzatti (Itália).[80]

A sugestão de Serzedelo Correia para a resolução do problema do crédito não era, portanto, pouco usual nesse contexto, pelo contrário. É interessante notar, contudo, que ao agrupar, sob um mesmo "modelo" os sistemas Delitzsch e Raiffeisen, Correia estava se referindo a dois tipos de crédito cooperativo surgidos na Alemanha, porém com origens ideológicas e funcionamento prático distintos. Segundo Fabio Correia, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, um burgomestre luterano, inicialmente criou um modelo associativo de caixas para realizar empréstimos a juros baixos, ligado à igreja local. Em 1864, criou a Associação de Caixas de Empréstimos de Heddesdorf, cujo objetivo era auxiliar camponeses e protegê-los da usura. A forma de organização dessa caixa era semelhante à das cooperativas socialistas inglesas, baseada na indivisibilidade do patrimônio na inexistência de capital social e lucro. Ademais, deveriam ser constituídas por camponeses de uma mesma localidade.[81]

Hermann Schulze era um defensor do cooperativismo de corte individualista e

---

[77] CORREIA, 1903 [1980], pp. 113-114.
[78] CORREIA, 1903 [1980], p. 114.
[79] Sobre os modelos europeus de organização do crédito agrícola no século XIX e sua difusão no Brasil, ver CORREA, Fábio Rogério Cassimiro. *Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo (1906-1914)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2014.
[80] O referido Relatório de Ministro da Fazenda, publicado pela Imprensa Nacional, foi citado em CORREA, 2014, p. 127.
[81] CORREA, 2014, p. 110.

liberal, adepto da ideia de *Selbshilfe*, isto é, de que os produtores deveriam ajudar-se entre si, sem a presença do Estado. Conforme descrito no exame de sua controvérsia com Lassalle, Schulze era contrário a medidas redistributivistas e à produção coordenada pelo Estado. Concretamente, criara, em 1856, na cidade de Delitzsch, uma sociedade para adiantamentos de dinheiro, cujo modelo ficaria conhecido como sistema Schulze-Delitzsch ou sistema de bancos populares. Adversário não só dos socialistas liderados por Lassalle, mas também de Raiffeisen, Schulze era um convicto liberal em temas econômicos. Seus bancos não tinham o caráter caritativo das caixas Raiffeisen e se utilizavam de perspectivas de lucro para atrair a clientela, que não era geograficamente restrita. O banco Schulze-Delitzsch funcionava, na prática, como pequeno banco comercial, fazendo operações de depósito e descontos, porém em menor escala. Seu formato associativo devia-se mais à possibilidade de fazer com que a responsabilidade solidária propiciasse uma garantia para o bom funcionamento da instituição, do que a qualquer crença nos "benefícios sociais" do crédito cooperativo.[82]

A referência a dois tipos diferentes de organização do crédito como algo unificado sugere um contato não muito aprofundado com essas ideias: a preocupação maior, no texto de 1903, era propor possíveis alternativas para lidar com o problema do crédito, mais do que a reflexão mais detalhada a respeito delas. De toda maneira, Serzedelo referiu-se a duas formas de organização produtiva e bancária afastadas do lado socialdemocrata do espectro político alemão. Uma hipótese plausível é que sua assimilação desses modelos alemães de crédito cooperativo tenha sido indireta, mediada pela leitura de um importante tradutor e disseminador do pensamento alemão oitocentista relativo ao crédito, o professor de economia política italiano Luigi Luzzatti. De acordo com Fábio Correa, em 1863, Luzzatti publicou o livro *La Diffusione del Credito e le Banche Popolari*, em que combinou características das caixas Raiffeisen e dos bancos populares de Schulze-Delitzsch. Embora Serzedelo Correia não faça menção a Luzzatti em seu texto, vale registrar que várias obras de Luzzatti circularam no Brasil entre o final do século XIX e o início do XX. Na Biblioteca de Rui Barbosa, embora não se encontre o livro de 1863, há livros seus que abarcam temas de direito econômico e a questão do crédito popular na Itália.[83]

***

[82] CORREA, 2014, p. 110-111.

[83] CORREA, 2014, p. 111-112. Os livros referidos são: *La tutele economica giuridica e sociale della piccola proprietà*. Roma: Typ. Editrice Nazional, 1913; *Il credito popolare in Italia: e le condizione delle banche popolari italiane nel 1880. Relazione di Luigi Luzzatti*. Roma: Tip. Boddoniana, 1882.

Vale avançar, com o risco das generalizações precipitadas, algumas possibilidades de leitura que o enfoque na difusão e apropriação do pensamento econômico alemão oferece. Uma delas se refere às categorias de "industrialismo", que a historiografia tem usado para articular Rui Barbosa e os personagens cujas ideias foram discutidas neste capítulo. A defesa da "indústria nacional" não deve ser confundida com um projeto concorrente com o desenvolvimento dos setores agroexportadores. Como bem observou Adalton Diniz, o termo "indústria" foi usado por Rui Barbosa em vários contextos em que não significava "atividades fabris", mas sim atividade econômica no geral, ou mesmo "aptidão ao trabalho".[84] No caso de Serzedelo Correia, isso fica bastante claro com o uso de expressões como "indústria pastoril". Ademais, o próprio Correia recorreu ao modelo alemão de crédito cooperativo para sanar o problema da lavoura cafeeira, não para fomentar a indústria fabril.

É, todavia, com relação a uma ideia correlata do industrialismo, o "protecionismo", que se pode propor uma leitura a partir de apropriações alemãs. Para além de sua transversalidade entre os industrialistas, o tema da proteção à produção manufatureira nacional se destaca por sua longevidade: foi um tópico efetivamente incorporado ao pensamento econômico brasileiro de matriz não liberal. Por exemplo, o tema da deterioração dos termos de intercâmbio, cujo corolário de política econômica era em alguma medida o fomento à industrialização, foi bastante discutido a partir das contribuições cepalinas de finais dos anos 1940 e exemplifica que, ao menos em parte, o pensamento econômico latino-americano incorporou aquilo que Roman Szporluk chamou de "agenda listiana".

Entre os autores mencionados nesta Parte, Rui Barbosa traduziu *Volkswirtschaft* como "economia social" e não mencionou, sequer uma vez, Friedrich List como teórico ou autoridade legitimadora. Já Serzedelo Correia abriu seu compêndio de textos com uma introdução doutrinária listiana. Ademais, Correia, Souto e Cavalcanti utilizaram um tom muito mais próximo da ideia de que a atividade fabril nacional estava em sua fase "infantil", devendo, de fato, ser protegida, muito embora somente Serzedelo Correia faça menção aberta ao nome de Friedrich List. Correia era militar, de formação positivista, próximo ao Marechal Floriano. Nesse sentido, a postura com relação à figura de List pode ser indício de clivagens no âmbito do "industrialismo", por mais que esses personagens tenham defendido ideias convergentes em alguns pontos.

[84] Ver DINIZ, 1996.

Se Rui era um liberal que buscou fortalecer a República, Serzedelo Correia apostava na centralização tributária e no protecionismo aduaneiro como estratégias centrais de desenvolvimento econômico. Em uma palavra, tanto Rui quanto os industrialistas parecem ter corroborado com a agenda listiana, isto é, com a centralidade do desenvolvimento econômico para a existência da nação: construir a República era, alguma medida, fomentar a economia do país. Porém, defender esse fomento não significava uma clara preferência pelas atividades fabris de transformação. Ademais, foi variada a adesão ao nacionalismo econômico industrialista, consubstanciado na ideia de igualar os interesses "industriais" aos da nação: certamente menor em Rui do que em Cavalcanti, Souto e Correia.

A assimilação do especialista em economia monetária de Wagner parece mais relacionada à legitimação de um certo perfil de política econômica. Mencionar o nome de Adolph Wagner tinha mais o caráter de recurso a uma autoridade acadêmica, a um autor de manuais de prestígio internacional, do que propriamente de vínculo a um projeto protecionista. Rui Barbosa, Vieira Souto e Amaro Cavalcanti utilizaram seus argumentos com esse propósito de legitimar seus pontos de vista em discussões de política monetária. A citação, por parte de Souto, do livro sobre a recuperação da moeda russa, que pode ser interpretado como uma obra de *money-doctoring*, reforça essa impressão geral. No caso da ciência das finanças públicas de tradição germânica, da qual Wagner foi também um representante, a apropriação por parte de Amaro Cavalcanti teve a especificidade de ser mais acadêmica, resultando num livro-texto que, embora coerente com seus projetos políticos, tinha um público-alvo distinto daqueles envolvidos nos debates parlamentares. Em suma, pode-se dizer que o industrialismo da transição republicana ajudou a incorporar ao pensamento econômico brasileiro, a partir de suas apropriações especificamente alemãs, a agenda listiana de proteção e fomento à produção nacional e a noção de que o Estado tem, por meio de seu manejo das finanças públicas, um papel ativo a cumprir na moldagem da esfera econômica e da própria sociedade em geral.

Capítulo 8

Francisco Simch: um "economista prático" germanófilo no Sul do Brasil

> "Economic science is showing signs of renewed vigour in two of its old homes, Holland and Italy. And more specially is the vigorous analytical work of the Austrian economists attracting much attention in all countries.
> But on the whole the most important economic work that has been done on the Continent in this century is that of Germany"
> (pg 68 § 7 Chapt. IV, Book I. Principles of Economics)
>
> *Alfred Marshall*
> Cambridge"[1]

Com essa epígrafe, Francisco Rodolpho Simch abriu a bibliografia da segunda edição de seu *Programa de economia social*, de 1931. Essa avaliação positiva que Marshall fazia do trabalho dos economistas alemães do século XIX se confirma na leitura do principal livro deixado por Simch: na bibliografia, bem como na estrutura temática e formal do texto, a presença da tradição germânica tem uma centralidade que aproxima Simch de Amaro Cavalcanti e os diferencia dos demais personagens tratados nesta tese. Simch utilizou-se de trechos inteiros de manuais de economia alemães para elaborar seu próprio livro-texto, num exemplo lapidar das possibilidades colocadas pelo estudo da disseminação internacional das ideias econômicas, no que tange à identificação de processos de apropriação e adaptação de textos produzidos em outros contextos.

Simch estava inserido num contexto regional peculiar do Brasil do início do século XX. A maioria dos textos sobre questões econômicas analisados neste trabalho foram produzidos por e para brasileiros atuantes nos núcleos urbanos econômica e politicamente "centrais" do país. É certo que a Faculdade de Direito do Recife forneceu bases intelectuais para juristas influenciados pelas linhagens germânicas de economia política, entre os quais Rui Barbosa e Amaro Cavalcanti. Porém, os textos ruianos em si, bem como os de seus contemporâneos industrialistas, estiveram relacionados a debates econômicos travados no Rio de Janeiro, capital política do Império e da Primeira República, e principal polo financeiro do país. Roberto Simonsen representou, a partir dos anos 1920, a ascensão de uma agenda industrial nacionalista mais ligada a São Paulo, que se afirmaria como polo econômico desse Brasil que surgia com o aprofundamento da industrialização por substituição de importações. Nesse sentido, a peculiaridade de Simch foi atuar no Rio Grande do Sul, participando ativamente da política econômica em âmbito regional e escrevendo seu livro didático para uma comunidade de alunos relativamente isolada dos debates travados no Rio e em São Paulo.

---

1 Citado em SIMCH, Francisco Rodolpho. *Programa de economia social – economia pura e política econômica*. 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1931, p. 447.

Essas especificidades do desenvolvimento sócio-econômico do Rio Grande do Sul, onde a industrialização teve na imigração alemã um fator propulsor importante, são os pontos de partida para a reflexão sobre a trajetória do "economista prático" Francisco Simch. O adjetivo prático refere-se aqui às funções desempenhadas por Simch fora do âmbito estritamente acadêmico: foi diretor do Museu Julio de Castilhos e chefe do Serviço Geológico e Mineralógico estadual. Como diretor do museu, foi agente da modernização regional na Primeira República: um processo que ocorreu, no Rio Grande do Sul mais do que em outros contextos, sob a égide do positivismo, em sua versão "castilhista". Na qualidade de diretor do Serviço Geológico, participou da condução da política econômica, buscando, por exemplo, elevar a oferta de carvão mineral no contexto da Primeira Guerra Mundial. Em ambas as atividades, o denominador comum era a ideia de ciência útil à economia, de interligação entre a esfera concreta da política econômica e o campo mais teórico da ciência econômica.

É essa interligação – ou integração – que Simch buscou com as sucessivas edições de seu *Programa de economia social*, livro didático que deveria orientar seus cursos ministrados na Faculdade de Direito de Porto Alegre, à qual pertencia a Escola de Comércio, fundada em 1909 com o objetivo de proporcionar ao público gaúcho um ensino mais específico das matérias econômicas práticas. Para elaborar o livro-texto, valeu-se de várias fontes germânicas, entre as quais merecem destaque dois livros de divulgação, escritos por autores pouco conhecidos: Richard van der Borght e Hugo Schober. Mais do que adepto de uma "escola" de pensamento alemã, como o historicismo ou o socialismo de Estado, Simch foi um intelectual que procurou reproduzir, para seu contexto, a maneira alemã oitocentista de discorrer sobre economia e de ensinar a disciplina. Traços marcantes dessa tradição, veiculada pelos livros-texto desde Karl H. Rau, eram a forma descritiva de exposição e o relativismo ao tratar de temas econômicos, sendo este último um legado marcante da escola histórica. Desses manuais, Simch efetivamente apropriou-se de partes significativas, traduzindo e fazendo adaptações que tornam seu texto original, ao colocarem-no em sintonia tanto com esses manuais germânicos, quanto com situações mais concretas da política econômica local.

8.1. Modernização econômica e institucional no RS: Primeira República

A economia gaúcha na Primeira República foi marcada por um processo de diversificação, com o desenvolvimento industrial articulado ao crescimento da produção agropecuária: houve, dessa forma, alterações qualitativas importantes com relação à estrutura que prevalecera até as décadas finais do século XIX. Se houvera, no fim do

período imperial, alguma diversificação interna, proporcionada pelas zonas de colonização alemã e italiana na Serra, predominava a pecuária de corte da Campanha, articulada aos circuitos comerciais brasileiros. Em 1887, o Rio Grande do Sul tinha a quinta maior população entre as províncias do Império e o 13º contingente de escravos (concentrados nas charqueadas); em 1890, possuía a mais alta taxa de alfabetizados do país. Politicamente, o período monárquico se encerrava com predomínio local do Partido Liberal. Na Primeira República, dois processos mudariam a paisagem social e econômica regional: a transição para o trabalho livre e a perda relativa de importância da pecuária de corte *vis-à-vis* à agricultura e à indústria, o que, nos termos de Pedro Dutra Fonseca, permitiu que a economia sul-rio-grandense se transformasse de "especializada" em "diversificada".[2]

Paul Singer apresenta um esquema que, embora simplificador, ajuda a compreender as transformações econômicas do Rio Grande do Sul nesse período. Nessa perspectiva, o fator fundamental a explicar a industrialização gaúcha na Primeira República seria a existência de um mercado, formado na zona agrícola colonizada por alemães e italianos. Esse mercado se forma a partir do fornecimento de gêneros para outras regiões brasileiras. No esquema de Singer, as exportações internacionais de café proporcionavam divisas aos cafeicultores e comerciantes do Centro-Sul, principalmente fluminenses e paulistas. Estes importavam banha, feijão, charque, farinha de mandioca e fumo do Rio Grande do Sul, que por sua vez comprava do Centro-Sul açúcar, café e alguns produtos manufaturados. A diferença, paga por paulistas e fluminenses em divisas, era usada pelo Rio Grande do Sul para a compra de bens estrangeiros: 62,4% das importações rio-grandenses, em 1908, provieram do exterior, sendo desse montante dois terços constituídos por manufaturas. Entre as importações oriundas de outras regiões brasileiras, os gêneros alimentícios (açúcar, café, aguardente) respondiam por 44% do valor, destacando-se também o algodão do Nordeste e os manufaturados (tecidos, artigos de ferro e aço).

A industrialização gaúcha se teria baseado, então, na substituição desses bens importados, do estrangeiro e de outros estados do Brasil, por produção local. Essa substituição seria condicionada por fatores internos e externos ao estado. Os fatores internos seriam o crescimento da procura por certos artigos e a acumulação de capital comercial nas praças de Porto Alegre e Rio Grande, bem como a existência de externalidades importantes, tais como a disponibilidade de matérias-primas, de energia

[2] Ver FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 40, e LOVE, Joseph. *Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism*. Stanford: Stanford University Press, 1971, pp. 20-25.

elétrica e de mão-de-obra qualificada. Os principais fatores externos à região seriam as tarifas aduaneiras elevadas e os movimentos da taxa de câmbio.[3]

Um marco inicial da instalação da indústria moderna no Rio Grande do Sul foi, em 1874, a fundação da Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Lã, em Rio Grande, de propriedade de Carlos Guilherme Rheingantz, brasileiro filho do imigrante alemão Jacob Rheingantz. A importância da imigração, em especial alemã, para a industrialização gaúcha é inegável, muito embora não se queira com essa afirmação corroborar a ideia de que o imigrante tenha desempenhado papel "heroico", como quer a historiografia ligada às comemorações de efemérides da presença imigrante no Sul do país. Em alguns setores, o pioneirismo dos imigrantes germânicos foi claro: têxteis, banha de porco, conservas, bebidas, doces, madeiras, máquinas, tabaco, vidro, papel, fósforos e produtos químico-farmacêuticos. No entanto, o imigrante manteve-se ausente do setor mais dinâmico da economia sul-rio-grandense até o início do século XX: as charqueadas. Esse setor fabril ligado à imigração só industrializava os resíduos da economia do charque.[4]

Segundo informações compiladas por Jean Roche, o Rio Grande do Sul possuía, em 1895, dez grandes empresas industriais, formadas no final do Império, em sua maioria fundadas por alemães. As três maiores empresas, em número de operários, eram a União Fabril, sucessora da fábrica de Rheingantz, em Rio Grande, e, em Porto Alegre, operavam a Cia. de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense e a Cia. Fabril Porto-Alegrense, ambas fundadas em 1891.[5] Dentre essas indústrias, a União Fabril e a Cia. Fabril eram de propriedade de empresários com origem na imigração alemã. A instalação da fábrica de Rheingantz, voltada para o fornecimento de capotes para o exército, em Rio Grande na década de 1870, estava associada ao dinamismo da economia pecuarista do sul do estado, a essa altura mais pujante do que a do norte, que começou a industrializar-se na última década do século. Com efeito, as datas de fundação das empresas que operavam em Porto Alegre indicam um movimento importante no desenvolvimento regional na transição do século XIX para o XX.

De fato, a industrialização da região porto-alegrense teve início com o surto motivado pelo Encilhamento, nos anos 1890. As facilidades de crédito e a tarifa mais protecionista

---

[3] SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, pp. 170-171.

[4] Para uma discussão historiográfica acerca das possibilidades de interpretação das articulações entre imigração e industrialização no Rio Grande do Sul, ver LAGEMANN, Eugenio. "Imigração e industrialização", in: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

[5] O número de operários de cada uma dessas fábricas, em 1895, era, respectivamente: 907, 263 e 100, ver ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 521. Sobre Rheingantz e suas atividades como empresário, ver FERRARETTO, Maria Karina. *Fábrica Rheingantz: a empresa, o empresário e os acionistas.* Monografia de conclusão de curso. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2012, pp. 18-25.

adotada em 1890 contribuíram para esse avanço industrial. Instalaram-se, nessa década, indústrias nos ramos metalúrgico, têxtil, calçadista e moveleiro. As estruturas industriais dos dois espaços regionais eram distintas: em Porto Alegre e seu *hinterland*, estabeleceram-se indústrias menores e diversificadas, ao passo que em Rio Grande havia grandes empresas, atuando em poucos ramos. Em Rio Grande, encontravam-se os setores de tecelagem, charutos, conservas, moinhos e curtumes. Na capital, além desses ramos, havia metalurgia, produção de calçados e vidros, além de confecções de roupas. A indústria da Campanha procurava atender o mercado nacional, baseada em alguns produtos. Já a porto-alegrense cresceu, em primeiro momento, apoiada no mercado das colônias europeias do próprio estado, que a esta altura já produziam um excedente que lhes permitia adquirir produtos manufaturados na capital. Somente depois de esgotar as possibilidades locais, a indústria da região de Porto Alegre se lançou aos mercados nacionais: contava, portanto, com sólida base regional.[6]

Com a Primeira Guerra e o início da formação de um mercado nacional integrado por uma rede de transportes regulares, a atividade manufatureira gaúcha sofreria a concorrência da indústria do Sudeste, sobretudo paulista. Devido a uma série de fatores, entre os quais vale destacar a presença de economias externas, mão-de-obra imigrante e de um mercado pujante – tudo isso proporcionado pela cafeicultura – São Paulo começava a tomar mercados das indústrias regionais de base local. Desse modo, ao longo da primeira metade do século XX a expansão industrial rio-grandense e de outros estados foi sendo condicionada pela indústria paulista: a substituição de importações estrangeiras passou a se fazer com base em produtos oriundos do parque produtivo paulista, mais do que com produção local. Porto Alegre continuou, entretanto, a ser um centro importante, mantendo a posição de principal polo do estado, sobretudo pelo reforço de sua função comercial.[7]

Outro movimento importante ao longo das primeiras décadas do Novecentos foi a diversificação da economia da Campanha. Esta região se estagnara partir do início do século XX no binômio estância-charqueada, perdendo a primazia industrial para Porto Alegre, pois sua indústria resistia menos à concorrência do Sudeste, e a sua carne era menos competitiva do que a platina. Em tempos de paz, o charque uruguaio e argentino, mais competitivo que o da Campanha gaúcha, encontrava melhor colocação nos mercados brasileiros. A partir da Primeira Guerra, no entanto, modificações importantes ocorreram na porção sul do estado. A conjuntura bélica levou a forte alta das exportações de carne,

[6] SINGER, 1974, pp. 172-173.
[7] SINGER, 1974, p. 181.

devido sua escassez na Europa: nesse contexto, tanto o governo federal, quanto o governo estadual gaúcho incentivaram o setor, sobretudo, por meio de isenções fiscais e empréstimos. A criação de ovelhas e consequente produção de lã também se incrementaram nesse contexto. Além disso, a partir dos anos 1920, instituiu-se o cultivo irrigado e mecanizado de arroz, passando a triticultura também a ser praticada nesses moldes.

Porto Alegre manteve a primazia industrial no estado, passando a atender também os mercados da região meridional gaúcha. Premida pela concorrência de São Paulo e do Rio de Janeiro, a indústria porto-alegrense buscou manter-se por meio da conquista dos mercados de outras regiões do estado que não o seu *hinterland*. As rodovias, finalmente, estabeleceram a ligação entre Porto Alegre e o sul do estado: foram conectadas, pela BR-2, a capital, Camaquã, Pelotas e Rio Grande; pela BR-37, Porto Alegre foi ligada a Caçapava do Sul. Como resultado desse processo de integração e diversificação na porção meridional, já em meados do século XX, começa a ser superada a dicotomia, apontada por Paul Singer para a economia gaúcha, entre a economia estancieira e charqueadora da região da Campanha e a economia agrícola e industrial das regiões serrana e litorânea.[8]

A partir desta interpretação esquemática da evolução econômica do Rio Grande do Sul ao longo das primeiras décadas do século XX, fica claro que o estado se engatou ao processo brasileiro de industrialização, seguindo, portanto, uma evolução econômica condicionada pela economia paulista, porém de forma a promover a relativa articulação regional de seus complexos econômicos internos. À exceção São Paulo, onde o complexo cafeeiro logrou promover a articulação regional que proporcionou as bases para a industrialização do polo-líder do processo de industrialização no Brasil no século XX, os outros estados que se industrializaram fizeram-no de forma parcial e "periférica", com limitada integração regional de seus espaços econômicos, ficando sub-regiões econômicas inteiras à margem do processo.

A proposição central é que a industrialização sul-rio-grandense, nas primeiras décadas do século XX, teve duas especificidades que se fazem relevantes, quando o objetivo é pensar nas articulações entre contexto sócioeconômico, adoção de medidas de política econômica e produção e veiculação de ideias econômicas. Por um lado, a evolução industrial gaúcha resultou numa integração regional relativamente sólida, se comparada a outras regiões, como Minas Gerais e Bahia, por exemplo; por outro lado, estruturou-se sobre uma base produtiva voltada quase integralmente para o mercado

[8] SINGER, 1974, pp. 184-185.

interno brasileiro. Em síntese, endossa-se a ideia, sugerida por Antonio Barros de Castro, de que o Rio Grande do Sul foi o principal caso bem-sucedido de desenvolvimento econômico regional "voltado para dentro" na industrialização brasileira.[9]

Embora Francisco Simch não tenha sido um agente direto desse processo de desenvolvimento econômico "interno" descrito até aqui, o exercício de suas funções como professor, como diretor do Museu Julio de Castilhos e, sobretudo, como chefe do Serviço Geológico e Mineralógico do Rio Grande do Sul ganha mais sentido se compreendido à luz desse contexto. O carvão mineral cuja extração Simch coordenou durante a Primeira Guerra, por exemplo, visava ao abastecimento do mercado nacional, em conjuntura de restrição externa. As articulações tornam-se mais claras, todavia, quando se leva em conta a contraparte político-ideológica dessa diversificação econômica das primeiras décadas do Novecentos, qual seja, a predominância do positivismo e de um Executivo estadual forte, ao longo da Primeira República.

Do ponto de vista da política regional, a República trouxe um embate duro entre o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e o Partido Federalista. A primeira agremiação fora minoritária durante o Império, tendo ascendido ao governo quando da Proclamação da República. Já os federalistas eram herdeiros do Partido Liberal, hegemônico durante o final do Segundo Reinado no Rio Grande do Sul. Os conflitos culminaram em 1893, quando os federalistas – ou "maragatos", como ficaram conhecidos – organizaram um movimento armado de enfrentamento ao governo, que o encarou como um levante monarquista. O resultado foi uma situação de guerra civil, que terminou com a vitória dos republicanos, ou "ximangos", seguidores do líder partidário Júlio de Castilhos, sobre os federalistas.[10] Sem entrar nos detalhes dessas acirradas disputas políticas, pode-se dizer que após a Revolução Federalista (1893) se instalou a máquina política do castilhismo, que dominaria a política no estado ao longo da Primeira República, nos termos do coronelismo em que se baseava a conhecida "política dos governadores".[11]

Os governadores gaúchos nesse período, todos ligados ao PRR, foram Julio de Castilhos (1893-1898), Borges de Medeiros (1898-1908), Barbosa Gonçalves (1908-1913), Borges de Medeiros novamente (1913-1928) e, por fim, Getúlio Vargas (1928-

---

[9] CASTRO, Antonio Barros de. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Forense, 1971, p. 121. Ver também FONSECA, 1989. pp. 35-44. Para a comparação com o caso do "mosaico mineiro", ver: WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 39-70.

[10] FONSECA, 1989, pp. 41-42.

[11] O sistema político da Primeira República foi marcado pela prevalência das chamadas oligarquias dominantes, Minas e São Paulo, e pela política dos governadores, que, baseada no coronelismo, garantia a perpetuação deste regime. As possibilidades de interpretação desse processo político-partidário têm sido objeto de debate historiográfico. Para uma síntese desse debate, ver BRUZZI CURI, 2015, pp. 42-50. Sobre o papel das oligarquias do Rio Grande do Sul nas disputas políticas da Primeira República, ver LOVE, 1971, pp. 122-123.

1930). A principal ideologia a orientar esses políticos foi o positivismo, especialmente na versão difundida pelo filósofo francês Auguste Comte. Desde o período imperial, essa doutrina encontrara, no Rio Grande do Sul, solo favorável para vicejar. Julio de Castilhos associou o positivismo ao ideário republicano contido na memória da Revolução Farroupilha, elemento que viria a ser fundamental na construção de uma identidade regional gaúcha, no início do século XX, na esteira da estagnação e decadência da pecuária tradicional da Campanha.[12] Republicanismo e positivismo eram considerados sinônimos, no âmbito da política regional: em 1883, a capa dos Anais do Congresso Republicano já registrava o lema "ordem e progresso". O jornal *A Federação*, fundado em 1884 e dirigido por Julio de Castilhos, tornou-se o divulgador dessas ideias republicanas de inspiração positivista, bem como da propaganda abolicionista. Um indício importante do esforço de apropriação do pensamento comtiano por parte dessa elite política sul-rio-grandense, já proclamada a República, foi a tradução, por Dinarte Ribeiro, dos *Opúsculos de Philosophia Social*, de Comte, sendo esta edição publicada em 1899, em Porto Alegre.[13]

Era cara aos políticos dessa orientação a ideia evolucionista de progresso, mas um progresso em certa medida conservador. Conforme Pedro Dutra Fonseca, o positivismo "exportado" para o Brasil, não era, como haviam sido os preceitos liberais-iluministas, a ideologia de uma burguesia em vias de se estabelecer como classe dominante por meio da revolução e do apelo às massas. Tratava-se da ideologia de uma burguesia europeia já consolidada, portanto progressista diante dos resquícios da nobreza e conservadora frente ao movimento trabalhista já relativamente organizado. O Estado era visto pelos positivistas como produto de uma sociedade já evoluída, como o cérebro desta sociedade, ao qual caberia um papel de direção e organização. Dessa maneira, o positivismo abria uma brecha para a defesa da intervenção estatal bem maior do que o liberalismo tradicional.[14] Foi esse poder público estadual, administrado por políticos adeptos do positivismo, que promoveu medidas de política econômica de cunho "intervencionista" para a época, as quais fomentaram, em alguma medida, a modernização econômica regional.

---

[12] Sobre a formação da identidade regional gaúcha, ver GONZAGA, Sergius. "As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura", in: GONZAGA, Sergius e DACANAL, José Hildebrando. *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980; e, mais recentemente FREITAS, Letícia Fonseca Richthofen de e SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. "A figura do gaúcho e a identidade cultural latino-americana", in *Educação* (PUCRS), ano XXVII, n. 2, 2000, p. 269.

[13] Ver LOVE, 1971, pp. 103-104 e LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, pp. 176-177.

[14] FONSECA, 1989, p. 54.

A Constituição gaúcha de 1891 representou, de forma emblemática, a difusão do positivismo comtiano no Rio Grande do Sul: afinal, foi um documento não apenas escrito, mas promulgado e, portanto, vigente ao longo de mais de quatro décadas. Ademais, o texto foi elaborado pelo próprio Julio de Castilhos. Entre as várias características positivistas da Carta, merece destaque a instituição de uma hipertrofia do poder executivo, baseada na ideia comtiana de que ao estado positivo, meta da doutrina positivista, corresponderia uma república ditatorial. A função da "Assembleia dos Representantes", que não era adjetivada de "legislativa", resumia-se a aprovar os orçamentos, cujos projetos eram elaborados pela "Presidência do Estado". Segundo o herdeiro político de Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, caberia ao corpo de representantes uma função exclusivamente orçamentária e tudo aquilo que fosse de utilidade pública deveria ficar sob "administração direta" do Estado. Deveriam ser subtraídas da "exploração particular, privilegiada" as atividades que interessassem à coletividade.[15]

No primeiro governo Borges de Medeiros, o poder público rio-grandense introduziu, no campo fiscal, medidas que podem ser consideradas progressistas. Do ponto de vista da arrecadação, foi introduzido em 1904 o imposto sobre propriedade rural, ou imposto territorial, que tornou as finanças estaduais menos dependentes do imposto de exportação, fonte principal de suas receitas.[16] No que tange ao gasto, a educação passou a responder por cerca de um quarto dos dispêndios estaduais, proporção maior do que em outros estados brasileiros. Essas medidas dão, de acordo com Joseph Love, um tom progressista à política fiscal do governo gaúcho na República Velha.[17] Vale lembrar que, a despeito desse caráter moderno para os padrões da época, tais medidas foram tomadas num contexto em que prevalecia a lógica dos orçamentos equilibrados: a adoção de um intervencionismo de cunho progressista era acompanhada por um discurso de austeridade e pela busca do equilíbrio fiscal. Ademais, tanto a tributação relativamente progressiva quanto a ênfase na educação faziam parte do ideal positivista de conciliação de classes, já que no estado positivo não deveria haver mais antagonismo entre as classes – e a educação deveria preparar, ou cooptar, as massas para esse objetivo.

Outra medida relevante visou à resolução de um problema crônico do setor produtor de carne seca: a ausência de frigoríficos no Rio Grande do Sul, já presentes na Argentina e no Uruguai desde os finais do século XIX. Essa defasagem colocava a carne gaúcha em

---

[15] Para os posicionamentos de Borges de Medeiros, ver LINS, 1964. p. 185-190. Sobre a constituição gaúcha, ver: ESTIVALETE, Hélder Müller. *A influência do positivismo comteano na Constituição rio-grandense de 1891*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2001, pp. 83ss.

[16] FONSECA, 1989, p. 65.

[17] LOVE, 1971, p. 102.

posição inferior, na concorrência com o produto platino, além de inviabilizar a exportação de carne congelada, levando à fragilidade da economia pecuarista da Campanha. Dessa forma, com objetivo de modernizar esse setor, o governo sul-rio-grandense negociou com empresas estrangeiras o estabelecimento de um frigorífico. Em 1903, foi assinado contrato com a Brazilian Cold Storage & Development Limited, que mais tarde rompeu o contrato, apesar dos vários incentivos recebidos. Em 1912, o governo estadual concedeu mais isenções à exportação de carne congelada por qualquer frigorífico instalado no estado, mas ainda sem sucesso. Somente durante a Primeira Guerra, com a alta nas exportações de carne devido ao excedente de demanda na Europa, as negociações entre governo e setor privado, nacional e estrangeiro, prosperaram. Entre 1917 e 1919, foram construídos três frigoríficos no Rio Grande do Sul. Dois eram de propriedade do capital americano, controlados pela Armour & Co. e pela Swift & Co., com suas operações, respectivamente, em Livramento e em Rio Grande. Em Pelotas, capitais locais organizaram o terceiro frigorífico, sob o patrocínio do governo estadual.[18]

No governo estadual de Getúlio Vargas (1928-1930), foi criado o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, com dois terços de seu capital provenientes de fundos públicos estaduais. Seu principal objetivo era prover crédito a baixo custo para a agricultura e pecuária, sobretudo para a economia do charque. Essa medida pode ser vista como momento importante de construção de um projeto "varguista" de política econômica, que será marcado, sobretudo no período do Estado Novo, pela centralidade do Estado como indutor do desenvolvimento econômico. De fato, com a criação do banco, Getúlio deslocou o foco da política econômica do equilíbrio orçamentário para o crédito público. A atuação do banco levou a economia agropecuária gaúcha a um clima de euforia no final da década de 1920. A maior parte dos empréstimos – 50 mil contos de um total de 80 mil em 1929 – se destinou à economia do charque.[19]

A modernização no Rio Grande do Sul entre o final do século XIX e o início do século XX não ficou restrita à esfera da política econômica, estendendo-se também para as instituições culturais e educacionais. Assim como no restante do Brasil, o ensino superior estruturou-se a partir de três núcleos: engenharia, medicina e direito. No caso gaúcho, a institucionalização do ensino acadêmico foi quase simultânea para essas três áreas. A Escola de Engenharia de Porto Alegre foi fundada em 1896, a Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre formou-se como extensão da Faculdade de

[18] Ver: SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 2000, pp. 355-356, e FONSECA, 1989, p. 63.
[19] LOVE, 1971, p. 223 e FONSECA, 1989, pp. 99-100.

Farmácia em 1899 e a Faculdade de Direito de Porto Alegre iniciou suas atividades em 1900. René Gertz analisa, do ponto de vista das influências "culturais" alemãs, essas três instituições que formariam a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo como principal critério a origem dos corpos docente e discente de cada uma delas e seu envolvimento com as atividades da "colônia alemã" local. Nesses critérios, a mais "germânica" das instituições teria sido a Escola de Engenharia, embora a Faculdade Livre de Medicina apresentasse o maior número de formandos de origem germânica entre as três unidades de ensino, no período entre a fundação e o ano de 1930.[20]

A Faculdade de Direito teria sido, nessa perspectiva, a menos germânica: seus principais impulsos de fora da região vieram do próprio Brasil, com professores oriundos da Faculdade de Direito do Recife, que ocuparam posições de destaque na instituição. Ainda assim, houve representantes da colônia germânica no corpo docente da instituição. Francisco Rodolpho Simch teria sido um dos dois professores de sobrenome "alemão puro" na Faculdade de Direito de Porto Alegre, ao lado de Germano Hasslocher, co-fundador da instituição, cuja atuação, no entanto, durou somente até 1902, quando se elegeu deputado federal. Simch, ao contrário, lecionou de 1909 até 1936, ano em que faleceu.[21]

Essa classificação étnico-cultural de Gertz fornece um parâmetro de comparação, mas obscurece traços relevantes da influência intelectual germanófila na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Embora não tenha ascendência alemã, o professor de filosofia do direito Januário Lucas Gaffrée, atuante na faculdade entre 1906 e 1909, foi um exemplo de especialista em temas germânicos. Publicou, em 1909, um estudo considerado pioneiro no Brasil, intitulado *Theoria do conhecimento de Kant*. Em linhas gerais, a obra era um ensaio interpretativo da *Crítica da razão pura*, da qual Gaffrée procurou extrair a teoria kantiana do conhecimento. Uma discussão dos méritos filosóficos do livro escapa aos propósitos deste trabalho, porém vale mencionar, a partir do prefácio de Valério Rohden, as adversidades impostas pelo positivismo reinante à reflexão filosófica especulativa, vista pelo "republicanismo oficial" como prática diletante e superficial. Ademais, segundo Rohden, a boa tradução de termos kantianos feita por Gaffrée indica familiaridade com a língua alemã e com o texto original do filósofo.[22]

---

[20] GERTZ, René. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, pp. 159-162.
[21] GERTZ, 2002, pp. 168-169.
[22] ROHDEN, Valério. "Prefácio", in: GAFFRÉE, Januário Lucas. A teoria do conhecimento de Kant (um ensaio). [1909] 2ª edição. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

Se publicou sua obra mais conhecida no campo da filosofia do direito, Gaffrée decerto tinha algum contato com a economia política produzida na Alemanha oitocentista. São indícios desse contato os livros de economia que lhe pertenceram, hoje parte da biblioteca da Faculdade de Direito, nos quais deixou assinatura e data. O conjunto completo de livros de Gustav Cohn, abrangendo os três campos da economia na tradição pedagógica alemã, estava presente, sendo que o primeiro volume, dedicado à economia teórica (intitulado *Nationalökonomie*, publicado em 1885) traz a assinatura de Gaffrrée e a data de 1907. Também têm assinatura e data de 1907: uma edição de 1903 de *O Capital* de Marx (Livro Primeiro), e dois volumes de Wilhelm Roscher. O primeiro (1899) era um compêndio de economia política do comércio e dos ofícios (abarcava temas no campo da "política econômica") e o segundo (1901) era o volume de Roscher dedicado à *Finanzwissenschaft*. Não é possível estabelecer se a data de 1907 é de aquisição dos livros: de todo modo, este é um dos três em que Gaffrée lecionou regularmente filosofia na Faculdade de Direito. Esses indícios, combinados com as indicações bibliográficas feitas no *Programa de economia social* de Simch, que incluem estes e outros livros alemães, apontam para a importância desses volumes, em algum momento pertencentes a Januário Gaffrée, para a difusão de ideias econômicas alemãs no Rio Grande do Sul, no início do século XX.

Para além das presenças de Gaffrée e do próprio Simch, não se deve menosprezar o fato de a principal instituição formadora dos professores que vieram a constituir a Faculdade de Direito ter sido, no Brasil, a Faculdade de Direito do Recife – e não sua congênere paulista. Essas duas faculdades concentraram, no período imperial, o ensino jurídico no país, e suas orientações teóricas, bem como seus projetos de inserção na cena sócio-política, eram distintos. Na Academia de São Paulo, prevalecia, em linhas bem gerais, um liberalismo "à brasileira" – portanto tolerante com a escravidão e a hierarquização racial – voltado para a formação de bacharéis que pudessem atuar mais diretamente na política. Já em Recife, o projeto intelectual da faculdade passava pela formação de "homens de sciencia", com um projeto mais claro de produzir conhecimento teórico-científico sobre a realidade nacional, em linhas evolucionistas.[23] Do ponto de vista das escolas do pensamento jurídico, é possível identificar, em Recife, significativa presença do direito alemão, no período em que pontificaram Tobias Barreto e Clovis Bevilaqua, nas últimas duas décadas do século XIX e no início do século XX. Nesse sentido, a tendência a uma formação mais influenciada pela escola do Recife do que pela

[23] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp. 239-243.

tradição do Largo de São Francisco significava uma propensão maior à familiaridade com as tradições intelectuais germânicas.[24]

No bojo desse processo de criação de novas instituições no Rio Grande do Sul, merece destaque, para além do meio acadêmico-universitário, o Museu estadual Julio de Castilhos, fundado em 1903, e dirigido por Francisco Simch. A transição do século XIX para o século XX foi um momento de aparecimento e reforma de diversos museus no Brasil: essa chamada "era dos museus" esteve vinculada a um processo global e também a dinâmicas de cunho nacional e regional. O contexto internacional foi de surgimento e amadurecimento de um tipo específico de museu, voltado para a ciência e a etnografia, na Europa ocidental e em suas zonas de influência. Esse perfil de instituição diferia dos primeiros grandes museus europeus, como o Louvre (1773) e o Museu do Prado (1783), que haviam sido produtos da Ilustração e tinham o caráter de gabinetes de curiosidade, mais voltados para a exposição e admiração pública de objetos.[25]

Ao longo do século XIX ganharia força esse novo tipo de museu, de caráter etnográfico e científico, que se dedicava à coleção, preservação e estudo de objetos materiais: tais instituições eram, nas palavras de Lilia Moritz Schwarcz, os "lares de uma antropologia nascente". Se o primeiro grande museu desse gênero, o Britânico, surgiu ainda em 1753, o amadurecimento desses estabelecimentos de pesquisa foi demorado. As instituições tenderam a orientar-se pelo modelo do Museu Peabody de Arqueologia e Etnologia, fundado em Harvard (EUA) em 1866. O apogeu desse modelo será a partir de 1890, quando se estabeleceram normas gerais de funcionamento e de trabalho em museus desse tipo. Tais estabelecimentos foram-se tornando, então, depósitos de uma cultura material submetida à lógica evolutiva: as metas dos "cientistas" atuantes nesse campo eram comparar e classificar. Os objetos do trabalho classificatório eram as variedades da fauna, flora e da contribuição humana na terra. Se os museus setecentistas haviam sido produto da Ilustração, os novos estabelecimentos foram filhos do imperialismo europeu, sobretudo francês, inglês e alemão. Ganharam particular importância no momento de refluxo: ameaçado o domínio colonial ocidental, os museus deveriam "conservar", em seus recintos, as produções culturais e o patrimônio natural desse mundo extra-europeu.[26]

A era dos museus no Brasil teve, é claro, especificidades típicas de um país periférico e tropical. Muito antes de se pensar na instalação de museus no país, o Brasil atraíra o interesse de naturalistas estrangeiros, preocupados em coletar matéria-prima para as

[24] MACHADO NETO, 1969, pp. 76-97.
[25] SCHWARCZ, 1993, pp. 87-90.
[26] SCHWARCZ, 1993, pp. 90-91.

instituições europeias. Dessa forma, quando instalados, os museus brasileiros constituíram "entrepostos" importantes para esses pesquisadores estrangeiros, diferenciando-se, pelos estreitos laços internacionais, de outros centros intelectuais brasileiros, como as faculdades de direito e institutos históricos. Essa era brasileira dos museus referiu-se, sobretudo, a três instituições de maior visibilidade. O Museu Nacional, no Rio de Janeiro, foi sem dúvida o principal entre esses estabelecimentos: fundado por Dom João VI, ganhou ares de museu científico moderno a partir de 1874, quando teve início a gestão do diretor Ladislau Netto. Na Amazônia impulsionada pelo *boom* da borracha, reinaugurou-se em 1891 o Museu Paraense, que ganhou fôlego com a contratação do naturalista suíço Emilio Goeldi em 1893. Em São Paulo, por fim, inaugurou-se em 1895 o Museu Paulista (ou "Museu do Ypiranga") sob a condução do zoólogo alemão Hermann von Jehring. Embora menor e mais restrito, o Museu Julio de Castilhos, de 1903, desempenhou, num contexto regional, papel bastante similar ao dessas instituições de maior projeção nacional.[27]

A criação de uma instituição regional de estudo e exposição estava associada, de acordo com Zita Possamai, não somente às tendências específicas ao mundo da pesquisa científica, mas, também, à emergência de elites intelectuais locais que procuraram maneiras de modernizar-se, isto é, de promover o progresso regional e nacional, nos moldes daquilo que acontecia nos países ricos, em especial na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Ao lado das transformações econômicas e políticas, inaugurava-se, nas maiores cidades brasileiras, um novo modo de viver e de imaginar a realidade, pautado por padrões de consumo importados da Europa. Era a *Belle époque*, momento de efervescência para as elites urbanas que se pautavam, cada vez mais, por ideais assimilados de progresso e desenvolvimento social harmônico, apoiando-se nos novos paradigmas intelectuais e científicos, consubstanciados em instituições disseminadoras de tais imaginários. No Brasil, essa absorção de ideias irradiadas pelos "países-modelo" foi promovida, sobretudo, pelas faculdades – de direito e medicina, em especial –, pelos museus inaugurados ou reformados e pelos institutos históricos.[28]

No Rio Grande do Sul desse contexto, criaram-se as três faculdades originais de direito, medicina e engenharia, o Museu Julio de Castilhos, dirigido por Simch, o Arquivo Público e a Biblioteca Pública. Esse conjunto de instituições podem ser vistas como medidas no intuito de fomentar uma sociedade organizada em moldes científicos, nos

[27] SCHWARCZ, 1993, pp. 91ss; e POSSAMAI, Zita. "Colecionar e educar: o Museu Julio de Castilhos e seus públicos (1903-1925)", in: *Varia História*, vol. 30, n. 53, 2014. p. 368.
[28] POSSAMAI, 2014, pp. 368-369.

termos do novo imaginário cultural assimilado. O museu estadual, em especial, encaixava-se nesse perfil de inciativa, devido às diretrizes que lhe deu Simch, em suas décadas iniciais.[29] O museu deveria ser, acima de tudo, um local para estudo e exposição dos recursos naturais do Rio Grande do Sul, sendo o principal critério curatorial a "utilidade econômica" dos espécimes minerais, vegetais e animais, que deveriam ser coletados, classificados e expostos.

Essa "ciência natural útil", por sua vez, era parte integrante do que Simch entendia como o campo do conhecimento econômico. Nos moldes da tradição intelectual germânica, a economia teórica estava articulada ao campo amplo da *Volkswirtschaftspolitik*, que incluía essa dimensão do uso econômico dos recursos naturais como um dos seus conteúdos centrais. Sem entrar, ainda, no exame do *Programa de economia social* como um todo, vale antecipar que, na parte referente à política econômica, Simch abordava, entre outros temas, a exploração de carvão mineral no Rio Grande do Sul, os desafios e possibilidades envolvidos na atividade mineradora, os sistemas de comunicação e transporte, bem como as dificuldades e possíveis soluções referentes às secas no Nordeste brasileiro.

8.2. Simch: um "economista prático"

Fransisco Rodolpho Simch nasceu em Santa Cruz do Sul em 2 de junho de 1877 e formou-se bacharel em direito. Foi professor da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre de 1909 a 1936, ano em que faleceu. Em 1909, foi um dos professores da Faculdade de Direito que se engajaram pela fundação da Escola de Comércio, que daria origem à atual Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Foi, ainda, o primeiro diretor do Museu Julio de Castilhos, administrado pela Secretaria de Obras Públicas do governo estadual gaúcho; ocupou o cargo de 1903 a 1925, com uma interrupção entre 1919 e 1922, quando Hugo Debiase assumiu interinamente. Simch foi, também, diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Rio Grande do Sul, entre 1917 e 1924. De 1922 a 1925, o Museu Julio de Castilhos esteve subordinado à Diretoria do referido Serviço Geológico, de modo que Simch acumulou os dois cargos, fato expressivo da vocação naturalista que buscou imprimir ao museu durante sua gestão. Consta, ainda, de notícia publicada na imprensa em 1931, que Simch era, a esta altura, "lente da Faculdade de Direito e administrador do porto [de Porto Alegre]".[30] As atividades de administração

[29] POSSAMAI, 2014, pp. 370-371.
[30] *Correio do Povo*. 03 de março de 1931. Notícia reproduzida em: BRUM, Rosemary Fritsch. *Caderno de pesquisa: notícias de imigrantes italianos em Porto Alegre*. São Luís: EDUFMA, 2009, p. 272.

pública foram efetivamente uma constante na trajetória profissional de Simch. Procurando ressaltar a articulação entre suas atividades acadêmicas e práticas, abordam-se, nos próximos parágrafos, sua atuação como naturalista e, em seguida, alguns marcos de sua trajetória como lente de economia política na Faculdade de Direito.

A primeira obra publicada de Simch foi *Noções elementares de mineralogia e geologia*, em 1907, com o subtítulo "Obra adaptada aos cursos secundarios do Brasil". O livro foi reeditado em 1923, no momento em que Simch era diretor do Serviço Geológico e Mineralógico, destacando-se o cargo ocupado pelo autor logo na página de rosto. A proposta da obra era claramente didática, sendo o conteúdo dividido em duas grandes partes. A primeira estudava a mineralogia, definida por Simch como a ciência cujo objeto de estudo são as combinações inorgânicas, homogêneas, que se encontram na crosta da terra. Em paralelo a essa forma mais individualizada de estudar os elementos constituintes do globo, estaria a geologia, que se dedicava a examinar "a própria terra", isto é, seus elementos tomados em conjunto. Concretamente, o livro abordava, como assuntos da mineralogia, as propriedades químicas e físicas dos minerais e fazia, por meio de extensas listas classificatórias, uma introdução à taxonomia mineral ou minerografia. A parte de geologia, por sua vez, trazia seções dedicadas à litologia – estudo das rochas, em suas modalidades e formação – e à história geológica ou "geognose".[31]

O conteúdo técnico do livro dizia respeito somente às ciências naturais, porém a finalidade que Simch lhe atribuiu era, em alguma medida, relacionada às articulações entre ciência e política econômica. Nas "Preliminares" do opúsculo, Simch postulou que faltavam aos brasileiros esforço e boa vontade para transformar "nossa Terra" em país de "prosperidade immensa, economicamente egual, quando não superior, aos que maiores forem".[32] Essa prosperidade seria resultado da transformação da "pujança immensa de nossa riqueza potencial" em riqueza real. Por isso, o solo brasileiro, mais rico que tantos outros, estava reclamando atenção e atividade. O livro em questão tinha como finalidade, portanto, "iniciar a mocidade no conhecimento do solo", quer no tocante a seu teor em elementos úteis, quer no referente a seu modo particular de ser.[33]

Essa preocupação em produzir uma "ciência natural útil", que fomentasse a exploração de recursos naturais e, por conseguinte, o progresso econômico nacional expressou-se não só na introdução, mas também na parte referente à minerografia. Simch

[31] SIMCH, Francisco Rodolpho. *Noções elementares de mineralogia e geologia. Obra adaptada aos cursos secundarios do Brasil*. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso e Cia, 1923. pp. 5-9.
[32] SIMCH, 1923, p. 5.
[33] SIMCH, 1923, p. 6.

teve o cuidado de expor, para cada mineral, citado, além de sua fórmula química e suas características físicas (dureza, densidade, etc), sua ocorrência geográfica no mundo e no território brasileiro. No caso de compostos presentes no território do Rio Grande do Sul, em vários casos Simch forneceu também municípios específicos onde ocorriam. Essa forma de encarar a ciência, articulada com a política econômica, no sentido amplo que essa dimensão tinha na tradição germânica, também estava presente em registros deixados por Simch na qualidade de diretor do museu estadual.

No período em que dirigiu o Museu Julio de Castilhos, Simch elaborou relatórios anuais, dirigidos à Secretaria de Obras Públicas, nos quais fazia um balanço das atividades desenvolvidas pela instituição no referido ano. É de especial interesse o relatório de 1910, por conter uma descrição mais detalhada do projeto que Simch tinha para o museu. Numa das seções do texto, Simch procurou justificar a realização de excursões para coleta de exemplares naturais para o acervo. Expôs, então, o que considerava ser a finalidade do estabelecimento: "reunir de fórma systematica e completa as amostras de todos aquelles elementos oriundos do Rio Grande do Sul e susceptiveis de apuração industrial".[34] Nesse sentido, o museu deveria ser uma instituição dedicada à exposição e estudo dos recursos naturais sul-rio-grandenses, muito mais que um centro de memória histórica ou cultural. Simch diferenciava as finalidades dos museus entre "ciências históricas" e "ciências naturais". Reconhecendo a importância do estudo dos usos e costumes dos povos, alertava, contudo, para os riscos de um museu restringir-se a "accumullar sapatos, camisas e chapéos", de valor muitas vezes restrito aos que se relacionavam com os donos de tais objetos. Era diferente com a finalidade científica e naturalista, cuja utilidade social e econômica estava, para Simch, acima de dúvida. Em suas palavras: "As condições economicas de uma região dependem, de modo absoluto, de suas condições naturaes; estas por sua vez são determinadas pela constituição do solo, do clima e da fauna e da flora respectiva".[35]

Um indício interessante da familiaridade de Simch com a língua e cultura alemãs, neste mesmo relatório de 1910, foi a transcrição e tradução do depoimento do Cônsul da Áustria-Hungria e professor de biologia Julius Fembach, que esteve em Porto Alegre e visitou o Museu Julio de Castilhos. A mensagem de Fembach era um agradecimento pela permissão que lhe fora concedida para classificar as borboletas do acervo do museu e pela doação de uma coleção completa de ovos e ofídios locais. Ademais, o cônsul elogiou a abrangência da coleção de minerais locais, útil não só ao leigo, mas também aos

[34] RIO GRANDE DO SUL. Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas, 1910. p. 24.
[35] RIO GRANDE DO SUL. Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas, 1910. p. 27.

naturalistas. O trecho em alemão foi reproduzido no relatório, seguido da tradução de Simch.[36] Para além da proximidade com o universo germânico, esse registro da visita do cônsul austríaco reforça o papel do museu Julio de Castilhos como instituição em conformidade com o modelo vigente na "era dos museus", em que estes se estabeleceram no Brasil como entrepostos tropicais do tipo de instituição, de caráter etnográfico-científico, que se firmaria em escala internacional na esteira do imperialismo europeu.

Não só à frente do museu estadual, mas também como diretor do Serviço Geológico, Simch pôde, em alguma medida, colocar em prática essa ideia de pesquisar as condições naturais como parte da política econômica, numa perspectiva de ciência útil. Nos anos em que ocupou o cargo, de 1917 a 1924, um tema recorrente nos relatórios foram as tentativas de exploração de carvão no território sul-rio-grandense, mais especificamente na região banhada pelo rio Gravataí, nas proximidades da capital. O caráter desses textos era essencialmente técnico-descritivo, havendo referências indiretas à Primeira Guerra Mundial e à "escassez de carvão" devida à conjuntura bélica, que ensejava a exploração de hulha no Brasil meridional. Na segunda edição do livro-texto de Simch, publicada alguns anos mais tarde, haveria trechos mencionando mais claramente essa conjuntura de busca por ampliação da oferta de carvão, a fim de frear os preços. Como insumo para a indústria e para as estradas de ferro, o carvão do sul do Brasil era de qualidade inferior, se comparado ao similar importado, e sua exploração só se justificava em situação de restrição externa, como era o caso dos anos de guerra. O tom dos textos, no entanto, era de otimismo moderado e exaltação dos potenciais naturais da região, sem deixar de sublinhar as dificuldades de transporte e exploração, parcialmente sanadas com a aquisição de maquinário por parte do governo estadual.[37]

Em 1909, Francisco Simch passou a integrar o corpo docente da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Neste ano, foi fundada a Escola de Comércio, como unidade subordinada à Faculdade Direito, a partir de projeto de Simch em colaboração com os professores Manoel André da Rocha e Leonardo Macedônia Franco e Souza. Essa instituição de ensino comercial deveria preencher uma lacuna existente na região, nesse campo do ensino profissional. Até o início do século XX, a transmissão do saber prático relacionado ao comércio, à administração e à escrituração comercial das firmas dava-se, em Porto Alegre, de forma pouco institucionalizada, no âmbito da Associação de Guarda-Livros e da Associação de Empregados do Comércio. O conhecimento era transmitido

[36] RIO GRANDE DO SUL. Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas, 1910, p. 29.
[37] RIO GRANDE DO SUL. Relatório da directoria do serviço geologico e mineralogico, de julho de 1918 a junho de 1919, pp. 7-8.

nessas agremiações por profissionais experientes, sem uma estrutura curricular acadêmica definida. O ensino regular dessas matérias foi, então, instituído na 66ª sessão da Congregação da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, por meio da Escola de Comércio, de início dirigida pelo professor e desembargador Manuel André da Rocha. Era claro o compromisso da escola com o "ensino prático", expresso no primeiro regulamento, de 1911. Previa-se que o conteúdo deveria ser essencialmente voltado para as atividades profissionais: a matemática veiculada seria totalmente aplicada ao comércio e as línguas seriam ensinadas de modo tal que os alunos conseguissem falar e escrever corretamente.[38]

A Escola de Comércio oferecia, no início, o Curso Geral, de três anos, e o Curso Superior, com duração de dois anos e exigência de conclusão do curso anterior como pré-requisito. No Curso Geral, não havia disciplina específica de economia política, apenas de temas ligados às práticas contábeis, como escrituração mercantil e contabilidade mercantil. Os idiomas ensinados nesse curso inicial eram: português, alemão, francês e inglês. No currículo do Curso Superior já entravam disciplinas mais associadas ao currículo dos posteriores cursos de economia, entre as quais vale destacar: geografia, história comercial e estatística comercial; economia política e ciência das finanças; e matemática superior aplicada ao comércio. Em 1945, A Escola de Comércio seria transformada em Faculdade de Economia e Administração, vinculada à Universidade de Porto Alegre (estadual). Em 1950, quando a universidade foi federalizada, a escola ganhou seu nome atual: Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na origem, portanto, da institucionalização do ensino regular de economia em Porto Alegre esteve a iniciativa de Simch e de seus colegas, de início comprometida com uma economia prática, aplicada ao comércio e às atividades produtivas em geral.

Sobre a atuação concreta de Simch como lente de economia política, as memórias compiladas por Mem de Sá, que frequentou a Faculdade de Direito de Porto Alegre entre 1924 e 1928, retratam um catedrático comprometido com o ensino. Sá destacava a versatilidade de Simch, que, consoante o relato, podia substituir qualquer colega que estivesse de licença. Ainda de acordo com Sá, "economia" e "finanças públicas" eram dadas em uma só cadeira. Isso contrasta com o estatuto inicial da Faculdade de Direito de Porto Alegre, de 1900, no qual havia uma cadeira específica de "ciência das finanças e

[38] CARRION, Otília Beatriz Kroeff. "De Escola de Comércio a Faculdade de Ciências Econômicas", in: CARRION, Otília Beatriz Kroeff et al. (org.). *O ensino de economia na UFRGS*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, pp. 15-17.

contabilidade do Estado", além da de economia política. Sá chega a comentar que, para as turmas com as quais se entrosava mais, Simch dava aulas extras duas vezes por semana de "ciência das finanças". Essa carga extra se devia ao fato de que o programa de "finanças públicas" ou "ciência das finanças" – Mem de Sá utilizava os termos indiscriminadamente – era ministrado na cadeira de economia política e o programa de economia "propriamente dita" era extenso, a ponto de ocupar o ano inteiro. Esse cruzamento de fontes sugere que a área de "finanças públicas" passou às atribuições da cadeira de economia política, entre a fundação da faculdade em 1900 e o período em que Simch atuou.[39]

Vale notar que, nessa faculdade de direito, as finanças públicas eram estudadas como parte da cadeira de economia política. Os livros alemães de *Finanzwissenschaft* – os manuais de Wagner e de Cohn estavam presentes na biblioteca – são indícios de que os docentes no geral, e Simch em particular, tinham algum contato com essa linhagem de pensamento sobre a administração econômica do Estado. O programa de Simch para economia política, desenvolvido em seus livros publicados, de fato não incluía temas de finanças públicas, sugerindo que se baseasse em algum outro texto nas eventuais aulas extras mencionadas por Mem de Sá. De toda maneira, a ideia de que as finanças públicas deveriam integrar os conhecimentos de economia a serem transmitidos aos futuros juristas estava presente na Faculdade de Direito de Porto Alegre, no momento de sua fundação e no período em que a cadeira de economia política foi regida por Simch (1909-1936). Nesse sentido, houve uma preocupação contínua com a ciência das finanças públicas, como disciplina ligada à economia, a ser ministrada aos alunos: seu lugar na estrutura do curso, todavia, transferiu-se da cadeira de "contabilidade do Estado" para "economia política".

Como base de comparação, numa faculdade de engenharia como a Politécnica de São Paulo, as finanças públicas, na primeira década do século XX, não integravam o programa de economia política, mais voltado para questões relativas à "organização da produção", no sentido taylorista de otimização de processos. Certamente, essa articulação entre economia política e finanças públicas era uma especificidade dos cursos de direito, por natureza mais voltado para as questões relativas à gestão do Estado. Segundo Amaury Gremaud Jr., havia, na Faculdade de Direito de São Paulo, a partir de 1885, cadeiras de ciência das finanças e direito administrativo, muito embora a influência dominante no

[39] SÁ, Mem de. *Tempo de lembrar*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981,Progr pp. 44-46. Sobre as questões institucionais relativas à fundação da Faculdade de Direito de Porto Alegre, ver: SANTOS, João Pedro dos. *A Faculdade de Direito de Porto Alegre. Subsídios para sua História*. Porto Alegre: Síntese, 2000, pp. 36-37.

Largo de São Francisco nessa conjuntura fosse a obra de MacLeod, relativamente alheia às preocupações de finanças públicas.[40] Os indícios apontam para uma possível inspiração alemã do desenho pedagógico da disciplina de economia em Porto Alegre, uma vez que o programa, condensado no livro-texto de Simch evoluiu no sentido de incluir não apenas "economia social" (*Nationalökonomie*), mas também "política econômica" (*Wirtschaftspolitik*). Como parte do conteúdo, nem sempre ministrada integralmente por questões de tempo e empatia com os alunos, entravam as finanças públicas. Dessa forma, a divisão tripartite das matérias econômicas "à alemã" era, de alguma maneira, reproduzida na pedagogia de Simch, na especificidade de cada uma de suas três dimensões.

8.3. O *Programa de economia social*: integrando teoria e política econômica

A principal obra de Fransisco Simch no campo específico da economia, cujo exame é objeto desta seção, foi, entre os livros de economia publicados no Brasil no período abarcado por este trabalho, um daqueles nos quais é possível identificar uma influência alemã mais direta e abrangente. Ao lado dos *Elementos de finanças* de Amaro Cavalcanti, foi um dos dois livros-texto elaborados a partir das apropriações germânicas. Para se ter uma ideia, na bibliografia da edição de 1931, Simch arrolou 18 livros alemães de um total de 44, prevalecendo uma clara influência "continental" sobre a anglo-saxã.[41] Além disso, a forma e o conteúdo do manual tiveram inspiração germânica. Do ponto de vista da forma, a apresentação de um livro inicial de "economia pura", seguido de um de "política econômica" correspondia, ainda que de forma incompleta, à divisão tripartite habitual nos manuais alemães desde Karl Heinrich Rau. Simch não produziu um manual de finanças públicas, disciplina que ministrava com alguma irregularidade, como vimos. No plano do conteúdo, a seleção de tópicos e o tratamento mais descritivo do que "teórico" das matérias também refletiam os manuais alemães de finais do século XIX e início do XX. O procedimento de relativizar os princípios referidos, sobretudo na parte referente à política econômica, perpassava todo o livro. Nesse sentido, Simch apropriou-se, no Brasil, não exatamente de "uma linhagem" de pensamento econômico alemão, mas da síntese, descrita no capítulo 3, que formaria a base da economia política produzida e,

[40] Ver GREMAUD JR., 1997, pp 47-51. Para uma comparação com a economia política ensinada na Escola Politécnica de São Paulo nesse mesmo recorte cronológico, ver BRUZZI CURI, Luiz Felipe e SAES, Alexandre Macchione. "Roberto Simonsen e a modernização do Brasil na Primeira República", in: *História Econômica & História de Empresas*, v. 17, n. 2, 2014.

[41] Além dos livros em alemão, a divisão linguística das referências listadas era a seguinte: oito em francês, sete em italiano, cinco em espanhol, quatro em inglês e dois em português (de autoria de brasileiros). Ver SIMCH, 1931, pp. 447-448.

acima de tudo, ensinada nas universidades alemãs oitocentistas: uma mescla de elementos de economia política clássica, historicismo, relativismo teórico e forte pendor pedagógico.

O *Programa*, cuja finalidade deveria ser, acima de tudo, didática, deve ser entendido como um texto que esteve em processo de elaboração ao longo de algumas décadas. A primeira edição, de 1912, foi um opúsculo que incluía apenas uma divisão entre "Parte geral", na qual estavam algumas definições básicas, e a "Parte especial", em que eram desenvolvidos os "grandes temas" produção, consumo, circulação e distribuição, na forma inaugurada por Ludwig H. Jakob e consagrada no livro-texto de J.-B. Say. A cada tema foi atribuído um "livro". O mais extenso era o Livro III, por incluir capítulos sobre "transportes", "comunicações", "pesos e medidas", "bancos", nos quais, para além da exposição sintética de alguns princípios teóricos, eram feitas descrições relativamente extensas das modalidades de existência de cada um desses aspectos da realidade econômica. No capítulo sobre comunicações, por exemplo, mencionava-se brevemente a importância dos sistemas de comunicação para a circulação econômica e, em seguida, fazia-se uma descrição do evolver histórico da comunicação humana, apontando as conveniências e inconveniências de cada meio. A descrição culminava com o telégrafo e a tecnologia de ponta à época: o telefone.[42]

Em 1931, Simch elaborou uma reedição do livro, bastante expandida, devido à inclusão de uma nova parte, referente à política econômica. O volume foi dividido em duas grandes seções: o livro inicial de 1912 tornou-se "economia pura" e o restante saiu sob o título de "política econômica". No prefácio a essa nova edição, Simch explicou que o acréscimo da parte referente à política econômica seguia a "lição do Prof. van der Borght de cujas doutrinas muitos e extensos traços se encontram neste trabalho".[43] Com efeito, Borght publicara, em 1903, na Alemanha, um pequeno livro informativo sobre a *Volkswirtschaftspolitik*, a cuja reimpressão (de 1905) Simch decerto teve acesso, como veremos à frente. Em 1934, o *Programa de economia social* ganhou sua terceira e última edição, pouco modificada com relação à segunda. O único acréscimo significativo se deu ao final: capítulos sobre o "ritmo" da economia social, sobre a economia dirigida e sobre a história da política econômica. Essa breve recapitulação histórica era comum em manuais alemães, ora no início, ora no final do texto. Era esse o caso do livro-texto de economia política (*Volkswirtschaftslehre*) de Hugo Schober e Eduard Schulze, utilizado

[42] SIMCH, Francisco Rodolpho. *Programma de economia social*. Porto Alegre: Barcellos & C.-Livraria do Globo, 1912. pp. 171-176.
[43] SIMCH, 1931, p. 1.

por Simch e presente na biblioteca da Faculdade de Direito de Porto Alegre.

No prefácio de 1912, Simch procurou estabelecer uma diferenciação entre "o modo de ser e de explicar os fenômenos" e "o modo de melhorá-los e torná-los mais proveitosos". Como base para isso, utilizou um texto intitulado "Lógica Viva", de autoria de Don Carlos Vaz Ferreira. No trecho citado, Ferreira diferenciava os problemas que os homens discutem entre "problemas de ser, problemas de constatação ou problemas de explicação" e "problemas de fazer, de ação, problemas de conveniência", aos quais se poderiam agregar os "problemas de ideal ou normativos".[44] (pp. III-IV). Seguindo essa divisão, Simch separou a fenomenalidade econômica, que seria objeto do volume publicado em 1912, das normas de política econômica, que atacaria mais tarde, na segunda edição (1931). Sintomaticamente, Simch retiraria esse prefácio da segunda edição, substituindo-o por outro, mais curto. A partir da inclusão da parte relativa à política econômica, Simch parece ter adotado uma postura diferente, aderindo à proposição de Richard van der Borght, em cuja obra se baseou, de que a separação entre política econômica e "economia pura" era de natureza apenas didática.

Simch criticou, em seguida, a atitude dos juristas, de desprezo pelas ciências positivas e de excessivo apego às teorias do direito natural. Via nos juristas o "medo" de que a ciência mostrasse, com a simplicidade de seus sistemas, ser o direito "cousa muito prosaica", a despeito dos "brocados latinos". Em suas palavras: "A inducção afigurava-se-lhes [aos juristas] um perigo e a deducção só era applicada a principios (ao menos) tidos como imanentes ou revelados". Para tais juristas, dizia Simch, a ciência repousava sobre "o direito romano": tais bacharéis não poderiam, portanto, aderir à indução, já que esta lhes demonstraria estarem laborando em erro profundo. Ademais, esses juristas "tradicionais" não estariam preparados para a utilização do método indutivo, que exigiria cautelas e habilidades só adquiríveis por intermédio das ciências positivas, em que a experimentação e a observação diretas representam as "armas mais importantes".[45]

Nos parágrafos dedicados ao método de estudo, já na edição de 1931, Simch enfatizava que "os estudos economicos são energicamente caracterisados pelo seu traço eminentemente social" e sempre que a doutrina esquece isso, seu trabalho é "defeituoso". Recusava claramente qualquer "exame de condições a Robinson Crusoe", exigindo que esse tipo de prática nas ciências sociais fosse fulminado com o esquecimento. Os fenômenos econômicos deveriam ser estudados integrados ao meio e à sociedade em que se passam. Simch advertia, todavia, para que não se confundisse, no âmbito da

[44] SIMCH, 1912, pp. III-IV.
[45] SIMCH, 1912, p. VI.

fenomenalidade econômica, a política econômica e a ciência da administração. Ao fim e ao cabo, Simch optava pelo procedimento de induzir: "faremos o chamado, impropriamente, *methodo inductivo*". Não se poderia, segundo ele, em economia, achar princípios absolutos dos quais se deduzem outros. A dedução teria pouca aplicação. A necessidade imposta ao economista seria, então, perscrutar "o modo pelo qual um phenomeno se mostra aqui ou ali ou alhures", despi-lo e descarná-lo daquilo que lhe é acessório, examinar suas constantes e elementos variáveis para enfim elaborar um "conceito geral". Essas duas modalidades não eram, para Simch, excludentes, permitindo "verificações interessantíssimas" da indução sobre a dedução.[46]

No Livro Segundo, sobre o consumo, na parte referente ao "consumo de classes", Simch fez referência direta a Ernst Engel (1821-1896) e a Hermann Schwabe (1830-1874), por meio das leis que levam os nomes desses dois estatísticos e, em certo sentido, economistas. O objetivo desta parte do texto de Simch era relacionar o consumo com os perfis das várias camadas populacionais: cada classe social teria, nessa perspectiva, seu modo particular de consumo.[47] A lei de Engel, exposta por Simch de maneira sucinta, descreve a relação inversa que se estabelece entre a renda das famílias e o consumo de certos bens, especialmente alimentos, como proporção da renda: à medida que se enriquecem, as famílias passam a despender parte menor de seus rendimentos com alimentação. A apropriação das ideias de Engel sobre consumo tinha importância não apenas teórica, mas servia como validação da defesa do método indutivo em economia.

Ernst Engel constatara, a partir de dados compilados pelo estatístico belga Édouard Ducpétiaux (1804-1868), que os gastos dos trabalhadores tendiam a declinar como proporção da renda, na Bélgica dos anos 1850. Foi, todavia, a partir de seu trabalho como chefe do Escritório Real de Estatística da Saxônia, coletando e examinando dados de consumo das famílias, que a tese foi confirmada por mais uma verificação empírica e ganhou contornos de "lei". O artigo "As relações de produção e consumo no reino da Saxônia" foi publicado em 1857 e trazia uma série de tabelas e dados, demonstrando a relação entre gastos em consumo alimentar e a renda do trabalho. A "lei de Engel" é tida pela historiografia do pensamento econômico como exemplo de caso bem-sucedido do uso do método indutivo, isto é, partir de constatações empíricas "puras" para chegar a relações econômicas teoricamente sólidas. No caso de Engel, os dados analisados a partir de seu trabalho como estatístico, na Bélgica e na Saxônia, levaram-no a conclusões de

[46] SIMCH, 1931, pp. 31-32.
[47] SIMCH, 1931, pp. 108-109.

natureza teórica.[48]

Embora o contato direto de Simch com a obra de Engel não possa ser demonstrado por meio da presença de textos deste entre os materiais presentes no acervo da Faculdade de Direito de Porto Alegre, há indícios de que Engel era conhecido internacionalmente na virada do século XIX para o XX. Para além da publicação original de 1857, na revista do Escritório Real Saxão de Estatística, Engel republicou seu ensaio sobre o comportamento do consumo na Saxônia, num volume de 1895, em conjunto com suas reflexões sobre o mesmo tema, porém lastreadas no conjunto de dados anterior, referentes à Bélgica. Esse opúsculo, por sua vez, foi impresso no mesmo ano em Dresden, capital do Reino da Saxônia, e em Roma, como número da revista *Bulletin de l'Institut internacional de statistique*: o instituto era uma entidade internacional de estatísticos, fundada em 1885, com sede em Haia. Desse boletim é possível encontrar edições esparsas ainda hoje no Brasil, de modo que, se não pode ser comprovado, o contato direto de Simch com o artigo de Engel não é improvável.[49]

O exemplo dado por Simch relacionado a esse tema era que a despesa com alimentação, nas classes inferiores, absorveria porcentagem maior das rendas do que nas de classe superior. "O economista allemão Engel no estudo do assumpto conseguiu formular uma lei que tem seu nome e assim enunciada: *quanto mais pobre uma familia tanta maior porção de seu rendimento gasta com a alimentação*."[50]A seguir, Simch apresentou um quadro, supostamente publicado por Engel, porém sem citação direta, no qual eram resumidos os principais resultados de Engel sobre as condições econômicas na Saxônia. Para além do enunciado e da "constatação empírica" da lei de Engel, Simch acrescentou o enunciado da "lei de Schwabe", que de alguma maneira complementa o argumento de Engel: "O exame das condições das casas de aluguel em Berlim levou o economista Schwabe a formular a lei que tem seu nome: *quanto mais abastada a familia tanto mais altos alugueis paga, embora representem menor porcentagem sobre as rendas*."[51] Analisando dados referentes aos gastos com habitação, Hermann Schwabe,

---

[48] SIMCH, 1931, p. 108-109. Sobre a lei de Engel, ver: GRIMMER-SOLEM, Erik. "Engel's law", in: SOUTHERTON (Ed.). *Encyclopedia of consumer culture* .Vol. 3. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2011, pp. 528-529; ERREYGERS, Guido. "Economics in Belgium", in: DURLAUF, Steven N. e BLUME, Lawrence E. *The New Palgrave Dictionary of Economics*. Online Edition. Palgrave Macmillan, 2009.

[49] O artigo original sobre o consumo na Saxônia é: ENGEL, Ernst. "Die Productions- und Consumtionsverhältnisse des Königreichs Sachsens", in: *Zeitschrift des statistischen Bureaus des Königlich Sächsischen Ministerium des Inneren*. Nr. 8 und 9. 1857. Para a reimpressão de 1895, que contém os trabalhos sobre a Bélgica e a Saxônia, ver: ENGEL, Ernst. *Die Lebenskosten belgischer Arbeiter-Familien früher und jetzt. Ermittelt aus Familien-Haushaltrechnungen und vergleichend zusammengestellt*. Dresden: C. Heinrich, 1895. Esta obra foi publicada também no *Bulletin de l'institut international de statistique*, Tome IX, 1ère livraison. Rome: Imprimerie Nationale, 1895.

[50] SIMCH, 1931, p. 108.

[51] SIMCH, 1931, p. 109.

estatístico atuante em Berlim, chegou ao resultado sintetizado por Simch, muito semelhante ao de Engel. Seu legado, porém, não se tornou tão conhecido internacionalmente: na atualidade encontram-se referências à sua "lei" em trabalhos no campo da sociologia da habitação.[52]

Ainda na parte relativa à "economia pura", Simch teceu considerações sobre a moeda. No geral, suas afirmações refletiam certo "senso comum" dos manuais do século XIX: não havia referência específica a autores alemães, como, por exemplo Adolph Wagner e Karl Knies, que produziram reflexões em alguma medida originais sobre o tema do dinheiro. Dinheiro era, para Simch, sinônimo de moeda metálica e a emissão de papel era tolerável em alguns casos, porém não se atribuía importância específica a essa forma de meio circulante. Nos parágrafos referentes aos "Bancos emissores e circulação", Simch reconhecia a existência de bancos que emitem títulos com o fim de poupar ao cliente – tomador de empréstimo, por exemplo – os trabalhos, perigos e riscos do transporte de metal. Embora, via de regra, tais papéis correspondessem a uma determinada porção de metal, havia bancos que, legalmente autorizados ou não, emitiam títulos "sem existir em suas arcas o correspondente em encaixe metallico, carecendo assim o titulo de garantia real e circulando apenas como instrumento de credito e tanto melhormente quanto mais confiança inspire o emissor".[53] Nas condições normais, tudo correria bem, mas se muitos desses títulos acudissem ao troco por metal, Simch alertava, o encaixe metálico poderia não ser suficiente para fazer face à procura.

Sobre os bancos emissores, autorizados legalmente, afirmava que serviam para facilitar os movimentos da circulação. No entanto, aquilo que emitiam, as notas emissórias, nunca poderia ser equiparado à moeda, pois esta seria um artigo com "trocabilidade intrínseca" e a cédula seria apenas um título de crédito. A corrente contrária, no dizer de Simch, argumentava que as notas de banco seriam "privilégio da nação e meio legal de pagamento". Sendo essas condições suficientes para a definição de moeda, os papéis bancários poderiam ser considerados como tal. Simch, entretanto, asseverava que a substância da moeda metálica era, em si, mercadoria. Já o poder público, no interesse da comunhão social, se reservava o direito de cunhar o meio circulante, estando o privilégio, portanto, na cunhagem e não na moeda em si. Esta, por ter trocabilidade intrínseca, estaria, pois, "acima de todos os poderes públicos juntos".[54]

---

[52] Sobre Hermann Schwabe, ver: GRIMMER-SOLEM, Erik. *The Rise of Historical Economics and Social Reform in Germany 1864-1894*. New York: Oxford University Press, 2003, p. 125.
[53] SIMCH, 1931, p. 166.
[54] SIMCH, 1931, p. 167.

As reflexões de Simch sobre o salário também refletiam visões oitocentistas convencionais, baseadas na economia de matriz clássica. Simch definia o salário como "a renda percebida por aquelles que locam a sua actividade a uma pessoa ou empreza qualquer". Em seguida, explicava que seria natural os operários buscarem as empresas que paguem os melhores salários, ao passo que as últimas prefeririam os trabalhadores que exigissem menor pagamento. Cada uma dessas tendências seria "perfeitamente justa, perfeitamente explicável" e, nesse sentido, seria um descuido falar em luta entre o trabalho e o capital. O fenômeno se deveria a uma diversidade de pontos de vista entre operários e patrões, não podendo haver conflito "no sentido vulgar do termo", entre dois elementos essenciais da produção.[55]

Embora fizesse essa ressalva quanto ao conflito capital *versus* trabalho, Simch apropriou-se de elementos da teoria marxiana dos salários, ao apontar para a especificidade do trabalho com relação a outras mercadorias negociadas na economia. Vendedores de produtos convencionais, argumentava Simch, teriam alguma margem de manobra: numa situação de baixa de preços, podiam retirar-se do mercado a fim de aguardar momento mais propício para desovar sua mercadoria. Essa retirada causaria um recuo da oferta e os preços tenderiam a inverter a tendência de queda. O mesmo não se aplicava ao trabalho: nesse caso, haveria, ao contrário, uma elevação na oferta de trabalho como consequência da diminuição dos salários, pois ao baixarem os preços da locação do trabalho "não póde o operario retirar-se do mercado para esperar melhorarem as cousas, isto é, que subam os salarios; pelo contrario, para equilibrar a diminuição soffrida elle põe a trabalhar a mulher e os filhos".[56]

Em seguida, Simch apresentou de forma breve três teorias dos salários, reiterando essa especificidade da "mercadoria trabalho", à maneira de Marx, ao mencionar a teoria "dos reservistas da indústria". Corroborava, em parte, esta abordagem, ao salientar que ela partia do fenômeno, observado e verificado, de elevar-se a oferta de trabalho quando baixam os salários. "Sendo assim, dizia Marx, fundador da theoria, as emprezas sempre teem onde ir buscar pessoal pelos preços, às vezes vilissimos, que queiram pagar". Simch argumentava, no entanto, que a teoria de Marx pecava ao imaginar a classe operária como todo homogêneo sob o ponto de vista do salário, fazendo, assim, uma generalização descabida.[57]

As duas outras teorias do salário apresentadas por Simch nesse contexto eram a teoria

[55] SIMCH, 1931, p. 236.
[56] SIMCH, 1931, p. 237.
[57] SIMCH, 1931, p. 241.

do fundo do salário, atribuída a Ricardo e Malthus, e a lei de bronze. A teoria do fundo de salários foi descrita como baseada na ideia de que os elementos necessários à produção "natureza, trabalho e capital" seriam, no grande conjunto, fixos do ponto de vista quantitativo, num momento dado. Dessa forma, era também fixa a quota dessa riqueza paga sob a forma de salário (fundo): crescendo a população, haveria redução salarial. A principal crítica apresentada por Simch a essa abordagem se expressava por meio do argumento de que a baixa salarial persistente tenderia a refrear o ritmo de aumento da população, pressionando os salários novamente para cima. Ademais, Simch observava que o fundo de salários não era necessariamente fixo. Nesse sentido, qualquer riqueza, poderia, por meio da moeda e do crédito, ser chamada em auxílio da produção e tomaria, conforme as circunstâncias, a forma de capital, trabalho ou natureza.[58]

A lei de bronze, segundo Simch, admitia que o salário não podia afastar-se do mínimo de subsistência: "baixando, produzirá diminuição de pessoas, subindo de novo; e subindo, determinará bem-estar, augmento de população e baixa de salario". Um questionamento colocado a essa teoria era que os operários não constituíam uma classe uniforme, havendo diferenças significativas entre os indivíduos, o que invalidaria o a ideia de "mínimo de subsistência" comum. Além disso, Simch argumentava, a lei de ferro não seria atemporal, pois não se poderia ver a humanidade como mecanismo rijo, mas um organismo em que "os progressos modificam incessantemente as condições e relações das differentes classes sociaes".[59]

Após a exposição de tópicos referentes à "economia pura", abarcando temas como consumo, moeda e salários, Simch passou à discussão da "política econômica", que ocupa a metade final de seu livro. O acréscimo dessa parte à obra, nas edições de 1930 e 1934, conferiu ao manual de Simch algo de específico, com relação aos livros-texto de economia política produzidos no Brasil para cursos de direito. Para os propósitos deste trabalho, esse movimento na direção de incluir a política econômica coloca o *Programa* de Simch num patamar diferenciado, do ponto de vista das apropriações do pensamento econômico germânico. Já no início da obra, Simch buscara filiar essa parte final às "lições do prof. van der Borght", além de citar, no final, o livro *Volkswirtschaftspolitik*, do mesmo autor. O perfil de economista representado por Borght, bem como os conteúdos abordados em seu livro, fazem de sua assimilação um procedimento bastante funcional para Simch. Richard van der Borght foi um economista eminentemente prático, voltado para a reflexão sobre o funcionamento concreto de instituições e processos econômicos, tendo-se

[58] SIMCH, 1931, pp. 239-240.
[59] SIMCH, 1931, p. 241.

notabilizado, na Alemanha, por sua atuação como secretário das câmaras de comércio de Aachen e de Colônia, importantes entrepostos mercantis da Renânia. Ademais, Borght acreditava numa divisão apenas didática entre teoria e "política econômica", não havendo separação "essencial" entre esses campos do saber. Algumas informações acerca da vida e da trajetória intelectual de Borght podem ajudar a compreender melhor essa apropriação de Simch.

Nascido em Potsdam, em 1861, Richard van der Borght iniciou seus estudos universitários em 1880, na Universidade de Halle.[60] Começando a formação acadêmica na área de teologia, Borght em breve transferiu-se para economia política. O curso era estruturado em duas "disciplinas" que poderiam ser cursadas com vários professores: direito e filosofia. Agrupados como professores de filosofia, estavam economistas e estatísticos. Dentre esses, vale destacar a influência de Ludwig Elster (1856-1935) e Joseph Conrad (1839-1915). Anos mais tarde, Borght contribuiria com sete verbetes para o *Dicionário das Ciências do Estado*, organizado por Elster, Conrad e outros. Este léxico, reeditado diversas vezes, tornou-se obra de referência importante na Alemanha, reunindo verbetes sobre temas econômicos redigidos, entre outros, por Gustav Schmoller e Adolph Wagner.[61]

Em 1883, Borght apresentou à Faculdade de Filosofia da Universidade de Halle sua tese doutoral intitulada "A adequação das sociedades por ações na Alemanha, nos vários âmbitos de sua existência. Um estudo econômico-estatístico". Tratava-se de um tema da ordem do dia, tendo em vista as instabilidades acarretadas pelo *Gründerkrach* (ou "choque da fundação"), como ficaria conhecido na Alemanha o pânico financeiro de 1873, que se seguiu ao otimismo dos anos de fundação do Reich de Bismarck. Uma legislação pouco restritiva, pró-*laissez faire*, fomentara a criação de empresas e de supercapacidade na economia alemã nos anos iniciais da década de 1870. Devido à crise econômica e a abusos no sistema prussiano de concessão de ferrovias, a lei de ações seria alterada em 1884. O contexto era, dessa forma, propício à publicação de uma tese sobre a organização das sociedades por ações. Segundo Henning, biógrafo de Borght, o trabalho mesclava questões pertencentes aos campos da estatística, direito e administração econômica do Estado, no estilo fortemente descritivo e histórico prevalecente à época.[62]

---

[60] Para uma biografia de Richard van der Borght, ver HENNING, Friedrich-Wilhelm. "Richard van der Borght", in: *Rheinisch-Westfälische Wirtschaftsbiographien*. Band 15. Münster: Aschendorff, 1994. As informações que se seguem, sobre a trajetória de Borght, foram em sua maioria retiradas desta biografia.

[61] O título alemão é *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*. Formulado com base na concepção alemã de "ciências do Estado", o dicionário trazia verbetes com definições de termos econômicos e ligados ao universo do que hoje se conhece como ciências sociais. A primeira edição foi publicada em Jena, em vários volumes, entre 1890 e 1897.

[62] HENNING, 1994, pp. 24-25.

Em 1884, Borght assumiu o cargo de Secretário da Câmara de Comércio de Aachen. Nesse período, desenvolveu reflexões sobre vários temas econômicos nos relatórios anuais produzidos sob sua responsabilidade. Em tais textos, estiveram presentes temáticas como bem-estar social (seguro de saúde e seguro contra acidentes), bem como conflitos, ou "quebras de contrato", entre empresários e trabalhadores. Para além dos temas relativos às atividades comerciais, razão de ser da Câmara, estiveram presentes nos relatórios assuntos como a política colonial alemã e o projeto de canalização do rio Mosel, que permitiria reduzir os custos de transporte entre o Vale do Ruhr e a região da Lorena, a esta altura pertencente à Alemanha. Nesse período de Aachen, Borght produziu ainda monografias extensas sobre a lei alemã de proteção às marcas (1884) e sobre a influência do comércio intermediário no desenvolvimento dos preços em Aachen (1888). Tais monografias foram complementadas por trabalhos publicados em periódicos germânicos de renome, como *Finanz-Archiv* e *Schmollers Jahrbuch*. Conforme Henning, essa aceitação indica certo reconhecimento científico do trabalho de Borght, por mais que suas preocupações partissem de questões concretas de política econômica, em alguma medida "restritas" às atividades mercantis na região de Aachen.[63]

Esse reconhecimento intelectual foi expresso na reunião da assembleia geral do *Verein für Sozialpolitik*, de 1888, em que a monografia de Borght foi considerada a contribuição mais importantes para o tópico relativo às interações entre comércio e política de preços. Foi pela influência e recomendação acadêmica de professores como Conrad, Elster e também Schmoller que Borght conseguiu galgar um posto mais prestigiado do que o anterior, tornando-se, em 1890, Secretário da Câmara de Comércio da cidade de Colônia, um centro comercial mais importante do que Aachen. Nos dois anos e meio em que esteve em Colônia, Borght estreitou os laços com a comunidade de profissionais ligados às câmaras de comércio, sendo apontado pelos colegas como responsável, no âmbito da Associação de Secretários de Câmaras de Comércio, pela unificação das estatísticas econômicas e de trabalho produzidas por cada instituição. Embora em menor ritmo, Borght continuou produzindo textos acadêmicos, tendo publicado duas monografias sobre a temática dos transportes – fluviais e ferroviários – na região da bacia renana. Essa fase de sua trajetória encerrou-se em 1892, quando assumiu uma vaga de professor de economia na Escola Técnica (*Technische Hochschule*) de Aachen.[64]

Como professor, Borght ministrou cursos cujos temas eram variados e relacionados

[63] HENNING, 1994, pp. 27-30.
[64] HENNING, 1994, pp. 32-33.

com a política econômica. As aulas abarcavam economia teórica (*National-Ökonomie*), história do pensamento econômico (*Geschichte der National-Ökonomie*), noções de finanças públicas (*Finanzwissenschaft*), conhecimentos gerais das ciências do direito e do Estado, direito econômico (*Gewerberecht*) e direito da construção. Nas aulas de direito econômico e da construção, Borght procurava atender as necessidades de seus alunos: ao longo dos semestres, foi criando cursos mais específicos, sobre, por exemplo, estatística, legislação social, política comercial e aduaneira, bancos e bolsas de valores. Essa diversidade de tópicos refletiu-se, também, em suas publicações dos anos 1890, em sua maioria compilações de palestras, destacando-se o tema específico do seguro contra acidentes de trabalho. Também a história econômica fez parte dos interesses de Borght, que publicou trabalho sobre a história da indústria alemã de amidos de arroz, em 1899.[65]

Da virada do século até sua aposentadoria, em 1912, Borght atuou em Berlim, para onde se transferiu em 1900, a fim de trabalhar no Ministério Imperial do Interior (*Reichsamt des Innern*). Nesse órgão, Borght lidou sobretudo com questões relativas ao direito da concorrência, isto é, com cartéis. Vale lembrar que os últimos anos do século XIX foram marcados pela ascensão do grande capital monopolista, que ganhou força nas potências industriais capitalistas, que disputavam mercados e zonas de influência. A Alemanha, com os *Konzerne* dos ramos siderúrgico, químico e elétrico, foi um exemplo típico desse movimento concentrador. Expressão disso foi a lei de cartéis de 1897, que basicamente sancionou a fusão cartelizada dos grandes capitais. Borght ocupou-se, em especial, com as relações entre a legislação de cartéis e as questões trabalhistas.

Em 1904, foi alçado ao cargo de Presidente do Escritório Estatístico do Imperador (*Kaiserliches Statistisches Amt*), acumulando ainda o posto de Presidente do Conselho de Estatísticas de Trabalho. No período de Berlim, até início dos anos 1910, sua atividade intelectual continuou, por meio de publicações científicas de caráter básico-didático. Exemplos disso foram um livro sobre princípios de política social (1904) e o opúsculo *Volkswirtschaftspolitik*, cuja edição original foi de 1903 e que chegou às mãos de Francisco Simch, em Porto Alegre, em sua reimpressão de 1905. O livro foi reeditado sucessivas vezes: sua quarta e última versão, expandida e atualizada, data de 1927. Embora Borght seja raramente mencionado em compêndios de história das ideias econômicas, nem mesmo naqueles voltados para o estudo das linhagens germânicas de pensamento, a disseminação internacional de sua obra parece não ter sido desprezível. Para além da assimilação por Simch no Brasil, foi possível identificar uma tradução

[65] HENNING, 1994, pp. 36-37.

espanhola de seu manual de política econômica, publicada em Barcelona, em 1932. [66] Ademais, conforme relatam Jesús Astigarraga e Juan Zabalza, o manual de finanças públicas de Borght, que se assemelhava ao de política econômica em seu caráter de obra vulgarizadora, foi traduzido e editado três vezes na Espanha.[67]

A definição do escopo da política econômica e de sua posição com relação à economia teórica, bem como a escolha e ordenamento das matérias a serem tratadas, evidenciam as afinidades entre os "economistas práticos" Richard van der Borght e Francisco Simch. Este último definiu a política econômica como as medidas postas em ação pelo Estado no campo da economia. O Estado, por sua vez, seria "um instituto evolutivo, originario das sociedades humanas, e destinado a conduzil-as atravez de sua existencia no planeta".[68] O Estado não deveria ser, no entanto, "elemento causal" em economia, devendo, tão somente, amparar certos fenômenos econômicos que, por qualquer circunstância, encontrem óbices a seu pleno funcionamento. A ação econômica do Estado, portanto, derivava legitimidade de sua função "cultural" ou "civilizacional": o Estado deveria "guiar e conduzir os povos", como Simch afirmaria diversas vezes. Dessa forma, a finalidade do Estado – e das normas de política econômica – "é e tem sempre de ser" o interesse coletivo, o bem-estar social.[69]

Nesse sentido, Simch fez uma breve recapitulação histórica da atuação do Estado, numa visão relativamente "progressista" que justificava o papel amplo do Estado diante das complexidades da vida moderna. Se, com a queda do feudalismo, o regime do absolutismo monárquico representou um progresso face ao "desmembramento feudal", logo apareceu a tendência liberal do "*ne pas trop gouverner*", que desafogou a economia de "privilégios e garantias" de outrora. O Estado moderno devia, portanto, fazer jus ao "gráo de desenvolvimento a que a humanidade chegou". Para garantir o bem-estar social, o Estado teria que tomar para si certos serviços e certas produções.[70]

O bem-estar, no entanto, era um conceito relativo, variável no tempo e no espaço. Simch alertava para as "doutrinas e correntes filosóficas" que pretendem dominar e orientar, com regras infalíveis e invariáveis, no tempo e no espaço, as aglomerações humanas "tão variáveis, instáveis na sucessão dos tempos e logares por via de evolução

---

[66] Ver BORGHT, Richard van der. *Política económica*. Barcelona: Labor, 1932. (traduzido e anotado por Manuel Sánchez Sarto).
[67] ASTIGARRAGA, Jesus e ZABALZA, Juan. "The German Historical School in Spain: from the fringes to mainstream", in: CARDOSO e PSALIDOPOULUS, 2017, p. 111.
[68] SIMCH, 1931, pp. 271-272.
[69] SIMCH, 1931, p. 273.
[70] SIMCH, 1931, p. 275.

e ás vezes até de revolução".[71] Nesse sentido, Simch atribuía mais valor à integridade moral e funcional dos governantes chamados à direção do que às "fórmulas theoricas sybillinas". À maneira do positivismo comtiano, questionou também a divisão tripartite dos poderes, afirmando que, apesar do atual "fetichismo do conceito", essa partição não seria essencial à boa marcha do Estado. Em suma, Simch via a política econômica como as medidas tomadas pelo Estado, um Estado que deveria refletir as condições históricas de sua época, em perspectiva que se poderia chamar de relativista. Na atualidade, esse Estado deveria assumir para si diversas funções de modo a proporcionar o bem-estar da população. O bom desempenho de tais funções seria o principal, senão o único, critério a justificar e orientar a ação do Estado.[72]

O parágrafo de Simch descrito acima, "§.1. Estado, suas funcções. Politica Economica", pode ser visto como uma reprodução adaptada da Primeira Seção do livro de Borght, intitulada "Conceito e tarefas da política econômica". Tanto a definição da política econômica como "conjunto das medidas a serem tomadas pelo Estado", quanto seu caráter relativo, haviam sido assinalados por Borght, que fora ainda mais enfático que Simch. Afirmara que "em nenhum outro lugar o perigo da generalização é tão grande quanto no âmbito da política econômica".[73] Isso levaria, segundo Borght, a uma necessária e contínua verificação das conclusões por meio dos fatos presentes e passados, aferidos pela estatística e pela história econômica. Merece destaque, ainda nesta parte introdutória, a supressão, por parte de Simch, do prefácio publicado em 1912, que de alguma maneira enfatizava a separação entre economia pura e política econômica. Essa omissão parece estar em consonância com a postura de Borght, que considerava impossível e de pouca utilidade objetiva uma separação rigorosa entre a "economia prática", como por vezes chamava-se a política econômica, e a economia "teórica". Esses indícios apontam para uma busca, por parte de Simch, de um referencial que o auxiliasse na formulação de uma proposta de ensino de economia que integrasse teoria e prática, ciência econômica e política econômica.

Depois desses preâmbulos, Simch arrolou e analisou uma extensa série de medidas que considerava "de política econômica", divididas por área. Vale ressaltar que o escopo dessa política econômica era bastante amplo, indo do aproveitamento geológico do território à gestão monetária, passando pelos transportes e pelo abastecimento alimentar. No âmbito dessa gama de assuntos, vale destacar dois: política de comércio externo e

[71] SIMCH, 1931, p. 276.
[72] SIMCH, 1931, p. 277.
[73] BORGHT, Richard van der. *Volkswirtschaftspolitik*. Leipzig: Göschen, 1905, p. 9.

política de preços. O caso do comércio externo evidencia que Simch aderiu à interpretação que Borght fazia da doutrina Friedrich List. Em relação à defesa feita pelos industrialistas brasileiros no início do século, que viam na metáfora listiana da indústria infante um argumento para a legitimação de tarifas aduaneiras, a visão apresentada por Simch era bastante matizada. Já a seção sobre a regulação dos preços é um exemplo interessante de apropriação que não se limita à reprodução do discurso assimilado. Simch mesclou as diretrizes de política econômica fornecidas por Richard van der Borght com suas próprias reflexões acerca da mineração de carvão no Rio Grande do Sul. Trata-se de atividade com a qual Simch, a esta altura ex-diretor do Serviço Geológico do estado, possuía familiaridade.

No tocante ao comércio externo Simch fez, primeiramente, uma descrição das medidas de política econômica relativas ao comércio externo à disposição dos Estados, traduzindo, quase palavra por palavra, os parágrafos de Borght referentes à *Handelspolitik* (política comercial). Simch introduziu uma separação entre as matérias que Borght não fizera. A seção *Handelspolitk* abarcava tanto medidas relativas ao comércio interno quanto ao internacional. Simch, por sua vez, fez um capítulo intitulado "Circulação" e dividiu-o nas seções: "Medidas referentes ao commercio interno" e "Medidas referentes ao commercio externo". O conteúdo seguia de perto o texto de Borght, embora um esforço de adaptação, por parte de Simch, seja perceptível. Diversos trechos foram traduzidos em toda sua extensão, mas exemplificações muito específicas relativas à Alemanha foram omitidas ou substituídas. Na seção sobre comércio interno, Simch omitiu um trecho de Borght sobre seguridade social dos trabalhadores comerciais. Já as linhas referentes à educação profissionalizante na Alemanha foram substituídas pela observação de que as escolas de comércio têm surgido "mais ou menos por toda parte, inclusivamente no Brasil". A essa constatação seguia-se a crítica de Simch: muitas das academias comerciais brasileiras eram dirigidas por indivíduos "de qualidades technicas duvidosas" e as instituições federais voltadas para este fim padeciam de "vicio fundamental de organisação".[74] Vale lembrar que a Escola de Comércio de Porto Alegre, que Simch ajudara a fundar em 1909 era, a esta altura, uma instituição estadual sul-rio-grandense.

O ponto de partida da seção sobre o comércio externo era, em Simch, o mercantilismo, sistema em que impostos de entrada, saída e trânsito de mercadorias eram utilizados, com vistas a atingir o "máximo de vantagem" para os Estados nacionais. O

[74] SIMCH, 1931, p. 391.

Estado moderno, no entanto, teria abandonado os impostos de saída e de trânsito, mantendo os de entrada, que teriam papel importante para impedir a entrada excessiva de mercadorias estrangeiras. Simch, seguindo Borght, diferenciava entre os impostos "de combate", de aplicação passageira, e os "protetores ou protecionistas", de vigência duradoura, cujo objetivo seria proteger a indústria nacional dos efeitos deletérios da concorrência estrangeira. Aliados a esses impostos haveria, conforme Simch, objetivos e efeitos financeiros, do ponto de vista do erário público: nas situações em que essa intenção arrecadatória se sobrepujasse à salvaguarda da indústria local, os impostos poderiam ser chamados de "fiscais". Aqui, Simch foi bem mais sintético do que Borght, omitindo o detalhamento de algumas formas de tarifa comercial, para passar à comparação entre os "sistemas" protecionista e de livre comércio. Se a política comercial abrisse mão dos impostos de proteção, prevaleceria o sistema do livre-câmbio "tal como o recommendara Adão Smith". Em oposição, haveria o protecionismo, que poderia amparar somente a indústria maquinofatureira, somente a agricultura, ou a ambas.[75]

Em seguida, Simch analisou, sempre seguindo de perto as opiniões de Borght, as possíveis vantagens da aplicação de um e de outro sistema, adotando uma postura pragmática e relativista. Segundo Simch (e Borght), de nenhum dos dois sistemas podia-se dizer que seria de aplicação incondicional. Todos os grandes Estados, incluindo a Inglaterra, alteravam as normas atinentes à política comercial conforme as circunstâncias das diferentes épocas. Não haveria – e nem era esperado que houvesse – uma sincronia entre os países na adoção dessa ou daquela política: cada país deveria buscar as medidas que mais lhe conviessem. Assim, o que se tinha era a coexistência de sistemas protecionistas e de livre-câmbio: "Não ha e, de accordo com a essencia das cousas, não pode haver doutrina uniforme nessa matéria".[76]

Essa visão relativista da política econômica era reforçada na leitura feita por Borght – e endossada por Francisco Simch – das ideias de Friedrich List.[77] No momento em que era necessário remover as antigas restrições "mercantilistas" às atividades econômicas, vicejaram as ideias de Adam Smith. Já na ocasião em que cada economia singular se via forçada a escolher entre "atrazar-se dos outros seguindo-os claudicante" ou ousar conquistar igualdade de condições, List desenvolveu sua teoria. Tendo relativizado as duas posições acerca do comércio externo, Simch afirmou que dessa forma estava explicada a unilateralidade tanto da proposta livre-cambista quanto da listiana. Do ponto

[75] SIMCH, 1931, p. 393.
[76] SIMCH, 1931, p. 394; BORGHT, 1905, p. 111.
[77] BORGHT, 1905, p. 111.

de vista prático, afirmou que a perspectiva de List, segundo a qual somente a maquinofatura devia ser protegida, já estava abandonada desde que começara o surto agrícola dos países de cultura extensiva, cujos cultivos eram também objetivo de políticas de proteção (a exemplo do Brasil, com o café). No entanto, Simch afirmava em consonância com Borght, a doutrina listiana do relativismo de todos os sistemas político-econômicos "é hoje do domínio commum e somente em circulos muito restritos se acredita no valor absoluto da escola de livre cambio de Adão Smith".[78]

Para além da evidente mediação dos escritos de Borght, essa apropriação "equilibrada" das ideias de List – e ao mesmo tempo próxima daquilo que este economista enfatizou no *Sistema nacional de economia política* – pode estar relacionada com um contato mais direto com a versão original do texto listiano, e não apenas com o discurso relacionado à "agenda listiana". A vinculação direta de List com medidas protecionistas a serem tomadas no contexto brasileiro, como se sabe, chocava-se com a preferência de List pelas áreas temperadas do globo como locais propícios à industrialização. Contudo, o relativismo dos instrumentos de política econômica, enfatizado por List e assimilado por Borght e Simch, seria bastante aplicável ao contexto brasileiro. Um indício desse possível contato mais direto com a obra de List é a presença, no acervo da Faculdade de Direito de Porto Alegre, de uma edição de 1904 de *Das nationale System der politischen Ökonomie*, com assinatura de Simch e data de 1910.[79]

Quanto às medidas de política econômica referentes aos preços, Simch seguiu Borght na defesa do mecanismo de formação livre dos preços. Ambos reconheciam que a política econômica das cidades medievais, bem como do início da era moderna, nos séculos XVII e XVIII, tivera boas razões para intervir de forma bastante direta na formação dos preços, pois era necessário proteger os consumidores da carestia e os produtores da pressão concorrencial excessiva. Ademais, num mundo em que as relações econômicas eram menos complexas, essas intervenções eram exequíveis: tais pressupostos não existiam mais no mundo moderno, tornando-se obsoleto esse tipo de ação econômica estatal direta.[80] A intervenção mediata ou indireta, entretanto, ainda subsistia, conforme o exemplo oriundo do contexto alemão descrito por Borght, e reproduzido por Simch. No caso dos preços das padarias e das casas de pasto, exigia-se dos proprietários fixar listas de preço carimbadas pelas autoridades: tais valores não poderiam ser majorados sem a

[78] SIMCH, 1931, p. 394; BORGHT, 1905, p. 111.
[79] LIST, Friedrich. *Das nationale System der politischen Ökonomie*. Jena: Fischer, 1904. (Exemplar da seção de obras raras da Faculdade de Direito da UFRGS).
[80] SIMCH, 1931, pp. 400-401.

fixação de outra lista autorizada pelo respectivo órgão competente. Nesse caso, o preço não era fixado pelo poder público, mas os reajustes eram feitos com sua anuência. Em todos os outros casos, a formação de preços deveria fazer-se, na tradução de Simch "sem a intromissão do Estado".[81] Isso não excluía regras atinentes ao bom funcionamento das instituições de mercado, como as bolsas de valores. Enfatizava-se também a necessidade de o Estado ter cautela com relação à aferição e divulgação dos preços na economia. Aqui, Borght deu um exemplo de regulação do mercado, não traduzido por Simch, referente à lei alemã que estabelecia a necessidade de se precificar o gado de corte a partir do peso de abate. Haveria, ainda, casos especiais em que a liberdade de formação de preços poderia e deveria ser suspensa, como as grandes catástrofes naturais, greves, artifícios ilícitos, etc.

No caso de o Estado produzir ele próprio alguma mercadoria em regime de monopólio, deveria estar atento para precificar de maneira a encontrar solução razoável para a "financiação do proprio monopolio", sem que isso prejudicasse os consumidores e os próprios interesses fiscais do poder público. Em mercadorias produzidas pelo Estado em regime de concorrência, deveria ser respeitado o preço comum, caso contrário o poder público estaria praticando "injusta e iniqua concorrência" a seus próprios cidadãos. Nesses casos, o Estado poderia servir como agente moderador, intervindo com produção própria, se houvesse um "encarecimento malsão".[82] Era nesse tipo de situação que, conforme Simch, se inseria o caso dos preços do carvão durante a Primeira Guerra. Aqui Simch interrompeu sua tradução de Borght para inserir reflexões relacionadas a experiências concretas de política econômica, das quais participara diretamente. Em seus relatórios como diretor do Serviço Geológico, Simch já retratara a exploração de carvão, mas de um ponto de vista mais técnico: em suas reflexões no *Programa*, tratou da questão da perspectiva da política de regulação dos preços.

Nesse sentido, relatou que, durante a conflagração europeia, os preços do "carvão de pedra nacional de consumo puramente interno" subiram de 23$000 a 73$000 rapidamente. Isso criou entraves para as indústrias e os transportes, motivando a mensagem de 1917, do presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, transcrita por Simch. O texto assinalava que a intervenção na indústria de extração carbonífera era necessária e que o governo gaúcho optaria pela intervenção direta, por meio da exploração estatal do produto. Isso permitiria, conforme Borges de Medeiros, reduzir os lucros do empreendimento enquanto fosse necessário, para que fossem feitos os melhoramentos de

[81] SIMCH, 1931, p. 401; BORGHT, 1905, p. 123.
[82] SIMCH, 1931, 402; BORGHT, 1905, p. 124.

que carecia o serviço. Também permitiria ao Estado atuar como regulador de preços, impedindo a "cobiça mercantil". Por fim, Medeiros apontou a importância do empreendimento estatal como garantia contra os monopólios e trustes, dos quais seria fácil tornar-se presa a "indústria carbonífera".[83]

Simch endossou toda essa argumentação do presidente do estado, asseverando que os preços baixaram consideravelmente assim que o estado "jogou ao consumo as primeiras tonneladas de sua producção". De 70$000, o preço teria baixado, sempre de acordo com o relato, a 43$000, com a oferta do carvão explorado pelo poder público. Simch lamentava a campanha de difamação supostamente levantada contra o novo combustível e os que se encarregavam de sua exploração. Na descrição apresentada, a exploração teria vigorado de 1917 até 1923, quando foi interrompida "a pretexto de revolução". Este período, vale lembrar, coincide com sua gestão na direção do Serviço Geológico e Mineralógico do estado, sendo a pausa correspondente à Revolução de 1923. Simch, todavia, não entrou em pormenores sobre o movimento político de 1923, que opôs novamente ximangos a maragatos, expondo as fissuras da política sul-rio-grandense. Em 1926, a campanha seria retomada: "tenaz, segura, firme". Porém, em 1928, mudando o presidente do estado, na expressão de Simch, "foi tudo por água abaixo". Embora não tenha mencionado nomes, Simch se referia à substituição de Borges de Medeiros por Getúlio Vargas. Em seu relato, as minas do governo do estado haviam sido entregues a um "trust carioca" e o carvão de pedra estaria subindo, lenta e seguramente, de preço.[84]

Esse procedimento de apropriar-se do texto de um autor alemão, traduzindo-o e fazendo-lhe acréscimos e modificações, repetiu-se no capítulo final da parte do *Programa* dedicada à política econômica, adicionado ao livro na última edição, de 1934. Desta vez, porém, a referência não foi o manual de Borght, mas, sim, outro livro-texto: *Volkswirtschaftslehre*, escrito por Hugo Schober (1820-1882), que fora, assim como Borght, um "economista prático", voltado para a área agrícola. O foco de sua atuação como professor e autor foi o campo geral das ciências agrárias, tendo publicado trabalhos sobre, por exemplo, o cultivo do tabaco e a teoria dos sistemas econômicos na agricultura. Foi professor da tradicional Academia de Agronomia e Silvicultura de Tharandt, na Saxônia. Sua obra mais abrangente, não concluída, foi um compêndio de quatro volumes intitulado *Manual de agronomia para agrônomos e economistas do Estado*, voltado para o público universitário. O manual de *Volkswirtschaftslehre* ou "economia teórica", do qual Simch se apropriou, foi publicado pela primeira vez em 1859 e era parte de uma

[83] SIMCH, 1931, pp. 402-403.
[84] SIMCH, 1931, p. 403.

série de "*Katechismen*". "Catecismo" referia-se, nesse caso, a uma espécie de almanaque, isto é, um livro de divulgação de informações relativas a um campo específico do saber. A sexta edição, que chegou às mãos de Simch, foi preparada por Eduard Otto Schulze seguindo a prática de se fazer edições, revistas e ampliadas de manuais, inclusive após a morte do primeiro autor. Foi publicada em 1905, em Leipzig, como parte da coleção "Catecismos ilustrados da editora Weber".[85]

O último capítulo da edição de 1934 do *Programa* foi, então, uma adaptação das seções finais do catecismo de Schober-Schulze. A primeira modificação já seria feita no título. O nome da seção de Schober era "A ciência da economia política em seu desenvolvimento histórico", já Simch deu o título de "História da política econômica", pois o capítulo deveria fechar a parte do livro referente à política econômica. Os acréscimos mais substantivos de Simch ao texto de Schober foram referentes ao campo da "economia dirigida". Antes do início da "história da política econômica", Simch expôs algumas ideias sobre a economia planificada, ressaltando sua importância para combater o "estado anárquico" da economia de mercado, causado pelo fato de os indivíduos agirem em interesse próprio, sem levar em conta os objetivos maiores da coletividade.[86] Embora reconhecesse os problemas envolvidos na estruturação de uma economia dirigida, asseverava que o caminho do planejamento se apresentava à humanidade de forma mais ou menos incontornável.[87]

Na recapitulação histórica das ideias econômicas, Simch seguiu de perto o manual de Schober-Schulze, sendo o ordenamento das matérias praticamente idêntico: "mercantilismo", "fisiocracia ou economismo", "industrialismo" (que incluía a economia política clássica, com Smith, Ricardo e Malthus), "livre câmbio e protecionismo" e "socialismo e comunismo". Simch acrescentou, ao final, uma seção intitulada "Bolchevismo. Os Soviets Russos", na qual descreveu alguns traços gerais da planificação soviética, em especial a concepção dos planos quinquenais. Nas seções "livre câmbio e protecionismo" e "socialismo e comunismo", Simch fez, em sua tradução, adaptações dignas de nota. Com efeito, conforme seu prefácio, Eduard Schulze procurara dar ao manual de Schober um tom mais "atualizado", do ponto de vista do nacionalismo econômico, na perspectiva da jovem escola histórica e do socialismo de Estado. Simch parece ter procurado amenizar esse tom, por exemplo, ao suprimir a adjetivação presente

---

[85] SCHOBER, Hugo e SCHULZE, Eduard Otto. *Grundriss der Volkswirtschaftslehre*. 6. Auflage. Leipzig: Weber, 1905.
[86] SIMCH, Francisco Rodolpho. *Programa de economia social – economia pura e política econômica*. 3ª edição. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934. p. 456
[87] SIMCH, 1934, p. 460.

no original alemão para qualificar a doutrina de Friedrich List. Em duas oportunidades, List e sua obra foram qualificados como "geniais" no manual de Schober-Schulze, ao passo que Simch limitou-se a descrever, de forma menos entusiasmada, os traços gerais do pensamento listiano, ressaltando sua crítica à economia clássica – cujo foco seria somente a riqueza privada (excluindo-se a pública) – e sua exigência de que se educassem as forças produtivas latentes no povo.[88]

Na parte referente ao socialismo, Simch fez um resumo bem sucinto da exposição de Schober-Schulze, omitindo praticamente toda a revisão histórica da literatura socialista, que, bem de acordo com a tradição germânica, procurava definir o que viria a ser "socialismo" para uma série de autores, desde os helênicos até os representantes do socialismo "científico" de Marx e Engels, passando por Saint-Simon, Fourier e Rodbertus. Num parágrafo sobre o socialismo moderno ou científico, Simch fez uma intervenção reveladora de seu pendor para a conciliação de classes, de inspiração possivelmente positivista. Conforme Schober-Schulze, "o socialismo moderno é em sua essência um produto do desenvolvimento industrial da modernidade. Seu ponto de partida é o antagonismo entre trabalho e capital (...)".[89] Simch adjetivaria: "Seu ponto de partida é o *pretenso* antagonismo entre trabalho e capital".[90] Essas adaptações na tradução, bem como a seleção de temas a serem incluídos nesse bosquejo de história do pensamento econômico, apontam para um reconhecimento da importância do protecionismo de List e uma defesa do planejamento como instrumento de política econômica indispensável. Porém, são indícios, também, de uma cautela com o nacionalismo econômico e, sobretudo, com o socialismo e com a teorização baseada na noção de luta de classes. A planificação deveria resolver a situação de anarquia, funcionando como um claro instrumento de conciliação de classes. Mais do que a contraparte econômica de uma "ditadura do proletariado", o planejamento econômico seria uma ferramenta de política econômica, à disposição de um Executivo forte e "condutor" da sociedade como um todo, conforme prescrevia o positivismo.

Após esses acréscimos ao *Programa*, na edição 1934, Simch não publicou trabalhos que tenham chegado aos nossos dias. Os relatos biográficos apontam que lecionou na Faculdade de Direito até seu falecimento em 1936, pouco depois da última edição do livro-texto. Dessa forma, a última versão de sua obra mais significativa no campo da economia enseja algumas reflexões finais sobre a trajetória desse "economista prático"

[88] SIMCH, 1934, pp. 469-471; SCHOBER e SCHULZE, 1905, p. 499.
[89] SCHOBER e SCHULZE, 1905, p. 503.
[90] SIMCH, 1934, p. 473 (grifo meu).

gaúcho que fez uma apropriação peculiar da tradição germânica de pensamento econômico. Convém observar que a elaboração do *Programa de economia social*, foi um processo: da primeira edição de 1912 à terceira, de 1934, vários foram os acréscimos e modificações, como mostram os parágrafos anteriores. Seria arriscado propor uma "explicação" para essas modificações, mas é possível identificar um sentido geral de colocar o livro em sintonia com a nova conjuntura que se abria com o início do "breve século XX".

Em 1931, o principal acréscimo foi relacionado à política econômica, isto é, às várias possibilidades de atuação do poder público no âmbito da economia. A perspectiva alemã, presente no livro de Borght, serviu para embasar uma atualização da obra, que buscava dar conta do novo papel que o Estado passou a desempenhar na organização das economias nacionais. A Primeira Guerra Mundial forçou diversos Estados a organizarem "economias de guerra", e a Grande Depressão, em curso ainda em 1931, motivou ações de política econômica, por parte das administrações estatais, sem precedentes até então. Esse processo teve seus impactos também no Brasil: no plano político nacional, a Revolução de 1930 foi uma ruptura importante, que abriria espaço para uma reconfiguração da relação entre Estado e economia, em direção à maior centralização e à institucionalização de órgãos de planejamento. Na realidade mais concreta de Simch, a atuação do governo estadual gaúcho no caso da exploração de carvão ilustra a nova conjuntura. Na edição de 1934, merece destaque a inclusão do apanhado de história das ideias econômicos, que incluía parágrafos sobre a organização da economia soviética e o planejamento econômico. Ora, a Revolução Russa de 1917, o ceticismo geral com relação à doutrina liberal do *laissez faire* e as experiências de planejamento bélico certamente foram fatores a informar o tipo de *aggiornamento* feito por Simch entre 1912 e o início da década de 1930. Nesse sentido, a tradição alemã, que valorava a subdisciplina de *Wirtschaftspolitik*, herdeira do campo da ciência da polícia, foi uma opção funcional para orientar a elaboração das novas versões do livro.

Em perspectiva comparada, o principal traço distintivo da assimilação feita por Simch dos textos alemães é a centralidade que as referências germânicas tiveram no processo de elaboração, no Brasil, de um texto que pudesse veicular conhecimentos econômicos. Se para Rui Barbosa, Vieira Souto, Serzedelo Correia, e mesmo para Roberto Simonsen, a tradição alemã teve papel relevante para estruturar ou legitimar certos pontos de seus discursos sobre temas econômicos, em Simch essa perspectiva foi, sem dúvida, a fonte principal a nortear a estruturação do *Programa de economia social* em seus eixos principais. Os *Elementos de finanças* de Amaro Cavalcanti também tiveram

influência direta das linhagens germânicas, mas a transposição adaptada de trechos inteiros de livros alemães para o texto final brasileiro aparece somente em Simch. Talvez por essa característica de ser uma assimilação voltada para pedagogia e método – e não para questões identificadas, por certos grupos de interesse, com os "destinos nacionais" – o aporte de Simch, sem dúvida informado por uma maneira especificamente alemã de se organizar e transmitir o conhecimento econômico, não foi incorporado ao campo do pensamento econômico brasileiro como o protecionismo de matriz listiana, por exemplo.

Destaca-se, nesse sentido, a apropriação crítica que Simch fez de Friedrich List, mais voltada para o relativismo dos instrumentos de política econômica do que para a defesa incondicional de uma agenda de protecionismo aduaneiro. Isso pode estar relacionado com um contato direto com a obra deste autor, haja vista que Simch possuíra um exemplar alemão do *Sistema nacional de economia política*. Se houve leitura direta, houve também a mediação do manual de política econômica de Richard van der Borght, conhecido na Alemanha de seu tempo não tanto como economista teórico, mas, sim, como homem prático, ligado às câmaras de comércio da Renânia e a uma agenda de reflexões sobre problemas concretos de política econômica. Para além de mediar a leitura de List, Borght serviu como referência para que Simch acrescentasse a seu *Programa* original uma parte relacionada à política econômica, na qual utilizou o procedimento histórico-descritivo para tratar de uma série de questões relacionadas à vida econômica mais concreta.

Nessa parte de seu livro-texto, Simch proporcionou exemplos ilustrativos do processo de disseminação de ideias, na medida em que utilizou não só a *Volkswirtschaftspolitik* de Borght, mas também o compêndio mais teórico de Schober-Schulze como organizadores de seu pensamento, fazendo traduções convenientes e intervindo no texto em vários momentos. O caso da inclusão da narrativa a respeito da exploração de carvão no Rio Grande do Sul na tradução do texto de Borght é uma articulação significativa, para os propósitos desta tese. Mesclaram-se ideias provenientes de livro-texto alemão, sobre o papel do Estado no processo de precificação, com a descrição de uma experiência, concreta e local, de política econômica. Essa apropriação reforça o discurso original "importado", cujo autor é citado como autoridade no *Programa*, mas também o modifica, visto que se suprimem preocupações relativas ao universo germânico para dar destaque a questões cujo exame somente faz sentido no "polo brasileiro" da disseminação internacional de ideias.

Capítulo 9

Roberto Simonsen: *Volkswirtschaft*, protecionismo e planejamento

Patrono do industrialismo paulista e líder empresarial nacional, autor de obra fundante na historiografia econômica brasileira, defensor incisivo do planejamento econômico, antagonista ideológico de Eugênio Gudin: Roberto Simonsen (1889-1948) foi um homem de múltiplas atuações, cuja memória é reivindicada ainda hoje por entidades como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que nomeou seu centro de pesquisas como "Instituto Roberto Simonsen". Ademais, o Dia da Indústria, oficialmente instituído em 1958 no Brasil, é comemorado no dia do falecimento de Simonsen: 25 de maio. A vida e a obra de Roberto Simonsen têm sido revisitadas com alguma frequência pela historiografia brasileira, quando o tema é o industrialismo e as origens do desenvolvimentismo, como corrente ideológica e como programa de política econômica. Opta-se aqui, no entanto, por uma apresentação da trajetória simonseniana que, de alguma maneira, relativiza esse caráter de pioneiro do desenvolvimentismo, realçando suas apropriações de ideias econômicas originárias do contexto germânico. Essa relativização tem como base a ideia, desdobrada em trabalhos anteriores, de que o pensamento econômico de Simonsen foi marcado por descontinuidades importantes.

A produção intelectual de Simonsen, ao longo da primeira metade do século XX esteve intimamente relacionada com sua atuação profissional, como engenheiro e líder industrial, de modo que seus primeiros textos, da década de 1910 e do início dos anos 1920, tinham traços peculiares, que os diferenciariam dos escritos pelos quais Simonsen tornou-se mais conhecido, produzidos, em sua maioria, nos anos 1930 e 1940. Essa diferença pode ser descrita por meio do contraste entre duas "fases" do pensamento simonseniano, relacionadas com os respectivos contextos históricos aos quais estiveram associadas: seriam as fases da "modernização" e do "pensamento econômico nacional". A distinção, embora esquemática, ajuda a organizar a trajetória biográfica e intelectual de Roberto Simonsen, relacionando-a com as transições em marcha na sociedade brasileira nessa conjuntura.

O termo que define a fase inicial – modernização – tem aqui um significado específico, referindo-se ao mesmo processo que deu origem, por exemplo, aos museus brasileiros na transição do século XIX para o XX, conforme analisado no capítulo anterior. No início do século XX, o passado colonial e a inserção periférica na economia mundial, por meio sobretudo do comércio de café, limitavam o escopo da modernidade no Brasil, que existia como ideal, mas não na perspectiva de um projeto de mudança estrutural. A ideia de modernidade adquiria, então, um sentido ideológico, significando a

transplantação de padrões de consumo e de formas de se pensar economia e sociedade, com pouca atenção para os desafios estruturais colocados às sociedades periféricas.[1] Dessa forma, poderiam ser separados os conceitos de modernidade e modernização: a modernidade seria o projeto coletivo, que envolve toda a sociedade, expandindo e revitalizando o papel de todas as classes sociais, enquanto a modernização seria o projeto exclusivo de uma elite.[2] As transformações operadas pela modernização ficariam, assim, limitadas à imitação de padrões culturais e econômicos usufruídos por uma pequena parcela da sociedade, sem uma preocupação com mudanças estruturais mais abrangentes. Entende-se aqui que os primeiros textos de Simonsen se inseriam na lógica da modernização, pois reiteravam os padrões vigentes de dependência econômica, ao passo que, nas décadas de 1930 e 1940, desenvolve-se uma ideia de ruptura com o padrão vigente, sobretudo por meio do planejamento.

Simonsen foi influenciado por diversas linhagens intelectuais – e sua referência "nacional" maior, como exemplo a ser seguido pelo Brasil era, certamente, os Estados Unidos. É possível encontrar, porém, uma apropriação de diversas ideias com origem nas tradições alemãs de pensamento econômico. Sua abordagem histórica para o problema do atraso econômico, consignada em *História econômica do Brasil* (1937), era parte de um projeto intelectual de cunho historicista-relativista, que visava à busca de estratégias de política econômica adequadas à resolução do problema do atraso econômico brasileiro. Essa proposta objetivava derivar, do estudo histórico-monográfico de determinada realidade, um conhecimento econômico adequado a ela.

No campo da política econômica, a defesa do protecionismo foi baseada na referência a List, como era praxe, mas também na apropriação do conceito de "economia nacional", na formulação "nacionalista" dada por Adolph Wagner. Quanto ao planejamento, proposta pela qual Simonsen é bastante reconhecido na historiografia do pensamento econômico brasileiro, sua principal referência foi Carl Landauer. A assimilação foi do livro norte-americano de Landauer, que significou um *aggiornamento* de ideias formuladas no contexto da Grande Depressão na Alemanha – basicamente, uma recolocação do problema, substituindo o objetivo do "socialismo" pelo da "planificação econômica nacional". Em sua apropriação, Simonsen sublinharia o objetivo da planificação integral, porém, ao contrário de Landauer, via nele uma forma de

[1] Ver, a respeito dessa ideia de uma modernização "restrita", do ponto de vista do atraso econômico: FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. pp. 80-82; SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do capital*. Bauru: Edusc, 2010, pp. 203-208.

[2] Ver FAORO, Raymundo. "A questão nacional: a modernização"in: *Estudos Avançados*, 6 (14), 1992, p. 8.

manutenção da propriedade privada, considerada por Landauer um entrave à economia planejada eficiente.

9.1. Roberto Simonsen: um personagem "entre história e economia"[3]

Embora Roberto Simonsen tenha nascido no Rio de Janeiro, em 1889, sua identidade regional foi paulista. De origem britânica, seu avô e inspirador, Wallace da Gama Cochrane, era engenheiro, tendo trabalhado nas estradas de ferro Central do Brasil e São Paulo Railway (Santos-Jundiaí), além de fazer parte da primeira diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Influenciado pelo avô, Roberto Simonsen graduou-se em 1909 pela Escola Politécnica de São Paulo, mais tarde incorporada à Universidade de São Paulo. Fundada em 1894, essa instituição era uma das poucas faculdades de engenharia no Brasil do início do século XX e tinha o propósito de produzir e transmitir um conhecimento técnico, não somente no campo da engenharia, mas em outras áreas consideradas importantes para a formação, em São Paulo, de uma elite modernizante, capaz de dar continuidade à prosperidade econômica que a região vivia, com a pujança da economia cafeeira e a industrialização incipiente. A instituição que serviu de modelo para a Escola Politécnica foi Instituto Politécnico de Zurique, na Suíça.

A cadeira chamada "Economia política, direito administrativo e estatística" tratava, à época em que Simonsen era aluno de engenharia, de questões relacionadas à organização científica da produção, do ponto de vista do empresário individual. As aulas se referiam a tópicos como: como elevar a produção por meio de processos mais eficientes, sistema de remuneração do trabalho, classificação das indústrias, dentre outros.[4] Era um conhecimento econômico relacionado quase exclusivamente à esfera da empresa privada: especulações teóricas mais gerais eram inexistentes como parte do programa. Os textos de Simonsen produzidos entre os anos 1910 e o início dos anos 1920, a maioria dos quais foi reunida no livro *À margem da profissão*, publicado por Simonsen em 1932, refletiam, ao menos em parte, esse tipo de conhecimento veiculado na instituição que frequentara como estudante.

Tais escritos eram, em sua maior parte, relatórios empresariais e discursos, nos quais

[3] Esta seção e alguns trechos das seções seguintes baseiam-se em minhas pesquisas anteriores, que focalizaram o pensamento econômico de Roberto Simonsen, destacado as relações entre contexto e produção intelectual, bem como as influências teóricas estrangeiras de Simonsen. Alguns argumentos foram aprofundados em artigos publicados em separado, citados aqui quando é o caso. Ver, para um panorama geral do pensamento econômico de Simonsen: BRUZZI CURI, 2015.

[4] Ver: ESCOLA POLITÉCNICA. Programma da Quinta cadeira do terceiro anno do curso de engenheiros civis, quarta do terceiro anno dos cursos de engenheiros industriaes e architectos e quarta do segundo anno do curso de electricistas – 1913.

Simonsen enfatizava a importância da administração científica, numa perspectiva taylorista, e tentava mostrar que trabalhadores e capitalistas não tinham, necessariamente, interesses opostos. Em texto de 1918, Simonsen enfatizava a "organização industrial" ou "organização científica", cujo objetivo seria, em síntese, a máxima economia, produzindo com máxima eficiência.[5] A preocupação em colocar a conciliação entre os interesses de capitalistas e trabalhadores como condição para essa eficiência produtiva estava especialmente presente num relatório produzido em 1919. Nele, Simonsen defendia que os industriais deveriam entender as insatisfações dos trabalhadores e fornecer pagamento justo "se não quizerem assistir ao entravamento da producção pela tentativa de decisão deste problema, erradamente, por vias políticas, quando poderia ser resolvido, com acerto, por vias econômicas.".[6]

A forte presença da questão operária nesses relatórios de 1918 e 1919 refletia um momento importante de reivindicações trabalhistas no Brasil, que, no caso de Simonsen, tinham impacto relevante. Sua principal empresa era do ramo da construção civil – a Companhia Construtora de Santos – que admitia baixos níveis de mecanização, de forma que os conflitos trabalhistas não poderiam ser atenuados somente pela substituição de trabalhadores por maquinário. A forma de lidar com os trabalhadores passaria, dessa forma, pela organização racional do trabalho e pelo pagamento de salários baseados na produtividade. Esse raciocínio, permeado por uma lógica de conciliação de classes, estivera presente no conteúdo dado na disciplina de "Economia Política" da Escola Politécnica, referida acima, cursada por Simonsen. A seção dedicada à "Distribuição da riqueza" apresentava os seguintes tópicos, dentro do item "Da parte [da riqueza] que cabe ao emprezario": "Legitimidade do lucro do emprezario. Causas que influem sobre a quota de lucros. Do pretendido antagonismo entre o lucro e o salario. Paredes de operarios, meios de evital-as ou de atenuar seus efeitos" .[7] Simonsen retomaria a temática em seu relatório:

> De facto, o que o patrão procura é pagar o menos possivel por unidade de producção, e o que o operario visa é ser o mais remunerado possivel por unidade de tempo: dahi a viabilidade em ser obtida a solução harmonica dos interesses das duas classes por investigações scientificas das condições reaes do trabalho e pela applicação intelligente das leis economicas que regem a producção.[8]

---

[5] SIMONSEN, Roberto. "Pelo Trabalho Organizado – Resposta à saudação dos companheiros de trabalho, após a terminação da epidemia de gripe hespanhola, a 9 de dezembro de 1918" (1918), in: SIMONSEN, Roberto. *Á margem da profissão*. São Paulo: Ed. São Paulo, 1932, pp. 17-21.

[6] SIMONSEN, Roberto. "Problemas de Administração – Excerptos dos Relatorios apresentados á Directoria e assembléa de accionistas da Companhia Construtora de Santos em 1918 e 1919" (1919a), in: SIMONSEN, 1932, pp. 37-53.

[7] Ver: ESCOLA POLITÉCNICA, 1913.

[8] SIMONSEN, 1919a, p. 49.

A organização científica do trabalho tinha, portanto, um papel amplo dentro das concepções de Simonsen, nesse início do século XX. Segundo Fábio Maza, para além de trazer modificações diretamente ligadas à eficiência do processo de produção, no contexto de recuperação do primeiro pós-guerra, o discurso da racionalização cumpria a função de instituir uma nova forma de controle social sobre o trabalho, num contexto de importantes manifestações operárias. Como exemplificado na abordagem técnica de Simonsen para a determinação salarial, esse novo tipo de controle era baseado num discurso "científico" e, portanto, numa tentativa de transferir as disputas entre capital e trabalho da esfera da política para o âmbito, pretensamente neutro, da ciência e das "leis" econômicas.[9] Maria Antonieta Antonacci leva este argumento mais longe ao afirmar que, com o recurso taylorista às normas técnicas como "árbitro do social" e com a consequente representação de uma ordem sem conflitos entre empregados e empregadores, Simonsen deixa entrever o advento do corporativismo: no lugar das tensões sociais, tinha-se um organismo engrenado em torno de competências construídas, as quais seriam os alicerces de uma nova ordem social, tecnicamente planejada.[10]

Em 1919, Simonsen foi convidado pelo governo federal para participar da Missão à Grã-Bretanha, cujo objetivo era estreitar os laços comerciais entre os dois países. Esse convite projetou Simonsen num ambiente de negócios mais cosmopolita do que aquele em que atuara desde então, basicamente limitado à Companhia Construtora de Santos. Os discursos feitos por Simonsen na Inglaterra refletiam a preponderância dos setores agroexportadores no Brasil: o propósito da visita à Inglaterra era elevar o comércio, por meio de maior eficiência, em setores como carne congelada, algodão, madeira e minerais. Em discurso a respeito da questão metalúrgica, proferido em 1919, em Swansea, Simonsen reforçava o tipo de inserção primário-exportadora, de acordo com os padrões da época, o Brasil deveria perseguir, na divisão internacional do trabalho. "Nós viemos de um paiz reconhecidamente rico em minerios de toda sorte. Vós tendes a experiencia e o capital: nós, a materia prima e a ancia do progresso".[11]

Nos anos 1920, alguns eventos tiveram impacto importante na produção de Simonsen como intelectual. Em 1923-24, diante de dificuldades financeiras decorrentes do esquema de valorização do café de 1922, com a depreciação acelerada do mil-réis e o receio de

---

[9] MAZA, Fábio. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação*. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004, pp. 91-94.

[10] ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. *A Vitória da Razão (?) – O IDORT e a Sociedade Paulista*. São Paulo: Marco Zero, 1993, pp. 37-39.

[11] SIMONSEN, Roberto. "Missão à Inglaterra – F) A Industria Metalurgica. Palavras pronunciadas em Swansea, no Cameron Hotel, em agradecimento á saudação de F. W. Gilbertson, Presidente da Bolsa de Metaes de Swansea, a 14 de Agosto de 1919" (1919b), in: SIMONSEN, 1932, p. 85.

crise cambial, o governo do presidente Artur Bernardes tentou obter um empréstimo externo de 25 milhões de libras.[12] A casa Rothschild, no entanto, não se prontificou a conceder o crédito sem antes enviar ao Brasil uma missão financeira para avaliar as condições para efetuar a operação. A missão, que visitou o Brasil em 1924, foi chefiada pelo *money doctor* Edwin Montagu, a quem Simonsen destinou uma carta. Neste documento, Simonsen tentava convencer os credores britânicos de que o Brasil preenchia as condições necessárias para receber a quantia de recursos demandada pelo governo. Argumentava, contudo, que a solidez econômica brasileira não poderia basear-se somente na posição monopolista que o Brasil tinha no mercado internacional de café. A economia deveria diversificar-se em outros setores, tais como a produção de algodão e a manufatura. Simonsen defendia uma política de importação seletiva que privilegiasse máquinas, ferro, aço e carvão. Essa sugestão de política tinha um significado duplo: discriminar em favor de um perfil específico de importações era um meio de poupar divisas estrangeiras, de modo a conseguir fazer face aos compromissos externos como o empréstimo que se desejava contrair em Londres. Porém, os produtos escolhidos eram claramente insumos fabris, o que apontava para uma outra maneira de enxergar a economia brasileira, focalizando seu potencial de industrialização.[13]

Em 1928, foi fundado o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), num movimento em que os industriais paulistas romperam com a Associação Comercial de São Paulo e fundaram sua própria entidade representativa patronal. Essa ruptura tem sido vista pela historiografia como marco importante da autonomização dos interesses da burguesia industrial brasileira.[14] Na inauguração do CIESP, Simonsen proferiu um discurso que se tornou famoso como peça de defesa da industrialização do Brasil, num momento em que este processo não tinha a abrangência que ganharia nas décadas posteriores. O texto tinha como eixo a contestação da ideia de indústria artificial. Vale lembrar que a ideia de "indústria artificial" em sentido negativo existia desde as críticas à tarifa Alves Branco, ainda no período imperial, sendo retomada na Primeira República por figuras como Joaquim Murtinho. Esse caráter artificial era atribuído à indústria brasileira com o intuito de desqualificá-la, associando-a ao parasitismo, ao monopólio e

---

[12] Sobre a política econômica nessa conjuntura, ver: FRITSCH, Winston. "Apogeu e crise na primeira república", in: ABREU, 1990, pp. 52-53.

[13] SIMONSEN, Roberto. "Necessidade de Estabilização Cambial – Carta enviada á Missão Financeira Ingleza chefiada pelo Sir Edwin Montagu, a 8 de fevereiro de 1924" (1924), in: SIMONSEN, 1932, pp. 143-148.

[14] Sobre a cisão dos industriais paulistas em 1928, ver: PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994, pp. 135-136; CEPÊDA, Vera Alves. *Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2003, pp. 226-227.

à ideia de que produzia de forma ineficiente, encarecendo os produtos. Ao contestar a concepção de indústria artificial, Simonsen elencou cinco acusações, habitualmente direcionadas à indústria nacional: a) A indústria importava a matéria-prima do estrangeiro; b) Não contribuía para o enriquecimento do Brasil; c) Elevava o custo de vida da população, por produzir sob tarifas protecionistas; d) Deslocava braços e perturbava a mão de obra agrícola; e, e) Constituía um monopólio em favor de alguns poucos industriais.[15]

Em resposta a essas críticas, uma das estratégias adotadas por Simonsen foi recorrer ao exemplo da Inglaterra. Afirmou que, se a diferenciação entre indústria natural e artificial de fato fosse válida, a Grã-Bretanha não poderia ser considerada uma nação industrial, no sentido de possuir uma "indústria natural", dado que importava cerca de 65% das matérias-primas usadas como insumos, ao passo que o Brasil importava somente 20%. "O industrialismo na Inglaterra teve o seu grande desenvolvimento com o monopólio que soube criar de abastecimento industrial às suas colônias".[16] A origem dos insumos industriais era irrelevante: o mais importante era que o setor industrial tivesse um mercado no qual pudesse vender seus produtos. No que se refere ao enriquecimento nacional, Simonsen afirmou que a grande indústria trazia como corolário a melhoria dos salários, o barateamento relativo do produto, o enriquecimento social e o aumento da capacidade do consumo.[17] Além disso, a indústria traria a intensificação dos transportes e das relações comerciais. Nesse sentido, o protecionismo associado à indústria não seria empecilho ao fomento do comércio exterior.

Embora o nome de Friedrich List não tenha sido citado nesse discurso, a defesa nacionalista do protecionismo comercial tinha um teor de "agenda listiana". Simonsen considerava que não existia, de fato, um regime protecionista no Brasil e que, se havia tarifas aduaneiras altas, estas "respondem, porém, precipuamente antes a exigências do tesouro que a intuitos protecionistas".[18] Em sua visão, haveria falta – e não excesso – de protecionismo, num país cuja política tarifária, ainda que beneficiasse indiretamente setores industriais, era conduzida de acordo com as necessidades do Estado, cuja principal fonte de financiamento era o imposto de importação.[19] Ademais, Simonsen aliava sua defesa da indústria ao projeto de construção da nação. Em suas palavras, "a independência

[15] SIMONSEN, Roberto. "Orientação industrial Brasileira" (1928), in: SIMONSEN, Roberto. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. (org. Edgar Carone). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973, p. 56.
[16] SIMONSEN, 1928, p. 57.
[17] SIMONSEN, 1928, p. 57.
[18] SIMONSEN, 1928, p. 58.
[19] SIMONSEN, 1928, p. 58.

econômica de uma grande nação, seu prestígio e sua atuação política como povo independente no concerto das nações" só poderiam ser garantidos por meio da existência de "um parque industrial eficiente".[20]

Dois traços gerais podem ser identificados nos textos de Simonsen a partir dos anos 1920, marcando a passagem da fase ligada à modernização para a fase do pensamento econômico nacional. O primeiro, presente já no discurso de fundação do CIESP, era a ideia de que os interesses da indústria eram coincidentes com os da nação como um todo. O segundo era a interpretação do passado brasileiro por meio desse nacionalismo industrialista, desembocando numa abordagem histórica crítica que problematizava a colonização e o atraso econômico. Guiado por essa interpretação, Simonsen elaborou sua *História econômica do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1937, que oferecia, de forma pioneira, uma narrativa abrangente e detalhada dos aspectos especificamente econômicos da história do Brasil, do início da ocupação portuguesa no século XVI até a Independência em 1822. O livro Simonsen figura como obra de referência em várias estudos posteriores, na historiografia econômica brasileira. Porém, sua importância se estende também para o campo da teorização, isto é, da construção de um ferramental particular para se pensar a economia latino-americana. Celso Furtado, o principal representante brasileiro do método histórico-estruturalista, utilizou-se de *História econômica do Brasil* como ponto de partida importante na elaboração de seu clássico *Formação econômica do Brasil*, de 1959.[21]

O livro de 1937 serviu de material didático para o curso de história econômica do Brasil da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP-SP), ministrado pela primeira vez em 1936 pelo próprio Simonsen. Esta escola representava, de alguma maneira, um projeto alternativo ao da recém-fundada Universidade de São Paulo (USP). Entre as influências intelectuais de maior peso no projeto de fundação da USP estavam intelectuais de origem francesa, como Fernand Braudel, Pierre Monbeig e Claude Lévi-Strauss, ao passo que a ELSP foi estruturada basicamente por sociólogos norte-americanos, trazidos por Simonsen e por seus colegas para ensinar no Brasil.[22]

---

[20] SIMONSEN, 1928, p. 55.

[21] Celso Furtado referiu-se a Simonsen nos seguintes termos: "As cifras relativas à produção de açúcar na época colonial, que aparecem em obras de cronistas, visitas, informes oficiais portugueses e holandeses, bem como em trabalhos de estudiosos da matéria, nacionais e estrangeiros, foram cuidadosamente escrutinadas por Roberto Simonsen, *op cit.* Os dados que servem de base aos cálculos e estimativas que aparecem no texto foram todos colhidos na obra desse grande pesquisador da história econômica do Brasil". Ver FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* 34. ed. (1ª edição 1959). São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 77.

[22] A respeito da fundação e do projeto pedagógico da ELSP, ver: LIMONGI, Fernando. "A Escola Livre de Sociologia e Polítca em São Paulo", in: MICELI, Sérgio. *História das ciências sociais no Brasil.* São Paulo: Vértice/IDESP, 1989,

No discurso pronunciado por ocasião da fundação da ELSP, 1933, Simonsen afirmava que a história não se modifica violentamente: "Os costumes e os habitos dos povos só podem ser modificados pela acção lenta do tempo".[23] O idealismo "de um Robespierre" era claramente descartado como estratégia de mudança social, devendo prevalecer o progresso gradual, entendido como "a continua e harmonica conciliação do homem com a sociedade". O meio para se alcançar esse objetivo seria o predomínio da técnica como forma de organização da sociedade, isto é, a tecnocracia. A ELSP viria, portanto, suprir a lacuna, no meio universitário brasileiro, de cursos que capacitassem os profissionais "a uma efficiente atuação na vida social".[24] O discurso de Simonsen, publicado pelo jornal "O Diário de São Paulo" em 28 de maio de 1933 e posteriormente pelo próprio autor em brochura, foi uma tentativa de dialogar com as ciências sociais, em especial com a sociologia. O método que deveria prevalecer, como tendência a ser adotada pela sociologia, seria o das ciências naturais, isto é, "os methodos de observação e analyse cuidadosamente contrôlados".[25] Para Simonsen, o conhecimento deveria passar da fase das abstrações e generalidades para a fase da ciência, e desta para uma terceira etapa – a da técnica – em que a ciência se aplica, objetivamente.[26]

No campo da economia, a principal referência neste texto de 1933 era Friedrich List, que teria contribuído para que a economia política perdesse parte do seu caráter puramente acadêmico. Ao introduzir a "economia nacional", List teria mostrado, na visão de Simonsen, como o Estado atua na conduta dos indivíduos, por meio das leis e de sua política externa.

> O conceito de vida nacional teve uma influencia decisiva no desenvolvimento da economia politica e na applicação do methodo comparativo na historia economica; os typos abstractos com que se detinha a velha economia politica passaram a ser substituidos por tipos mais concretos.[27]

Nesse texto, a ênfase era no tipo de abordagem das ciências sociais a ser veiculado pela escola: seria, como foi visto, uma abordagem que se definia pela passagem do método generalista ao método objetivo e pela ênfase na aplicação. Para a economia política, essa passagem do generalismo acadêmico à ciência corresponderia, na concepção de Simonsen, à introdução da *nação* como categoria de análise principal, daí o mérito conferido a Friedrich List. Bem em linha com a ideia listiana de que entre a

---

pp. 218-219; sobre as influências da sociologia americana no pensamento de Simonsen, ver: CAVALIERI e CURADO, 2016.

[23] SIMONSEN, Roberto. *Rumo à verdade*. São Paulo: São Paulo Editora, 1933, p. 25.

[24] SIMONSEN, 1933, p. 27.

[25] SIMONSEN, 1933, p. 19.

[26] SIMONSEN, 1933, p. 20.

[27] SIMONSEN, 1933, p. 20.

humanidade como um todo e o indivíduo, existe a nação, Simonsen defendia que a economia política adotasse essa categoria como "tipo mais concreto".

Em seu curso de história econômica do Brasil, Simonsen aplicou a abordagem dos ciclos, já utilizada pelo historiador luso João Lúcio de Azevedo para estudar as fases da economia portuguesa. Essa interpretação cíclica para a economia colonial brasileira era coerente com o projeto industrialista de Simonsen. Os sucessivos ciclos de produção colonial – pau-brasil, cana-de-açúcar e mineração – haviam sido fontes de riqueza abundante, porém efêmera. Nesse esquema, a economia tinha bom desempenho enquanto o "produto-rei" encontrasse boa colocação no mercado internacional. Quando a demanda declinava, a economia entrava em crise e a riqueza, acumulada rapidamente, dilapidava-se em pouco tempo. Essa descrição da dinâmica da riqueza numa economia colonial carregava em si a ideia de que uma economia baseada na exportação de produtos primários seria, por natureza, instável e incapaz de superar o atraso e a pobreza. O fator que permitiria mudar essa condição "colonial" seria a introdução de manufaturas e de plantas industriais.[28]

Embora fosse um crítico das políticas coloniais portuguesas, por terem representado a exploração do Brasil em favor da metrópole, Simonsen elogiava as políticas "industriais" aplicadas pelo Marquês de Pombal, em meados do século XVIII, em Portugal: "Pombal resolveu actuar energicamente na economia portugueza, procurando libertal-a do jugo inglez e criando para Portugal fontes estaveis de enriquecimento".[29] O fato de as políticas adotadas pelo governo pombalino terem visado, no âmbito do Império português, a um aprofundamento da divisão do trabalho metrópole-colônia era convenientemente esquecido por Simonsen. O ponto central era que somente as manufaturas e a produção fabril poderiam criar fontes estáveis de riqueza, abrindo caminho para a superação do atraso e da pobreza e para uma posição internacional menos subordinada.

De maneira bastante esquemática, pode-se dizer que os principais tópicos em torno dos quais o pensamento de Simonsen gravitou nos anos 1930 e 1940 foram o protecionismo e o planejamento. Simonsen foi eleito à Assembleia Constituinte de 1933, sendo reeleito à Câmara dos Deputdos na legislatura seguinte: em ambos os casos, era representante dos industriais do estado de São Paulo. Defensor da proteção aduaneira à

[28] Sobre este ponto, ver: SAES, Flávio Azevedo Marques de. "Industrialização e desenvolvimento na perspectiva de duas gerações de pensadores brasileiros: Roberto Simonsen e Celso Furtado", in: COELHO, Francisco da Silva e GRANZIERA, Rui Guilherme. *Celso Furtado e a formação econômica do Brasil:* Edição Comemorativa dos 50 Anos de Publicação (1959-2009). São Paulo: Atlas, 2009.

[29] SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil.* (vol. 2). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 376.

indústria nacional, assumiu uma posição radical contra o Tratado Comercial Brasil-Estados Unidos de 1935. Durante o debate parlamentar, que terminou com a ratificação do acordo após intervenção direta de Getúlio Vargas, Simonsen propôs tarifas que favorecessen a indústria nacional e, conforme será detalhado na próxima seção, mencionou o conceito de economia nacional de Adolph Wagner como a melhor definição de economia disponível naquele momento. Simonsen justificava sua posição contrária ao tratado com base nos prejuízos acarretados para a "indústria nacional", em nome da qual Simonsen fora eleito deputado, no esquema de representação classista em vigor à época.

Com o golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo, Simonsen perdeu seu mandato, mas apoiou o novo regime. É interessante notar sua mudança de posição, com relação ao regime varguista, entre 1932 e 1937. Em 1932, ficara ao lado do movimento constitucionalista, chegando a participar da organização do Serviço de Cadastro Industrial, como parte do esforço de mobilização do parque fabril paulista para produzir munição e bens necessários ao abastecimento das tropas. Por ocasião da instauração do regime autoritário varguista, a posição de Simonsen já seria outra. Em texto de 1937, afirmaria que seu apoio ao golpe de Estado se justificava devido às condições de "insegurança e intranquilidade" presentes no país. Um outro fato, contudo, parece relacionado com essa mudança de posição. Eleito presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em 1937, Simonsen foi convidado a integrar o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), importante órgão da administração estatal getulista. Nesse sentido, o Estado nacional tornava-se uma arena política mais permeável aos interesses dos industriais – e a figura de Simonsen, em particular, era convocada a participar diretamente desse processo.

A posição política mais geral de Simonsen, do final da década de 1920 em diante, seria expressa em suas intervenções parlamentares, no debate com Eugênio Gudin e em vários outros textos publicados. Em poucas palavras, pode-se dizer que Simonsen rejeitava o liberalismo estilo *laissez faire*, opondo-se também a qualquer forma de socialismo ou comunismo. O Estado deveria, na concepção de Simonsen, atuar em nome da nação, e não de uma só classe. Esse nacionalismo, por sua vez, era derivado da perspectiva do líder industrialista: desenvolvimento nacional era quase um sinônimo de industrialização. Nos anos 1940, ganharia força nas propostas de Simonsen a ideia de que esse crescimento industrial só seria viável se planejado, nos moldes propostos por Landauer em seu período norte-americano, isto é, já sem o uso da terminologia ligada ao socialismo. Simonsen terminou sua carreira política como Senador, eleito por São Paulo em 1947, cargo que ocupava quando faleceu em 1948. No momento de sua morte,

Simonsen gozava de uma reputação bastante positiva, como intelectual e político ligado aos interesses da indústria, como atestam seus obituários.[30] Essa aura de grande homem, aliás, perduraria inclusive nas primeiras pesquisas históricas que se encarregaram de recuperar seu pensamento.[31]

A partir desse esboço da trajetória política e intelectual de Simonsen, é possível adiantar que seu investimento no estudo da história econômica nacional, como forma de entrar em temas de economia e de política econômica, foi um procedimento alinhado com as proposições metodológicas das correntes historicistas da economia política na Alemanha. Para além dos indícios de algum contato com as ideias de Schmoller, desdobrados abaixo, convém notar que o estudo da história servia ao propósito de relativizar a adequação de diagnósticos liberais e de propostas de política econômica livre-cambista ao Brasil, visando à proposição de uma estratégia desenvolvimento nacional (industrializante) específica para o Brasil. Ademais, a ideia de que o Estado nacional deveria ser o agente do processo de desenvolvimento econômico e social, numa perspectiva antiliberal, mas também visando à contenção de eventuais reivindicações sociais mais amplas, tinha afinidades com o projeto do socialismo de Estado. Nesse sentido, os principais representantes dessa vertente serão citados por Simonsen, como autoridades doutrinárias importantes, no debate parlamentar sobre o Tratado Comercial, em 1935.

9.2. O debate comercial: socialismo de Estado e "economia nacional"

As ideias de Simonsen sobre o protecionismo foram influenciadas por Friedrich List, bem como pelo economista romeno Mihail Manoilescu, cujo livro *Teoria do protecionismo e permuta internacional* foi traduzido e publicado pelo CIESP em 1931, com prefácio de Roberto Simonsen.[32] Em palestra proferida neste mesmo ano, Simonsen mencionou Friedrich List como importante fonte de inspiração:

> List delineou o enriquecimento e a industrialização na Allemanha prégando a abolição das tarifas aduaneiras entre os trinta e nove estados que vieram a formar o Imperio Allemão, e a criação de barreiras proteccionistas para o exterior indispensaveis á formação industrial na sua phase incipiente.[33]

---

[30] Ver *Folha da Manhã*, 26/05/1948.

[31] Como exemplo desses trabalhos ligados a uma visão encomiástica da obra de Simonsen, ver: LIMA, Heitor Ferreira. *Mauá e Roberto Simonsen: dois pioneiros do desenvolvimento*. São Paulo: Edaglit, 1963.

[32] Para um estudo das conexões entre Manoilescu, na Romênia, e o contexto brasileiro, ver: LOVE, 1996.

[33] SIMONSEN, Roberto. "As finanças e a indústria – Conferência no Mackenzie College" (1931), in: SIMONSEN, 1932, p. 248.

A referência a List era seguida de uma manifestação clara em favor do protecionismo alfandegário, como forma de apoiar as indústrias nacionais, fragilizadas pela crise econômica mundial dos anos 1930. Assim como a Alemanha fizera em finais do século XIX, o Brasil deveria reduzir impostos interestaduais e elevar as tarifas externas. Simonsen opunha-se, sobretudo, à reivindicação de que se mantivesse a orientação fiscal das tarifas, suprimindo seu caráter protecionista. A permanecer esse tipo de política de orientação fiscalista, aumentariam os mercados externos para o café brasileiro, permitindo que crescessem as importações de produtos industriais. Simonsen considerava este argumento não apenas ingênuo, pois nações industrializadas como Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos estavam aplicando políticas protecionistas para se defender da crise em curso no início dos anos 1930, mas, também, perigoso, por direcionar a opinião pública nacional contra as indústrias.[34] Esse tipo de argumento de cunho livre-cambista, Simonsen reconhecia, não era uma exclusividade do Brasil, sendo inclusive defendido pela maioria dos economistas, o que colocava o protecionismo na defensiva.

Em seguida, Simonsen declarou-se afiliado ao protecionismo "científico" de Manoilescu. Nesta mesma palestra, utilizou-se de dados compilados pelo economista russo-americano Wladimir Woytinsky, como meio para provar o argumento de que a indústria seria, em geral, mais produtiva do que os setores primários. Dessa constatação derivava a noção de que, como atividade econômica mais produtiva, a indústria deveria ser incentivada, em economias atrasadas, de forma a elevar a "produtividade nacional" e, por conseguinte, o "lucro nacional" dessas economias. Na argumentação de Simonsen, List seria o ideólogo, o formulador do protecionismo, ao passo que Manoilescu cumpria o papel de fornecer uma justificativa mais científica, mais bem-fundamentada, para essa doutrina.

O uso dos dados relativos à "renda da indústria", comparada à "renda da agricultura", em alguns países certamente foram retomados por Simonsen a partir do livro de Manoilescu, que utilizara, ele próprio, os dados de Woytinsky.[35] Essa apropriação de referências estrangeiras tinha um claro sentido político: interessava a Simonsen buscar argumentos que pudessem embasar sua posição com relação à política de comércio exterior que considerava adequada ao Brasil, bastante aliada com a "agenda listiana" de proteção às manufaturas e de elevação das forças produtivas nacionais. Simonsen não

[34] SIMONSEN, 1931, pp. 248-249.

[35] Sobre as sintonias entre Simonsen e Woytinksky, mediadas pela obra de Manoilescu, ver: BRUZZI CURI, Luiz Felipe e SAES, Alexandre Macchione. "Cuestionando las ortodoxias: Roberto Simonsen y Wladimir Woytinsky en el ambiente intelectual del período de entreguerras", in: *Investigaciones de historia económica*, vol. 11, n. 3, 2015.

hesitaria, entretanto, em integrar a seu discurso ideias de outros pensadores, que corroborassem essa perspectiva.

Outro texto no qual há evidência do contato de Simonsen com tradições germânicas de pensamento econômico é *Aspectos de política econômica nacional*, escrito como intervenção parlamentar a ser lida na Câmara dos Deputados, no contexto dos debates em torno da ratificação do Tratado Comercial Brasil-Estados Unidos, em 1935. O texto pode ser encontrado nos Anais da Câmara dos Deputados e foi publicado pelo próprio Simonsen em separado, em português e em inglês, provavelmente como forma de tornar os argumentos contrários ao tratado disponíveis não só para o público interessado brasileiro, mas possivelmente também para autoridades norte-americanas encarregadas da negociação do acordo. Vale ressaltar que, embora se apropriasse das linhagens alemãs de pensamento econômico, Simonsen não era um "germanófilo", à maneira de adeptos do "pensamento nacionalista autoritário", como Francisco Campos, por exemplo.[36] Longe de vislumbrar nos arranjos políticos nazifascistas uma possível alternativa para o Brasil, Simonsen era favorável às boas relações diplomáticas Brasil-EUA e considerava os Estados Unidos como exemplo a ser seguido, por exemplo, no caso das medidas protecionistas aplicadas em diversas ocasiões, vistas neste texto de 1935 como fundamentais para o desenvolvimento industrial norte-americano. A publicação do texto em duas línguas pode ser vista também como uma tentativa, por parte de Simonsen, de diferenciar sua agenda de política econômica – contrária a um acordo considerado desfavorável aos interesses que defendia – de uma atitude político-ideológica antiamericanista.

Na seção introdutória de seu discurso, chamada "Economia Nacional", Simonsen indicou a linhagem de pensamento econômico com a qual seus argumentos estavam em sintonia. Iniciou a exposição criticando a suposta interdependência entre liberalismo político e teorias livre-cambistas. Em seu raciocínio, o livre comércio aproximava-se da noção de desordem, de ausência de regulação: seria a lei dos economicamente mais fortes e mais bem organizados, que dominariam os outros de maneira despótica. Já o liberalismo político implicava a igualdade de direitos entre os indivíduos e, em sentido geopolítico, respeito pelos direitos políticos de cada nação. Simonsen reconhecia os méritos de Adam Smith, mas atacava seus seguidores, por idolatrar o liberalismo clássico e ignorar as

[36] Para um estudo do pensamento nacionalista autoritário, ver: FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Acerca dos debates parlamentares e grupos de interesse em torno do Tratado Comercial Brasil-Estados Unidos de 1935, ver: LIMA, Danilo Barolo Martins de. A hegemonia como processo: elite burocrática, ideias econômicas e a conformação de grupos de interesse sobre o Tratado de Comércio Brasil-EUA (1935)" , in: *História econômica & História de empresas*, v. 16, n. 2, 2013.

disfunções que o livre comércio poderia trazer às atividades econômicas levadas a cabo no âmbito de cada economia nacional.

Em seguida, Simonsen descreveu o tipo de pensamento econômico que favorecia, referindo-se a "professores socialistas" cujas ideias estariam mais de acordo com a realidade do que aquelas defendidas por economistas liberais. Karl Rodbertus foi elogiado como pensador que havia colocado a concepção smithiana de divisão do trabalho em termos corretos, "procurando resaltar o seu aspecto social, o fundamento organico dos Estados, o seu processo de formação historica e o preponderante papel que lhe estava reservado no exercicio dos direitos sociaes".[37] O próximo autor mencionado foi Friedrich List e os adeptos de "sua escola", que haviam associado seu conceito de economia nacional com a existência de nações, entidades distintas, cada uma das quais resultando de um processo determinado de formação histórica. [38]

Simonsen continuou essa argumentação apontando que a evolução dos estudos demonstrara que a divisão do trabalho operava de maneira social: quanto mais civilizada uma nação, maior a divisão interna do trabalho. O resultado dessa evolução seria aquilo que os economistas vieram a entender como "economia nacional", cujo objetivo era, no dizer de Simonsen, satisfazer as necessidades dos países, dos grupos sociais e dos indivíduos que os compõem. Simonsen concluiu essa introdução teórico-doutrinal com uma referência a Adolph Wagner, que entrou neste discurso como aquele que melhor definira o conceito de economia nacional: "Foi Adolph Wagner, em seus 'Fundamentos de Economia Política', quem primeiro e melhor estabeleceu o conceito da economia nacional, de capital nacional e da renda nacional".[39] Segundo Simonsen, essa concepção de Wagner teria, nesse contexto, validade universalmente reconhecida.

Essa proposição de que Wagner foi o pioneiro do conceito de economia nacional tem um caráter retórico e ligado ao teor do texto em questão – uma intervenção parlamentar em defesa de interesses específicos. Vale destacar, nessa apropriação do conceito de economia nacional, que Simonsen se interessava pelo sentido adquirido pela ideia de *Volkswirtschaft* ou de *Nationalökonomie* nas últimas décadas do século XIX, com pensadores ligados ao socialismo de Estado e à jovem escola histórica. Era a economia nacional, em conotação organicista e nacionalista, distante da *Nationalökonomie* dos "smithianos alemães" do início do Oitocentos. É incontornável a comparação com a apropriação do mesmo conceito feita por Rui Barbosa, algumas décadas antes. Rui

[37] Anais da Câmara dos Deputados, v. XVI (11/09/1935), pp. 266-267
[38] Anais da Câmara dos Deputados, v. XVI (11/09/1935), p. 267.
[39] Anais da Câmara dos Deputados, v. XVI (11/09/1935), p. 267.

traduzira o termo *Volkswirtschaft*, em citação de Adolph Wagner, como "economia social", distanciando-se dessa conotação nacionalista, muito embora adotasse certas proposições de Wagner em seus textos sobre política monetária e fiscal. Essas diferentes formas de leitura – e tradução – do mesmo conceito germânico, determinadas pela conjuntura histórica e política, constituem um exemplo da "originalidade das apropriações", que o estudo da disseminação internacional de ideias permite revelar. Ora, ressaltar a importância de uma concepção teórico-metodológica que conceituava a economia de um ponto de vista nacionalista era bastante funcional para o discurso de Simonsen em 1935. Os três autores alemães mencionados – List, Rodbertus e Wagner – foram apresentados como representantes de uma corrente de pensamento econômico "realista e atual" e suas ideias foram mobilizadas para dar legitimidade intelectual à ideia de que o Brasil não deveria ratificar o Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos.

Conforme examinado no capítulo 3, a obra de Rodbertus circulou no Brasil, em versão francesa. Seu livro *Das Kapital* (ou *Le capital*) continha um esboço da teorização de Rodbertus acerca das crises econômicas, causadas por disfunções inerentes à economia de livre mercado, e não pela avareza dos capitalistas, como postulava o antagonista de Rodbertus em sua exposição. A ideia de Rodbertus era de que a participação dos salários na renda total da economia tendia a reduzir-se com o tempo, ao passo que a produtividade poderia crescer sem limites. A causa desse desequilíbrio era que, a prevalecer o princípio do livre mercado nas negociações relativas ao trabalho, os capitalistas tenderiam a pagar salários de subsistência. A desproporção, portanto, entre ganhos de produtividade e participação salarial levaria a crises de subconsumo. Rodbertus era a favor da redistribuição de renda, por meio da intervenção estatal, com vistas a coibir essas tendências disfuncionais da economia de mercado.[40]

Em seu discurso parlamentar, Simonsen mencionou Rodbertus como um economista que entendia a importância do Estado e via a questão da divisão do trabalho de uma perspectiva nacional-estatal. Isso estava de acordo com aquilo que Rodbertus expusera em *Le capital*. Nesse sentido, a ideia de que os problemas econômicos deveriam ser resolvidos por meio do recurso à iniciativa estatal, e não pela livre ação do mercado, estava no núcleo daquilo que Simonsen defendia como alternativa à ratificação do Acordo Comercial em 1935. Sua proposta era a criação de um "Instituto Nacional de Exportação", que reorganizaria o comércio externo brasileiro, não somente por meio de tarifas aduaneiras, mas por meio do fomento à produção e da regulação do uso de divisas

[40] RODBERTUS, 1854 [1971], pp. 38-39. Ver, também, o capítulo 3 deste trabalho.

estrangeiras. As importações só deveriam realizar-se se houvesse o devido recurso para pagá-las, sendo reguladas por meio de créditos do Banco do Brasil. Na ordem de preferência das importações, deveriam prevalecer: matérias-primas para a indústria, trigo, combustíveis e produtos farmacêuticos.[41] O incremento das exportações não deveria passar por um acordo comercial que concedesse aos Estados Unidos a cláusula de nação mais favorecida, mas, sim, pela organização interna, consubstanciada na ideia do Instituto Nacional de Exportação e em arranjos institucionais, no âmbito da máquina estatal.

No que tange a Adolph Wagner, Simonsen mencionou o livro "Fundamentos de economia política", sem mais informações sobre edição ou tradução. Trata-se, muito provavelmente, do manual de economia política que Wagner produziu a partir do livro de Karl H. Rau, conforme examinado no capítulo 5. O livro-texto recebeu uma edição bastante modificada em 1893 e 1894, já tomando a forma de um trabalho de Wagner – e não do autor inicial, Rau. Em 1909, foi publicada uma tradução francesa do manual, com o título *Les fondements de l'économie politique*, que circulou no Brasil, sendo provavelmente a edição acessível a Simonsen neste momento. Embora Simonsen só tenha fornecido o título do livro, sem citar trechos específicos desse trabalho bastante abrangente, é possível afirmar que, para além da apropriação do conceito de economia nacional, a visão de Simonsen sobre comércio exterior também estava alinhada com a abordagem de Wagner em seu livro-texto.

As considerações de Wagner a respeito do comércio internacional, em seu manual, eram moderadas, no sentido de que não procurava, desconstruir completamente os argumentos propostos pelos economistas liberais, como fizera Friedrich List. Wagner procurou, contudo, relativizar a ideia ricardiana de que o livre comércio necessariamente beneficiaria todas as partes envolvidas. Não havia, em sua concepção, justificativas absolutas para o liberalismo, somente relativas. Wagner recorreu à história para argumentar que o desenvolvimento de uma economia nacional, na conotação organicista, poderia impedir o crescimento de outra, se elas estivessem integradas do ponto de vista comercial. O exemplo era os Estados Unidos pós-Guerra Civil: as dimensões assumidas pela economia americana poderiam influenciar várias nações, tomando-lhes mercados e competindo com seus produtos. Outro argumento que reduziria possíveis benefícios do livre comércio era a incerteza: a oferta de certos insumos essenciais não é segura, se eles são importados. Neste caso, o exemplo histórico era a *cotton famine*, ou carência de algodão, que afetara a indústria têxtil britânica durante o período da Guerra Civil nos

[41] *Anais da Câmara dos Deputados*, v. XVI (11/09/1935), p. 273.

Estados Unidos, devido à dificuldade para importar o produto.[42] Em síntese, não havia garantia teórica de que o comércio internacional trouxesse benefícios a ambas as partes envolvidas, por mais que essas economias tivessem estruturas produtivas bastante diferentes. Nas palavras de Wagner:

> A teoria radical do livre-comércio não considera suficientemente, na sua defesa da justeza absoluta da política livre-cambista para todos os países e em todo tempo, o caráter puramente *relativo*, para a economia universal, dessa justificativa que se fundamenta no *grau diferente de desenvolvimento* das economias nacionais.[43] (grifos de Wagner)

Simonsen buscou dar corpo a essa ideia da inadequação do livre comércio, ao menos em alguns contextos específicos, por meio de digressões históricas. Na parte final de sua intervenção parlamentar, Simonsen fez uma descrição histórica das políticas comerciais aplicadas pela França, Inglaterra e Estados Unidos, para mostrar que esses países foram protecionistas sempre que houve necessidade de defender suas economias nacionais. Nesse contexto de início da década de 1930, vale lembrar, o mundo vivia o fim de uma era de organização liberal do sistema monetário, baseada no padrão-ouro e na confiança nesse sistema metálico. Na esteira da Grande Depressão, vários países romperam o padrão-ouro e estavam praticando desvalorizações cambiais competitivas, com o intuito claro de defender suas exportações e proteger suas respectivas economias nacionais. Esse movimento foi um dos fatores que minaram a confiança nesse tipo de organização do sistema monetário internacional.[44]

A ênfase dessas descrições históricas recaía sobre a política comercial norte-americana, que, segundo Simonsen, era claramente orientada para a defesa dos interesses nacionais do país. Os norte-americanos haviam agido da maneira correta: o ponto de vista da economia nacional deveria prevalecer sobre o ponto de vista cosmopolita, assim como postulara Adolph Wagner, em sua comparação entre a economia fisiocrático-smithiana e a economia nacional-mercantilista. Equivocada era, para Simonsen, a política comercial brasileira que, em contraste, se orientava pelo livre-cambismo, em detrimento da defesa dos interesses das indústrias nacionais.

A ideia, cara a Wagner e aos socialistas de Estado de forma mais ampla, de que a economia nacional não era resultado da junção de muitas economias individuais, mas, sim, o resultado de um processo de evolução no qual o Estado tinha papel central não apenas nessa intervenção parlamentar de Simonsen, na qual Wagner e Rodbertus foram mencionados diretamente. Era uma ideia-força que permeava o conjunto da produção

---

[42] WAGNER, 1909, p. 37.
[43] WAGNER, 1909, p. 37.
[44] Ver, sobre este tema: EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital.* São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 127.

intelectual simonseniana, a partir do final dos anos 1920. Logo no início de sua *História econômica do Brasil*, na parte correspondente à aula inaugural, ministrada na Escola Livre de Sociologia e Política em 8 de abril de 1936, Simonsen afirmaria que o objetivo do livro seria contribuir para a construção de uma consciência nacional. Nas palavras de Simonsen, os povos que se encontravam na vanguarda do progresso haviam se tornado independentes "de uma desorganização que os estiolava; e a primeira manifestação de sua força foi a fixação de uma consciência nacional de suas próprias aspirações e necessidades".[45] A principal contribuição de Simonsen para a historiografia, objeto da próxima seção, estava, portanto, permeada por esse projeto de construção de uma economia nacional, na conotação dada pelo socialismo de Estado e pela jovem escola histórica, em finais do século XIX. Nesse sentido, não seria exagero afirmar que a apropriação dessa conceituação de "economia nacional" – em tradução diferente da de Rui Barbosa e mais fiel à conotação do termo *Volkswirtschaft* em seu contexto – foi uma das bases conceituais da empreitada intelectual de Simonsen.

9.3. A *História econômica do Brasil* (1937) e apropriações de Gustav Schmoller

Gustav Schmoller foi outro pensador alemão, alinhado a essa forma de conceituação da economia nacional, cujas ideias foram integradas em textos produzidos por Simonsen. Antes de entrar nos indícios de apropriação em si, vale mencionar a definição de economia nacional dada por Schmoller em seu livro-texto: *Grundriss der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre* (*Princípios da economia geral*), publicado pela primeira vez em 1900 (volume I) e 1904 (volume II). Na introdução ao livro, Schmoller definiu a economia nacional (*Volkswirtschaft*) nos seguintes termos: "o sistema de processos e eventos econômicos-sociais da nação; um sistema pensado e efetivo como totalidade, um sistema governado pelo espírito nacional unitário e por razões materiais unitárias".[46] Embora Wagner seja sido visto, nos termos do capítulo 4, como um socialista de Estado, por sua pouca identificação com o projeto metodológico historicista, havia clara afinidade entre sua forma de pensar a economia nacional e a definição schmolleriana do termo.

Schmoller desenvolveu essa definição a partir de uma comparação entre as origens gregas da palavra "economia" (de *oikos*, no sentido de casa, propriedade privada) e a palavra germânica *Wirt*, uma palavra para "homem da casa", anfitrião, "proprietário de

[45] SIMONSEN,1937 (vol. 1), pp. 53-54.
[46] SCHMOLLER,. Gustav. *Grundriss der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre*. Munich and Leipzig: Duncker & Humblot, 1900, p. 6.

um negócio".[47] De *Wirt*, deriva *Wirtschaft*, uma ideia bastante ampla, que significaria atividade econômica em sentido geral, em sentido macroeconômico, mas também em sentido privado, como a atividade exercida por pequenos negócios como uma taberna ou uma fazenda. O radical *Volk* significa, literalmente, povo, mas também é usada no sentido de nação. Ao comparar as duas etimologias, Schmoller certamente buscava enfatizar o caráter nacionalista, organicista, de sua definição. Muito embora a origem do termo alemão estivesse ligada à recepção da obra *A riqueza das nações*, de fato a presença do radical *Volk* fazia com que o termo se prestasse a essa proposição de que se tratava de uma forma de ver a economia comprometida com a "totalidade" ou o espírito nacional unitário. Simonsen não chegou a discutir a definição schmolleriana de economia nacional, mas incluiu argumentos de Schmoller em seu livro *História econômica do Brasil*: de toda forma, tratava-se de um pensador alinhado com aquela concepção de economia nacional que defendera em 1935.

Simonsen mecionou Schmoller em três ocasiões, em seu livro de 1937, mas não fez citações bibliográficas. Os indícios apontam para a parte do *Grundriss* dedicada à divisão do trabalho como fonte provável das assimilações de Simonsen. Muito provavelmente, Simonsen tinha acesso somente à tradução francesa do livro de Schmoller. Com boa recepção nos países de língua alemã, o livro recebeu uma nova edição revista, em seu idioma original, em 1923. A edição francesa – *Principes d'économie politique* – foi publicada em 1905, em Paris; em 1908, Schmoller orgulhava-se de que 6000 exemplares de seu livro estavam circulando pelo mundo por meio da tradução ao francês. De alguma forma, Schmoller estava correto ao imaginar que estava atingindo um público mais amplo: o francês era língua de divulgação científica nesse contexto, de modo que a inexistência de uma tradução inglesa não era problema sério para a disseminação de seu trabalho, mesmo no mundo anglo-saxão. Para além do francês, o alemão era língua de referência para norte-americanos interessados em economia, no final do século XIX e início do século XX. Somente após a Segunda Guerra Mundial, a fluência em línguas estrangeiras perderia importância como requerimento para a qualificação doutoral em universidades americanas.[48]

Os *Principes* de Schmoller circularam no Brasil, como atestam vários exemplares do livro existentes ainda hoje em bibliotecas acadêmicas. Vale lembrar ainda que a editora parisiense que publicou a tradução da obra de Schmoller, Giard & Brière, desempenhou papel importante na difusão do pensamento econômico alemão no Brasil: não somente o

[47] SCHMOLLER, 1900, p. 6.
[48] Sobre a história editorial do livro de Schmoller, ver: BACKHAUS, 1989.

livro de Schmoller, mas também textos de Rodbertus e Wagner, aos quais Simonsen se referiu, foram publicados pela Giard & Brière. Há evidência de que Rui Barbosa, Francisco Simch e possivelmente Amaro Cavalcanti dominavam o alemão, mas outros personagens estudados aqui, como Vieira Souto e Roberto Simonsen, decerto tiveram contato com as ideias de origem germânica por via indireta ou a partir de traduções – e as mais comuns eram as francesas. A importância da editora não se restringiu à disseminação do pensamento alemão examinado nesta tese: também contribuiu para a difusão de ideias socialistas que vieram a influenciar pensadores brasileiros de esquerda, sobretudo a partir da fundação do PCB nos anos 1920. De fato, seu catálogo incluía uma lista extensa de títulos em campos como economia, estudos socialistas e direito (público e privado).[49]

A primeira menção feita por Simonsen a Gustav Schmoller em seu livro de 1937 foi uma alusão generalista, na seção introdutória, em que Simonsen procurava delimitar o campo da história econômica. Simonsen exortava os brasileiros a prestar mais atenção à disciplina, já que seu estudo poderia trazer vantagens reais ao país, mas observava que, mesmo no estrangeiro, os historiadores e economistas só haviam se dedicado à história econômica recentemente. "No seculo passado, Cunningham, na Inglaterra, Schmoller e Knapp na Allemanha, Fustel de Coulanges, na França, já accentuavam a inter-relação existente entre a historia economica e a historia politica".[50] A menção a Schmoller veio acompanhada da referência ao nome de Georg Friedrich Knapp, economista alemão mais famoso por sua teoria monetária – que associava o valor do dinheiro ao papel do Estado – do que por trabalhos propriamente históricos. Simonsen não voltou a mencionar Knapp em seu trabalho, motivo pelo qual os parágrafos seguintes se concentram nas apropriações de Gustav Schmoller.

A segunda referência a Schmoller está mais inserida no desenvolvimento de um argumento de natureza histórica. No quarto capítulo do livro "Políticas Coloniais", Simonsen discutiu as estratégias iniciais utilizadas pelos portugueses para se estabelecerem definitivamente e conquistarem as terras recém-descobertas na América do Sul, até então inexploradas pelo colonizador europeu. A estrutura administrativa implantada na colônia era baseada nas capitanias hereditárias: imensas extensões de terras concedidas a particulares, os capitães donatários, que eram nobres portugueses encarregados de colonizar o território e administrá-lo em nome da coroa. Em sua descrição das capitanias, Simonsen entrou num debate sobre o caráter feudal ou capitalista

[49] Sobre a importância da editora Giard & Brière para a circulação de ideias no Brasil, ver: PERICÁS, Luiz Bernardo. "José Carlos Mariátegui e o Brasil", in: *Estudos avançados*. (digital), vol. 24, n. 68, 2010, p. 348.
[50] SIMONSEN, 1937 (vol. 1), p. 38.

do regime de colonização por capitanias hereditárias. Foi no intuito de questionar a tese de historiadores brasileiros oitocentistas, como Varnhagen, de que as donatarias eram uma espécie de feudalismo, que Simonsen fez a referência a Schmoller.[51]

Sem recursos suficientes para custear a ocupação das novas terras, o rei teria concedido parte de seus direitos políticos aos capitães-donatários em troca dos riscos que estes correriam ao lançar-se à empresa colonizadora. O objetivo da Coroa era, contudo, assegurar para si os dízimos, monopólios comerciais e demais formas possíveis de auferir renda. Também para os donatários e colonos "o fito de lucro era a causa primordial da vinda para o Brasil".[52] Sendo assim, não se poderia atribuir a essa economia colonial o caráter de feudal, pois, no sistema medieval, as remunerações eram pagas de acordo com a função social das classes, que eram estanques, não havendo o "fito de lucro". Ademais, a conquista do Brasil, a partir de 1500, estaria inserida no contexto da expansão marítima portuguesa, cujo móvel era a busca de riquezas, num contexto já não feudal.

Desse modo, para Simonsen, embora o regime de capitanias evolvesse a concessão de uma espécie de "dom" ou "feudo" a certos homens nobres por parte da coroa, do ponto de vista econômico não se tratava de feudalismo. Aqui recorreu a Schmoller para caracterizar a economia feudal: "As trocas se realizavam atravez de uma divisão de profissões pre-estabelecidas. Dahi o dizer de Schmoller, que a divisão de trabalho na Idade Media é uma divisão profissional e social".[53] Simonsen opunha a essa lógica medieval aquela que guiava o regime de colonização da América portuguesa: muito embora pertencentes a uma aristocracia, os donatários eram, afinal, movidos pelo interesse de aumentar sua riqueza e dilatar sua influência econômica. Ademais, Simonsen comparava a concessão de capitanias a políticas de subsídio público, como práticas de fomento à empresa, em sentido capitalista.[54]

Embora Simonsen não tenha fornecido indicações precisas sobre a fonte do argumento de Schmoller sobre a economia medieval, é possível rastrear essas ideias no "Livro 2" de seu *Grundriss*, que circulou no Brasil como *Principes d'économie politique*. Esse segundo livro chamava-se "A constituição social da economia nacional (*Volkswirtschaft*). Suas origens, seus órgãos e sua situação corrente"; seu capítulo 4

[51] Varnhagen argumentava que apesar de, na Europa, os reais já estarem a esta altura (século XVI) tomando poder em detrimento dos nobres, ficara provado que a colonização por meios feudais havia sido a mais profícua para países quase ermos, como fora boa parte da Europa medieval – e o Brasil quando do início da colonização. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (Visconde de Porto Seguro). *Historia geral do Brazil antes de sua separação e independência de Portugal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877. Em meados do século XX, esse debate historiográfico seria reposto pelo marxismo, na chamada controvérsia dos modos de produção.
[52] SIMONSEN, 1937 (vol. 1), p. 125.
[53] SIMONSEN, 1937 (vol. 1), p. 125.
[54] SIMONSEN, 1937 (vol. 1), p. 126.

intitulava-se "A divisão econômica e social do trabalho".[55] No início do capítulo (seção 113),[56] Schmoller definiu seu conceito de divisão do trabalho e explicou que dividiria o tópico geral em temas e cada tema seria tratado do ponto de vista histórico. Esses três temas eram: primeiro, divisão familiar do trabalho; segundo, divisão profissional e social do trabalho; terceiro, a separação da indústria com relação à economia familiar e agrícola.[57]

Ao apresentar o segundo tema geral, Schmoller fizera uma afirmação bastante similar àquela feita por Simonsen:

> Este tema é relacionado à separação do trabalho superior e inferior, do trabalho intelectual e mecânico. É essa parte da divisão do trabalho que cria a separação entre classes aristocráticas, governantes, de um lado, e as classes servis, governadas, de outro. Chamo isso de divisão *social e profissional* do trabalho (itálicos de Schmoller).[58]

Era parte do método de Schmoller investigar as origens dos fenômenos econômicos, suas formas prévias e sua evolução rumo a seu estágio atual: a divisão do trabalho, nesse sentido, não era uma exceção. A explicação esquemática para a origem desse fenômeno era também evolucionária: a divisão familiar do trabalho correspondia aos tempos primitivos, a divisão "social e profissional" era associada à Idade Média e a divisão econômica ou industrial estaria ligada aos tempos modernos. Simonsen utilizou-se do argumento schmolleriano para caracterizar o estágio feudal da divisão do trabalho, o qual, em sua concepção, era alheio à lógica da economia brasileira no período colonial.

A outra referência feita por Simonsen a Schmoller, também relacionada à questão do trabalho, foi no sexto capítulo de *História econômica do Brasil*, "A mão de obra servil no período colonial", onde Simonsen tratou da escravidão em geral e da forma específica que assumiu no Brasil. A escravidão brasileira era, para Simonsen, resultante da mentalidade da época moderna – havia escravos no Portugal da época e nas possessões atlânticas – e do primitivismo do ameríndio, inepto ao trabalho sedentário. O uso do trabalho forçado surgira, então, como "imperativo econômico inelutável":[59] sem ele, não teria sido possível o empreendimento colonial. A escravidão negra – e não "vermelha" – também era tomada como necessária, seria uma mão-de-obra mais "apta" do que a indígena, corroborando as concepções racistas, comuns à historiografia herdada por Simonsen, de que o indígena não tinha "compreensão da necessidade do trabalho" ao

---

[55] SCHMOLLER, Gustav. *Principes d'économie politique*. Paris: V. Giard & E. Brière, 1905, p. 597.
[56] O *Grundriss* de Schmoller foi dividido em quatro livros e 276 seções, numeradas de forma ininterrupta do início do Livro 1 ao final do Livro 4..
[57] SCHMOLLER, 1900, pp. 345-349; SCHMOLLER, 1905, pp. 250-260.
[58] SCHMOLLER, 1900, p. 349; SCHMOLLER, 1905, p. 259.
[59] SIMONSEN, 1937 (vol. 1), p. 191.

passo que o negro mostrava-se "capaz de supportar as vicissitudes do labor".[60]

Como fez com a maioria dos assuntos abordados, Simonsen procurou quantificar: o número de escravos importados era estimado por meio do cotejo de estimativas de autores como Varnhagen e o padre Vieira e de cronistas, como Saint-Hilaire e Humboldt.[61] Simonsen agregou as demandas por cativos, até a extinção do tráfico em 1850, referentes às rubricas: açúcar, café, mineração e "outros misteres", chegando a um total de 3.300.000 escravos importados.[62] No final do capítulo, Simonsen traçou uma comparação entre o trabalho na Europa e no Brasil. O argumento que procurava defender era que, mesmo que a Europa estivesse numa transição da servidão para o trabalho livre, as condições dos trabalhadores não eram tão melhores do que as dos escravos na América do Sul, pois o processo de transição era bastante *lento*. Ademais, Simonsen asseverava, mesmo em regiões europeias onde a transição já se concluía, as condições de trabalho no capitalismo desse contexto eram tudo menos saudáveis.[63]

A fim de reforçar o argumento, Simonsen apontou: "Schmoller tem, pois, toda razão quando diz que 'a liberdade do trabalho *começa lentamente* em 1500 e só triunfa de um modo absoluto no período de 1789 a 1870' ".[64] A despeito das aspas, Simonsen uma vez mais omitiu a fonte dessa afirmação. Novamente, há evidência para crer que essa ideia foi tirada do *Grundriss*, em passagem do livro próxima ao trecho anterior, indicando que Simonsen concentrou sua apropriação do livro-texto de Schmoller na parte relativa à divisão do trabalho no contexto da constituição l da economia nacional (Livro 2, capítulo 4). A seção 117 do *Grundriss* chamava-se "A origem da nova condição dos trabalhadores livres": nesta parte, Schmoller apresentou o argumento referido por Simonsen, com os mesmos marcos cronológicos.

A ideia de Schmoller era que a emergência do trabalho livre, como realidade social e como contrato, não fora um evento natural: fora um longo processo, que demandara reformas institucionais e mudanças de mentalidade para acontecer. Schmoller iniciou a seção lembrando que alguém que acreditasse que o princípio da liberdade, ao atribuir livre iniciativa a cada indivíduo, poderia possivelmente ter superado os conflitos de classe, não estaria em condições de compreender as modernas relações de trabalho.[65] Continuou o

---

[60] SIMONSEN, 1937 (vol. 1), p. 200.
[61] Desses autores, cujas obras Simonsen não cita, foi possível identificar que Varnhagen frequentou a biblioteca de Simonsen: pertence à Coleção Roberto Simonsen a sua *História Geral do Brasil*, editada em São Paulo pela Melhoramentos.
[62] SIMONSEN, 1937 (vol. 1), p. 205.
[63] SIMONSEN, 1937 (vol. 1), pp. 212-214.
[64] SIMONSEN, 1937 (vol. 1), p. 213.
[65] SCHMOLLER, 1900, p. 365; SCHMOLLER, 1905, p. 294.

argumento, afirmando que se se tem uma compreensão histórica das coisas, "entende-se que, embora o trabalho livre assalariado seja em princípio um grande progresso, apenas lentamente e depois de muitas reformas ele pôde tornar-se uma instituição satisfatória".[66] Schmoller desenvolveu seu argumento, explicando que o crescimento populacional, associado à divisão das propriedades rurais (subenfeudação) e à incapacidade de instituições econômicas mais antigas, como as guildas, forçaram os trabalhadores a contratos baseados em salários. De 1500 a 1700, dizia Schmoller, ainda havia a possibilidade de que trabalhadores desocupados ganhassem seu sustento em exércitos mercenários, na burocracia estatal e mesmo em manufaturas domésticas.

Schmoller concluía o arrazoado com a fase mais recente, na qual o contrato salarial assegurava seu domínio sobre as relações de trabalho:

> No momento em que as indústrias prosperaram e produziram para a exportação, a população cresceu rapidamente e as possibilidades de enriquecimento parecerem ilimitadas, e de 1789 a 1870, as antigas limitações remanescentes, relacionadas à liberdade de ir e vir e a contrair matrimônio, foram retiradas. Todas as camadas da sociedade ampliaram-se rapidamente e aquele que não conseguia estabelecer-se como fazendeiro ou artesão, artista ou funcionário público, mercado ou pequeno comerciante – para este, a única escolha era tornar-se assalariado.[67]

Conforme Simonsen reproduziria alguns anos mais tarde no Brasil, Schmoller via o período 1789 a 1870 como momento-chave, no qual as relações de trabalho livre, baseadas no contrato salarial, finalmente tornaram-se dominantes na economia europeia, não sem superar obstáculos significativos. Esses indícios apontam que Simonsen teve algum contato com o texto de Schmoller, tendo retirado deles alguns argumentos para embasar sua exposição a respeito da questão do trabalho na Colônia. Para além dessas referências mais pontuais, contudo, vale enfatizar que Simonsen apropriou-se da conceitualização de economia nacional proposta por Wagner e Schmoller, no final do século XIX e início do XX, na Alemanha. Nesse sentido, a referência ao economista britânico William Cunningham, no início do livro, também era parte desse projeto, pois Cunningham representava, na Inglaterra, uma linhagem historicista e contrária ao livre comércio. Simonsen estava em sintonia, portanto, com uma maneira "nacionalista" de ver a economia, expressa na conotação orgânico-nacionalista dada ao conceito alemão de *Volkswirtschaft* ou *Nationalökonomie*, esposada por autores como List, Wagner e Schmoller.

As apropriações simonsenianas da obra de Carl Landauer nos anos 1940, com as

[66] SCHMOLLER, 1900, p. 365; SCHMOLLER, 1905, p. 295.
[67] SCHMOLLER, 1900, p. 366; SCHMOLLER, 1905, p. 297.

quais se conclui este capítulo, já provinham de outro contexto. Embora Simonsen continuasse alinhado à sua "agenda listiana" de defesa da proteção tarifária e do desenvolvimento econômico induzido pelo Estado, Carl Landauer concebeu suas ideias sobre o planejamento econômico em bases distintas das discutidas por Simonsen até aqui. Ainda que se tenha formado num ambiente ainda influenciado por Wagner e Schmoller, o foco de Landauer era o planejamento – e, no período alemão, o socialismo – como forma de promover a eficiência econômica em termos alocativos, num registro já mais próximo da teoria neoclássica, em sua vertente austríaca. Vale lembrar que, nesse momento, o uso desse tipo de vocabulário teórico não significava uma necessária desconfiança do Estado como agente promotor da *Zweckmäßigkeit* ou "eficiência", no sentido da melhor forma de satisfazer os agentes econômicos.

9.4. O "planejamento democrático": aportes de Carl Landauer[68]

A fama de Simonsen entre os economistas brasileiros é devida, sobretudo, às suas contribuições à controvérsia do planejamento, escritas entre 1944 e 1945. Concretamente, essa controvérsia constituiu-se de quatro textos: uma proposta inicial de Simonsen, o parecer contrário de Gudin, a resposta de Simonsen e uma breve réplica de Eugênio Gudin. De fato, esse debate público com Gudin pode ser considerado uma espécie de síntese do pensamento econômico simonseniano. A proposta inicial de Simonsen, formulada ainda em 1944, era transformar o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), do qual era membro, em entidade coordenadora do planejamento da economia brasileira.[69] A proposta foi veementemente rechaçada por Gudin, que associou planejamento com socialismo e alertou para os perigos autoritários que, em sua opinião, essa proposta envolvia. Gudin era, a essa altura, o professor de economia encarregado da institucionalização do curso superior de ciências econômicas no país, além de membro da Comissão de Planejamento Econômico (CPE). Essa comissão era um órgão do Conselho de Segurança Nacional, criado em 1942 para coordenar a economia durante a guerra: sua tarefa principal era a elaboração de estudos gerais sobre economia brasileira e, em particular, de estudos de interesse militar.

Do ponto de vista político, esse episódio pode ser considerado um exemplo das

[68] Sobre este tópico, ver também: BRUZZI CURI, Luiz Felipe e CUNHA, Alexandre Mendes. "Redimensionando a contribuição de Roberto Simonsen à controvérsia do planejamento", in: *America Latina em la Historia Económica*, v. 22, n. 3, 2015.

[69] SIMONSEN, Roberto. "A planificação da economia brasileira" (1944), in: SIMONSEN, Roberto, GUDIN, Eugênio e VON DOELLINGER, Carlos. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3ª edição. Brasília: IPEA, 2010.

ambiguidades do Estado varguista, pois envolveu o encaminhamento de uma proposta capitaneada por um líder do industrialismo e do protecionismo no Brasil, defensor do Estado como indutor da industrialização, ao mais conhecido economista liberal em atuação no momento. Certamente, o resultado não seria um "aperfeiçoamento" da proposta, mas sua recusa. Entre as várias interpretações possíveis para o episódio, convém destacar a ideia de que o arranjo político estado-novista não era sustentado somente por forças favoráveis à intervenção, planificação e aprofundamento dos controles econômicos, abrindo espaço para a ação industrializante. Havia também elementos contrários à industrialização, à nacionalização, à intervenção estatal e ao planejamento.[70] Ademais, a conjuntura geopolítica era marcada pelo final da Segunda Guerra: em 1942, a entrada do Brasil no conflito, ao lado das potências ocidentais liberal-democráticas, deu alento a oposições ao regime do Estado Novo, tanto de cunho liberal, quanto socialista. A partir de 1943, a aliança política contrária a Vargas começara a ganhar força, com a articulação da UDN a setores da burguesia industrial e financeira, exportadores e mesmo parte da esquerda socialista independente. Em poucas palavras, se o planejamento estava na ordem do dia, a conjuntura também favorecia o questionamento dos corolários do Estado forte e intervencionista.

A especificidade da contribuição de Simonsen a esse debate econômico travado no âmbito do Estado, para além das divergências técnicas e estatísticas, referia-se à particular integração da história ao raciocínio econômico, que dava condições de possibilidade a seu discurso sobre os rumos da economia brasileira. Simonsen criticou a abordagem de Gudin, argumentando que esta pressupunha uma cristalização das leis econômicas, tomadas como válidas para todos os países do mundo.[71] Para Simonsen, ao contrário, a ênfase deveria recair sobre as diferenças: "impõem-se, cada vez mais, a nossa consideração, as profundas diferenciações existentes entre as estruturas econômicas e sociais das nações consideradas ricas e das que se encontram em pronunciado atraso".[72] Em síntese, pode-se dizer que Simonsen utilizou-se da relativização das leis econômicas, de teor listiano e historicista, para questionar a abordagem de Gudin e abrir espaço para suas propostas.

O argumento central de Gudin era que a economia brasileira operava em pleno emprego, e o principal problema era como alocar os recursos da forma mais produtiva.

---

[70] Ver DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 114-119.

[71] SIMONSEN, Roberto. "O planejamento da economia brasileira – Réplica ao Sr. Eugênio Gudin" (1945), in: SIMONSEN et al. 2010, p. 154.

[72] SIMONSEN, 1945 [2010], p. 132.

Sendo os setores agropecuários os mais eficientes, deveriam ser eles os motores da economia.[73] Nesse esquema, a transferência de força de trabalho dos setores rurais para os industriais significariam somente redução na produtividade global da economia e "escassez de braços" na agropecuária. Para Simonsen, como era de se esperar, esse raciocínio estava incorreto. A posição do Brasil como economia agrária não deveria ser tomada como ponto de partida dado, a partir do qual a política econômica deveria operar. Essa situação era resultado de uma trajetória histórica específica que o país perseguira até então. Em particular, o atraso presente era, em boa medida, devido às políticas coloniais aplicadas durante o domínio português e ao caráter cíclico da economia colonial, que legara ao Brasil pouco mais do que ciclos curtos de criação (e dilapidação) da riqueza. Ora, se a posição atrasada presente era resultante de uma evolução histórica particular – e não de um destino inescapável determinado por dotações naturais ou pelas leis da economia –, ela poderia ser mudada ao longo da história, se outras estratégias de política econômica fossem adotadas. Para Simonsen, o funcionamento da economia era historicamente determinado, portanto poderia ser modificado: o planejamento era a forma de modificá-lo, promovendo a industrialização integral. Esses pontos de vista defendidos no debate com Gudin em 1944-45, depois publicados como parte da "controvérsia do planejamento", fizeram de Simonsen um patrono da heterodoxia econômica no Brasil, reivindicado por adeptos do método histórico-estruturalista e por defensores do papel do Estado como indutor do desenvolvimento.

Em seu segundo parecer nessa controvérsia, redigido em 1945, Simonsen procurou se defender de duas críticas repisadas por Gudin. A primeira era a associação entre planejamento e autoritarismo e a segunda, a falta de argumentos econômicos teóricos que justificassem a adoção da planificação como estratégia de desenvolvimento. Com o propósito de rebater essas críticas, Simonsen recorreu a Carl Landauer. A referência a Landauer é especialmente interessante por constituir um dos casos em que é possível demonstrar de várias formas o processo de leitura e apropriação de ideias provenientes de um outro contexto, bem como sua integração no discurso do receptor. O livro *Theory of national economic planning* encontra-se na Coleção Roberto Simonsen e contém anotações à margem e sublinhados feitos pelo próprio Simonsen. Esses trechos foram traduzidos do inglês ao português e incluídos no segundo parecer de Simonsen, feito em resposta a Gudin, em 1945.

Simonsen entrou no debate sobre planejamento econômico no Brasil a partir de uma

[73] GUDIN, Eugênio. "Rumos de política econômica" (1945), in: SIMONSEN et al, 2010.

perspectiva histórica. Estudara a história da economia brasileira, a partir de uma perspectiva nacionalista e industrialista, e propôs o planejamento como técnica capaz de mudar os rumos dessa evolução histórica. Não apresentara, contudo, nem no primeiro texto da controvérsia do planejamento, nem em textos anteriores, uma teoria do planejamento, abrindo flanco para duras críticas por parte de Gudin. Se buscara elementos teóricos importantes sobre a teoria do comércio internacional, em autores estrangeiros como List, Manoilescu, Woytinsky, Rodbertus e Wagner, Simonsen não fizera o mesmo com o planejamento. Não havia uma argumentação articulada que atestasse a efetivadde do planejamento, do ponto de vista dos ganhos econômicos. A partir da leitura do parecer de Gudin, Simonsen tornou-se ciente dessa necessidade e citou, em sua resposta o livro de Carl Landauer.

> Após a apresentação do meu parecer ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, **veio-me às mãos a notável obra do professor Carl Landauer, da Universidade da Califórnia, sobre a "Teoria do Planejamento Econômico Nacional"**. Nesse trabalho, aquele erudito professor de economia aponta a estruturação de um planejamento econômico total nos países progressistas, como o meio mais eficaz de extirpar as depressões e crises cíclicas que lhes perturbam a vida.[74] (grifo meu)

Era uma tentativa de legitimar o planejamento, não só pela via de sua "necessidade histórica", mas, também, pela via da teoria econômica. Vale lembrar que Gudin criticara os dados e conclusões apresentados por Simonsen do ponto de vista do rigor econômico, apontando supostas inconsistências e lacunas em suas elaborações. Com a referência a Landauer, Simonsen tentava incluir, em sua réplica, elementos de uma teorização que punha em xeque a primazia da iniciativa privada não só em termos de seus resultados em termos da construção de um "projeto nacional", mas como forma de se atingir o "ótimo econômico".

O principal argumento de Simonsen para contrapor-se às acusações de autoritarismo era apresentar o planejamento como técnica, como meio de se chegar a um fim específico: a industrialização integrada. "O planejamento representa uma coordenação de esforços para um determinado fim".[75] No primeiro texto do debate, Simonsen analisara dados do Ministério do Trabalho sobre a renda nacional, que considerava exígua, e referira-se aos problemas decorrentes do esforço de guerra, no Brasil e em outras nações. Os dados sobre a renda nacional foram alvo de vigorosa crítica de Gudin, que apontou imprecisões graves de mensuração. Simonsen, contudo, baseou-se nesses dados e em observações mais gerais para chegar à seguinte conclusão: "Impõe-se, assim, a planificação da economia brasileira

[74] SIMONSEN, 1945 [2010], p. 135.
[75] SIMONSEN, 1945 [2010], p. 134.

em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações e prover o país de uma estruturação econômica e social, forte e estável (...)".[76]

Gudin citou o trecho acima, em sua resposta a Simonsen, para criticar a planificação, que considerava resultante de uma sucessão de desacertos, sobretudo de ordem política. Esse caos em que se atirara o mundo em consequência das guerras do século XX teria criado, para Gudin, um ambiente propício à mistificação do plano, no sentido de que este era apresentado como a solução de todos os problemas econômicos.[77] O próprio emprego da palavra "plano" estaria revestido de uma mistificação, pois ao Estado liberal caberiam certas atividades, que não necessariamente se deveria chamar de "plano", palavra carregada de conotação antidemocrática. É dessa crítica que Simonsen procurava se defender, ao insistir na atualidade e necessidade do planejamento, para superar os entraves da realidade presente.

> **É um erro supor que o conceito de planejamento se prenda a escolas políticas e econômicas antidemocráticas.** (...) O Estado liberal vem planejando, de há muito e progressivamente. Se a expressão é nova, a realidade é velha. O planejamento apresenta-se, hoje, como técnica de maior vulto, porque os problemas se tornaram muito complexos e enormes têm sido os progressos verificados nas ciências econômicas, sociais e na tecnologia em geral.[78] (grifo meu).

O planejamento era apresentado como técnica, não necessariamente ligada a um tipo de governo, a qual poderia ser usada para alterar a realidade econômica de um país. Para Simonsen, o plano teria um caráter nacionalista: atuaria no interesse da "sociedade brasileira", não havendo filiação a uma tendência específica do espectro político. Tratava-se, acima de tudo, de uma técnica vista como atual, mais adequada à resolução aos problemas presentes do que os princípios da economia liberal, da forma colocada por Gudin. Nas palavras de Simonsen: "O planejamento econômico é uma técnica e não uma forma de governo".[79] Essa ideia estava presente no livro de Landauer – e fora destacada e anotada no exemplar de Simonsen, que sublinhara o seguinte trecho:

> O planejamento econômico, portanto, é uma técnica que toda política econômica pode usar, e quase sempre tem de usar, para atingir seu objetivo com algum grau de certeza. Sendo necessário distinguir entre intervenção do governo e planejamento econômico, também é verdadeiro que toda intervenção governamental, independentemente de seus objetivos, é tecnicamente inferior se não utiliza o planejamento.[80]

---

[76] SIMONSEN, 1944 [2010], p. 44.
[77] GUDIN, 1945 [2010], p. 55.
[78] SIMONSEN, 1945 [2010], p. 134.
[79] SIMONSEN, 1945 [2010], p. 135.
[80] LANDAUER, 1944, p. 118.

Ao reafirmar, por meio das ideias de Landauer, que o planejamento era uma "técnica atual" que poderia ser usada por qualquer governo, Simonsen rebatia a acusação de Gudin, que associava a planificação ao socialismo, ao mesmo tempo em que lhe atribuía um caráter de avanço com relação às estratégias de política habituais: se havia intervenção governamental, melhor seria planejar essa intervenção. "[O planejamento] ainda não foi compreendido pelos 'saudosistas' que só querem enxergar os 'encantos' do século passado que, aliás, só puderam ser apreciados em algumas privilegiadas nações".[81] Mesmo nessas nações ricas, argumentava Simonsen, a prosperidade proporcionada pela economia liberal só pôde ser usufruída por pequena parte de suas populações. Havia espaço, portanto, para que a adoção do planejamento proporcionasse uma maior satisfação das necessidades econômicas, mesmo em nações ricas, nas quais a economia liberal tivera êxito ao gerar níveis de riqueza superiores aos do Brasil, por exemplo.

Para além dessa defesa, ligada ao caráter técnico e aos ganhos de eficiência do planejamento, muito presente já nas reflexões de Landauer produzidas na Alemanha, Simonsen também se preocupou com a ideia da segurança, desdobrada no livro norte-americano de Landauer. Em *Theory of national economic planning*, escrito já no momento em que a Segunda Guerra caminhava para um desfecho pró-Aliados, Landauer enfatizaria o papel do planejamento como garantia da democracia e a importância da manutenção da propriedade privada como forma de limitar as próprias estruturas estatais planejadoras. No livro alemão de 1932, vale lembrar, Landauer rechaçara a propriedade privada dos meios de produção, enfatizando seu caráter ineficiente e sua tendência à monopolização. Nas palavras de Simonsen, o planejamento econômico "cria um ambiente de segurança de tal ordem que facilita o melhor e mais eficiente aproveitamento da iniciativa privada, que está intimamente ligada ao conceito de propriedade".[82] Mais ainda, Simonsen argumentaria que, em países onde existia o sufrágio universal e a maioria dos votantes não era proprietária, os mecanismos de planejamento seriam necessários para manter a instituição da propriedade privada, na medida em que gerariam maior bem-estar para as massas votantes, evitando que se manifestassem para além do direito de voto.

Ainda que Landauer tivesse reconhecido a importância da propriedade privada em seu livro de 1944, a apropriação de Simonsen moldava o argumento, para que se enquadrasse em seu discurso. Landauer defendera a planificação como meio de reduzir os riscos de abalo à democracia, mas não exatamente para a manutenção da propriedade privada. Com efeito Landauer, permanecia cético com relação às possibilidades da

[81] SIMONSEN, 1945 [2010], p. 135.
[82] SIMONSEN, 1945 [2010], p. 135.

iniciativa privada, do ponto de vista da eficiência econômica, e sua manutenção era quase um "mal necessário", para evitar a degeneração autoritária da sociedade planejada. Essa forma de apropriação do argumento, por parte de Simonsen, é compreensível à luz do contexto. Em primeiro lugar, o regime do Estado Novo, cujo aparato burocrático Simonsen integrava e que permitira uma maior influência dos industrias no processo decisório governamental por meio dos Conselhos Técnicos, não era "liberal-democrático", pelo contrário. Era natural que, na análise de Simonsen, as virtudes democratizantes do planejamento ficassem em segundo plano.

Em segundo lugar, Simonsen tinha de se defender da acusação de socialismo, que lhe fora feita por Gudin: vale lembrar que, nessa conjuntura de final da guerra o aumento da esfera de influência soviética era um dado da realidade. Um intelectual ligado à causa industrial e às entidades patronais do setor, certamente, tinha de rechaçar qualquer proposta que pusesse em questão "adequação econômica" da propriedade privada. Em síntese, o planejamento deveria, para Simonsen, promover a riqueza nacional, garantindo a estabilidade econômica e a propriedade privada. Landauer de fato discutira as possibilidades teóricas de o planejamento gerar riqueza e estabilidade econômica, mas o objetivo da manutenção da propriedade privada como instituto inquestionável era de Simonsen, e não de Landauer. Como em vários casos estudados até aqui, houve, da parte de Simonsen, para além de um uso funcional das ideias de Landauer, uma adaptação do argumento ao seu próprio discurso.

Entre os personagens estudados aqui, Simonsen foi o único a apropriar-se do pensamento alemão "emigrado": já estava em marcha o processo de americanização da economia, que resultaria numa perda de prestígio, na Alemanha e no resto do mundo, das linhagens historicista e socialista de Estado, ambas de inclinação nacionalista. A ideia de *Nationalökonomie* ou *Volkswirtschaftslehre* perderia a conotação nacionalista que permitira a Simonsen enaltecer Wagner como formulador de uma ideia de "economia nacional" mais "avançada", pois era compatível com seu discurso contrário ao acordo de livre comércio. Nesse sentido, pode-se dizer que as apropriações germânicas de Simonsen representam uma síntese do percurso da tese até aqui. Se ainda estavam presentes as referências ao protecionismo listiano e ao socialismo de Estado, recorrentes na Primeira República, o recurso à "terceira via" de Landauer nos anos 1940 já aponta para novas problemáticas. O pensamento alemão pós-Terceiro Reich já não era o mesmo do tempo em que pontificavam Wagner e Schmoller; e, no Brasil, a necessidade de se pensar uma nova relação entre Estado e economia demandava um conhecimento que a erudição e o prestígio desses mandarins oitocentistas já não poderia fornecer.

Conclusão

A principal conclusão deste trabalho é a confirmação da hipótese inicial, motivada por sugestões da historiografia e por pesquisas primárias anteriores: houve, de fato, disseminação de ideias econômicas alemãs no Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX. Mostrou-se que, ao lado de várias referências de origem inglesa, francesa ou mesmo italiana, pensadores alemães, sobretudo aqueles ligados às correntes historicistas e ao socialismo de Estado, frequentaram os textos elaborados por intelectuais brasileiros que se dedicaram a pensar temas econômicos. Fazendo uma tentativa, por definição arriscada, de buscar um denominador comum para essas apropriações, pode-se dizer que ele esteve no pendor do discurso econômico germânico para a relativização das "leis econômicas" e na relação mais próxima, associada a essa tendência relativizante, entre esfera econômica e esfera estatal. Esse "denominador" é simplificador e oculta uma série de especificidades contidas em cada processo de apropriação, determinado que é por cada contexto específico. No entanto, é válido iniciar essas considerações finais com essa ideia, levando em conta que cabem diversas matizações.

O percurso feito até aqui iniciou-se com alguns delineamentos teóricos que buscaram refletir, a partir de ângulos distintos, sobre a relação entre as ideias e o tempo. Procurou-se, enfim, bases para pensar a teoria econômica não só como um conjunto de proposições "explicativas", mas como um discurso a ser estudado como objeto histórico, demandando um esforço de reunião, recorte e interpretação das fontes. Em seguida, focalizou-se o campo mais específico no qual a tese se insere, qual seja, o dos estudos de difusão internacional das ideias econômicas: enfatizaram-se aqui duas possibilidades interpretativas principais, que se complementam em algum sentido. Uma, ligada à historiografia culturalista, enfatiza o fato de que o texto só se realiza na leitura e, portanto, atribui à apropriação um lugar central na própria compreensão das ideias elaboradas: nessa perspectiva, estudar as assimilações brasileiras, por exemplo, do socialismo de Estado alemão seria estudar um aspecto – não marginal, mas essencial – dessa corrente de pensamento. A outra, mais associada ao pensamento social latino-americano, enfatiza os desajustes inerentes a esse processo de transferência internacional de ideias: nessa perspectiva, as apropriações germânicas poderiam ser vistas, sobretudo, como conferidoras de um "selo de legitimidade" – estrangeira, europeia, ilustrada – a certas formulações discursivas, ainda que estas sejam alternativas, por exemplo, à ideologia liberal do *laissez faire*.

Delimitados esses marcos teóricos, a parte efetivamente histórica da tese abarcou, num primeiro momento, as ideias econômicas na Alemanha oitocentista. A partir das

reformulações sofridas pelo discurso cameralista na transição do século XVIII para o XIX, focalizou-se o surgimento da *Nationalöknomie* como momento-chave para o surgimento do tipo de pensamento econômico alemão que mais se difundiu no Brasil, ligado às correntes historicistas e socialista de Estado. O estudo dessas duas linhagens de pensamento envolveu a descrição de algumas características principais de seus representantes, bem como a apresentação de uma proposta de leitura, informada em alguma medida pelas apropriações brasileiras. No caso do historicismo, em especial, criticado por não ter conseguido "reformar" a ciência econômica por meio de estudos históricos, procurou-se caracterizá-lo como momento importante, na Alemanha em particular, de aparecimento da história do pensamento econômico como campo efetivo de discussão. Isso só foi possível devido à postura mais relativista com relação aos princípios da ciência econômica, herdeira das discussões associadas ao campo da ciência da polícia.

Embora não fosse um *scholar* historicista, tendo, aliás, uma obra que não se enquadra nas correntes alemãs habitualmente estudadas de pensamento econômico, Friedrich List foi um dos importantes arquitetos desse arcabouço mais relativista de abordagem da ciência econômica e, principalmente, da política econômica. Se tivéssemos de arriscar uma classificação de List numa escola específica, seria mais a "escola do sistema americano", que o inspirou a escrever sua primeira obra, muito embora o impacto de sua obra na Alemanha não seja desprezível. Por essa singularidade de List, e pela significativa difusão de sua obra e de sua agenda de política econômica no Brasil, sua trajetória foi tratada em separado, ao lado das de Adolph Wagner e Carl Landauer. Wagner também foi bastante lido e referido no Brasil, sendo mobilizado como autoridade legitimadora "anti-quantitativista" em debates monetários e como pensador das finanças públicas. Na Alemanha, foi representante de uma tradição de acadêmicos universitários de prestígio, tendo orientado alunos não só alemães e europeus, mas também americanos e japoneses. Já Landauer foi um pensador cuja trajetória representa o fim da existência de um discurso econômico alemão autônomo: ainda que sua formação tenha sido nessa tradição, sua emigração aos Estados Unidos foi parte desse processo de desarticulação das linhagens alemãs em economia, que vieram a ser associadas, no pós-guerra, ao nacionalismo e aos traumas do Nazismo.

Direcionando o olhar para o Brasil, o estudo da difusão do pensamento alemão fornece duas contribuições principais aos estudos a respeito do pensamento econômico brasileiro. De um lado, é possível observar, de um ângulo diferente, objetos de estudo já bastante visitados, o que permite jogar luz sobre aspectos pouco evidentes em trabalhos

anteriores. Por outro lado, o foco nas apropriações germânicas permitiu trazer à baila objetos de estudo praticamente novos, oferecendo-os à comparação com outros temas já debatidos na historiografia.

A releitura que se fez das contribuições econômicas de Rui Barbosa insere-se no primeiro tipo de contribuição. A obra de Rui em geral – e, em particular, seu legado como pensador da economia e como formulador de política econômica – tem sido objeto de vários estudos desde o início do século XX. O foco nas assimilações econômicas germânicas, contudo, permitiu constatar que sua biblioteca contava com boa parte do que poderia ser considerado o "estado da arte" das discussões acadêmicas, no domínio da economia, travadas na Europa de língua alemã. Esse indício físico, reforçado pelas marcas de leitura e pela tradução de um livro alemão de teologia, confirma a imagem do grande erudito brasileiro de início do século, e também revela um "novo" Rui, próximo do universo intelectual alemão. A análise das apropriações, incorporadas ao discurso ruiano, mostram como foram funcionais para justificar um tipo de política econômica. A incorporação de argumentos de Gustav Cohn, Adolph Wagner, Albert Schäffle e Lorenz von Stein ao "Relatório do Ministro da Fazenda" mostra um Rui sintonizado com a *Finanzwissenschaft* alemã e cioso de conferir um lustro civilizatório e moralmente progressista a sua gestão de política econômica.

Entre os industrialistas da Primeira República, a revelação mais interessante é a do livro *Elementos de finanças* (1896), de Amaro Cavalcanti. Embora já tenha sido referido em outras obras sobre Cavalcanti, o caráter germânico do livro, inspirado nos manuais alemães de *Finanzwissenschaft*, torna-o na prática um novo objeto de estudo. Tanto a estrutura geral da obra quanto a abordagem mais permeável ao endividamento público como forma de financiar certas rubricas do orçamento filiam-na à tradição alemã de finanças públicas, mencionada, aliás, na história doutrinária de Cavalcanti como a única sistematização mais completa dessa matéria, disponível no momento.

No caso de Vieira Souto, foi possível trazer à tona sua assimilação da teorização monetária de Wagner, como parte de sua agenda de contestação à política monetária posta em prática por Joaquim Murtinho: Wagner funcionava, nesse caso, como autoridade estrangeira legitimadora de uma proposta "anti-quantitativista" de política econômica, ao lado de Tooke. Vale notar que a fonte das apropriações – o livro de Wagner sobre o papel-moeda na Rússia – permite a Souto paralelos interessantes: o contexto atrasado brasileiro, assim como o russo, demandariam maior quantidade de papel-moeda em circulação, devido às dificuldades de comunicação, além de tornar mais lentos os "canais de transmissão" entre preços e câmbio. Serzedelo Correia confirma-se, enfim, como

entusiasta de List e das medidas tarifárias – proteção externa e redução de barreiras internas – como eixo de um programa de resolução do "problema econômico nacional". Suas preocupações com as dificuldades de crédito ecoam, para além da agenda listiana, o êxito das instituições alemãs de crédito associativo da forma como as concebera, por exemplo, Hermann von Schulze-Delitzsch.

No plano dos "novos temas" trazidos à tona nesta tese, o pensamento econômico de Fransisco Simch assoma como contribuição central. Se esse personagem já fora estudado como agente do processo de modernização ocorrido no Rio Grande do Sul da Primeira República, na qualidade de primeiro presidente do Museu Julio de Castilhos, não havia tentativas de sistematização de seu pensamento econômico. De clara inspiração germânica, Simch publicou o *Programa de economia social*, cujo processo de elaboração é, ademais, um reflexo das mudanças da conjuntura global e nacional nas primeiras décadas do século XX. Como em Amaro Cavalcanti, houve a tentativa de assimilar uma proposta pedagógica influenciada pela tradição alemã: no caso de Simch, a ênfase foi no domínio da política econômica.

Por fim, Roberto Simonsen, já várias vezes visitado, reaparece como pensador influenciado por várias correntes de pensamento econômico, dentre as quais as linhagens alemãs desempenhariam papel importante. Destaca-se sua apropriação da conceituação nacionalista de *Volkswirtschaft*, enfatizada no debate em torno do Tratado Comercial Brasil-EUA de 1935 como forma de legitimar a contestação à ideia de que o livre comércio seria necessariamente benéfico a uma economia como a brasileira. Articulam-se assimilações schmollerianas presentes em *História econômica do Brasil* (1937) às apropriações do conceito "economia nacional" de Wagner e Schmoller, mostrando como a história econômica nacional-industrialista de Simonsen também esteve associada a um eixo teórico no qual a nação tinha clara preponderância. Quanto às suas apropriações de Landauer – em mais de um sentido, o ponto de chegada desta tese – foi possível notar uma adaptação do argumento. Landauer mantivera, no livro produzido nos Estados Unidos, seu ceticismo, herdado das discussões travadas na Alemanha de Weimar, com relação à economia de mercado e à propriedade privada dos meios de produção como formas de organização "eficiente" da economia. A economia planejada, baseada na propriedade estatal, avultava, então, como forma de se atingir essa eficiência, de modo a manter certa estabilidade social, assegurar a democracia evitar os traumas da guerra. Simonsen, por sua vez, via no planejamento uma forma de manter estável o instituto da propriedade privada, sem que isso o impedisse de utilizar os argumentos "técnicos" de Landauer a respeito da importância do planejamento.

Voltando ao ponto de partida – o eventual "denominador comum" a essas apropriações, é possível arriscar algumas sugestões a respeito do "legado alemão" no pensamento econômico brasileiro do século XX. Sem dúvida, foram incorporados a discussões subsequentes os principais conteúdos da agenda listiana. Essa agenda contribuiu para enraizar em solo brasileiro a ideia de que a política econômica deveria ser adequada a certas "necessidades nacionais" e que, portanto, seria necessário partir da "realidade nacional" para se chegar a certas conclusões econômicas não absolutas, mas relativas ao contexto nacional brasileiro. Em outras palavras, o legado de List foi, no Brasil, um meio para que se operasse o duplo processo que Roman Szporluk identificou, a partir da segunda metade do século XIX, como ideologização da questão econômica e atribuição de sentido econômico à questão nacional. Nesse sentido, em que pese a seletividade da apropriação do aparato teórico-ideológico produzido por List em seu *Sistema nacional*, as implicações de seu pensamento em termos de uma agenda de política econômica foram determinantes para informar a conformação de um polo protecionista que influenciou a formação do pensamento econômico e também a própria condução da política econômica no Brasil. Roberto Simonsen, por exemplo, foi um efetivo viabilizador dessa "agenda listiana" que envolveu, em seu caso, a participação em órgãos do Estado varguista e a liderança de associações de classe que encontravam apoio no legado listiano. O debate em torno do Tratado Comercial Brasil-Estados Unidos de 1935 é um momento privilegiado em que as apropriações alemãs são galvanizadas e mobilizadas de maneira a informar uma maneira específica – vocalizada por Simonsen, mas não só por ele – de responder a questões econômicas nacionais.

Conforme ficou claro na discussão a respeito do referido acordo comercial, Simonsen apropriou-se da conceitualização alemã de "economia nacional", lastreada na ideia de que essa totalidade econômica só se viabilizaria com o concurso de uma instância organizadora: o Estado. Essa conceituação orientou não só suas intervenções parlamentares, mas também sua produção de uma história econômica, estruturada a partir de uma perspectiva nacional-industrialista. Se se tem em conta que Simonsen foi ponto de partida para posteriores interpretações econômicas da história do Brasil, dentre as quais a de Celso Furtado é sem dúvida a mais influente, não seria exagero dizer que a "agenda listiana" foi um aporte importante para garantir, em meados do século XX, condições de possibilidade a um discurso econômico que, em alguma medida, se propôs como "mais adequado" à realidade latino-americana e brasileira, porque baseado em investigações mais específicas sobre a trajetória dessas sociedades.

Articulada a essa relativização e "nacionalização" do conhecimento econômico, a

proximidade entre esfera econômica e esfera estatal também foi, em alguma medida, incorporada ao pensamento econômico produzido no Brasil. É especificamente alemã a associação, expressa na lei de Wagner, entre a atuação econômica do poder público e o progresso moral ou civilizacional. O traço distintivo da tradição alemã no campo da economia das finanças públicas – a *Finanzwissenschaft* –, com relação à perspectiva da *public finance*, era, para além das bases filosóficas distintas, a possibilidade de o Estado de fato "moldar" a esfera econômica, por meio do ordenamento legal e dos mecanismos fiscais de tributação e dispêndio. Rui Barbosa mobilizou essas noções ao justificar sua política econômica expansionista, implicando que a "intervenção estatal" tinha a função "moral" de consolidar as instituições republicanas.

É claro que, em meados do século XX, a disseminação do pensamento de John Maynard Keynes, as várias experiências de enfrentamento da Grande Depressão dos anos 1930 e mesmo certos êxitos econômicos dos planos soviéticos viriam a legitimar de várias maneiras, no âmbito das reflexões mais teóricas, a atuação econômica do poder público. Porém, o recurso de Rui Barbosa a essa tradição alemã para explicar e racionalizar sua gestão à frente da Fazenda, bem como a paralela elaboração, por parte do industrialista-nacionalista Amaro Cavalcanti, de um manual "germanófilo" de finanças públicas, que explorava as possibilidades da dívida pública e da "lei de Wagner" no Brasil, sinalizam que a apropriação da *Finanzwissenschaft* pode ter sido, bem antes da revolução keynesiana, uma forma de construir um discurso que visse como defensável, do ponto de vista do progresso "moral e econômico", a atuação do Estado na esfera econômica. No plano das representações, é interessante que indivíduos alinhados com o "ciclo ideológico do desenvolvimentismo", para usar o termo de Bielschowsky, reivindicam o legado de Rui Barbosa – que, antes do ministério, dissera "detestar o papel-moeda" – como um "pioneiro" dessa ideologia.

De novo, correndo os riscos inerentes às tentativas de síntese, pode-se dizer que o legado específico das apropriações de pensamento econômico germânico no Brasil, da transição republicana aos anos 1940, relaciona-se à incorporação de uma agenda de proteção e fomento à "indústria" (no sentido de atividade econômica nacional) e do entendimento do Estado como um efetivo agente ordenador da esfera econômica. Aqui vale frisar a ideia de *legado específico*. Embora outros referenciais tenham sido mobilizados para defender os interesses ligados às causas industrialistas, fica clara a centralidade da apropriação de List quando a questão é a defesa das atividades manufatureiras e sua proteção frente à "ameaça estrangeira". Quanto à função econômica do Estado, a questão é mais ampla, mas, foi a linhagem germânica que permitiu

racionalizar o papel ativo das finanças públicas, do ponto de vista da moldagem da esfera econômica. No domínio da moeda, os aportes germânicos decerto contribuíram para viabilizar alternativas mais "flexíveis" de política monetária, mas não se pode falar num legado alemão específico nesse aspecto, tendo em vista que o próprio pensamento monetário alemão oitocentista apropriado no Brasil baseou-se, em boa medida, em "ecos" de discussões britânicas. Porém, no campo das finanças públicas, outras tradições nacionais em economia, em especial as de língua inglesa, simplesmente não exploravam com a mesma detença a possibilidade de que o Estado tivesse, por meio do que hoje se conhece como política social e política fiscal, um papel "moral" e "civilizador" a cumprir. A quem quisesse mostrar essa face da questão, no Brasil ou não, a principal possibilidade que se colocava era, de fato, a *Finanzwissenschaft*. A existência de "discípulos americanos" de Wagner, como, por exemplo, Richard Ely e Henry Carter Adams, que buscaram na Alemanha elementos para instituir medidas de reforma social e regulação econômica nos Estados Unidos, reforçam a ideia da especificidade alemã nesse quesito.

É certo que as apropriações particularmente germânicas, no período em questão, podem ser associadas a formas de pensar a economia e a política econômica, de alguma forma, contrárias à ideologia do liberalismo econômico oitocentista, com seus corolários típicos: livre-cambismo, moeda sã (nos termos do padrão-ouro), orçamentos equilibrados. Convém, contudo, não ver, nas apropriações alemãs, apenas a criatividade que enseja um discurso original "brasileiro", opondo-as a esse liberalismo "forâneo". Isso seria tomar pelo valor de face o argumento dos industrialistas, os quais eram, para além de assimiladores de ideias alemãs, pertencentes às elites letradas brasileiras e dotados de interesses particulares. Ademais, o discurso que se propunha favorável ao desenvolvimento nacional por meio do fomento à produção nacional não era, por empunhar a bandeira do "interesse nacional", menos "importado". Vimos como a "agenda listiana" se forjou fora do Brasil, a partir da trajetória de List entre os EUA e Alemanha – e difundiu-se para vários cantos do mundo: da Catalunha à Romênia, do Brasil ao Japão. Não foi diferente com a ideia de Estado ativo e ordenador, presente na *Finanzwissenschaft*, incorporada por brasileiros e por norte-americanos, com o selo de legitimidade dos "doutos professores" das prestigiosas universidades alemãs. Nesse sentido, o estudo das influências alemãs permitiu também certa desmistificação de discursos que buscaram associar-se ao "interesse nacional" para opor-se ao "livre-cambismo". Ora, esses discursos eram também produtos da assimilação de ideias estrangeiras, porém carregavam particularidades distintas daquelas presentes no pensamento liberal.

Constatar isso significa reiterar que o estudo da disseminação das ideias entre os distintos contextos nacionais fornece uma perspectiva potente para se examinar os processos envolvidos na formação histórica de uma tradição nacional de pensamento econômico. Nesse sentido, é possível perceber, a partir do prisma das apropriações alemãs, que a construção de um pensamento econômico "brasileiro" passou pela incorporação e seleção de certas ideias, em detrimento de outras. A agenda listiana e as possibilidades teóricas de justficar a atividade econômica do poder público foram muito mais incorporadas a linhagens de inclinação não liberal do que hoje se admite como "pensamento econômico brasileiro" do que, por exemplo, o modelo de organização e transmissão do conhecimento econômico proposto por Francisco Simch e, em alguma medida, por Amaro Cavalcanti. Nesse caso, certamente o processo de americanização da ciência econômica do pós-guerra responde por parte desse "esquecimento" dos manuais germanófilos produzidos no Brasil. Porém, no caso de Simch, também parece relevante o fato de que sua atuação, institucional e acadêmica, foi relativamente restrita a um contexto regional particular. Rui Barbosa, Amaro Cavalcanti e Serzedelo Correia foram ministros da Fazenda. Roberto Simonsen, por sua vez, foi presidente da FIESP e participou da administração federal, no Conselho Federal de Comércio Exterior e no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Dessa forma, a assimilação de elementos do legado alemão ao pensamento econômico brasileiro permite pensar, também, certos processos institucionais que determinaram as possibilidades de incorporação de ideias a linhagens hoje reconhecidas como parte de uma tradição nacional de pensamento econômico.

No que tange à formação de tradições nacionais, o percurso desta tese tem, também, um sentido prospectivo, afinal o pensamento alemão oitocentista certamente não influenciou somente a ciência econômica produzida no Brasil. Se a disseminação da "escola histórica alemã" tem ensejado bons estudos com relativa frequência, parece significativo o potencial de novas questões que venham a ser colocadas pelo estudo da difusão internacional das ideias de intelectuais como, por exemplo, Albert Schäffle e Adolph Wagner, em outros contextos nacionais que não o brasileiro, inclusive na própria América Latina. Uma rápida consulta à Biblioteca Nacional Argentina revelou a existência de uma tradução portenha de Wagner, cuja análise não cabe no escopo deste trabalho: fica apenas como indicação de que esse processo de difusão foi mais amplo do que esta tese, voltada para as apropriações feitas no Brasil, pode fazer parecer.

No caso dos personagens brasileiros estudados, vale reiterar que, mesmo em Francisco Simch, de inclinação mais germanófila, as referências alemãs conviveram com

várias outras. Para ficar nesse mesmo recorte temporal, seria possível – e bastante desejável – estudar as outras linhagens nacionais a influenciar o discurso econômico produzido aqui, fornecendo parâmetros de comparação e permitindo aquilatar melhor os traços específicos de cada tradição nacional assimilados no Brasil. No caso de Vieira Souto, por exemplo, há várias referências a economistas italianos e, em Rui e em Cavalcanti, saltam aos olhos as várias assimilações de autores francófonos. Simonsen, ademais, foi, não obstante suas posições nacionalistas no debate comercial, um entusiasta do exemplo estadunidense e da sociologia de matriz americana. Essas breves constatações ficam como pistas de que os objetos examinados aqui permitem vários ângulos de abordagem, a depender do recorte que se faz. Este trabalho pretende, portanto, muito mais do que fechar questão a respeito desses objetos examinados, instigar a discussão a respeito das várias possibilidades colocadas pelo estudo da disseminação internacional das ideias. Sem dúvida, esse tipo de abordagem pode ser um caminho privilegiado para o entendimento das singularidades da formação de um pensamento econômico no Brasil.

REFERÊNCIAS

1. Fontes

A) Arquivos e acervos pesquisados

Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa
Biblioteca de Rui Barbosa
Edição das Obras Completas de Rui Barbosa

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
Relatórios da Secretaria de Obras Públicas/Museu Julio de Castilhos

Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Seção de Obras Raras

Biblioteca do IFCH-Unicamp
Coleção Roberto Simonsen

Wirtschaftsarchiv Baden-Württemberg (Arquivo econômico de Baden-Württemberg)
Seção de Periódicos

Württembergische Landesbibliothek (Biblioteca estadual de Württemberg)
Acervo local e de outras bibliotecas via empréstimos externos

B) Fontes impressas (Alemanha e outros países europeus)

BORGHT, Richard van der. *Volkswirtschaftspolitik*. Leipzig: Göschen, 1905.

BORGHT, Richard van der. *Política económica*. Barcelona: Labor, 1932.

COHN, Gustav. "Obituary. William Roscher", in: *Economic Journal*, vol. 4, No. 15, 1894.

ENGEL, Ernst. "Die Productions- und Consumtionsverhältnisse des Königreichs Sachsens", in: *Zeitschrift des statistischen Bureaus des Königlich Sächsischen Ministerium des Inneren*. Nr. 8 und 9. 1857.

ENGEL, Ernst. *Die Lebenskosten belgischer Arbeiter-Familien früher und jetzt. Ermittelt aus Familien-Haushaltrechnungen und vergleichend zusammengestellt*. Dresden: C. Heinrich, 1895.

HEGEL, Georg Friedrich Wilhelm. *Die Vernunft in der Geschichte*. (1ª edição 1837). Leipzig: Meiner, 1930.

HILDEBRAND, Bruno. *Nationalökonomie der Gegenwart und Zukunft*. Frankfurt am Main: J. Rütten, 1848.

JAKOB, Ludwig Heinrich von. *Grundsätze der National-Oekonomie oder National-Wirthschaftslehre*. Halle: Ruff, 1805.

JANUS (pseudônimo para Döllinger). *Der Papst und das Concil*. Leipzig: Steinacker, 1869.

LANDAUER, Carl. "Ankurbelung oder Inflation?", in: *Der Deutsche Volkswirt*, Jahrgang 5, Nr. 51, 1931.

LANNDAUER, Carl. *Planwirtschaft und Verkehrswirtschaft*. München & Leipzig: Duncker & Hublot, 1931.

LANDAUER, Carl. "Finger weg von der Währung!", in: LANDAUER, Carl; STOLPER,

Gustav e HAHN, Ludwig Albert. *Anti-Wagemann*. Berlin: Der Deutsche Volkswirt, 1932.

LANDAUER, Carl. *Theory of national economic planning*. Berkeley: University of California Press, 1944.

LANDAUER, Carl. *Contemporary economic systems: a comparative study*. Philadelphia: Lippincot, 1964.

LANDAUER, Carl. *Sistemas econômicos contemporâneos: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

LASSALLE, Ferdinand. *Herr Bastiat-Schulze von Delitzsch, der ökonomische Julian oder: Kapital und Arbeit*. (1ª edição de 1864). Neue durchgesehene Auflage. Berlin: Vorwärts, 1912.

LIST, Friedrich. "Outlines of American Political Economy" (1827), in: HIRST, Margaret. *The life of Fredrick List and selections from his writings*. London: Smith, 1909.

LIST, Friedrich. *Das nationale System der politischen Ökonomie*. Jena: Fischer, 1904.

LIST, Friedrich. *Das Nationale System der politischen Ökonomie*. (A partir da edição de 1844). Basel/Tübingen: Kyklos/Mohr, 1959.

MACLEOD, Henry Dunning. *The elements of political economy*. London: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.

MARX, Karl. "Kritik des Gothaer Programms" (1875), in: MARX, Karl und ENGELS, Friedrich. *Werke*. Bd. 19. Berlin: Dietz, 1962.

MENGER, Carl. *Untersuchungen über die Methode der Socialwissenschaften*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1883.

MENGER, Carl. *Die Irrthümer des Historismus in der Nationalökonomie*. Wien: Höldler, 1884.

RANKE, Leopold von. *Geschichten der romanischen und germanischen Völker* (1ª edição de 1824). Leipzig: Dunkler und Huumblot, 1885.

RANKE, Leopold von. *Das Briefwerk*. Hamburg: Hoffman und Campe, 1949.

RAU, Karl Heinrich. *Lehrbuch der politischen Ökonomie*. Vol. 1: Grundsätze der Volkswirtschaftslehre. Heildelberg: C.F. Winter, 1826.

RAU, Karl Heinrich. *Lehrbuch der politischen Ökonomie*. Vol. 2: Grundsätze der Volkswirtschaftspflege. Heildelberg: C.F. Winter, 1828.

RAU, Karl Heinrich. *Lehrbuch der politischen Ökonomie*. Vol. 3: Grundsätze der Finanzwissenschaft. Heildelberg: C.F. Winter, 1832-37.

ROSCHER, Wilhelm. *Leben, Werk und Zeitalter des Thukydides*. Göttingen: Vandenhoek und Ruprecht, 1842.

ROSCHER, Wilhelm. *Grundriss zu Vorlesungen über die Staatswirthschaft: Nach geschichtlicher Methode*. Göttingen: Dieterich, 1843.

ROSCHER, Wilhelm. *System der Volkswirtschaftslehre*. Erster Band. *Die Grundlagen der Nationalökonomie*. 5. verm. und verb. Auflage. Stuttgart: Cotta, 1864.

ROSCHER, Wilhelm. *Geschichte der National-Oeokonomik in Deutschland*. München: Oldenbourg, 1874.

ROSCHER, Wilhelm. *Principles of political economy*. Translated by John L. Lalor. New York: Henry Holt & Co., 1878.

ROSCHER, Wilhelm. *Grundlagen der Nationalökonomie*. 22. Auflage. Stuttgart: Cotta,

1897.
SARTORIUS, Georg. *Handbuch der Staatswirthschaft: zum Gebrauche bey akad. Vorlesungen nach Adam Smith's Grundsätzen ausgearbeitet*. Berlin: Unger, 1796.
SARTORIUS, Georg. *Abhandlungen die Elemente des National-Reichtums und die Staatswirthschaft betreffend*. Göttingen: Röwer, 1806.
SAVIGNY, Friedrich Carl von. *Vom Beruf unsrer Zeit für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft*. Heidelberg: Mohr und Zimmer, 1814.
SAY, Léon. *Économie sociale*. Exposition Universelle de 1889, Groupe de l'Économie sociale, Rapport Général. Paris: Guillaumin, 1891.
SCHÄFFLE, Albert. *Struttura del corpo sociale*, in: BOCCARDO, Gerolamo (ed.). *Raccolta delle più pregiate opere moderne italiane e straniere di economia politica.* 7º volume. Torino: Unione tip.-editrice, 1842.
SCHÄFFLE, Albert. *Die nationalökonomische Theorie der ausschliessenden Absatzverhältnisse, insbesondere des literarisch-artistischen Urheberrechtes, des Patent-, Muster- und Firmenschutzes nebst Beiträgen zur Grundrentenlehre*. Tübingen: Laupp, 1867.
SCHÄFFLE, Albert. Die Grundsätze der Steuerpolitik und die schwebenden Finanzfragen Deutschlands und Österreichs. Tübingen: Laupp, 1880.
SCHÄFFLE, Albert. *Bau und Leben des sozialen Körpers*. 2. Aufl. 2. Band ("Specielle Sociologie"). Tübingen: Laupp, 1896.
SCHMOLLER, Gustav. "Zur Methodologie der staats- und sozialwissenschaften", in*: Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im Deutschen Reich*, vol. 7. Leipzig: Duncker & Humblot, 1883.
SCHMOLLER, Gustav. "Hermann Schulze-Deliztsch und Eduard Lasker", in: *Zur Sozial- und Gewerbepolitik der Gegenwart*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1890.
SCHMOLLER. Gustav. *Grundriss der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre*. Munich and Leipzig: Duncker & Humblot, 1900.
SCHMOLLER, Gustav. "Die wirtschaftliche Zukunft Deutschlands und die Flottenvorlage", in: SCHMOLLER, Gustav (Hrsg.). *Handels- und Machtpolitik*. Bd. 1. Stuttgart: Cotta, 1900.
SCHMOLLER, Gustav. "Volkswirtschaft, Volkswirtschaftslehre und -methode", in: *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*. Bd. 7. Jena: Fischer, 1901.
SCHMOLLER, Gustav. *Principes d'économie politique*. Paris: V. Giard & E. Brière, 1905.
SCHOBER, Hugo e SCHULZE, Eduard Otto. *Grundriss der Volkswirtschaftslehre*. 6. Auflage. Leipzig: Weber, 1905.
SCHULZE-DELITZSCH, Hermann. *Kapitel zu einem deutschen Arbeiterkatechismus*. Leipzig: Keil, 1863.
SCHUMPETER, Joseph. "Rezension von: Landauer (1923)", in: *Weltwirtschaftliches Archiv*, Bd. 27, 1928.
STEIN, Lorenz von. *Lehrbuch der Finanzwissenschaft*, Zweither Teil: Die Finanzverwaltung Europas, Dritte Abtheilung: Das Staatsschuldenwesen. 5. Auflage, Leipzig: Brockhaus, 1886.
STEIN, Lorenz von. *Il compendio del Trattato e del manuale di scienza della pubblica*

amministrazione ad uso degli italiani. Torino: Unione tip.-editrice, 1897.
WAGNER, Adolph. *Beiträge zur Lehre von den Banken*. Leipzig: Voss, 1857.
WAGNER, Adolph. "Staatsschulden", in: Bluntschli, Johann C.; BRATER, Karl (Hrgs.). *Deutsches Staats-Wörterbuch*, vol. 10, Stuttgart/Leipzig: Expedition des Staats-Wörterbuchs, 1867.
WAGNER, Adolph. *Die russische Papierwährung: eine volkswirtschaftliche und finanzpolitische Studie, nebst Vorschlägen zu Herstellung der Valuta*. Riga: Kymmel, 1868.
WAGNER, Adolph. *Lehr- und Handbuch der politischen Ökonomie*. Vierte Hauptabteilung: *Finanzwissenschaft*. Erster Theil. Leipzig: Winter, 1883.
WAGNER, Adolph. "Der Credit und das Bankwesen", in: SCHÖNBERG, Gustav (org.). *Handbuch der politischen Ökonomie*. Band 1: Volkswirtschaftslehre. 3. Auflage. Tübingen: Laupp, 1889.
WAGNER, Adolph. "Marshall's Principles of economics", in: *Quarterly Journal of Economics*, volume 5, 1891.
WAGNER, Adolph. *Lehr- und Handbuch der politischen Ökonomie*. Erste Hauptabteilung: *Grundlegung der politischen Ökonomie*. Erster Halbband. Leipzig: Winter, 1892.
WAGNER, Adolph. *Lehr- und Handbuch der politischen Ökonomie*. Erste Hauptabtheilung: *Grundlegung der politischen Ökonomie*. Zweiter Halbband. Leipzig: Winter, 1893.
WAGNER, Adolph. *Les fondements de l'économie politique*. t. II. Paris: V. Giard & E. Brière, 1909.
WAGNER, Adolph. *Traité de la science des finances*. t. III – "Le crédit public". Paris: Giard & Brière, 1912.
WAGNER, Adolph. *Gegen England! Warum England den russisch-französischen Krieg gegen das deutsche Reich geschürt hat und ihm beigetreten ist*. Berlin: Boll u. Pickhardt, 1914.
WAGNER, Adolph. "Three extracts on public finance", in: MUSGRAVE, Richard; PEACOCK, Alan T. *Classics in the history of public finance*. 3rd ed. London: Macmillan, 1967.

C) Fontes impressas (Brasil)

ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta. *Elementos de economia politica*. Pernambuco: Typographia de Santos e Companhia, 1844.
ANAIS da Câmara dos Deputados. Volume XVI (1935).
BARBOSA, Rui. "A imigração na República Argentina" (1889), in: *OCRB*, vol. XVI, t. IV.
BARBOSA, Rui. "A tarifa e o livro" (1889), in: *OCRB*, vol. XVI, t. VII.
BARBOSA, Rui. "Quem é pelo curso forçado?" (1889), in: *OCRB*, vol. XVI, t. VIII.
BARBOSA, Rui. "Apontamentos para o discurso sobre a reorganização do Banco da República" (1892), in: *OCRB*, vol. XIX, tomo II, Anexo VI.
BARBOSA, Rui. "Parecer para o Projeto nº 32" (1892), in: *OCRB*, vol. XIX, t. II
BARBOSA, Rui. *Finanças e política da Republica – discursos e escriptos*. Rio de

Janeiro: Companhia Impressora, 1892.
BARBOSA, Rui. "Prefácio a Queda do Império" (1921), in: *ORCB*, vol. XVI, t. I.
BRASIL. Decreto 1154, de 7 de dezembro de 1890.
BRASIL. Decreto n. 165, de 17 de janeiro de 1890.
BRASIL. Decreto n. 4.729, de 2 janeiro de 1924.
CAVALCANTI, Amaro. *Política e finanças*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.
CAVALCANTI, Amaro. *Elementos de finanças (estudo theorico-pratico)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.
CORREIA, Inocêncio Serzedelo. *O problema econômico no Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. [Reimpresso como: CORREIA, Inocêncio Serzedelo. *O problema econômico no Brazil*.Senado Federal: Brasília, 1980].
Correio do Povo. 03 de março de 1931. Notícia reproduzida em: BRUM, Rosemary Fritsch. *Caderno de pesquisa: notícias de imigrantes italianos em Porto Alegre*. São Luís: EDUFMA, 2009.
ESCOLA POLITÉCNICA. Programma da Quinta cadeira do terceiro anno do curso de engenheiros civis, quarta do terceiro anno dos cursos de engenheiros industriaes e architectos e quarta do segundo anno do curso de electricistas (1913).
Folha da Manhã, 26 de maio de 1948.
GUDIN, Eugênio. "Rumos de política econômica" (1945), in: SIMONSEN, Roberto, GUDIN, Eugênio e VON DOELLINGER, Carlos. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3. ed. Brasília: IPEA, 2010.
LOUREIRO, Lourenço Trigo de. *Elementos de economia politica (colligidos dos melhores autores)*. Recife: Typ. Universal, 1854.
MACLEOD, Henry Dunning. *Elementos de economia politica*. Traducção do advogado Alberto da Rocha Miranda. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1873.
MURTINHO, Joaquim. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. Reproduzido em: LUZ, Nícia Vilela (org.). *Ideias econômicas de Joaquim Murtinho*. Brasília: Senado Federal, 1980.
RIO GRANDE DO SUL. Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas, 1910.
RIO GRANDE DO SUL. Relatório da directoria do serviço geologico e mineralogico, de julho de 1918 a junho de 1919.
SIMCH, Francisco Rodolpho. *Programma de economia social*. Porto Alegre: Barcellos & C.-Livraria do Globo, 1912.
SIMCH, Francisco Rodolpho. *Noções elementares de mineralogia e geologia. Obra adaptada aos cursos secundarios do Brasil*. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso e Cia, 1923
SIMCH, Francisco Rodolpho. *Programa de economia social – economia pura e política econômica*. 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1931.
SIMCH, Francisco Rodolpho. *Programa de economia social – economia pura e política econômica*. 3ª edição. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934.
SIMONSEN, Roberto. "Pelo Trabalho Organizado – Resposta à saudação dos companheiros de trabalho, após a terminação da epidemia de gripe hespanhola, a 9 de

dezembro de 1918" (1918), in: SIMONSEN, Roberto. *Á margem da profissão*. São Paulo: Ed. São Paulo, 1932.

SIMONSEN, Roberto. "Problemas de Administração – Excerptos dos Relatorios apresentados á Directoria e assembléa de accionistas da Companhia Construtora de Santos em 1918 e 1919" (1919a), in: SIMONSEN, 1932.

SIMONSEN, Roberto. "Missão à Inglaterra – F) A Industria Metalurgica. Palavras pronunciadas em Swansea, no Cameron Hotel, em agradecimento á saudação de F. W. Gilbertson, Presidente da Bolsa de Metaes de Swansea, a 14 de Agosto de 1919" (1919b), in: SIMONSEN, 1932.

SIMONSEN, Roberto. "Necessidade de Estabilização Cambial – Carta enviada á Missão Financeira Ingleza chefiada pelo Sir Edwin Montagu, a 8 de fevereiro de 1924" (1924), in: SIMONSEN, 1932.

SIMONSEN, Roberto. "Orientação industrial Brasileira" (1928), in: SIMONSEN, Roberto. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. (org. Edgar Carone). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

SIMONSEN, Roberto. "As finanças e a indústria – Conferência no Mackenzie College" (1931), in: SIMONSEN, 1932.

SIMONSEN, Roberto. *Rumo à verdade*. São Paulo: São Paulo Editora, 1933.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. (volumes 1 e 2). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

SIMONSEN, Roberto. "A planificação da economia brasileira" (1944), in: SIMONSEN, Roberto, GUDIN, Eugênio e VON DOELLINGER, Carlos. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3ª edição. Brasília: IPEA, 2010.

SIMONSEN, Roberto. "O planejamento da economia brasileira – Réplica ao Sr. Eugênio Gudin" (1945), in: SIMONSEN, Roberto, GUDIN, Eugênio e VON DOELLINGER, Carlos. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3. ed. Brasília: IPEA, 2010.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (Visconde de Porto Seguro). *Historia geral do Brazil antes de sua separação e independência de Portugal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877.

VIEIRA SOUTO, Luiz Rafael. *O ultimo Relatorio da Fazenda. Colleção de artigos publicados no "Correio da Manhã" em Novembro e Dezembro de 1901*. Rio de Janeiro: Malafaia Junior, 1902. [Reproduzido, na íntegra, em: LUZ, Nícia Vilela (org.). *Ideias econômicas de Joaquim Murtinho*. Brasília: Senado Federal, 1980.]

VIEIRA SOUTO, Luiz Rafael e VIANNA, Paulo Domingos. *Economia política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

2. Bibliografia geral

ABELSHAUSER, Werner. "L'école historique et les problèmes d'aujourd'hui", in: BRUHNS, Hinnerk (org.). *Histoire et économie politique en Allemagne de Gustav Schmoller à Max Weber*. Paris: Maison des sciences de l'homme. 2004.

AGUIAR, Pinto de. *Rui e a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973.

ANDERSON, Perry. *Lineages of the Absolutist State*. London: Verso, 2013.

ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. *A Vitória da Razão (?) – O IDORT e a Sociedade Paulista*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

ARIDA, Pérsio. "A história do pensamento econômico como teoria e retórica", in: REGO, José Marcio (org.). *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

ARNON, Arie. *Monetary theory and policy from Hume and Smith to Wicksell*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ASCHER, Abraham. "Professors as propagandists: The politics of the Kathedersozialisten", in: *Journal of Central European Affairs*, 23, n. 3, 1963.

BACKES, Ana Luíza. "Nacionalismo no Congresso brasileiro no início da República", in: *Cadernos ASLEGIS*, n. 44, 2011.

BACKHAUS, Jürgen. "Schmollers Grundriss der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre – ein aktueller Klassiker", in: BACKHAUS, Jürgen; SCHEFOLD, Bertram; SHIONOYA, Yuichi. *Gustav von Schmollers Lebenswerk – eine kritische Analyse aus moderner Sicht.* Düsseldorf: Verlag Wirtschaft und Finanzen, 1989.

BARKAI, Avraham. *Das Wirtschaftssystem des Nationalsozialismus. Der historische und ideologische Hintergrund: 1933-1936*. Köln: Verlag für Wissenschaft und Politik, 1977.

BARKAI, Haim. "The Old Historical School: Roscher on money and monetary issues", in: *History of Political Economy*, v. 21, n. 2, 1989.

BASTOS, Humberto. *Rui Barbosa, Ministro da Independência Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1949.

BIANCHI, Ana Maria. *A pré-história da economia*. São Paulo: Hucitec, 1987.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. "Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha", in: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BISMARCKS Sozialgesetzgebung. Berlin: Bundesministerium für Arbeit und Soziales, 2010.

BLACK, R. D. Collison. "Whately, Richard (1787–1863)", in: *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*. First Edition. Palgrave Macmillan, 1987.

BLAUG, Mark. "No history of ideas, please, we're economists", in: *Journal of Economic Perspectives*, vol. 15, n. 1, 2001.

BLAUG, Mark. *Teoría económica en retropección*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2001.

BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. 2. ed. Cahier des Annales, 3. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

BOIANOVSKY, Mauro. "A view from the tropics: Celso Furtado and the theory of economic development in the 1950s", in: *History of political economy*, vol. 42, n. 2, 2010.

BOIANOVSKY, Mauro. "Friedrich List and the fate of tropical countries", in: *History of political economy*, vol. 45, n. 4, 2013.

BORCHARDT, Knut. "Albert Schäffle als Wirtschaftstheoretiker", in: *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, Bd. 117, Heft 1, 1961.

BORCHARDT, Knut. *Perspectives on modern German economic history and policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

BORCHARDT, Knut. "Comments", in NAU, Heino e SCHEFOLD, Bertram (eds.). *The historicity of economics: continuities and discontinuities in economics in the 19th and 20th century*. Berlin: Springer, 2002.

BORMANN, Oscar. "Prefácio ao Relatório de Ministro da Fazenda" (1947), in: *OCRB*, vol. XVII, t. II.

BOTTOMORE, Tom. "Lassalle, Ferdinand (1825–1864)", in: *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Second Edition, 2008.

BRAEUER, Walter. "Knies, Karl", in: *Neue Deutsche Biographie*, 12, 1979.

BRAGA, José Carlos de Souza. "Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado", in: FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (Hrsg.). *Geschichtliche Grundbegriffe: historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1984.

BRUZZI CURI, Luiz Felipe. *Entre a história e a economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen*. São Paulo: Alameda, 2015.

BRUZZI CURI, Luiz Felipe. "From 'social economy' to 'national political economy': German economic ideas in Brazil", in: CUNHA, Alexandre Mendes and SUPRINYAK, Carlos Eduardo (eds.). *The political economy of Latin American independence*. London: Routledge, 2017.

BRUZZI CURI, Luiz Felipe e CUNHA, Alexandre Mendes. "Redimensionando a contribuição de Roberto Simonsen à controvérsia do planejamento", in: *America Latina em la Historia Económica*, v. 22, n. 3, 2015.

BRUZZI CURI, Luiz Felipe e LIMA, Danilo Barolo Martins de. "Roberto Simonsen and the Brazil-U.S. Trade Agreement of 1935: economic ideas and political action", in: *Nova Economia*, vol. 25, n. 3, 2015

BRUZZI CURI, Luiz Felipe e SAES, Alexandre Macchione. "Roberto Simonsen e a modernização do Brasil na Primeira República", in: *História Econômica & História de Empresas*, v. 17, n. 2, 2014.

BRUZZI CURI, Luiz Felipe e SAES, Alexandre Macchione. "Cuestionando las ortodoxias: Roberto Simonsen y Wladimir Woytinsky en el ambiente intelectual del período de entreguerras", in: *Investigaciones de historia económica*, vol. 11, n. 3, 2015.

BURKHARDT, Johannes. "Wirtschaft", in: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart. (Hrsg.). *Geschichtliche Grundbegriffe*. Bd. 7. Stuttgart: Klett-Cotta, 1992.

CALDWELL, Bruce. "There Really Was a German Historical School of Economics: A Comment on Heath Pearson", in: *History of political economy*, vol. 33, n. 3, 2001.

CAMIC, Charles. "Veblen's Apprenticeship: On the Translation of Gustav Cohn's System der *Finanzwissenschaf*", in: *History of political economy*, v. 42, n. 4, 2010.

CARDOSO, José Luís. "Reflexões periféricas sobre a difusão internacional", in: *Nova Economia*, 19 (2), 2009.

CARDOSO, José Luís. “Circulating economic ideas: adaptation, appropriation, translation”, in: CUNHA, Alexandre Mendes and SUPRINYAK, Carlos Eduardo (Eds.). *The political economy of Latin American independence*. London: Routledge, 2017.

CARDOSO, José Luís e PSALIDOPOULOS, Michalis (eds.). *The German Historical School and European economic thought*. London and New York: Routledge, 2016.

CARLSON, Benny. “Wagner’s legacy in America: re-opening Farnam’s inquiry”, in: *Journal of the History of Economic Thought*, vol. 21, n. 3, 1999.

CARR, David. “Review of Futures Past”, in: *History and Theory*, vol. 26, n. 2, 1987.

CARR, Edward Hallet. *What is history?* London: MacMillan, 1961.

CARRION, Otília Beatriz Kroeff. “De Escola de Comércio a Faculdade de Ciências Econômicas”, in: CARRION, Otília Beatriz Kroeff et al. (orgs.). *O ensino de economia na UFRGS*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

CARVALHO FRANCO, Maria Silvia. “As ideias estão no lugar”, in: *Cadernos de Debate*, 1, 1976.

CASTRO, Antonio Barros de. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

CAVALIERI, Marco A. R. e CURADO, Marcelo L. “As influências norte-americanas de Roberto Simonsen: controle social, institucionalismo e planejamento”, in: *Estudos Econômicos*, vol. 46, n. 2, 2016

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

CLARK, Evalyn. “Adolf Wagner: from national economist to national socialist”, in: *Political Science Quarterly*, vol. 55, n. 3, 1940.

COLE, Douglas Howard. *Historia del pensamiento socialista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1957.

CORREA, Fábio Rogério Cassimiro. *Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo (1906-1914)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2014.

CORREIA, Maria Letícia. “Engenharia, economia política e progresso: a trajetória do engenheiro Luiz Rafael Vieira Souto como estudo de caso (1849-1922)”, in: *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 3, n. 2, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

COUTINHO, Carlos Nelson. “Uma via ‘não clássica’ para o capitalismo”, in D’INCAO, Maria Ângela (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr*. São Paulo: UNESP, 1989.

COUTINHO, Mauricio. “Silva Lisboa on free trade and slave labor: the fate of liberalism in a colonial country”, in: CUNHA, Alexandre Mendes and SUPRINYAK, Carlos Eduardo (eds.). *The political economy of Latin American independence*. London: Routledge, 2017.

CRAVER, Earlene and LEIJONHUFVUD, Axel. “Economics in America: the continental influence”, in: *History of political economy*, v. 19, n. 2, 1987.

CUNHA, Alexandre Mendes. “Johann Heinrich Gottlob von Justi (1717-1771) e o pensamento econômico cameralista”, in: *41º Encontro Nacional de Economia*.

ANPEC: Foz do Iguaçu, 2013.
CUNHA, Alexandre Mendes. “A Previously Unnoticed Swiss Connection in the Dissemination of Cameralist Ideas during the Second Half of the Eighteenth Century”, in: *History of political economy*, vol. 49, .n. 3, 2017.
CUNHA, Alexandre Mendes e BRITTO, Gustavo. “When development meets culture: the contribution of Celso Furtado in the 1907s”, in: *Cambridge Journal of Economics*, advanced online, 2017.
CUNHA, Alexande Mendes e CARDOSO, José Luís. “Enlightened Reforms and Economic Discourse in the Portuguese-Brazilian Empire (1750–1808)”, in: *History of political economy*, vol. 44, n. 4, 2012.
DACANAL, Pedro Hoeper e SAES, Alexandre Macchione. “As ideias jurídico-econômicas de Clovis Bevilaqua”, in: *XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresa/ABPHE*, 2017.
DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. “La circulación de ideas en el mundo periférico: algunas presencias, influencias e reelaboraciones del pensamiento latinoamericano en África”, in: *Anos 90*, n, 18, 2003, pp. 93-97.
DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. “Recepción y reelaboración del pensamiento económico-social chileno y latinoamericano en Tanzania, 1965-1985: su proceso de africanización”, in: *Atenea*, n. 491, II semestre, 2005.
DIETZEL, H. *Rodbertus: Darstellung seines Lebens*. Jena: Fischer, 1886.
DINIZ, Adalton Franciozo. *As representações do Encilhamento*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.
DORFMAN, Joseph. “The role of the German Historical School in American economic thought”, in: *The American Economic Review*, v. 45, n. 2, 1955
DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
EISERMANN, Gottfried. *Die Grundlagen des Historismus in der deutschen Nationalökonomie*. Stuttgart: Enke, 1956.
ERREYGERS, Guido. “Economics in Belgium”, in: DURLAUF, Steven N. e BLUME, Lawrence E. *The New Palgrave Dictionary of Economics*. Online Edition. Palgrave Macmillan, 2009.
ESTIVALETE, Hélder Müller. *A influência do positivismo comteano na Constituição rio-grandense de 1891*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2001.
FAORO, Raymundo. “A questão nacional: a modernização”in: *Estudos Avançados*, 6 (14), 1992
FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
FERRARETTO, Maria Karina. *Fábrica Rheingantz: a empresa, o empresário e os acionistas*. Monografia de conclusão de curso. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2012.
FLANDREAU, Marc. *Money doctors: the experience of international financial advising 1850-2000*. New York: Routledge, 2003.
FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo:

Brasiliense, 1989.
FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino”, in: *Revista Brasileira de Economia*, vol. 54, n. 3, 2000.
FONSECA, Pedro C. D. e MOLLO, Maria de Lourdes. “Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas”, in: *Nova Economia*, 22 (2). Belo Horizonte, 2012.
FONTANA, Josep. *Historia: análisis del pasado y proyecto social* (1ª edição 1982). Barcelona: Austral, 2013.
FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966.
FOUCAULT, Michel. *L’archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
FOURCADE, Marion. “The Construction of a Global Profession: The Transnacionalization of Economics”, in: *American Journal of Sociology*, vol. 112, n. 1, 2006.
FRANCO, Gustavo. “A Primeira Década Republicana”, in: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *Ordem do progresso; cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de janeiro: Elsevier, 1990.
FRANCO, Gustavo. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Rio de Janeiro: BNDES, 1983.
FREITAS, Letícia Fonseca Richthofen de e SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. “A figura do gaúcho e a identidade cultural latino-americana”, in: *Educação* (PUCRS), ano XXVII, n. 2, 2000.
FRITSCH, Winston. “Apogeu e crise na primeira república 1900-1930”, pp. 37-41, in: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *Ordem do progresso; cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de janeiro: Elsevier, 1990.
FRITSCH, Winston. “Apogeu e crise na primeira república”, in: ABREU, 1990.
FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. (1ª edição 1959). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
GERTZ, René. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
GONZAGA, Sergius. “As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura”, in: GONZAGA, Sergius e DACANAL, José Hildebrando. *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
GOUREVITCH, Peter. *Politics in hard times*. London: Cornell University, 1986.
GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárc*el. Tomo II. Caderno 4. 2. ed. México, D.F.: Ediciones Era, 1999.
GREMAUD JR., Amaury Patrick. *Das Controvérsias Teóricas à Política Econômica: Pensamento Econômico e Economia Brasileira no Segundo Império e n a Primeira República (1840-1930)*. São Paulo: FEA/USP, 1997.
GREMAUD JR., Amaury. “A penetração da economia política no Brasil e seu ensino durante o período imperial: Cairu, Mata Albuquerque e Lourenço Loureiro”. Texto para Discussão, Série Economia. TD-E 13. Ribeirão Preto: FEA/RP-USP, 2000.
GRIMMER-SOLEM, Erik. “Engel’s law”, in: SOUTHERTON (Ed.). *Encyclopedia of consumer culture* .Vol. 3. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2011.

GRIMMER-SOLEM, Erik. *The Rise of Historical Economics and Social Reform in Germany 1864-1894*. New York: Oxford University Press, 2003.

GROSSMAN, Gregory; GRETHER, Ewald T.; LETICHE, John. "1985, University of California: in Memoriam." Berkeley: University of California Academic Senate, 1985.

HAGEMANN, Harald. "The Verein für Sozialpolitik from its Foundation until World War I", in: AUGELLO, Massimo M. e GUIDI, Marco M. L. (eds.). *The Spread of Political Economy and the Professionalisation of Economists. Economic Societies in Europe, America and Japan in the Nineteenth Century*. London & New York: Routledge, 2001.

HAGEMANN, Harald. "Schumpeters Konjuktur- und Wachstumstheorie", in: NECK, Reinhard (Hrsg.). *Die Österreichische Schule der Nationalökonomie*. Frankfurt am Main: Internationaler Verlag der Wissenschaften, 2008.

HAGEMANN, Harald. "Concluding remarks", in: CARDOSO, José Luís e PSALIDOPOULOS, Michalis (eds.). *The German Historical School and European economic thought*. London and New York: Routledge, 2016.

HAGEMANN, Harald e KROHN, Carl-Dieter (Hrsg.). *Biographisches Handbuch der deutschsprachigen wirtschaftswissenschaflichen Emigration nach 1933*. München: Saur, 1999.

HAGEMANN, Harald e RÖSCH, Matthias. "Economic textbooks in the German language area", in: AUGELLO, Massimo M. e GUIDI, Marco E. L. (eds.) *The economic reader: textbooks, manuals and the dissemination of the economic sciences during the nineteenth and early twentieth century*. London & New York: Routledge, 2012.

HEILMANN, Martin. *Adolph Wagner – ein deutscher Nationalökonom im Urteil der Zeit*. Probleme seiner theoriegeschichtlichen Würdigung im Lichte neuer Quellen. Frankfurt/New York: Campus Verlag, 1980.

HENDERSON, William. *List: economist and visonary 1789-1846*. London: Frank Cass, 1983.

HENNING, Friedrich-Wilhelm. "Richard van der Borght", in: *Rheinisch-Westfälische Wirtschaftsbiographien*. Band 15. Münster: Aschendorff, 1994.

HIRST, Margaret. *The life of Fredrick List and selections from his writings*. London: Smith, 1909.

HODGSON, Geoffrey. *How economics forgot history: the problems of historical specificity in social science*. London and New York: Routledge, 2001.

HOLTFRERICH, Carl-Ludwig. "Government Debt in Economic Thought of the Long 19th Century". Discussion Paper 2013/4, School of Business and Economics, Economics. Berlin: Freie Universität Berlin, 2013.

HUGON, Paul. "A economia política no Brasil", in: AZEVEDO, Fernando. *As ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

HUTCHISON, T. W. "The 'Marginal Revolution': Decline and Fall of English Political Economy", in: *History of Political Economy*, v. 4, n. 2, 1972.

JUNQUEIRA, Eduardo. "Cavalcanti, Amaro", in: ABREU, Alzira Alves et al (coords.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s/d.

KAESLER, Dirk. “Schäffle, Albert”, in: *Neue Deutsche Biographie*, 22, 2005.

KANTOROWICZ, Hermann. “Volksgeist und historische Rechtsschule”, in: *Historische Zeitschrift*, Bd. 108, München und Berlin, 1912.

KEMP, Tom. *Industrialization in nineteenth-century Europe*. London: Longman, 1985.

KIRCHGÄSSNER, Bernhard. “Adolph Wagner und die Geschichte der Bismarckschen Sozialversicherung (1870-1889”, in: STRÜMPEL, Burkhard (Hrsg.). *Beiträge zur Wirtschaftswissenschaft in Berlin: Geschichte und Gegenwart*. Berlin: Colloquium, 1990.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2009.

KLAUSINGER, Hansjörg. “German anticipations of the Keynesian revolution: the case of Lautenbach, Neisser e Röpke”, in: *The European Journal of the History of Economic Thought*, vol. 6, n. 3, 1999.

KLAUSINGER, Hansjörg. “Gustav Stolper, Der deutsche Volkswirt, and the Controversy on Economic Policy at the End of the Weimar Republic”, in: *History of political economy*, vol. 33, n. 2, 2001.

KOCH, Waldemar. “Staatssozialismus”, in: *Handwörterbuch der Wirtschaftswissenschaften*. Zugleich Neuauflage des Handwörterbuchs der Sozialwissenschaften. Band 3, 1977.

KOSELLECK, Reinhart. *Vergangene Zufkunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt: Suhrkamp, 1979.

LAGEMANN, Eugenio. “Imigração e industrialização”, in: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

LEINEWEBER, Norbert. *Das säkulare Wachstum der Staatsausgaben*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1988.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e interesses na industrialização brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

LIMA, Danilo Barolo Martins de. A hegemonia como processo: elite burocrática, ideias econômicas e a conformação de grupos de interesse sobre o Tratado de Comércio Brasil-EUA (1935)” , in: *História econômica & História de empresas*, v. 16, n. 2, 2013.

LIMA, Heitor Ferreira. *Mauá e Roberto Simonsen: dois pioneiros do desenvolvimento*. São Paulo: Edaglit, 1963

LIMONGI, Fernando. “A Escola Livre de Sociologia e Polítca em São Paulo”, in: MICELI, Sérgio. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989.

LINDENFELD, David F. “The myth of the older historical school of economics”, in: *Central European History*, vol. 26, n. 26, 1993.

LINDENLAUB, Dieter. “Hildebrand, Bruno”, in: *Neue Deutsche Biographie*, 9, 1972.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

LOVE, Joseph. *Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism*. Stanford: Stanford University Press, 1971.

LOVE, Joseph. *Crafting the third world: theorizing underdevelopment in Rumania and Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1996.

LLUCH, Ernest. "El cameralismo más allá del mundo germánico", in: *Revista de Economía Aplicada*, n. 10, vol. IV, 1996.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MACHADO NETO, A. L. *História das ideias jurídicas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1969.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa: pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

MAGALHÃES, Rejane Moreira de A. *Rui Barbosa: cronologia da vida e obra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Minisrtério da Cultura e Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.

MAGNUSSON, Lars. (ed.). *Mercantilist economics*. New York: Springer, 1993.

MANN, Fritz-Karl. "Schäffle, Albert" in: BECKERATH, Erwin (Hrsg.). *Handwörterbuch der Sozialwissenschaften*. Band 9. Stuttgart: Fisher, 1956.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARX, Karl. *Misère de la philosophie*. Paris: Éditions Sociales, 1961.

MARX, Karl. *Theorien über den Mehrwert*. Marx und Engels Werke, 26. Berlin: Dietz, 1965.

MAZA, Fábio. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação*. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004.

MAZZUCCHELLI, Frederico. *Os Anos de Chumbo: Economia e politica internacional no entreguerras*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

MITCHELL, Nancy. *The Danger of Dreams: German and American Imperialism in Latin America*. Chapell Hill: The University of North Carolina Press, 1999.

MUSGRAVE, Richard A. "Public Finance and Finanzwissenschaft Traditions Compared", in: *Finanzarchiv*. N.F., vol. 53, 1996.

NISHIZAWA, Tamotsu. "Lujo Brentano, Alfred Marshall, and Tokuzo Fukuda: the reception and transformation of the German Historical School in Japan", in: SHIONOYA, Yiuichi (ed.). *The Geman historical school: the historical and ethical approach to economics*. London and New York: Routledge, 2001.

NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. *Instituições políticas brasileiras* (1ª edição 1949). Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

PAULA, Luiz Nogueira de. *Síntese da evolução do pensamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1942

PEARSON. Heath. "Was there really a German Historical School of Economics?", in: *History of Political Economy*, vol. 31, n. 3, 1999.

PELÁEZ, Carlos Manuel. "As consequências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945", in: *Revista Brasileira de Economia*, n. 25 (3), jul/set, 1971.

PERICÁS, Luiz Bernardo. "José Carlos Mariátegui e o Brasil", in: *Estudos avançados*.

(digital), vol. 24, n. 68, 2010.
POSSAMAI, Zita. "Colecionar e educar: o Museu Julio de Castilhos e seus públicos (1903-1925)", in: *Vária História*, vol. 30, n. 53, 2014.
PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo* (1ª edição 1942). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.
PRIDDAT, Birger. "National-Economic extension of the Philosophy of Law – Adolph Wagner's Legal Theory of distribution", in: BACKHAUS, Jürgen (ed.).*Essays on Social Security and Taxation*. Metropolis-Verlag: Marburg, 1997.
RICHTER, Melvin. "Reconstructing the History of Political Languages: Pocock, Skinner, and the Geschichtliche Grundbegriffe". In: *History and theory*, vol. 29, n. 1. 1990.
RICUPERO, Bernardo. "O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus crítico", in: *Sociologia e Antropologia*, vol. 3, n. 6, 2013.
RIETER, Heinz e SCHLÜTER-AHRENS, Regina. "Landauer, Carl", in: HAGEMANN, Harald e KROHN, Carl-Dieter (Hrsg.). *Biographisches Handbuch der deutschsprachigen wirtschaftswissenschaflichen Emigration nach 1933*. München: Saur, 1999.
RIETER, Heinz e SCHLÜTER-AHRENS, Regina. "Landauer, Carl", in: HAGEMANN e KROHN, 1999.
RIETER, Heinz. "Deutsche Geldtheorie im 19. Jahrhundert – mehr als nur ein Echo englischer Debatten?", in: RIETER, Heinz. *Ökonomische Theoriegeschichte im zeithistorischen Kontext*: *Ausgewählte Aufsätze*. Marburg: Metropolis, 2014.
RIETER, Heinz. "Historische Schulen", in: ISSING, Otmar. *Geschichte der Nationalökonomie*. 4. Auflage. München, 2002.
RIHA, Thomas. "German Political Economy: The History of an Alternative Economics", in *International Journal of Social Sciences*, vol. 12, issues 3/4/5, 1985.
RITZEL, Gerhard. *Schmoller versus Menger*. Offenbach: Bollwerk-Verlag, 1959.
ROBBINS, Lionel. *An essay on the nature and significance of economic science*. London: MacMillan, 1932.
ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
ROHDEN, Valério. "Prefácio", in: GAFFRÉE, Januário Lucas. *A teoria do conhecimento de Kant (um ensaio)*. (1ª edição de 2009). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
ROLL, Eric. *Historia de las doctrinas económicas*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1971.
RUSFELD, Daniel R. "Methodenstreit", in: *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Second Edition, 2008.
SÁ, Mem de. *Tempo de lembrar*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do capital*. Bauru: Edusc, 2010.
SAES, Alexandre Macchione e SAES, Flávio Azevedo Marques de. *História Econômica Geral*. São Paulo: Saraiva, 2013.
SAES, Flávio Azevedo Marques de. "Industrialização e desenvolvimento na perspectiva de duas gerações de pensadores brasileiros: Roberto Simonsen e Celso Furtado", in: COELHO, Francisco da Silva e GRANZIERA, Rui Guilherme. *Celso Furtado e a formação econômica do Brasil:* Edição Comemorativa dos 50 Anos de Publicação

(1959-2009). São Paulo: Atlas, 2009.

SALERNO, Joseph T. "The Neglect of the French Liberal School in Anglo-American Economics: A Critique of Received Explanations", in: *Review of Austrian Economics*, vol. 2, 1988.

SALOMÃO, Ivan Colangelo. *O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

SALOMÃO, Ivan Colangelo e FONSECA, Pedro Cezar Dutra e. "Heterodoxia e industrialização no pensamento econômico de Rui Barbosa". Texto para Discussão nº 07/2013. Porto Alegre: UFRGS/FCE/DERI, 2013.

SANTOS, João Pedro dos. *A Faculdade de Direito de Porto Alegre. Subsídios para sua História*. Porto Alegre: Síntese, 2000.

SCHEFOLD, Bertram. "Wilhelm Roschers '*Geschichte der National-Oekonomik in Deutschland*'", in: SCHEFOLD, Bertram. *Beiträge zur ökonomischen Dogmengeschichte*. Düsseldorf: Verlag Wirtschaft und Finanzen, 2004.

SCHEFOLD, Bertram. "Adolph Wagners 'Grundlegung'", in: SCHEFOLD, Bertram. *Beiträge zur ökonomischen Dogmengeschichte*. Düsseldorf: Verlag Wirtschaft und Finanzen, 2004.

SCHEFOLD, Bertram. "Knies, Karl Gustav Adolf (1821-1898)", in: *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Second Edition, 2008.

SCHNEIDER, Dieter. "Institutional Economics, Management Science and the Historical School", in: KOSLOWSKI, Peter (ed.). *The Theory of Ethical Economy in the Historical School*. Berlin/Heidelberg: Springer, 1995.

SCHULZ, Jan Pieter. *Finanzwissenschaft im deutschprachigen Raum und in den Vereinigten Staaten, 1865-1917*. Ursrpung, Inhalt und Wissenschaftstransfer. Marburg: Metropolis-Verlag, 2013.

SCHULZ, John. *A crise financeira da Abolição*. São Paulo: Edusp/Instituto Fernand Braudel, 1996.

SCHUMPETER, Joseph. *History of economic analysis*. New York: Oxford University Press, 1954.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Anna J. "Currency School, Banking School, Free Banking School". *The New Palgrave Dictionary of Economics*. Second Edition, 2008.

SCHWARZ, Roberto. "As ideias fora do lugar" (1972), in: SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2014.

SCHWARZ, Roberto. "Nacional por subtração" (1986), in: SCHWARZ, 2014.

SCREPANTI, Ernesto e ZAMAGNI, Stefano. *An outline of the history of economic thought*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SILVA, Lígia Osório e FERNANDES, Suzana Cristina. "Amaro Cavalcanti e os caminhos da industrialização brasileira", in: *História Econômica & História de Empresas*, vol. 6, n. 1, 2003.

SIMONSEN, Roberto C. "As consequências econômicas da Abolição", in: *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XLVII. São Paulo, maio de 1938.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

SKAGGS, Neil T. "Thomas Tooke, Henry Thornton, and the Development of British Monetary Orthodoxy", in: *Journal of the History of Economic Thought*, vol. 25, 2003.

SMITH, Adam. *An inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. (1ª edição 1776). Glasgow Edition. Oxford: Oxford University Press, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SPULBER, Nicholas. *Russia's Economic Transitions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

STIGLER, George J. "The Influence of Events and Policies on Economic Theory", in: *American Economic Review*, Vol. 50, No. 2, 1960.

STREISSLER, Erich "Rau, Hermann and Roscher: contributions of German economics around the middle of the nineteenth century", in: *The European Journal of the History of Economic Thought*, vol. 8, issue 3, 2001.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Biografias dos Ministros (República). Ministro: Amaro Cavalcanti. Disponível na página do STF, s/d. Acesso em: novembro de 2017.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Moeda, mercadoria e crise mercantil: os debates econômicos na Inglaterra na década de 1620*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 2010.

SZPORLUK, Roman. *Communism and Nationalism: Karl Marx versus Friedrich List*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

TANNURI, Luiz Antonio. *O Encilhamento*. São Paulo/Campinas: Hucitec, 1981.

TEICHERT, Eckhart. *Autarkie und Großraumwirtschaft in Deutschland 1930-1939: außenwirtschaftspolitische Konzeptionen und Zweiter Weltkrieg*. München: Oldenbourg, 1984.

TIMM, Herbert. "Das Gesetz der wachsenden Staatsausgaben", in: *Finanzarchiv*. Neue Folge, 21. Heft 2. 1961.

TOLIPAN, Ricardo. *A ironia na história do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1990.

TRIBE, Keith. "Translator's Introduction", in: KOSELLECK, Reinhart. *Futures past. On the semantics of historical time*. Tradução de Keith Tribe. New York: Columbia University Press, 2004.

TRIBE, Keith. *Governing economy: the reformation of German economic discourse 1750-1840*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

TRIBE, Keith. *Strategies of Economic Order. German economic discourse 1750-1960*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

TRINER, Gail e WANDSCHNEIDER, Kirsten. "The Baring Crisis and the Brazilian Encilhamento, 1889–1891: An Early Example of Contagion Among Emerging Capital Markets", in: *Financial History Review*, vol. 12, n. 2, 2005.

VIANNA FILHO, Luís. *A vida de Rui Barbosa*. 11. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

VIEIRA, Dorival Teixeira. *A obra econômica de Amaro Cavalcanti*. Boletim n. 16. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas/USP, 1960.

VILAR, Pierre. “Spain and Catalonia”, in: *Review (Fernand Braudel Center)*, vol. 3, n. 4, 1980.

WEHLER, Hans-Ulrich. *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*. München: C. H. Beck, 2008.

WENDT, Siegfried. “Rodbertus, Karl”, in: BECKERATH, Erwin (Hrsg.). *Handwörterbuch der Sozialwissenschaften*. Band 9. Stuttgart: Fisher, 1956.

WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WITTKAU, Annette. *Historismus. Zur Geschichte des Begriffs und des Problems*. 2. Auflage. Göttingen: Vandenhoek & Ruprecht, 1994.

YANAGISAWA, Osamu. “The impact of German economic thought on Japanese economists before World War II”, in: SHIONOYA, Yiuichi (ed.). *The Geman historical school: the historical and ethical approach to economics*. London and New York: Routledge, 2001.

ZERWAS, Hans-Jörg. “Assoziation, Verein und Genossenschaft. Bemerkungen zum Schicksal eines demokratischen Ideal”, in: LASSALLE, Ferdinand. *Herr Bastiat-Schulze von Delitzsch oder der ökonomische Julian*. Neudruck. Frankfurt: Keip, 1990.

ERRATA: Apresentação e agradecimentos

A bolsa concedida para a realização deste doutorado (projeto FAPESP 2014/23505-3) é parte do Convênio CAPES/FAPESP, motivo pelo qual agradeço não só à FAPESP, mas, também, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro na realização desta pesquisa.